



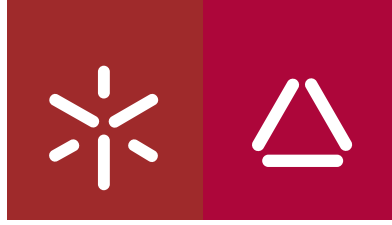
**A família, a memória e os afetos:  
os Alves de Requião (séculos XVII-XX)**

Teresa Maria Mesquita Simões Alves de Araújo

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais







**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Teresa Maria Mesquita Simões Alves de Araújo

**A família, a memória e os afetos:  
os Alves de Requião (séculos XVII-XX)**

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em História  
Especialidade em Idade Contemporânea

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**

## Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND



## Agradecimentos

Muito embora a solidão que um tipo de trabalho como este acarreta, de investigação, de pesquisa e leitura de fontes primárias e bibliográficas, de escrita, e até de pensamentos e interrogações solitárias com o nosso Eu, ele é sobretudo, e também, resultado de um conjunto de pessoas que de uma forma mais ou menos direta, mais ou menos decisiva, contribuíram para chegarmos a bom porto, neste caminho que agora chega ao fim. Em primeiro lugar, um agradecimento especial à Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo. Generosa, sábia, cientificamente rigorosa e de uma simplicidade própria dos mestres, a professora Marta é mais que uma orientadora de uma tese de doutoramento, é alguém que se quer ter por perto e o privilégio de se privar, e de aprender. Foi graças à Professora Marta Lobo que iniciámos esta nossa aventura em inícios de 2016, uma vez que não tínhamos, e não temos, qualquer tipo de pretensão, que não fosse tentar fazer uma história familiar. À doutora Paula Sofia Costa Fernandes, nossa colega arquivista e amiga de longa data, que nos apresentou a Professora Marta. Ao tio Carlos, que graças aos papéis e fotografias de família que guardou consigo, permitiu que a história fosse contada. Uma palavra de agradecimento para aqueles que fazem parte de nós, para sempre, até ao final, e sem os quais nada realmente, faria sentido. Ao Pai, que mesmo já não estando entre nós, agradecemos as tantas conversas sobre os *seus/nossos*, e ter semeado em nós o germe de quem ama a família, a terra, o passado, as memórias, e os seus filhos. Só lamentamos que nos tenha deixado demasiado cedo e não nos tenha visto começar este trabalho e sobretudo, terminar. E talvez, mais do que isso, lamentámos que a vida não nos tenha concedido o privilégio, do tempo e da saúde necessários para ambos termos discutido e conversado sobre tantas, tantas, histórias familiares, que iam sendo descobertas à medida que a investigação avançava e que gostaríamos de ter partilhado com ele. À Mãe, com a curiosidade própria de quem se tornou Alves pelo casamento, mas que sobretudo acompanhou este nosso caminho que agora termina, com uma enorme ponta de orgulho, tão própria (e tão legítima) das mães, agradecemos tanta coisa, que não é mensurável nem cabe nestas linhas. Mas há algo que não podemos deixar de registar que é a gratidão por estar sempre ao nosso lado e por ser a nossa força para continuar, sorrindo sempre. E finalmente, ao Guga e à Martinha, nosso património genético e de afetos, que nos obriga a seguir em frente, de olhos postos no futuro, e a responsabilidade de bem formar aqueles que serão os novos protagonistas da História dos Alves no século XXI.

## **Declaração de Integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Resumo

### **A família, a memória e os afetos: os Alves de Requião (séculos XVII-XX)**

Todos temos um passado, uma história, uma família na qual nascemos e fomos acolhidos pelo destino. É nessa família, com todas as suas vicissitudes, fraquezas, grandezas e todos os seus bens, materiais e humanos, que nos situamos, pois a nossa história familiar não começa apenas no dia em que nascemos. Se tivermos apenas isso em atenção, o nosso nascimento, seremos desenraizados, de pessoas e lugares, sem a sensação de pertença a um lugar, a uma família. É bom saber que somos o resultado de tantas histórias, de amor, de desamor, de vidas, mais ou menos preenchidas que atravessaram séculos e gerações até chegarem a nós. Todas essas gerações, esses homens e mulheres, fruto de um tempo, de uma conjuntura, de uma circunstância como tão bem definiu Ortega y Gasset, tiveram vidas que os registos escritos, sempre os registos, foram testemunhando e permitindo às gerações seguintes conhecê-los, e quiçá, estes se forem pessoas de afetos, os encararem como um património, que é também genético, seu.

Foi neste sentido, e com base nos registos escritos que chegaram até aos nossos dias que nos propusemos conhecer a família Alves, que é a nossa família paterna. Seguindo sempre o lado varonil, que está na nossa ascendência direta, procurámos dar vida a estes homens, e também mulheres, alguns dos quais já bem distantes no tempo, conhecê-los melhor e á época em que viveram. Uma época que abarca quatro séculos distintos, e por isso mesmo tempos diferentes, embora o local seja sempre o mesmo, Requião.

Como foram sempre os registos escritos que deram o mote à investigação e a direcionaram para as opções tomadas, este trabalho centrou-se na elaboração de uma história de vida de uma família, com os seus indivíduos, alguns dos quais com vida pública e por isso mesmo com muito maior quantidade de informação fruto de um maior número de fontes onde ficou registada a sua atividade.

Conscientes de que existem outros tantos arquivos como este, de gente comum, como é o caso da família em questão, sem a ascendência aristocrática de grandes casas nobiliárquicas, que por si só são sinónimo de grandes e ricos arquivos familiares, e que é nas pequenas/grandes informações do quotidiano individual e familiar que está a história de um povo aventuramo-nos não apenas a um elencar de nomes que prefigurassem uma árvore genealógica mas de ir mais além, trazendo á luz do dia indivíduos que de uma forma ou de outra marcaram a sua presença no tempo e no espaço, e deixaram vestígios, registos documentais para memória futura, de alguém que um dia os quis ler e conhecer.

Palavras-chaves: afetos, arquivos, família, memória.

## Abstract

### The family, the memory and the affections: the Alves de Requião (XVII-XX centuries)

We all have a past, a history and story, a family in which we were born and welcomed by destiny. It is in this family, with all its vicissitudes, weaknesses, greatness and all its assets, material and human, that we find ourselves, because our family history does not begin only on the day we were born. If we only have this in mind, our birth, we will be uprooted, from people and places, without the sense of belonging to a place, to a family. It is good to know that we are the result of so many stories, of love, of disaffection, of lives more or less fulfilled, that have crossed centuries and generations until they reach us.

All these generations, these men and women," fruit" of a time, of a momentum, of a circumstance ,so well- defined by Ortega y Gasset, had lives that the written records, always the records, witnessed and allowed the following generations to know , and perhaps, if they are people of affection, see them as a heritage, which is also genetic- theirs.

It was in this sense, and based on the written records that have reached our days that we proposed to know family Alves, which is our paternal family. Always following the male line, which is in our direct ancestry, we sought to give life to these men, and also women (some of whom well distant in time), know them better and at the time they lived. A time that embraces four distinct centuries, and therefore different epochs, although the place is always the same, Requião.

As it was always the written records that gave the motto to the research and directed it to the options taken, this work focused on the study of a life story of a family, with their individuals, some of whom with public life and therefore with much more information resulting from a larger number of sources where their activity was registered.

Aware that there are other many files like this, of ordinary people, as is the case of this family, without the aristocratic ancestry of great nobility houses, which by themselves are synonymous of large and rich family files, and that it is in the detailed and vast information of an individual and family daily life that is the story of a people ,we venture not only to do a list of names that prefigure a family tree but to go further, bringing to light individuals who, in one way or another, marked their presence in time and space, and left traces, documentary records for future memory, for someone that would like to read and know about them.

Keywords: affections, archives, family, memory.

# Índice Geral

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Declaração de Integridade .....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice Geral.....	vii
Índice de Mapas.....	xi
Índice de Quadros .....	xii
Índice de Desenhos .....	xii
Índice de Imagens.....	xii
Índice de Fotografias .....	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	xviii
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. - A freguesia de Requião.....</b>	<b>9</b>
1. Requião: localização e topónimo.....	9
2. O mosteiro de Requião: das primeiras informações à extinção no século XV.....	11
3. A Comenda de S. Silvestre de Requião .....	20
3.1. As visitas à Comenda pelos visitantes da Ordem de Cristo.....	28
3.2. O Tombo da Comenda.....	30
3.3. As visitas à Comenda pelos visitantes do arcebispado .....	33
4. Requião de Setecentos e Oitocentos .....	35
4.1. A visita pastoral .....	35
4.2. A periodicidade.....	37
4.3. Os visitantes e a comitiva visitacional .....	38
4.4. A freguesia através das visitas.....	40
5. O culto.....	55
5.1. As procissões .....	55
5.2. Os dias de preceito e a assistência à missa.....	56
5.3. A pregação e a doutrina.....	59

5.4. A administração dos sacramentos aos doentes e os caminhos .....	63
6. As capelas .....	68
6.1. A capela de Santa Luzia.....	68
6.2. A capela de S. Tiago de Ninães .....	70
6.3. A capela de Santa Cristina .....	72
6.4. A capela de Nossa Senhora das Neves da Pedra Leital .....	72
6.5. A capela de S. José .....	73
6.6. A capela de Santa Bárbara e S. Francisco de Borja .....	74
6.7. A capela de Santo António de Fafião .....	75
7. As confrarias .....	75
7.1. A confraria do Santíssimo Sacramento .....	77
7.2. As confrarias das Almas.....	81
7.3. A confraria de Nossa Senhora do Rosário.....	92
7.4. A confraria do Subsino e do Menino Deus .....	95
8. Os fregueses .....	98
9. Os clérigos .....	99
9.1. O acesso à carreira sacerdotal .....	99
9.2. Os párocos e os outros religiosos da freguesia .....	102
9.3. O comportamento dos clérigos.....	106
10. O cemitério de Requião .....	110
<b>Capítulo 2. A família .....</b>	<b>123</b>
1. A família na Idade Moderna e Contemporânea.....	123
2. As datas marcantes na vida da família.....	124
2.1. O nascimento e o batismo .....	124
2.2. O casamento .....	130
2.3. A morte .....	148
3. A presença feminina na família Alves.....	176
3.1. Emília Pinheiro Monteiro .....	180
3.2. Alice Alves Carneiro dos Santos .....	188
3.3. Bambina Amélia Machado de Araújo.....	193
3.4. Cândida Folhadela Carneiro, a <i>Candidinha</i> .....	196

4. <i>Coisas de mulheres: a moda e o traje</i> .....	198
<b>Capítulo 3. A casa</b> .....	<b>203</b>
1. A casa.....	203
2. A Casa da Ribeira.....	206
2.1. Os criados .....	227
2.2. A casa agrícola .....	237
2.3. A alimentação e as despesas da casa .....	248
3. A Casa de Compostela e os Torres Carneiro .....	255
4. A Casa do Forno de Francisco do Carmo Alves Correia de Araújo.....	261
5. A casa da quinta do Forno de Armindo Alves Correia de Araújo.....	265
5.1. A quinta do Forno: A adega e o vinho produzido por Carlos Alves.....	267
6. A <i>Iluminadora</i> de Requião .....	274
7. O Sindicato Agrícola .....	281
<b>Capítulo 4. As sociabilidades</b> .....	<b>287</b>
1. As sociabilidades dos Alves .....	287
2. As festas .....	288
2.1. A Primeira Comunhão.....	288
2.2. A Ordenação sacerdotal na família .....	292
2.3. O Natal.....	294
2.4. A Páscoa .....	300
2.5. Os aniversários .....	305
3. Sociabilidades de exterior .....	307
3.1. A praia .....	307
3.2. As excursões, as viagens de recreio e os piqueniques.....	313
4. Os automóveis da família no século XX.....	316
5. A caça e os torneiros de tiro aos pombos .....	319
6. As amizades.....	325
6.1. António Francisco Nunes de Almeida .....	325
6.2. Mário Clemente .....	328
6.3. O <i>Senhor Ervalho</i> de S. Pedro de Rates.....	331

6.4. O comendador Augusto Correia de Abreu .....	332
6.5. O comendador Alberto Pimenta Machado.....	336
6.6. O primo José Lacerda .....	338
<b>Capítulo 5. O Brasil.....</b>	<b>341</b>
1. O Brasil como local de destino .....	341
2. A emigração dos Alves para o Brasil no século XIX.....	345
3. A ligação aos Trovisqueira, de Gavião .....	345
4. Joaquim da Costa Araújo.....	349
5. A aventura brasileira dos Alves de Oitocentos.....	356
5.1. Joaquim Alves Correia de Araújo .....	367
5.2. António Alves Correia de Araújo .....	373
5.3. João Alves Correia de Araújo.....	378
5.4. Manuel Alves de Araújo.....	383
5.5. Os outros irmãos Alves da emigração oitocentista: José, Custódio, Luís e Francisco Alves Correia de Araújo .....	386
6. O Retorno .....	388
6.1. Os Alves do retorno.....	389
7. A emigração dos Alves no século XX: Artur Alves Correia de Araújo .....	392
<b>Capítulo 6. A vida pública.....</b>	<b>398</b>
1. O liberalismo e as reformas administrativas .....	398
2. As juntas de paróquia do Estado liberal .....	401
2.1. A junta de paróquia de Requião .....	402
3. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.....	412
3.1. A República .....	414
3.2. O 28 de Maio de 1926 e o Dr. Francisco Alves Correia de Araújo .....	419
3.3. A União Nacional .....	424
3.4. As comemorações dos <i>Centenários</i> .....	427
3.5. O documentário <i>Famalicão</i> de Manoel de Oliveira .....	431
3.6. As casas do povo: a casa do povo de Requião .....	433
3.7. A presidência de Armindo Alves Correia de Araújo, em 1957 .....	437



<b>Conclusão.....</b>	<b>441</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>451</b>
<b>Anexo Genealógico .....</b>	<b>459</b>
Geração 1 .....	459
Geração 2 .....	460
Geração 3 .....	462
Geração 4 .....	464
Geração 5 .....	466
Geração 6 .....	467
Geração 7 .....	469
Geração 8 .....	471
Geração 9 .....	473
<b>Anexo Fotográfico .....</b>	<b>475</b>
Os protagonistas .....	476
<b>Fontes .....</b>	<b>504</b>
1. Fontes Impressas.....	504
2. Fontes Manuscritas .....	504
3. Legislação.....	514
4. Imprensa .....	515
<b>Bibliografia.....</b>	<b>521</b>
<b>Webgrafia .....</b>	<b>585</b>

## Índice de Mapas

Mapa 1 - Freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão após a reorganização administrativa de 2013.....	10
Mapa 2 - A Terra de Vermoim. Divisão eclesiástica do séc. XI.....	14

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Priores do Mosteiro de S. Silvestre de Requião.....	16
Quadro 2 - Cónegos do Mosteiro de S. Silvestre de Requião .....	17
Quadro 3 - Comendadores da comenda de S. Silvestre de Requião (1659-1824).....	24
Quadro 4 - Visitas da Ordem de Cristo à igreja de S. Silvestre de Requião (1732-1787) .....	28
Quadro 5 - Vistos feitos nos Registos Paroquiais em ato de visitação (1616-1706).....	34
Quadro 6 - Escrivão da visita (1709-1745) .....	40
Quadro 7 - Reitores da igreja de S. Silvestre de Requião (1613-1905) .....	104
Quadro 8 - Locais da celebração do casamento da família Alves (1641-1926) .....	142
Quadro 9 - Sazonalidade dos casamentos da família Alves (1641-1926).....	143
Quadro 10 - Idade dos noivos ao casamento (1641-1926) .....	145
Quadro 11 - Número de filhos por casal (1641-1945) .....	146
Quadro 12 - Duração dos casamentos (1641-1926).....	147
Quadro 13- Idade aquando da morte dos cônjuges (1641-1926) .....	150

## Índice de Desenhos

Desenho 1 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade.....	210
Desenho 2 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade.....	214
Desenho 3 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade (pisos 1) .....	220

## Índice de Imagens

Imagem 1 - Carta patente de Armindo Alves Correia de Araújo de entrada na confraria das Almas da igreja de S. Silvestre de Requião. 1912.....	86
Imagem 2 - Certidão de óbito de Manuel, filho de Carlos e Emília. 1938 .....	186
Imagem 3 - Cartão-de-visita de Manuel Alves Correia de Araújo .....	222
Imagem 4 - Anúncio ao Bazar Central no jornal famalicense Estrela do Minho .....	265
Imagem 5 - Cartão de fiscalização da região dos vinhos verdes de Carlos Alves de Araújo.....	270
Imagem 6 - Rótulo do vinho produzido por Carlos Alves nos anos 60.....	273
Imagem 7 - Instalação da luz elétrica na Casa da Ribeira.1930 .....	279
Imagem 8 - Direção do Sindicato Agrícola. 1915 .....	282
Imagem 9 - Registo do dia de aniversário de Carlos Alves Correia de Araújo .....	305

Imagem 10 - Registo de 27 de dezembro de 1961. Dia de aniversário de Armindo Alves Correia de Araújo .....	307
Imagem 11 - Manifesto de armas em nome de Manuel Alves Correia de Araújo. 1933 .....	320
Imagem 12 - Carnet de caça de Armindo Alves Correia de Araújo.....	322
Imagem 13 - Cartão de sócio de Carlos Alves Correia de Araújo .....	323
Imagem 14 - Publicidade ao armazém de Manuel Alves de Araújo.....	385
Imagem 15 - Postal. 1936 .....	396

## Índice de Fotografias

Fotografia 1 - Festividade da freguesia. Adro da igreja de Requião. Ca. 1920 .....	91
Fotografia 2 - Casamento de Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926.....	142
Fotografia 3 - Visita de amigos à Casa da Ribeira. 1944 .....	174
Fotografia 4 - Pais e irmãos de Emília Pinheiro Monteiro. Ca. 1918 .....	175
Fotografia 5 - Alunas e religiosas do Colégio de Lourdes de Santo Tirso. 1925.....	184
Fotografia 6 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926.....	185
Fotografia 7 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro e os filhos. 1940 .....	188
Fotografia 8 - Bambina Amélia Machado de Araújo e o marido, Manuel Alves Correia de Araújo. 1910 .....	196
Fotografia 9 - O espigueiro da Casa da Ribeira. 1911 .....	217
Fotografia 10 - A eira da Casa da Ribeira. 1944 .....	218
Fotografia 11 - A Casa da Ribeira. Ca. 1940 .....	221
Fotografia 12 - A sala de jantar da Casa da Ribeira. 1928 .....	223
Fotografia 13 - O pequeno Zeca na cama. 1928.....	224
Fotografia 14 - As criadas da Casa da Ribeira. 1926 .....	236
Fotografia 15 - Alfredo Alves Torres Carneiro. 1928.....	258
Fotografia 16 - A Casa de Compostela. 1913 .....	260
Fotografia 17 - Os jardins da Casa de Compostela. 1923 .....	261
Fotografia 18 - A Casa do Forno. 2017. ....	264
Fotografia 19 - A quinta do Forno. 1943.....	267
Fotografia 20 - Armindo Alves à porta da adega da quinta do Forno.....	274
Fotografia 21 - Posto de transformação de Requião pertencente à <i>Iluminadora Elétrica de Requião</i> . 1929 .....	280

Fotografia 22 - Primeira comunhão de Cenira Mendes Alves de Araújo. 1938.....	291
Fotografia 23 - Primeira comunhão de Silvestre Monteiro Alves de Araújo. 1951.....	292
Fotografia 24 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1911.....	294
Fotografia 25 - A Páscoa na Casa da Ribeira. Ca. 1951.....	304
Fotografia 26 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1926.....	312
Fotografia 27 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1937.....	313
Fotografia 28 - A família Alves na escadaria do santuário do Sameiro. 1926.....	315
Fotografia 29 - Chrysler Plymouth. 1928.....	317
Fotografia 30 - Armindo Alves na Póvoa de Varzim, junto ao seu Fiat Topolino.....	318
Fotografia 31 - O Citroen arrastadeira de Armindo Alves à porta da Casa da Ribeira. 1946.....	318
Fotografia 32 - O automóvel de Joaquim Alves Correia de Araújo.....	319
Fotografia 33 - Caçadores e troféus de caça. 1926.....	321
Fotografia 34 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1930.....	324
Fotografia 35 - António Nunes de Almeida. 1913.....	326
Fotografia 36 - Passeio ao Buçaco, 1914.....	326
Fotografia 37 - No adro de Requião junto ao antigo cemitério paroquial. 1944.....	327
Fotografia 38 - Na Casa da Ribeira. 1944.....	328
Fotografia 39 - Casa de Mário Clemente no Castelo da Maia. 1952.....	330
Fotografia 40 - Na quinta do Forno. 1943.....	330
Fotografia 41 - Alberto Gomes Ervalho e Armindo Alves Correia de Araújo, na Póvoa de Varzim.....	331
Fotografia 42 - Augusto Correia num piquenique ao lado de Joaquim Alves Correia de Araújo.....	334
Fotografia 43 - Alberto Pimenta Machado, nas <i>Festas de Famalicão</i> , com os irmãos Armindo Alves e Joaquim Alves Correia de Araújo. 1952.....	336
Fotografia 44 - José Lacerda.....	339
Fotografia 45 - D. Emília Cândida Machado Trovisqueira.....	348
Fotografia 46 - Vicente José da Cruz Trovisqueira.....	348
Fotografia 47 - José Francisco da Cruz, Barão da Trovisqueira. 1864.....	365
Fotografia 48 - Joaquim Alves Correia de Araújo e a mulher, Maria Celestina da Costa. Ca. 1865....	370
Fotografia 49 - João Alves Correia de Araújo.....	378
Fotografia 50 - Francisco (do Carmo) Alves Correia de Araújo.....	391
Fotografia 51 - Artur Alves Correia de Araújo e a mulher, Jardelina Mendes de Araújo.....	394
Fotografia 52 - Artur com Jardelina e os quatro filhos em Requião na Casa da Ribeira. 1929.....	395

Fotografia 53 - Armindo Alves Correia de Araújo visitando o empreendimento imobiliário de seu irmão Artur em Copacabana. 1951 .....	397
Fotografia 54 - Inauguração do troço viário entre os lugares de Moço Morto e Sobrado. 1932.....	423
Fotografia 55 - Caminhada a pé pela nova estrada. 1932.....	424
Fotografia 56 - Congresso da União Nacional. 1934.....	427
Fotografia 57 - Festas dos <i>Centenários</i> em Guimarães. 1940.....	429
Fotografia 58 - Cerimónia de encerramento das festas dos <i>Centenários</i> em Requião. 1940.....	431
Fotografia 59 - Tomada de posse de Armindo Alves Correia de Araújo como presidente da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão. 1957.....	438
Fotografia 60 - Inauguração da estrada entre Cavalões e Barcelos. 1958.....	439
Fotografia 61 - Comitiva da câmara famalicense na deslocação a Lisboa. 1958.....	440
Fotografia 62 - Francisco Alves Correia de Araújo. 1897.....	476
Fotografia 63 - Francisco Alves Correia de Araújo. 1936.....	476
Fotografia 64 - Francisco Alves Correia de Araújo sentado na secretária do gabinete da presidência da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão. Em frente, do seu lado esquerdo, o sobrinho Armindo Alves Correia de Araújo, então vereador. 1939.....	476
Fotografia 65 - Manuel Alves Correia de Araújo sentado com os três irmãos, Joaquim, Emília e o pequeno Francisco. Ca. 1878.....	478
Fotografia 66 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1878.....	478
Fotografia 67 - Manuel Alves Correia de Araújo. Ca. 1915.....	478
Fotografia 68 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1938.....	479
Fotografia 69 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1916.....	480
Fotografia 70 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1920.....	480
Fotografia 71 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926.....	481
Fotografia 72 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1970.....	481
Fotografia 73 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília no jardim da Casa da Ribeira, com os quatro filhos. Zeca, ao centro, que já havia cegado. Manuel, ao colo do pai e Emília, com o pequeno Silvestre, o primeiro do nome que faleceria meses dois meses depois, em agosto, aos sete meses. De pé está Quinzinho, de quatro anos. 1940.....	482
Fotografia 74 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os quatro filhos. Ca. 1947. Zeca, sentado, faleceria em 1948, aos 20 anos. Manuel, ao lado do pai e Silvestre, o segundo do nome, nascido em 1941 e o pequeno, Carlos.....	482

Fotografia 75 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os dois filhos mais novos: Silvestre e Carlos. Ca. 1950.....	483
Fotografia 76 - Artur Alves Correia de Araújo. 1915. Tem dedicatória de oferecimento ao irmão Ernesto. ....	484
Fotografia 77 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. 1923.....	484
Fotografia 78 - Artur Alves Correia de Araújo. 1929 .....	485
Fotografia 79 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. Ca. 1921 .....	485
Fotografia 80 - Artur e Jardelina Mendes Alves de Araújo, na casa da Ribeira com os filhos: Eunice, Cenira, Orlando e Jacira. 1929 .....	485
Fotografia 81 - Postal enviado à família. Artur com os filhos por alturas do Carnaval do Rio de Janeiro: Eunice, Cenira, Orlando, Jacira e a bebé Lucila. 1931.....	486
Fotografia 82 - Artur no Rio de Janeiro, meses antes de falecer. 1955.....	486
Fotografia 83 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1914 .....	488
Fotografia 84 - Joaquim Alves Correia de Araújo com os colegas do curso de Medicina. Ca. 1915. ..	488
Fotografia 85 - Joaquim Alves Correia de Araújo já mobilizado para Moçambique, onde esteve destacado como alferes-médico. 1917. ....	489
Fotografia 86 - Joaquim Alves Correia de Araújo na frente moçambicana na Primeira Guerra Mundial. 1917.....	489
Fotografia 87 - Joaquim Alves Correia de Araújo e Alice Carneiro dos Santos com os três filhos: Armindo, Artur e Júlia. 1933. ....	489
Fotografia 88 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1948. ....	490
Fotografia 89 - Ernesto Alves Correia de Araújo aquando da sua ordenação. 1911. ....	491
Fotografia 90 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1942.....	491
Fotografia 91 - O padre Ernesto com os seus paroquianos em Santiago da Cruz. Sem data. ....	492
Fotografia 92 - Armindo Alves Correia de Araújo, quando entrou para a faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 1911. ....	493
Fotografia 93 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1919.....	493
Fotografia 94 - Armindo Alves Correia de Araújo, no segundo ano do seu curso de Direito com os colegas numa visita ao Bussaco. 1913.....	493
Fotografia 95 - Armindo Alves Correia de Araújo num dos seus passatempos, a caça. Taveiro, Coimbra. 1921.....	494

Fotografia 96 - Armindo Alves Correia de Araújo com amigos em Caminha quando esteve destacado nesta comarca como delegado do procurador da República. 1925. ....	494
Fotografia 97 - Armindo Alves Correia de Araújo num torneio de tiro em Famalicão. 1930. ....	495
Fotografia 98 - Armindo Alves Correia de Araújo numa caçada, num momento de boa disposição, como era apanágio da sua personalidade brincalhona, vestindo um avental de uma criada e colocando um pano na cabeça simulando um véu. 1931. ....	495
Fotografia 99 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1933.....	496
Fotografia 100 - Armindo Alves Correia de Araújo com os seus cães e as criadas da Casa da Ribeira. 1939.....	496
Fotografia 101 - Armindo Alves Correia de Araújo na Póvoa de Varzim com os dois sobrinhos, Armindo e Artur, filhos de seu irmão Joaquim. 1939. ....	497
Fotografia 102 - Armindo Alves Correia de Araújo na Casa da Ribeira com o seu Fiat Topolino. 1944. ....	497
Fotografia 103 - Armindo Alves Correia de Araújo com a sua arma de caça. 1957.....	498
Fotografia 104 - Armindo Alves Correia de Araújo já com a perna amputada. Ca. 1960. Da esquerda para a direita: Joaquim Alves Correia de Araújo, comendador Pimenta Machado, Mário Clemente, o comendador Correia de Delães, Emília Pinheiro Monteiro, Júlia dos Santos Alves de Araújo (sentada) e o <i>Senhor Torres</i> , de Touguinhó.....	498
Fotografia 105 - Joaquim, Emília e Manuel, ainda crianças. Ca. de 1870. ....	500
Fotografia 106 - De pé Joaquim, Manuel (sentado), Emília e o pequeno Francisco, com a mão pousada sobre o seu irmão mais velho, Manuel. Ca. de 1880.....	500
Fotografia 107 - Joaquim, Emília, Manuel e Francisco, na velhice. 1939. ....	501
Fotografia 108 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira em Requião: Ernesto, Armindo, Joaquim, Ernestina (sentada), e Carlos. Ca. 1910.....	502
Fotografia 109 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira com os pais, Bambina Amélia e Manuel. Da esquerda para a direita: Joaquim, Artur, Ernestina, Carlos, Ernesto e Armindo. 1911. ....	502
Fotografia 110 - Os irmãos Alves na Casa de Pudre, em Requião. Da esquerda para a direita: Armindo, Ernesto, Ernestina, Joaquim, Carlos. 1952. ....	503

## Lista de Abreviaturas e Siglas

**ACMRJ** - Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

**ADB** - Arquivo Distrital de Braga

**ADLSB** - Arquivo Distrital de Lisboa

**ADP** - Arquivo Distrital do Porto

**AHM** - Arquivo Histórico Militar

**AJFR** - Arquivo da Junta de Freguesia de Requião

**AMAS** - Arquivo Municipal Alberto Sampaio

**AMB** - Arquivo Municipal de Barcelos

**ANTT** - Arquivo Nacional Torre do Tombo

**APR** - Arquivo Paroquial de Requião

**APRV** - Arquivo Paroquial de Ruivães

**APSC** - Arquivo Paroquial de Santiago da Cruz

**APVNF** - Arquivo Paroquial de Vila Nova de Famalicão

**APCMAA** - Arquivo Particular de Carlos Monteiro Alves de Araújo

**APTA** - Arquivo Particular de Teresa Araújo

**Ca.** - Cerca

**Cf.** - Conferir

**Fl./fls.** - Fólio/fólios

**Liv./lvs.** - Livro/livros

**N.º** - Número

**P./pp.** - Página/páginas



Ao Pai que me ensinou a gostar de Requião  
e a ter orgulho nos *nossos...*



A família Alves em 1926.

Da esquerda para a direita (de pé): Ernestina, Armindo, Jardelina, Artur, Carlos, Joaquim. Sentados: Ernesto, Bambina Amélia, Manuel, Alice. As crianças: Eunice, Armindo, Cenira e Artur, ao colo da mãe.

## Introdução

A maior parte das pessoas pensa que os arquivos de uma família são exclusivos das grandes casas senhoriais ou de gente de tal forma importante que deixou marcas na História de um país. Os arquivos de família podem também ser arquivos de gente comum, com ou sem vida pública, ainda que a existência desta signifique obrigatoriamente mais registos e informação sobre as suas vidas e o seu percurso. E logicamente, e por isso mesmo, mais apelativos em termos de histórias de vida.

De facto, e tal como é defendido por Philippe Artières *arquivar a própria vida* não é unicamente privilégio de homens ilustres, de escritores ou de governantes, mas de todas as pessoas que ao longo da sua vida, mais ou menos longa, acumulam papéis, registos: cartas e postais recebidos, fotografias, certidões de todo o tipo, de nascimento, de óbito, faturas, recibos, etc, etc, seja por uma questão meramente espontânea de simples afeto no ato de guardar, seja por obrigações legais e do fisco, na atualidade<sup>1</sup>. E mesmo, num passado mais remoto, onde o acesso ao documento escrito, ou à escrita, que era prerrogativa de muito poucos, o homem comum guardaria inevitavelmente aquele ou aqueles documentos que sabia serem a prova para legitimar direitos. Fosse a posse da terra emprazada, fosse uma escritura de pagamento e destrato de uma qualquer dívida contraída, ou mesmo uma carta de um amor, correspondido ou não, cheia de intenções de futuro, ou ainda, aquela carta de saudade do filho, ou do marido que partiu para o outro lado do mundo em busca de uma vida melhor. São estes *viejos papeles tan llenos de vida*, segundo designação de Antonio Castillo Gómez que retratam vidas diferentes, afastadas da história institucional de reis e de príncipes, ou de gente importante que figura nos manuais<sup>2</sup>. São vidas de gente, mais ou menos anónima, gente comum, também parte da História e que deixou a sua história, e marcas da sua passagem pela vida em muitos documentos, em muitos registos, permitindo a construção duma memória individual e familiar, é certo, mas que extravasa esse domínio e faz parte integrante duma memória coletiva através de um outro tipo de fontes primárias.

Trata-se de papéis que põem a escrito sentimentos, emoções, que legitimam a posse de propriedades, que asseguram direitos familiares em caso de litígio, que confirmam a cedência de terras ou a partilha de bens, ou muito simplesmente documentos que retratam e imortalizam um dia de festa materializado numa fotografia de um batizado, de um casamento, de um filho ou de um neto. Todos eles cuidadosamente guardados para memória futura, quer para servir de prova no caso de uma ação judicial,

---

<sup>1</sup> Artières, Philippe, "Arquivar a própria vida", in *Revista Estudos históricos*, Vol. 11, n.º 21, Rio de Janeiro, 1998, p. 31.

<sup>2</sup> Castillo Gómez, Antonio, "Esos viejos papeles tan llenos de vida", in Sierra Blas, Verónica (dir.), *Estos papeles viejos tan llenos de vida. Materiales para el estudio y edición de documentos personales*, Girona, CCG Ediciones, 2009, pp. 9-10.

quer para avivar a memória através de um retrato e amaciar a saudade de entes que partiram, seja pela morte seja pela ausência provocada por uma estadia longa noutras paragens.

Se para alguns estes papéis são pouco significativos em termos de valor pecuniário, sem o valor artístico ou mesmo afetivo de uma peça de joalheria, por isso mesmo desprezados aquando de uma herança entre herdeiros, acabando mesmo à venda numa qualquer feira de antiguidades e velharias, ou simplesmente no lixo, para outros, esses registos são importantes fontes para a história de um indivíduo ou de uma família. São o que resta de vidas que partiram, de histórias de pessoas, que só serão lembradas enquanto houver memória para as contar, caso contrário perder-se-ão para sempre. Daí a importância do registo escrito como memória viva. Perder a memória, é perder o passado, é perder afetos e sentimento de pertença.

Estes documentos são parte integrante do património de uma família, da sua memória, da sua história, que os arquivos institucionais nunca poderão sequer abarcar com os seus registos essa dimensão sentida e privada, dos afetos, dos sentimentos, dos gostos. Sem os papéis velhos dos arquivos familiares perder-se-ia para sempre a história da família, ou teríamos apenas uma visão fragmentada e, por isso, incompleta, de quem foram os seus membros, concedendo-lhes homogeneidade, ou não.

É graças a estes registos escritos, e muitas vezes às *pequenas coisas*, geralmente *recordações de mulheres*, por pertencerem ao mundo das senhoras, peças de enxoval, objetos de adorno, caderninhos de receitas, álbuns de fotografias, postais ilustrados, missais, entre muitos outros objetos do universo feminino, que a memória duma família se constrói e se renova. Pois, a memória histórica não pode nem deve limitar-se aos registos efetuados por imperativos legais de nascimento, casamento, se for caso disso, e óbito ou mesmo por outras quaisquer escrituras notariais.

Quisemos descobrir os Alves em tantas outras fontes primárias que testemunharam e registaram a sua passagem pela vida, mais ou menos vivida, seja em termos de longevidade, seja segundo os cânones de cada época. Fontes primárias ou *pequenas coisas*, na verdadeira aceção da palavra, e às quais nunca deixamos de prestar atenção, que dizem respeito a pessoas, que já não existem, que já poucos ou mesmo nenhuns recordam, e aos quais a memória acabará mais cedo ou mais tarde por esquecer, e até apagar. Indivíduos, que nas suas épocas, no seu tempo viveram a sua vida, com sonhos e desilusões, com sucessos e também fracassos, igualmente elas, próprias do seu tempo, e que nos dispusemos a tentar fazer renascer e a dar voz.

---

<sup>3</sup> Sobre a importância de preservar os objetos considerados pouco significativos do património das famílias consulte-se Santos, Maria José Moutinho; Santos, Maria Fernanda; Leite, Isabel Pereira, *Exposição. As pequenas coisas: recordações de mulheres. 1910-1950*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

Fomos encontrá-los nos registos que testemunharam e anotaram, oficial ou privadamente, a sua passagem pela vida: nas inscrições de alunos na Universidade de Coimbra, ou nas do colégio do Espírito Santo, em Braga; nos livros onde se lançavam as notas dos alunos no Liceu Central de Braga; nas *habilitações de generis* do arcebispado bracarense que habilitavam ao sacerdócio os jovens e provavam a obrigatoriedade da sua pureza de sangue; nos livros notariais que revelavam os contratos de empréstimo, ou a compra de terras efetuadas, ou ainda as cláusulas matrimoniais contidas nos contratos de casamento que fizeram. Igualmente encontrámos os homens da família nomeados nos almanaques comerciais, onde fomos descobrir as suas firmas, ou também nos pedidos de passaporte para sair do país, ou mais recuados no tempo, em pleno século XVII como possuidores de terra emprazada no tomo da Comenda de Requião. Mas também, e porque alguns Alves tiveram vida pública, com ligações à política local famalicense, nas atas de vereação camarárias ou nas da junta de paróquia e mais tarde de freguesia, nos jornais locais, nos livros das confrarias de Requião e associações locais como a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova de Famalicão, o Clube de Caçadores ou o Sindicato Agrícola. Descobrimos, igualmente estes homens e mulheres da família, no seu arquivo pessoal, privado, que a passagem do tempo, e felizmente, manteve mais ou menos intacto: nos cartões-de-visita, nas inúmeras fotografias, nos álbuns fotográficos, nos rótulos das garrafas do vinho que produziam, nos postais, nas cartas que recebiam, nos recibos e nas faturas, nas cédulas pessoais, nos diferentes cartões de identidade dos organismos a que pertenciam, enfim, uma panóplia de documentos que oferecem testemunhos importantes da vida da família, e dos seus elementos, e que revelam uma dimensão diferente dos existentes nos arquivos públicos.

Para além destes registos encontrámos no arquivo dos Alves um outro tipo de fontes que se configuram nas chamadas escritas definidas como *ordinárias*, as escritas populares, escritas de gente comum. Trata-se de escritas que têm por denominador comum o facto de não serem efetuadas por profissionais da escrita. Isto é, incluem todo um universo de gente vulgar, onde se encontram barbeiros<sup>4</sup>, pequenos comerciantes, lavradores<sup>5</sup>, entre muitas outras pessoas que entraram no mundo das letras por variadas razões e não com preocupação de construir uma obra literária<sup>6</sup>. Trata-se de um tipo de escrita,

---

<sup>4</sup> Na gestão do seu negócio um oficial de barbearia, António Sá Vieira (1857-1938) foi sobrepondo uma escrita pessoal aos registos da sua atividade profissional, cruzando-os, inclusive, com acontecimentos políticos de âmbito local e nacional. Veja-se Português, Ernesto, *Cadernos de contas de um barbeiro. Memórias de Monção*, Monção, Câmara Municipal de Monção, 2010.

<sup>5</sup> Nas agendas de Antonio Castillo Ruiz ou do camponês José Aparício Sangregorio, de Malaguilla, na província de Gualajara foram registadas cada uma das tarefas agrícolas que executavam, a dependência face ao clima e outros detalhes da vida pessoal e quotidiana. Castillo Gómez, Antonio, "Tras la huella escrita de la gente común", in Castillo Gómez, Antonio (coord.), *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*, Oiartzun, Sendoa, 2001, pp. 9-34.

<sup>6</sup> Sobre estas escritas ordinárias leia-se Fabre, Daniel, *Écritures ordinaires*, Paris, Éditions P.O.L /Centre Georges-Pompidou, 1993.

geralmente associada a momentos intensos de vida interior, como é o caso de um diário ou de um caderno registando emoções e acontecimentos de foro mais íntimo, ou uma escrita que retrata a rotina das ocupações quotidianas. Ambas apenas com o objetivo de deixar um apontamento, um auxiliar de memória que resgata numa leitura, mais ou menos rápida, informações, acontecimentos vividos.

Encontrámos esta *escrita ordinária* nas agendas de Carlos Alves Correia de Araújo que associou o hábito de escrever as suas várias ocupações quotidianas. Rigoroso, metódico, e organizado, assumia o ato como uma rotina obrigatória, que fazia na sua escrevaninha de fole, sempre ao final do dia, geralmente antes de se deitar. Era através destas anotações diárias, que funcionavam como um indispensável apoio à memória<sup>7</sup>, que geria a sua vida profissional e pessoal: enquanto presidente da junta de freguesia de Requião, avaliador da Fazenda, ou como gestor das propriedades, inicialmente da família, depois as suas, ou ainda como pai de família, como amigo dos seus amigos, com obrigações sociais, e de sociabilidade, que fazia questão em manter.

Embora só tivéssemos tido acesso a cinco agendas respeitantes aos anos sessenta do século XX, entre 1960 e 1964, sabemos que existiam outras para os anos trinta, quarenta e cinquenta, mas que a incúria do tempo, ou dos indivíduos, não permitiu que chegassem até aos nossos dias. Nestas agendas era registada toda a economia doméstica, os gastos e as receitas da casa e das explorações agrícolas, com anotações meteorológicas inclusive, não esquecendo um outro tipo de apontamentos de carácter mais pessoal e íntimo, como o nascimento ou a morte de algum membro da família, ou mesmo algum acontecimento importante, digno de registo e com o fim de construir a memória familiar, que deveria ser sempre tida em atenção<sup>8</sup>. Aliás, os documentos que integravam a memória familiar, e diziam respeito à família eram cuidadosamente guardados no cofre que havia na Casa da Ribeira. De facto, o cofre funcionava não apenas como o local onde eram guardadas algumas joias ou dinheiro, mas como *arquivo findo*, isto é o local, o depósito inviolável, e protegido, de documentos, alguns dos quais de gerações anteriores, que espelhavam a organização familiar e a legitimavam.

Paralelamente tivemos acesso a um outro documento, que se configura igualmente no universo da escritas populares, que deu voz e fez conhecer duma forma muito mais completa o seu autor, o diário de guerra de Joaquim Alves Correia de Araújo, durante os cerca de dezanove meses em que esteve envolvido na frente bélica moçambicana. Não sendo um escritor, no sentido académico ou profissional

---

<sup>7</sup> As escritas deste tipo funcionam, muitas vezes, enquanto estratégia de memória. Sobre este uso da escrita que tem também uma função de lembrança leia-se Thies, Vania Grim; Peres, Eliane, "Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor- uma prática de escrita "masculina", in *Revista Brasileira de Educação*, vol. 14, n° 41, 2009, pp. 216-231.

<sup>8</sup> A propósito de este tipo de escrita realizada no mundo do trabalho na lavoura consulte-se Thies, Vania Grim, "A escrita no cotidiano da zona rural: os diários de dois agricultores", in *Roteiro*, vol. 33, n° 1, Joaçaba, 2008, pp. 101-125.

da escrita, Joaquim teve necessidade de relatar na primeira pessoa a dureza por que passou, eternizando desta forma ideias, valores, acontecimentos, factos históricos, nomeadamente, por si vividos, e sentidos, entre a primavera de 1917 e o dia do armistício, em novembro de 1918. Um *refúgio do eu* e um repositório de lembranças, escrito ao longo dos dias, num exercício diário que exorcizava e amenizava a saudade de casa e dos entes queridos, que a História vai buscar e onde é possível encontrar variados aspetos, não só que dizem respeito ao mundo privado e individual, mas também ao público, como foi este caso particular<sup>9</sup>.

Quer os diários, quer as cartas pessoais, cujo estudo se vem intensificando desde a última década do século XX, integrado nas chamadas escritas ordinárias, ou mesmo sem qualidade, permite ir além da esfera individual do memorialista, trazendo ao mesmo tempo informações sobre o momento político e social vivido<sup>10</sup>.

Todas estas fontes proporcionaram valiosas informações sobre os Alves, gente comum que deixou as suas marcas na família e na comunidade local. Foram estes registos, mais ou menos dispersos, mais ou menos diferentes, que nos permitiram descobrir um a um os homens da família, e algumas das suas mulheres, construindo o seu percurso e até a sua aparência física, quando possível para os casos mais recentes, em que o contributo do registo fotográfico foi fundamental. Mas igualmente os seus hábitos, as suas rotinas, os seus costumes, contextualizando-os, sempre e inserindo-os no espaço e no tempo em que viveram. São estes arquivos de gente comum, ainda que a vida pública os coloque numa situação de alguma exceção, que permitiram a análise do percurso da família Alves ao longo destes quatrocentos anos, desde que o primeiro Alves/Alvares chegou a Requião em 1641, vindo de S. Martinho de Sequeiró.

Foi sobretudo objeto deste trabalho de investigação explorar as fontes primárias a que tivemos acesso, de forma a conhecer os elementos da família, e tentar descobrir os homens, para além do nome e das informações básicas de nascimento, casamento e óbito. Tal como defendeu Oliveira Marques, não quisemos escrever uma história genealógica que se limitasse a um elencar de nomes e datas, uns por cima dos outros, à maneira das tradicionais árvores de costados ou pôr em evidência grandes

---

<sup>9</sup> Sobre este tema ler Cunha, Maria Teresa Santos, "Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido", in *História: Questões & Debates*, n.º 59, Curitiba, Editora UFPR, 2013, pp. 115-142.

<sup>10</sup> Consulte-se dois exemplos de diários em Cunha, Maria Teresa Santos, "Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro", in *Património e Memória*, vol. 3, n.º 1, São Paulo, 2007, pp. 53-70.

acontecimentos da História, que não foram de todo protagonizados por estes homens, quisemos conhecer, e dar a conhecer, os Alves através dos registos e dos *papéis velhos*<sup>11</sup>.

Foi de facto, nossa intenção seguir a sugestão de Oliveira Marques quando diz que a história genealógica, inclusive a do homem comum, que é o caso, *deve antes aproximar-se de um romance, em que os antepassados são os protagonistas principais mas em que não podem faltar uma trama e os enquadramentos familiares, profissionais, políticos, culturais e até paisagísticos*<sup>12</sup>. Procuramos reconstruir histórias, quadros e indivíduos de uma família, abordando os contextos e a interação que homens e mulheres fizeram com eles.

Quisemos conhecer a vida dos Alves, uma família constituída por pessoas comuns. Tentamos, sobretudo, fazer um exercício de rememoração a partir dos documentos que deixaram, ou daqueles *papéis* que os nomeavam e referenciavam, de forma a compreender as suas relações com a sociedade em que viveram. Todos eles foram o mote, ainda que não contenham mais do que uma pequena/grande história familiar, para um exercício de memória e memórias, de cujas vidas quisemos analisar e sobretudo dar a conhecer.

Como sublinhava Hobsbawm, a maior parcela das sociedades é constituída por gente comum, isto é pessoas do povo, gente sem grandes pergaminhos de fidalguia. No entanto, sabemos muito pouco sobre eles, como viviam, quais eram os seus hábitos, uma vez que grande parte da produção historiográfica até finais do século XIX parcamente fala da vida dessas pessoas. E quando o faz, e os nomeia como um todo coletivo, é apenas para a exaltação dos governantes e dos protagonistas da História, que não são, de todo, o homem comum. A história das gentes comuns como campo específico de estudo começou, segundo ele, nos anos cinquenta do século XX, face às correntes marxistas que favoreciam o interesse dos historiadores pela história social<sup>13</sup>.

Ao centrar-se no indivíduo comum, a História procura novos registos e os arquivos privados das famílias são uma importante fonte de informação que irá dar voz aos excluídos da história oficial, não aos marginais da sociedade, que não o eram de todo, mas aos marginais da produção historiográfica.

E se no passado a investigação histórica se alimentava essencialmente e em exclusivo da documentação administrativa, judicial, económica que se encontrava nos arquivos públicos, atualmente e graças à mudança de paradigma, os arquivos privados de gente comum são fontes a ter em atenção e a ser usadas. De facto, com o decorrer dos tempos, o conceito de fonte histórica foi-se alargando ao

---

<sup>11</sup> Marques, A. H., "História genealógica do homem comum: micro-história ou macro-história?", in *História. Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 4, Porto, FLUP, 2003, p. 183.

<sup>12</sup> Marques, A. H., "História genealógica do homem comum...", pp. 183-184.

<sup>13</sup> Hobsbawm, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013, pp. 280-300.



mesmo tempo que a História ia também alargando o seu objeto de estudo, ampliando temáticas, e deixando de ser apenas uma história militar, política, eclesiástica que tinha como protagonistas a realeza e membros da aristocracia e clero para ser uma história mais global, cheia de homens reais, de gente comum. Aquelas pessoas que, no dizer de Garcia Lorenzana, até há bem pouco tempo nem sequer entravam nas notas de rodapé dos livros de História<sup>14</sup>.

Como entendemos que estudar uma família significa antes de mais conhecer os seus elementos, encontrar as ligações genealógicas foi isso que primeiramente fizemos, pois só assim pudemos conhecer os seus homens e mulheres. Uma árvore genealógica que quase sempre privilegiou o elemento masculino, varonil<sup>15</sup>, que nos conduziu até ao primeiro Álvares que chegou a Requião, em 1641.

Depois disto não poderíamos deixar de fazer o enquadramento espacial. Os Alves são uma família de Requião, e foi nesta freguesia que sempre viveram e se relacionaram, até publicamente, por isso fazia sentido estudar a paróquia, que nos obrigou a recuar até Setecentos, na medida das fontes primárias disponíveis e a que tivemos acesso.

No terceiro capítulo apresentámos a família na idade Moderna e Contemporânea, nomeadamente as datas que marcaram a vida familiar destacando o batismo, o casamento e a morte como ritos de passagem que testemunham, até pelos registos paroquiais, uma nova realidade familiar. Quisemos igualmente, dar destaque às mulheres da família, ainda que tivessem entrado por via do casamento, uma vez que esta história de família fez-se essencialmente com homens. São eles os protagonistas, foram eles que deixaram os registos escritos, ou pelo menos, foram os registos deles que chegaram até nós.

Nos capítulos seguintes centrámo-nos na casa e nas suas várias vertentes e nas sociabilidades. Foi a Casa da Ribeira, e as suas dinâmicas interiores e exteriores, enquanto Casa mãe da família Alves que mereceu a nossa particular atenção, nomeadamente as festas aí realizadas: o Natal, a Páscoa, os aniversários que reuniam família e amigos à volta da mesa. Os amigos, em particular aqueles mais chegados, e que estavam sempre presentes na vida da família foram também objeto de estudo.

O Brasil, como local de destino e de afirmação económica da família tinha também de ter uma abordagem neste trabalho. Por isso, dedicamos o capítulo VI à emigração e ao retorno de alguns elementos da família. Foi graças à emigração, e ao comércio em terras brasileiras, que os Alves enriqueceram, acumulando algum pé-de-meia que lhes permitiu no retorno investir na propriedade

---

<sup>14</sup> Garcia Lorenzana, Francisco, "Conjurar el olvido. Archivos de la Memoria Popular", in Castillo Gómez, Antonio (dir.), *Cultura Escrita y clases subalternas: una mirada española*, Sendoa, Editores loartzun, 2001, p. 192.

<sup>15</sup> Como se trata da história da família da autora, privilegiamos o lado masculino que está na sua ascendência, embora num ou noutro caso geracional, não diga respeito ao filho varão mais velho.

fundiária em Requião, e o acesso à categoria de principais proprietários da freguesia e do concelho. Descobrimos as relações familiares com os Trovisqueira de Gavião, nomeadamente com José Francisco da Cruz, barão da Trovisqueira.

O último capítulo refere-se à vida pública da família, fruto do poder económico fundiário alcançado em finais do século XIX e que se prolongou por todo o início do século XX. Alguns dos seus homens conseguiram chegar ao topo da hierarquia municipal, nomeadamente nos anos 40 e 50, ao topo da União Nacional concelhia, formando uma forte facção municipal.

Foi este o desafio a que nos propusemos ao longo destes anos de estudo e investigação que se materializaram neste trabalho apresentado. Conhecer a família Alves com base nos registos, nas informações que foram possíveis encontrar e que foram deixadas por estes homens ao longo de mais de trezentos e cinquenta anos. E foram essas fontes primárias, esses documentos, de cariz privado ou público, que deram o mote a este trabalho, por onde tudo começou e ganhou vida.

## Capítulo 1. - A freguesia de Requião

### 1. Requião: localização e topónimo

Falar da família Alves e não fazer referências à freguesia de Requião seria algo redutor, incompleto, até porque a família ao longo destas dez gerações em estudo manteve-se sempre neste lugar do concelho famalicense. Ainda que existam deslocamentos pontuais para outras localidades, a vida dos Alves situou-se sempre em Requião, local que os identificava no exterior, ainda no século XX, como pertencentes a uma família de proprietários rurais sediados nessa freguesia. Foi em Requião que viveram e foi também aí que os seus membros tiveram vida pública, quer exercendo cargos políticos na junta, quer religiosos nas principais confrarias da freguesia. Ou, igualmente, como investidores privados, que trouxeram a iluminação elétrica à freguesia.

Por isso, impõe-se neste trabalho um primeiro capítulo sobre a freguesia. Sem nos debruçarmos muito sobre as origens ou a história conhecida sobre os primórdios deste lugar, há no entanto, questões relativas ao mosteiro de Requião, às suas origens e conseqüente implantação, que marcaram a paisagem e ficaram, inclusive, registados na toponímia<sup>16</sup>, que não podíamos deixar de nos referir mais aprofundadamente.

Situada num vale, Requião é atualmente, e desde a reorganização administrativa de 2013, uma das trinta e quatro freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, inserida na comunidade intermunicipal do Ave, pertencente ao distrito de Braga e à antiga província do Minho.

Com uma área aproximada de oitocentos e vinte hectares, correspondendo a 8,2 km<sup>2</sup>, confronta *grosso modo* a norte com as freguesias de Gavião e Vale de S. Martinho, a este com a freguesia de Vermoim, a oeste com a de Antas e Abade de Vermoim e a sul com as de Avidos e Lagoa, Seide (São Paio e São Miguel), Ruivães e Novais, e Landim. Dista da sede do município, a atual cidade de Vila Nova de Famalicão, cerca de 5Km. Situada num vale, inserido no território do baixo Minho, circundado pelos montes de Santa Cristina e das Eiras. Requião é um bom exemplo da paisagem minhota e dos usos que os seus habitantes continuam a dar à terra. O parcelamento do terreno segue o mesmo princípio usado em todo o espaço minhoto: o minifúndio. Assim, os campos agrícolas da freguesia são caracterizados por estarem inseridos em pequenas parcelas de terreno, perto de linhas de água e em que o verde é a cor predominante. Esse verde advém das duas principais culturas que se praticam na freguesia: o milho (grosso) e a vinha (para a produção de vinho verde), influenciados também, e muito, pelo clima ameno durante todo o ano.

---

<sup>16</sup> Subsistem ainda hoje nomes como alameda do mosteiro, lugar do mosteiro, casa do mosteiro.

Mapa 1 - Freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão após a reorganização administrativa de 2013



Fontes: *Diário da República*, n.º 19/2013. Reorganização administrativa do território das freguesias, Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Direcção-Geral do Território, *Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013: Continente* ([http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop\\_download/caop\\_2013\\_0/caop2013cont\\_zip\\_2](http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop_download/caop_2013_0/caop2013cont_zip_2)) Consultado em 20 de novembro de 2017.

O topónimo Requião vem da palavra *requies*, que significa descanso, algo ainda hoje perfeitamente atual, uma vez que a feição rural e verdejante da freguesia, associada à existência de várias quintas, continua a marcar a sua paisagem. Já a *Corografia Portuguesa*, escrita nos inícios do século XVIII, menciona o *aprazível sítio em que se situa* a freguesia como responsável pela denominação, que a toponímia marcou e deu-lhe significado<sup>17</sup>. Uma paisagem que continua verde, bucólica, que não se descaracterizou nem perdeu com o passar dos tempos o significado do seu topónimo.

<sup>17</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, vol. I, Lisboa, Na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & à sua custa impresso, 1708, p. 327.

## 2. O mosteiro de Requião: das primeiras informações à extinção no século XV

Talvez tenha sido a beleza e a tranquilidade do lugar um dos motivos para a instalação em Requião, em tempos muito anteriores à nacionalidade, de uma comunidade monástica, de tradição visigótico-frutusiana<sup>18</sup> que, desde antes da restauração da diocese de Braga, em 1071, e do governo dos condes D. Henrique e D. Teresa, sabemos ter existido na freguesia<sup>19</sup>. Um facto que não seria de estranhar, pois sabemos que desde a época suevo-visigótica, nos séculos VI e VII, se assistiu a uma grande proliferação de mosteiros em muitas zonas do Ocidente peninsular. Também por toda a Hispânia não faltaram exemplos de fundações de cenóbios, quer em zonas urbanas, dentro ou fora de muros, quer nas zonas rurais<sup>20</sup>.

Queremos, no entanto, sublinhar que a beleza e a tranquilidade do local, propício ao descanso, *pelo aprazível sítio em que está*<sup>21</sup>, não significa, no entanto, nem podem ser confundidas com o conceito tradicional de isolamento eremítico, que a maior parte das vezes se associa às comunidades monásticas<sup>22</sup>. De facto, como refere José Mattoso, seguindo a perspetiva do especialista da história monástica Dom Jean Leclercq, a vivência monástica caracteriza-se acima de tudo pela separação do *mundo*, pela abstinência sexual, pela prática de exercícios religiosos, sejam eles a recitação, cântico de orações ou mesmo a meditação, e ainda por condutas ascéticas. Todas estas práticas tanto se encontram em eremitas, isto é em todos aqueles que sem obedecerem a qualquer norma ou regra praticam a solidão ou a errância, como em comunidades cenobitas que, e ao invés, estabelecem as suas observâncias baseados numa regra, que seguem<sup>23</sup>. Terá sido esta conceção de vida conventual, orientada pelo seguimento e observação de um cânone, que em tempos recuados se estabeleceu num mosteiro em Requião. Aí, e à semelhança de outras comunidades de natureza eclesiástica que proliferavam na região do baixo Minho, residiam clérigos, que movidos por uma vontade de viver em comum e seguidos

---

<sup>18</sup> Algumas comunidades monásticas instalaram-se na zona da diocese de Braga, bem próximo do mosteiro de Dume, de onde irradiou a ação dos bispos-abades Martinho, Frutuoso e Rosendo, que acabaram por elas próprias seguir a sua variante.

<sup>19</sup> Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média. Identificação do território, instituições, vida e declínio. Alguns aspetos", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 93-98.

<sup>20</sup> Jorge, Ana Maria C. M., "As instituições monásticas e a fuga do mundo", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, ..., pp. 203-206.

<sup>21</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem...*, p. 327.

<sup>22</sup> Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV...*, p. 622.

<sup>23</sup> Mattoso, José, "Forma de Vida Monástica. Nota Histórica", in Sousa, Bernardo Vasconcelos (dir.); Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico...*, pp. 37-39.

pelos seus usos monásticos, exerciam uma vivência pastoral ao serviço das populações onde se implantavam<sup>24</sup>.

Esta realidade foi constatada pelo *censual* da diocese bracarense no século XI. Neste documento, organizado pelo bispo D. Pedro assim que toma posse do governo da diocese em 1085, estão enunciadas as várias propriedades do bispado bracarense bem como as rendas, pensões, foros ou censos que estas deviam pagar<sup>25</sup>. O objetivo seria essencialmente administrativo, com vista a taxar as instituições diocesanas, paróquias, mosteiros, igrejas ou capelas, para que com o seu foro anual fossem garantidas não só a subsistência do bispo e do cabido mas também a própria sé bracarense, em avançado estado de construção, sagrada em 1089<sup>26</sup>.

Designado por *Censual de Entre Lima e Ave*, o documento divide a região em dez *Terras*, isto é, dez circunscrições administrativas, e em quinhentas e setenta e três freguesias e mosteiros, revelando toda a organização paroquial da diocese no século XI<sup>27</sup>. Um território diocesano vasto, que a seguir ao de Évora era o mais extenso das dioceses portuguesas, no qual fazia parte a *Terra de Vermoim*, e onde estava situado o mosteiro de Requião, sob o orago de S. Cristóvão<sup>28</sup>, como fazendo parte das oitenta paróquias e igrejas que a integravam<sup>29</sup>.

Estas dezenas de paróquias, mesmo considerando a pequenez de cada uma, uma vez que bastavam quinze fogos/famílias para se constituir uma paróquia, corresponderiam a centenas de habitantes, o que prova uma vida religiosa e económica já organizada nestes meados do século XI, fruto de uma população desde há muito presa à terra<sup>30</sup>. Uma prática de povoamento, e até uma vitalidade religiosa e cultural, que vinha já desde tempos suevos, que naturalmente com a chegada dos árabes à Península Ibérica, nomeadamente à cidade e à região bracarense, por volta de 713, acabou por reprimir e até conter, como seria de esperar. Uma natural desorganização, social e paroquial, que não chegou ao despovoamento completo a ponto de um *ermamento* total, como o considerou a historiografia tradicional

---

<sup>24</sup> Mattoso, José, “Forma de Vida Canónica. Nota Histórica”, in Sousa, Bernardo Vasconcelos (dir.); Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 169-171.

<sup>25</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. I..., pp. 272-281.

<sup>26</sup> Marques, José, “Braga, Arquidiocese de”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 240.

<sup>27</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga...*, pp. 345-353.

<sup>28</sup> O orago inicial era S. Cristóvão, passando-se a paróquia a designar S. Silvestre de Requião a partir das Inquirições de 1258. CF. Marques, José, “A Terra de Vermoim na Idade Média...”, p. 94.

<sup>29</sup> A partir de 1258 a designação de *Terra de Vermoim* é substituída por *Julgado de Vermoim*. Marques, José, “A Terra de Vermoim na Idade Média...”, pp. 81-82.

<sup>30</sup> Marques, José, “A Terra de Vermoim na Idade Média...”, p. 73.

do passado<sup>31</sup>. Esta teoria está hoje em dia perfeitamente ultrapassada, embora se admita, obviamente, uma rarefação demográfica<sup>32</sup>.

No nosso caso concreto, e na área geográfica que hoje corresponde aos limites da freguesia de Requião, e nos interessa particularmente, encontramos registados neste *Censua*/para além do mosteiro de S. Cristóvão, as paróquias/igrejas de S. João da Pedra Leital, S. João de Sesulfe, S. Tiago de Ninães, S. Mamede de Crespos, e ainda Santa Cristina de Covas, cuja existência remete para o atual lugar de Santa Cristina. Todas estas paróquias seriam mais tarde extintas, embora não saibamos determinar com precisão a data em que tal aconteceu<sup>33</sup>, e absorvidas, neste caso, pelo mosteiro de Requião, acabando por ficar reduzidas a simples capelas ou lugares. No entanto, fazem ainda hoje parte da toponímia da freguesia, à semelhança do que aconteceu com outras tantas paróquias da *Terra de Vermoim*<sup>34</sup>.

Devemos esclarecer que a *Terra de Vermoim*, e tendo em atenção essas oitenta paróquias e igrejas que a compunham referenciadas no referido *Censua*, englobava uma área territorial vastíssima que ia no sentido transversal desde o limite poente da freguesia de S. Simão da Junqueira com as de Togue e Touguinha, pertencentes à *Terra de Faria*, até à divisória de S. João de Brito, no atual concelho de Guimarães, com S. João de Ponte e Fermentões, ambas desse mesmo concelho, e no sentido longitudinal, desde o limite norte de Lemenhe até ao rio Ave, nas freguesias de Areias e Lama, do atual concelho de Santo Tirso<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> A tese do *ermamento* defendida por Alexandre Herculano e por Sánchez-Albornoz, e outros autores, que consideravam a existência um deserto estratégico e um despovoamento total provocado pelas invasões árabes.

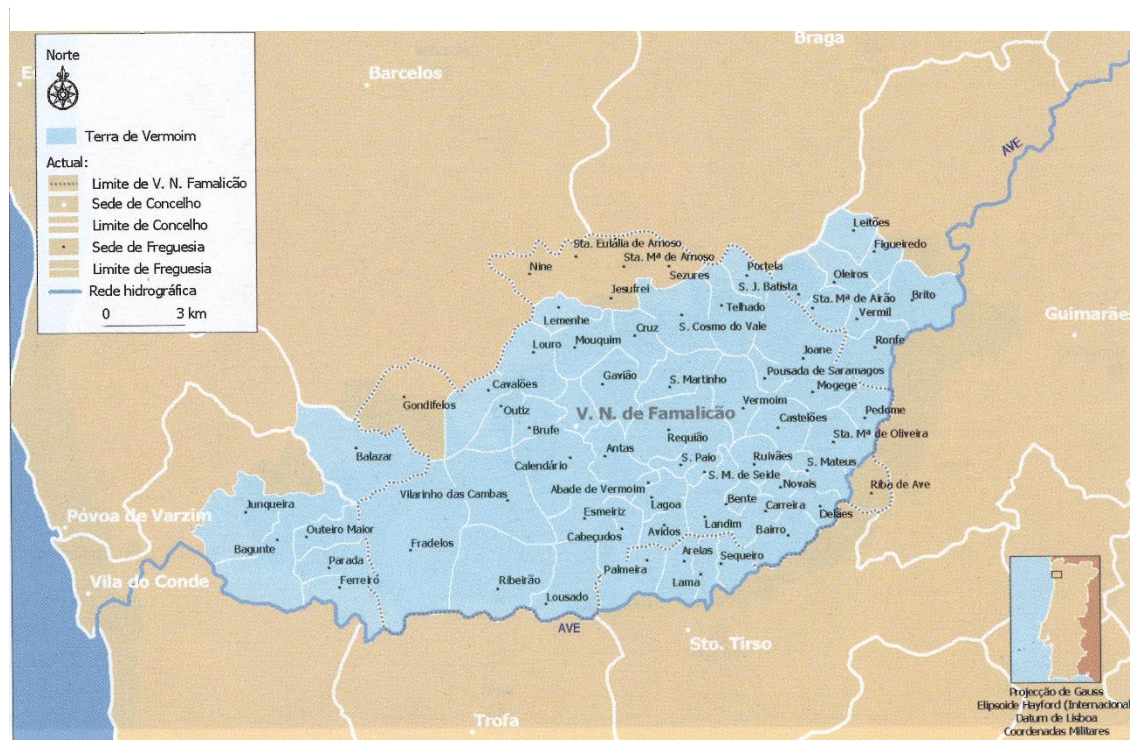
<sup>32</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga...*, pp. 45-66.

<sup>33</sup> Já não são mencionadas a partir das Inquirições de 1220.

<sup>34</sup> Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média...", pp. 79-83.

<sup>35</sup> Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média...", pp. 73-74.

Mapa 2 - A Terra de Vermoim. Divisão eclesiástica do séc. XI



Fonte: Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média. Identificação do território, instituições, vida e declínio ...", p. 74.

Além do registo no *Censual* do bispo D. Pedro, do século XI, são escassas as informações relativas ao mosteiro de S. Cristóvão de Requião, que nas Inquirições de 1258 já tinha a designação de S. Silvestre de Requião<sup>36</sup>.

Conhece-se mal a sua história e a dos membros da sua comunidade eclesiástica, à exceção de uma ou duas notícias que lhe fazem referência, por isso mesmo dignas de registo. É o caso de um documento de 1106 referindo Odário, *prior de Riquiam*, como confirmante; ou um outro, de 1114, mencionando a *villa Requiiani* subordinada ao castelo de Vermoim do território bracarense<sup>37</sup>; ou ainda a notícia que Oerius, na qualidade de superior do mosteiro de Requião, e com o título de abade<sup>38</sup>, por um documento de 14 de dezembro de 1138 outorga um contrato de cedência da quinta parte da igreja e de outros bens da freguesia de Capareiros, feita em conjunto com os religiosos do mosteiro e seus co-herdeiros, ao arcebispo de Braga, na altura D. João Peculiar (1139-1175) em troca do *jantar*<sup>39</sup> a que o

<sup>36</sup> Inquirições realizadas sob o reinado de D. Afonso III.

<sup>37</sup> "In villa Riquiliani sub tunc castro Vermudi territorium Bracarense discurrere ribulo Ageredi" (DP, III, n.º 47). Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. II..., p. 45.

<sup>38</sup> Segundo José Marques não se reveste de significado especial o título de abade, pois na altura era frequente a confusão terminológica, entre *abade* e *prior*. Ver Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média...", p. 95.

<sup>39</sup> Também chamado parada ou procuração, o jantar consistia em aposentar e alimentar o prelado da diocese ou o seu representante e respetiva comitiva na visita anual que estes faziam às paróquias, conforme o recomendava o cânon 11 do Concílio de Mérida (666). Era um encargo pesado, muito embora tivesse em atenção as possibilidades das igrejas e mosteiros que a isso eram obrigados, e ao qual muitos procuravam fugir, dando propriedades em troca



mosteiro estava anualmente obrigado. Era um encargo de tal forma pesado que o abade do mosteiro de Requião preferia dar em troca desse tributo anual propriedades que possuía, isentando-o desta forma da obrigatoriedade do *jantar*.

Depois, ao longo do século XIII, voltámos a encontrar várias referências na *Vimaranis Monumenta Historica* ao *Monasterium de Requiam in villa de Requiam* ou à *Freeguisia de Sam Silvestre de Requiam*, ou ainda, em finais do século XIII inícios do século XIV à *Parrochiis monasterii Sancti Silvestri de Requiam*, bem como a *Sam Silvestre de Requiam*<sup>40</sup>.

As restantes informações são essencialmente do século XV e dizem sobretudo respeito à extinção do mosteiro e à passagem a igreja paroquial. Além disso, temos ainda duas notícias relativas aos seus priores, cuja responsabilidade nas missões a que foram designados reflete, além do prestígio pessoal de cada um deles, a própria importância da instituição a que estavam afetos. É o caso de D. Rodrigo Esteves, prior do mosteiro de Requião no ano de 1421, altura em que foi nomeado comissário apostólico pela bula do papa Martinho V (1417-1431), incumbido da importante responsabilidade de reduzir, de quarenta e quatro para trinta, o número de capitulares da Sé de Braga. Ou do prior D. Gaspar Vasques, também nomeado pelo mesmo papa, comissário apostólico para anexar as paróquias de S. Miguel das Marinhas e de Argvai ao cabido bracarense, tal como pretendia o arcebispo D. Fernando da Guerra (1417-1467) solicitando superiormente tal pretensão<sup>41</sup>.

Há exceção destes dois exemplos, a maioria das informações sobre o mosteiro de S. Silvestre de Requião situam-se, de facto, no período posterior a 1421 e estão relacionadas com o seu processo de cessação.

Mesmo sem se conhecer o real motivo da sua extinção e os condicionamentos particulares que no caso concreto levaram ao fecho do mosteiro de Requião, convém salientar que tal ação insere-se num movimento mais vasto. Este movimento, a que o impacto da crise dos séculos XIV e XV não foi alheio, levou à supressão de muitas comunidades monásticas e a uma consequente transformação das respetivas igrejas em paroquiais.

Antes de analisarmos esse processo de extinção convém esclarecer como é que estes mosteiros, de tradição visigótica, reagiram às várias e modernas observâncias monásticas (benedictina, agostinha, cisterciense), de regras diferentes, que desde o último quartel do século XI, gradualmente, iam fazendo a sua aparição no condado portugalense. Situação, a que não é estranha a chegada e crescente influência

---

como aconteceu neste caso ou muitas vezes escusando-se mesmo ao pagamento o que dava origem a litígios que levavam mesmo à intervenção do sumo pontífice. Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. I..., p. 282.

<sup>40</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. II..., p. 45.

<sup>41</sup> Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV...*, p. 723.

dos monges de Cluny e à adoção da liturgia romana, por volta de 1085, na diocese de Braga<sup>42</sup>. Ou mesmo a implantação em território nacional, em Santa Cruz de Coimbra, no ano de 1131, de uma casa de cónegos regulares observantes dos costumes de São Rufo de Avinhão, que rapidamente se torna o centro difusor da regra agostiniana.

Ainda que não saibamos precisar a data, nem mesmo os pormenores relativos à adesão à *regra e estatutos* dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, sabemos, no entanto, que foi a agostiniana a escolhida pelo mosteiro de Requião. O mesmo se passou com os demais mosteiros da Terra de Vermoim: Santa Maria da Oliveira, Santa Maria de Landim e S. Simão da Junqueira, todos aderentes à observância agostinha. Todos, não foi bem assim, os sobreviventes melhor dizendo, aqueles cuja adesão à *regra* os salvou da extinção. De facto, todos aqueles mosteiros que não aderiram a uma, ou a outra observância, e onde ainda vigoravam as práticas de um monaquismo visigótico decadente, acabariam por se extinguir na primeira metade do século XII. Foi o caso de S. Salvador de Lemenhe, S. Tiago de Landim (Areias), S. Salvador da Lagoa<sup>43</sup>, na Terra de Vermoim, e outros tantos nas restantes dioceses.

Infelizmente, para o caso concreto do mosteiro de Requião temos muito poucas informações sobre a vida desta comunidade e dos seus priores, que provavelmente e como a grande parte dos mosteiros agostinianos da região do Entre-Douro-e-Minho terá seguido o modelo de São Rufo de Avinhão, optando pela via canonical regrante mais aberta, com uma forte componente pastoral e de assistência à comunidade rural onde estava inserido. Mesmo assim, e graças ao contributo de investigações recentes sobre a comunidade regrante em Portugal, é possível identificar alguns priores e cónegos do mosteiro de Requião durante os séculos XIII e XIV.

Quadro 1 - Priores do Mosteiro de S. Silvestre de Requião

1316	Martim Martins
1329	Julião Nunes
1334	Aparício Peres
1421	Rodrigo Esteves
Antes de 1425	Gonçalo Vasques

Fonte: Fernandes, Aires Gomes, Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvores de Trezentos à congregação de Santa Cruz, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011, pp. 427-428, tese de Doutoramento policopiada.

<sup>42</sup> Mattoso, José, *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 89.

<sup>43</sup> Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV...*, p. 629.

Quadro 2 - Cónegos do Mosteiro de S. Silvestre de Requião

1316	Gil Eanes (?) <sup>44</sup>
1316	Julião Martins <sup>45</sup>
1336	Afonso Martins <sup>46</sup>
1336	Domingos Anes Rebelo <sup>47</sup>
1336	João Candoso <sup>48</sup>
1348	Fernão Martins <sup>49</sup>
1367	Domingos Miguéis (?) <sup>50</sup>

Fonte: Fernandes, Aires Gomes, Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média..., pp. 608-609.

Como já o referimos, a grave crise dos séculos XIV e XV provocada pelos maus anos agrícolas, pela peste (sobretudo a Peste Negra), pelas guerras frequentes, e pelas consequências que daí advieram, acabariam por atingir também a vida de muitas comunidades monásticas, que desapareceram e viram as suas igrejas transformadas em paroquiais. Só na diocese de Braga, e a título de exemplo, cerca de

<sup>44</sup> Gil Eanes/Gil Eanes- Provável cónego do mosteiro de Requião. Em janeiro de 1316 era abade de Santa Marinha de Ferreiró, igreja de apresentação conjunta dos mosteiros de Requião e S. Simão da Junqueira, queixando-se ao rei D. Dinis de abusos cometidos por cavaleiros. Gil Eanes deverá ter falecido por esta altura ou pouco tempo depois, uma vez que o mosteiro de Requião apresentava, a 20 de fevereiro de 1316, o cónego Julião Martins para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró, entretanto vaga, justamente, *per mortem Egidii Johannis*. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, pp. 608-609.

<sup>45</sup> Sabemos que já integrava a comunidade de Requião a 20 de fevereiro de 1316, dia em que foi proposto para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró, em virtude do falecimento do seu anterior titular, o abade Gil Eanes. No entanto, entre a data da apresentação e a da confirmação decorreu mais de um ano, uma vez que *Julianum Martini canonicum dicti Monasterii de Requam* só seria confirmado em Ferreiró a 26 de fevereiro de 1317. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

<sup>46</sup> *Alfonsi Martini* é referenciado como cónego regrante do mosteiro de Requião a 7 de dezembro de 1336. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

<sup>47</sup> Em 7 de dezembro de 1336 *Dominici Johannis Rebello* surge identificado como cónego regrante do mosteiro de Requião. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

<sup>48</sup> Também, no dia 7 de dezembro de 1336, *Johannes Candoso canonicus Regularis dicti Monasterii de Requam* surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Braga, pelo qual o arcebispo absolvía de excomunhão o prior do mosteiro de Requião. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

<sup>49</sup> Cónego do mosteiro referenciado como testamenteiro do prior de Requião a 8 de março de 1348. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

<sup>50</sup> Provável cónego do mosteiro de Requião. A 4 de outubro de 1367 foi confirmado na igreja de Santa Marinha de Ferreiró o cónego Estêvão Domingues, religioso do mosteiro de S. Simão da Junqueira, entretanto vaga por falecimento de Domingos Miguéis. Tendo em consideração que esta igreja era da apresentação conjunta de Requião e da Junqueira, Aires Gomes Fernandes faz-lhe a hipotética atribuição, pois diz ser provável que este abade fosse cónego de Requião, uma vez que não detetou o seu nome entre a comunidade regrante de S. Simão da Junqueira. Fernandes, Aires Gomes, *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 609.

metade das comunidades monásticas beneditinas desapareceram<sup>51</sup> e no caso dos mosteiros agostinhos, a percentagem dos extintos, chegou quase aos 40%<sup>52</sup>.

O mosteiro de S. Silvestre de Requião fez parte desse rol de mosteiros agostinianos extintos, cuja igreja monástica foi transformada em paroquial pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, pessoalmente conhecedor da situação em que este se encontrava e onde havia estado mais do que uma vez<sup>53</sup>. Alegando *lidemas razões que a ello moveron*, D. Fernando da Guerra assinou no dia 8 de março de 1433 o decreto da extinção do mosteiro, reduzindo-o a *igreja secular curada*, nomeando para isso o abade João Lourenço, clérigo de missa e capelão do conde de Barcelos, com a obrigação de aí celebrar três missas semanais<sup>54</sup>.

Poderão ter sido vários os motivos que teriam estado na génese desta, e doutras extinções, ocorridas durante o século XV. Desde a falta de religiosos<sup>55</sup>, ou mesmo a existência de um número tão reduzido de clérigos que inviabilizava por completo a existência duma comunidade monástica propriamente dita com todas as consequências daí inerentes, como, por exemplo, a eleição de prior poderiam ter contribuído para o fecho<sup>56</sup>. Ou, a crescente relaxação e desregramento da vida monástica aos quais se associam a imoralidade e o concubinato que tanto dano causaram ao clero, passando pelos abusos e violências praticadas por parte de padroeiros e poderosos contra os conventos, podem igualmente ser fatores a ser considerados para a extinção.

Sem, no entanto, conhecermos as razões em concreto que levaram a tal cessação, sabemos que o mosteiro de Requião teria sido várias vezes vítima de abusos de variadíssima ordem, que iam desde pilhagens, passando por roubos até à usurpação de terras, por parte de padroeiros e de outros poderosos, que tentavam apropriar-se da igreja ou do mosteiro a qualquer custo. No início do século XIV, o mosteiro queixou-se dos abusos por parte de cavaleiros, donas e escudeiros, apelando por isso a D. Dinis para pôr cobro a tal situação, levando o rei a ordenar às suas justiças que atuassem em conformidade, em janeiro de 1316<sup>57</sup>. Esta circunstância acontecia com frequência nas diversas dioceses,

---

<sup>51</sup> Marques, José, "A igreja no mundo do Infante D. Henrique", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 12, 1995, p. 203.

<sup>52</sup> Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV...*, p. 722.

<sup>53</sup> D. Fernando da Guerra esteve no mosteiro de S. Silvestre de Requião a 15 de agosto de 1430 quando se deslocava a caminho da corte e a 12 de agosto de 1432 na visita pastoral que lhe fez.

<sup>54</sup> Aos domingos e nos dias de festa, à segunda-feira pelos fiéis defuntos e à quinta-feira, em honra e louvor do Divino Espírito Santo.

<sup>55</sup> Como aconteceu nos mosteiros de Vilar de Frades, Vimieiro, Rates, Gondar, Lufrei, Banho, S. Torcato, etc. Ver Marques, José, "A igreja no mundo do Infante D. Henrique...", p. 204.

<sup>56</sup> Marques, José, "Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna", in *Separata das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória-Ciclo de Conferências*, Porto, 1997, pp. 173-207.

<sup>57</sup> Fernandes, Aires Gomes, *Os cônegos regantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, pp. 608-609.

a ponto dos prelados se queixarem aos monarcas e de o assunto, durante século XIV, ser recorrentemente apresentado em cortes<sup>58</sup>.

Ainda que a situação económica do mosteiro de Requião não fosse muito desafogada<sup>59</sup> comparativamente a outros mosteiros agostinianos<sup>60</sup>, este teria, de qualquer forma, um rendimento e um património apetecível à cobiça de muitos senhores que a todo o custo se arrogavam a direitos de *aposentadoria*, de *comedoria e jantar*<sup>61</sup>, ou ainda a subsídios de *cavalaria* para armar os filhos cavaleiros ou resgatá-los do cativo, ou mesmo, a subsídios de *casamento* para dotarem as filhas que contraíam matrimónio.

De facto, para além do património base que era exigido, e que havia permitido a fundação do mosteiro, nomeadamente o terreno para o cemitério, o terreno para usufruto do clero, o passal, as alfaias litúrgicas, os paramentos, os livros e outros objetos necessários ao culto, havia uma série de bens, como propriedades e rendas, que iam aumentando a riqueza da instituição, tornando-o por isso objeto de cobiça. Não nos podemos esquecer da função que a religião e o clero representavam junto das populações nesta época, em que as doações de terras e parcelas de terrenos sucediam-se, muitas delas baseadas numa economia de troca pela salvação da alma e pelo temor do juízo final<sup>62</sup>. Acresce a tudo isto, e fruto do seu rendimento que foi aumentando, a compra de terras que a dada altura, sobretudo a partir do século XIII, os reis conscientes deste poder emergente, começam a querer limitar.

No caso concreto do couto do mosteiro de Requião, sabemos pelas Inquirições de 1258<sup>63</sup> que este fora comprado a D. Sancho II (1209-1248) por quinhentos morabitinos, tendo-lhe sido, desde logo,

---

<sup>58</sup> Marques, José, "A igreja no mundo do Infante D. Henrique...", pp. 204-205.

<sup>59</sup> O mosteiro de S. Silvestre de Requião foi taxado no reinado de D. Dinis em 300 libras, que corresponderiam a um terço dos seus rendimentos anuais. D. Dinis recebeu do papa João XXII, pela bula *Apostolice Sedi* de 23 de maio de 1320, a décima de todas as rendas eclesiásticas do reino, excetuando as igrejas, comendas e benefícios pertencentes à Ordem do Hospital, pelo tempo de três anos, para assim subsidiar a guerra contra os mouros. Disto resultou o arrolamento das igrejas e respetiva taxação, executado por uma comissão de dignatários eclesiásticos que teve de percorrer o país. Fortunato de Almeida publicou esta lista segunda a versão de um documento de 1746 (Manuscrito n.º 179 da Biblioteca Nacional de Lisboa) que se encontra em Almeida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971, pp. 90-143.

<sup>60</sup> A título de exemplo, o mosteiro vizinho de Santa Maria de Landim fora taxado em 1435 libras, o mosteiro de São Salvador de Grijó em 3000 e o de Santa Marinha da Costa em 1000 anuais. Fernandes, Aires Gomes, *Os cônegos regantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média...*, p. 29.

<sup>61</sup> Tratava-se da alimentação para o senhor e sua comitiva, incluindo os animais.

<sup>62</sup> Rodrigues, Ana Maria S. A., "Patrimónios, Direitos e Rendimentos eclesiásticos", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I..., pp. 261-275.

<sup>63</sup> Sobre as Inquirições de 1258 feitas por ordem de D. Afonso III consulte-se Herculano, Alexandre, *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, *Inquisitiones*, Vol. I, fasc. IX, Lisboa, Academia das Ciências, 1977, pp. 1458-1459.

passada a respetiva carta de couto comprovativa da sua imunidade face ao poder real<sup>64</sup>. Tratava-se, por isso, de uma terra imune, onde o rei renunciava a sua autoridade fiscalizadora e de cobrança, todo o poder era exercido pelo prior do mosteiro a quem cabia a gestão do domínio.

Foi neste domínio eclesiástico, à semelhança de qualquer senhor leigo, que os monges entregaram, direta ou indiretamente, as terras de Requião à exploração. Divididas em maiores ou menores parcelas, essas terras eram o sustento, sempre pequeno, de famílias de camponeses que as trabalhavam a troco de pesados encargos em géneros, dinheiro e serviços devidos ao mosteiro.

### 3. A Comenda de S. Silvestre de Requião

Em inícios do século XVI voltamos a ter notícias do mosteiro de Requião, ao ser incluído no lote das comendas novas da Ordem de Cristo.

O processo de formação das comendas novas, assim designadas para se diferenciarem das até à data existentes, denominadas de velhas ou antigas<sup>65</sup>, situa-se entre 1514-1517. Instituídas no seguimento da determinação papal<sup>66</sup>, este processo teve como protagonista o rei D. Manuel I (1495-1521), ele próprio mestre da Ordem de Cristo, que lhe pertencia desde 1484, na sequência da morte de seu irmão, o duque D. Diogo. Dignidade da qual não abdicou, mesmo depois de ser aclamado rei<sup>67</sup>, contrariamente ao desejo de seu primo, e cunhado, a quem sucedeu, o rei D. João II (1481-1495) que, e conforme as suas disposições testamentárias, desejava atribuir o mestrado da Ordem a D. Jorge<sup>68</sup>.

Foi de facto, como rei e mestre da Ordem de Cristo, que D. Manuel I conseguiu do Papa Leão X as benesses necessárias que iriam alimentar o seu espírito de cruzada, decorrentes, claro está, da

---

<sup>64</sup> Apesar de a informação dada pelas Inquirições, dizendo que logo foi passada a carta de couto. Não fazendo do rol das cartas de couto conhecidas e já publicadas o mais plausível, e segundo José Marques é bem provável que esta se encontre entre a documentação de D. Sancho II ou eventualmente copiada em alguma chancelaria posterior. Ver Marques, José, "A Terra de Vermoim na Idade Média...", p. 102.

<sup>65</sup> Instituídas aquando da criação da Ordem de Cristo. Ver Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, "A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 255.

<sup>66</sup> Pela bula *Redemptor Noster Dominus Jesus Christus* de 29 de abril de 1514, o papa Leão X autorizava o rei português a retirar a quantia anual de vinte mil cruzados das rendas dos mosteiros e igrejas do reino para proceder à criação e dotação de comendas novas na Ordem de Cristo. Foi nomeado executor da bula o nuncio António Puccio, legado do Santo Padre e da Santa Sé apostólica, com a missão de rapidamente desencadear o processo com a celeridade que se impunha. Dos cerca de sessenta mosteiros contemplados praticamente metade pertenciam aos cônegos regrantes de Santo Agostinho ou, como era o caso do mosteiro de S. Silvestre de Requião, entretanto convertido em igreja paroquial, como vimos no ponto anterior.

<sup>67</sup> D. Manuel I, filho de D. Fernando, sobrinho de D. Afonso V, e por sua vez, neto de D. Duarte, será aclamado rei a 27 outubro de 1495, sucedendo a D. João II, falecido a 25 de outubro desse ano.

<sup>68</sup> D. Jorge era filho bastardo de D. João II com Ana de Mendonça. Ver Silva, Isabel L. Morgado de Sousa e, "A Ordem de Cristo (1417-1521)", in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n.º 6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, pp. 96-97.

cumplicidade existente entre a monarquia portuguesa e a Santa Sé, a que não foi alheia a embaixada enviada por si ao então chefe da Igreja, que deslumbrou o mundo<sup>69</sup>.

Assim sendo, o rei autorizado pelo Papa a retirar a quantia de vinte mil cruzados<sup>70</sup> das rendas, inicialmente dos mosteiros do reino e depois também das igrejas paroquiais que ajudariam a complementar o montante estabelecido, fica na posse de vastos rendimentos eclesiásticos, para desta forma distribuir benefícios (títulos e rendas), e assim reforçar obediências e clientelas. Clientelas essas, que teriam de obedecer a requisitos que ele próprio impunha, nomeadamente a obrigatoriedade, para ser provido de uma comenda nova, dos cavaleiros terem servido pelo período de dois anos, de forma continuada e a expensas próprias, em terras de África.

No caso concreto de Requião essa tomada de posse fez-se no dia 26 de maio de 1515<sup>71</sup>. Os oficiais régios acompanhados pela autoridade judicial, que legalizava todo o processo efetuado, apresentaram-se em Requião (no dia anterior tinham estado no mosteiro de S. Simão da Junqueira e em S. Pedro de Rates) e oficializaram a *posse corporal real e auctual de tantos fructos e rendas* do mosteiro de S. Silvestre na presença do então capelão Rui Lopes, do prior Simão Pires, e dos fregueses Rodrigo Enes, Gonçalo Fernandes e António Gonçalves, que se comprometeram a entregar anualmente setenta

---

<sup>69</sup> A 12 de março de 1514 chegava a Roma a embaixada enviada por D. Manuel I ao Papa, encabeçada pelos embaixadores Tristão da Cunha, Diogo Pacheco e João de Faria, cujo grande objetivo seria imediatamente conseguido. Leão X honrado e admirado com ofertas tão grandiosas e exóticas concede ao rei português várias benesses de carácter económico. Ver Silva, Isabel L. Morgado de Sousa e, "As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina", in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, Comendas das Ordens Militares da Idade Média, Atas do Seminário Internacional*, n.º 11, Porto, CEPES, 2009, p. 110.

<sup>70</sup> Por esta razão, muitas vezes, se chamar às comendas novas, comendas dos vinte mil cruzados. Ver Silva, Isabel L. Morgado de Sousa e, "As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Uma Criação Manuelina", in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, Comendas das Ordens Militares da Idade Média...*, p. 107.

<sup>71</sup> *Do moesteiro de Requiam e pelo sobredito modo o seguinte dia que som vinte seis do mês de Mayo de quinhentos e quinze o dicto procurador pareceo pessoalmente no moesteiro de requiam e stando presentes o moderno prior ou comendatario e yssso mesmo o priol que foy seu pay do moderno e o dicto Joham de Sá Miguel notificou e presentou as dictas leteras apostólicas e expos a continência e narrativa deles e per vigor deles em nome do dicto senhor rey e seu Meestrado de Christos tomou e apreheode a posse corporal real e auctual de tantos fructos e rendas do dicto moesteiro per que o dicto senhor aja setenta oyto ducados d'ouro pagadoyros ao dicto senhor e seu mestrado depois da vagaçom do dicto moesteiro de Sam Silvestre de Requiam per qualquer modo que vagar segundo mais largamente se contem nas dictas leteras os quaes setenta oyto ducados som per as ditas leteras dimenbrados do dito moesteiro e applicados e pro dote dados cada huum anno perpetuamente ao dito mestrado a qual posse asy tomou per pedra terra telha e ingressum monasterii e per tantum canpanarum abrindo as portas e fechando e per as outras cousas no semelhante auto de posse sollitas et consuetes do qual aucto pediu a mim notairo huum e mais estormentos testemunhas que presentes foram Ruy Lopez capellam do dicto moesteiro e Rodrigo Annes fregueses e Gonçalo Fernandez e Antonio Gonçalvez outros fregueses e o dicto moderno prior Symom Pirez e Pero Afonso prior e outros e eu Marçal Vasquez publicoç notário appostolico sobredito que a todo presente fuy e este estormento escrevy e assigney ao pee desta lauda em fe da verdade. Cfr. Silva, Isabel L. Morgado de Sousa e, "As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Século XVI", in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Militares*, n.º.13, Porto, CEPES-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2012, pp. 80-81.*

e oito ducados de ouro ao mestre da Ordem de Cristo, a partir de então seu senhor, de acordo com a taxaço estabelecida<sup>72</sup>.

Estas informaçoões, graças a publicaçoões recentes de investigadores que se tem debruçado sobre estes assuntos, vêm contrariar a historiografia do passado que atribuía ao reinado de D. Sebastião a comenda de Requião<sup>73</sup>.

Se conhecemos a data da entrega do mosteiro e couto de Requião à comenda da Ordem de Cristo o mesmo não se passa relativamente ao primeiro comendador<sup>74</sup>, a quem D. Manuel I teria entregado a comenda. Ignoramos também quando o fez. Sabemos apenas, que em 1659 a comenda de S. Silvestre de Requião, que havia vagado por morte do 2º conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1593-1658), era pertença do seu filho, Luís de Vasconcelos e Sousa.

Sem conhecermos no concreto o caso da comenda de Requião, é, no entanto, provável que os serviços de João Rodrigues Vasconcelos e Sousa, destacado militar do reinado de D. João IV (1640-1656), que se notabilizou nas guerras da Restauração, terão sido suficientes para as retribuiçoões régias que conseguiu ao longo da sua vida. Estas continuarão com o seu filho, Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º conde de Castelo Melhor, um exemplo paradigmático dessa lógica de clientelas e valimentos, que ao ser nomeado escrivão da puridade de D. Afonso VI, tornou-se o mais importante ministro da monarquia<sup>75</sup>.

A segunda metade do século XVI e todo o século XVII foram fortemente marcados pela chamada *economia da mercê*<sup>76</sup>, ou economia da *graça*, que se vivia sobretudo desde que D. Manuel I se tornou rei, e decidiu manter-se grão-mestre da Ordem de Cristo. E mais ainda, a partir do momento em que as ordens militares de Avis e Santiago são também incorporadas na administração régia a coroa passou a deter uma importante e considerável fonte de rendimentos à sua disposição, de grande valia enquanto instrumentos de expressão da graça régia<sup>77</sup>. Esta consistia na atribuição de várias recompensas: tenças, pensões, cargos, comendas, hábitos a todos aqueles que serviam os monarcas. Neste sentido, muitas

---

<sup>72</sup> Esta taxa anual em ducados de ouro estabelecida pelos oficiais régios tinha em conta a dimensão da igreja/mosteiro. Só a título de exemplo, o vizinho mosteiro de Landim foi taxado em duzentos e trinta e cinco ducados. Já a igreja de S. Salvador de Minhotães em vinte e oito ducados.

<sup>73</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, p. 327.

<sup>74</sup> Embora não saibamos o nome do(s) comendador(es) anterior(es) a 1659, desde essa data que temos notícia de todos os comendadores até à morte do último.

<sup>75</sup> Sobre este assunto ver Pinto, Ricardo Fernando, "Intimidade, transgressão e privança na dinâmica dos "afetos" do Antigo Regime: o caso de António Conti, o príncipe dos favoritos de D. Afonso VI (1656-1662)", in *História. Revista da FLUP*, IV série, vol. 2, Porto, FLUP, 2012, pp. 129-146; Dantas, Vinicius Orlando de Carvalho, *O Conde de Castelo Melhor: Valimento e Razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)*, Niterói, 2009, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>76</sup> Ver Olival, Fernanda, *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra. Mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Editora Estar Lda, 2001, pp. 18-38.

<sup>77</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 24.



famílias ascenderam a lugares de destaque, elevadas à grandeza de uma primeira nobreza, graças a serviços prestados ao rei. Os tempos da Restauração, sobretudo o das guerras, foram férteis em valias várias que podiam ir desde a concessão de insígnias duma ordem religiosa até à mercê de uma comenda. Foram muitos os chefes militares da guerra desses tempos conturbados que foram premiados com o acesso à Grandeza, de primeira nobreza da corte, tal como referiu Nuno Gonçalo Freitas Monteiro<sup>78</sup>.

Há semelhança de tantos outros validos, os feitos de João Rodrigues Vasconcelos, minuciosamente relatados pelo conde da Ericeira, D. Luís de Menezes<sup>79</sup>, valeram-lhe não só a confirmação das mercês que já possuía, concedendo-lhe o título de conde em mais duas vidas, mas muitas outras benesses, já que era desta forma que se pautavam os relacionamentos e as convivências entre os vassallos e o seu rei<sup>80</sup>. Será que foi nestas circunstâncias que recebeu a comenda de Requião, juntamente com outros benefícios recebidos pela graça régia, que se enquadram nesta estratégia de valimento? Não sabemos. O certo é que o alvará no registo geral das mercês<sup>81</sup> nos dá essa informação, e em 1659, como já referimos, a comenda de S. Silvestre de Requião, que havia vagado por morte do conde de Castelo Melhor, estava na posse de seu filho, Luís Vasconcelos e Sousa. Tornando-se pela morte do pai, em novembro de 1658, no 3º conde de Castelo Melhor, e senhor das suas comendas.

Pelo menos durante seis anos a comenda de S. Silvestre de Requião manteve-se nas mãos do todo-poderoso conde de Castelo Melhor, que a administrava juntamente com as de S. Miguel de Alvarães, S. Miguel da Facha, e a da vila de Pombal, todas pertencentes à Ordem de Cristo. De facto, e ainda que tenha recebido um novo alvará de posse em 1663, e por mais três anos, em 1665 o conde de Castelo Melhor trocou a comenda de S. Silvestre de Requião pela da Redinha, no concelho de Pombal, da qual era seu possuidor António de Meneses Sottomayor. É provável que sendo alcaide-mor do castelo de Pombal a troca tenha sido para si vantajosa, já que Redinha se situava nas proximidades da vila de Pombal.

O novo comendador de Requião, António de Meneses Sottomayor, teria cerca de vinte e poucos anos, era alcaide-mor da vila de Sintra por via do casamento com Dona Ângela Maria de Albuquerque, a sua primeira mulher, da qual não teve descendência<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, pp. 41-42.

<sup>79</sup> Menezes, D. Luís de, *História de Portugal Restaurado: Oferecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*, Tomo I, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1679, pp. 174-713.

<sup>80</sup> Pinto, Ricardo Fernando, "Intimidade, transgressão e privança na dinâmica dos "afetos" do Antigo Regime...", p. 130.

<sup>81</sup> ANTT, *Registo Geral das Mercês, Ordens Militares*, liv. 6, fls. 151v.; 226.

<sup>82</sup> Depois da morte de Dona Ângela, António de Meneses voltou a casar, desta vez com Dona Antónia Maria de Vilhena, filha dos primeiros viscondes de Fonte Arcada (D. Pedro Jacques de Magalhães e Dona Maria Vicência de Vilhena), e agora com descendência que herdaria a comenda de Requião mas que, e

No dia 8 de agosto de 1665, António de Meneses e Sottomayor recebeu a carta da comenda de Requião não só para tomar posse mas também para, e no prazo de dois anos, fazer *o tombo de todos os seus bens e propriedades della por autoridade de justiça*<sup>83</sup>, sob pena de perder os rendimentos enquanto não cumprisse esta obrigação. No entanto, circunstâncias variadas, entre as quais está o facto do juiz do tombo nomeado para o efeito, Diogo Mendes Duro, se ter escusado de o fazer, mesmo depois de ter aceitado a tarefa, levam à sua demora. Esta situação acabou por atrasar o processo, apesar de todas as diligências na altura feitas para encontrar um novo substituto, o que acabou efetivamente por acontecer onze anos depois, em 1676, na sequência do *sequestro* da comenda devido à não apresentação do referido tombo.

Quadro 3 - Comendadores da comenda de S. Silvestre de Requião (1659-1824)

1659	Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor
1665	António de Meneses e Sottomayor
1719	Jorge Francisco de Menezes
1743	António Maria de Menezes e Silva
1778	Jorge de Menezes Portugal da Silva
1824	António Maria de Menezes Portugal da Silva

Fonte: ANTT, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 6, fl. 151v.; Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv.5, fl. 421v.; Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, fl. 460; Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 19, fls. 12v.-13v.; Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 4(2), fl. 278; Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.18, fl. 137v.

Sabemos ser obrigação dos comendadores elaborar um inventário dos bens da comenda e enviar uma cópia ao Mestre da Ordem<sup>84</sup>, que o responsabilizaria de ações futuras naquele território. Importava conhecer e registar, em tombo próprio, não só as propriedades mas também os rendimentos da comenda, com a preocupação concreta de nada omitir. De facto, só com uma descrição pormenorizada do património era possível potenciar rendimentos, e mesmo assim, muitas vezes havia prazos que escapavam à vigilância.

---

compreensivelmente, não herdaria a alcaidaria da vila de Sintra, que assim acabaria por voltar à primeira linha dos senhores de Ribafria. Do casamento de D. António de Meneses e D. Antónia Maria de Vilhena nasceram três filhos: Dona Maria Teresa de Vilhena, D. Jorge Francisco de Menezes e Dona Mariana Inácia de Menezes.

<sup>83</sup> ANTT, *Registo Geral de Mercês, Ordens Militares*, liv. 5, fls. 421v.-422.

<sup>84</sup> Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa, "A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)", in Fonseca, Luis Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta, Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n.º1, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 51.

Se as *Definições*<sup>85</sup> e *Regras* de 1503 da própria Ordem de Cristo determinavam esse procedimento, bem como a determinação relativa à fixação e permanência dos comendadores nas suas comendas<sup>86</sup>, de forma a contribuir para uma melhor rentabilização da mesma com a sua presença efetiva, no que respeitava à feitura do tombo as determinações eram mais rígidas. De tal forma, que a não apresentação do tombo podia levar ao sequestro da comenda, como aconteceu neste caso, em Requião. Esta esteve sequestrada até o documento ser apresentado em juízo próprio, o que acabou por acontecer em junho de 1717. Embora o próprio tombo explique o motivo que levou a tal sequestro, nada específica em relação à duração do mesmo<sup>87</sup>.

A tarefa da feitura foi entregue ao doutor João de Magalhães Coelho, constituído juiz do tombo, por provisão régia de D. Pedro<sup>88</sup>, para por ele serem *medidas, demarcadas e confrontadas as propriedades, e beins*<sup>89</sup> pertencentes à comenda de S. Silvestre de Requião. Este juiz, alegando a grande utilidade da realização deste documento, até porque não existia um tombo velho para servir de orientação ao novo, bem como a enorme extensão da dita comenda, com muitos prazos, alguns dos quais subnegados, e cujos rendimentos acabavam por escapar ao controle do comendador, conseguiu que lhe fosse adjudicado o trabalho pelo valor diário de dois cruzados. Um valor superior ao previamente estabelecido de seis tostões por dia, mas que foi justificado pela exigência do trabalho em questão<sup>90</sup>. Para o ajudar nesta complexa tarefa de medição e demarcação das propriedades foi nomeado João Machado Coelho, escrivão do tombo, *por ser pessoa muito suficiente e ter assistido a outros tombos*<sup>91</sup>.

Sabemos que, e apesar das determinações da Ordem de Cristo para que os comendadores estivessem fixados na comenda, a sua presença era esporádica, ou melhor, primava pela ausência, mais ainda quando se tratava da alta nobreza do paço, como era o caso. Por isso, e também no que diz respeito à comparência do comendador na feitura do próprio tombo das propriedades de Requião

---

<sup>85</sup> Regra e Definições do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1503, Série Preta. Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de, "As ordens de Cristo e de Santiago no Início da Época Moderna: a Normativa", in Fonseca, Luis Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religiosas-Militares*, n° 2, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp. 63-98.

<sup>86</sup> Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa, "A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417) ...", p. 51.

<sup>87</sup> Segundo o comendador D. António de Meneses, o juiz do tombo Diogo Mendes Duro, anteriormente contratado para a feitura do tombo, embora tenha aceitado a diligência, acabou por não a fazer. Foi incumbido de tal tarefa o doutor João de Magalhães Coelho, juiz de fora da vila de Seia e morador no termo da vila de Guimarães, em 1676 que a iniciará em junho desse mesmo ano.

<sup>88</sup> Na altura D. Pedro, ainda como regente do reino. Funções que exercia desde 1668 devido à instabilidade mental do irmão D. Afonso VI, acabando por se tornar rei a partir de 1683 aquando da morte do irmão.

<sup>89</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião, sendo comendador D. António de Meneses [e Sotomaior]*, 1676, fls. 9-9v.

<sup>90</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fls. 12-13.

<sup>91</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 9.

enquanto parte interessada, ela não aconteceu, delegando poderes para tal no seu procurador, António Lopes, da vila de Soure, que se apresentou em Requião para o efeito<sup>92</sup>.

O trabalho iniciou-se no dia 8 de junho de 1667 na chamada quinta da Torre, junto ao mosteiro de S. Silvestre de Requião. Depois de nomeados o porteiro do tombo<sup>93</sup>, e um *homem de boa e sã consciência* para servir de louvado do comendador<sup>94</sup> e se lhes ter deferido o juramento dos santos evangelhos, começou-se pela identificação da igreja da comenda, e seus pertences, bem como as obrigações do comendador para com ela e com os fregueses<sup>95</sup>.

Logo depois, o documento elenca um rol de propriedades, cujo objetivo era acima de tudo quantificar as rendas a pagar pelos caseiros. Para isso, verificava-se convenientemente a titularidade dos mesmos em relação aos prazos, procedendo, quando necessário, à sua atualização.

Com a morte de D. António de Menezes e Sottomayor, foi o seu filho D. Jorge<sup>96</sup> que herdou a comenda de S. Silvestre de Requião, da qual recebeu alvará em maio de 1719<sup>97</sup>. Tal como o pai o mais provável é que nunca tenha visitado Requião. Sabemos, no entanto, que D. Jorge passava muito tempo nas suas propriedades do Algarve, o que terá contribuído para as visitas frequentes do rei D. João V (1706- 1750) à sua casa, o palácio Flor da Murta, na rua do Poço dos Negros em Lisboa, onde habitava com a mulher Dona Luísa Clara de Portugal e os filhos<sup>98</sup>.

Após o falecimento de D. Jorge, a comenda de Requião foi entregue ao seu primogénito António Maria de Menezes e Silva, em 1743. Anos depois, e com a morte deste, sucedeu-lhe o seu único filho varão, Jorge de Menezes Portugal da Silva<sup>99</sup>. Seguiu-se na linhagem António Maria de Menezes Portugal da Silva<sup>100</sup>, o único herdeiro de D. Jorge, que dois anos após a morte do pai, recebeu em 1824 a carta da comenda de Requião.

---

<sup>92</sup> Para *cittar e demandar quaisquer pessoas que partírem e demarquarem com a ditta comenda perante o Juiz do Tombo*. Além do poder de substabelecer em hum e muitos procuradores e revogallos se lhes parecer. ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fls. 15v.-16.

<sup>93</sup> Domingos Correia do lugar da Lage da mesma freguesia de Requião. ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 17v.

<sup>94</sup> Cargo entregue a Manuel Gonçalves, lavrador, morador no lugar de Carapito da freguesia de Requião. ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fls.18-18v.

<sup>95</sup> Era obrigação anual do comendador pagar quarenta mil réis de cõngua ao pároco, bem como dar vinte e oito mil réis à fábrica da igreja. Além da obrigação de dar ao reitor da igreja as hóstias, vinho e cera para a celebração da liturgia das missas de domingo e dias santos. ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fls. 22v.-24.

<sup>96</sup> Jorge Francisco de Menezes era filho de António de Menezes e Sottomayor e Antónia Madalena de Vilhena, nasceu em Lisboa a 15 de outubro de 1690 e faleceu a 25 de setembro de 1736.

<sup>97</sup> ANTT, *Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V*, liv. 10, fl. 460.

<sup>98</sup> Os filhos de D. Jorge Francisco de Menezes e D. Luísa Clara eram três: António Maria de Menezes e Silva, José e Bernardo.

<sup>99</sup> Jorge de Menezes Portugal da Silva nasceu a 18 de janeiro de 1757 e faleceu a 19 de novembro de 1822. Era filho de D. António Maria de Menezes e Silva e Dona Ana Polixena de Menezes. Casou-se com Maria Margarida de Mendonça e era pai de António Maria de Menezes Portugal da Silva.

<sup>100</sup> Filho de D. Jorge de Menezes Portugal da Silva e Dona Maria Margarida de Mendonça nasceu a 5 de outubro de 1778 e faleceu a 22 de dezembro de 1832.

Durante quase duzentos anos, ao longo de cinco gerações, a comenda de Requião foi administrada pela família dos Menezes.

Ainda que não conheçamos os comendadores de Quinhentos proprietários da comenda de Requião, e por isso mesmo não possamos analisar o seu desempenho e muito menos a sua assiduidade, no que concerne aos comendadores de Seiscentos e Setecentos será mais fácil justificar a sua ausência na comenda, por serem nobres do Paço, como foi o caso de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º Conde de Castelo Melhor, *escrivão da puridade* de D. Afonso VI, um secretário privado que durante a segunda dinastia fora quase sempre o funcionário de maior confiança dos monarcas<sup>101</sup>. Esteve bem mais embrenhado nos assuntos da governação em Lisboa e nas batalhas da Restauração que, entretanto, se travavam, do que propriamente interessado na presença assídua na sua comenda de Requião, da qual certamente limitar-se-ia a usufruir dos rendimentos e do título. Ou ainda, o caso de D. Jorge de Menezes, cuja presença frequente na corte permitiu que a sua mulher, Dona Luísa Clara de Portugal, se tornasse amante do rei D. João V.

De facto, e apesar do pouco conhecimento da ação direta da Ordem de Cristo na comenda de Requião, ou a ação concreta dos seus comendadores, que na maioria dos casos se norteava por uma gestão pouco cuidada<sup>102</sup>, podemos afirmar que esta também neste caso, esta se caracterizava, sobretudo pela ausência.

É sabido que o cargo de comendador, independentemente da milícia a que pertencia, fosse ela da Ordem de Cristo, Avis, ou Santiago, proporcionou desde sempre ao seu detentor uma proximidade com a Casa Real, que desde meados do século XVI assumia definitivamente o governo e administração dos mestrados<sup>103</sup>. Muitos monarcas tiveram vários comendadores como conselheiros régios, que logicamente gravitavam na esfera e no círculo de amizades e influências da corte, o que explicaria a ausência e até o desleixo de muitos relativamente às suas comendas<sup>104</sup>, como foi também o caso da de Requião.

---

<sup>101</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, pp. 48-49.

<sup>102</sup> Pimenta, Maria Cristina; Barreiro, Poliana Monteiro, "As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso", in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, Comendas das Ordens Militares da Idade Média. Atas do Seminário Internacional*, nº 11..., p. 97.

<sup>103</sup> Desde 1551, pela Bula *Praeclara Charissimi*, o Papa Júlio III entrega definitivamente o governo das Ordens de Avis, Santiago e Cristo aos reis de Portugal unindo-os para sempre à Coroa. Ver Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV-XVII)*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2008, p. 129, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>104</sup> Vasconcelos, António Pestana de, "Ser Freire, Ser Comendador: As consequências Sociais da ascensão institucional", in Fernandes, Isabel Cristina (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Atas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 604-606.

### 3.1. As visitas à Comenda pelos visitantes da Ordem de Cristo

O absentismo verificado, também provocado pela distância física da comenda, traduziu-se em termos práticos, sobretudo, num desleixo dos deveres dos comendadores com a fábrica da igreja e com os fregueses, que é possível analisar não só nas visitas da Ordem à comenda de Requião<sup>105</sup>, como nas visitas paroquiais do arcebispado, que analisaremos no ponto seguinte.

Semelhantes às visitas paroquiais feitas pelas autoridades episcopais, também as ordens militares e no caso concreto a Ordem de Cristo, implementaram um sistema de visitas que tinha por objetivo inquirir e averiguar a atuação do comendador bem como o estado dos bens dos quais era responsável<sup>106</sup>.

Quadro 4 - Visitas da Ordem de Cristo à igreja de S. Silvestre de Requião (1732-1787)

Ano da visita	Visitador da Ordem de Cristo	Escrivão
1732, 10 de dezembro	Fr. Aquiles de Oliveira Carneiro	Vitoriano da Costa de Oliveira
1735, 31 de outubro	Fr. Calisto de Barros Pereira	Pantaleão de Moura
1738, 15 de outubro	Fr. Calisto de Barros Pereira	Pantaleão de Moura
1741, 16 de novembro	Fr. Calisto de Barros Pereira	Pantaleão de Moura
1745, 07 de maio	Fr. Calisto de Barros Pereira	Pantaleão de Moura
1748, 23 de maio	Fr. António de Almeida Galafura	Félix Borges de Matos
1752, 24 de março	Fr. António de Almeida Galafura	José Ferreira Coelho
1755, 01 de agosto	Fr. João José Pereira da Silva Abreu	Manuel Pereira da Cruz
1758, 15 de outubro	Fr. João José Pereira da Silva Abreu	Manuel Pereira da Cruz
1763, 17 de junho	Fr. João José Pereira da Silva Abreu	Manuel Pereira da Cruz
1768, 02 de março	Fr. João José Pereira da Silva Abreu	Manuel Pereira da Cruz
1771, 29 de setembro	Fr. Joaquim Bento Raimundo de Melo	António Xavier Pinto de Amaral
1780, 09 de agosto	Dr. Francisco Azevedo Coutinho	Manuel Pereira da Cruz
1783, 13 de setembro	Dr. Francisco Azevedo Coutinho	João Pereira da Cruz Lima
1787, 10 de setembro	Dr. Francisco Azevedo Coutinho	João Pereira da Cruz Lima

Fonte: APR, Livro das Visitas da Ordem da comenda de S. Silvestre de Requião, 1733-1787.

<sup>105</sup> Trata-se de um livro existente no Arquivo Paroquial de Requião com capa de pergaminho, intitulado *Livro das visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião*.

<sup>106</sup> Cabia ao comendador zelar pela cabeceira, sacristia e casa do pároco. Cumpria-lhe fazer obras, ornamentar e prover a igreja de alfaías litúrgicas.

A fonte de que nos servimos integra as *visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião*<sup>107</sup>, iniciando-se com a visita do frei Aquiles de Oliveira no dia 10 de dezembro de 1732 e terminando com a visita de 1787 feita pelo Dr. Francisco de Azevedo Coutinho, ambos *cavaleiros professos* da Ordem de Cristo. Curioso é que todos os visitantes aqui mencionados, à exceção do visitador das três últimas visitas, usam o prenome *frei* anteposto ao nome, intitulando-se ainda cavaleiros eclesiásticos, na melhor tradição dos tempos medievais em pleno século XVIII<sup>108</sup>.

Ao analisarmos os capítulos destas visitas verificámos que apenas dizem respeito ao *corpo da igreja por ser todo da comenda, capella mor e sacristia, e ornamentos* da mesma. Isto é, observar o estado de conservação das alfaias litúrgicas, paramentos e imagens, da qual nos resulta a ideia geral de uma igreja medianamente paramentada, sobretudo graças ao zelo dos párocos da freguesia. Sobressaindo essencialmente nestes registos, a necessidade de substituir vestimentas<sup>109</sup>, de comprar paramentos<sup>110</sup> ou missais<sup>111</sup>, de consertar vasos para a comunhão<sup>112</sup>, fundamentais para a manutenção do culto divino, sempre tendo em referência o pouco dinheiro existente na fábrica da igreja<sup>113</sup>.

De facto, era a própria *regra* da Ordem que estabelecia orientações muito precisas no que diz respeito à conservação e manutenção do bem, neste caso a comenda, que colocava nas mãos do cavaleiro a quem era entregue o senhorio. Por isso mesmo lhe incumbia uma série de deveres, nomeadamente o arrendamento, aforamento ou emprazamento das terras, quando este não pudesse ocupar-se delas diretamente. Além disso, competia ainda ao comendador ordenar a elaboração de um tomo com as respetivas demarcações, delimitações e heranças. Deveria também manter uma boa relação com os seus vassallos, isto é os fregueses que habitavam a sua comenda, não abusando dos seus direitos sobre eles. E finalmente, reparar tudo o que fosse necessário que dissesse respeito à fábrica da igreja, à qual estava obrigado ao pagamento de uma determinada soma.

No caso concreto de Requião, em 1676 era obrigação do comendador pagar vinte e oito mil réis por ano, além de dar o vinho e as hóstias necessárias ao reitor da igreja para este celebrar as missas dominicais e dos dias santos<sup>114</sup>. Estas obrigações pecuniárias eram algo que os comendadores cumpriam

---

<sup>107</sup> APR, *Livro das visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião*, 1733-1787.

<sup>108</sup> Olival, Fernanda, "A Ordem de Cristo e a sociedade portuguesa dos séculos XVI-XVIII", in *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure. V Centenário da subida ao trono de D. Manuel I*, Soure, Câmara Municipal de Soure, 1997, p. 12.

<sup>109</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fls. 2v.-3; 7v.-9.

<sup>110</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fls. 2-2v.; 7v.-9.

<sup>111</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fls. 7v.-9.

<sup>112</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fls. 7v.-9.

<sup>113</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fls. 2v.-3v.; 5-9.

<sup>114</sup> ANTT, *Tomo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 23.

sempre com muita irregularidade, o que explicava a situação de quase penúria da fábrica da igreja ao longo de Setecentos. São variadíssimas as vezes em que se não dá cumprimento às determinações capituladas pelos visitantes em ato de visitação por *não haver dinheyro na fabrica*<sup>115</sup>, ou por *na fabrica nam haver dinheiro algum em deposito senão pouco*<sup>116</sup>. Já as questões relativas à propriedade fundiária ou mesmo à atuação do comendador são, de todo, ausentes destas visitas da Ordem no documento existente no arquivo paroquial de Requião.

### 3.2. O Tombo da Comenda

Tal como as visitas à comenda, o próprio tomo das propriedades apresentava-se também como um importante mecanismo de controlo, neste caso territorial, exercido pela própria Ordem de Cristo<sup>117</sup>. Esta deseja evidentemente, conhecer e avaliar o seu património, grande parte das vezes disperso, de forma a salvaguardar os interesses do comendador, enquanto senhor deste vasto domínio. Pelo registo escrito tornava-se mais fácil o controlo administrativo.

Deste modo, o tomo permite-nos conhecer a extensão da propriedade fundiária da comenda de Requião, que era enorme, o que explica os seus mil e quinhentos fólhos do documento, bem como a organização da sua exploração e, conseqüentemente, os rendimentos obtidos pelo comendador.

Ainda que não caiba no alcance deste trabalho uma análise pormenorizada deste manuscrito, não poderíamos deixar de o considerar como fonte primária, mesmo que examinado de uma forma muito sumária para a nossa investigação.

Sendo um dos objetivos do tomo o elencar das terras da comenda e os respetivos casais, com vista à determinação do rendimento das mesmas, seria perfeitamente expectável que encontrássemos elementos da família Alves referidos nesse cadastro, objeto de estudo desta tese. Interessa-nos apenas saber em que medida os Alves eram, ou não, detentores de algumas terras na comenda de Requião. E se as exploravam qual era a dimensão da sua exploração agrícola? Falámos de camponeses que trabalham uma pequena porção de terra que mal daria para o seu sustento e dos seus filhos? Ou de grandes caseiros detentores de uma unidade patrimonial considerável, que articulava em seu redor um conjunto de componentes habitacionais e de cultivo de alguma dimensão? São perguntas às quais tentaremos, na medida do possível, dar resposta.

---

<sup>115</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fl. 3v.

<sup>116</sup> APR, *Livro das Visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião...*, fl. 4.

<sup>117</sup> Monteiro, Eduardo Filipe Pinto, *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, Dissertação de Mestrado policopiada.



Quando o tomo foi iniciado em 1676 viviam em Requião a segunda geração dos Alves, a primeira nascida na freguesia. Sabemos que o primeiro Alves/Álvares, António Álvares, chegou a Requião em 1641, vindo de S. Martinho de Sequeirô, paróquia situada no atual concelho de Santo Tirso, para casar com Ana Rodrigues, uma moça da terra<sup>118</sup>.

Todos os seus três filhos<sup>119</sup> nasceram em Requião, no lugar da Ribeira. No mesmo local onde Ana residia com a mãe, Catarina de Sá, uma vez que seu pai, Pedro Gonçalves, havia falecido em 1638<sup>120</sup>, dois anos antes do seu casamento com António Álvares. Será então esta segunda geração, nascida nos anos quarenta de Seiscentos que procuramos encontrar no tomo da comenda de Requião.

Interessou-nos apenas neste trabalho a linha direta paterna varonil, e por isso mesmo será Francisco Álvares, com cerca de trinta anos, que procuraremos. Foi de facto, Francisco, entretanto casado com Isabel de Araújo, do lugar do Xisto, e então pai de cinco filhos na altura da feitura do tomo, que encontrámos a residir numa das casas da quinta do Xisto. Isabel possuía, por nomeação de sua mãe Maria Antónia, uma casa e horta situada no 1/4 dessa quinta, propriedade da sua irmã e cunhado. São, aliás, eles os dois, Manuel Francisco e Ângela de Araújo, que mostram, ao juiz do tomo e ao procurador da comenda, o documento comprovativo pelo qual detinham a domínio útil desse quarto da quinta do Xisto, excetuando, claro está, por reserva de dote, a casa e horta referidas.

A comenda de Requião encontrava-se dividida por muitos casais e quintas, de maior ou menor dimensão, explorados por um ou mais caseiros mediante contratos de aforamento ou emprazamento que estabeleciam com o senhor do domínio, o comendador. Os emprazamentos tinham geralmente a duração de três vidas e a sucessão era sempre feita por nomeação do emprazador anterior. Este regime agradava a grande maioria dos senhores, uma vez que a exploração da terra pela mesma família assegurava aos comendadores uma rentabilidade idêntica, sem quebras assinaláveis de produção que as mudanças de titular podiam sempre trazer a quem desconhecia esses terrenos<sup>121</sup>.

Foi o caso do contrato de emprazamento que Manuel Francisco e mulher mostraram, como lhes era devido aquando do reconhecimento das suas terras, ao juiz do tomo. Por esse documento, Ângela de Araújo estava nomeada em terceira vida por sua mãe, Maria Antónia, viúva de André de Araújo, para

---

<sup>118</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 68.

<sup>119</sup> Maria, nascida a 9 de março de 1642. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 5; Francisco, a 10 de abril de 1644. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 8; e Ana a 11 de outubro de 1646. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 12v.

<sup>120</sup> Pero Gonçalves, pai de Ana Rodrigues faleceu a 22 de maio de 1638, no lugar da Ribeira, em Requião. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1613-1641, fl. 75.

<sup>121</sup> Costa, João, "Contributo para o estudo dos casais rurais no Entre-Lima-e-Minho nos finais da Idade Média: Rio Frio, Valdevez e Ponte de Lima", in *Paisagens Rurais e Urbanas*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 213.

este quarto da quinta do Xisto mas com as condições e reservas contidas na escritura de dote que havia sido feito, em favor da sua outra filha mais nova, Isabel de Araújo. Esta, casada com Francisco Álvares desde 1668<sup>122</sup>, habitava, por disposição materna, uma das casas, possuindo também uma horta<sup>123</sup>. A horta situava-se, como era costume, perto da habitação, devido ao facto de as plantas aí cultivadas exigirem uma atenção constante em termos de trabalhos agrícolas. Aí se produziam as chamadas *novidades*, os legumes que ajudariam a complementar a alimentação pouco farta desses tempos.

Por este quarto da quinta do Xisto, que se compunha de vários campos de cultivo, de cortelhos, de um souto e duas devesas e ainda uma corrente de casas, destinadas a habitação, adega, cozinhas e cortes de gado, bem como um palheiro com um coberto eram pagos, anualmente, pelo S. Miguel, ao comendador um conjunto de foros e pensões quer em géneros, quer em dinheiro. Dez rasas de pão meado, meia rasa de trigo, dois almudes e meio de vinho eram os géneros entregues ao comendador desde o início do emprazamento, que não sabemos a data, aos quais eram acrescidos oitenta e dois réis e meio em dinheiro<sup>124</sup>. Ainda que não fosse o caso neste contrato de emprazamento, que é omissivo a esse respeito, sabemos que além da renda estavam sujeitos ao pagamento da chamada lutuosa.

Como se tratava da terceira vida do prazo, e por isso mesmo prestes a findar, Manuel Francisco e Ângela pediram a renovação do título<sup>125</sup>, o que pressupunha desde logo uma atualização da renda, com vista à emissão de um novo prazo. Esta renovação foi precedida duma avaliação pelos avaliadores entretanto nomeados, os louvados, *que sem odio nem afeição*<sup>126</sup> atualizaram a renda, alterando apenas em nove vintéis em dinheiro o acréscimo que estabeleceram. Estes louvados, eram geralmente vizinhos, que conhecedores das terras e das suas potencialidades agrárias tinham a missão, que se pretendia isenta, de estabelecerem um valor justo para a renda a entregar daí para a frente ao comendador<sup>127</sup>.

Além da casa e horta, Francisco Alves e Isabel de Araújo possuíam um cortelho designado da *Oitava*, no mesmo local. Resta-nos concluir referindo que eram de pequena dimensão as terras aprazadas pelos Álvares de Seiscentos. Limitar-se-iam a uma pequena horta, junto da casa no quarto da quinta do Xisto, que lhes asseguraria o fornecimento de algumas leguminosas destinadas a alimentação.

---

<sup>122</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 88.

<sup>123</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 224.

<sup>124</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fls. 224-225v.

<sup>125</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 225.

<sup>126</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 225v.

<sup>127</sup> Durães, Margarida, "Uma comenda Nova. O Senhorio de Adaúfe: propriedade e exploração agrícola (séculos. XVI- XIX)", in *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 246-247.

### 3.3. As visitas à Comenda pelos visitadores do arcebispado

À presença territorial da Ordem de Cristo, que desde 1515 estava estabelecida em Requião, coexistia e contrapunha-se o poder eclesiástico da diocese de Braga, que sistematicamente reivindicava um controlo efetivo da vida religiosa e do comportamento moral dos seus fregueses. De facto, e paralelamente às visitas feitas pelas milícias dos freires da Ordem de Cristo, que referimos no ponto anterior, a comenda não escapava à jurisdição do arcebispado no que dizia respeito à cura de almas, obedecendo, por isso mesmo, à pastoral diocesana<sup>128</sup>.

No entanto, esta simultaneidade nas visitas, do ordinário (arcebispo e dignidades) por um lado, e dos comendadores por outro, com intromissões frequentes do primeiro no domínio dos segundos, capitulando-lhes obrigações e deveres que não lhe pertenciam, resultou em inúmeros conflitos entre os dois poderes. Quer um, quer o outro reclamavam prerrogativas, esgrimiam direitos, reivindicavam privilégios, argumentavam razões para a sua independência.

Após o concílio de Trento, e com a conseqüente afirmação do poder episcopal, encarado como peça indispensável no processo da reforma católica, esta questão das visitas paroquiais pelos prelados das dioceses acabaria por colidir com o poder das ordens militares. As ordens militares, graças a uma série de privilégios e isenções, já herdados dos tempos medievais, eram imunes, em maior ou menor grau, às autoridades eclesiásticas<sup>129</sup>.

Este tipo de conflitos, com implicações de cariz jurisdicional e económico, era sobretudo frequente a sul do Tejo onde a presença destes grupos de poder se fazia sentir em extensas áreas. Disso deu conta o vigário de Borba, Aleixo Nunes, ao arcebispo de Évora por alturas do sínodo diocesano de 1587, referindo-se dos múltiplos constrangimentos e impedimentos que no seu entendimento sofria a jurisdição episcopal por parte dos clérigos de Nossa Senhora do Soveral, pertencentes à Ordem de Avis. Entre essas queixas referia as dificuldades, que se repetiam ano após ano, na execução das visitas pastorais, bem como a rejeição frequente de todos os confessores e pregadores que eram aprovados e enviados pelo arcebispado, numa evidente atitude de denegação face ao poder episcopal<sup>130</sup>. Face a estes e outros entraves, quer aos privilégios quer à sua estrutura de poder de ambas as partes, era frequente o recurso ao tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, que desde 1551, e com a incorporação das ordens na Coroa passou a ter a incumbência da administração destes institutos.

---

<sup>128</sup> Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1770)*, Braga, ICS, 1997, p. 333.

<sup>129</sup> Palomo, Federico, "La Autoridad de los Prelados Postridentinos y la Sociedad Moderna. El Gobierno de Don Teotonio de Braganza en el Arcebispado de Évora (1578-1602)", in *Hispania Sacra*, vol. 47, 1995, pp. 607-610.

<sup>130</sup> Palomo, Federico, "La Autoridad de los Prelados Postridentinos y la Sociedad Moderna...", p. 616.

Embora tenham apenas sobrevivido à passagem do tempo dois livros que registam os capítulos das visitas pastorais<sup>131</sup> a Requião, zelosamente conservados no arquivo paroquial, respeitantes às visitas de Setecentos e Oitocentos, foi pela análise do *visto em visitação* existente nos livros paroquiais (de batizados, casamentos e óbitos)<sup>132</sup> que conhecemos as datas exatas das visitas durante os anos de Seiscentos. De facto, estes *Vistos* acabavam por funcionar como outra marca da passagem dos visitantes, possibilitando não só, o conhecimento da data das visitas efetuadas nos anos de Seiscentos, mas também a confirmação da realização das visitas pastorais nos anos de 1728 a 1735<sup>133</sup>, cujos fólhos, que continham os conteúdos dos capítulos, foram simplesmente rasgados<sup>134</sup>.

Quadro 5 - Vistos feitos nos Registos Paroquiais em ato de visitação (1616-1706)

Datas da visitação	Visto do visitador <sup>135</sup>
11 de fevereiro de 1616	Semedo
03 de dezembro de 1627	Mesquita
22 de maio de 1638	Abreu
02 de dezembro de 1641	Domingos Gonçalves Vilaça
06 de dezembro de 1654	Meira
01 de abril de 1655	Meira
16 de maio de 1656	Meira
16 de junho de 1658	Meira
20 de março de 1662	Meira
24 de junho de 1663	Ferreira
30 de maio de 1664	Meira
03 de novembro de 1669	Barbosa

<sup>131</sup> Dois livros de capa em pergaminho, um que se inicia em 1709 e termina em 1760, e um outro vai de 1761 até 1830.

<sup>132</sup> Era nesses *Vistos em Visitação* dos Livros Paroquiais que o visitador deixava muitas vezes indicações precisas no que diz respeito à forma como deveriam ser exarados esses mesmos registos. Como por exemplo, em 1752, o visitador desse ano deixou indicações no sentido de o pároco declarar futuramente nos assentos de casamento, os nomes dos avós e naturalidades dos contraentes. Algo que verificámos ser efetuado pelo padre Gabriel Francisco de Araújo Vale, então pároco de Requião, logo a partir do registo seguinte, a 17 de abril, três meses depois da visitação. No entanto, esta ordem só vigorará dois anos, pois logo na visita de 1754, o visitador Manuel Teixeira Queirós, volta atrás na recomendação, ordenando que tal se faça somente nos assentos de batizado. Cf. APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809, fl. 75. O que de facto, acaba por acontecer logo no casamento seguinte à visita, ocorrido a 10 de setembro desse mesmo ano, em que o pároco voltou à primitiva forma, deixando de referenciar o nome dos avós dos contraentes, uma vez que essa indicação constava do registo de batismo. Trinta anos depois, em dezembro de 1788, uma nova forma é recomendada pelo visitador desse ano: novamente o registo da indicação do nome dos avós paternos e maternos, naturalidades e até domicílios nos assentos de casamento. Semelhantes indicações encontrámo-las nos registos de batizados, onde os visitantes deixam recomendações para uniformizar procedimentos: *o paroco observe nestes assentos hua mesma formalidade principiando pelo nome do baptizado*. Cf. APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fls. 80v.-81.

<sup>133</sup> Graças a estes *vistos* nos livros paroquiais identificámos a data da visitação e o nome do visitador.

<sup>134</sup> O *Livro de Capítulos das Visitas* de 1709-1760 tem rasgados dezanove fólhos, do fólho trinta e nove ao fólho cinquenta e cinco. São cerca de sete anos de visitas anuais que infelizmente desconhecemos por completo o seu conteúdo, bem como o motivo de terem sido rasgadas.

<sup>135</sup> Todos os vistos em visitação são apenas uma rubrica do visitador. Se na maioria dos casos, conseguimos identificar esse nome, geralmente o apelido, há alguns anos que é de todo impossível a leitura. A única exceção é para o ano de 1641, em que a escrivão da visita deixa registado o nome de Domingos Gonçalves Vilaça, cónego da Sé de Braga, como visitador do arcebispado na freguesia de Requião. Cf. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672, fl. 129v.

28 de julho de 1673	Rebelo
12 de dezembro de 1674	Lobão
18 de fevereiro de 1676	Pereira
29 de junho de 1677	Fonseca
13 de agosto de 1678	Lobalhe
05 de setembro de 1679	Costa
05 de dezembro de 1680	Coelho
20 de janeiro de 1682	Ribeiro
28 de novembro de 1683	a)
06 de julho de 1685	Ribeiro
11 de agosto de 1686	Sequeira
18 janeiro de 1688	a)
09 de fevereiro de 1689	Magalhães
24 de setembro de 1690	Carvalho
21 de fevereiro de 1692	Macedo
23 de junho de 1693	a)
12 de setembro de 1694	Moura
31 de dezembro de 1695	Barroso
10 de dezembro de 1696	Carvalho
17 de fevereiro de 1698	Carvalho
20 de fevereiro de 1699	a)
07 de agosto de 1700	a)
14 de setembro de 1701	a)
07 de agosto de 1703	a)
01 de janeiro de 1705	Silva
13 de dezembro 1706	a)

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1614- 1640; *Livro de Registo de Batismos*, 1640- 1672; *Livro de Registo de Batismos*, 1672- 1698; *Livro de Registo de Casamentos*, 1614-1640; *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671; *Livro de Registo de Casamentos*, 1671-1697; *Livro de Registo de Casamentos*, 1698-1725; *Livro de Registo de Óbitos*, 1613- 1641; *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672; *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698.

a) Desconhecemos o nome do visitador por ser impossível proceder à sua leitura.

Pois, e à semelhança com o que acontecia com as infraestruturas e equipamentos religiosos destinados ao culto, também estes livros eram incluídos no minucioso exame aos documentos existentes no arquivo paroquial, fazendo parte da sindicância à freguesia promovida pelo arcebispado. Esta análise ao arquivo analisá-la-emos mais à frente e mais detalhadamente.

## 4. Requião de Setecentos e Oitocentos

### 4.1. A visita pastoral

As visitas pastorais eram um mecanismo de fiscalização periódica, uma espécie de auditoria dos tempos atuais, efetuadas pelos bispos das dioceses ou pelos seus agentes, no sentido de avaliar o estado

das paróquias da sua jurisdição<sup>136</sup>. Ainda que a tradição remonte a origem destas visitas aos inícios da cristandade foi com o concílio de Trento (1545-1563) que esta prática assumiu um novo fôlego e um novo dinamismo, que as próprias Constituições dos bispados faziam questão em reforçar, regulamentando a sua efetivação. A este respeito diziam as constituições sinodais bracarenses, impressas em 1697, a propósito *do fim das visitas & do que nellas se deve pertender*, que estas serviam (...) *para arrancar de raiz as heresias, desterrar vícios, reformar costumes, acender o povo Christão no amor de Déus, do próximo, e incita-lo à religião, paz, (...) à que hão de dirigir os Visitadores todos seus intentos, & cuidados, escolhendo os meios, que para alcançarem este fim, lhes parecerem mais accomodados, huas vezes exhortando, & admoestando, & outras castigando, & evitando, & sempre com caridade, & benignidade; guardando com tudo a gravidade que convém, para serem respeitados; tratando a todos com amor de padres espirituais, & mestres de sua salvação, sem afeição, nem paixão; guardando em tudo o segredo devido, para que nenhuma pessoa possa recear descobrir-lhe seu peito*<sup>137</sup>.

A visita surgia, então, como um importante meio de difusão da doutrina da Igreja Católica, que D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581), o arcebispo bracarense que havia participado em Trento e ele próprio um visitador assíduo da sua diocese, considerava *como a alma da conduta episcopal. Porque é por ela que se difunde e comunica a sua caridade a todo o corpo da diocese. Como o sol no seu trajecto fecunda a terra, assim o bispo na visita ilumina, purifica e completa (...) consola os doentes, socorre os necessitados*<sup>138</sup>. Mas também, e paralelamente, a visita operava como um importante instrumento de verificação do funcionamento das igrejas, nas suas múltiplas valências (administrativa, económica e espiritual) e do desempenho dos eclesiásticos que a elas estavam afetos. Sem esquecer ainda, a componente de controlo da observância religiosa e o comportamento moral dos fregueses que eram indagados no ato da visita<sup>139</sup>.

Desta forma, e através da visita paroquial, o bispado controlava o território da diocese, ao mesmo tempo que vigiava as condutas religiosas e morais do rebanho de Cristo, do qual ele se considerava pastor, e, por isso mesmo, responsável pelas suas ovelhas<sup>140</sup>. Esta vigilância sobre o comportamento dos fiéis, que se fazia durante o ato da visita através do inquérito ou devassa às condutas era algo

---

<sup>136</sup> Consulte-se para este assunto Carvalho, Joaquim Ramos de, Paiva, José Pedro, "Visitações", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 365-370.

<sup>137</sup> *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha: e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo senhor D. João de Sousa*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 473-474.

<sup>138</sup> Mártires, Bartolomeu dos, *Stymulus pastorum*, II pars, I, pp. 139-140, in Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII ...*, p. 185.

<sup>139</sup> Veja-se Paiva, José Pedro, "As Visitas Pastorais", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 250-255.

<sup>140</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma...*, pp. 37-38.

tipicamente português. Um inquérito que, e até pelo carácter jurídico e pelo tipo de condutas fiscalizadas, não se encontrava nas visitas episcopais do resto dos países da Europa<sup>141</sup>, daí a sua especificidade e até originalidade no nosso caso.

Muito mais que verificar se eram cumpridos os procedimentos e preceitos religiosos dos fiéis, a inquirição do visitador incidia sobre a identificação e a denúncia de todos os fregueses que viviam em *pecados públicos e escandalosos* na comunidade<sup>142</sup>. Todos os comportamentos considerados desviantes, dados a conhecer e enunciados pelo edital da visita, lido na missa, no domingo ou dia de preceito anterior à chegada do visitador, como era o caso de práticas de amancebamento, de prostituição, de alcoviteirice, de bruxaria, de blasfémia, usura, ou mesmo o não cumprimento de preceitos pascais, eram objeto de inquirição e castigo, no caso de serem confirmados.

Para isso eram escolhidos, e ao acaso a partir do rol de confessados, ainda que não seja de excluir a hipótese de também haver uma *colaboração* do pároco sem, no entanto, pôr em causa o segredo da confissão a que estava obviamente sujeito, alguns homens ou mulheres da terra que respondiam ao interrogatório do visitador sobre esses mesmos comportamentos e condutas dos demais fregueses. Confirmadas as denúncias e identificados os prevaricadores na sequência da devassa, o visitador estava em condições de impor um castigo, que podia ir de uma simples advertência ou mesmo uma imposição pecuniária aos infratores. Os casos de maior gravidade eram remetidos à cúria diocesana, com poder para condenar e atribuir penas maiores como a excomunhão, o degredo ou até a prisão<sup>143</sup>.

## 4.2. A periodicidade

Fazendo parte da área visitacional de Vermoim e Faria, Requião era uma das freguesias que integravam a chamada segunda parte deste roteiro de Vermoim e Faria<sup>144</sup>. Sabemos pelos vistos nos livros paroquiais que pelo menos desde 1616<sup>145</sup> a freguesia era visitada pelos visitantes do arcebispado bracarense<sup>146</sup>. Estas visitas aconteceram de forma regular e sistemática, com uma periodicidade bianual,

---

<sup>141</sup> Carvalho, Joaquim Ramos de, "A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime", in *Revista Portuguesa de História*, n.º 24, Coimbra, FLUC, 1988, pp. 121-163.

<sup>142</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma...*, p. 37.

<sup>143</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma...*, p. 38.

<sup>144</sup> Capela, José Viriato, "O Julgado de Vermoim no Antigo Regime", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão...*, pp. 147-148.

<sup>145</sup> Data do primeiro registo paroquial na freguesia.

<sup>146</sup> Dizemos pelo menos, pois são as informações que dispomos referidas na visitação nos Registos Paroquiais, na falta dos Livros dos Capítulos anteriores a 1709.

entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, a época forte das visitas, e mesmo anual em alguns períodos, como aconteceu nas primeiras décadas de Setecentos. Ao invés, a partir finais século XVIII assiste-se a um abrandamento da atividade visitacional, à qual não é alheia a instabilidade política provocada pelas guerras. O declínio foi sobretudo perceptível a partir de Oitocentos, com apenas nove visitas em trinta anos, as quais acabaram por se extinguir, pelo menos na sua forma tridentina, em 1833, com abolição do privilégio de foro eclesiástico do estado liberal.

Foi principalmente nos meses de verão que verificámos o grosso de visitas, havendo depois uma quebra nos meses de outubro e novembro, voltando dezembro a ser o mês com maior número de visitas efetuadas à freguesia. Pelo contrário, os meses menos visitados foram em particular, os meses de março e abril. Talvez por serem meses mais chuvosos nesta região, com os inerentes incómodos, até de mobilidade, para a comitiva visitacional, e por isso mesmo com apenas uma e duas visitas, respetivamente. E também pelo facto de a Páscoa recair num destes meses, ocupando, deste modo, os sacerdotes e impossibilitando-os para a tarefa visitacional.

Curioso, é que sendo a própria legislação religiosa que recomendava que se evitasse fazer as visitas na época das colheitas<sup>147</sup>, uma altura de muito trabalho nos campos, mas neste caso concreto tal não foi tido em atenção. Os meses de julho, agosto e setembro diziam respeito ao período forte das colheitas do milho e do feijão, que sabemos abundar nesta região.

#### 4.3. Os visitantes e a comitiva visitacional

Durante dois ou três dias<sup>148</sup>, eventualmente quatro, como aconteceu em 1745, a comitiva visitacional instalava-se na freguesia tendo sempre em atenção as recomendações conciliares e os regimentos dos visitantes, que aconselhavam bom senso, sobriedade e moderação na hospedagem e nos comportamentos<sup>149</sup>.

Nestes cento e vinte e um anos de visitas, que tivemos oportunidade de analisar, entre 1709 e 1830, através das disposições deixadas nos livros dos capítulos, verificámos que nenhuma foi efetuada pelos próprios arcebispos bracarense<sup>150</sup> mas, e ao invés, pelos seus delegados, encarregues dessa tarefa. Todos eles eram geralmente membros do alto clero, a maior parte licenciados, pertencentes à

---

<sup>147</sup> Silva, Lisbeth Marilin Santos da, *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800). Os comportamentos desviantes censurados*, vol. I, Porto, 2007, pp. 83-86, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>148</sup> Temos notícia da duração da visita em Requião nos anos de 1742, 1743 e 1744.

<sup>149</sup> Sobre este assunto. Cf. Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga...*, pp. 238-242.

<sup>150</sup> À exceção de D. frei Bartolomeu dos Mártires no século XVI, e D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), os arcebispos bracarense não se mostraram especialmente zelosos em visitar as comarcas da arquidiocese. Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga ...*, p. 287.



cúria de Braga, tal como recomendavam as constituições sinodais ou os próprios regimentos de visitantes do século XVII. Num total de cinquenta e três visitantes, excetuando as visitas de 1723-1735 por terem os fólhos rasgados, vinte e três eram doutores e um licenciado. Todos desempenhavam funções diversas na hierarquia eclesiástica, como abade ou reitor, acumulando muitas vezes com o cargo de comissário do Santo Ofício, examinador sinodal ou mesmo desembargador eclesiástico. Eram funções amplamente prestigiadas, que conferiam ainda maior dignidade ao ato visitacional. A maioria deles, se não a totalidade, eram abades na arquidiocese de Braga, aos quais se exigia, entre muitos outros predicados, virtude, experiência, saber e letras, mais de trinta anos de idade, e, claro está, serem cristãos velhos<sup>151</sup>.

Além do visitante, integrava a comitiva, que não se desejava muito numerosa pelas questões inerentes de agasalho que incidiam sobre a freguesia<sup>152</sup>, o secretário ou escrivão e os respetivos criados e bestas para o transporte<sup>153</sup>.

O escrivão era também um eclesiástico, inicialmente de ordens sacras, mas depois atenuado para um simples clérigo, como o determinava a legislação diocesana<sup>154</sup>. Competia-lhe redigir a ata da visita, documento importante para memória futura, e sobretudo pelo valor de prova, para posteriormente se verificar o cumprimento, ou não, das disposições capituladas.

Embora saibamos da obrigatoriedade da presença deste clérigo no ato da visita, apuramos que só os escrivães da primeira metade do século XVIII deixaram registado a indicação do seu nome nos livros de capítulos, como se pode ver no Quadro 6. Trata-se de uma indicação que reforça a importância da visita enquanto atividade inspetiva que, neste período de forte incidência de visitas, não descurava os procedimentos que lhe eram devidos.

Foram estas disposições deixadas pelos visitantes e redigidas pelos escrivães que acompanhavam a comitiva visitacional que nos permitiram tecer algumas considerações sobre a freguesia em Setecentos e Oitocentos.

---

<sup>151</sup> Sobre o perfil dos visitantes consulte-se Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A arquidiocese de Braga...*, pp. 231- 233.

<sup>152</sup> A propósito das questões de alojamento e transportes da comitiva visitacional leia-se Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A arquidiocese de Braga...*, pp. 238-241.

<sup>153</sup> Leia-se acerca das pessoas de condição inferior da comitiva Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A arquidiocese de Braga...*, pp. 236-238.

<sup>154</sup> Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII...*, p. 234.

Quadro 6 - Escrivão da visita (1709-1745)

Data da visita	Escrivão
1709	Pe Francisco da Costa de Faria
1711	Pe Francisco de Amorim Pereira
1713	António de Vilas Boas
1714	António Pereira de Carvalho
1716	Pe Domingos Ferreira
1718	Pe Leandro Pereira Brandão
1719	Pe António Mendes de Carvalho
1720	Pe Gabriel Pinheiro
1721	Manuel de São Paio
1743	Pe António de Araújo Ferreira
1744	Pe Francisco de Oliveira
1745	Manuel José de Carvalho

Fonte: APR, Livro das pastorais e visitas, 1707-1760.

Só dispomos de informação para os escrivães nos anos assinalados.

#### 4.4. A freguesia através das visitas

##### 4.4.1. A dimensão

*Termómetro sociológico da prática religiosa*<sup>155</sup> ou *radiografia da paróquia enquanto sociedade católica*, como considerou Franquelim Neiva Soares<sup>156</sup>, os capítulos de visita são uma fonte riquíssima para o conhecimento de Requião, da sua igreja e dos seus fregueses ao longo dos séculos XVIII e XIX. Por eles sabemos da reduzida dimensão da igreja, os principais santos venerados pelos fiéis, as confrarias existentes, as capelas da freguesia, as tradições e as festas em honra da Santa Luzia, na capela do monte com o mesmo nome, os rituais da ida do Senhor aos enfermos, o desleixo de alguns fregueses, entre tantos outros aspetos.

Já no século XVIII, Requião impunha-se face às demais freguesias do arciprestado de Famalicão pela extensão<sup>157</sup>. A enorme dimensão da freguesia, quer em termos de área geográfica, quer em termos

<sup>155</sup> Marques, João Francisco, "O culto vespertino", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 527.

<sup>156</sup> Ver Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga ...*, p. 361.

<sup>157</sup> Desde a Corografia Portuguesa do Padre António Carvalho da Costa em 1708, passando pelas Memórias Paroquiais de Requião de 1755 e acabando no Livro dos capítulos das visitas de Setecentos, todos fazem referência à enorme dimensão da freguesia.

populacionais<sup>158</sup>, era frequentemente referida e tida em consideração. Por exemplo, em 1717 o visitador recomendou ao então pároco Fabião Lopes da Costa (1713-1729), para não haver atrasos no início da missa, com o objetivo de esta não acabar tarde. Pois, quando tal atraso acontecia, e sobretudo no inverno, em que os dias são mais pequenos e anoitece mais cedo, fazia com que muitas pessoas, por morarem em lugares distantes, chegassem a casa já de noite. Esta situação potenciava perigos vários para os fregueses, que poderiam ser evitados com tais recomendações acerca da pontualidade no início dos ofícios divinos. As constituições diocesanas do arcebispado, na edição de 1697, tinham orientações muito precisas acerca do horário e duração das missas, das quais falaremos em lugar próprio<sup>159</sup>.

Além da grande distância dos lugares da freguesia, também o elevado número de fregueses é referenciado e, considerado causa suficiente, em 1714, para que *se não poder governar com hum só parocho*. Este motivo tinha já levado no ano anterior, a ser capitulada a necessidade de alteração da cômgrua do coadjutor, uma vez que dizia, e *pela carestia dos annos* não haver nenhum religioso que quisesse aceitar o *ténue o sallario de 12000 reis*<sup>160</sup>.

De facto, e se tivermos em conta a cômgrua do reitor de Requião em 1676 que era de quarenta mil réis, vemos quão exíguo era o salário do coadjutor. A função deste sacerdote, como o próprio nome indica, seria uma espécie de assistente que auxiliaria o pároco nas tarefas religiosas da freguesia, mediante o pagamento de uma cômgrua<sup>161</sup>. Mais tarde, aparece a designação de padre-cura, cuja função era praticamente a mesma<sup>162</sup>.

#### 4.4.2. A igreja

É também por estes capítulos de visitas que sabemos da reduzida dimensão da igreja. Era tão pequena que era insuficiente para receber todos os fregueses que a ela acudiam aos ofícios divinos e à missa em dias de preceito. Aliás, foi este, o principal motivo apontado para o seu alargamento na segunda metade de Setecentos, já que e apenas um terço dos fregueses bastava para a encher por completo<sup>163</sup>. Talvez o facto de ser uma igreja monacal explique a pequena dimensão do templo.

---

<sup>158</sup> Em 1717 a paróquia tinha 235 fogos e 625 pessoas.

<sup>159</sup> Para este assunto leia-se Marques, João Francisco, "A Celebração do Sacrifício da Missa", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 522-525.

<sup>160</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 18v.-19.

<sup>161</sup> Paiva, José Pedro, "Os mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 222-223.

<sup>162</sup> Luís, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII*, Lisboa, FLUL, 2009, pp. 37-38, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>163</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 55-55v.

Paralelamente, dão-nos informações relativas à planta da igreja e ao seu alçado. A planta, sabemos que era composta pela capela-mor, com arcos<sup>164</sup> cuja manutenção pertencia à comenda, e pelo corpo da igreja, rebocado e caiado de branco, onde nas paredes e forros era habitual aparecerem teias de aranha, considerado pelo visitador António Pereira de Castro, no ano de 1718, algo *muito indecente no templo sagrado aonde esta o Santissimo*, sendo por isso necessário que regularmente se providenciasse a sua limpeza<sup>165</sup>.

A capela-mor, também de reduzida dimensão, tinha umas pequenas aberturas destinadas a dar claridade ao espaço, capitulando-se em 1721 a necessidade de consertar as vidraças existentes. Anos depois, por altura do alargamento da igreja com a construção de uma segunda nave, por volta 1756, o templo passou a ter duas capelas-mores, cuja entrada tinha cada uma o seu arco, que comunicavam entre si por um arco abatido<sup>166</sup>. Desde 1786, e por apresentarem ruína, estes arcos foram objeto da atenção dos visitantes, que várias vezes ordenaram o seu arranjo junto da comenda, a quem competia a sua manutenção. Em 1799, treze anos depois, os arcos ainda não tinham sofrido essas obras de remodelação, o que parece mostrar o pouco interesse, e até desleixo, dos comendadores em cumprirem as suas obrigações<sup>167</sup>.

Sobre o comendador igualmente recaía o encargo do altar-mor e respetivo retábulo, nomeadamente a feitura e douramento, o que também não acontecia. Em 1736, o visitador verificava que além do retábulo ter sido feito *pello zelo* do então reitor, Gabriel Francisco de Araújo Vale (1730-1784), que o mandara fazer com esmolas que conseguiu do Brasil face à total ruína do retábulo antigo, não estava dourado. Essa obrigação era da responsabilidade da comenda, que mais uma vez não a executava. Por isso mesmo, a situação foi novamente denunciada na visita do ano seguinte, onde se capitulou a necessidade de informar o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens da irregularidade em causa.

Sem mais informações acerca deste assunto sabemos no entanto, que as esmolas e as práticas de caridade constituíam na Idade Moderna uma importante estratégia de angariação de fundos às quais, distintas instituições e, em diferentes situações, recorriam amiudamente. A presença de dinheiro angariado no Brasil durante o século XVIII era um expediente frequentemente usado pelas instituições religiosas para obterem os seus intentos, de variada ordem. Encontrámo-lo não só em Requião, mas

---

<sup>164</sup> Que desde 1786 necessitavam de ser reformados por apresentarem ruína mas que treze anos depois ainda não tinham sido arrançados.

<sup>165</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 30v.-31.

<sup>166</sup> Cardoso, Luis, *Memórias Paroquiais do padre Luis Cardoso ou Dicionário Geográfico*, tomo 31, R1, 1758, pp. 389.

<sup>167</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 59v.-60.

noutros locais, nomeadamente e a título de exemplo, na misericórdia bracarense destinando-se ao hospital de S. Marcos<sup>168</sup>.

Pelos registos paroquiais e pelos róis de confessados sabemos que alguns fregueses de Requião haviam partido para o Rio de Janeiro em busca do *el dorado* brasileiro. Temos inclusive a notícia que alguns filhos da terra estavam cativos no reino de Argel na segunda metade do século XVIII, por terem sido aprisionados durante a travessia do Atlântico quando se dirigiam para o Brasil. Foi o que aconteceu ao jovem João, de cerca de vinte e dois anos, morador no lugar do Xisto, e filho de Gabriel Alves de Araújo e de Maria Monteiro de Araújo. Tendo partido para o Rio de Janeiro, no navio de Nossa Senhora da Abadia da cidade do Porto, em 1750 foi feito cativo pelos argelinos, juntamente com outros rapazes da freguesia. O cativo era a consequência direta das atividades de corso de alguns reinos do norte de África, nomeadamente Trípoli, Tunes e Argel, cujos navios navegavam no mar Mediterrâneo e oceano Atlântico atacando não só as embarcações cristãs, como muitas das zonas costeiras da Península Ibérica<sup>169</sup>. Havia sempre alguém que tinha um parente que fora cativo pelos muçulmanos, ou porque, como fora o caso destes rapazes de Requião, viajavam para o Brasil e foram feitos prisioneiros, ou porque viviam em zonas costeiras e foram capturados pelos piratas quer enquanto trabalhavam nos seus campos junto ao mar. Também os pescadores eram apanhados durante a faina. Esta era uma realidade muito presente na sociedade portuguesa da Época Moderna, que só terminou em inícios do século XIX, com a assinatura dos tratados de paz entre Portugal e Marrocos e o reino de Argel, garantindo desta forma uma navegação bem mais segura nas costas atlânticas e para o Brasil, para onde partiam tantos emigrantes.

Livrar da escravidão do resgate, que não era só físico mas também da alma, libertando-a da apostasia, era a missão da Ordem da Santíssima Trindade, fixada em Portugal desde inícios do século XIII. Eram estes frades trinitários que tinham a cargo toda a organização e respetiva negociação destes resgates de cativos em terras do norte de África, embora também se concedesse autorização a particulares para o fazer<sup>170</sup>.

Entre Seiscentos e finais de Setecentos ocorreram vários resgates gerais que libertaram muitos destes portugueses cativos nos reinos do norte de África, foi o que aconteceu aos cativos de Requião, que acabaram por ser libertos no ano de 1754. No entanto, o jovem João faleceu no cativo sem

---

<sup>168</sup> Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Os serviços de saúde e a assistência à doença", in Capela, José Viriato; Maria, Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga. 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 376.

<sup>169</sup> Sobre o resgate de cativos e a ação da Ordem da Santíssima Trindade na libertação destes cristãos consulte-se Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>170</sup> Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna...*, p. 106.

conseguir a tão desejada redenção. Por isso mesmo, e face às notícias da sua morte trazidas pelos colegas do cárcere que tinham sido libertados pelos religiosos da Santíssima Trindade, o seu pai mandou celebrar por sua alma, na igreja paroquial de Requião, um ofício de quinze padres, em julho de 1754<sup>171</sup>.

Com o alargamento da igreja, na segunda metade do século XVIII, passou então a existir duas naves com duas capelas-mores. Era no retábulo da capela-mor, do lado sul, que estava colocado o sacrário do Santíssimo Sacramento, *que tem tribuna perfeita, e dourada, na qual está a imagem do Padroeiro S. Silvestre da parte do Evangelho, e da parte da Epistola a Imagem de Santa Anna*<sup>172</sup>. Já na do lado norte, havia o retábulo de Nossa Senhora do Rosário. Este retábulo, que além de dourado era também estofado, tinha na tribuna os mistérios do Rosário em relevo, com a imagem da Senhora do Rosário e o Menino Jesus com um terço. A ladear o relevo, da parte do evangelho, estava a imagem de S. Domingos, e a de S. Francisco de Assis, do lado da epístola<sup>173</sup>.

#### 4.4.3. O sacrário

O sacrário, que servia de local onde era conservado o pão eucarístico, quer para a adoração, quer para a distribuição aos fiéis e enfermos, estava colocado, como já o referimos, no retábulo da capela-mor do lado sul. Embora, o sacrário fosse uma peça litúrgica que a Contra Reforma incrementou, e, por isso mesmo, prescrito nas constituições do arcebispado desde 1697<sup>174</sup>, que ao mesmo tempo incitavam os párocos a introduzirem as confrarias do Santíssimo Sacramento nas freguesias e os fiéis a inscreverem-se nelas<sup>175</sup>, sabemos que nem todas as igrejas tinham direito a este equipamento<sup>176</sup>. Ter sacrário significava, antes de mais, suporte económico capaz de sustentar tal apetrecho. De facto, a presença real de Jesus no pão consagrado, recolhido nas píxides colocadas no interior do sacrário, tinha variadíssimas implicações de ordem prática que iam muito além da feitura do tabernáculo. Implicavam manutenção, que ia desde a lâmpada permanentemente acesa, com os custos inerentes, e elevados, do azeite e, da sua própria limpeza, passando pelo encargo com a vigilância face ao perigo de roubos ou desacatos de que as igrejas poderiam ser alvo<sup>177</sup>. Esta situação acontecia frequentemente em locais de

---

<sup>171</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 139.

<sup>172</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*, tomo 31, R1, 1758, p. 389.

<sup>173</sup> Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, estas imagens ainda não estavam executadas. Dado que ainda andavam em obras relativas ao acrescento da igreja, com a feitura da nova nave, as imagens ainda não estavam prontas e no lugar. Anteriormente a estas obras de alargamento, Nossa Senhora do Rosário estava colocada no altar colateral ao arco cruzeiro, do lado do evangelho, para onde irá o altar do Santíssimo Nome de Deus.

<sup>174</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 88-91.

<sup>175</sup> Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga ...*, pp. 463, 559.

<sup>176</sup> Costa, Avelino Jesus da, "A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas desde 1240 a 1954", in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 1, 1989, pp. 229-231.

<sup>177</sup> Veja-se Marques, João Francisco, "A Renovação das Práticas Devocionais. As confrarias do Santíssimo Sacramento, a reserva eucarística e os atentados sacrílegos", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 568-570.

povoamento disperso e de poucos fregueses, a ponto das diversas constituições sinodais diocesanas exigirem um número mínimo de vizinhos para o efeito.

Mas no caso concreto da igreja de Requião, e embora não tenhamos muitas informações a respeito do sacrário, o que é certo, é que existia. A prova são os capítulos das visitas de inícios do século XVIII que se referem expressamente ao tabernáculo. Por exemplo, logo em 1716, o visitador determina ao fabricante da igreja para fazer um pavilhão de damasco branco com sanefas vermelhas para o sacrário<sup>178</sup>. As constituições da diocese foram ao longo dos tempos definindo o seu aspeto: ser de bom tamanho, estar colocado no meio dos altares diante dos retábulos, e bem cravado para não haver a possibilidade de se deslocar e cair, dourado, na totalidade ou em parte, e/ou pintado e forrado por dentro a seda carmesim. Por seu lado, o Santíssimo Sacramento estaria num cofre de madeira forrado por fora a veludo carmesim e por dentro com seda da mesma cor<sup>179</sup>. Assim, também o era na igreja de S. Silvestre de Requião: o cofre forrado de veludo para a reforma do sacrário como menciona o inventário dos bens da igreja, de 1741. Tal como o cofre, as constituições sinodais determinavam que o sacrário tivesse uma boa fechadura, de forma que permanecesse sempre fechado à chave. Esta estaria na posse do reitor da igreja. À frente do sacrário, pelo menos, uma lâmpada de azeite arderia sempre<sup>180</sup>. No caso concreto de Requião, havia três lampadários de latão e um de prata, cujo encargo em fazê-los arder continuamente, anunciando, assim, a presença das espécies sagradas, pertencia à confraria do Santíssimo Sacramento.

Este culto à eucaristia traduziu-se na existência de vários objetos litúrgicos, como vasos de prata para estar no sacrário, ou um turíbulo, também de prata, com naveta de estanho e colher de latão, para incensar o Santíssimo. Confirmámos a sua existência nos inventários da igreja de Requião<sup>181</sup>.

Quer a inspeção ao sacrário, quer o posterior exame aos santos óleos e à pia batismal, de que falaremos seguidamente eram igualmente objeto da sindicância da visita, e de tal forma importantes, que foram cuidadosamente legislados pelas constituições do arcebispado, publicadas em 1697. Considerada a sua importância, os escrivães, logo no protocolo das atas das visitas, referiam-se explicitamente à visita do *Sacrário do Santíssimo Sacramento, Santos Óleos e Pia Batismal*.

#### **4.4.4. A pia batismal e armário dos santos óleos**

Em Requião, a pia batismal estava até inícios do século XVIII localizada à porta principal da igreja, do lado de fora, como acontecia na grande parte das igrejas, pois tratava-se da fonte sagrada pela qual

---

<sup>178</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 27v.

<sup>179</sup> Sobre o sacrário consulte-se Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga...*, p. 463.

<sup>180</sup> Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga ...*, p. 463.

<sup>181</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 92-93; *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 43v.-44v.

se renascia para a Igreja e a graça pela purificação do pecado original<sup>182</sup>. Foi a partir da capitulação de 1713 que se determinou a sua mudança para o interior da igreja o que efetivamente aconteceu anos depois.

Relativamente a estes dois equipamentos, pia batismal e santos óleos, as diretrizes dos visitantes são essencialmente pontuais. Dizem sobretudo a precauções a ter com a segurança dos equipamentos em questão, nomeadamente o fechamento da pia com grades como se verificou em 1715 e 1718 e, à compra de uma fechadura para o armário dos santos óleos, pois protegeria desta forma dos eventuais roubos para fins considerados maléficos e hereges, ligados a práticas de bruxaria<sup>183</sup>.

O armário dos santos óleos, fechado, como vimos, ficava junto da pia batismal. Também ele era alvo da fiscalização do visitante, que além de questionar a renovação dos óleos pela Semana Santa ou pela Páscoa, deveria inquirir se foram levados até à igreja, desde a Sé de Braga, por um clérigo que pelo menos tivesse ordens sacras. E ainda, se tinham sido rececionados convenientemente, e com a solenidade devida, e os velhos óleos lançados na pia batismal<sup>184</sup>.

No caso de Requião, além da fechadura para o armário, anotada desde 1716, e continuada pelos cinco anos seguintes, apenas se capitulou para este armário, em 1713, a execução de umas âmbulas *feitas ao moderno* de estanho fino<sup>185</sup>. Não esquecendo o visitante, António Correia de Araújo, de advertir que fossem esculpidas com os mesmos sinais e letras que estiverem nas tapaduras, a fim de se evitar trocas.

#### 4.4.5. Os altares da igreja

É também pelos capítulos das vistas que temos informações sobre os variados altares existentes na igreja de Requião. Além do de Nossa Senhora do Rosário, que passou a ocupar a capela-mor, do lado norte, e que estava anteriormente ao alargamento da igreja no altar colateral ao arco cruzeiro, no lado do evangelho, havia vários altares no corpo da igreja: o do Santíssimo Nome de Deus, o de S. Sebastião, com a respetiva imagem do santo, e o das Almas. No retábulo deste altar das Almas havia um painel, em médio relevo, das almas no fogo do purgatório, encimadas pela Santíssima Trindade num trono de nuvens, onde também estava, e mais abaixo, S. Silvestre, protetor e padroeiro da confraria das Almas<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga...*, p. 467.

<sup>183</sup> Aliás, foi essa uma das razões para a mudança da pia batismal. Esta estava do lado de fora da igreja e transitou para o seu interior. Em 1715 os fregueses queixaram-se ao visitante da inexistência de água na pia batismal há muitos anos, situada do lado de fora da porta principal, pela simples razão de que a dita água poderia ser para usos maléficos. Considerando que esta razão não era suficiente face aos benefícios que os cristãos recebem ao usar a água benzida, determina por isso ao pároco que mande deitar água benta na pia ou então que a coloque no interior.

<sup>184</sup> Luís, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências religiosas e comportamentos sociais...*, p. 72.

<sup>185</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas, 1707-1760*, fls. 16v-17.

<sup>186</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*, tomo 31, R1, 1758, p. 390.



Ao todo havia cinco altares na igreja, que as Memórias Paroquiais confirmam, se contarmos com o altar do Santíssimo Sacramento, situado na capela-mor do lado sul, onde estava o sacrário. Variadíssimas vezes, os visitantes fizeram referências a estes altares, ainda que não especificando de qual deles se tratava, quando, e de acordo com as pastorais da diocese, proibiam os fregueses de se sentarem junto deles. Ou inclusive de se encostarem pela *ousadia e falta de reverência (...) com vestidos roupas e mãos sujas e mal limpas, roçando-se pelos frontais e toalhas*, como o considerou o visitante José da Glória Camelo na visita que fez a Requião no ano de 1765<sup>187</sup>. Uma indecência que não se admitia, de todo, na Idade Moderna.

#### 4.4.6. Os confessionários e o sacramento da confissão

Além dos altares, os capítulos das visitas fazem menção à existência de confessionários no corpo da igreja para se ouvirem os fregueses em confissão.

Ainda que a temática da confissão já fizesse parte das preocupações pré-tridentinas, o concílio evidenciou a importância deste sacramento para a salvação das almas, insistindo na sua obrigatoriedade anual, imposta desde o século XIII<sup>188</sup>. O sacramento da confissão, também ele um instrumento disciplinador<sup>189</sup>, e ao mesmo tempo controlador da conduta dos fregueses, libertava o penitente da mácula do pecado. Para isso, o fiel tinha que declarar os pecados cometidos, mostrando o arrependimento devido ao seu cura que em face das faltas apresentadas dar-lhe-ia a penitência respetiva. Caso contrário, além de não receber o sacramento eucarístico ficaria privado de ter sepultura religiosa ou mesmo, interdito de entrar na igreja. Duas situações extremas que qualquer crente não desejaria de todo para si e para os seus.

Para dar resposta a tal desígnio, impôs-se um novo equipamento na igreja preconizado pelo concílio tridentino: o confessionário, executado de modo que o sacerdote pudesse estar sentado de um lado e o penitente ajoelhado do outro lado, ficando entre ambos um repartimento da madeira com grades ou ralo, destinado a ouvir os penitentes. Situação obrigatória no caso de se tratar de mulheres<sup>190</sup>. As constituições do bispado davam orientações muito precisas também no que diz respeito à forma e local onde se processaria o sacramento da confissão<sup>191</sup>, proibindo os confessores de confessarem nas romarias

---

<sup>187</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 20.

<sup>188</sup> Veja-se Gouveia, António Camões, "A Sacramentalização dos Ritos de Passagem. Catequese, pecados e absolvições", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 538-543; Marques, João Francisco, "Confissão", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 445-459.

<sup>189</sup> Consulte-se Palomo, Federico, "Disciplina christiana. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n° 18, Madrid, Universidad Complutense, 1997, pp. 126-128.

<sup>190</sup> Marques, João Francisco, "Confissão", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 452.

<sup>191</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 33-67.

e no campo, ao mesmo tempo que registam a obrigatoriedade de tal ser executado nos confessionários, no interior das igrejas e capelas.

Apesar da obrigatoriedade do equipamento, a igreja de Requião ainda não tinha confessionários na primeira década do século XVIII. Daí decorre a capitulação do visitador em 1716 para que se façam os confessionários, que muito provavelmente não se terão construído. Ou caso tenham sido executados, foram em número insuficiente a ponto do doutor José Rodrigues de Oliveira, de visita à freguesia no dia 2 de outubro de 1743, recomendar que se fizessem quatro confessionários, *tapados com portas e com gradinhas de cada um dos lados, para que o confessor não possa tocar as penitentes*<sup>192</sup>. Era terminantemente proibida a confissão de mulheres, quase sempre associadas à tentação da carne e, por isso, mesmo ao pecado, fora dos confessionários.

#### 4.4.7. O mobiliário e paramentos

Para além da inspeção do Santíssimo Sacramento, dos santos óleos, da pia batismal, dos altares e respetivas imagens, fazia parte da componente espiritual o exame ao restante equipamento litúrgico destinado ao culto, como o mobiliário e paramentos da igreja. Devemos dizer que neste caso concreto imperava a simplicidade. O mobiliário limitava-se a uns bancos para os fregueses se sentarem, uma arca ou armário fechado para a sacristia, onde se guardavam os livros e papéis da igreja<sup>193</sup>, dois esquifes para os funerais, um para adultos e outro para crianças<sup>194</sup>, geralmente dependurados nas paredes da nave, uns caixões para os ornamentos e cálices, uma caixa para a roupa branca e, finalmente, duas credências nas capelas-mores. No que diz respeito aos paramentos da igreja são frequentemente referenciados como necessários para a prática litúrgica alguns corporais, sanguinhos e manustérgios<sup>195</sup>. Em 1719 foi ordenada a feitura de uma toalha de renda para o altar-mor, suficientemente comprida para que chegasse ao supedâneo, o que devia acontecer no prazo de dois meses<sup>196</sup>.

Também os paramentos, e respetivas alfaias litúrgicas, dão-nos a ideia de uma grande austeridade, própria de tempos em que a abundância e a fartura material não imperavam. Daí que muitas vezes, e para se evitar roubos, as arcas da roupa de linho que estavam na sacristia fossem fechadas com chave. Esta situação era semelhante à que acontecia com a pia batismal e armários dos santos

---

<sup>192</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 65v.

<sup>193</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 36.

<sup>194</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 74v.

<sup>195</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 33v.

<sup>196</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 32v.

óleos, também fechados à chave, para evitar roubos, mas por motivos diferentes, como verificámos em 1721<sup>197</sup>.

Ressalta acima de tudo, a imagem de uma igreja suficientemente apetrechada, sobretudo graças ao zelo e asseio dos párocos da freguesia<sup>198</sup>.

#### 4.4.8. O arquivo

Se toda a vida da paróquia era analisada na visita pastoral, o arquivo, como reflexo, escrito, dessa mesma vivência da administração religiosa da freguesia, era também alvo da sindicância dos visitantes. Importava analisar e verificar se os procedimentos, sobretudo no que diz respeito ao registo dos ritos de passagem eram cumpridos. A Igreja contrarreformista insistia na obrigatoriedade de cada paróquia registar, em livro próprio, os batismos e casamentos determinados no concílio de Trento. A que se seguiu a obrigatoriedade dos óbitos, anos depois, em 1614 pelo Papa Paulo V (1605-1621)<sup>199</sup>. No entanto, devemos afirmar que esta prática do registo em livro já era seguida em muitas dioceses portuguesas mesmo antes de Trento<sup>200</sup>.

Não foi o caso de Requião, pelo menos no que diz respeito aos livros que chegaram até aos nossos dias. Um livro misto, com registos de batismos, casamento e óbitos. Os registos de batismos e casamentos iniciam em 1614. Já o primeiro registo de falecimento é anterior, julho de 1613, precedendo mesmo, à obrigatoriedade imposta pela publicação do *Ritual Romano* de Paulo V. Mas será que também no caso dos batismos e casamentos, haveria registos anteriores às determinações da hierarquia da Igreja, como aconteceu para os falecimentos? Ter-se-iam perdido os livros? Não sabemos.

A importância do registo, do documento escrito, para memória futura é evidente e uma constante nas recomendações que os visitantes deixam aos párocos de Requião. Este é um ponto, que nos é especialmente querido, fruto da atividade profissional que exercemos, que não podemos nem queremos deixar de ter em atenção. De facto, é graças a este arquivo paroquial, que o padre Manuel Magalhães, anterior pároco de Requião, entretanto falecido, nos permitiu consultar, e ao manancial informacional que encontrámos que nos permite fazer esta análise.

Embora se tratasse de documentos de grande manuseamento, e sobretudo no que diz respeito aos assentos paroquiais, necessários e indispensáveis à vida da paróquia e dos seus fregueses, encontram-se na sua maioria em bom estado de conservação. Talvez graças ao zelo dos sucessivos

---

<sup>197</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 33v.

<sup>198</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 32v.; APR, *Livro das visitas da ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião*, 1733-1787, fls. 3v.-4; *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 33-33v.

<sup>199</sup> Amorim, Norberta, "Registos Paroquiais", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 99.

<sup>200</sup> Gouveia, António Camões, "A Sacramentalização dos Ritos de Passagem. Os registos paroquiais e o clero" ..., p. 532.

párocos de Requião que sempre os consideraram importantes e os preservaram. Encontrámos ao lado dos livros de registo de batismo, casamento e óbito, os capítulos das visitas, constituições sinodais, livros de contas, estatutos das confrarias e róis de confessados. Muito mais existiria certamente, mas nem todos sobreviveram à usura do tempo e às contingências das leis da República, que impediu alguns de chegarem até aos nossos dias.

Sabemos que paralelamente à administração dos sacramentos do batismo, do casamento e da morte, o pároco tinha a obrigação e a responsabilidade do registo, isto é, fazer o assento dos fregueses que tinham recebido tais sacramentos. Disso davam conta as constantes determinações dos visitantes que, em nome do arcebispo, ordenavam aos párocos em 1769 *ou quem por elle servir, que fassa os assentos dos Baptizados logo depois do Baptismo antes que a gente se va da Igreja*<sup>201</sup>. O mesmo acontecia no caso da morte, casamento, ou mesmo batizado de algum freguês alheio à freguesia, em que o pároco tinha a obrigação de comunicar ao colega da paróquia donde o freguês era originário, *para elle fazer assento do óbito, cazamento ou do baptismo nos seus respetivos livros*, como se constatou, em 1793<sup>202</sup>. Ou ainda, como ordena o visitador Francisco Borja Peixoto Martins Barroso, no ano de 1812, para o pároco escrever à margem do assento de batismo, a data da receção do sacramento da confirmação: *e para maior commodidade o averbarão à margem dos assentos dos seus Baptismos, de maneira que nas certidoens que se pedirem para Ordenação se posa logo declarar se os pependentes forão confirmados*<sup>203</sup>.

Além dos livros de batizados, casamentos e óbitos, outros livros aparecem referenciados. De facto, e ao contrário do que se poderá supor, a ideia de que os arquivos paroquiais se constituíam a partir do momento em que passou a ser obrigatório efetuar na igreja os registos de batismo, casamento e óbito, e que se resumiam apenas a esses livros, é perfeitamente errada. Embora, estes registos sejam a documentação por excelência dos cartórios das paróquias, não esgotam a documentação, longe disso. O arquivo da igreja de S. Silvestre de Requião é disso um bom exemplo. Logo nos primeiros treze fólios do Livro de Capítulos das Visitas, encontrámos registada a pastoral de 20 de novembro de 1706, do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, transcrita na íntegra pelo então reitor Manuel Cunha Lira (1706-1712), oito meses depois da sua publicação, em que se ordenava a todos os párocos para terem um livro rubricado pelo provisor e pelos visitantes, onde registassem o inventário dos bens imóveis e tombo das propriedades, irmandades, confrarias e capelas. Paralelamente, existiriam outros livros, por exemplo,

---

<sup>201</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 17v.

<sup>202</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 51v.-52.

<sup>203</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 70v.-71.

aquele onde se registavam os *Titollos das sepulturas, erecoens de capellas, ermidas, altares*<sup>204</sup>, ou ainda um outro para se declararem os usos e costumes da igreja. Enfim, tratava-se de documentação produzida e recebida pela organização paroquial no exercício das suas competências. Infelizmente, apenas chegou até nós o *inventário de tudo o que pertence à fabrica desta igreja do Mosteiro de S. Silvestre de Requião*<sup>205</sup>.

Mas nem só os inventários de bens deviam ser produzidos e conservados pela paróquia, como nos dá a conhecer em 1719 o secretário da visita desse ano, o padre Leandro Pereira Brandão, ao deixar registada a capitulação do visitador que ordenou ao pároco Fabião Lopes da Costa a compra de um livro para *registar os testamentos de verbo ad verbum* dos fregueses<sup>206</sup>. Também em 1744, o secretário da visita de então, o padre Francisco de Oliveira, registou a ordem do então visitador, Manuel Correia de Araújo, para o fabriqueiro adquirir um livro para o pároco assentar os bens de alma dos que falecerem. E dois anos depois, João Gomes de Távora e Abreu, ao visitar a igreja de Requião no dia 1 de dezembro de 1746, não deixa de reparar que não foram satisfeitos os capítulos passados, no que diz respeito à aquisição de um livro para *que se lancem e tresladem os testamentos de todas as pessoas que com elles falecerem*. E continua, dizendo que o pároco *daqui em diante os tresladará em hu livro para o mesmo efeito destinado naquellas verbas que respectarem aos legados pios, e declarando a notta em que forao feitos, havendo cem reis de sallario de cada hu pelos herdos dos testadores, que com os dos testamentos fallecerem*<sup>207</sup>.

Estes exemplos expressam as preocupações do arcebispado com o registo das práticas religiosas. Preocupação idêntica vêmo-la no que diz respeito à guarda e conservação dos documentos, com a obrigatoriedade, determinada em 1780, de existir na sacristia uma arca ou armário para se guardarem os livros e papéis da igreja.

Consciente do valor informativo, e até confidencial dos documentos, o visitador José da Costa Velho, lembrou em 1760, ao pároco Gabriel Araújo Vale que guardasse *debaixo de chave*, não só os livros da igreja, mas também o Rol de Confessados<sup>208</sup>. Tratava-se de um documento que ajudaria os

---

<sup>204</sup> APR, Livro das *Licenças das Benções das Capelas desta Freguesia e outras declaraçoens que importa ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826.

<sup>205</sup> Estes inventários de bens, de 1741 bem como o de 1788, sem constituírem uma série autónoma, encontrámo-los redigidos no interior do Livro de Capítulos das Visitas. O mesmo acontecia com as pastorais, circulares e provisões do arcebispado que estão transcritas nos livros das visitas.

O inventário de 1741 foi registado nos últimos fólhos do primeiro Livro dos Capítulos das Visitas. Cf. APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 92-93. O inventário de 1788 aparece redigido a meio do livro das visitas entre a visita de 1786 e a visita pastoral de 1788. Cf. APR, *Capítulos das Visitas*, 1761-1830, fls. 43v.-44v.

<sup>206</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 33.

<sup>207</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 69.

<sup>208</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 91.

párocos na tarefa do registo confessional obrigatório e é de fundamental importância para reconhecer a população da paróquia e a sua distribuição geográfica.

Na altura da Páscoa, os padres tinham a obrigação de registar o nome de todos fregueses, de idade superior a sete anos<sup>209</sup>, colocando à frente o cumprimento, ou não, da obrigação da confissão e respetiva comunhão.

Como já referimos, quando mencionámos a existência de confessionários na igreja de Requião, a obrigatoriedade da confissão remonta ao século XIII, ao concílio de Latrão, em 1215<sup>210</sup>. Por isso mesmo, todos os fregueses estavam obrigados, pelo menos uma vez por ano, no período da Quaresma, isto é, entre a quarta-feira de cinzas e o domingo de Páscoa, ao sacramento da confissão pelo seu próprio reitor, ou cura, como o determinavam as constituições sinodais. Excetuava-se todos aqueles que estivessem ausentes da freguesia por esta altura, que, no entanto, teriam de se confessar no local onde permanecessem, e trazer ao pároco um comprovativo, uma certidão como o tinham feito, a senha da desobriga. Caso não cumprissem este preceito eram considerados revéis, rebeldes, excomungados e, por isso mesmo, sujeitos às leis da Igreja, que os excluía do direito a ter sepultura eclesiástica ou mesmo a receber qualquer sacramento<sup>211</sup>. Em Requião, a quase totalidade dos fregueses confessava-se e comungava, como se comprova pelos registos *CC*, colocados à frente do nome de cada um.

Este Rol de Confessados é outra das séries documentais que encontramos no arquivo paroquial e que fornece informações preciosas sobre a população de Requião. São apenas dois róis, um de 1770 e outro de 1778, em razoável estado de conservação, mas constituem um instrumento fundamental para conhecermos melhor a freguesia em termos populacionais, na segunda metade do século XVIII. Feitos de meias folhas, dobradas de alto a baixo, anotavam de forma ordenada a prática da desobriga nos diferentes lugares da freguesia, seguindo uma hierarquia dentro de cada lar, primeiro a sua cabeça, normalmente o pai ou a mãe, no caso de ser viúva ou mãe solteira, seguido dos filhos e criados, ou mesmo escravos, a prática da desobriga. Como encontramos em alguns agregados familiares, nomeadamente no lugar da Lage onde num agregado familiar composto por quatro pessoas (pai, mãe e dois filhos) viviam também quatro escravos; ou no lugar das Lagoas, cujo agregado é composto por João

---

<sup>209</sup> Sete anos era a idade considerada em que as crianças, sabendo já distinguir o bem do mal, eram capazes de cometer pecado mortal, podendo, por isso, conhecer os mistérios necessários à salvação e distinguir o pão eucarístico do pão normal. Costa, Avelino Jesus da, "A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas...", p. 209.

Os menores, entre os 7 e os 14 anos no caso dos rapazes e entre os 7 e os 12 no caso das raparigas, só estavam obrigados à confissão enquanto os maiores à confissão e à comunhão.

<sup>210</sup> Luís, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências religiosas e comportamentos sociais...*, p. 65.

<sup>211</sup> Gouveia, António Camões, "A sacramentalização dos ritos de passagem. Catequese, pecados e absolvições", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 538-543.

da Costa Alvares, solteiro, e o seu escravo Bento; ou ainda no lugar do Xisto, o reverendo José de Faria Salgado, tem o escravo José, que forma um agregado juntamente com o criado Domingos. Desde a década de noventa de Seiscentos que encontramos o registo da presença de escravos em Requião<sup>212</sup>. São frequentes os nascimentos de filhos de escravas apadrinhados pelo senhor ou seus familiares<sup>213</sup> ou ainda registos onde é referenciado, como cognome *o negro(a)*, *o mestiço*, *escravo de*<sup>214</sup>.

Paralelamente às preocupações com a guarda e conservação dos documentos, o arcebispado, através dos visitantes, emanava orientações precisas relativas ao acesso de todo o manancial informacional que os arquivos paroquiais encerravam. Com o andar dos tempos, e a conseqüente complexidade dos atos administrativos de carácter religioso, nomeadamente a passagem de certidões dos livros do registo paroquial para o foro secular, que deixam de carecer de licença prévia do arcebispado, vão originando exigências que até então não se colocavam. Uma dessas determinações pode ser verificada na visita que o padre Custódio Amaro Ribeiro fez em 1784, no sentido de obrigar o pároco a mandar fazer um sinete com a imagem de S. Silvestre, o santo padroeiro de Requião, e na circunferência o nome da paróquia, para se passarem certidões, a fim de *se evitarem muitas falcidades*<sup>215</sup>.

Parece-nos evidente que também no que diz respeito ao arquivo é claro o zelo dos párocos de Requião. Pois, ao longo destes cento e vinte anos de visitas verificámos que se tratam essencialmente de recomendações gerais do arcebispado a todas as paróquias, e nunca capitulam no sentido de chamar a atenção para qualquer situação que se encontrava errada ou menos bem no que ao arquivo consignava. Para além do razoável estado de conservação, também prova do cuidado com o manuseamento dos documentos, uma outra evidência deste zelo com o arquivo, verifica-se na existência de livros de extratos dos registos paroquiais que foram sendo feitos pelos diferentes párocos ao longo dos tempos. São três livros: um de batizados de 1778 a 1911, outro de óbitos de 1769 a 1911, e um livro misto que engloba batizados e casamentos de 1850 a 1911. Curioso, ou talvez não, é que todos eles vão até 1911, por força das transferências impostas pelo novo regime republicano. Mas nem todos os livros escaparam à força da lei das transferências do estado e muitos acabaram por sair da sua organização produtora de origem, o arquivo paroquial de Requião, que se viu desmembrado, e conseqüentemente, e a sua informação dispersa.

---

<sup>212</sup> É sobretudo nos finais de Seiscentos que encontramos referências há existência de escravos na freguesia. Ainda que pontuais, essas indicações mostram que faziam parte da aldeia e estavam integrados na vida local, desaparecendo nos séculos seguintes essa referenciação étnica.

<sup>213</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698, fl. 42.

<sup>214</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672, fl. 128.

<sup>215</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 41v.

Segundo o inventário da igreja de 1850, elaborado por morte do pároco, para além dos livros destinados à liturgia e ao culto, faziam parte do arquivo paroquial de Requião: três livros de registo de óbitos<sup>216</sup>, quatro livros dos batizados<sup>217</sup>, três livros dos casamentos<sup>218</sup> e dois livros dos testamentos<sup>219</sup>. Com o advento do regime republicano, e o conseqüente surto de incorporações para os arquivos do Estado, o destino final de grande parte destes livros acabou por ser os recém-criados arquivos distritais, que começaram a surgir a partir de 1916, já previstos no número oito do artigo vinte e sete do decreto-lei de 18 de março de 1911<sup>220</sup>.

Devemos dizer enquanto arquivista, que tais incorporações feitas pelo Estado, a partir de 1911, levaram a um desmembramento do arquivo paroquial de Requião, que como tantos outros, se viu desagregado enquanto sistema de informação com uma organicidade própria. Convém, no entanto ressaltar que todos os livros pertencentes ao fundo paroquial atualmente disponíveis no arquivo distrital de Braga não serão certamente fruto da totalidade das incorporações de 1911. Muitos terão ido via cartório da arquidiocese de Braga, que na sequência das suas competências, enquanto arquivo diocesano, tutelava os arquivos paroquiais, funcionando como uma espécie de *arquivo de segurança* e até de complemento destes. E a prova é que, muitos dos documentos que as paróquias produziam, nomeadamente a paróquia de Requião, eram enviados para Braga, enquanto arquivo central da diocese.

De facto, o cuidado e a preocupação com o registo *para memória futura* e o conseqüente *arquivo* dos livros paroquiais depois de completos, os chamados *livros findos* é visível nas determinações do arcebispado, que chegou mesmo a criar o ofício de *escrivão dos livros findos das igrejas, dos batizados, cazados e defuntos das igrejas de todo o arcebispado* no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, com a incumbência de receber os livros das paroquiais depois de completos. Daí que não seja de estranhar, e talvez na sequência desta decisão emanada das Constituições, decorrentes do sínodo celebrado em Braga a 30 de abril de 1713<sup>221</sup>, que o visitador do ano de 1715, Manuel da Cunha Lira, ordenasse ao padre Fabião Lopes da Costa que, e sob pena de excomunhão, entregasse no prazo de um mês em *caza do muito Reverendo Doutor Provisor todos os livros de bautizados, cazados e defuntos* da igreja paroquial, que estivessem findos<sup>222</sup>. A mesma determinação diz respeito aos livros dos usos e costumes da igreja,

---

<sup>216</sup> O arquivo paroquial tem apenas dois livros. Um de 1811 a 1830 e um outro de 1830 a 1853.

<sup>217</sup> Conservaram-se quatro livros. Um livro de maio de 1778 a maio de 1811, um segundo de setembro de 1811 a abril de 1828, um terceiro de abril de 1828 a dezembro 1843, e finalmente o último de dezembro de 1843 a março de 1858.

<sup>218</sup> No que diz respeito aos registos de casamento apenas se conservou um livro relativo a 1725 a 1809.

<sup>219</sup> Já os dois livros de testamentos não escaparam às voltas do tempo e dos homens e, infelizmente, desconhece-se o seu paradeiro.

<sup>220</sup> Diário de Governo, nº 63/1911, série I, 18 de março de 1911.

<sup>221</sup> Marques, José, "Sinodos bracarenses e renovação pastoral", in *Separata de Theologica*, 2ª série, Braga, 1995, pp. 310-311.

<sup>222</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 22.



dos quais receberia uma certidão a comprovar tal entrega e que teria de apresentar em futuras visitas. Começamos por analisar tal capítulo: em primeiro lugar é provável que o padre Fabião Lopes da Costa, escrupuloso como era, e tantas vezes elogiado pelos visitantes do seu zelo, do asseio da igreja, da forma como conduzia o rebanho<sup>223</sup>, os tenha realmente entregado. Tudo leva a crer que sim, pois na visita do ano seguinte, nenhum dos pontos capitulados faz referência à não entrega dos livros, provando a sua diligência na diocese.

Este aspeto relativo à exigência da entrega dos livros paroquiais depois de completos é continuada e reforçada por uma ordem de 3 de julho de 1772, de D. Gaspar de Bragança (1758-1789), para as paróquias remeterem os livros que já tinham acabado ao cartório do escrivão dos livros findos em Braga. Embora não tivesse acontecido em Requião, parece que era prática de alguns abades da diocese acrescentar cadernos aos livros, de forma a retardar tal envio e conseqüentemente a aquisição de novos livros.

## 5. O culto

### 5.1. As procissões

Também no que diz respeito à forma como exerciam o culto, fregueses e párcos de Requião, e à semelhança dos seus congéneres da diocese bracarense, eram fortemente vigiados e condicionados pelas determinações da Igreja moderna contrarreformista<sup>224</sup>.

Desde as procissões, passando pela administração dos sacramentos, até ao ensino da doutrina, ou a assistência à missa em dias de preceito, tudo era legislado pelas constituições sinodais, regulando a conduta dos fregueses fossem eles leigos ou eclesiásticos.

Na Idade Moderna as vias-sacras e as procissões eram frequentes. Em Requião, como o confirmámos através da visita de 1754, também as havia. Não somente em torno da igreja paroquial mas também nas capelas da freguesia, em especial na capela de Santa Luzia, da qual falaremos em local próprio.

Nestas manifestações públicas de fé, além de ser legislado o comportamento a ter durante o ato processional era também regulamentada a *boa ordem*<sup>225</sup> que deveria ser mantida no cortejo. Exigia-se, e recomendava-se rigor e seriedade na postura e nos trajés, às quais as constituições sinodais de Braga

---

<sup>223</sup> Disso dão conta as visitas de 1711, 1713, 1715, 1717, 1719.

<sup>224</sup> Carvalho, Joaquim Ramos de, "Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 32-57.

<sup>225</sup> Sobre este assunto leia-se Gouveia, António Camões, "Procissões", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 67-72.

de 1697 dedicavam capítulo próprio<sup>226</sup>. Por isso, ao ser devidamente pré-estabelecida esta *boa ordem*, o seu incumprimento estaria sujeito a sanções.

O receio de práticas menos dignas nos cortejos processionais, que pudessem potenciar momentos de maior profanidade, foi alvo das recomendações da pastoral de 1706, de D. Rodrigo de Moura Teles, no sentido de proibir as mulheres, *ainda que com aparência de zelo*, de frequentarem as igrejas e vias-sacras de noite para assistirem a certas novenas e sermões e, participarem em procissões<sup>227</sup>. O que é certo, e talvez devido ao longo período de vacância de treze anos (entre 1728-1741), este costume estava reacendido nas paróquias da diocese bracarense na década de cinquenta de Setecentos. Requião não era exceção. Por isso não estranhamos a proibição imposta pelo visitador Manuel Teixeira Queiroz, em 1754, interditando sob pena de excomunhão, de irem em procissão algumas mulheres mordomas com velas na mão, ainda, e segundo ele, que o *façam com suas mantilhas e atrás do pálio*<sup>228</sup>. Acrescentando, que só depois da procissão recolhida é que poderiam ir oferecer as velas que quisessem aos santos da sua devoção, procedendo com a devida e recomendada *modéstia*, que se impunha ao ato.

São as preocupações com questões de teor mais profano, que podiam ocorrer entre homens e mulheres durante estes ajuntamentos de religiosidade popular, que levaram à proibição destes cortejos terminarem nos montes ou em lugares ermos. Pois, e segundo a mesma pastoral de 1706, aí se juntam *promiscuamente homens e mulheres fazendo muitas accoens indecentes, comendo, e bebendo ao mesmo tempo*<sup>229</sup>. Por isso, foi determinado o recolhimento das mesmas nas igrejas de onde saíssem para evitar tais situações, consideradas de pecado.

## 5.2. Os dias de preceito e a assistência à missa

A missa paroquial não era celebrada apenas nos cinquenta e dois domingos do ano, incluía também, os *dias de guarda*, que eram bastantes, a que os fregueses eram obrigados assistir. Esses dias consagrados à oração e ao repouso não se coadunavam com uma época de mingua como aconteceu em alguns períodos da Idade Moderna, em que a ausência do trabalho significava, acima de tudo, a

---

<sup>226</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 300-305.

<sup>227</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 12v.

<sup>228</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 83-83v.

<sup>229</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 12v.

inexistência de recebimento para a maioria dos fregueses, pequenos camponeses ou assalariados rurais<sup>230</sup>.

A obrigatoriedade dos fregueses de Requião de assistência à missa na igreja nos domingos e festas solenes é por demais evidente nas capitulações dos visitantes, insistindo sempre no dever do preceito, que remonta ao concílio de Elvira, no século IV<sup>231</sup>. Na igreja paroquial ou na capela do lugar de Ninães, onde havia missa mais cedo por causa dos *pastores desse lugar* mais longínquo da freguesia<sup>232</sup>, o preceito da santa missa era cumprido na freguesia e condenados os faltosos pela desobediência, como constatou o visitante, em 1714<sup>233</sup>. Desobediência, que se prendia sobretudo pelos trabalhos árduos no campo, pouco compatíveis para a disponibilidade que a vida religiosa impunha e exigia. Por isso, o não guardar os domingos e os dias santos apenas para o Senhor era um delito frequente que a Igreja condenava, e que causava grande *offensas a Deos e ruina ao mundo*, como o afirma Francisco da Costa Lemos, na visita que fez em 1717 a Requião<sup>234</sup>. Tal comportamento implicava que nesses *dias de guarda* como referem as constituições sinodais bracarense publicadas em 1697, na qual é dedicado um capítulo próprio, *que ninguém trabalhe, nem faça outra obra proibida*<sup>235</sup>. Esses dias estavam apenas dedicados a Deus e aos santos, por isso todo o trabalho relacionado com atividades servis, estava proibido: fosse ele a venda de géneros alimentícios, a prática de trabalhos agrícolas ou qualquer ato judicial. Mas como o incumprimento era frequente e até vulgar, a Igreja insistia na vigilância. Determinando, por isso o visitante, António da Costa, em 1717, que o pároco de Requião tenha *olheiros ajuramentados na freguesia* que lhe denunciem todos aqueles que trabalhem nos dias de preceito<sup>236</sup>. Nos quais serão condenados não só os transgressores, bem como os próprios olheiros, *cuja omissão de não denunciar se fazem graves offensas a Deos e Ruina ao mundo*<sup>237</sup>.

Era por ocasião da missa do dia, a cada domingo ou dia santo de preceito, que o freguês inebriado pelo espetáculo dos sentidos, visível na talha dourada dos retábulos, no cheiro forte do incenso, no som da música cantada, e na palavra do pregador, no púlpito ou no altar, tomaria contacto com os desígnios da religião e da Igreja contrarreformista.

---

<sup>230</sup> Lebrun, François, "As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual", in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da Vida Privada*. vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, p. 77.

<sup>231</sup> Marques, João Francisco, "Preceito dominical", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 520.

<sup>232</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 76-76v.

<sup>233</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 20.

<sup>234</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 29v.

<sup>235</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 168-171.

<sup>236</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 29v.

<sup>237</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 29v.

Nesse momento de celebração da eucaristia, pároco e fregueses tinham responsabilidades distintas. Ao pároco, como cura de almas e pastor do rebanho, cabia-lhe várias obrigações para com os fiéis<sup>238</sup>. Disso dão conta as capitulações dos visitantes nestes cento e vinte anos de visitas que analisámos. Tais como, por exemplo, os procedimentos a ter durante a missa, ensinando as fórmulas de doutrina e oração<sup>239</sup>; advertir que os fregueses cumpram o preceito da missa<sup>240</sup> e o que significa o seu não cumprimento; anunciar as festas de guarda que ocorriam na semana, bem como os dias de jejum, cuja não observância significava pecado mortal<sup>241</sup>; aconselhar os fiéis que contribuíssem, pelas suas almas, com esmolas para obras pias, como era o caso do convento das religiosas da Madre de Deus de Guimarães<sup>242</sup>. Em contrapartida, aos fregueses cabia-lhes ouvir e participar, convenientemente, e de acordo com os preceitos estabelecidos pela Igreja, ao sacrifício da missa.

Almejava-se uma participação devota e atenta, apenas consagrada a Deus, o que nem sempre acontecia, e por variadíssimos motivos, ao qual não é alheio o próprio ritual da missa, celebrada em latim. E por isso mesmo, pouco entendível ao homem comum, que via apenas no momento da homília a oportunidade de alguma participação, num ritual, por essência, demasiado passivo<sup>243</sup>.

Dai as recomendações capituladas pelos visitantes no sentido de dignificarem o ato da missa, vista como exercício de celebração coletiva a que todos eram obrigados a participar, e devotamente. Proibindo-se, por exemplo em 1767, o facto de os fregueses ficarem à conversa no exterior da igreja, a partir do momento que o pároco iniciasse a celebração<sup>244</sup>, ou mesmo conversar no adro enquanto decorria a doutrina.

Por outro lado, recomenda-se que permanecessem até ao final da celebração, pois era também comum, ausentarem-se antes dos ofícios acabarem, como dão conta as determinações capitulares de 1767 e 1797<sup>245</sup>. Comportamento, que não era só dos fregueses leigos, mas dos próprios eclesiásticos da freguesia. Aliás, aos eclesiásticos era frequentemente imputada a falta de compostura no trajar durante a celebração do ofício da missa, como o refere em 1812 o visitante, Francisco de Borja Peixoto, proibindo na celebração da missa, o uso de botas e de sobrepelizes sobre capotes e outros vestidos não

---

<sup>238</sup> Sobre os assuntos que eram da competência do pároco dizer durante a estação da missa, por altura da homília, consulte-se Marques, João Francisco, "Preceito dominical. Importância e gravidade do preceito", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 521.

<sup>239</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 21.

<sup>240</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 75.

<sup>241</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 17v.

<sup>242</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 56v.-57.

<sup>243</sup> Sobre a participação na missa leia-se Lebrun, François, "As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual...", pp. 73-78.

<sup>244</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 26.

<sup>245</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 27, 57v.

talares. Atitude, que considerou de uma indecência escandalosa por parte de muitos eclesiásticos, ao assistirem desta forma considerada indigna aos ofícios divinos<sup>246</sup>.

A exigência de seriedade e rigor que se pretendia que os fregueses tivessem no interior da igreja ou capela durante a celebração da missa era extensiva ao espaço exterior, ao adro. Aí capitulava-se a observância do silêncio e a proibição de se falar alto de modo que se escutasse no interior da igreja, como se constata na observação deixada, em 1767<sup>247</sup>.

Era sobretudo no palco da missa, durante a homilia, que a Igreja transmitia as virtudes da fé e da religião, ao mesmo tempo que conduzia as condutas, seguindo uma estratégia de disciplinamento através de mecanismos vários sobre o fiel<sup>248</sup>, dos quais falaremos no ponto seguinte.

### 5.3. A pregação e a doutrina

A pregação e o ensino da doutrina eram dois mecanismos usados durante a Idade Moderna, no sentido de despertar a consciência dos crentes para os princípios e mandamentos da fé cristã<sup>249</sup>. Ao mesmo tempo que alertava para os diversos perigos e as várias tentações que o demónio, sempre presente no decorrer da vida quotidiana, tentava exercer controlo sobre os fiéis<sup>250</sup>.

Mais uma vez o concílio de Trento na sua ação reformadora insistiu na importância dada à obrigação da pregação e ao ensino da doutrina. Quer à pregação ordinária, executada pelos párocos e curas aos domingos, dias de preceito e nas quadras mais fortes, como no Advento e Quaresma, quer à pregação extraordinária, por ocasião de várias festividades, geralmente a cargo de missionários (jesuítas, franciscanos, capuchinhos, oratorianos) que circulavam pelas dioceses, transmitindo modelos de vida e de conduta conformes com a ética cristã<sup>251</sup>.

Seguindo as diretrizes tridentinas, as constituições sinodais bracarenses já referidas são reveladoras do interesse dado à pregação, consignando-lhe um capítulo próprio<sup>252</sup>.

---

<sup>246</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 71.

<sup>247</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 26v.

<sup>248</sup> Palomo, Federico, "Estudio de la Historia Religiosa de la Época Moderna", in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 15, 2003, pp. 255-259.

<sup>249</sup> Sobre o assunto consulte-se Palomo, Federico, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*, FCG-FCT/MCES, Lisboa, 2003; Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, 2006.

<sup>250</sup> Sobre estes assuntos consulte-se Marques, João Francisco, "A palavra e o livro", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 377-447; Nunes, João Rocha, *A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)*, Coimbra, FLUC, 2010, Tese de Doutoramento policopiada; Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga...*, pp. 579-586.

<sup>251</sup> Paiva, José Pedro, "Pastoral e evangelização. As missões internas", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 239-250.

<sup>252</sup> Designado *Dos Pregadores*, o Título XXIV contém indicações sobre quem dará licença para pregar no arcebispado, quais as qualidades que devem ter os pregadores, e num terceiro ponto, aborda-se a forma das licenças que se concedem para pregar. Consulte-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 312-314.

A pregação era da responsabilidade dos párocos ou curas, que durante a *estação* da missa, tinham a obrigatoriedade de assegurar tal ónus aos seus fregueses. No entanto, e consciente do não cumprimento deste dever da pregação por parte da maioria do clero paroquial, não obstante a obrigatoriedade das determinações de Trento que previam sanções, D. Frei Bartolomeu dos Mártires publicou, ele próprio, um catecismo, que serviria de orientação aos curas de alma nas suas paróquias<sup>253</sup>. Conhecedor das limitações intelectuais e espirituais do seu clero, e da pouca preparação de alguns sacerdotes para o exercício do seu ofício pastoral, ao mesmo tempo que reconhecia a importância fundamental da palavra de Deus como alimento espiritual indispensável, o arcebispo bracarense coloca, desta forma, à disposição dos párocos das igrejas, um instrumento importante ao qual podiam recorrer para a celebração das missas, ao domingo e dias de guarda<sup>254</sup>. Eram breves as práticas, com a duração de dez a quinze minutos, que os curas de almas podiam ler aos seus fregueses cumprindo as suas obrigações pastorais<sup>255</sup>.

Esta intenção está bem patente no inventário da igreja de Requião de 1741, que dá indicação desse livro da seguinte forma: *hum livrinho que deu sua alteza que deos guarde para se ler delle hum ponto antes das missas dos dias de preceito*<sup>256</sup>. Aliás, não seria por falta de meios que o ónus da doutrina e da pregação não seriam executados. O dito inventário refere ainda a existência de quatro volumes das doutrinas práticas do padre jesuíta Pedro de Calatayud<sup>257</sup>, o mais famoso dos pregadores de Espanha do século XVIII, que durante quarenta e nove anos, entre 1718-1767, percorreu grande parte das regiões espanholas, incluindo o norte de Portugal, e por mais do que uma vez<sup>258</sup>.

Estas duas obras inserem-se nesta política de difusão de instrumentos de informação evangélica que a hierarquia religiosa recomendava, à qual é subjacente uma preocupação, assumida, pela doutrinação dos fiéis. Juntamente com estes livros, o inventário faz ainda referência a uma constituição sinodal, a publicada em 1697, e a um ritual romano. Obras que o próprio arcebispado divulgava pelo clero paroquial, de forma a enriquecer as suas bibliotecas, que ajudá-los-iam nas suas funções doutrinárias, pois de outra forma seria pouco provável que fizessem tal investimento. Assim a referência à Ordem de 26 de janeiro de 1792, enviada por D. Frei Caetano de Brandão (1790-1805) às paróquias do

---

<sup>253</sup> Palomo, Federico, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes...*, pp. 295-297.

<sup>254</sup> Cristóvão, Francisco da Silva, "Catequese e Catecismos", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 308.

<sup>255</sup> Consulte-se Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, pp. 77-83; Paiva, José Pedro, "Episcopado e Pregação no Portugal Moderno. Formas de Actuação e de Vigilância", in *Revista Via Spiritus*, nº16, Porto, CITCEM, 2009, pp. 9-44.

<sup>256</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 93.

<sup>257</sup> Paiva, José Pedro, "Pastoral e evangelização. As Missões Internas", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 242.

<sup>258</sup> Sobre a ação evangelizadora do padre Calatayud ver Mendoza, José Zamora, "Unas misiones del Padre Calatayud en Logroño", in *Berceo: Revista Riojana de Ciências Sociales y Humanas*, nº 21, Logroño, Instituto de Estatutos de Estudios Riojanos, 1951, pp. 559-580.

arcebispado tem por objetivo determinar que o pároco, e no prazo de seis meses, se deslocasse ao paço episcopal para ir buscar um exemplar do catecismo. Este documento era-lhes entregue em papel, ficando o religioso apenas com a responsabilidade e o custo relativo à encadernação, para que pudesse cumprir com zelo as suas obrigações pastorais, e nas palavras do arcebispo *para o(s) despertar de hum sono tam profundo, e lastimozo*<sup>259</sup>. O então arcebispo bracarense renova nesta Ordem as disposições das pastorais de 1742, de D. José de Bragança (1741-1756), e de 1762 de D. Gaspar de Bragança, nas quais se ordenara aos párocos que *em todos os Domingos, e dias Santos de preceito fação a seus freguezes estacoens não só lendo a Cattacimo; mas explicando os mistérios que nelle se enserravao*<sup>260</sup>. Oferecidas pelo arcebispado ou compradas pelos párocos em exercício, o certo é que estes manuais faziam parte dos bens pertencentes à fábrica da igreja de Requião, em 1741. Estas obras eram indispensáveis para os curas exercerem as suas funções paroquiais e consequentemente doutriniais, que certamente não se compararia com a biblioteca, maior e mais especializada, de um pregador, cuja atividade parenética assim o exigia.

A importância da pregação e a preocupação com a função catequética da palavra era tal que a Igreja exigia aos pregadores que circulavam livremente pelas dioceses, e que juntamente com os sacerdotes com cura de almas tinham autorização para tal ónus, licença para pregar, previamente concedida pelo bispado. As licenças atribuídas pelo arcebispado não só se destinavam a fazer prova da legitimidade do pregador mas também monitorizar a própria atividade, que não estava ao alcance de qualquer um, mas sim sujeita a um rigoroso e exigente exame, feito pelo próprio arcebispado que, desta forma, controlava e disciplinava condutas<sup>261</sup>. Era necessário fiscalizar e controlar todos aqueles que exerciam esta atividade. Os párocos estavam também obrigados a denunciar todos os pregadores que não cumprissem tais requisitos, chegando ao ponto de incorrerem em pesadas penas, de excomunhão ou mesmo suspensão do seu ofício, se não o fizessem.

Disso dão conta as várias recomendações dos visitantes aos párocos de Requião. O pregador, muitas vezes missionário<sup>262</sup>, rapidamente se tornava numa personagem carismática para os fiéis.

A figura do pregador, que habilmente recorria à retórica dos sentidos como recurso propagandístico da fé católica, assumia para as populações rurais, que frequentemente viam o seu

---

<sup>259</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 49v.-50v.

<sup>260</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 50.

<sup>261</sup> Paiva, José Pedro, "Episcopado e Pregação no Portugal Moderno...", pp. 13-16.

<sup>262</sup> Sobre as missões leia-se Paiva, José Pedro, "Pastoral e evangelização. As Missões Internas", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 239-250; Marques, João Francisco, "Pregação, A pregação das missões", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 414-417.

quotidiano alterado com a presença destes homens, um carácter moralista<sup>263</sup>. Ainda que nem todos eles, e como seria de esperar, fossem portadores da mesma fama ou características comunicativas, a mensagem era semelhante no que diz respeito à temática. Assentava essencialmente nos preceitos doutrinários, e na instrução dos fiéis, de modo não só a conhecer os modelos da vida cristã como corrigir comportamentos e condutas que se afastavam desses exemplos<sup>264</sup>.

Como refere Fernando Negro del Cerro<sup>265</sup> o carácter *auditivo* do sermão, que os fiéis escutavam na sua própria língua e não em latim, e por isso mesmo entendiam e mais facilmente interiorizavam sem grande esforço intelectual, juntamente com o carácter visual, apoiado na teatralidade dos gestos usada pelo pregador eram uma estratégia condenada ao sucesso. De facto, a ideologia que saía dos púlpitos e dos altares, muito mais que a palavra escrita, era assimilada pelos fiéis.

Numa altura em que a maioria dos fregueses tinha pouca ou nenhuma instrução, domingo atrás domingo, ou em outro dia de preceito, as virtudes da vida cristã e a doutrina eram absorvidas por força desta estratégia usada pela hierarquia católica. Obrigava-se os agentes eclesiásticos a doutrinarem os fiéis à estação da missa, ao mesmo tempo que se lhes exigia uma prática de ensino catequético, sobretudo às crianças à margem de tais celebrações.

Os visitantes insistiam na necessidade de tal ensino, ao ponto de não serem admitidos aos sacramentos aqueles que não soubessem a doutrina, assim o capitulou o visitador do ano de 1709 ao pároco de Requião<sup>266</sup>. Também na visita de 1765, José da Glória Camelo insistia no dever dos sacerdotes em perguntar a doutrina *gastando cerca de meia hora perguntando-a, ensinando-a e explicando-a, repetindo sempre os actos de Fé, Esperança e Caridade*<sup>267</sup>.

Esta preocupação com a doutrinação, e o conseqüente apelo à memorização, que vemos recomendado no ano 1765, deveria ser acompanhado por um discurso simples, entendível, adequado a adultos e a crianças. Por isso recomenda, e sem qualquer tipo de hesitação, o visitador Manuel de São Paio em 1721 que o pároco continuasse a ensinar a doutrina aos seus fregueses grandes e pequenos, *explicando-lhes por palavras breves as partes essenciais da confissão dos actos das virtudes theologais e os*

---

<sup>263</sup> Palomo, Federico, "Estudio de la Historia Religiosa de la Época Moderna...", pp. 262-266.

<sup>264</sup> Astiz, Javier Ruiz, "Corrigir y Disciplinar Conductas: Actitud de la Iglesia Católica Contra la Violencia popular (Siglos XVI-XVIII)", in *Hispania Sacra*, LXVI, 134, 2014, pp 485.

<sup>265</sup> Cerro, Fernando Negro del, "Levantar La Doctrina Hasta Los Cielos. El Sermón Como Instrumento De Doctrinamiento Social", in Martínez Ruiz, Enrique; Suárez Grimón, Vicente (eds.), *Iglesia y Sociedad En El Antiguo Régimen*, III Reunión Científica Asociación Española de Historia Moderna, vol. I, Las Palmas, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1994, pp. 55-63.

<sup>266</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 15.

<sup>267</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 21.



*actos da contrição e atriçam*<sup>268</sup>. Sendo condenado em caso de falta à doutrina em cinquenta réis por cada falta.

#### 5.4. A administração dos sacramentos aos doentes e os caminhos

A administração dos sacramentos era uma das funções importantes dos párocos das freguesias e dos seus coadjutores<sup>269</sup>. O concílio de Trento dedicou várias sessões a respeito desta matéria, no sentido de valorizar e dignificar tais atos, considerados pelos padres conciliares desvirtuados do seu significado original. Por isso, não será de estranhar que nas visitas paroquiais os visitantes insistam neste assunto, perguntando e inquirindo se os párocos eram zelosos no cumprimento da administração dos sacramentos. Isto é, se procediam ao batismo dos fiéis na pia batismal da igreja, e no período de tempo recomendado pelas constituições do bispado; se cumpriam as determinações relativas ao número de padrinhos, bem como a idade e natureza dos mesmos no que diz respeito ao sacramento da confissão. Se no sacramento do matrimónio garantiam as formalidades exigidas, por exemplo, na publicação de editais, na presença de testemunhas que asseguravam a legitimidade do ato, ou mesmo se a cerimónia era realizada durante a missa. Também no que diz respeito aos enfermos, os párocos eram auditados no sentido de saber se ajudavam o fiel a ter uma boa morte, nomeadamente se administravam a extrema-unção aos moribundos, depois destes se terem confessado e comungado.

Regra geral a avaliação feita pelos visitantes acerca do desempenho dos párocos de Requião respeitante às suas obrigações pastorais e litúrgicas era positiva. Limitou-se a algumas recomendações pontuais que iam de encontro às medidas reformadoras da Igreja propostas por Trento, e visavam a transformação deste corpo de agentes eclesiásticos, como lhe chamou Federico Palomo, em verdadeiros curas de almas, especialmente envolvidos na vivência religiosa dos seus fregueses<sup>270</sup>.

Importava e exigia-se clérigos zelosos no exercício das suas funções sacramentais, o que explica o esforço da hierarquia diocesana em garantir os meios apropriados para que os seus agentes no terreno pudessem cumprir as suas obrigações, nomeadamente ao nível da formação, de que adiante falaremos com maior pormenor.

Também por isso, se reconhecia a importância da circulação dos caminhos para a administração dos sacramentos, frequentemente alvo de sindicância dos visitantes. As vias que se queriam transitáveis e facilmente acessíveis eram de facto indispensáveis para se levar o viático, isto é, a comunhão

---

<sup>268</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 34v.

<sup>269</sup> Sobre assunto consulte-se Gouveia, António Camões, "A Sacramentalização dos Ritos de Passagem...", pp. 529-544.

<sup>270</sup> Palomo, Federico, *A Contra Reforma...*, p. 40.

eucarística, àqueles que estavam prestes a morrer, e o Santíssimo Sacramento aos doentes, com a celeridade possível à época. Mas, e ao mesmo tempo, os caminhos eram necessários para a vinda dos fregueses à igreja e para a condução dos mortos à sua última morada.

Por tudo isto, não é de estranhar a condenação de Manuel da Cunha Lira feita em 1715 na visita a Requião a todos os fregueses que eram renitentes em *concertar os caminhos*. Incumbindo o pároco de os multar em cinquenta réis por cada falta e mesmo *evitallos da igreja e officios divinos the que com effeito paguem*<sup>271</sup>.

E nem os agentes eclesiásticos escapavam às recomendações dos visitantes a este respeito. Foi o caso de um clérigo residente em Requião, no lugar de Sobrado, Fabião Carneiro de Sá, intimado pelo visitador de 1777 a rapidamente desimpedir o caminho público que havia junto às suas casas. Este caminho servia de passagem quer para os moradores desse lugar chegarem à igreja, quer para se levar a administração dos sacramentos aos doentes<sup>272</sup>. Capitulação idêntica teve o vigário de S. Miguel de Seide, António Gomes Moreira, e o capitão João Gonçalves Fernandes da freguesia de Santa Maria de Abade de Vermoim, por terem tapado em 1777 um caminho que ia da igreja de Requião para o lugar de Pouve, *por onde se administravão os sacramentos aos moradores della (...) do que rezulta gravissimo prejuízo temporal, e muito maior espiritual por ser preciso dar hua volta com o Santissimo Sacramento por hu caminho incapaz de muita agoa e passar com o mesmo Sacramento e com os defuntos pelo dito caminho por freguesia alheia, o que he impraticável*<sup>273</sup>. A condenação foi firme: além de terem de desimpedir o dito caminho no prazo de quinze dias, aplicou-lhes uma multa pecuniária no valor de seis mil réis a cada um.

Esta preocupação com a circulação nos caminhos públicos não era exclusiva dos visitantes. Muitas vezes eram os próprios fregueses que se queixavam das irregularidades praticadas pelos moradores cujos caminhos atravessavam as casas. Assim aconteceu no ano de 1761 em que os fregueses se queixaram dos moradores do lugar do Calvário, cujas casas confrontavam nessa estrada que dava acesso à igreja, em lançarem para a mesma as águas dos enxurros, tornando-a impraticável no inverno. Os fregueses acusavam esses moradores de provocarem grave incómodo ao povo da freguesia, privando-o, desta forma, de transitar pela dita estrada até à igreja para assistir à missa e aos officios divinos, e sobretudo impedindo que se levasse o sagrado viático aos doentes. Para resolver esta situação, o visitador, José da Glória Camelo, além de proibir o lançamento das águas dos enxurros para

---

<sup>271</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 21v.

<sup>272</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 34-35.

<sup>273</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 35-35v.

a estrada, sob pena de cada morador pagar dois mil réis caso não cumprissem, ordenou ao juiz da confraria do Subsino, que no termo de três meses mandasse colocar pedras longas e altas, com uma das faces planas, as chamadas poldras, de forma a permitir a passagem das pessoas, sem o perigo de caírem e sujarem-se.

Quatro anos depois, ao voltar na mesma qualidade de visitador, D. José da Glória Camelo voltou a insistir neste aspeto do arranjo dos caminhos da freguesia. *Não obstante se terem aplicado algumas providencias por capitulos de vesitas passadas para se concertarem os caminhos desta freguesia por onde se costumão admenistrar ao sacramentos, em acto de vesita se me fez queyxa terem sido ineficazes pella negligencia, com que se atende ao bem publico e da Relegião.* Pois, adianta que apesar de se terem consertado as passadeiras que estão no Regato do Ureiro, no tempo de inverno e de grandes cheias, esse local inunda de forma a não permitir a passagem, impedindo, por isso, a administração dos sacramentos a grande parte dos moradores da freguesia. Acusava ainda o arranjo, que refere que embora já executado, dizia ter ficado pior do que o que estava anteriormente. Assim, e dada a urgência da situação ordenou ao juiz da confraria do Subsino, a quem competia este tipo de arranjos, que no termo de três meses mandasse fazer um pontilhão no dito regato com duas padieiras largas para a passagem das águas e consertasse as restantes, com a altura necessária, planas e quadradas na superfície, obra de um mestre-pedreiro. Tudo para que comodamente e sem perigo as pessoas pudessem passar. Acrescentava ainda, e na eventualidade de os fregueses não quiserem voluntariamente contribuir para uma *tão limitada despesa*, como lhe chamava, ordenava ao juiz do Subsino que os fintasse na forma do direito.

Estes exemplos que mostra-nos que eram frequentemente capituladas reparações nos caminhos, pois eram, de facto, essenciais para a boa circulação das pessoas e sobretudo para a administração dos sacramentos aos doentes, como a confissão, a comunhão e a extrema-unção, pelos párocos. Porém, prova-se igualmente a resistência dos residentes em procederem a tais melhoramentos.

A prática de levar a comunhão aos enfermos, sobretudo em perigo de vida, é muito antiga, remontando aos primórdios do Cristianismo.

As constituições do arcebispado são férteis em diretrizes, que se foram refinando e desenhando ao longo dos séculos, sobre a forma como os párocos deveriam administrar os sacramentos aos enfermos que estavam em perigo de vida. Uma prática que se desejava, e exigia-se, solenizada e com a participação dos fregueses, leigos e eclesiásticos<sup>274</sup>. O cortejo iniciava-se na igreja, ao som das badaladas

---

<sup>274</sup> Sobre este assunto consulte-se Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais. A receção da eucaristia: o preceito pascal, a comunhão frequente e o Senhor aos enfermos", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 558-563; Nunes, João Rocha, *A reforma*

do sino grande, e da campainha de comungar que à porta do templo chamava os fiéis a reunir, para acompanharem a chamada *Procissão do Senhor Fora*, como era vulgarmente conhecida.

No entanto, em Requião, e à semelhança de outras freguesias, isto nem sempre acontecia: *fui informado que os fregues desta igreja são remissos em acompanhar o Santissimo Sacramento quando o levo aos enfermos* afirma Frei Francisco Brás Mendes Faro, na visita de 1716<sup>275</sup>. Obrigando, por isso, que pelo menos um morador por cada casa acompanhasse a dita procissão. Sendo aplicada, no caso de incumprimento, uma pena de cem réis por cada falta, que o pároco teria a obrigação de registar e fazer o respetivo rol das condenações, a ser aplicada em visitas futuras.

Convém salientar que este desinteresse em acompanhar a procissão não era apenas do povo. Também os vários sacerdotes da freguesia eram remissos em acompanhar o sagrado viático *que vay aos enfermos*, como foi referido, em 1750<sup>276</sup>. Estes tinham particular obrigatoriedade de participar, rezando salmos devotamente em voz alta para que todos ouvissem tais preces.

Apesar desta obrigação imposta, o visitador de 1767 constata que os agentes eclesiásticos continuam a não querer participar nestas procissões, chegando ao ponto de os ameaçar com *a pena de não serem atendidos nos seus requerimentos*<sup>277</sup>.

Para além da ausência, os visitantes criticavam a falta de decência nas roupas sacerdotais daqueles que acompanhavam a procissão: em 1750, o visitador declara ter visto *que usavam umas sargas largas e de diferente feitio, e talvez usarão na celebração dos officios divinos o que he contra a decência e modéstia sacerdotal pelo que paternalmente os admoesto para que sejam mais frequentes em acompanhar o sagrado viático e usem de toda a modéstia em seus vestidos, principalmente nos officios divinos*<sup>278</sup>.

Segundo as constituições do arcebispado, a solenidade deveria estar presente em todo o ato processional: nas vestes dos clérigos, e do próprio pároco que vestido de sobrepeliz, estola, capa e véu de ombros, levaria o cálice ou a custódia com duas hóstias levantado sobre o peito, nos círios acesos, na umbela processional e, na campainha que tocava todo o caminho anunciando, desta forma, a todos, o intuito de participar em tal cortejo. Os fiéis, logo que avistassem, deviam interromper os seus trabalhos para, e muito devotamente, se ajoelharem e rezarem à sua passagem.

---

*católica na diocese de Viseu (1552-1639) ...*, p. 254; Azevedo, Carlos A. Moreira, "Eucaristia", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 388-396; Luís, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências religiosas e comportamentos sociais...*, p. 150.

<sup>275</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 28-28v.

<sup>276</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 74.

<sup>277</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 25v.

<sup>278</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 74.

Por isso mesmo, não passou sem reparo ao visitador de 1765 a falta da umbela, capitulando que *para administração mais dicente do Santissimo Viatico, quando hé levado aos enfermos, mando, que o Reverendo Paroco no termo de três meses cuide em que effectivamte dentro do dito termo se faça umbella à custa de quem dá os mais preparos de cera, lanternas, opas e outros adornos precisos para o Senhor ser assim administrado*<sup>279</sup>. E acrescentava mesmo como deveria ser feita: *pela parte de cima poderá ser de oleado pintado, e pela de bayxo deve ser forrada de alguma seda branca*<sup>280</sup>. Determinava ainda que para levar a dita umbela o pároco solicitasse a *alguma pessoa mais autorizada da freguesia com opa, havendo-a para isso; e pra [sic] lhe dar exemplo, o mesmo Reverendo Paroco a leve as primeiras vezes, havendo outro sacerdote que leve o Santissimo Viatico*<sup>281</sup>.

Pensamos que a umbela deve ter sido na realidade executada, pois nas visitas seguintes não foi mais referenciado o seu incumprimento. Mas é provável que em 1790, vinte e cinco anos depois, estivesse em mau estado, ou mesmo já não existisse, pois o visitador desse ano ordenou que os oficiais do Santissimo Sacramento fizessem uma umbela para que quando o Santissimo fosse levado aos enfermos não sofresse as *endecencias com que he levado por não haver nenhuma*<sup>282</sup>. Fazia parte das obrigações dos irmãos das confrarias do Santissimo Sacramento o acompanhamento aos enfermos, devendo fazê-lo com toda a dignidade e reverência, tal como as constituições do arcebispado o recomendavam. Incluía-se tal obrigação na assistência espiritual que as confrarias proporcionavam aos seus membros e as quais falaremos no ponto seguinte.

Por isso, para evitar o desleixo em tais procedimentos, que parece ser evidente não só em Requião mas noutras freguesias do arcebispado, como o afirma o visitador Luciano Pinto de Oliveira deixou capitulado uma série de recomendações, em 1823. Nomeadamente o uso de um livro chamado *Ara Celise* para nele ser exposto *o mais adorável Misterio do Amor de Jesus Christo, na caza dos Enfermos, que aflitos esperão o saudável pam dos Anjos, pois que a experiencia tem mostrado a indecencia com que he recebido nas cazas dos pobres aonde não aparece mais que a miséria e por isso lhe falta todo o necessario para se armar o Altar*<sup>283</sup>. E acrescentava pedindo que se *coloque a tremenda Magestade emquanto se fazem as serimonias, que recomendao os Rituaes*<sup>284</sup>. De facto, além da casa varrida não se poderia esperar muito mais da preparação para receber o Senhor com decência e

---

<sup>279</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 20v.

<sup>280</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 21.

<sup>281</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 21.

<sup>282</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 47v.

<sup>283</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 87v.-88.

<sup>284</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 87v.-88.

dignidade, numa freguesia maioritariamente de pequenos lavradores e caseiros, gente sem grandes possibilidades económicas.

## 6. As capelas

Para além de inspecionar a igreja paroquial, todo o seu interior e exterior, o visitador informaria-se do estado dos outros locais destinados ao culto existentes na freguesia, também eles, objeto da sindicância da visita pastoral, como o recomendam as constituições sinodais anteriormente mencionadas, no artigo XIV, do título XL<sup>285</sup>.

Em Requião de Setecentos havia sete capelas ou ermidas espalhadas pela freguesia com devoções várias, nomeadamente à Virgem e aos Santos e Santas, algumas das quais objeto de grande veneração. Embora as Memórias Paroquiais de 1758 só façam referência a cinco, a capela de Nossa Senhora de Pedra Leital, a de S. José, a de Santa Luzia, a de S. Tiago de Ninães, e finalmente a capela de Santa Cristina, havia mais duas capelas: a de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, situada no lugar de Quintãos, e a capela de Santo António de Fafião, construídas posteriormente.

Estas oito capelas foram todas referenciadas pelos visitantes. A que mais advertências teve por parte dos visitantes ao longo destes cento e vinte anos que analisámos foi, sem qualquer dúvida, a de Santa Luzia, seguida da de Nossa Senhora das Neves da Pedra Leital, depois Ninães, Santa Cristina, e finalmente com apenas uma única referência, a capela de S. José, onde o visitador achou que as pedras de ara não tinham relíquias. Já as outras duas capelas, e talvez por serem privativas de casas de quintas, não tiveram qualquer menção.

### 6.1. A capela de Santa Luzia

A capela de Santa Luzia, situada entre o lugar de Ninães e o lugar do Monte, no meio do monte designado de Santa Luzia, era segundo as Memórias Paroquiais de 1758 muito antiga. Não sabemos, no entanto, nada da sua fundação ou história anterior ao século XVIII, que prove a sua antiguidade.

No início da segunda metade do século XVIII, aquando da resposta ao inquérito de 1758, o padre de Requião, Gabriel Francisco de Araújo Vale, no respeitante à capela de Santa Luzia referiu apenas que era *antiquíssima* e na qual se faziam *três romagens de grande concurso de povo*<sup>286</sup>. Uma a 26 de dezembro, no dia seguinte ao Natal, outra no dia da Santa Luzia, a padroeira da capela, a 13 de

---

<sup>285</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 493-494.

<sup>286</sup> Cardoso, Luis, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, pp. 392-393.

dezembro, e uma terceira romaria, talvez a maior, em vésperas da Ascensão de Nosso Senhor, celebrada no quadragésimo dia após o domingo de Páscoa.

Qualquer uma destas festividades era bastante conhecida nas regiões limítrofes e atraía imenso povo, não só da freguesia como de outras vizinhas e até freguesias mais distantes. Mas não era somente a devoção à santa o motivo de tais romagens. Paralelamente, misturavam-se também motivos profanos, e que faziam ocorrer muita gente à festa, onde havia uma grande feira de ourives, com tendas de chapéus e de louça, quer de barro quer louça vidrada<sup>287</sup>. Tendas que se armavam junto à capela, e muitas vezes a causa principal dos estragos das suas paredes exteriores, que desde 1713 eram motivo da preocupação dos visitantes, a ponto de determinarem a excomunhão dos vendeiros que insistiam em colocar estacas para armar as suas tendas nos dias de romaria<sup>288</sup>.

Seriam estes os momentos propícios para muitos rapazes terem a oportunidade de conhecer raparigas, misturando-se, desta forma, a vivência religiosa com aspetos mundanos que também são importantes e não podemos descurar. Estas vivências nem sempre receberam no passado a aceitação do poder eclesiástico. A pastoral do arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, determina em 1706 que as procissões se recolham sempre na igreja e não nos montes, devido ao convívio entre homens e mulheres que, e segundo as suas próprias palavras, se juntam promiscuamente, como já anteriormente mencionámos<sup>289</sup>.

A falta de *decência* da capela para o culto, tantas vezes capitulada, foi também o motivo para o pároco da freguesia, Fabião Lopes da Costa, tirar a imagem de Santa Luzia da capela e colocá-la na igreja de Requião, onde estava em 1716. Aliás, esta capela esteve *interdita* ao culto durante oito anos (de 1746 a 1754) por falta de ornamentos para celebrar missa. E não só as missas de devoção de particulares, mas também as missas que se celebravam nas três romarias que se faziam anualmente em louvor da padroeira. Este facto terá certamente desagradado aos fiéis de Requião, sobretudo aos mais devotos, que costumavam deixar muitas e avultadas esmolas, aquando das romarias, em troca dos favores da Santa Luzia.

As constituições sinodais bracarenses dedicavam mesmo um capítulo designado *Do Interdito*<sup>290</sup>, esclarecendo e preceituando o que significava, e de que forma tal acontecia, e nomeadamente a sua diferença face às demais censuras eclesiásticas. Como o próprio nome indica, impedia-se a celebração

---

<sup>287</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 393.

<sup>288</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 17-17v.; *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 27; *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 22-23.

<sup>289</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 12v.-13.

<sup>290</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 578-588.

dos ofícios divinos, ou a faculdade de ministrar ou receber determinados sacramentos, ou ainda a possibilidade de usufruir de sepultura eclesiástica. Qualquer uma destas situações, que poderiam dizer respeito a pessoas ou ao próprio local de culto, eram algo não desejável para os crentes, porque *se privão os fieis de cousas tam importantes para sua salvação*<sup>291</sup>.

Sabemos ser obrigação do comendador da comenda de Requião a conservação da capela, já que era ele que administrava as várias ofertas e esmolas, que sobretudo nos dias de romaria os devotos deixavam. No entanto, eram recorrentes as faltas destes no cumprimento das determinações de reparação capituladas pelos visitantes.

## 6.2. A capela de S. Tiago de Ninães

A outra capela existente em Requião e objeto também da sindicância dos visitantes foi a de S. Tiago, situada no lugar de Ninães, um lugar distante do centro da freguesia, habitado sobretudo por pastores<sup>292</sup>. Trata-se de uma capela muito antiga que aparece referenciada desde o ano 943 na documentação e também no Censual do bispo D. Pedro no século XI<sup>293</sup>. Situada junto ao solar do mesmo nome, a capela de Ninães era pertença do senhor dessa mesma honra. O Paço, imortalizado por Camilo Castelo Branco no seu romance *O Senhor do Paço de Ninães*, era também conhecido pelo *Paço dos Novais* por pertencer à família dos Novais desde inícios do século XI<sup>294</sup>. No entanto, e ainda que se tivesse mantido no seio dos Novais durante várias gerações, as voltas do tempo acabaram por dividir a honra por vários proprietários. Estando no século XVIII na posse do donatário do concelho de S. João de Rei, junto a Terras de Bouro, Luís Manuel de Azevedo e Sá Coutinho, mais uns nobres, ainda menores, de Lisboa e, cujo tutor era o Balio de Leça, e ainda, a Misericórdia do Porto.

Deste modo, também a capela, como parte integrante da honra, era pertença de vários senhorios, responsáveis pela sua fábrica, o que, talvez, justificasse o seu abandono e ruína nos primeiros anos de Setecentos. Disso dão conta, e insistentemente, os capitulos de visita a Requião dos anos de 1714<sup>295</sup>, 1715<sup>296</sup>, 1716<sup>297</sup>, 1721<sup>298</sup>.

---

<sup>291</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 579.

<sup>292</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 76-76v.

<sup>293</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. II..., p. 44.

<sup>294</sup> Foi primeiro senhor desta capela Afonso Fernandes de Novais, natural da Galiza, que viveu nos anos de 1090 no tempo de Afonso VI de Leão e Castela. Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares...*, p. 328.

<sup>295</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 20-20v.

<sup>296</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 21v.-22.

<sup>297</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 27v.-28.

<sup>298</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 36-36v.



O visitador de 1716, vai mais longe referindo que a capela estava *indecente* e imprópria para o culto desde a visita de 1682<sup>299</sup>, altura em que se fizeram diligências no cartório da Sé de Braga, recuando mesmo ao tempo do arcebispo D. Fernando da Guerra, no sentido de saber a quem pertencia a fábrica deste templo, com vista a encontrar-se uma solução.

A situação, no entanto, não terá sido resolvida e a capela continuar-se-ia a degradar nas décadas seguintes pela falta de conservação dos titulares da honra a quem pertencia por direito, a fábrica da capela. Ausentes os titulares há muito tempo, e não havendo *memória* de os seus proprietários assistirem na capela, tanto mais que a casa da honra de Ninães limitava-se a *huma torre velha, que fica junto a dicta capella, descuberta e quasi arruinada, de que so tem para a parte do sul alguma parede inteira com algumas janelas e também nos lados para o nascente que bem mostram a sua antiguidade*<sup>300</sup>, o templo subsistia graças às esmolas da freguesia e também da fábrica da igreja que a ia amparando da ruína, cada vez mais evidente com o passar dos anos.

Por isso, em 1755, invocando tal degradação, e a necessidade da capela para o culto, por estar situada num local muito populoso e distante da igreja matriz, José Carvalho de Araújo, morador nesse lugar de Ninães, *por sua devoção*, pediu licença para a demolir e a voltar a reedificar *com a perfeição devida*<sup>301</sup>. Um ano depois a capela encontrava-se concluída nas suas obras: segura de paredes, bem forrada, telhada, rebocada e caiada por dentro e por fora, inclusive portas novas, com perfeição e segurança<sup>302</sup>. Tinha ainda um altar de pedra com frontal e banquetas de madeira.

Ainda que o requerimento enviado ao arcebispado solicitando a bênção da capela no final das obras de reconstrução indicasse igualmente a feitura de um novo retábulo, alegando que a capela velha não tinha nenhum, tal não deveria ser totalmente verdadeiro. De facto, em 1714, anos antes de a capela ser reedificada, o capítulo de visitação desse ano refere a necessidade de reparos, ao nível do telhado e retábulo que se encontravam arruinados, prova mais do que evidente da sua existência<sup>303</sup>.

A bênção aconteceu dias antes do Natal de 1756 pelo então pároco de Requião, Gabriel Francisco de Araújo Vale, na forma do ritual romano, situação que permitiria a conseqüente celebração dos ofícios divinos, tão necessários às gentes daquele lugar mais remoto e afastado da freguesia. Juntamente foram colocadas as imagens de S. Tiago e de Nossa Senhora da Guia. Foi também autorizada a feitura, e respetiva colocação num lugar público da capela de um confessionário para mulheres, que

---

<sup>299</sup> Mais uma vez se prova que houve visitas anteriores a Setecentos, mas, e infelizmente, os livros desapareceram.

<sup>300</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 393.

<sup>301</sup> APR, *Livro das Licenças das Bênções das Capelas desta Freguesia e outras declarações que importa ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826, fls. 2-3.

<sup>302</sup> APR, *Livro das Licenças das Bênções das Capelas desta Freguesia e outras declarações que importa ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826, fl. 5.

<sup>303</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 20v.

teve em conta as recomendações episcopais para o efeito: feito em madeira com ralos nos lados e assento no meio.

### 6.3. A capela de Santa Cristina

Também a capela de Santa Cristina, localizada junto do monte com o mesmo nome, era antiquíssima. Assim é referida nas Memórias Paroquiais de 1758<sup>304</sup>. De facto, a sua antiguidade remonta pelo menos às inquirições de 1258 ao referirem a existência em Requião de uma ermida dedicada a Santa Cristina de Covas<sup>305</sup>. Ainda que o topónimo Covas tenha desaparecido do lugar, manteve-se o hagiotopónimo de Santa Cristina, que deu o nome à capela referenciada nas citadas Memórias Paroquiais.

Mesmo que não saibamos a data de construção da capela existente na Idade Moderna, que pertencia à fábrica da igreja, foi através da visita de 1793 que tivemos notícia do estado arruinado em que se encontrava e da pretensão dos moradores desse lugar em reedificá-la com as suas esmolas, pelo facto de assim puderem assistir ao culto mais próximo de suas casas<sup>306</sup>. Era devido a essa distância, mais longínqua da igreja paroquial e num local de difícil acesso, o motivo pelo qual os moradores do local estavam autorizados, por ser mais perto, a assistir ao culto nos dias de preceito na freguesia vizinha de Santa Maria de Vermoim.

### 6.4. A capela de Nossa Senhora das Neves da Pedra Leital

A capela de Nossa Senhora das Neves de Pedra Leital situa-se no lugar de Sobrado. A existência de um grande penedo, a escassos metros da porta da capela, com uma espécie de verruga, que parece assemelhar-se a um peito de mulher, acabou por tornar a ermida e a imagem da Senhora milagrosa, para todas aquelas mães que amamentando, careciam de leite. Dizia a tradição, e pelo menos registado desde inícios de Setecentos, todas aquelas que *lhes falta leite*<sup>307</sup> para amamentar os seus filhos, *vão mamar com fé na Senhora e o conseguem*<sup>308</sup>. Daí o nome Senhora das Neves da Pedra Leital.

A fábrica da capela era pertença dos moradores da freguesia. Disso nos dão conta as capitulações dos visitantes que desde meados do século XVIII insistiam na manutenção da capela com as condições mínimas necessárias para o culto, capitulando frequentemente, ao juiz do Subsino, a quem

---

<sup>304</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 395.

<sup>305</sup> Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. II..., p. 50.

<sup>306</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 53-53v.

<sup>307</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares...*, p. 327.

<sup>308</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 392.

competia tal tarefa, a reparação dos telhados, do forro e o reboco necessário para a sua conservação<sup>309</sup>. No entanto, o estado de ruína era recorrente, a ponto de no ano de 1795 ter ficado interdita ao culto<sup>310</sup>. Ainda que não saibamos a duração desta interdição, em 1816 temos notícia de obras na capela, que desde 1812 estava arruinadíssima, mas agora efetivamente pronta<sup>311</sup>.

Além da imagem de Senhora das Neves, que se venerava a 5 de agosto e motivo de uma grande festa para a qual concorriam vários romeiros, a capela tinha ainda as imagens de S. João Batista e de S. Bento. Ainda que não se comparasse à dimensão da festa de a Santa Luzia, que ocorria anualmente na freguesia a 27 de dezembro na capela do lugar do mesmo nome, também nos dias dedicados a estes dois santos esta ermida acolhia igualmente alguns romeiros que por devoção aí concorriam. Mais pequena e com menos romeiros, e por isso com menores ofertas quando comparadas com a festa de Santa Luzia, as festas em honra de S. João e S. Bento também atraíam muitos crentes que se deslocavam ao lugar de Sobrado. Eram sobretudo ocasiões de pagamento de promessas de graças recebidas pela ação dos santos<sup>312</sup>.

Os crentes acreditavam neste fenómeno de troca entre eles e a santidade através de ofertas votivas dedicadas ao divino pela sua intercessão favorável sobre determinada realidade da vida dos fiéis<sup>313</sup>. Agradecia-se um parto que tinha corrido bem, uma maleita que tinha desaparecido, um regresso são e salvo, ou muitas outras graças pedidas quando se pressentia a morte ou a chegada do infortúnio e que haviam sido concedidas a troco duma romagem ao santo da devoção. Pagava-se como se podia e o mais rapidamente que se podia, pois ninguém queria partir para o outro mundo com promessas por cumprir, caso contrário a crença dizia que a alma deambulava penada e sem salvação, algo que qualquer crente não desejava, de todo.

## 6.5. A capela de S. José

A capela de S. José situava-se no lugar da Codiceira e era pertença do capitão Tomás Correia de Carvalho que a providenciava do necessário. Segundo as Memórias Paroquiais de 1758 tratava-se de

---

<sup>309</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 68; *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 37-37v., 53v., 71v.

<sup>310</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 55v.-56.

<sup>311</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 74v.

<sup>312</sup> Consulte-se a propósito destas promessas Araújo, Maria Marta Lobo de, "Confrarias, crenças e cultos na terra de Felgueiras (século XVIII). Contributo para o seu estudo", in Tavares, Pedro Vilas Boas (coord.), *Felgueiras: 500 anos de Concelho (dados e perspectivas)*, Felgueiras, Município de Felgueiras, 2015, p. 194.

<sup>313</sup> Veja a propósito Cabral, João de Pina, "O pagamento do santo. Uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto sócio-cultural do noroeste português", in *Studium General. Estudos Contemporâneos*, nº 6, 1984, pp. 98-100.

uma capela ereta há poucos anos, na qual existiam duas imagens: a de Nossa Senhora da Conceição e a do apóstolo S. Simão.

A única referência a esta capela que encontramos nos capítulos das visitas aconteceu em 1780, e dizia respeito à falta de relíquias nas pedras de ara do altar. O mesmo foi também capitulado para a capela de Santa Bárbara, em que o visitador verificou a inexistência de tal equipamento considerado fundamental ao culto, em 1780<sup>314</sup>.

## 6.6. A capela de Santa Bárbara e S. Francisco de Borja

A capela de Santa Bárbara e S. Francisco de Borja era pertença do capitão Tomás da Rocha Pinto, natural da cidade do Porto, homem de negócios e capitão-mor da cidade<sup>315</sup>. Era ainda habilitado na Ordem de Cristo desde 1761, com provisão de tença de doze mil réis, e nomeado fidalgo de *Cota d'Armas* três anos depois<sup>316</sup>, Tomás da Rocha Pinto pediu autorização ao arcebispado de Braga para erigir uma capela na quinta que possuía no lugar de Quintãos, em julho de 1764. Alegando a distância até à igreja e para maior comodidade sua, e da sua família, em assistirem à missa, conseguiu autorização para a referida edificação da capela. Respeitando, claro está, as premissas do arcebispado que impunham que esta fosse feita com *tôda a perfeição devida, com a porta principal para o publico, sêm outra alguma, ou frésta para casa particular*<sup>317</sup>.

Concluída a construção, e ainda que sem a presença do seu fundador, embora representado pelo seu procurador, o padre Luís Correia de Araújo, a capela foi benzida pelo pároco de Requião, Gabriel Francisco de Araújo Vale, em dezembro de 1765. No mesmo dia foram também benzidas as imagens de nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara e S. Francisco de Borja, bem como a cruz com a imagem de Cristo crucificado que passaram a figurar no dito templo.

Sete anos depois, em 1772, e antes de falecer repentinamente em Caldelas onde ia a banhos em 1774<sup>318</sup>, Tomás da Rocha Pinto pediu autorização ao arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789) para colocar um confessionário na capela. Argumentava o pedido com a presença de numerosos fiéis

---

<sup>314</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 37.

<sup>315</sup> Sobre a capela consulte-se Pinto, Orlando da Rocha, "Breves aspectos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V. N. Famalicão) e do seu fundador", in *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III série, nº 2, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2006, pp. 49-54.

<sup>316</sup> Pinto, Orlando da Rocha, "Breves aspectos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V. N. Famalicão) e do seu fundador...", p. 52.

<sup>317</sup> APR, *Livro das Licenças das Benções das Capelas desta Freguesia e outras declaraçoens que importa ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826, fl. 17.

<sup>318</sup> Pinto, Orlando da Rocha, "Breves aspetos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V. N. Famalicão) e do seu fundador...", p. 52.

que ocorriam aos ofícios divinos em dias festivos, e ao mesmo tempo, tendo interiorizado o hábito generalizado que o sacramento da penitência se havia tornado. Motivos mais que suficientes para o deferimento por parte do arcebispado de tal equipamento.

Com a morte do seu fundador, a administração da capela de Santa Bárbara passou para o seu filho primogénito, Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, também ele cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural da cidade do Porto mas que escolheu a sua quinta de Quintãos para sua última morada. O gosto e a dedicação à gestão da capela, quer durante a sua vida, quer depois à hora da morte, foram visíveis não só na sua vontade em se fazer sepultar na capela, bem como no próprio testamento, onde deixou ações e apólices para sustento dos legados da mesma. *A missa rezada para o povo em todos os domingos e dias santos*<sup>19</sup> celebrada na capela, e que o filho do seu fundador fez questão em manter mesmo após a sua morte como deixou testamentado, juntamente com a colocação de mais dois novos confessionários, requeridos ao arcebispado em 1785, são a prova da vitalidade da capela durante todo o século XVIII.

### **6.7. A capela de Santo António de Fafião**

À semelhança da capela de Santa Bárbara também a capela de Santo António de Fafião foi instituída posteriormente à resposta ao inquérito das Memórias Paroquiais. É de fundação particular e está situada junto à casa de quinta. Neste caso o seu fundador foi Manuel Félix Salgado de Araújo Chaves e mulher, D. Antónia Joana da Encarnação Carneiro, proprietários da Quinta de Fafião, onde moravam. Pedida a licença para edificação da capela em 1764, esta foi rapidamente concluída e executada com toda a perfeição e com as demais recomendações do arcebispado, nomeadamente no respeitante à inexistência outras aberturas, excetuando a porta principal para o público.

Pronta, com coro e com o retábulo colocado além de outros ornamentos para se celebrar a missa, a capela de Fafião foi benzida na forma do ritual romano em março de 1764 pelo padre Gabriel de Araújo Vale<sup>20</sup>, passando, deste modo, a poder ser celebrada a missa e os demais ofícios divinos.

## **7. As confrarias**

As confrarias tiveram um papel decisivo na vivência quotidiana do homem moderno, quer pela assistência material e espiritual que davam às populações, e sobretudo aos seus membros, quer pelo incremento do culto religioso, com especial destaque para a veneração do seu santo patrono, ao qual

---

<sup>19</sup> Pinto, Orlando da Rocha, "Breves aspetos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V. N. Famalicão) e do seu fundador...", p. 51.

<sup>20</sup> APR, *Livro das Licenças das Benções das Capelas desta Freguesia e outras declaraçoens que importa ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826, fls. 13v.-16.

promoviam importantes realizações festivas<sup>321</sup>. Não devemos também esquecer, e paralelamente a esta competência devocional, o papel das confrarias, nomeadamente a do Subsino e a do Menino Deus, como estruturas de apoio à administração pública e municipal existente nas freguesias<sup>322</sup>.

É igualmente pela análise dos capítulos das visitas, mas também pelas Memórias Paroquiais de 1758, que ficámos a conhecer as cinco confrarias existentes em Requião na Época Moderna e o seu desempenho enquanto promotoras de culto e de sociabilidades que se geravam. Embora cinco confrarias nos pareça um número elevado para um universo de seiscentos e vinte cinco fregueses que habitavam a freguesia nos inícios de Setecentos, essa quantidade não surpreende se tivermos em atenção o universo confraternal de todo o Entre-Douro-e-Minho no século XVIII, onde espanta o elevado volume de confrarias por paróquia. Segundo os dados compilados por Isabel dos Guimarães Sá só nas seis freguesias de Braga havia mais de oitenta confrarias<sup>323</sup>. O mesmo acontecendo noutras regiões: no Porto eram mais de duzentas, mais de quarenta na cidade de Setúbal, em Ponte de Lima e arredores perto da centena, e mais de setecentas em toda a comarca de Viana do Castelo<sup>324</sup>.

Por isso, Requião parece seguir o que era comum na época. E tal como na maior parte das outras freguesias do arcebispado possuía: a confraria do Subsino, *comme a em todas as freguezias*<sup>325</sup> e da qual faziam parte todos os moradores, a confraria do Santíssimo Nome de Deus, anexa à do Subsino, assim como o determinam as constituições do Arcebispado, bem como a confraria do Santíssimo Sacramento, a confraria das Almas, e finalmente a de Nossa Senhora do Rosário. Devoções promovidas pela Igreja Católica na sequência do concílio de Trento e com forte intensificação no século XVII e primeira metade do século XVIII<sup>326</sup>.

Estas instituições, encaradas acima de tudo como dispositivos de disciplinamento social para a interiorização das normas incrementadas por Trento e desenvolvidas pelas autoridades eclesiásticas, tiveram um importante papel nas comunidades onde se inseriam<sup>327</sup>. Através delas construíram-se e reforçaram-se laços de integração e coesão social entre os seus membros, ao mesmo tempo que se geravam sociabilidades, onde as festas, as peregrinações e muitos outros aspetos relacionados com a

---

<sup>321</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, Resultados e Tendências de Investigação", in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 7, 1995, pp. 15-52.

<sup>322</sup> Leia-se Capela, José Viriato, "O Julgado de Vermoim no Antigo Regime", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, pp. 93-98.

<sup>323</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, "As Confrarias e as Misericórdias", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-56.

<sup>324</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal...*, pp. 323-334.

<sup>325</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, pp. 390-391.

<sup>326</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 463-464.

<sup>327</sup> Consulte-se Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, pp. 57-58; Palomo, Federico, "Disciplina christiana...", pp. 119-136.

vivência confraternal assumiam grande significado e importância, reveladores de um sentimento de pertença<sup>328</sup>.

### 7.1. A confraria do Santíssimo Sacramento

O culto à eucaristia que a Contrarreforma potenciou traduziu-se na prática por uma forte difusão de confrarias, que promoviam por todos os meios ao seu alcance, o culto do Santíssimo Sacramento. Além de difundirem o culto eucarístico, estas confrarias tinham objetivos muito precisos, nomeadamente zelar os sacrários, cotizando-se para as despesas destes e das respetivas lâmpadas, visitar os enfermos e acompanhar o sagrado viático, fazer uma festa anual em honra do Santíssimo, celebrar no terceiro domingo de cada mês uma missa por intenção dos irmãos e realizar uma procissão em torno da igreja, bem como rezar diante do Santíssimo cinco vezes as orações do Pai-Nosso, Avé-Maria e Glória, etc<sup>329</sup>.

Em Portugal, conhecem-se confrarias desta devoção desde meados do século XV. Mas é sobretudo graças à autorização conseguida pelo arcebispo de Braga, o cardeal infante D. Henrique (1533-1540) que em 1540, se fundou na Sé uma confraria com as mesmas graças e privilégios daquela que tinha por sede o convento dominicano de Santa Maria Sopra Minerva, em Roma<sup>330</sup>. A partir dessa altura, as confrarias do Santíssimo começaram a multiplicar-se, e rapidamente se espalharam pelo território nacional<sup>331</sup>. Situação, à qual não é alheia, o impulso dado pelas constituições sinodais diocesanas que incentivavam os párocos a instituírem nas suas igrejas as confrarias do Santíssimo Sacramento, e os fregueses a fazerem parte delas, bem como a beneficiá-las com as suas esmolos. Isso aconteceu com as com constituições bracarenses referidas, onde era recomendado aos fregueses a participação nestas confrarias, e na do Menino Deus, e aos padres que as procurassem instituir nas suas igrejas<sup>332</sup>.

---

<sup>328</sup> A propósito destes aspetos veja-se o trabalho de Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2003, p. 594.

<sup>329</sup> Costa, Avelino Jesus da, "A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas"..., p. 225; Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais. As Confrarias do Santíssimo Sacramento, a reserva eucarística e os atentados sacrílegos", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 568.

<sup>330</sup> O papa Paulo III aprovou em 1539 pela bula *Dominus Noster Jesus Christus*. Costa, Avelino de Jesus, "A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas...", p. 225.

<sup>331</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)", in *Revista Tempo*, vol. 20, Niterói, 2014, pp. 1-19; Soares, Franquelim Neiva, "A Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Miguel das Marinhas", in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, Vol. 20, N° 1-2, 2003, pp. 219-274; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave, 2001; Enes, Maria Fernanda, "As Confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da Cultura Barroca (um caso na diocese de Angra)", in *I Congresso Internacional do Barroco. Atas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, pp. 275-298.

<sup>332</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 307-308.

No entanto, nem todas as igrejas tinham condições, incluindo económicas, para ter esta confraria na sua paróquia<sup>333</sup>. Exigia-se requisitos mínimos que nem todos os templos seriam capazes de assegurar e suportar: a iluminação permanente do sacrário, cujas velas arderiam continuamente, a limpeza, o zelo e o asseio da igreja, implicavam custos de instalação e manutenção.

Infelizmente, desconhecemos por completo a data da ereção da confraria do Santíssimo Sacramento em Requião, mas é seguramente anterior à segunda metade do século XVIII.

Ainda que fosse prática comum que a renovação de altares estivesse associada à colocação do sacrário e à devoção ao Santíssimo<sup>334</sup> em particular, não nos parece que tenha sido este o caso de Requião, pois já desde 1716 encontramos referências explícitas ao sacrário nas visitas, ainda que não relativas à confraria. Por isso, não podemos conotar o seu surgimento com a renovação da igreja, que sofreu obras de ampliação, na década de 50 de Setecentos, pelo *acrescimento do retábulo desta capella mor que, de presente se fez de nôvo com a nave della*<sup>335</sup>.

Relativamente à confraria, as informações que temos a seu respeito limitam-se a três ou quatro referências que encontramos nos capítulos das visitas: a primeira em 1761, quando é determinada pelo visitador a proibição dos oficiais, e em particular o juiz, de recusarem cargos eletivos da confraria, baseados apenas no motivo de rejeitarem o acréscimo dos estatutos, nos quais se regula a quantidade e forma dos *comeres*. A menção é vaga, mas talvez pareça significar a necessidade dos mesários terem de assumir despesas com refeições conjuntas, feitas em certos momentos do ano. Infelizmente não tivemos acesso a esses estatutos da confraria do Santíssimo Sacramento, apenas a esta informação dessa alteração. Segundo o visitador o objetivo seria o de acabar com a *corruptélla de viciarem os officiaes o serviço espiritual das Confrarias com a profanidade de comezainas*<sup>336</sup>. Era, como vimos, um dos fins da confraria do Santíssimo Sacramento a celebração da festa do padroeiro, S. Silvestre, considerada, um dos momentos altos da vida, sua e da comunidade. Além das cerimónias religiosas existentes havia uma refeição em honra do patrono que juntava, senão todos os irmãos da confraria, pelo menos os mais próximos dos membros da direção, incluída nos gastos da festa e que certamente não agradaria a todos, sobretudo aos visitantes que, como vemos, consideravam perigosa a profanidade das *comezainas*<sup>337</sup>. Este hábito de se fazerem banquetes e as tais *comezainas*,

---

<sup>333</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Introdução", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As Confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016, p. 14.

<sup>334</sup> Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista...*, pp. 99-100.

<sup>335</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 390.

<sup>336</sup> APR, *Capítulos das Visitas*, 1761-1830, fl. 2.

<sup>337</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira de (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 328.



acompanhadas por outras folias e divertimentos, era uma prática que se tornava comum e que as autoridades eclesiásticas combatiam por considerarem ser a causa principal da ruína das confrarias. Muitas chegavam mesmo a endividar-se e os seus mordomos a vender os seus bens para suportar as despesas e equilibrar as contas<sup>338</sup>. Entende-se, assim, o disciplinamento das autoridades eclesiásticas que ao acabar, por exemplo, com tais comportamentos, nomeadamente no que diz respeito às comezainas ou mesmo à recusa em aceitarem cargos eletivos por esse mesmo motivo, ou ainda vigiando aqueles oficiais que não entregavam as contas à confraria, estava acima de tudo a controlar estas associações confraternais.

A outra referência que encontrámos nos capítulos das visitas, dizia respeito à feitura de uma umbela para a confraria do Santíssimo Sacramento levar o Senhor aos enfermos em 1790<sup>339</sup>, que sabemos ser outra das suas obrigações, onde era também exigido algum aparato processional<sup>340</sup>, como já anteriormente analisámos. Por isso, foi também capitulado no ano de 1793 ao juiz e oficiais da confraria, a feitura de quatro lanternas *à moderna com sua douradilha*<sup>341</sup> para acompanhar o Santíssimo aos enfermos e uma tumba para a condução dos defuntos.

Há ainda, uma advertência do visitador pastoral do ano de 1767 para que os oficiais das confrarias das Almas e do Santíssimo Sacramento entregassem no final dos seus mandatos as suas contas, no prazo de dois meses<sup>342</sup>. Acontecia frequentemente, não só em Requião mas noutras confrarias de outras freguesias, os oficiais atrasarem-se ou mesmo não entregarem as contas dos seus mandatos.

Além dos capítulos das vistas paroquiais encontrámos outros registos, outras provas materiais da sua existência no arquivo paroquial de Requião. Estas menções referem-se essencialmente aos séculos XIX e XX, e mesmo sem constituírem séries completas, estes documentos, apesar de apresentarem algumas lacunas, permitem-nos um melhor conhecimento desta organização de fiéis em Requião, em muito semelhante às suas congéneres noutras freguesias<sup>343</sup>. Trata-se de um livro de atas e dois livros de receita e despesa de meados do século XIX até inícios do século XX e, ainda, um outro

---

<sup>338</sup> Enes, Maria Fernanda, "As Confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da Cultura Barroca...", p. 280.

<sup>339</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 47v.

<sup>340</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780) ...*, pp. 73 - 75.

<sup>341</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 53.

<sup>342</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 29v.

<sup>343</sup> Sobre as matérias contempladas nos estatutos confira-se a confraria congénere do Santíssimo Sacramento da Póvoa de Varzim, Costa, Martins da, "Confraria do Santíssimo Sacramento da Póvoa de Varzim (esboço histórico)", in *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, vol. XXIII, n° 1, 1984, pp. 212-216.

para o inventário do dinheiro a juro de 1784 a 1898, que registava o movimento de entrada e saída de capitais da confraria<sup>344</sup>.

É através das contas que sabemos que o grosso da despesa no século XIX dizia essencialmente respeito ao cumprimento de missas, fossem elas semanais a que estavam obrigados, rezadas às quintas-feiras, as missas de legados, ou as cantadas nos terceiros domingos do mês. Também a festa principal no terceiro domingo de agosto era responsável por uma fatia considerável das despesas da confraria, às quais se associavam as despesas com música e tambores, a pólvora dos morteiros e o sermão. Não descurando a indispensável cera, não só para esta festa de agosto, mas para todo ano. A cera além de fundamental para a iluminação contínua do sacrário era também necessária para as tochas e lanternas que acompanhavam a procissão mensal e as missas dos terceiros domingos.

Digna de relevo, e também de despesa considerável, era a procissão do Corpo de Deus, assumida com item próprio nas contas da confraria e à qual os irmãos estavam obrigados a integrar a partir do momento em que ingressavam na irmandade<sup>345</sup>. Um outro dispêndio da confraria que aparece registado nos livros de contas é o relativo às *Endoenças*, que se celebravam na quinta-feira Santa, e para a qual havia um peditório exclusivo. Ainda que não saibamos o teor em que se compunham essas cerimónias de *Endoenças*, não podemos esquecer o empenho dos irmãos destas confrarias na solenização e dignificação do espaço dedicado ao culto e ao Santíssimo Sacramento. Funcionando mesmo, como elemento propagandístico da própria confraria, que se revelava imprescindível para recrutar futuros confrades, ou eventualmente ser beneficiada pelos bens de algum testador.

O livro para inventário do dinheiro a juro, de capa em pergaminho, mostra-nos que, além da função religiosa, a confraria do Santíssimo Sacramento funcionava para os fregueses de Requião, e não só, como é visível pelos registos de empréstimos a fregueses/ou confrades de outras freguesias, como uma verdadeira instituição de crédito. Recorriam a esta instituição em horas de necessidade, como forma de resolução dos seus problemas de liquidez. Não podemos esquecer a função bancária das confrarias aos seus membros, e também a todos aqueles que necessitavam de tal serviço, desde que cumprissem o estabelecido. Assim, e mediante um contrato previamente determinado entre as partes, celebrado por escritura pública num qualquer cartório de tabelião, a confraria emprestava dinheiro a juros, exigindo sempre a apresentação de um fiador que garantiria o pagamento no caso de qualquer incumprimento por parte de quem recebia o empréstimo. Tudo ficava contratualizado neste documento que estabelecia

---

<sup>344</sup> APR, *Livro de atas do Santíssimo*, 1855-1933; *Contas do Santíssimo Sacramento de Requião*, 1866-1904; *Livro de contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento*, 1904-1915; *Inventário do dinheiro a juro e capital da Confraria do S. Sacramento da freguesia de S. Silvestre de Requião*, 1784-1898.

<sup>345</sup> Veja-se um exemplo idêntico em Oliveira, Ricardo Pessa de, "A irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime", in *Lusitania Sacra*, n° 33, 2016, pp. 255-268.

as obrigações do solicitador do empréstimo, e seu fiador, onde era dada uma garantia para esse mesmo empréstimo. Geralmente eram dados bens imóveis e terras, que ao ser desta forma hipotecados não podiam ser vendidos ou empenhados, enquanto a dívida e os respetivos juros não estivessem pagos<sup>346</sup>.

Funcionando como uma das principais fontes de receita da instituição, o dinheiro emprestado a juro, que na sua essência a Igreja noutros tempos condenava, no caso das confrarias era legitimado pelo seu estatuto especial, de ser feito em prol das almas<sup>347</sup>. No caso concreto da confraria do Santíssimo Sacramento de Requião os juros, e o aluguer da casa da confraria à junta de paróquia, na segunda metade do século XIX, eram as únicas fontes de receita de que a instituição confraternal dispunha. A estas acrescia pontualmente, as esmolas conseguidas nos peditórios que ajudavam a equilibrar as contas da instituição<sup>348</sup>.

## 7.2. As confrarias das Almas

As confrarias das Almas, vocacionadas essencialmente para a salvação das almas e para o culto aos mortos, eram outras das confrarias muito populares no Entre-Douro-e-Minho da Idade Moderna. Também a paróquia de Requião tinha a sua confraria das Almas, pelo menos desde finais de Seiscentos, uma vez que os seus estatutos originais nos remetem para 1682<sup>349</sup>. Inicialmente, esta confraria situava-se no altar-mor da igreja paroquial, e onde já estava instalada a confraria do Santíssimo Sacramento, por não haver comodidade para se levantar em altar exclusivo. Setenta e cinco anos depois, e por alturas da ampliação do templo, na segunda metade do século XVIII, a confraria foi finalmente sediada em altar próprio, no altar das Almas, situado entre os arcos cruzeiro, e tendo por protetor S. Silvestre<sup>350</sup>.

Ainda que as confrarias das Almas tivessem como marca definidora o culto às almas, e fosse para elas que o seu culto estava vocacionado, havia situações, como era o caso, e à semelhança de outras associações congéneres, que honravam igualmente um santo particular, neste caso concreto da confraria de Requião tinha por protetor o padroeiro da igreja e da freguesia, S. Silvestre<sup>351</sup>.

---

<sup>346</sup> Araújo, Maria Marta de Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados...*, 2001, p. 117.

<sup>347</sup> Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2013, p. 373, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>348</sup> Consulte-se sobre a base económica da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa Araújo, Maria Marta Lobo de, "As traves mestras da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o Compromisso de 1612", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41, n.º 3-4, pp. 144-145.

<sup>349</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas*, 1682.

<sup>350</sup> APR, *Livro das licenças das benções das capellas desta freguesia e outras declaraçoens que importam ao Parocho desta Igreja*, 1755-1826, fls. 8-10.

<sup>351</sup> Situação que também acontece na confraria das Almas de Pico de Regalados que tinha por padroeiro S. Martinho de Dume. Ver Araújo, Maria Marta Lobo de, "Rezar e cantar pelos mortos e pelos vivos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII...", p. 225.

Felizmente, e ao contrário da confraria do Santíssimo Sacramento, no que respeita à produção documental, e pelo menos naquilo que chegou aos nossos dias, são bem mais as provas documentais da sua existência e funcionamento em Requião. De facto, além do livro dos estatutos de 20 de fevereiro de 1873, tivemos acesso aos estatutos originais, que embora em péssimo estado de conservação, muito rasgados e fragilizados, permitem uma leitura, ainda que fragmentada, do primitivo regulamento de 1682, altura da criação da confraria. Com capa de pergaminho, estes estatutos originais são um documento precioso em termos de informação sobre a formação e funcionamento da confraria das Almas da freguesia. De qualquer forma, a informação e o teor destes estatutos primitivos do século XVII, encontrámo-los na íntegra numa cópia impressa, anexa aos de 1872, redigidos pelo então pároco de Requião, José Vieira de Sousa Coutinho.

Se o documento original, porque tem rasgados os primeiros fólhos, apenas nos permitiu o conhecimento das disposições somente a partir do terceiro capítulo, graças a esta cópia impressa podemos constatar que datam de 8 de janeiro de 1682 e quem fazia parte dos cargos diretivos da confraria. Eram eles: o reitor da igreja paroquial, Mateus de Carvalho, que desde 1630 pastoreava a freguesia, além de Manuel Carvalho e Francisco Carneiro, que nesse ano serviam como juizes da confraria e, ainda, António Monteiro como procurador. Havia igualmente outros oficiais, designados por *homens da Mesa*, Domingos Ferreira, Manuel João e Inácio Borges. João da Costa Pinto servia como escrivão desse ano<sup>352</sup>.

Era esta Mesa que geria a confraria e todos os assuntos que com ela se relacionavam. Eleita anualmente, durante a segunda oitava do Natal, como determinavam os estatutos, esta assembleia era composta além do juiz, que a presidia e que possuía um segundo voto de qualidade, sempre que por algum motivo não se havia chegado a consenso na votação de determinado assunto, e do procurador, que geria os negócios e que também tinha a incumbência em caso de litígio de tratar do necessário para tais demandas. Era constituída também por dois mordomos, três irmãos, designados por *homens da Mesa*, um tesoureiro, responsável por todo o dinheiro da confraria, e um escrivão<sup>353</sup>.

Em 1743, uma segunda adição aos estatutos, isto é uma reforma aos estatutos iniciais, acrescentava que, *para a confraria ficar mais bem servida*, eram eleitos além dos mencionados, mais seis mordomos, um chamador, cuja função como o próprio nome indica seria de avisar/chamar os irmãos, exigindo-se, por isso, que tivesse família para nunca haver motivos de falta na sua obrigação de dar recados. Além disso, a confraria passou a recorrer de duas mulheres encarregues de levar a roupa

---

<sup>352</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião*, 1872.

<sup>353</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fls. 8v.-9.

para os defuntos. Estas mulheres, tal como o chamador, não sendo assalariados e não recebendo por isso qualquer remuneração, tinham, no entanto, a benesse da isenção de pagamento de anual, no ano que serviam<sup>354</sup>.

Esta reforma aos estatutos não se limitou apenas a reformar alguns capítulos mas acrescentou alguns de novo, sempre tendo em atenção, como faziam questão de esclarecer, tudo aquilo que era de maior proveito e interesse para a confraria e a bem das Almas<sup>355</sup>. Assim determinavam também em 1743, que para uma melhor administração se *fará quatro vezes em cada anno meza*: na segunda oitava da Páscoa, na primeira oitava do Espírito Santo, em dia de todo os santos, e no dia de S. Silvestre, padroeiro e protetor da confraria<sup>356</sup>. O objetivo era essencialmente tratar de questões relacionadas com a entrada de novos irmãos, fazer-se o registo e assento dos confrades falecidos, analisar a atuação do procurador no que dizia respeito à sua obrigação relativa aos irmãos mortos, analisar as escrituras do dinheiro a juro, e obviamente, tratar de outros assuntos de especial interesse para a confraria.

Os estatutos estabeleciam ainda questões relacionadas com a não-aceitação dos cargos eletivos da confraria. Assim, aqueles que eram eleitos anualmente para a Mesa e não aceitassem o cargo seriam punidos com coimas. No caso do juiz a multa era de dois mil réis e quinhentos réis para os restantes oficiais. Estava ainda prevista a sua expulsão no caso de não pagamento, sem justificação relevante<sup>357</sup>.

Este crescimento da confraria enquanto organização, visível no aumento dos eleitos e no aumento do número de reuniões de trabalho, foi também confirmado pela resposta que deram os oficiais da mesma às autoridades episcopais quando questionados acerca da existência de rendimento suficiente não só para ereção do altar das Almas bem como a sua conservação, da responsabilidade da confraria. De facto, desde 1694 que os estatutos dão conta de *deposito bastante*<sup>358</sup>, ao ponto de afirmarem, em 1756, que a confraria tinha superabundante rendimento, mesmo sendo tirada a referida despesa para a execução do novo altar das Almas e a respetiva conservação<sup>359</sup>.

Ainda que os primeiros estatutos não façam referência explícita sobre quem podia ser seu irmão, supomos que seria admitida à partida qualquer pessoa desde que pagasse o valor estabelecido nesse ano de 1682. Cinquenta réis de entrada, isto se tivesse até trinta anos, ou cem réis no caso de ter entre

---

<sup>354</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 18v.

<sup>355</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 18.

<sup>356</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 19v.

<sup>357</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 15.

<sup>358</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 6.

<sup>359</sup> APR, *Livro das Licenças das Benções das Capelas desta Freguesia...*, fl. 8v.

trinta e quarenta anos, e nunca menos de duzentos réis a partir dos quarenta anos, consoante a idade em causa, mas sempre sujeita ao critério da Mesa.

Já os estatutos do século XIX referem logo no capítulo I, no artigo primeiro, que a confraria é uma congregação de pessoas cristãs de ambos os sexos, que tem por fim prestar o culto a S. Silvestre e às Almas e sufragar as almas dos seus irmãos falecidos<sup>360</sup>. A joia de entrada era então de trezentos réis até aos catorze anos, quinhentos réis até aos vinte e um anos, novecentos réis até aos trinta, e a partir daí, tal como nos estatutos primitivos, ficaria ao arbítrio da Mesa.

Pelo que vemos, em ambos os estatutos, e mesmo tendo em atenção a inflação própria dos duzentos anos que separam os dois documentos, privilegiou-se a entrada na confraria das Almas desde cedo<sup>361</sup>. Quanto mais jovem, mais barato ficava a inscrição na irmandade. Uma situação muito semelhança do que hoje acontece com os seguros de saúde, cujo valor da cota mensal/anual depende e é proporcional à idade do segurado. Quanto mais velho maior é o valor a pagar.

O objetivo era incentivar, pelo valor pecuniário mais baixo da cota anual, à inscrição do confrade o mais jovem possível, pois com toda a sua vida pela frente maiores eram as probabilidades de contributo financeiro, inclusive. Ao invés, aumentando a idade, crescem as possibilidades de doença dos confrades, à qual se associa a pobreza, e logicamente aumentam as hipóteses de despesa da confraria, o que não era de todo desejável, sobretudo num irmão recente, que pouco ainda tinha contribuído para os seus gastos.

O rendimento da confraria assentava essencialmente nas joias de entrada dos irmãos, no montante pago anualmente, nos anuais, nas esmolas, nas próprias condenações a que estavam sujeitos os irmãos em caso de incumprimento dos estatutos, no juro do capital mutuado, e ainda nos legados. Ressalvava-se em pleno estado liberal, a legitimidade destes legados, imputando serem devidamente aceites em conformidade com a legislação em vigor<sup>362</sup>. Desde o governo de Pombal que a questão dos legados tinha sido alvo de grandes críticas por parte do Estado, que considerava abusiva a forma como a Igreja, nomeadamente através dos seus agentes religiosos, se aproveitava dos últimos momentos da vida do crente aliciando-os com a garantia da salvação eterna através destes expedientes da alma, obrigando por isso a cautelas acrescidas com estas questões<sup>363</sup>.

---

<sup>360</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 2.

<sup>361</sup> Cf. Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: A distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011, p. 20.

<sup>362</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 7.

<sup>363</sup> Sobre a diminuição do investimento na salvação da alma consulte-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, pp. 103-111, Tese de Doutoramento policopiada.

Não sendo um assunto menor, os estatutos de 1873 contemplam um capítulo exclusivamente dedicado a *disposições várias e contabilidade*, onde a questão das receitas da confraria, sobretudo no que diz respeito ao recebimento de capitais ou entregá-los a juro foi devidamente especificada em cinco artigos<sup>364</sup>. Era à Mesa a quem cabia tal decisão, que deveria sempre *não descurar a pronta arrecadação dos juros para evitar prejuízos à confraria*<sup>365</sup>. Também lhe competia a decisão de dar o dinheiro recebido a juros, e por isso mesmo responsável pelas garantias exigidas aos devedores da confraria, preferindo-se sempre as melhores hipotecas e as constituídas no concelho. Especificava-se ainda que a quantia a mutuar-se não deveria ser inferior a dez mil réis e exigia-se a elaboração de escritura pública que legitimasse o processo. Para uma maior transparência deste processo, os estatutos impediam o empréstimo de dinheiro a juro aos mesários, sendo tal situação extensiva até aos seus parentes em terceiro grau<sup>366</sup>.

Além da inscrição de entrada na confraria das Almas, os irmãos eram obrigados ao pagamento de um anual, no valor de cinquenta réis. Este valor seria pago até ao S. Miguel, a 29 de setembro, no caso dos estatutos de 1682, ou por ocasião da festividade principal, segundo os estatutos de 1873. Estes últimos estatutos dão ainda a possibilidade de remissão deste anual no caso de um pagamento de mil réis, efetuado de uma só vez. O que não invalidava, e nada tinha a ver com a obrigatoriedade de pagamento da joia de entrada na confraria<sup>367</sup>.

Depois do pagamento, a entrada na confraria das Almas era efetivada pelo lançamento de um termo no livro de entradas, assinado pelo juiz, secretário e pelo membro admitido, ou por alguém a seu pedido, e pela concessão da carta patente que era dada ao novo confrade. Encontrámos algumas destas cartas patentes, já do século XX, no arquivo da família em estudo.

Como já referimos anteriormente, e, aliás, está bem explícito no artigo um do I capítulo dos seus estatutos, a irmandade de S. Silvestre e Almas tinha por objetivo prestar o culto a este santo, seu protetor e às almas santas, bem como sufragar as almas dos irmãos falecidos. Era este o último objetivo, a principal função da confraria, isto é, a questão da salvação eterna<sup>368</sup>, visível na própria designação. Era necessário venerar as almas do Purgatório, empenhando-se por isso a confraria na celebração de

---

<sup>364</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fls. 6v.-8.

<sup>365</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 7v.

<sup>366</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fls. 7v.-8.

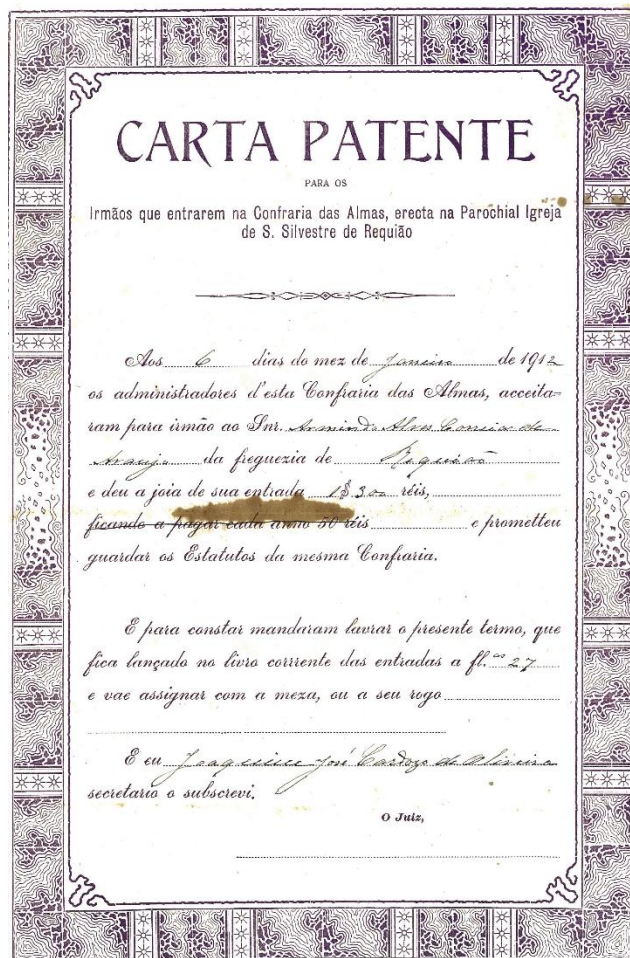
<sup>367</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião...*, fl. 3.

<sup>368</sup> Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna", in *Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010, p. 102.

sufrágios que as fizessem sair desse *pseudo-inferno*<sup>369</sup>, de forma a atingirem a tão desejada e apregoada vida celestial, que a Igreja sistematicamente inculca no pensamento do crente.

Imagem 1 - Carta patente de Armindo Alves Correia de Araújo de entrada na confraria das Almas da igreja de S. Silvestre de Requião.

1912



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Numa época profundamente marcada pelos dogmas da Igreja, que norteavam toda a vivência terrena, esta ditava, e desde cedo, ao fiel que viver significava acima de tudo uma preparação para a morte, que poderia acontecer a qualquer momento<sup>370</sup>. Acrescia o facto de a doença espreitar amiudadas vezes e com poucas possibilidades de se debelar, havia que estar sempre disposto para tais eventualidades. Por isso, era preciso estar convenientemente preparado para enfrentar o dia do juízo final<sup>371</sup>. Era nesse dia que Cristo voltaria para julgar os mortos, condenando os transgressores ao fogo do

<sup>369</sup> Vovelle, Michel, *Les âmes du purgatoire ou le travail du deuil*, Paris, Gallimard, 1996.

<sup>370</sup> Consulte-se sobre a preparação para a morte Delumeau, Jean, *Le Peché et la Peur. La culpabilisation en Occident XIII-XVIII siècles*, Paris, Fayard, 1983.

<sup>371</sup> Sobre as raízes das confrarias e sua evolução histórica leia-se Pentead, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 459-470.



Inferno, enquanto os cumpridores dos seus mandamentos teriam o lugar garantido, ao seu lado, no paraíso celeste. Acrescentava-se a este cenário, a que Lutero chamava o *terceiro lugar*, o Purgatório, que Trento difundiu<sup>372</sup>. Segundo expressão de Jacques Le Goff, tratava-se de um *além intermédio*, um lugar de passagem e de fronteira, onde os mortos sofriam várias provações, que podiam assemelhar-se às sofridas por aqueles que foram condenados ao gelo ou ao fogo do Inferno<sup>373</sup>. Mas foi sobretudo a imagem do fogo ardente que dominou o imaginário popular transferindo-se, e materializando-se, para a pintura e escultura retabulística, onde era frequente as almas do Purgatório serem retratadas numa expressão agonizante que suplicava auxílio. Expressão mais ou menos realista, mais ou menos cuidada, segundo as aptidões e capacidades artísticas do mestre pintor ou entalhador que as retratava. Também em Requião, e obedecendo aos cânones estabelecidos, no altar das almas onde estava situada a confraria havia um painel, em médio relevo, das almas que padeciam no fogo do Purgatório<sup>374</sup>.

Esta passagem por este lugar, supostamente transitório, podia ser mais ou menos longo consoante a solidariedade dos vivos<sup>375</sup>. Acreditava-se que a estadia nessa *sucursal do Inferno* poderia ser abreviada pela eficácia prestada pela quantidade de sufrágios realizados, pelas orações e missas rezadas, pelas dádivas de esmolas entregues, de forma a remir os pecados e a favorecerem a definitiva salvação da alma<sup>376</sup>.

Não estranhámos, pois o elevado número de missas pedidas nos testamentos, às vezes às centenas, quando não aos milhares, consoante as posses do testador, segundo aquilo que Jacques Chiffolleau designou de *contabilidade do além*<sup>377</sup>.

Por isso, ao entrar na confraria das Almas da sua terra, o irmão sabia que teria direito às regalias espirituais, que davam uma especial ênfase às orações e sufrágios de missas e ofícios pelos defuntos<sup>378</sup>, tantas vezes recordadas para mais facilmente atingirem o reino do céu. Mediante este ingresso em vida, esta compra efetuada com mais ou menos esforço, consoante a capacidade financeira do freguês, ao tornar-se irmão sabia pelo menos o que podia contar quando chegasse a sua hora.

Assim sendo, os estatutos da confraria das Almas de Requião previam e asseguravam uma série de procedimentos antes e depois, da morte, que ajudariam o confrade à salvação eterna.

---

<sup>372</sup> Le Goff, Jacques, *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

<sup>373</sup> Le Goff, Jacques, *O Nascimento do Purgatório...*, pp. 18-24.

<sup>374</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 390.

<sup>375</sup> Para a solidariedade dos vivos e os mortos leia-se Le Goff, Jacques, *O Nascimento do Purgatório...*, pp. 25-26.

<sup>376</sup> Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)...*, p. 491.

<sup>377</sup> Cf. Marques, João Francisco, "A renovação das Práticas Devocionais. A crença no Purgatório: os sufrágios e a devoção às Almas..." , p. 587.

<sup>378</sup> Araújo, Maria Marta Lobo, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)...*, p. 77.

A mobilização da confraria começava logo à hora da morte, com o mordomo incumbido de levar a cruz à casa do defunto<sup>379</sup>. Garantida estava também a cera enquanto o cadáver estivesse em casa, e os dois círios, juntamente com a cruz depois levada pelo procurador aquando o cortejo fúnebre. Tinha ainda direito a *quatro lumes* durante a celebração do ofício na igreja<sup>380</sup>, algo que o homem comum, sozinho e sem o suporte económico da confraria não podia suportar. A cera, embora cara, garantia a presença indispensável da luz, não só para a solenização do ato, mas também para afugentar o demónio do corpo do falecido. Fundamental em todo o processo fúnebre, a cera era desde logo assegurada pela confraria e um dos fatores a ter em conta quando se pretendia ingressar numa destas organizações.

Depois do acompanhamento fúnebre era também direito do irmão defunto um ofício religioso na igreja de Requião. Inicialmente de cinco padres, para depois em 1699, e por *estar a Confraria com mais aumento*, ser de seis, passando para os sete nos inícios do século XVII, mais concretamente em 1706, e para os dez padres, em 1723, pelos mesmos motivos. O aumento das celebrações prova que a confraria das Almas foi sempre crescendo ao longo dos tempos e tendo cada vez mais irmãos<sup>381</sup>, bem como mais meios financeiros, ao ponto de poder suportar a construção de um altar próprio, em 1756, para aí se estabelecer e proceder à respetiva manutenção<sup>382</sup>.

Além disso, os irmãos sabiam que podiam contar, e imediatamente após a confirmação do seu falecimento, com uma missa mandada rezar pela confraria no altar privilegiado da igreja, ou não o havendo, no altar de S. Pedro de Rates. Em 1694, um acrescento aos estatutos, e mais uma vez mencionando a saúde financeira da confraria, refere que seriam mandadas celebrar duas missas no altar privilegiado da igreja por cada irmão que falecesse<sup>383</sup>.

Como a assistência às almas era a grande aposta desta confraria, funcionando como um dos seus atrativos de ingresso face às demais congéneres, os seus rendimentos eram também direcionados para o culto das segundas-feiras. Tratava-se de um direito estatutário que assistia a todos os irmãos: uma missa no altar das almas todas as segundas-feiras, por todos os irmãos, vivos ou defuntos. Essa missa seria rezada pelo pároco de Requião, no caso de aceitar tal encargo, e para a qual receberia dois mil réis por ano, no dia de S. Silvestre. Esta quantia, acordada pelos estatutos primitivos de 1682, estava perfeitamente ultrapassada em 1743, por *não ser congruente no tempo presente*, a ponto de os irmãos

---

<sup>379</sup> Sobre os acompanhamentos fúnebres dos irmãos das confrarias consulte-se Ferraz, Tiago, "Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar", in *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, vol. 3, Porto, CITCEM, 2012, pp. 163-177.

<sup>380</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de Requião...*, fl. 14v.

<sup>381</sup> Em 1756, e na sequência da petição da confraria para erigir o seu altar no arco cruzeiro, o pároco Gabriel em resposta ao pedido de informação sobre o assunto emitido pelo arcebispado refere que esta tem *superabundante rendimento*. APR, *Livro das licenças das benções ...*, fls. 8-10.

<sup>382</sup> APR, *Livro das Licenças das Benções...*, fls. 8-10.

<sup>383</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fl. 16v.

fazerem um segundo acréscimo aos estatutos, deliberando pagar ao padre que as celebrar cem réis por cada missa<sup>384</sup>.

Este direito à missa rezada por sufrágio das almas dos irmãos era algo verdadeiramente importante para os fregueses. Muito devotos, acreditavam que além da reconciliação com Deus à hora da morte através da extrema-unção era igualmente necessário para atingir o céu, e a conseqüente salvação, a celebração de missas por sufrágio das almas, que necessitavam de ser resgatadas por ação destes sufrágios *post mortem*. Constituíam, por isso, uma das preocupações de todos os homens redigir o seu testamento, reservando sempre uma parte dos seus bens, para esse efeito. A confraria, pelo menos, dava-lhes essa segurança, e essa certeza de celebração pelas suas almas, quanto mais não fosse. Esta certeza era meramente teórica, como mais tarde se verá.

À semelhança de outras confrarias, também a confraria das Almas de S. Silvestre tinha a responsabilidade da organização da festividade própria em louvor do seu santo patrono. A festa de S. Silvestre era celebrada a 31 de dezembro com missa cantada, sermão, procissão e *nunca menos, antes sempre com o maior esplendor possível*<sup>385</sup>. Constituíam o momento alto da vida da confraria, permitindo momentos excepcionais de convívio não só entre os habitantes da freguesia como de outras paróquias vizinhas<sup>386</sup>.

Ainda que os estatutos da confraria não pormenorizem muito o teor da festa, nem especifiquem a natureza ou o tipo de ornamentos executados na decoração da igreja, e das imagens, que abrihantariam certamente a festa, como, por exemplo, acontecia em Pico de Regalados na confraria das almas de S. Martinho de Dume, onde se previa a armação de altares e ornamentação do santo padroeiro, além das velas que se acendiam de forma a iluminar os altares e tribuna para maior ser o brilho e a ostentação do ato, é, no entanto, de considerar que tal acontecesse<sup>387</sup>. Sabemos que a festa da confraria das Almas em honra do padroeiro era sempre o momento mais aguardado de todo o programa confraternal e constituía um importante evento social e religioso esperado, e ansiado, por toda a freguesia<sup>388</sup>.

---

<sup>384</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fl. 19.

<sup>385</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fl. 4.

<sup>386</sup> Sobre a prática de sociabilidade nas confrarias veja-se o caso de Lisboa em Lousada, Maria Alexandra, "Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime", in *Atas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 546-558.

<sup>387</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Rezar e cantar pelos mortos e pelos vivos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII...", p. 232.

<sup>388</sup> Sobre a festa das confrarias consulte-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII-XX)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, Tese de Doutoramento policopiada; Ferraz, Norberto, "Os "aniversários" das irmandades: ocasiões de comunhão espiritual entre confrades vivos e defuntos", in *Interações - cultura e comunidade*, vol. 10, nº 17, Belo Horizonte, 2015, pp. 178-199.

A importância desta festa, onde se incluía um ofício divino de dez padres, que por si só solenizava o ato, no calendário litúrgico dos fregueses de Requião e da vizinhança era confirmada pelas penas aplicadas em caso de não comparência destes irmãos sacerdotes, sem justificação de relevo. Os estatutos previam mesmo a expulsão da confraria no caso de falta a este ofício, e também o mesmo acontecia na eventualidade de faltarem duas vezes às quatro procissões anuais a que eram obrigados.

Segundo os estatutos originais, a obrigação e responsabilidade da realização desta festividade, bem como o pagamento da mesma, cabia ao juiz eleito da confraria. Embora fosse autorizado estatutariamente, a pedir esmolas *pelas eiras* para o ato, não tinha, no entanto, que prestar contas à confraria de tais receitas, que abateria nos encargos da festa. No entanto, a partir de 1743, numa segunda adição aos estatutos foi decidido um novo procedimento, por não acharem ser justo a não prestação de contas. Assim, foi então decidido que o juiz passasse a prestar contas relativamente ao peditório que efetuou pelas freguesias, por altura do S. Miguel. Este peditório destinava-se a cobrir os gastos da festa da confraria, onde se incluía dito ofício de dez padres, tal como os estatutos primitivos previam. Para esse peditório, o juiz passaria a poder nomear um ou dois mordomos para o ajudarem nessa tarefa. Tratava-se de um dever que *por ser serviço de Deus e proveito de todos os irmãos vivos e defunctos*<sup>389</sup> os eleitos não deveriam recusar, sob pena, caso não apresentassem um motivo válido para o impedimento, de serem condenados.

De facto, os cargos de direção e gestão da confraria eram levados a sério. Diziam os estatutos primitivos que o juiz eleito, caso não aceitasse sem motivo ponderoso seria condenado em dois mil réis. Aos restantes oficiais aplicava-se uma pena de quinhentos réis, em semelhante situação.

Este rendimento, juntamente com os outros meios financeiros arrecadados pela confraria, como era o caso das esmolas para a festa de S. Silvestre, destinavam-se, após feitos os pagamentos da festa, à celebração de missas pelas almas de todos os seus irmãos vivos e defuntos<sup>390</sup>. Acreditava-se, como já referimos, e, aliás, era visível em muitas disposições testamentárias, na celebração de missas, como remédio que expiava todo um percurso terreno e ajudava a alcançar mais facilmente o paraíso celeste<sup>391</sup>.

---

<sup>389</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fl. 19v.

<sup>390</sup> Sobre os mecanismos de angariação de esmolas leia-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista...*, pp. 103-111.

<sup>391</sup> Para as missas que os testadores ordenavam e deixavam registadas em testamento leia-se Rodrigues, Maria Manuela, "Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)", in *I Congresso Internacional do Barroco. Atas*, Vol. II..., p. 323.

Fotografia 1 - Festividade da freguesia. Adro da igreja de Requião. Ca. 1920



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Para além do acompanhamento fúnebre dos irmãos, onde eram cedidos gratuitamente os paramentos e utensílios para os funerais, a confraria das Almas de Requião incluía nos seus serviços a disponibilização destes artefactos a todos que não sendo irmãos o solicitavam, mediante um custo pré-estabelecido. Em 1872, cobrava-se mil e quinhentos réis pelo aluguer de paramentos e pano de sepultura, e no caso de serem somente os paramentos, mil réis<sup>392</sup>. Para além de enterrarem os seus irmãos prestavam serviços fúnebres a outros, mediante pagamento, disponibilizando os seus serviços a todos que tinham capacidade económica<sup>393</sup>.

É também evidente o envolvimento da confraria das Almas de Requião em práticas de caridade aplicados no *socorro a irmãos considerados miseráveis*, como refere o artigo vinte e um do capítulo VII dos seus estatutos de 1872<sup>394</sup>, assegurando desta forma o auxílio aos mais desprotegidos que, porventura, e fruto circunstâncias da vida, acabaram por cair em situações de vulnerabilidade financeira

---

<sup>392</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fls. 7-7v.

<sup>393</sup> Leia-se sobre este assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII", in *História: Questões & Debates*, nº 45, Curitiba, Editora UFPR, 2006, p. 169; Ferraz, Tiago, "Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII...", pp. 170-175.

<sup>394</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fl. 7.

e até social<sup>395</sup>. Era ainda obrigação desta confraria no século XIX, subsidiar a instrução primária na freguesia, quando esta carecesse desse auxílio.

### 7.3. A confraria de Nossa Senhora do Rosário

A confraria de Nossa Senhora do Rosário de Requião foi legalmente instituída no ano de 1746, embora o culto à Virgem do Rosário seja bastante anterior na freguesia como referem os seus estatutos por variadíssimas vezes. Ainda que não saibamos a antiguidade desse culto, e quando teve início em Requião o fenómeno devocional do rosário, deve, no entanto, ser analisado enquanto mecanismo religioso de raízes remotas prestado à Virgem Maria. Uma devoção antiga que Frei Alano de Rupre, no século XV, atribui ao fundador da Ordem dos Pregadores, S. Domingos. Segundo este autor teriam sido os frades dominicanos a aperfeiçoar a técnica de oração vocal e repetitiva, que se baseava na recitação do Padre-Nosso e na saudação angélica da Avé-Maria, à maneira dos saltérios medievais<sup>396</sup>. Rezado numa oração diária feita individualmente, ou em grupo, em casa ou na igreja, o exercício de recitação do rosário em louvor de Nossa Senhora era facilmente entendível e acessível, e por isso mesmo foi recebida com uma enorme aceitação e entusiasmo pela generalidade da população<sup>397</sup>.

Esta filiação desde logo assumida e referida no capítulo preliminar dos estatutos da confraria do Rosário de Requião, que atribuem a S. Domingos o fomento e a popularidade do rosário mariano acessível à generalidade dos fiéis<sup>398</sup>. De facto, a maioria dos fiéis, e não obstante a sua falta de instrução ou mesmo o desconhecimento do latim, podiam facilmente seguir, sem dificuldade maior, as rezas comunitárias dos padres nestas orações<sup>399</sup>.

Ao crescimento da devoção, não é alheia a ação de Frei Jacob Sprenger, prior dos dominicanos de Colónia, que fundou a primeira confraria do Rosário em 1475, e na qual se inscreveram desde logo mais de mil pessoas<sup>400</sup>. Esta confraria seria aprovada quatro anos depois, em 1479, pela bula papal de

---

<sup>395</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 329.

<sup>396</sup> Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais. O rosário: recitação, confrarias, imagens e sermões...", p. 581.

<sup>397</sup> Amorim, Manuel, "As confrarias do Rosário. Origem e evolução histórica", in *Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Memórias do Tricentenário*, Póvoa de Varzim, Igreja Matriz, 1987, pp. 15-19.

<sup>398</sup> APR, *Estatutos da Confraria das Almas da freguesia de S. Silvestre de Requião...*, fls. 9-9v.

<sup>399</sup> Romero Mensaque, Carlos José, "Génesis e hitos históricos de un acontecimiento de la religiosidade popular europea moderna: el fenómeno rosariano desde la iniciativa clerical a la recreación popular", in *Revista de Humanidades*, nº 16, 2009, pp. 38-39.

<sup>400</sup> Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais. O rosário: recitação, confrarias, imagens e sermões", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 582-583.

Sisto IV, que seguidamente, lhe concedeu uma série de mercês e indulgências, contribuindo, dessa forma, para o incremento devocional da mesma<sup>401</sup>.

A devoção chegou a Portugal poucos anos depois, com a fundação da confraria do Rosário no convento de S. Domingos de Lisboa, no ano de 1484<sup>402</sup>.

Importante e até determinante pelo disseminar do culto e pela proliferação de altares e confrarias, que um pouco por todo o lado iam surgindo na sequência das razões já apontadas, foi um acontecimento histórico ocorrido a 7 de outubro de 1571. Tratou-se da vitória da armada cristã no golfo de Lepanto frente ao exército turco, conseguida segundo os crentes, graças à ajuda e intercessão da Virgem do Rosário, que permitiu o triunfo das forças católicas.

Graças a este facto, a devoção adquiriu um carácter universal, estabelecendo-se então, e de acordo com o Breve do Papa Gregório XII, o primeiro domingo de outubro como a festa dedicada à Virgem do Rosário, que se celebraria em todos os lugares onde existisse um altar ou capela dedicados à Senhora.

À semelhança do que acontecia noutras paróquias do arcebispado, como se verificou na Póvoa de Varzim, em que esta devoção já estava perfeitamente implantada e difundida antes da ereção da confraria<sup>403</sup>, em Requião o culto era anteriormente comprovado, e documentado, pela existência de um altar colateral dedicado à Senhora existente na igreja matriz, junto ao arco cruzeiro da parte do evangelho, e pelas missas que aí se rezavam, antes do nascer do sol, em louvor de Nossa Senhora<sup>404</sup>.

No entanto, e embora já estivesse implantado o culto do Rosário em Requião, foi com a ereção canónica da confraria no dia de natal de 1746 que a devoção adquiriu um carácter institucional, ao qual as autoridades arcebispaís insistiam frequentemente. As visitas incluíam nos seus capítulos variadíssimas vezes referências e recomendações várias, aos párocos para estabelecerem confrarias devocionais, nomeadamente incrementarem o culto ao rosário nas suas freguesias<sup>405</sup>.

Se inicialmente a confraria aquando da sua ereção foi instalada no altar colateral, junto ao arco cruzeiro, do lado do evangelho, aquando das obras de ampliação da igreja em 1756, passou para a capela-mor do lado norte, onde se situou o altar de Nossa Senhora do Rosário<sup>406</sup>. Nesse altar, e ao centro

---

<sup>401</sup> Gomes, Saul António, "Notas e documentos sobre as Confrarias Portuguesas entre o fim da idade média e o século XVII: o protagonismo dominicano de S.ta Maria da Vitória", in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo 7, 1995, p. 100.

<sup>402</sup> Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais. O rosário: recitação, confrarias, imagens e sermões...", pp. 584.

<sup>403</sup> Amorim, Manuel, "Apontamentos para a História da Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Póvoa de Varzim", in *Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Memórias do Tricentenário...*, pp. 21-22.

<sup>404</sup> APR, *Estatutos da Confraria do Santíssimo Rosário*, 1746, fls. 11v.-12.

<sup>405</sup> Penteado, Pedro, "Confrarias portuguesas da época Moderna...", pp. 34-35.

<sup>406</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, pp. 389-390.

do retábulo, havia uma imagem da Senhora *perfeitinha e milagrosa*<sup>407</sup>, cuja mão segurava um rosário de ouro maciço. Lateralmente, do lado do evangelho, havia ainda a imagem de S. Domingo e a de S. Francisco de Assis, no lado da epístola.

É pela análise dos seus estatutos, ainda que muito fragilizados e deteriorados, e por isso mesmo de difícil leitura, que sabemos que esta confraria era uma congregação aberta a todos os fregueses, sem restrições no tocante ao sexo, condição económica ou social, ou mesmo faixa etária. Ao contrário de outras, nesta confraria não havia qualquer obrigatoriedade de pagamento relativo a joia de entrada ou anuidade que fosse, ressalvando-se, no entanto, a possibilidade de esmola, ainda que não a título obrigatório, caso os fregueses quisessem oferecer à irmandade<sup>408</sup>. Por isso, ao inscreverem-se, isso sim era obrigatório e em livro próprio onde faziam o registo de entrada na confraria de Requião, estes fiéis passariam a pertencer ao enorme universo de irmãos que integravam as confrarias existentes *de tôda a parte em que se acharem* dedicadas ao Santíssimo Rosário<sup>409</sup>. Infelizmente, não chegou aos nossos dias o livro do registo de irmãos, fundamental para se conhecer o perfil dos inscritos nesta associação religiosa.

Para participarem das boas graças desta confraria, os estatutos acrescentavam, logo no momento da inscrição, a obrigatoriedade dos confrades rezarem um rosário composto por cento e cinquenta *Avé-Marias* e quinze *Padre-Nossos* durante essa mesma semana<sup>410</sup>. O objetivo era, acima de tudo, valorizar a prática da oração como um exercício quotidiano executado pelos fiéis, individualmente ou em grupo, em casa ou na igreja, à volta da Virgem, como intercessora dos homens junto de Deus<sup>411</sup>.

Os estatutos regulamentam ainda, nos capítulos III e IV, as boas ações que os confrades deveriam fazer semanalmente para lucrarem das indulgências concedidas pelos sumos pontífices. Nelas incluía-se a oração do rosário e a participação nas práticas eucarísticas pelas almas de confrades defuntos, que eventualmente os irmãos vivos do rosário estivessem dispostos a cumprir, de forma a aliviar os mortos das pesadas penas do Purgatório. O mesmo aconteceria com a participação dos confrades nas quatro festas marianas: Natividade, Conceição, Purificação e Assunção, em prol das almas dos confrades defuntos, onde haveria missa cantada, celebrada até um número de quinze padres, que correspondia aos quinze mistérios do rosário, e procissão da parte da tarde<sup>412</sup>.

---

<sup>407</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, pp. 389-390.

<sup>408</sup> Esta hipótese do confrade dar uma esmola *por sua livre vontade* foi instituída pelo Papa Leão X no seu Breve *Pastoris Eterni*. APR, *Estatutos da Confraria do Rosário...*, fl. 9v.

<sup>409</sup> APR, *Estatutos da Confraria do Rosário...*, fl. 9v.

<sup>410</sup> APR, *Estatutos da Confraria do Rosário...*, fls. 9v.-10.

<sup>411</sup> Gomes, Saul António, "Notas e documentos sobre as Confrarias Portuguesas entre o fim da idade média e o século XVII...", p. 101.

<sup>412</sup> APR, *Estatutos da Confraria do Rosário...*, fls. 10v.-11.



Garantia-se também, e à semelhança do que fora determinado pelo papa Gregório XIII, a celebração da festa da confraria no primeiro domingo de outubro de cada ano, em honra de Nossa Senhora, com missa cantada, música e sermão. O Santíssimo Sacramento seria exposto no trono, logo de manhã cedo, com seis tochas acesas e duas no altar. O ofício seria assistido por seis padres, e nunca menos, devidamente equipados de sobrepelizes *limpas e sans*<sup>413</sup>. Ou seja, tudo era preparado com esmero, e a pompa possível, para dignificar a festa da confraria e o orago que esta promovia.

#### 7.4. A confraria do Subsino e do Menino Deus

Na ausência do livro de usos e costumes<sup>414</sup> ou mesmo dos estatutos, essenciais para uma leitura mais completa da sociedade de Requião do século XVIII, limitamo-nos, mais uma vez, às Memórias Paroquiais e aos capítulos das visitas que possuem informações, ainda que pontuais, acerca desta confraria do Subsino e do Menino Deus, que se completavam, uma vez que ambas tinham disposição para representar o coletivo dos fregueses e os interesses da paróquia e da igreja.

Esta associação/assembleia de fregueses com funções religiosas, mas que também exercia tarefas civis em nome da comunidade possuía um poder executivo, encarregado de gerir os assuntos da sua competência. Assim, a comunidade de fregueses elegia os seus principais dirigentes: juiz, mordomos e procurador.

O juiz era o responsável pelo funcionamento da confraria do Subsino e tinha a supervisão dos restantes elementos. A primeira referência que encontrámos ao juiz do Subsino, ou melhor à falta dele, dizia respeito à visita do ano de 1721. Nela, o visitador ordenou que o juiz anterior assumisse tal função enquanto não tomasse posse um novo juiz<sup>415</sup>.

Era a este juiz, como representante da instituição, que competia levar a cruz da igreja. Tratava-se da cruz de prata usada e hasteada em todas os momentos solenes onde era exigida a sua presença, fosse nas procissões paroquiais, nos clamores, ou mesmo no acompanhamento dos defuntos. Essa cruz era seguidamente enfileirada pela comunidade dos fregueses, que atrás, e num registo imediatamente inferior, a seguiam. *Sub signum crucis*, daí a designação de Subsino<sup>416</sup>. Foi precisamente face à *incapacidade da manga da crus de prata da confraria do Subsino que serve nas celebrações e funcoens*

---

<sup>413</sup> APR, *Estatutos da Confraria do Rosário...*, fl. 14.

<sup>414</sup> Sabemos da sua existência pelo inventário de 1850 e que, infelizmente, as voltas do tempo, por razões que de todo desconhecemos, fizeram com que não chegasse aos nossos dias.

<sup>415</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 36v.-37.

<sup>416</sup> Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista...*, pp. 106-107.

*festivas*, que o visitador do ano de 1739 capitulou a feitura de uma nova, de bom veludo ou damasco de Itália. E para *ocorrer a esta indigência* acrescentava que o seu custo fosse repartido por todos os moradores, conforme as possibilidades de cada um. Embora recomendando que o juiz o fizesse em consciência, *sem ódio nem afeçam*, foi perentório em considerar que aqueles que se recusassem a pagar o que lhes fosse estipulado, fossem condenados em quinhentos réis de multa<sup>417</sup>.

Representante dos interesses da igreja e da paróquia perante as autoridades exteriores eclesiásticas ou mesmos civis era ao juiz, auxiliado pelos mordomos que funcionavam como espécie de assistentes, que cabia o cumprimento de variadíssimas funções no território da paróquia. Obrigações de ordem espiritual, como mandar enterrar os defuntos, organizar os clamores, acompanhar o viático aos doentes, mas também de ordem material como proceder à derrama necessária para a compra de cera para a igreja, como o arranjo dos caminhos necessários à circulação, a manutenção e arranjo do edifício da igreja, do adro e capelas da freguesia.

Deveres que encontrámos capitulados nas visitas a Requião ao longo de Setecentos, que comprovam que era sobre estes homens, e sua gerência, que caía a responsabilidade do cumprimento de tais funções. Por exemplo, sabemos que do conjunto dos serviços prestados pelas confrarias e, neste caso pela confraria do Subsino, existia o dever de acompanhar os defuntos até à sua última morada. Para esta tarefa o juiz nomeava um mordomo, o *mordomo da cruz*, que acompanharia solenemente o ato. Um outro bem que a confraria disponibilizava era a tumba, para conduzir os cadáveres até à sepultura. Desde 1793 que os visitantes dão conta de tal necessidade, a ponto do visitador de 1797, considerar a dita tumba *velha e redicula* para tal serviço, determinando a aquisição de uma nova. E acrescentava ainda que para não incorrer na falta do visitador do ano de 1793, que não tendo deixado capitulado uma pena para o caso de incumprimento do juiz e oficiais da confraria, ordena que *apromptem e mandem fazer a dita Tumba, bem feita, e com decência necessária*, sob pena de dois mil réis de multa, caso não o fizessem no prazo, de três meses<sup>418</sup>. Como seria de esperar, este tipo de equipamento rapidamente se desgastava, e em 1816 temos notícia da necessidade de se fazerem dois novos esquifes, um para adultos e outro para crianças, *seguros, decentes e capazes*<sup>419</sup>.

Pela análise dos capítulos das visitas, verificámos mais uma vez, o comportamento ordeiro dos fregueses de Requião no que diz respeito ao cumprimento dos seus deveres. É, de facto, evidente a ausência de reparos a este respeito. Não encontramos qualquer referência explícita ao não

---

<sup>417</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 59v.-60.

<sup>418</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 58.

<sup>419</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 74v.-75.

acompanhamento dos defuntos ou à ausência de homens para pegar na tumba, ou ainda questões ligadas à recusa na abertura de covas para as sepulturas, ou mesmo no que concerne ao arranjo e limpeza do local onde essas sepulturas eram abertas, fosse no interior da igreja ou no seu adro. Aspetos da responsabilidade da gestão da confraria do Subsino. A este respeito, encontrámos apenas uma advertência do visitador José da Glória Camelo que em 1761, ordenou ao procurador desta confraria a obrigação de anunciar em todos os lugares da freguesia as horas do enterro de qualquer defunto, como lhe competia, para os demais fregueses estarem presentes, como era na época preceito<sup>420</sup>.

Outro dever do juiz do Subsino era, como dissemos, organizar os votos ou clamores que se realizavam na paróquia. Os clamores eram orações coletivas, ditas e repetidas em voz alta, feitas pelos fregueses, que em procissão se dirigiam até determinado local, geralmente um terreno mais elevado, e eventualmente isolado, onde existia uma capela, uma ermida ou mesmo uma simples cruz<sup>421</sup>. Embora não tenhamos encontrado notícia da sua existência em Requião, sabemos que era frequente a realização destas procissões na diocese bracarense, que geralmente, terminavam com uma missa ou sermão.

De motivações variadas, o objetivo destas manifestações penitenciais era sobretudo solicitar o auxílio divino para a vida quotidiana. Podia rogar-se pela paz que se deseja num momento de conflito e guerra, passando pela chuva que se desejava num período de seca, ou pelo sol que se pedia num período de grandes inundações e tempestades, indispensáveis ao sucesso das sementeiras e consequentes colheitas. Ou mesmo o afastamento da doença a que a medicina da época não dava resposta, ou o restabelecimento da saúde em época de peste. Os fregueses acreditavam no poder da oração e da penitência como resolução dos seus problemas diários, que sentiam atenuados por força da fé e que de algum modo os reconfortava. Por isso, participavam nestas formas de religiosidade popular que atraíam um grande número de gente, mesmo de freguesias vizinhas, onde os motivos profanos não estavam também ausentes. Intuitos nem sempre recebidos, e entendidos, com agrado pelos poderes episcopais, que pretendiam controlar estas manifestações espontâneas de fé<sup>422</sup>.

Também a este respeito, em 1709, Joaquim Fernandes de Barros, em visita pastoral a Requião, referia que em algumas freguesias, com o pretexto de se festejar os santos, se faziam comédias e bailes, compostos de palavras escandalosas das quais resultava mais a ruína das almas, do que o agrado aos

---

<sup>420</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fls. 2v.-3.

<sup>421</sup> Sobre este assunto consulte-se, Oliveira, Maria Gabriela, "A Confraria de Santo Isidoro e seus Clamores. Alto Minho- Sécs. XVI-XX", in *Via Spiritus*, nº14, 2001, pp. 109-124; Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A arquidiocese de Braga...*, pp. 561-571; Penteadó, Pedro, "Peregrinações e Santuários", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 346-359; Geraldo, J. A. Coelho Dias, "Religiosidade Popular e Devoção das Gentes do Mar em Esposende", in *Portugália*, Nova série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 245-254.

<sup>422</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 12v.

Santos que se festejavam e, por isso, decretou ao reitor Manuel da Cunha Lira que não consentisse a realização de tais representações na freguesia sem autorização superior do arcebispado<sup>423</sup>. A desconfiança do visitador, e em última instância da hierarquia eclesiástica que emanava tais diretrizes, era grande, a tal ponto de ordenar a suspensão de ofício ao pároco que permitisse, bem como o pagamento de dois mil réis para o autor das obras, e ainda outros dois mil para cada um dos oficiais que organizavam a festa. No entanto, passados quatro anos, o visitador António Correia de Araújo embora achando ser justificada tal disposição passada, considerou que tendo em conta a gravidade da pena, que podia incorrer na suspensão do pároco, esta seria perniciosa para uma freguesia tão populosa como Requião, já que podia ser privada dos serviços da Igreja. Assim, e assumindo uma posição mais conciliatória e de maior abertura, autorizou a feitura de tais representações, na igreja ou eventualmente no adro, desde que o pároco permitisse<sup>424</sup>.

Aos mordomos da confraria cabiam as funções de teor executivo, que tinham uma responsabilidade essencialmente de cobrança das penas impostas e a execução dos procedimentos. Já o procurador tinha a responsabilidade de impor as penas a todos os fregueses que não cumprissem as suas obrigações.

Esta entidade confraternal foi extinta pelo regime liberal, que assumiu, ele próprio, com a criação das juntas de paróquia, muitas das competências atribuídas às antigas confrarias do Subsino.

## 8. Os fregueses

Segundo informações da Corografia Portuguesa do padre Costa, em 1708, a freguesia de Requião tinha duzentos e quarenta e cinco fogos. Era uma das mais populosas freguesias de Vila Nova de Famalicão, cabeça do julgado de Vermoim, que em 1835 seria elevada a sede de concelho, tornando-se a partir de então independente da alçada territorial de Barcelos. Requião era apenas ultrapassada em dimensão demográfica por S. Cosme, na altura com duzentos e cinquenta vizinhos.

Esse número de duzentos e quarenta e cinco vizinhos, no sentido de fogos, é idêntico ao apresentado, anos depois em 1717 pelo então visitador que registava a existência de duzentos e trinta e cinco fogos e seiscentas e vinte e cinco pessoas de sacramentos. Um número elevado de pessoas, que explicava o facto pelo qual nenhum sacerdote queria aceitar o cargo de coadjutor, ao qual se aliava a escassa remuneração para o efeito<sup>425</sup>. De facto, a enorme dimensão da freguesia, não só em termos geográficos mas também em termos humanos foi sempre referenciada pelas fontes. Os trinta e quatro

---

<sup>423</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 14v.

<sup>424</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 18-18v.

<sup>425</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 30.

lugares da freguesia continham em 1758 por altura das Memórias Paroquiais duzentos e cinquenta e cinco fogos<sup>426</sup>, num total de seiscentas e trinta e três almas que recebiam os sacramentos. Vinte anos depois o número de fogos tinha aumentado para duzentos e sessenta e três, o mesmo acontecendo com aqueles que recebiam a comunhão- seiscentos e setenta e três<sup>427</sup>. Em 1873 Pinho Leal refere que Requião contava com trezentos fogos<sup>428</sup>, acompanhando mais uma vez a tendência de crescimento demográfico que se registava em finais do Antigo Regime.

Embora desde sempre se tenha destacado em termos demográficos das demais paróquias do Julgado de Vermoim, e do depois concelho de Vila Nova de Famalicão, quer pelo número de fogos, quer número de habitantes, Requião manteve-se uma freguesia rural até ao século XX, onde a agricultura era atividade dominante. Uma vez que os seus cerca de duzentos e cinquenta/trezentos fogos situavam-se muito abaixo dos exigíveis novecentos/mil fogos necessários para ser considerada uma paróquia urbana<sup>429</sup>.

## 9. Os clérigos

### 9.1. O acesso à carreira sacerdotal

Antes de nos referirmos aos agentes eclesiásticos que eram fregueses em Requião, convém saber e determinar quem verdadeiramente se podia intitular clérigo e acabar pastoreando o rebanho de uma qualquer paróquia.

A carreira eclesiástica em geral, e a função de pároco em particular, sempre trouxe grandes frutos a quem a possuía até pela proximidade física que este exercia junto das populações em matérias e situações relacionadas com a existência civil e espiritual dos fiéis, desde o momento do nascimento, passando pela confissão e casamento, até à morte<sup>430</sup>.

De facto, o acesso aos benefícios eclesiásticos decorrentes do estado clerical, para além dos privilégios inerentes à condição, como é o caso da isenção de impostos ou justiça em foro próprio, acrescidos do prestígio social que exerciam junto das populações, era suficientemente atrativo para se seguir uma carreira sacerdotal.

---

<sup>426</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico...*, p. 386.

<sup>427</sup> APR, *Rol de Confessados, 1777*, não paginado.

<sup>428</sup> Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol. 8, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C<sup>a</sup>, 1873-1890, p. 142.

<sup>429</sup> Leia-se Capela, José Viriato, "O Julgado de Vermoim no Antigo Regime...", p. 151.

<sup>430</sup> Carvalho, Joaquim Ramos, "Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na época Moderna. A igreja, os indivíduos e o território", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna...*, pp. 32-35.

Ainda que nem sempre fossem fáceis as condições de acesso ao sacerdócio e, por vezes, difíceis de alcançar, devido às exigências de património dos candidatos às ordens sacras<sup>431</sup>, eram no entanto, uma oportunidade única, sobretudo para os estratos sociais menos elevados conseguirem alguma mobilidade social<sup>432</sup>. De facto, muitos almejavam o ministério não por vocação mas pela situação social a que correspondia o sacerdócio, sem se preocuparem com a preparação intelectual, ou mesmo espiritual, subjacente a esse estado<sup>433</sup>.

Para aceder ao sacerdócio, o candidato tinha de percorrer algumas etapas, nem sempre fáceis, e algumas das quais mesmo inibidoras desse estado clerical. Começava desde logo, pela primeira tonsura, *prima tonsura*, que embora não fosse considerada um grau, era apenas uma disposição para receber ordens. Esta iniciação fazia o candidato passar do estado de leigo ao de clérigo, acionada pela habilitação de *genere*, que legitimava todo o processo. Desde o seu perfil moral e religioso, onde se inquiria se era um assíduo frequentador da igreja, se era batizado e confirmado, passando pela averiguação da família, nomeadamente dos pais e avós, indagando-se as profissões destes, e sobretudo, a limpeza de sangue, isto é, se era uma família legítima, cristã-velha, sem ascendência judaica, mourisca ou cristã-nova que compromettesse o candidato<sup>434</sup>.

Para esta *prima tonsura* as constituições sinodais do pós-Trento definiram exigências um pouco mais rigorosas que as anteriores, que se limitavam a saber ler, cantar e recitar as formas dos sacramentos. Exigia-se então, a idade mínima de catorze anos, juntamente com outros requisitos como ser batizado, crismado, ter conhecimento dos artigos de fé e da doutrina, ajudar à missa, escrever, ler e possuir rudimentos de latim<sup>435</sup>. Logo depois, seguiam-se as chamadas ordens menores, após os catorze anos, compostas por quatro graus (ostiário, leitor, exorcista e acólito) e, por fim, as ordens maiores ou sacras<sup>436</sup>, somente a partir dos vinte e um, vinte e três ou vinte e cinco anos, consoante os três níveis, ditos de *epístola*, *evangelho* e *missa*, ou correspondente aos graus de subdiácono, diácono e de

---

<sup>431</sup> Segundo José Pedro Paiva esta exigência de património para a obtenção das ordens sacras levou a que cerca de 50% dos candidatos não chegassem a passar das ordens menores. Paiva, José Pedro, "Os Mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 221. Ver também Rodrigues, José Damião, "Família e Clero em Portugal", in Cunha, Mafalda Soares da; Franco, Juan Hernández (coords.) *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS, 2010, pp. 103-127.

<sup>432</sup> Sobre este assunto consulte-se Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, "Mobilidade social nas carreiras eclesíásticas em Portugal (1500-1820)", in *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, 2003, pp. 1213-1239.

<sup>433</sup> Pereira, Isaías da Rosa, "A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses", in *Lusitânia Sacra*, vol. 10, Lisboa, 1978, pp. 37-72.

<sup>434</sup> Luís, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências Religiosas e comportamentos sociais. Visitas Pastorais...*, p. 28, nota 56.

<sup>435</sup> Enes, Fernanda, "Clero Secular. II. Séculos XVI-XVIII (de Trento a Pombal)" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 361-369.

<sup>436</sup> Sobre a entrada no estado clerical consulte-se Mendes, Francisco Azevedo, "Ordens Sacras", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 345-348.

presbítero<sup>437</sup>. Através destas ordens ficava-se habilitado a tocar em objetos sagrados, cujo fim último era adquirir a dignidade sacerdotal<sup>438</sup>.

Para todas estas ordens exigiam-se conhecimentos, adequados, claro está, ao grau que se pretendia obter, comprovados por exames prévios que os candidatos tinham de realizar. Era também exigido, mediante juramento, a *intenção de ascender ao sacerdócio*, de forma a não permanecerem como simples clérigos minoristas. Um estado pouco desejável, e que acontecia com alguma frequência, que levava alguns, embora não usassem traje eclesiástico ou tonsura, a aproveitar a inerente condição eclesiástica e imunidade, no que diz respeito ao privilégio de foro, para efetuar uma série de transgressões à lei, havendo mesmo notícias de prática de crimes<sup>439</sup>. O mesmo acontecia relativamente ao serviço militar, cuja isenção, sobretudo nas duras campanhas da guerra da Restauração, era suficientemente aliciante para procurarem estas ordens menores, sem nunca acederem ao estado seguinte das ordens sacras.

A esta *prima tonsura* seguiam-se as ordens maiores ou sacras, que habilitariam o candidato a tornar-se num clérigo de missa, fim último de qualquer eclesiástico. O ingresso a estas ordens estava condicionado por fatores de ordem vária, cujo não cumprimento condicionava esse mesmo acesso. Para além da idade mínima, a limpeza de sangue familiar, o comportamento moral, a capacidade económica para se sustentar, o celibato bem como a preparação intelectual e religiosa eram fatores determinantes que desde logo excluía, ou não, a pretensão do candidato às ordens.

Estas inquirições de *genere*, sobre a ascendência familiar, e de *vita et moribus*, sobre o comportamento moral do candidato, decorriam a expensas do próprio. Enquanto no primeiro caso se investigava a limpeza de sangue de pais e avós, a filiação legítima, a ausência de crimes e de infâmia pública, nas inquirições de *vita et moribus*, interessava saber, e conhecer, a conduta e as aptidões morais do concorrente às ordens. Por exemplo: se era herege, se cometera algum homicídio, se andava publicamente amancebado, se era bêbado, se era corcunda ou deficiente de alguma perna ou braço, se fora casado, se fora excomungado, etc<sup>440</sup>.

---

<sup>437</sup> As funções destes três níveis eram distintas. O subdiácono, também designado por clérigo de epístola, tinha por função servir o diácono, levar o cálice para o altar bem como cantar a epístola na missa. O diácono estava incumbido de ministrar ao altar, assistindo prontamente o sacerdote na missa. Era-lhe também permitido anunciar o evangelho e batizar, com licença do pároco havendo motivo suficiente para tal. Finalmente, a dignidade sacerdotal é obtida pela ordem de presbítero, ficando habilitado a administrar os sacramentos, a presidir e a pregar. Cf. Silva, Lisbeth Marilyn Santos da, *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800)...*, p. 35.

<sup>438</sup> Paiva, José Pedro, "Os Mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II ..., p. 220.

<sup>439</sup> Marques, José, *A arquidiocese de Braga...*, p. 993.

<sup>440</sup> Paiva, José Pedro, "Os Mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II..., pp. 220-221.

Paralelamente, e para poder-se ingressar nas ordens sacras, exigia-se a apresentação de uma prova jurídica que atestasse um rendimento mínimo do candidato, sem o qual não poderia ser ordenado. Tratar-se-ia de um benefício, ou um património que garantisse o seu sustento, a fim de evitar situações de mendicidade ou mesmo o exercício de ocupações menos próprias devidas aos eclesiásticos<sup>441</sup>. Conscientes da importância da independência económica dos candidatos às ordens sacras, as constituições sinodais definiram o montante exigido para esses bens. As constituições bracarenses de 1697 estabeleciam para a sustentação um valor que oscilava entre os quinze mil réis de renda mínima anual, ou um património imóvel de duzentos mil réis<sup>442</sup>. Geralmente este dote era assegurado pela família do candidato, pais, tios ou padrinhos, que o encaravam como um investimento, cujo retorno seria o privilégio e a honra de assistir à ordenação de um membro da família.

Todos estes requisitos visavam afastar da carreira eclesiástica, suficientemente atrativa pelas razões já apontadas, um modelo de clérigos que desde os finais da Idade Média se vinha mencionando como causa da relaxação moral e religiosa da Igreja Católica. Aumentam-se por isso não só as preocupações com a formação intelectual do clero, a que não é alheio o rigor imposto pela reforma tridentina, mas também com a formação moral e religiosa que visava acima de tudo transformar estes homens num corpo de agentes eclesiásticos, como lhe chamou Federico Palomo, verdadeiramente interessado e envolvido no quotidiano religioso dos fiéis<sup>443</sup>.

## 9.2. Os párocos e os outros religiosos da freguesia

Reunidas as condições de acesso às ordens, uma longa caminhada era encetada por todos aqueles que iriam fazer parte desse imenso, e heterogéneo, universo que constituía o clero, que asseguraria a função religiosa para a qual se havia proposto.

No entanto, nem todos possuíam o mesmo estatuto. Havia uma clara distinção, decorrentes das funções que desempenhavam dentro das estruturas diocesanas por um lado, e, por outro, pelos rendimentos dos benefícios que auferiam. Os lugares de maior destaque no topo da hierarquia eclesiástica, como os titulares das dioceses, dos cabidos, das colegiadas, ou ainda aqueles religiosos que detinham importantes cargos no tribunal do Santo Ofício, ou na administração diocesana, eram apenas acessíveis a uma minoria. Esta minoria de clérigos recrutada nos estratos mais elevados da

---

<sup>441</sup> Consulte-se Rodrigues, José Damião, "Família e Clero em Portugal", in Cunha, Mafalda Soares da; Franco, Juan Hernández (orgs.), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada...*, pp. 118-123.

<sup>442</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 116-119.

<sup>443</sup> Palomo, Federico, *A contra-reforma em Portugal...*, pp. 40-41.



nobreza, com poder económico e social, mais do que a sua capacidade intelectual ou habilitações académicas, dependia, essencialmente, da importância dos laços familiares, e das redes clientelares para a sua carreira e cargos eclesiásticos<sup>444</sup>.

O grosso da população eclesiástica integrava o clero paroquial. E mesmo no que diz respeito ao universo paroquial detetámos dois grandes grupos, também eles distintos: os párocos e os clérigos. Os párocos entendidos, como responsáveis espirituais das freguesias, e os clérigos, como todos aqueles presbíteros que ajudam os párocos no serviço da igreja, e na consequente salvação das almas<sup>445</sup>. E mesmo dentre os párocos, há uma clara hierarquia de títulos que ia desde o simples cura, passando pelos abades ou priores até aos reitores. A diferença é sobretudo, para lá da designação, ao nível dos rendimentos obtidos. Enquanto os abades e priores recebiam diretamente os dízimos das abadias e priorados com as suas freguesias anexas, os reitores, tal como os curas, recebiam uma cômgrua anual paga pelos comendadores ou padroeiros. Ainda que no caso dos curas seja manifestamente inferior à dos reitores, às vezes tão diminuta, como já referimos, que levava a situações de sobrevivência bastantes difíceis. Daí a compreensível exigência de património ou rendimento mínimo no ingresso às ordens sacras, no sentido de garantir a independência financeira dos pretendentes aos cargos. Isto é tanto mais evidente, se tivermos em atenção, as discrepâncias de rendimentos dos benefícios paroquiais. Alguns réditos eram de tal forma diminutos que garantiam apenas o limiar de sobrevivência dos seus titulares.

Essa diferença na hierarquia dos títulos está relacionada com o estatuto dos titulares dos direitos da paróquia. Se se trata de uma abadia, de um priorato, de um vicariato ou de um curato<sup>446</sup>.

No caso concreto de Requião, o titular dos direitos da paróquia, era como sabemos a comenda da Ordem de Cristo, da qual os reitores recebiam uma pensão anual, a cômgrua, no valor de quarenta mil réis, entre outros rendimentos como era o caso dos réditos do passal<sup>447</sup>. Um valor equiparado à média dos rendimentos auferidos pelos vigários da diocese de Viseu, estudados por João Rocha Nunes<sup>448</sup>.

Foi através dos registos paroquiais que identificamos desde 1613 os vários reitores da igreja, e a sua permanência na freguesia, que variou entre os seis e os cinquenta e cinco anos. Em média cada pároco esteve à frente da freguesia vinte e quatro anos, um período de tempo longo, que permitia conhecer profundamente os seus fregueses.

---

<sup>444</sup> Sobre o acesso à carreira eclesiástica nos estratos mais elevados consulte-se Rodrigues, José Damião, "Família e Clero em Portugal...", pp. 113-118.

<sup>445</sup> Sousa, Fernando de, "O clero na diocese do Porto ao tempo das cortes constituintes", in *Revista de História*, volume II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1979, p. 253.

<sup>446</sup> Nunes, João Rocha, *A reforma católica na diocese de Viseu...*, pp. 20-39.

<sup>447</sup> ANTT, *Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião...*, fl. 22v.

<sup>448</sup> Nunes, João Rocha, *A reforma católica na diocese de Viseu...*, p. 37.

Quadro 7 - Reitores da igreja de S. Silvestre de Requião (1613-1905)

Datas	Nome do reitor	Nº anos na freguesia	Data de falecimento
1613-1630	Pedro Dias Monteiro	17	29 de setembro de 1636
1630-1685	Mateus de Carvalho	55	16 de abril de 1685
1685-1705	António Oliveira	20	20 de junho de 1705
1706-1712	Manuel Cunha Lira	06	Sem indicações
1713-1730	Fabião Lopes da Costa	17	28 de setembro de 1730
1730-1784	Gabriel Francisco de Araújo Vale	54	11 de janeiro de 1784
1784-1788	Manuel Vitorino Figueiredo	04	26 de março de 1821
1789-1825	Bento Joaquim de Abreu	36	13 de agosto 1826
1825-1850	António Miguel de Sousa Melo	25	4 de setembro de 1850
1851-1860	Luís Manuel Barroso Cordeiro	09	11 de janeiro de 1860
1860-1887	José Vieira Sousa Coutinho	27	Sem indicações
1889-1905	Joaquim Martiniano de Azevedo	16	3 de fevereiro de 1905

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1613-1641; *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672; *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698; *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725; *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769; *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864; *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900; *Livro de Registo de Óbitos*, 1900-1905; APR, *Livro de Óbitos*, 1811-1830; *Livro de Óbitos*, 1830-1853.

Além dos párocos, isto é, aqueles que titulavam a freguesia, havia outros clérigos que auxiliavam no serviço religioso. Estes recebiam em troca alguns emolumentos devidos à celebração de certos sacramentos, como o batismo e o casamento, ou no caso dos funerais. Eram os coadjutores e os padres-curas, geralmente recrutados na própria freguesia, donde a maior parte era natural<sup>449</sup>. Geralmente, tal acontecia em paróquias com elevada densidade populacional, ou territorialmente extensas como era o caso da freguesia de Requião. Os próprios capítulos de visitas dão conta variadíssimas vezes de tal necessidade, como já anteriormente referimos.

À semelhança do que acontecia um pouco por todo o lado, no que se refere ao excessivo número de clérigos que povoavam a sociedade portuguesa do Antigo Regime<sup>450</sup>, também em Requião eram bastantes os clérigos que viviam na freguesia. Em 1770, segundo o rol de confessados desse ano, havia

<sup>449</sup> Paiva, José Pedro, "Os Mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 222-223.

<sup>450</sup> Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, "Mobilidade Social nas carreiras eclesíásticas em Portugal...", pp. 1214-1215.

dezasseis presbíteros, incluindo o reitor e o padre-cura, além de dois clérigos de ordens menores, e um de *prima tonsura*. Isto num universo de seiscentas e oitenta e nove pessoas que comungavam. Oito anos depois, em 1778, o número de clérigos diminuiu, pois também decresceu o número de pessoas de comunhão, contabilizando-se seiscentas e setenta e três.

É provável que grande parte dos presbíteros referidos nos róis de confessados citados, não tivesse qualquer benefício eclesiástico, vivendo, ou melhor sobrevivendo, em troca de alguns serviços religiosos que iam fazendo na freguesia que os viu nascer, e que os párocos os iam deixando fazer. Como, por exemplo, os padres José de Araújo e Manuel Monteiro que variadíssimas vezes celebram batismos, casamentos e óbitos, na década de vinte de Setecentos, por autorização do então reitor, Fabião Lopes da Costa.

Ao pároco competia administrar os sacramentos: batismo, eucaristia, matrimónio e extrema-unção, cuja importância foi recorrentemente assinalada nas constituições sinodais que transmitiam as linhas fundamentais dessa mesma administração<sup>451</sup>. Tinha igualmente a obrigação de celebrar o sacrifício da Santa Missa todos os domingos e dias de preceito, como prescrevia o ónus paroquial desde a Idade Média<sup>452</sup>. Paralelamente, e inerente à sua função, enquanto cura de almas era-lhe incumbido a prédica, o dever, que o concílio de Trento insistia, de pregar aos fiéis dando-lhes uma boa doutrina. Fazendo-o, em particular, durante a celebração da liturgia eucarística, à *estação* da missa, a que os fregueses tinham o dever e a obrigação de assistir, até ao final.

Importava que se ensinasse os mandamentos da lei de Deus, as obras de misericórdia, os sete pecados mortais, as virtudes teologais e cardinais, e tudo o que o freguês necessitava para conhecer a salvação da alma. Sempre com uma linguagem fácil para que todos pudessem entender para poderem alcançar a glória de Deus e, ao invés, livrarem-se das condenações eternas<sup>453</sup>. Convém dizer que a prática da pregação, ainda que não exclusiva dos párocos, foi frequentemente abordada em diversas constituições sinodais, no sentido de se proibir pregações abusivas. Assunto, que já anteriormente abordamos, para o qual os párocos deveriam ter particular atenção, e não deixar pregar aqueles que não fossem devidamente credenciados pelos bispos das dioceses<sup>454</sup>.

---

<sup>451</sup> Marques, Maria Alegria F., "Saber e saberes na legislação sinodal medieval portuguesa", in *História Revista. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, UFG, vol. 18, nº 1, 2013, p. 103.

<sup>452</sup> Sobre a obrigação de celebrar leia-se Costa, Avelino Jesus da, "A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas" ..., pp. 205-206.

<sup>453</sup> Marques, João Francisco, "Pregação", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, ..., pp. 393-417.

<sup>454</sup> Marques, José, "A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspetos", in *Via Spiritus*, nº 9, 2002, pp. 317-347.

Além disso, o pároco era também responsável por cuidar da igreja, mantendo-a limpa e asseada, *varrida*, bem como dos seus objetos litúrgicos, de que os diversos inventários da igreja dão conta, fundamentais para o exercício do serviço religioso prestado aos moradores.

### 9.3. O comportamento dos clérigos

Desde o concílio de Trento que a Igreja acentuou a preocupação de emanar orientações disciplinares, cada vez mais exigentes, aos membros da clerezia, centradas na figura do *pastor* enquanto cura de almas. Exemplo disso, são as várias pastorais do arcebispado que rapidamente circulavam dando cumprimento à aceitação e divulgação das disposições tridentinas<sup>455</sup>. Foi o caso da pastoral do arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles de 1707, copiada na íntegra no livro de Capítulos da Visitas de 1709-1760, existente no arquivo paroquial de Requião, com indicações muito precisas acerca da missão da Igreja, e em particular do arcebispo enquanto representante, *da obrigação (...) em razão do (nosso) officio pastoral de vigiar com todo o cuidado sobre o bem espiritual dos (nossos) súbditos*<sup>456</sup>.

Como já verificámos anteriormente, era ao bispo, enquanto representante da Igreja, que cabia superintender esta missão de vigilância. Uma supervisão só possível, mediante um conhecimento prévio do território que dirigia, e sobretudo, no conhecimento dos homens que o habitavam, os seus fiéis<sup>457</sup>. A estes fiéis exigia-se uma atuação de acordo com padrões comportamentais de índole cristã, que as pastorais exortavam insistentemente, sobretudo no que diz respeito aos ministros da Igreja. A todos estes homens era imposto um particular rigor de conduta e estado, cabendo aos párocos locais uma eficaz observância no terreno. Eram variadas as indicações relativas à forma como se deviam apresentar e comportar os eclesiásticos, grande parte das vezes imprópria ao seu estado clerical, à maneira como administravam os sacramentos ou como celebravam as missas, não esquecendo o zelo imposto à sua condição de ministros da Igreja, a que se deviam juntar atributos como a modéstia, sobriedade e compostura<sup>458</sup>. Impunha-se e exigia-se um novo tipo de padre, que a Igreja Reformista determinara, nem sempre coincidente com a realidade paroquial.

De facto, e apesar das orientações tridentinas que visavam a transformação dos clérigos, e sobretudo de aqueles que estavam à frente das estruturas paroquiais, com a função de cura de almas,

---

<sup>455</sup> Ferreira, Nuno Estêvão, "Pastoral", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 385-392.

<sup>456</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 2.

<sup>457</sup> Paiva, José Pedro, "A Administração Diocesana e a Presença da Igreja", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 3, Lisboa, 1991, pp. 73-75.

<sup>458</sup> Consulte-se Enes, Fernanda, "Clero Secular. II. Séculos XVI-XVIII (de Trento a Pombal)", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 369.

em pastores zelosos do seu rebanho<sup>459</sup>, a realidade visitacional dá-nos informações muito concretas sobre o perfil e o comportamento destes agentes eclesiásticos.

No caso concreto da paróquia em estudo, ainda que no geral sobressaísse o zelo<sup>460</sup> dos párocos durante os anos de Setecentos, de 1715 e 1746, variadíssimas vezes louvados pelo asseio, limpeza da igreja<sup>461</sup>, e forma como exerciam o seu ónus paroquial, há no entanto, advertências várias para que estes fossem vigilantes, como lhes competia, no que diz respeito aos demais clérigos.

Era de facto, aos párocos que competia o controlo efetivo dos clérigos da sua paróquia, aos quais deviam estar especialmente atentos, não consentindo, caso estivessem por algum motivo em desobediência às indicações regulamentadas pelas constituições do arcebispado, que celebrassem missa na igreja paroquial, nem lhes dessem os paramentos para tal, ou que confessassem os fregueses. Disso deu conta o visitador no ano de 1715 ao advertir o padre Fabião Lopes da Costa, sob pena de ser excomungado e ver mesmo seu *officio e beneficio* suspenso, que não consentisse que *religioso algum pregue ou confesse nesta igreja sem primeiro lhe mostrar licença do arcebispado para tal*<sup>462</sup>. Por esta indicação constatamos, como já o referimos anteriormente, que nem todos os religiosos tinham capacidade, e o poder, de dizer missa ou confessar. Esta situação estava dependente da concessão de uma licença prévia da diocese para o efeito. Era somente concedida àqueles clérigos que eram considerados possuidores de ciência suficiente e conduta moral regrada, e que posteriormente seria mostrada aos párocos como comprovativo dessa mesma aprovação superior.

Esta vigilância exercida pelos párocos no terreno foi mais uma vez referenciada em 1793, pelo visitador desse ano. O visitador determinava que todos os sacerdotes que tinham conseguido *despacho para dizer Missa, pregar, confessar ou fazerem exorcismos o apresentem a seu Reverendo Paroco no termo três dias e aqueles cuja licença para confessar caduque fiquem suspensos do uso de suas ordens athe conseguirem novamente a dita jurisdição*<sup>463</sup>.

Esta preocupação com o comportamento ético e moral dos clérigos, que as pastorais exortavam continuamente, insistindo na postura zelosa e piedosa de todos os eclesiásticos, foi monitorizada sistematicamente pelos visitadores do arcebispado. Disso nos deu conta em 1763 Filipe da Cunha Barbosa, que em nome do arcebispo bracarense visita Requião, recriminando a *indecência com que*

---

<sup>459</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, p. 40.

<sup>460</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 34v., 55v.-56.

<sup>461</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 21, 69.

<sup>462</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 22.

<sup>463</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 51v.

*alguns eclesiásticos assistem nas igrejas e a celeridade e porsepitação*<sup>464</sup> com que costumam executar os ofícios divinos, que era uma das suas funções. Trata-se essencialmente da liturgia eucarística, reservada a presbíteros e bispos, mas na qual participavam os restantes clérigos das freguesias e que importava dignificar. Além de serem pouco assíduos a estes ofícios, quando o faziam, às vezes raramente, nem sempre era com a postura mais digna ao ato religioso<sup>465</sup>. A mesma constatação de *ligeireza e endevção* faz o visitador de 1797, quando visitava a paróquia ao afirmar que alguns eclesiásticos da diocese dão um *triste testemunho de que o espírito do lucro, e d'avareza e ambição* os movem, a ponto de se retirarem tão intempestivamente mesmo antes de se enterrar o cadáver<sup>466</sup>.

Também no que diz respeito à forma como trajavam as determinações episcopais eram claras. Exigia-se modéstia, sobriedade e compostura no trajar dos eclesiásticos. Por isso, o visitador de 1763 advertiu ao pároco de Requião para que *de nenhuma sorte consinta na igreja e officios eclesiásticos sem loba ou sotayna, de baetta preta e cabeçam no pescoço*<sup>467</sup>, além de os exortar que assistam com todo o silêncio devido. Proíbiam-se os perfumes, os ornatos supérfluos, o cabelo comprido e *apolvilhado e com pente*<sup>468</sup>, símbolos de vaidades mundanas pouco próprias do estado clerical. Mas também não se consentia o uso de botas na celebração de missa, ou mesmo vestirem-se sobrepelizes sobre capotes, e outros vestidos, que não são talares, como se referiu, em 1821<sup>469</sup>.

Paralelamente, legislava-se no sentido de afastar os clérigos de atividades lúdicas, como as touradas, as caçadas, os banquetes, as danças, ou frequentarem as tabernas e participarem em jogos de azar com bebidas à mistura. Também a questão da violência e das armas foi tida em atenção, no sentido de os afastar dessas lides pouco condignas com a imagem de paz que a Igreja queria projetar de si e dos seus ministros.

Se praticar a virtude e os princípios da fé eram os objetivos da Igreja Reformista, questões como a mancebia, o concubinato, ou a simonia deveriam, por isso mesmo, ser erradicadas do comportamento eclesiástico. Advertiam-se frequentemente os clérigos para *essas questões de perniciosas consequências mas que não sofrem demora no castigo*, assim o refere o comissário do Santo Ofício, e abade na igreja de Santo Tirso de Prazins, António Lopes Paulo, que a 3 de julho de 1793 visitava Requião. Refere que *todo aquele Parco [sic] que daqui em diante for comprendido em mancebia com a sua própria fregueza*

---

<sup>464</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 14v.

<sup>465</sup> Pereira, Isaías da Rosa, "A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses: a vida do clero através da legislação sinodal", in *Lusitana Sacra*, Lisboa, 1978, pp. 58-61.

<sup>466</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 57v.

<sup>467</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 14v.

<sup>468</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 57, 58.

<sup>469</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 71.

*provando-se legitimamte o trato ilícito, seja logo pronunciado alivramento ordinário, e por sentença condenado*<sup>470</sup>. E acrescentava ainda, a recomendação do arcebispo para que os párcos fossem atentos e não admitão a usar de suas ordens os eclesiásticos, que forem publica e escandalosamente amancebados, bem como não os admitam a confessar ou a pregar<sup>471</sup>.

A questão do celibato recomendado sistematicamente desde o concílio de Trento, que o condenou severamente, não era de cumprimento fácil. Era um vício enraizado na população clerical, que afetava tanto os sectores mais baixos do clero rural, como os elementos das estruturas de topo da hierarquia da Igreja<sup>472</sup>.

No entanto, e apesar das recomendações superiores da Igreja relativamente ao celibato dos sacerdotes, na prática as situações de mancebia entre os religiosos e as freguesas iam acontecendo, de forma mais ou menos camuflada, conduzindo à produção de muitas bastardias. Os registos paroquiais assim o denunciam, ao registarem nascimentos, casamentos e óbitos de filhos dos sacerdotes<sup>473</sup>. Assim o encontramos em Requião com o *virtuoso* pároco Fabião Lopes da Costa, ainda que elogiado várias vezes pelos visitantes, caiu na tentação da carne. Descobrimos dois registos que nos dão a indicação de ter tido, pelo menos, duas filhas. É o caso de Antónia Maria da Cruz e Santa Rosa, da qual regista mesmo o óbito em 2 de julho de 1716, reconhecendo-a explicitamente como sendo sua filha donzela, de vinte e dois anos<sup>474</sup>. Teve no seu ofício fúnebre de corpo presente o acompanhamento de cinquenta e dois padres, seguido de um segundo e terceiro ofício de quarenta e seis e cinquenta e quatro sacerdotes respetivamente. No último ofício, e *por amor a Deus*, como escreveu, vieram os religiosos de Landim. Será que os fregueses saberiam ser sua filha? Ou pensariam que tal rapariga seria sua sobrinha, filha, por exemplo, de sua irmã, Maria Madalena de Abreu que vivia com ele na residência paroquial? A outra filha do referido pároco, e sua herdeira, era Inácia de Jesus Maria José, que aquando da morte do pai manda-lhe celebrar três ofícios: um no dia do seu falecimento e os outros dois nos dias seguintes<sup>475</sup>. Um exemplo demonstrativo do incumprimento do celibato por parte do clero paroquial, que sem qualquer tipo de pudor registavam o óbito dos filhos.

---

<sup>470</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 52.

<sup>471</sup> APR, *Capítulos das Visitações*, 1761-1830, fl. 52v.

<sup>472</sup> Paiva, José Pedro, "Os mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 224-225.

<sup>473</sup> Paulo Monteiro, filho do reitor Pedro Dias Monteiro (o primeiro reitor da Igreja de Requião que aparece nos Registos paroquiais, antes de 1630) casa-se a 23 de outubro de 1659; o reitor Mateus de Carvalho (reitor de Requião entre 1630-1684) casa duas filhas: Catarina Carvalho, sua filha e de Maria Pereira de Vermoim, em 1652; e Maria Carvalho, também sua filha e de Maria Pereira, de Vermoim em 1666.

<sup>474</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 206v.

<sup>475</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 84v.-85.

## 10. O cemitério de Requião

Em Requião, durante todo o período de Seiscentos, Setecentos e ainda na primeira metade de Oitocentos, os enterramentos faziam-se no interior da igreja, e no seu adro sempre que eram poucos os recursos económicos dos falecidos, ou quando a capacidade no interior do templo já não o permitia.

O que importava era a proximidade protetora da casa do Senhor e a ação benéfica dos santos junto dos mortos, cuja intercessão ninguém estava disposto a declinar<sup>476</sup>. Acreditava-se que a alma conseguiria benefícios espirituais na sua vida extraterrena se estivesse dentro ou perto da igreja, *apud ecclesiam*, ou junto dos santos, *ad santos*<sup>477</sup>. O poder miraculoso intercetório de ambos protegeria os mortos no seu raio de ação, implicando, deste modo, a salvação eterna, já que o demónio não intervinha nestes locais a reclamar um corpo. Somente o fazia, e naqueles corpos, que por maldade dos próprios defuntos, e consequentemente dos seus pecados, não tinham o direito de repousar num local sagrado. Por isso, esses mortos, não tendo sepultura cristã e o garante de repouso em terra santificada, frequentemente assombravam o local da sua morte<sup>478</sup>.

Este garante simbólico foi expresso pelas constituições sinodais bracarenses de 1697, em capítulo próprio intitulado *Das Sepulturas*<sup>479</sup>, dedicado unicamente à questão dos enterramentos nas igrejas<sup>480</sup>. Definia-se e regulamentava-se os locais, e a forma, de inumação dos fiéis que obedeciam, no entanto, a critérios sociais e económicos muito precisos. Não sendo ainda vistas como um bem passível de ser comprado, como acontecerá futuramente com os cemitérios do estado liberal, o freguês tinha direito a ela a troco de uma esmola dada à fábrica da igreja. Esta era oferecida consoante a sua capacidade económica e o local exato do enterramento, segundo uma escala criteriosa de localização do defunto no espaço sacro. A capela-mor, pela sua proximidade ao altar-mor onde estava o Santíssimo Sacramento, era um espaço reservado apenas ao fundador, seja padroeiro ou benfeitores da igreja, nos quais se incluía o comendador, e ao detentor do benefício eclesiástico, abade, reitor, ou vigário<sup>481</sup>.

Seguia-se depois uma hierarquização de localização, às quais correspondiam critérios de esmola diferenciados que, e aparentemente indiferentes, baseavam-se em crenças, algumas ainda de índole

---

<sup>476</sup> Sobre este assunto leia-se Ariès, Phillippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Edições Teorema, 1989, pp. 112-113.

<sup>477</sup> Cabral, João de Pina; Feijó, Rui G., "Um conflito de atitudes: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo", in Feijó, Rui G.; Martins, Hermínio; Cabral, João de Pina (dir.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Editora Querco, 1985, pp. 175-177.

<sup>478</sup> Ariès, Phillippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média...*, pp. 112-113.

<sup>479</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 293-299.

<sup>480</sup> Para a questão dos enterramentos em solo sagrado consulte-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 362-371.

<sup>481</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 292.



pagã, sobre a morte e os locais de inumação. Por exemplo, a ideia de que a alma se escapulia do próprio corpo, saindo pelas portas e janelas, levava ao interesse em colocar o cadáver junto às portas da igreja. Paralelamente, cria-se que, tal como o crente nascia pelas águas do batismo para a Igreja, também renasceria pela proximidade com o enterramento junto à pia batismal. Outros exemplos são demonstrativos e ajudam a explicar a preocupação em garantir a melhor localização possível para a inumação do defunto<sup>482</sup>, conseguidos de acordo com o poder económico de cada freguês.

Independentemente do local conseguido para a tumulação do crente, a Igreja prescrevia um modelo de *campas rasas & iguaes huas com as outras*, onde não se colocaria nem cruces nem imagens de santos, sob pena de serem multados<sup>483</sup>. Exceção feita aqueles, que pela sua condição social tinham direito a capela própria no interior da igreja. De resto, as sepulturas eram colocadas no chão sagrado, da igreja ou do adro, sem qualquer tipo de elementos que as distinguisse e diferenciasses, numeradas segundo um traçado ortogonal organizado por tramos, à vista de todos<sup>484</sup>. Lembrando aos vivos, e também desta forma, a necessidade das suas preces e orações de forma a intercederem pela alma dos que partiram, sem as quais não era possível a tão desejada salvação e a entrada no paraíso celeste.

Foi neste enquadramento religioso que a sepultura *ad sanctus* se processou até, mais ou menos, os inícios do século XIX, ainda que, e não obstante algumas mentes mais esclarecidas terem chamado a atenção, nos séculos XVI e XVII, para os aspetos e consequências prejudiciais à saúde pública derivados da prática de tais enterramentos, causados pela exalação dos cadáveres em decomposição<sup>485</sup>. Médicos como José Álvarez da Silva<sup>486</sup> ou António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782)<sup>487</sup>, ambos na década de cinquenta de Setecentos, e ainda no rescaldo do Terramoto, denunciam e expõem nos seus escritos os efeitos danosos para a saúde pública da inumação dos cadáveres nos templos. Sugerindo-se a construção de cemitérios públicos construídos de raiz para o efeito em locais mais afastados, altos e ventilados, como condições necessárias a tais equipamentos<sup>488</sup>. No entanto, e conscientes que a questão era também, e sobretudo, religiosa não a afastam por completo. Ribeiro Sanches inclui-a mesmo no

---

<sup>482</sup> Pina, Isabel Castro, "Ritos e Imaginários da Morte em Testamentos dos séculos XIV e XV", in Mattoso, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda, 1996, p. 130.

<sup>483</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 294.

<sup>484</sup> Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, p. 365; Cabral, João de Pina; Feijó, Rui G. (dir.), "Um conflito de atitudes: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo...", p. 178.

<sup>485</sup> Catroga, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos (1756-1911)*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999, pp. 42-53.

<sup>486</sup> Silva, Joseph Álvarez da, *Precauções médicas contra algumas remotas consequências que se podem excitar do terramoto de 1755*, Lisboa, Officina de Joseph da Costa, 1756, p. 10.

<sup>487</sup> Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da conservação da saúde dos povos*, Paris, Maison de Bonardel e Du Beux, 1756.

<sup>488</sup> Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, pp. 372-373.

processo, ao propor o enterramento nestes locais afastados, depois das exéquias fúnebres feitas no templo sagrado, e o mais que a Igreja ordenasse no respeitante a tais atos<sup>489</sup>.

No entanto, e apesar dos argumentos teóricos de alguns ilustrados, os obstáculos às novas práticas de enterramento eram muitas, sobretudo os de ordem religiosa<sup>490</sup>. A mentalidade do Homem comum, baseada numa prática centenária de inumações, acreditava que essa mesma conduta era o garante da ressurreição final dos corpos. A resistência à mudança era muita à qual se associava a vontade de preservar equilíbrios e práticas ancestrais<sup>491</sup>. O homem comum não sentindo qualquer tipo de ameaça com esse procedimento, e cuja prática já vinha de tempos passados, não estava disposto a abdicar deste procedimento, muito embora os alertas da ciência e da medicina, que pretendiam evitar a todo o custo, o contacto e a separação entre os vivos e os mortos.

O início do século XIX, com os apelos crescentes dos higienistas e uma nova consciencialização para a higiene pública e privada, pressupôs uma mudança de paradigma relativa a estas questões, às quais as autoridades liberais deram particular atenção. Legislando que estas inumações passavam a efetuar-se em cemitérios construídos de raiz para o efeito, ao mesmo tempo que se proibiam, de todo, as sepulturas no interior das igrejas e/ou nos adros das mesmas<sup>492</sup>.

Assim, entendidos como um processo civilizador, os novos cemitérios iam ao encontro dos ideais liberais, cujas disposições legislativas mudaram o que estava ritualizado, em nome do progresso civilizacional e da segurança sanitária, mesmo com as resistências que todos sabemos.

Será sobretudo após o triunfo definitivo da ala liberal, que esta questão dos cemitérios seria objeto de uma legislação contundente destinada, pela força da lei, a mudar comportamentos e práticas ancestrais de enterramentos, entendidas pelo poder vigente como obscurantistas. Os dois decretos de

---

<sup>489</sup> André, Paula, "Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do Cemitério dos Prazeres", in *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte-FCSH/UNL, n.º 2, 2006, p. 76.

<sup>490</sup> Bessa, Alda Monica Coelho, *Memória e Saudade: Os túmulos de João Henrique Andresen e João Henrique Andresen Júnior, no Cemitério de Agramonte*, vol. 1, 2012, p. 23, Dissertação de Mestrado policopiada.

Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, professor da Universidade de Coimbra, publica em 1800 a sua Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e método de os prevenir. Veja-se Telles, Vicente Coelho de Seabra Silva, *Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos e methodo de os prevenir, offerecida a sua Alteza Real o Príncipe Regente, Nosso Senhor e publicada por Frei José Mariano Velloso*, Lisboa, Oficina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800. Nesta memória, Silva Telles alerta para os perigos para a saúde pública, advindos das exalações cadavéricas no interior dos templos, reiterando a necessidade de suspender os enterramentos nas igrejas. Para tal, propõe duas soluções: a destruição do corpo após a morte (que deve entender-se por cremação), ou a construção de amplos cemitérios em locais bem arejados e afastados das populações, com terrenos que facilitassem a decomposição dos corpos, absorvendo os seus odores, em sepulturas que deviam ter a profundidade mínima de sete palmos.

<sup>491</sup> Sobre a resistência à mudança consulte-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, "Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *História*, III série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 31-49.

<sup>492</sup> Catroga, Fernando, "Morte Romântica e Religiosidade Cívica", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 595-602.

1835, de 21 de setembro e o de 8 de outubro, ambos com assinatura do ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), são exemplo disso. Por eles se legislava que em todas as povoações do país fossem estabelecidos cemitérios públicos para que neles se enterrassem os mortos, sentenciando-se penas graves aos párocos que consentissem enterramentos no interior das igrejas. Exigia-se ainda a localização afastada, uma exposição conveniente à salubridade, uma vedação do espaço, com um muro sólido e de altura nunca inferior a dez palmos de altura, bem como, que os corpos fossem enterrados em covas individuais com pelo menos cinco palmos de profundidade e resguardando a distância de palmo e meio entre o covato<sup>493</sup>.

No entanto, e apesar vontade política regulamentada pela lei, os obstáculos e as resistências eram muitas, ao ponto de o poder liberal se ver coagido a promulgar instrumentos normativos, reforçando os decretos iniciais de Rodrigo da Fonseca durante cerca de cinco décadas. Pelo menos até aos anos oitenta de Oitocentos são promulgados vários diplomas relativos a este assunto, reveladores dos imensos obstáculos sentidos<sup>494</sup>.

De facto, na prática os constrangimentos eram enormes e iam muito além da questão religiosa inicial. As dificuldades financeiras eram quase intransponíveis. O poder concelhio e paroquial, que havia recebido por parte do poder central a incumbência legal de construir e administrar estes novos equipamentos, via-se frequentemente sem meios financeiros para tal<sup>495</sup>. Esta questão não avançava também na maioria dos concelhos do distrito de Braga<sup>496</sup>.

Disso deu conta a junta de paróquia de Requião, em março de 1838, quando comunica à câmara municipal de Vila Nova de Famalicão *que não havião meios para se fazer o semiterio*<sup>497</sup>. Esta resposta ao ofício da câmara surgia na sequência da imposição do decreto-lei de 21 de setembro de 1835, que obrigava os municípios a designar os terrenos onde se estabeleceriam os futuros cemitérios, bem como indicar o número de tais equipamentos a estabelecerem-se no concelho. Dois anos depois, em 1840, pouco se tinha avançado, o que levava a câmara a responder ao poder distrital que embora tenha dado início ao cemitério da própria vila, no que respeitava às aldeias tudo se achava em grande atraso<sup>498</sup>.

---

<sup>493</sup> Decreto, 21 de setembro 1835, alínea 2-5

<http://legislacaoegia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=cemiterios&idate=01/01/1835&edate=31/12/1835&r=47&c=1&ts=2>

<sup>494</sup> Catroga, Fernando, *O Céu da Memória...*, pp. 53-54.

<sup>495</sup> Cabral, João de Pina; Feijó, Rui G., "Um conflito de atitudes: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo...", pp. 196-198.

<sup>496</sup> Leia-se . Capela, José Viriato, *As primeiras câmaras e o exercício do poder municipal (1834-1846)*", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 273.

<sup>497</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1836-1860, fl. 17.

<sup>498</sup> Leia-se Capela, José Viriato, "V. N. Famalicão Primeiro Município do Liberalismo...", p. 273.

O argumento da junta de Requião era fundamentado na falta de recursos, evidenciando uma sistemática ausência de meios para tal. Aliás, as dificuldades financeiras eram uma constante. Mesmo para as coisas mais simples, como era o caso da cera para a administração dos sacramentos na igreja foi proposto que *venha fiado* até haver dinheiro da derrama<sup>499</sup>.

Embora, e legalmente autorizada pelos decretos cemiteriais iniciais, que consentiam os concelhos e as juntas de paróquia que não possuíssem terrenos seus, a adquirir propriedades para a construção destes equipamentos, a junta de Requião nada fez a esse respeito. Continuaria a enterrar os seus mortos na igreja e no adro da mesma, enquanto não tem capacidade económica para inverter a situação, e construir o seu próprio cemitério.

Só vinte e quatro anos depois, em 1862, o assunto do cemitério voltou à ordem do dia. É o próprio pároco de Requião, José Vieira de Sousa Coutinho, na qualidade de presidente da junta de paróquia, que propõe aos pares a compra de um terreno junto à igreja, no lugar do Mosteiro. Tinha tido conhecimento que o terreno estaria à venda, pelo preço de cento e sessenta mil réis, que considerava ideal e *sumamente vantajoso para a freguesia, pelas proporções que tinha para a construção de um cemitério sem grandes sacrifícios*<sup>500</sup>. Tratava-se de um conjunto de terrenos pertencentes à antiga comenda de Requião, nos quais se incluíam umas edificações anteriormente destinadas a celeiro e eira dessa mesma comenda, e então propriedade do comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira e sua mulher, Maria d'Assumpção Mora Varona d'Araujo, que os haviam arrematado à fazenda nacional, após as extinções do poder liberal<sup>501</sup>.

Curioso, ou talvez não, porque acontece na maioria das freguesias rurais do Entre-Douro-e-Minho, é que o terreno escolhido para a construção do cemitério de Requião situa-se junto à igreja, contrariando as leis iniciais do estado liberal que previam a sua edificação em zonas *fóra dos limites das Povoações* e no caso das freguesias rurais estabelecer-se-iam *distancias (...)* que *podem variar segundo as circunstancias particulares*<sup>502</sup>.

Como aconteceu em tantos outros casos, a proximidade da igreja era um ponto a favor para se adquirir o terreno, ao qual o poder liberal central não se opôs<sup>503</sup>.

---

<sup>499</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1836-1860, fl. 17.

<sup>500</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 3v.

<sup>501</sup> APTA, *Compra que fazem a Junta de Paróquia da freguesia de Requião e João Alves Correa d'Araujo da mesma freguesia ao Ex.mo Commendador Jose Francisco da Cruz Trovisqueira presidente da mesma freguesia*, 1863.

<sup>502</sup> Decreto, 21 de setembro de 1835, artigo 3, p. 327.

<sup>503</sup> Leia-se Cabral, João de Pina, Feijó, Rui G. (dir.), "Um conflito de atitudes: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo", in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina, *A Morte no Portugal Contemporâneo...*, p. 189.

É de salientar neste processo negocial o envolvimento do próprio pároco, um defensor dos cemitérios, posição que assume no discurso inaugural deste equipamento dez anos depois em 1870, onde advoga as vantagens destes espaços que considera, e após a necessária consagração pela Igreja, santificados. Embora se tivessem passado mais de vinte anos desde os decretos iniciais de Rodrigo da Fonseca, havia ainda muitas resistências a estas novas necrópoles<sup>504</sup>, grande parte das vezes vinda do meio eclesiástico, mais conservador. É paradigmático o exemplo do pároco da Póvoa de Varzim que através de um discurso verbalmente violento se demarcava publicamente das novas leis liberais que obrigavam ao enterramento nos cemitérios<sup>505</sup>.

Se em Requião, o processo de instalação do cemitério foi pacífico, e teve mesmo o apoio do poder religioso paroquial, que se colocou ao lado das autoridades civis para levar a bom porto esta questão, regra geral, continuaram muitos, e durante mesmo várias décadas de Oitocentos, os obstáculos às novas práticas de enterramento. Embora mais atenuadas no vigor e na periodicidade, havia ainda tumultos nas décadas de 70, 80 e até 90 de Oitocentos, e enterramentos a continuarem a ser efetuados no interior das igrejas e adros. Havendo mesmo localidades onde os seus cemitérios só foram inaugurados nos anos 80 e 90, como foi o caso da vizinha terra de Santo Tirso, em 1888<sup>506</sup>.

O terreno à venda, embora tivesse uma localização privilegiada já que confrontava a sul com a igreja, adro e passal da mesma, era grande demais. Os cento e sessenta mil réis eram demasiado para as necessidades da junta, que queria apenas uma porção desse terreno, mais pequena, para aí estabelecer o cemitério da freguesia. De facto, esse terreno estava à venda, e interessava igualmente, e em particular, a um proprietário da freguesia, recentemente regressado do Brasil, um *brasileiro*, de nome João Alves Correia de Araújo, uma vez que confrontava a nascente com terras suas. A solução encontrada foi consensual e vantajosa para ambas as partes: enquanto a junta, e pelo preço de sessenta mil réis ficou com a parte junto à igreja, adro e passal para aí construir o cemitério, João adquiriu o restante terreno, a maior parte, pelo valor de cem mil réis. Curiosamente, este terreno que a junta adquiriu acabou por ser insuficiente, levando-a a recorrer a João para lhe ceder uma faixa de terreno para complemento do risco do cemitério.

Este negócio feito a três mãos, entre o proprietário do terreno José Francisco da Cruz, João Alves Correia de Araújo, de um lado, como comprador, e, do outro, também como comprador, a junta

---

<sup>504</sup> Sobre estas resistências consulte-se Catroga, Fernando, *O Céu da Memória...*, pp. 53-60.

<sup>505</sup> Catroga, Fernando, "Morte Romântica e Religiosidade Cívica"..., p. 597.

<sup>506</sup> Catroga, Fernando, *O Céu da Memória...*, pp. 60-61.

de paróquia de Requião. O testemunho encontrámo-lo no arquivo da família Alves numa escritura do dito terreno<sup>507</sup>.

Mesmo os sessenta mil réis respeitantes a parte do terreno eram um valor que a junta não dispunha, tendo por isso, de recorrer ao crédito. E conseguiu-o graças ao seu vogal, Bento José Rodrigues de Magalhães, que o concedeu a uma taxa de juro inferior a cinco por cento<sup>508</sup>. Prevendo amortização do capital em quatro anos, a junta decidiu dar o próprio terreno como hipoteca, e eventualmente, caso fosse necessário, os rendimentos da paróquia, o que mais uma vez demonstra a vontade em executar o processo.

Adquirido o terreno em agosto de 1863, iniciaram-se as *démarches* necessárias, a que não foi alheio o contributo monetário de um filho de terra, Joaquim José Castro de Araújo Sampaio, a viver no Rio de Janeiro. Foi por intermédio do anterior proprietário a quem a junta havia comprado o terreno para o cemitério, José Francisco da Cruz, com inegáveis ligações familiares a Requião, e primo direito de João Alves Correia de Araújo, que recebeu o donativo de cerca de um conto de réis destinado à construção de tal equipamento<sup>509</sup>. As relações entre os dois deveriam ser próximas, pois José Castro de Araújo Sampaio será, cinco anos depois e por procuração, o padrinho de Maria Leopoldina, filha do Barão. Embora natural da freguesia de Gavião, as ligações do Barão a Requião não se limitavam apenas à quinta de Quintãos, situada em Requião, onde passava largas temporadas e onde batizou os seus filhos, Maria Leopoldina<sup>510</sup>, João José<sup>511</sup> e 1835

Abílio<sup>512</sup>. A sua tia materna, Joana da Costa Veloso, tinha casado em Requião, onde vivia desde o casamento com o seu marido, Domingos Alves Correia de Araújo, e filhos, os primos Alves com os quais mantinha uma relação familiar de convívio e amizade, e de negócios, como vimos na anterior compra do terreno destinado ao cemitério, entre outros terrenos.

Procedendo-se desde logo à feitura do risco e planta do cemitério, concluiu-se pela necessidade de mais uma faixa de terreno para complemento do desenho, que João Alves Correia de Araújo acabou por ceder gratuitamente à junta, mediante a condição imposta de obter três sepulturas nesse futuro cemitério<sup>513</sup>. Ainda que caricaturados até à exaustão, como Camilo Castelo Branco e outros autores

---

<sup>507</sup> APTA, *Compra que fazem a Junta de Parochia da freguezia de Requião e João Alves Correa d'Araujo da mesma freguezia ao Ex.mo Commendador José Francisco da Cruz Trovisqueira presidente da mesma freguezia. Em 19 d'Agosto de 1863*, documento avulso, não paginado.

<sup>508</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 4.

<sup>509</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 6.

<sup>510</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fls. 72-72v.

<sup>511</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fls. 88v.-89.

<sup>512</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fls. 22v.-23.

<sup>513</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 6.

fizeram questão de representar o *brasileiro* como um tipo mesquinho, sovina e estapafúrdio<sup>514</sup>, é inegável o contributo, e até a filantropia, destes homens em prol da sua terra de origem e do bem comum. Com mais ou menos dinheiro, estes *brasileiros* contribuíam, à medida das suas posses, para o progresso da terra que os viu nascer, modernizando-a e equipando-a dos serviços necessários.

Conseguido o terreno e o respetivo projeto de arquitetura, havia que o concretizar, e encontrar um mestre pedreiro que executasse a obra. Para isso, foram colocados editais nos locais habituais e publicaram-se, logo nos primeiros dias de janeiro de 1864, dois anúncios no Jornal *O Comércio do Porto*, comunicando a arrematação da obra<sup>515</sup>.

Dos seis mestres pedreiros que apresentaram propostas, a junta escolheu aquele que propôs o orçamento mais baixo, João Correia de Faria, da freguesia de Requião. Este comprometeu-se a construir o cemitério pela quantia de dois mil seiscentos e dez réis por parede, obedecendo ao modelo exigido, o muro do jardim da casa do comendador da Trovisqueira, José Francisco da Cruz, em Famalicão<sup>516</sup>.

A obra da parede da frente e respetivo portão<sup>517</sup> tiveram direito a um concurso independente, realizado dois meses depois, em março de 1864. Embora tenham aparecido cinco mestres pedreiros, a obra foi adjudicada a João Alves da Silva, da freguesia de Landim, pelo preço de duzentos e quinze mil réis. Com a obrigatoriedade de seguir *escrupulosamente* o risco que apresentou à junta, isto é, com os pilares e cunhais inteiriços com faces de ambos os lados, com pedra do Monte de Mogege, com exceção do soco, cunhais e degraus, que segundo os *apontamentos* da obra teriam de ser de cor igual para não haver imperfeições nem ficar esteticamente diferente. Teria ainda que construir um pátio circular e degrau também em semicírculo. Por seu turno, a junta comprometia-se a fazer o pagamento em quatro prestações e à medida que a obra fosse sendo executada<sup>518</sup>.

Não sabemos o que terá acontecido entretanto, o que é certo só seis anos depois é que o cemitério de Requião foi definitivamente acabado e inaugurado, em junho de 1870. É provável que a falta de recursos financeiros tenha sido o grande responsável por este interregno da obra. De facto, foi graças ao recebimento de cerca de cento e setenta mil réis pertencentes ao resto do legado de José Castro Araújo Sampaio, destinado ao cemitério e ainda não entregues à junta pelo seu mandatário, o então comendador Trovisqueira, que foi concluído este equipamento. Conseguiu-se com esse dinheiro

---

<sup>514</sup> Filho, Ricardo Moreira Figueiredo, "Análises histórico-sociais dos torna-viagens a partir da literatura portuguesa oitocentista", in *Cadernos de História*, Vol. 11, n.º 15, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010, pp. 139-151.

<sup>515</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 5v.

<sup>516</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 6-6v.

<sup>517</sup> Portão, esse, que está hoje na Quinta do Forno, em Requião.

<sup>518</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 6v., 7v.

construir, no fundo do cemitério, um cabido suportado por quatro colunas de pedra que continha um cruzeiro, bem como um poço empedrado, junto do qual se colocou uma bomba de água e um tanque de pedra para receber essa mesma água tirada do poço, e com ela regar o arvoredor e flores existentes no local<sup>519</sup>. Pensado como a cidade dos mortos, e seguindo a lógica da cidade dos vivos, a que não é alheia a monumentalidade de que falaremos mais adiante, também as autoridades de Requião não dispensavam a presença da flora para alindar, paralelamente às questões de ordem sanitária que consideraram intrínsecas a estes espaços.

Independentemente de pertencer às autoridades civis a quem competia a construção e a futura administração dos cemitérios, era a Igreja que tinha a responsabilidade de os consagrar e os tornar em campos santos, seguindo-se uma espécie de compromisso entre estes dois poderes<sup>520</sup>.

No caso concreto de Requião tal bênção aconteceu no dia 26 de junho de 1870<sup>521</sup>. Tratou-se de uma cerimónia simples mas carregada de simbolismo e emoção, onde esteve presente o pároco da freguesia, que procedeu à consagração do cemitério, acolitado por dois padres. A acompanhar as cerimónias, que se iniciaram na igreja e donde saíram depois para o cemitério, estiveram as autoridades civis da freguesia e, claro, a maior parte dos paroquianos.

A importância do ato enquanto acontecimento religioso está patente na própria solenidade dada à ocasião. Não só no cortejo processional, que incluiu elementos religiosos devidamente paramentados e na ordem que preservava o ritual romano, precedidos pela cruz, mas também nas orações e preces recitadas no local do cemitério, como ainda, e já na igreja, a homília adequada ao ato religioso em causa<sup>522</sup>.

Verdadeiro propagandista dos cemitérios, José Vieira de Sousa Coutinho, há dez anos a pastorear a freguesia<sup>523</sup>, o que automaticamente lhe dava grande crédito junto do seu rebanho, expôs o significado deste equipamento e o valor da bênção com que a Igreja santificava este local destinado a receber os cadáveres dos fiéis. Acrescentou, em tom de aviso, no seu discurso, que a partir de então, e de acordo com as leis vigentes, ficariam vedados os enterramentos fora do cemitério sob rígidas penas aos transgressores. Sem ferir a sensibilidade religiosa das populações, convinha à Igreja e neste caso aos párocos, e passados os anos iniciais da clara oposição de muitos clérigos, sobretudo conotados com a

---

<sup>519</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 20v.

<sup>520</sup> Sousa, Gonçalo Vasconcelos e, "Ser e Estar Perante a Morte no Porto dos Séculos XIX e XX: Reflexos no Património Cemiterial", in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, nº 6, 1994, p. 313.

<sup>521</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 21v.-22.

<sup>522</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 21v.-22.

<sup>523</sup> José Vieira de Sousa Coutinho tinha chegado à freguesia de Requião em novembro de 1860 para substituir o anterior reitor Luis Manuel Barroso Cordeiro que havia falecido subitamente aos cinquenta e oito anos, a 11 de janeiro na casa da residência paroquial.



ala absolutista, pô um ponto final no assunto dos enterramentos nas igrejas, esclarecendo os fiéis sobre o que era este novo equipamento, cuja gestão pertencia ao poder civil, através das câmaras e juntas de paróquia, responsáveis por toda a *conservação, reparos, e serviço profano*<sup>524</sup>.

Sendo propriedade da paróquia e cabendo-lhe, por isso, a sua gestão administrativa e sanitária, a junta de paróquia de Requião mesmo antes do cemitério entrar em funcionamento, e um mês antes de ser inaugurado, redigiu o seu regulamento, de forma a normalizar procedimentos, como se impunha.

A implantação destes novos equipamentos exigiu novas práticas organizativas por parte da autoridade civil paroquial, e recursos humanos que lhe estavam afetos. Era o caso do guarda, que tinha por competências *vigiar pela decência do lugar e a observância do Regulamento do Cemitério*<sup>525</sup> e para o qual recebia anualmente dois mil e quinhentos réis<sup>526</sup>. Além disso, tinha a obrigatoriedade de ter o cemitério aberto aos domingos e dias santos até ao meio dia, e nos dias festivos todo o dia. A estas obrigações foram-lhe sendo acrescentadas outras a partir de 1880, como fazer arruamentos, ensaibrar passeios, limpar campas, tanto as públicas como as particulares dentro do espaço cemiterial. Era também da sua responsabilidade a gestão da cera da igreja, distribuindo-a quando necessário, tendo, por isso, a obrigatoriedade de comparecer na igreja de Requião sempre que o sino tocasse, para as missas ou preces e para a saída do Santíssimo Sacramento na visita aos enfermos. Por isso, a partir dessa data, e dado também o acréscimo de funções, passou a receber a quantia anual de oito mil réis, pagos nos finais do mês dezembro<sup>527</sup>.

O guarda do cemitério acumulava inicialmente também a tarefa de coveiro. Ao contrário do passado, já não eram as autoridades religiosas que recebiam pelo covato, mas sim as autoridades civis, cujas taxas revertiam essencialmente para custear as despesas de manutenção dos equipamentos<sup>528</sup>. Em Requião cada enterramento com caixão custava quinhentos réis, ou quatrocentos se fosse sem caixão, e no caso das crianças o valor era de trezentos réis por enterramento. Se fosse pobre, mendigo ou vagabundo, seria sepultado à custa da paróquia por metade dos preços estipulados<sup>529</sup>.

Além do covato, responsável por tantos conflitos das populações no passado, toda a família ou pessoa que quisesse sepultura tinha que adquirir um terreno nos novos cemitérios. Disto nos dá conta a o regulamento do cemitério de Requião no seu artigo sexto, dizendo que para tal os interessados teriam

---

<sup>524</sup> Decreto, 8 outubro 1835. Ver <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p358>

<sup>525</sup> O regulamento do Cemitério paroquial de Requião foi baseado no Regulamento do Cemitério Municipal de Vila Nova de Famalicão para o qual se pagou a consulta e respetiva cópia, embora não se refira o valor pago.

<sup>526</sup> A cópia deste documento custou setecentos réis. JFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 19-19v.

<sup>527</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 19.

<sup>528</sup> Catroga, Fernando, *O Céu da Memória...*, p. 63.

<sup>529</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 19.

de se dirigir, por escrito, à junta, oficializando a intenção, e depois esta remeteria a respetiva autorização superior ao Conselho de Distrito, cujo consentimento estaria sempre condicionada por duas situações: por um lado, assegurar a existência de cem sepulturas disponíveis no cemitério paroquial, e, por outro lado, não praticar um preço excessivo pela venda dos terrenos<sup>530</sup>.

Só sete anos depois, em 1877, com a alteração do primitivo regulamento do cemitério em que foi aprovada uma atualização dos preços das sepulturas para oito mil réis, foi decidido que o produto das vendas fosse aplicado nas despesas correntes da paróquia, sem no entanto prejudicar a gestão do cemitério<sup>531</sup>.

Ao invés de hostilizarem este equipamento, os fiéis de Requião, sobretudo aqueles que tinham mais posses, começaram a dirigir-se com alguma frequência à junta para adquirirem sepulturas para jazigos. O primeiro requerimento que deu entrada na junta foi o de João Alves Correia de Araújo e de sua mulher Felicidade Assunção Correia, em fevereiro de 1871. Invocando a doação que havia feito da faixa de terreno para a construção do cemitério, cuja contrapartida seria a cedência de três sepulturas acordado por ambas as partes oito anos antes, formalizou então o pedido. Certamente, longe de imaginar que no ano seguinte iria necessitar de uma delas para sepultar um seu filho recém-nascido<sup>532</sup>. Depois de João Alves seguem-se outros pedidos como o da baronesa de Gamboa, Dona Delfina Rosa dos Santos Pereira, que em janeiro 1873 pediu três sepulturas para erigir um mausoléu em memória do seu falecido marido, o barão de Gamboa<sup>533</sup>, o *brasileiro* José Manuel Fernandes Pereira, natural de Requião, e falecido na sua casa de Pidre dois anos antes. Outro grande proprietário da freguesia, Joaquim Alves Torres Carneiro, solicitou, em dezembro de 1874, duas sepulturas para construir um jazigo de família<sup>534</sup>, e muitos outros que ao longo dos anos fizeram crescer o cemitério paroquial.

Estes três exemplos, os primeiros relativos ao negócio das concessões de sepulturas, além de demonstrativos das capacidades económicas dos seus proponentes são também reveladores da forma como se queria edificar a cidade dos mortos. O obelisco, ainda hoje existente no atual cemitério de Requião, que dá forma ao jazigo da família Gamboa, ou ainda a localização no arruamento central, junto

---

<sup>530</sup> O preço de venda inicial que ficou regulamentado foi de quatro mil e quinhentos réis por sepultura de 2mx1m, dinheiro que entraria no cofre da junta, apenas destinado à manutenção do cemitério, sem fazer parte do orçamento anual da mesma. APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 19v.

<sup>531</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 46.

<sup>532</sup> A 16 abril de 1872 morreu um bebé recém-nascido filho de João Alves Correia de Araújo e Felicidade Assunção, na Casa da Ribeira. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 43v.

<sup>533</sup> Embora a baronesa residisse então no Porto, quando o Barão era vivo viveram muitos anos em Requião onde era conhecido pelo seu carácter beneficente dando avultosos donativos em todas as festividades *nunca inferiores a 4500 réis*.

<sup>534</sup> A 27 de outubro de 1874 tinha-lhe falecido o seu filho José. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 57v.

ao portão de entrada, eram fatores preferenciais e de *status* social e económico. Infelizmente, e à exceção do jazigo citado, trasladado sem substituição arquitetónica para padrões mais atuais, aquando da transferência deste cemitério para o atual, na década de setenta do século XX, não temos qualquer informação ou registo de como eram estes jazigos oitocentistas. Qual era o aspeto destas construções funerárias? Que elementos esculturais teriam a adorná-los? Predominariam as estátuas alegóricas da Fé, Saudade, Esperança e Caridade? Ou os pequenos motivos decorativos de simbologia variada como os crânios, tibias cruzadas, foices, ampulhetas partidas, anjos, pássaros com asas?, etc, etc. Não sabemos.

Analisando as atas da junta da paróquia vemos uma preocupação constante com a gestão do espaço cemiterial. Por isso, e para que este não crescesse de forma desordenada, foram feitas propostas para uma melhor distribuição e ordenamento espacial com feitura de passeios que criaram quarteirões e que disciplinaram a ocupação. Houve mesmo uma proposta em dezembro de 1879 para se fazer uma planta e respetiva legenda com os números, designações das sepulturas e data dos enterramentos, ou que se comprassem lousas para enumerar as campas<sup>535</sup>, o que significa que o cemitério já funcionava quase como um serviço com procedimentos próprios de forma a melhorar a sua operacionalidade funcional.

Em 1884, fruto das notícias da *cólera morbus* cujos ecos se iam fazendo ouvir, e equacionando a hipótese que numa freguesia populosa, como era o caso de Requião, se houvesse uma epidemia o cemitério paroquial não teria capacidade para comportar tantos cadáveres, a junta decidiu alterar o preço de venda das sepulturas. Ao aumentar em setenta e cinco por cento o preço das sepulturas, que passaram a custar vinte mil réis cada, a junta resolveu desta forma o problema, dizendo que *assim só não se venderão sepulturas como não se precisará de alargar o cemitério*, ajudando desta forma nas despesas<sup>536</sup>. Este preço exagerado, do qual a própria junta tinha consciência, ou foi pontual e esteve em vigor durante determinado período para limitar a venda de sepulturas, ou não passou de uma proposta que não teve aplicação prática, pois não encontramos qualquer registo de venda por essa quantia.

Terá sido certamente fruto do momento, pois o preço praticado em 1892 era de seis mil réis por sepultura.

O cemitério entrou definitivamente na vida quotidiana das pessoas, ganhando cada vez mais uma feição laicizante a partir da República. De facto, a morte deixou de ter uma visão exclusivamente religiosa, consignada pelo próprio texto constitucional de 1911, que determinava que todos os atos do culto, nomeadamente os funerais ou certas honras fúnebres, incorriam em pena de desobediência se

---

<sup>535</sup> Foram compradas cento e vinte lousas em março de 1879 pelo preço de cem réis cada.

<sup>536</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1860-1887, fl. 79v.

não tivessem cumpridas as formalidades legais por escrito, bem como a aprovação da autoridade administrativa competente<sup>537</sup>.

---

<sup>537</sup> Carvalho, Paulo Archer de, “Cemitérios”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, p. 606.

## Capítulo 2. A família

### 1. A família na Idade Moderna e Contemporânea

Abordar a família, *célula base* da sociedade parece simples mas é, ao invés, bastante complexo. O próprio vocábulo tem diferentes significados consoante o tempo histórico que traz ao conceito dimensões de papéis diferenciados no imaginário social.

Etimologicamente a palavra deriva do vocábulo latino *famulus*, que significa servo, servidor ou escravo. Na Roma antiga a família designava o conjunto dos escravos e servos que viviam na *domus*, isto é, na casa, também ela parte integrante da família com todos os seus bens, segundo uma hierarquia pré-definida que colocava no topo dessa unidade o senhor, e abaixo do qual, e da sua autoridade pátria, dependiam a mulher, os filhos e os servos. Podendo também ser incluídos os *agnati*, a parentela do lado paterno, e/ou os *cognati*, do lado materno, bem como os *gens*, isto é, os parentes unidos pelos laços de sangue. No Antigo Regime, a família continuava a ser *as pessoas de que se compõe uma casa, pais, filhos e domésticos*, se tivermos em atenção a definição de Bluteau<sup>538</sup>. Se estas unidades de parentesco ainda hoje as podemos encontrar no seio da família, a verdade, como refere Maria Engrácia Leandro é que a noção de família se foi alterando, variando com o tempo, com as épocas, e com as circunstâncias de vida<sup>539</sup>. Acrescente-se também que a configuração familiar foi na Europa organizada de acordo com determinados condicionalismos prevalecendo a família alargada ou a nuclear consoante as regiões e os lugares. No entanto, e independentemente dos condicionalismos vários, próprios do passar dos tempos, a família enquanto instituição ancestral tem resistido às mudanças e se adaptado aos *novos mundos* e aos desafios com que é confrontada.

De conjunto alargado de pessoas onde se incluem servos, filhos, mulher e *domus*, debaixo da autoridade do senhor, o *pater familias*, dos tempos romanos, a família vai-se afunilando e transformando num grupo mais restrito, de tipo nuclear, conjugal. Um tipo conceptual proposto primeiro pela Igreja Católica, e mais tarde, por outras influências de valores decorrentes da filosofia das Luzes, que vão forjando um novo ideal de família. Mudanças que não se ficaram por aqui, e que continuaram em pleno século XX, sobretudo a partir dos anos 60 que em mercê de mudanças políticas, económicas, sociais e até culturais fizeram surgir famílias diferentes<sup>540</sup>. Famílias que também, fruto da generalização de separações, e divórcios, se reestruturam e se reconfiguram com a entrada de novos membros.

---

<sup>538</sup> Monteiro, Nuno G., "Sistemas familiares", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4..., p. 280.

<sup>539</sup> Leandro, Maria Engrácia, "Transformações da família na história do Ocidente", in *Theologica*, 2ª Série, nº 41, 2006, p. 52.

<sup>540</sup> Leandro, Maria Engrácia, "Transformações da família na história do Ocidente...", pp. 58-62.

## 2. As datas marcantes na vida da família

### 2.1. O nascimento e o batismo

Falar de uma família é também falar dos grandes momentos da sua existência, das três etapas mais importantes da vida dos seus membros: o do nascimento das suas crianças, o casamento dos seus filhos e a morte dos seus parentes. Seja a morte do seu patriarca, no leito, e depois de uma vida plena, materializada numa longa e intensa existência rodeada por filhos e netos, seja a morte, terrível e inesperada, que rouba inocentes crianças, ainda bebés ou na sua feliz infância, à família e aos pais. Ou ainda, a de adultos que ocorre subitamente sem que nada a fizesse prever, até porque a velhice ainda tardava. Sendo crente estas três etapas têm repercussões na vida religiosa, com rituais distintos: o batismo, o casamento e as exéquias fúnebres. Três momentos essenciais na vida de um indivíduo, controlados inicialmente pela Igreja Católica, e depois regulamentados pelo Estado laico, a partir da República<sup>541</sup>.

O batismo, ritual cristão que legitima a entrada do recém-nascido na comunidade dos crentes era definido pelas constituições sinodais bracarenses de 1697 como *porta, e fundamento dos outros sacramentos, sem o qual nenhuma pessoa se pode salvar*<sup>542</sup>. Isto é, era através deste sacramento que o homem entrava na Igreja, libertando-se desta forma do pecado original de Adão e Eva que o havia privado, e à sua descendência, do contacto com Deus<sup>543</sup>.

Sendo considerado *fundamento dos outros sacramentos* era claramente maior que os restantes, uma vez que era através dele que se recebia ou, se inviabilizava, na sua ausência, os restantes, impedindo por isso a salvação. O batismo era o sinal por excelência da graça de Deus, com um valor claramente maior que os restantes sacramentos<sup>544</sup>. Desta premissa decorria a obrigatoriedade de ser realizado no prazo máximo de oito dias, imposto a qualquer recém-nascido, sob pena, e no caso de não se apresentar causa suficientemente válida para o incumprimento, do pagamento de trezentos réis de multa<sup>545</sup>. Numa época de grande mortalidade infantil como era a Idade Moderna, ninguém queria correr

---

<sup>541</sup> Com a República o Estado iria retirar à Igreja o controle que esta tinha sobre o nascimento, casamento e morte. Leia-se a propósito do projecto laico da República em matéria religiosa Neto, Vítor, “Legislação Republicana em matéria religiosa”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, vol. II..., pp. 628-630.

<sup>542</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 7.

<sup>543</sup> Gouveia, António Camões, “A Sacramentalização dos Ritos de Passagem. O batismo”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 534.

<sup>544</sup> Consulte-se a propósito do valor dos sinais sagrados Henriques, Orlando José Guerra, *Matrimónio. A sacramentalidade de um sacramento diferente*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 90, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>545</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 8.

o risco de ver o seu filho ser *apanhado pela morte* sem antes entrar no reino de Deus, por isso as determinações sinodais eram rigorosamente cumpridas.

Tal como a esmagadora maioria da população, também as crianças da família Alves de Seiscentos e Setecentos foram batizadas, geralmente, nos dias imediatos ao nascimento<sup>546</sup>. Ou no próprio dia, ou nos dois, no máximo três dias seguintes à nascença, o batismo acontecia como tivemos ocasião de verificar nos assentos de batizados da freguesia de Requião.

Só em finais do século XIX é que o prazo se dilata. Nessa altura, a família mais liberta das determinações rígidas da Igreja, e sem o espectro da morte infantil tão assídua como nas gerações anteriores, graças a uma melhoria nas condições de vida, às quais se junta uma certa medicalização dos partos, pôde, sobretudo a partir de finais de Oitocentos, planejar e executar a cerimónia do batismo num período de tempo mais dilatado. O prazo alargou para os quinze dias após o nascimento, pois o sacramento do batismo significava igualmente, a *feira do batismo*, motivo de celebração para qualquer família e minuciosamente descrita pelos manuais de civildade<sup>547</sup>.

O batismo era também sinónimo de festa, ocasião de encontros entre parentes, amigos, aliados. Se as festas familiares dos herdeiros das grandes famílias aristocráticas, que aconteciam desde a Idade Média, eram descritas ao pormenor e ficaram registados os testemunhos de tais acontecimentos em várias fontes primárias, o mesmo não aconteceu, evidentemente, até pela pequena dimensão económica da gente comum, na maioria da população. Assim, se por ocasião do batismo das suas crianças, a realeza e as famílias nobres encomendavam, ao sabor da sua bolsa, grandes festejos que podiam compreender espetáculos teatrais, equestres, concertos, bailes, fogo-de-artifício, iluminações, entre muitos outros, a festa do batismo das gentes comuns limitar-se-ia a uma refeição melhorada que solenizava o ato<sup>548</sup>. Uma situação que gradualmente irá alterar-se a partir século XIX com afirmação da vida burguesa, que igualmente deseja marcar solenemente tais rituais com festas apropriadas ao *seu status quo*, e onde se incluía a cerimónia do batismo.

Paralelamente ao estabelecimento do prazo máximo para o batismo, as constituições sinodais referidas determinavam o modo de procedimento do sacramento, que deveria ser sempre executado na

---

<sup>546</sup> Veja-se por exemplo o caso de Francisco Álvares de Araújo em 1697 nascido a 2 de abril e batizado dois dias depois. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 12v.; Ou o caso de Domingos Alves de Araújo nascido a 3 de maio de 1799 e batizado no mesmo dia APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 145v. Ou mesmo em pleno século XIX João Alves Correia de Araújo nascido a 15 de junho de 1825 e batizado no dia seguinte APR, *Livro de Batismos*, 1811-1828, fl. 80.

<sup>547</sup> Veja-se para este assunto Nazareth, Beatriz, *Manual de Civildade e Etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade*, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1908, p. 12.

<sup>548</sup> Sobre a rede de relações sociais estabelecidas pelo batismo leia-se Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, "Fêtes du baptême et publicite des réseaux sociaux en europe occidentale. Grandes tendances de la fin du moyen âge au XXe siècle", in *Annales de Démographie Historique*, n° 1, 2009, pp. 155-158.

pia batismal da igreja paroquial onde viviam os pais da criança<sup>549</sup>. É deste princípio, que decorre a importância dada nas visitas paroquiais à fiscalização da pia batismal das igrejas. Seria neste local que as crianças eram imersas na água, ou aspergidas, no caso de doença grave ou se não houvesse água suficiente para tal, ou ainda no caso do sacerdote, que pela sua fragilidade física não estivesse em condições de a emergir. Imersão ou aspersão sempre acompanhada da fórmula do batismo: *Ego te batizo in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti. Amen*<sup>550</sup>.

Era ressalvado, no entanto, o direito em caso de perigo de vida e de ameaça de morte da criança, de se ministrar o batismo em casa. Exceção possível, mas também com alguns condicionalismos, que dever-se-iam ter em atenção. Poder-se-ia aceitar que qualquer pessoa presente, ou algum familiar, fosse incumbido de tal tarefa, desde que fosse considerado o mais apto para tal e que melhor soubesse a fórmula de batismo e o modo de batizar. Tal não invalidava porém a obrigatoriedade de *a posteriori*, e passado o perigo, de se levar a criança à igreja para receber os santos óleos, cumprindo os procedimentos que as constituições sinodais determinavam.

Embora sendo situações de exceção, os batismos de emergência eram relativamente frequentes, pelas razões já apontadas que conferiam ao ato de nascer uma situação de grande risco quer para a vida da mãe, quer para a do bebé. Por isso mesmo, as constituições do arcebispado advertiam os fregueses para que procurassem informar-se sobre ministrar o sacramento do batismo, e a sua forma, mas também para que os párocos o ensinassem na missa. E em especial às parteiras, *com muito mais particular cuidado e diligência*, pois amiudamente procediam a este cerimonial nas freguesias<sup>551</sup>.

Terminado este batismo *sub-condicione*, era obrigação da família avisar o pároco da administração de tal sacramento em casa, pelas razões apontadas, para que este se inteirasse da situação e da legitimidade, ou não, da sua correta execução<sup>552</sup>. Disto nos deu conta, em 1751, o pároco de Requião Gabriel Francisco de Araújo Vale, a propósito do batismo de João, filho de Manuel Alves de Araújo e de Mariana Luísa Moreira, nascido com *perigo de vida* no dia 16 de fevereiro desse ano, facto que levou a que fosse batizado logo depois do parto, pela tia paterna, a solteira Tecla, que também vivia na casa<sup>553</sup>. No entanto, por *duvidar da correta administração do sacramento*, segundo a interrogação feita à dita batizante, o zeloso padre Gabriel no exercício do seu ónus paroquial, batizou João na igreja com

---

<sup>549</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 10.

<sup>550</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 14.

<sup>551</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 11-12.

<sup>552</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 12.

<sup>553</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1725-1752, fls. 54-54v.



os rituais devidos ao ato. Tendo, então, direito à unção com os santos óleos e a um padrinho e uma madrinha, devidamente anotados e registados em livro próprio. A situação de emergência do batismo, feito *à pressa*, não tinha permitido sequer a existência de um padrinho, apenas a batizante, Tecla, declarada também madrinha.

Esta exigência e responsabilidade era afirmada e reiterada também ao clero, do qual se esperava uma preparação prévia do ato. À semelhança do que acontecia com a administração de qualquer sacramento, impunha-se rigor aos religiosos, na paramentação e na oração prévia das matinas, e aos envolvidos, idêntica preparação interior e exterior<sup>554</sup>. Muito embora as determinações sinodais e a vontade da Igreja em reduzir o sacramento à sua essência mística, os aspetos mundanos e de sociabilidade ganharam terreno, especialmente a partir do século XIX, face à sua dimensão catequética.

Embora a ritualização do sacramento do batismo pressupusesse a unção com os santos óleos, no entanto, tal nem sempre acontecia. Ou por, temporariamente, não os haver na igreja, ou simplesmente por estarem velhos e ser necessária a sua substituição, e, por isso, considerados impróprios para serem ministrados. Como o seu provimento e substituição não era uma tarefa fácil, obedecendo a um ritual próprio que exigia uma deslocação à Sé bracarense, que os disponibilizava, às vezes demoravam meses, até chegarem óleos novos. Do facto, decorria com frequência, não os haver na igreja para a administração dos sacramentos. A título de exemplo, apenas, sabemos durante cerca de mês e meio, de março a finais de abril de 1761, que não houve óleos na igreja de Requião para serem ministrados<sup>555</sup>. Por isso, eram legítimas as referências explícitas das constituições sinodais em determinarem que nestes casos, todos os que haviam sido batizados sem os santos óleos, voltassem à igreja para os colocar assim que esta estivesse novamente abastecida<sup>556</sup>.

Uma situação amiudadamente frequente, que voltou a acontecer em 1762 com Manuel, filho de Manuel Alves de Araújo e de Mariana Luísa Moreira, que tendo sido batizado no próprio dia do seu nascimento, a 15 de abril desse ano, sem a unção dos santos óleos, por não os haver na altura, teve de voltar à igreja paroquial, quatro meses depois, juntamente com outro batizante em situação idêntica. Ambos receberam os santos óleos em agosto, pelas mãos do pároco como determinavam as constituições sinodais<sup>557</sup>.

---

<sup>554</sup> Gouveia, António Camões, "A Sacramentalização dos Ritos de Passagem. O batismo", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 535- 536.

<sup>555</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos, 1752-1778*, fls. 72v.-74.

<sup>556</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 8.

<sup>557</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos, 1752-1778*, fls. 81v.-82.

A igreja paroquial era, pois, o palco privilegiado do sacramento do batismo, administrado pelo pároco, ou por um outro clérigo nomeado para o efeito, por exemplo, o cura ou coadjutor, sempre com licença do próprio reitor<sup>558</sup> onde estavam presentes os pais e os padrinhos e, eventualmente, outros fregueses que quisessem participar no ato. Era através do ritual do batismo, e perante a comunidade, pois era uma cerimónia pública, que novos elos de parentesco se formavam, e se exibiam publicamente a partir de então<sup>559</sup>. Tratava-se de um parentesco espiritual, às vezes mais importante que o de sangue, entre o recém-nascido e os pais deste, por um lado, e o padrinho e madrinha, por o outro.

Criada pelo batismo, a família cristã reconhecia um novo tipo de parentela, designada para alguns autores, de *pseudo parentela* ou *parentela artificial*, que surgia no momento da sacralização do rito, criando ligações de cooperação, de fraternidade espiritual entre as partes, acompanhada por interdições matrimoniais, cujo objetivo era evitar o incesto espiritual<sup>560</sup>. Desta premissa decorria as limitações impostas pelas autoridades religiosas no sentido de reduzir o número de parentes espirituais por altura do batismo. Ainda que certos teólogos defendessem a ideia de um único padrinho de batismo, nem sempre tal acontecia, e em finais da idade Média reinava o multi-apadrinhamento, quer quanto ao sexo quer quanto ao número desta parentela espiritual<sup>561</sup>. A título de exemplo da prática da existência de vários padrinhos e madrinhas, Joana d'Arc no seu processo inquisitorial declarou ter cinco padrinhos e madrinhas<sup>562</sup>.

Face a esta diversidade de situações de apadrinhamento, o concílio de Trento reduziu o número permitido de padrinhos e madrinhas, a um por cada batizado, e quando muito a dois de sexo diferente. Acabando com o decorrer do tempo à afirmação do padrão: padrinho/madrinha por batizante<sup>563</sup>. Tentava-se com esta limitação terminar com velhos hábitos culturais de três e quatro padrinhos de batismo, que vinham desde a Idade Média. O objetivo desta nova disposição era, sobretudo, restringir e regular o número de elementos com que se constituía a família, pelas questões que decorriam da união entre parentes, proibidas pelo direito canónico, de forma a não haver uniões consideradas ilícitas. Também no

---

<sup>558</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 17.

<sup>559</sup> Sobre a rede de relações sociais estabelecidas pelo batismo leia-se Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, "Fêtes du baptême et publicite des réseaux sociaux en europe occidentale...", pp. 153- 189.

<sup>560</sup> Berteau, Camille; Gourdon, Vincent; Robin-Romero, Isabelle, "Familles et parrainages: l'exemple d'Aubervilliers entre les XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles", in *Dix-septième siècle*, vol. 249, n<sup>o</sup> 4, 2010, pp. 597-621.

<sup>561</sup> Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, "Las familias y la elección de padrinos y madrinhas de bautizo en la europa católica en la Edad Moderna. Balance y perspectivas de investigación", in *Revista de Historia Moderna*, n<sup>o</sup> 34, Alicante, Universidade de Alicante, 2016, p. 24.

<sup>562</sup> Berteau, Camille; Gourdon, Vincent; Robin-Romero, Isabelle, "Réseaux sociaux et parrainage: les consequencesde l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552-1631)", in *Obradoiro de Historia Moderna*, n<sup>o</sup> 19, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2010, p. 282.

<sup>563</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, p. 115.

caso da família em estudo, e ao longo das dez gerações que analisámos sempre foram cumpridas com rigor as diretrizes tridentinas até ao concílio de Vaticano II: um padrinho e uma madrinha por criança.

Mesmo não sendo um elemento da família em termos consanguíneos, a figura do padrinho e da madrinha pressupunha como vimos um parentesco espiritual, que ficaria para sempre ligado entre estes, o batizado e seus ascendentes<sup>564</sup>. Uma relação espiritual entre compadres/padrinhos/afilhados que se tornava tão importante como as relações parentais, ao ponto de, na falta dos pais, serem aos padrinhos a quem o afilhado obrigatoriamente devia recorrer, em caso de necessidade. Por isso, muitas vezes se escolhiam para fazer parte desta parentela elementos económica ou socialmente influentes, aliados políticos, segundo uma ótica de clientelismo e patrocínio, que se desejava para o recém-nascido, e em última instância para a família do batizado<sup>565</sup>. Ou ainda membros do clero, já que o apadrinhamento por um sacerdote para além das vantagens sociais que tal implicava, uma vez que os pais do batizante passavam a ser parentes espirituais do sacerdote, a quem estava associado também algum prestígio económico para além do social, juntava-se o facto do encaminhamento doutrinal e religioso do afilhado.

Vemos que é também pelo batismo que a família, neste caso o casal, consegue alargar a sua rede de influências e os laços sociais<sup>566</sup>. De facto, se o casamento era um tipo de laço cujas fronteiras sociais eram bastante mais rígidas, era pelo batismo, através do parentesco espiritual que as famílias conseguiam estabelecer vínculos de tipo vertical<sup>567</sup>. Estratégias familiares que favoreciam e estimulavam relações, e sociabilidades, que sendo de trabalho, de vizinhança ou amizade ver-se-iam reforçadas pelos laços do parentesco.

As disposições sinodais bracarenses mencionadas além do número definiam também as características exigidas para se ser admitido como padrinho ou madrinha, e desta forma integrar a parentela, espiritual, do batizante. Teriam, obviamente, de ser batizados e crismados, ter idade superior a catorze anos, no caso dos homens, e doze no caso das madrinhas, saberem o Pai-Nosso, Avé-Maria e o Credo, para que os pudessem ensinar aos afilhados, como era sua obrigação<sup>568</sup>. Desta premissa

---

<sup>564</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 15.

<sup>565</sup> Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, "Las familias y la elección de padrinos y madrinhas de bautizo en la Europa Católica en la Edad Moderna...", pp. 30-31.

<sup>566</sup> O apadrinhamento, tal como o casamento, tornou-se frequentemente um meio de configurar redes sociais e clientelares. Consulte-se a propósito Rey Castela, Ofelia; Castro Redondo, Rubén, "Illegítimos y expositos en A Coruña, 1793-1900: apadrinhamento y onomástica", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Martín García (coords.), *Os Marginais*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, Lda, 2018, pp. 11-33.

<sup>567</sup> Sánchez Diego, Héctor Fernando, "De la clientela a la familia, ¿un camino de ida y vuelta? el fenómeno del padrino en el Valle de Iguña (siglos XVII-XIX)", in Henarejos López, Juan Francisco; Irigoyen López (editores), *Escenarios de familia: trayectorias, estrategias y pautas culturales, siglos XVI-XX*, Murcia, Universidad Murcia, 2017, p. 146.

<sup>568</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 16.

decorria o facto de não ser admitido a tal função quem fosse surdo ou mudo, pois e por esta incapacidade física, não poderia ministrar tais ensinamentos doutrinários ao afilhado.

Quanto ao ministro do sacramento dizem as referidas constituições sinodais que tal função só podia ser executada pelo abade, reitor ou cura da igreja paroquial onde viviam os progenitores. No entanto, possibilitava ainda *por alguma justa causa, ou por amizade, ou por sua devoção*<sup>569</sup>, que outro sacerdote o fizesse, desde que obtivesse para tal a respetiva licença do reitor da igreja onde decorresse o batismo. No caso em análise da família Alves, ocorreram os três tipos de situações, embora houvesse uma clara predominância pelo reitor da igreja. Durante estes quatrocentos anos em estudo, os batismos foram sempre realizados na igreja de Requião, onde a família residiu. Aconteceu também e esporadicamente em algumas gerações, sobretudo as de finais do século XVIII e inícios do século XX, que face à existência de alguns membros da família ligados ao sacerdócio e a exercerem benefícios paroquiais noutras freguesias, deslocavam-se a Requião, e sempre com licença do reitor da igreja da freguesia, para administrar o batismo aos seus sobrinhos. Foi o caso do padre Manuel Correia, de S. Miguel de Seide, tio-avô materno de Maria que se deslocou a Requião para batizar, em 1 de novembro de 1786, a filha mais velha da sua sobrinha Mariana Luísa Correia<sup>570</sup>. Ou então, em pleno século XX, Ernesto Alves Correia de Araújo, pároco em Santiago da Cruz, no concelho famalicense, que batizou a quase totalidade dos seus sobrinhos durante os anos 20, 30 e 40 na igreja paroquial de Requião, freguesia onde estes haviam nascido e viviam com os pais<sup>571</sup>.

## 2.2. O casamento

Além do batismo a família vivia o ritual do casamento, celebrado sempre pelos seus membros quer na sua dimensão sacramental, quer na festiva.

Ritualizado e normalizado segundo os cânones religiosos e sociais de cada época, o matrimónio foi-se alterando ao longo dos tempos. Se na Antiguidade Clássica, o casamento era visto como um ritual privado, originário da religião doméstica, entre a família da noiva e do noivo, que fazia a passagem da mulher para a esfera do culto da família do marido, ou seja para o marido, e logicamente para a sua alçada, com o passar dos tempos transformou-se num sacramento regulado pela Igreja<sup>572</sup>. Progressivamente, deixou a esfera privada para dar lugar a uma cerimónia pública, civil ou religiosa, que

---

<sup>569</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 17.

<sup>570</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, n.º 1, fl. 65.

<sup>571</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1925-1931, fls. 48v.-49; *Livro de Batismos*, 1931-1944, fls. 149-149v.

<sup>572</sup> Costa, Gley P., *O amor e os seus labirintos*, Porto Alegre, Editora Artmed, 2007, pp. 21-26.

ultrapassou a dimensão familiar<sup>573</sup>. No entanto, e muito embora essas alterações próprias das épocas, este ritual foi sempre encarado, por um lado, como um momento que fazia a transição entre dois estados, o de solteiro para o de casado, e por outro, como uma união entre um homem e uma mulher que potencialmente geraria descendência e constituiria família.

Sendo a base da família, já que esta era fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, limitar-nos-emos a analisar o casamento da família em estudo através da sua dimensão sacramental, explanada nos registos paroquiais, a única fonte primária que dispomos para o efeito. Ficará de lado a dimensão contemporânea do casamento, até por falta de registos, encarado com um significado diferente de épocas passadas, em que se privilegia o amor, a reciprocidade, a comunhão de interesses do casal para uma vida em comum. De facto, fruto de várias transformações socioculturais ocorridas na sociedade do século XX, o casamento deixa de estar voltado exclusivamente para a procriação e de ser celebrado sob égide de interesses familiares para ganhar uma nova dimensão liberta de valores religiosos.

Foi através da observação dos assentos de casamentos ao longo das nove gerações da família Alves<sup>574</sup> que compõem este trabalho, que podemos analisar a idade dos nubentes aquando do sacramento, a sazonalidade com que se efetuaram, o local do matrimónio, se foi na terra da noiva ou do noivo e se foram cumpridos, ou não, os preceitos da Igreja em cada momento da história. Tentaremos também verificar se os progenitores dos vários nubentes eram ainda vivos, ou já defuntos, aquando do casamento dos filhos, qual era o intervalo de tempo, em média, entre o casamento e o nascimento do primeiro filho do casal, se havia segundo casamento após a morte de um dos conjugues, enfim várias questões a que procuraremos responder.

O primeiro registo de casamento a que tivemos acesso, e nos interessa particularmente pois marca o início dos Alves em Requião, foi o matrimónio de António Álvares e Ana Rodrigues, realizado no ano de 1641. António Álvares, com mais de vinte anos<sup>575</sup>, vindo de S. Martinho de Sequeiró, no atual concelho de Santo Tirso, casou em plena primavera desse ano com Ana Rodrigues na igreja do mosteiro de Requião, freguesia donde a noiva vivia e era natural<sup>576</sup>. Embora tivéssemos interesse em conhecer os motivos que levaram António Álvares até Requião, não possuímos nenhuma informação que nos auxilie, resta-nos apenas colocar algumas hipóteses. Será que se tratou de uma anterior deslocação sazonal em

---

<sup>573</sup> Sobre o papel matrimonial consulte-se Foucault, Michel, *História da sexualidade. O cuidado de si*, São Paulo, Edições Graal, 2005, pp. 79-87.

<sup>574</sup> Limitamo-nos, e porque não é o objetivo deste trabalho uma pesquisa genealógica, e muito menos um tratamento exaustivo de todos os ramos familiares, apenas ao casamento de alguns elementos da família Alves, sempre do lado varonil.

<sup>575</sup> Não sabemos a idade certa de António mas terá certamente mais de 24 anos. O primeiro registo de batismo da freguesia de S. Martinho de Sequeiró foi o de 1617 e não encontramos qualquer informação do nascimento de António Álvares, por isso, terá muito provavelmente nascido antes desta data.

<sup>576</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 68.

busca de trabalho, como acontecia frequentemente em Seiscentos, e tendo conhecido Ana acabou por se casar com ela e estabelecer-se na freguesia da noiva? Ou, teria sido a proximidade geográfica entre as duas terras<sup>577</sup>, que os tornou conhecidos em alguma festividade religiosa e se apaixonaram, ao ponto de António largar a sua terra e ir viver para Requião?

Já sem ascendentes diretos, como acontecia à grande parte dos casais nos finais de Quinhentos e inícios de Seiscentos que chegavam à idade de casar sem os progenitores, António começou uma nova vida, numa terra que não era a sua, com a sua mulher, também ela órfã de pai, Pedro Gonçalves, entretanto falecido<sup>578</sup>. Feitas as denúncias prévias em ambas as igrejas a que pertenciam os noivos, com a publicação de banhos durante três domingos seguidos, e cumprindo a formalidade exigida pelo ritual de casamento tridentino, António e Ana acabariam por jurar promessas de amor eterno no dia 8 de maio de 1641, na igreja de Requião, perante Deus e perante o reitor, Mateus de Carvalho<sup>579</sup>. Ainda no rescaldo de Trento eram estas as formalidades exigidas pela Igreja do pós-concílio, de forma a validar o matrimónio.

O concílio de Trento havia-se deparado com dois grandes problemas que abalavam a questão do casamento e que era preciso resolver: por um lado, os casamentos clandestinos<sup>580</sup> celebrados sem a autoridade pública e sem a forma canónica, e por outro, a negação da sua sacramentalidade e a autoridade da Igreja Católica sobre ele, que a reforma protestante vinha afirmando<sup>581</sup>. Nesta matéria, a resposta do concílio foi decisiva e vinculativa, emanando uma série de orientações, para serem observadas e validarem o ato, que considerava um sacramento. Em duas sessões, as XXIII e XXIV, os padres tridentinos elaboraram doze cânones, compilados em dois decretos, legislando sobre a natureza doutrinal e disciplinar do matrimónio. Em termos doutrinários foi confirmada a sacramentalidade do casamento, a sua unidade e indissolubilidade, bem como foram definidas as competências da Igreja

---

<sup>577</sup> S. Martinho de Sequeiró nos limites do julgado de Vermoim, fazendo fronteira com as freguesias de Landim, Carreira e Bairro, será aquando da criação do concelho de Vila Nova de Famalicão, integrada no concelho de Santo Tirso, juntamente com as freguesias de Lama, Areias e Palmeira. Distância de Requião cerca de 14 Km.

<sup>578</sup> Pedro Gonçalves tinha falecido três anos antes, a 22 de maio de 1638. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1613-1641, fl. 75.

<sup>579</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 68.

<sup>580</sup> Casamentos que se realizavam sem a intervenção eclesial, inclusive mesmo fora de um templo e sem a presença de um sacerdote, e sem testemunhas. Ver *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 141-142.

<sup>581</sup> Sobre os casamentos clandestinos e o matrimónio em Trento consulte-se Mota, Guilhermina, "A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII", in Marques, Maria Alegria Fernandes (coord), *Mulher. Espírito e Norma: Atas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009, pp. 103-118; Fernandes, Maria de Lurdes Correia, *Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, FLUP, 1995; Henriques, Orlando José Guerra, *Matrimónio. A sacramentalidade de um sacramento diferente...*, pp. 103-111. Braga, Isabel M. R. Mendes Drummond, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir Mal do Sacramento do Matrimónio?*, Lisboa, Edições Huguin, 2003.

Católica no respeitante ao estabelecimento dos impedimentos matrimoniais<sup>582</sup>. No concernente à natureza disciplinar fez-se depender todo o processo da observância da forma tridentina, que impunha a celebração em face da igreja, na presença de testemunhas, da proclamação dos banhos, e do conseqüente registo do ato em livro próprio.

Desta forma, o concílio de Trento pôs ponto final à questão matrimonial reiterando-o como um sacramento, à semelhança dos restantes seis: batismo, confirmação, ordenação, penitência, eucaristia e extrema-unção, e instituiu-o em Cristo. Foi através desta instituição por parte de Cristo, da qual advinha a sua origem divina, que fez resultar a sua unidade e indissolubilidade<sup>583</sup>.

Gradualmente interiorizada pelas populações, foi esta conceção de casamento que fomos encontrar perfeitamente estabelecida na Idade Moderna. De facto, inconscientemente, e não só no que diz respeito ao casamento, os fiéis foram assimilando as orientações canónicas da Igreja Católica, que regulavam, em todas as dimensões, as suas vidas<sup>584</sup>. Tratava-se duma manifestação do poder da Igreja sobre a sociedade, que se apresentava como uma verdadeira criadora da ordem social, à qual todos se deviam submeter<sup>585</sup>. Inclusivamente o próprio poder temporal submeteu-se ao poder religioso reafirmando as disposições conciliares, ao apenas legitimar que *marido e mulher são meeiros em seus bens*, quando *casados por palavras de presente à porta da igreja ou por licença do Prelado fóra dela*, inviabilizando a situação no caso de falta de tais provas<sup>586</sup>.

Assim, para a licitude do matrimónio havia que se cumprir vários procedimentos que, só desta forma o legitimavam, e asseguravam que este se efetuava de acordo com as orientações tridentinas, explanadas objetivamente nas determinações diocesanas<sup>587</sup>. Foi o caso das constituições bracarense setecentistas, que logo no primeiro ponto, do título IX, *Do Sacramento do Matrimónio*, intitulado *Dos banhos, & denunciaçãoes, que se hão de fazer na Igreja, antes de se celebrar o Matrimonio*, são explanados os procedimentos a serem cumpridos, e cuja não observância era sujeita, obviamente, a pesadas penalizações<sup>588</sup>.

Uma das formalidades exigidas era a obrigatoriedade do anúncio prévio de *proclamas* ou *banhos*, as chamadas denunciaçãoes realizadas em três missas dominicais ou de dias festivos antes do

---

<sup>582</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna...*, pp. 23-26.

<sup>583</sup> Henriques, Orlando José Guerra, *Matrimónio. A sacramentalidade de um sacramento diferente...*, pp. 108-109.

<sup>584</sup> Mota, Guilhermina, "A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII...", p. 104.

<sup>585</sup> Ghirardi, Mónica; Irigoyen López, Antonio, "El Matrimonio, el Concilio de Trento e Hispanoamerica", in *Revista de Indias*, vol. LXIX, n° 246, 2009, pp. 247-248.

<sup>586</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1985, pp. 832-833.

<sup>587</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 131-134.

<sup>588</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 131-161.

casamento, de forma a publicitar nas paróquias dos nubentes a pretensão destes em celebração futura. O objetivo, além do conhecimento público, era constatar a possível existência de impedimentos ao matrimónio que se iria realizar<sup>589</sup>.

Paralelamente, uma outra condição indispensável para a validade do matrimónio era que este ato fosse celebrado por um clérigo *na Igreja, aonde ambos, ou algum deles for freguez, ou à porta della a qualquer hora do dia, & não de noite, estando presentes pelo menos duas, ou tres testemunhas*<sup>590</sup>. Acrescia, claro, a livre vontade dos nubentes em se unirem maritalmente.

Esta condição, que apelava ao mútuo consentimento, e sem coação de espécie alguma, sublinhada mais uma vez por Trento, encontrou sérias resistências por parte da coroa que, desta forma, tentava proteger a autoridade do poder paternal, em matérias matrimoniais, pensando sobretudo nos estratos mais elevados da sociedade<sup>591</sup>. De facto, se a Igreja Católica defendia a total liberdade na escolha do conjugue, excomungando todos aqueles que atentassem contra este direito matrimonial, e dispensasse mesmo a autorização dos pais dos noivos, a legislação régia, atenta aos interesses dos seus súbditos, e em particular, aos da nobreza, punia severamente aqueles que desobedecessem aos pais. As Ordenações Filipinas deserjavam as filhas menores, de 25 anos, que casassem contra a vontade dos progenitores, bem como puniam com degredo quem casasse com mulher menor sem autorização paterna<sup>592</sup>. O objetivo era acima de tudo assegurar casamentos que garantissem bons dotes, e uma grande prole para dar continuidade à linhagem e herdar o património fundiário da família, por isso as resistências às práticas da Igreja Católica.

Assim, todos os enlaces que não obedecessem a estes requisitos estabelecidos pelo concílio de Trento, e em particular pelo decreto *Tametsi*, que regulou a forma do casamento, explanado pelas constituições sinodais, seriam considerados nulos, sem qualquer validade. E aqueles que o contraíssem sem ser desta forma passariam a viver *em fama de casados*, sem o serem verdadeiramente, e, por isso, sujeitos ao julgamento público e moral da comunidade<sup>593</sup>. Verificamos assim, que a validade do matrimónio dependia exclusivamente da observância desta forma tridentina, que vigorou até ao Código de Direito Canónico de 1917.

---

<sup>589</sup> Mota, Guilhermina, "A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII...", pp. 106-110.

<sup>590</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 140.

<sup>591</sup> Consulte-se a propósito Hespanha, António Manuel, "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna", in *Análise Social*, vol. XXVIII, n° 123-124, 1999, pp. 951-973.

<sup>592</sup> *Ordenações Filipinas...*, pp. 927-930.

<sup>593</sup> Pimentel, Helen Ulhôa, "A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões", in *Univ. FACE*, vol. 4, n° 1/2, 2007, p. 37.



Por isso, logo nos registos de casamento de Seiscentos da família Alves, e ainda frescas as disposições conciliares de Trento, verificámos a referência explícita que os nubentes *forão recebidos na forma do Sagrado Concilio Tridentino*<sup>594</sup>, ou mesmo *na igreja na forma do Sagrado Concilio tridentino*<sup>595</sup>. Esta fórmula deixaria de aparecer no registo de casamento por nós estudado, relativo ao casamento de Francisco Álvares e Maria João, a 26 de abril de 1701, embora surja escrito que foram feitas as denuncias devidas, e sem impedimento algum, mas sem referência explícita a Trento<sup>596</sup>. A mesma ausência na fórmula do registo verificámo-la na geração seguinte, no assento de casamento do filho varão de Francisco e Maria João, Manuel Alves de Araújo que casa quarenta e oito anos depois dos pais, em 1750, com Mariana Luísa Moreira<sup>597</sup>. Já se tinham passados quase duzentos anos desde Trento, e não havia necessidade do registo expresse, referindo-se apenas ao cumprimento das formalidades decretadas pelo concílio, que havia regulado e legislado a nível pastoral e doutrinal sobre o matrimónio.

A publicação, e a inerente publicitação era, como vimos, determinante para a realização do casamento. Estas formalidades, entre outras exigidas, asseguravam à Igreja Católica dispositivos de controlo e de disciplinamento social sobre os fiéis<sup>598</sup> e permitiam-lhe imiscuir-se na esfera privada da vida do homem<sup>599</sup>. Era necessário saber se havia impedimentos canónicos a tais atos, como, por exemplo, os de consanguinidade e de parentesco, onde se incluía o espiritual<sup>600</sup>, os relativos à idade dos nubentes, que obrigavam aos catorze anos cumpridos para os rapazes e doze para as raparigas, ou mesmo saber se tinham havido promessas de casamento por *palavras de futuro* e outros esponsais, que inviabilizariam o enlace que se publicitava a futura realização.

Convém dizer que o casamento, embora não necessitasse obrigatoriamente das *palavras de futuro*, consistia apenas nas *palavras de presente*, essas sim, que validavam o matrimónio e o tornavam indissolúvel, perante Deus e os homens. No entanto, sabemos que poderia haver entre os nubentes, e isto acontecia maioritariamente nos estratos mais elevados da sociedade, *palavras de futuro* em que se

---

<sup>594</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 68.

<sup>595</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 88.

<sup>596</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João das Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Casamentos*, 1697-1739, fls. 16-16v.

<sup>597</sup> APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809, n° 1, fls. 65v.-66.

<sup>598</sup> Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal...*, pp. 114-119.

<sup>599</sup> Consulte-se Ghirardi, M. Mónica, *Matrimonios y familias en Córdoba. Prácticas y representaciones*, Córdoba, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2004, pp. 40-45.

<sup>600</sup> O conceito de parentesco foi alargado para parentesco espiritual, um conhecimento em linha transversal, não sanguíneo mas que ligava pessoas que possuíam laços de compadrio, por ocasião dos batizados, ou devido a ligações pelo casamento, como eram os casos dos laços entre cunhados, sogras, noras e genros.

comprometiam ao casamento e às quais não se poderiam furtar<sup>601</sup>. Estes esponsais que eram as *palavras de futuro* constituíam pois, um compromisso sério e válido, não só entre as partes que o contratualizavam, como perante a Igreja Católica, a quem competia, no caso de incumprimento de algum dos lados, a sua dissolução legal<sup>602</sup>. Ainda que apanágio da nobreza, que via no casamento uma forma de traçar alianças familiares e acautelar patrimónios, esta prática dos esponsais acontecia também noutros estratos sociais, estando bastante generalizada e até enraizada no costume das populações da Idade Moderna<sup>603</sup>.

Tratava-se, pois de uma promessa de casamento, realizada numa esfera familiar, privada, mas sempre a partir dos sete anos, pois era a idade mínima exigida para tais atos, que teria obrigatoriamente que resultar em matrimónio. Caso contrário era um impedimento válido para novo enlace destes contraentes quando quisesse efetuar com um outro nubente, e, por isso, sujeito à ação da justiça diocesana<sup>604</sup>, por incumprimento da celebração solene com *palavras de presente*<sup>605</sup>. Por isso, o casamento propriamente dito eram as *palavras de presente* proferidas na igreja, ou à porta da mesma, onde um sacerdote abençoava e legitimava a união dos nubentes, que eram pronunciadas sob juramento, segundo a expressão que apelava ao, sempre exigido, mútuo consentimento, *recebo-te por minha; recebo-te por meu*<sup>606</sup>. Acrescia o facto de serem públicas e com a presença das testemunhas.

Analisando os casamentos da família Alves de Seiscentos e Setecentos, não temos registo de ter havido *palavras de futuro* entre os nubentes. Mas as palavras de presente são referenciadas no casamento de Manuel Alves de Araújo e Mariana Luísa Moreira, a 27 de abril de 1750, na igreja de Requião.

*Aos vinte e sete dias do mez de Abril do anno de mil sete centos e cincoenta nesta Igreja Parochial do Mosteiro de Sam Silvestre de Requam termo de Barcelos, comarca, e Arcebispado de Braga Primaz em presença de mim Gabriel Francisco de Araújo Valle Reytor da dicta Igreja e das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas celebraram o Sancto Sacramento do Matrimónio por*

---

<sup>601</sup> Sobre este assunto consulte-se Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Os esponsais: forma e significado no contexto da sociedade portuguesa de Setecentos”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. V, Porto, FLUP, 1988, pp. 189-210; Mota, Guilhermina, “Longos e penosos meses de noivado. Um processo de esponsais na Coimbra do século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, n.º 44, 2013, pp. 359-388.

<sup>602</sup> Mota, Guilhermina, “A igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII...”, pp. 110-111.

<sup>603</sup> Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Os esponsais: forma e significado no contexto da sociedade portuguesa de Setecentos...”, pp. 190-191.

<sup>604</sup> A propósito do incumprimento das palavras de presente leia-se Ruiz Sastre, Marta; Macías Dominguez, Alonso Manuel, “Cuando el Amor Desaparece. Ruptura de Noviazgo y Separación Matrimonial en el Antiguo Régimen. El Caso del Arzobispado de Sevilla”, in Serrano Martín, Eliseo (coord.), *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Zaragoza, Diputación de Zaragoza, 2013, pp. 997-1013.

<sup>605</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 134-135.

<sup>606</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna...*, p. 21.

*palavras de presente*<sup>607</sup> Manoel de Araujo Alves, filho legitimo de Francisco Alves e sua mulher Maria Joam, do lugar da Rybeira, e Marianna Luisa, filha legitima de Luis Francisco e de sua molher Maria Moreyra do lugar de Pidre todos desta freguesia de Sam Silvestre de Requiam ao deposes de se lhe serem feitas as denunciações nesta dicta Igreja às estações das Missas conventuais de três dias festivos de preceito continuos **na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituçam deste Arcebispadô**<sup>608</sup> e lhe nam resultar impedimento algum...Forao testemunhas Manuel Coelho Vilar e Luis Soares Rodrigues e Manuel Correia de Figueiredo (...)<sup>609</sup>.

Um outro impedimento que importava aferir e fiscalizar era a questão do parentesco, no qual se incluía o espiritual, que ligava pessoas por laços de compadrio, como já referimos quando analisámos a questão do batismo. O concílio de Trento reafirmou a proibição do casamento entre parentes, mas com muito maior eficácia no seu cumprimento, até ao quarto grau de consanguinidade<sup>610</sup>. No entanto, consciente da dificuldade de tal imposição, pois ao alargar até ao quarto grau de consanguinidade da parentela proibida, tornava-se difícil encontrar pares num universo populacional limitado como era o paroquial, ao qual se acrescia o facto de os nubentes recorrentemente se cingirem ao princípio da igualdade social, a Igreja católica encontrou nas dispensas matrimoniais um instrumento eficaz para contornar a situação.

As dispensas, além de afirmarem a competência e autoridade da Igreja em matéria matrimonial, descriminalizavam pontualmente casamentos entre parentes, desde que sujeitos à decisão eclesiástica. Importava, por isso, saber se havia ligações deste tipo entre os nubentes. Se existissem, e desde que não totalmente dirimentes<sup>611</sup>, havia que obter junto da autoridade religiosa a respetiva dispensa que, caso fosse negada ou nem sequer chegasse a ser objeto de solicitação, era razão suficiente para a nulidade do comprometimento nupcial<sup>612</sup>.

---

<sup>607</sup> Grifo nosso.

<sup>608</sup> Grifo nosso.

<sup>609</sup> APR, *Livro de Casamentos, 1725-1890*, fls. 65v.-66.

<sup>610</sup> Osswald, Helena, "Sistemas de parentesco no Período Moderno: Definições religiosas e liberdades individuais em Portugal", in *Revista CEM: Cultura, Espaço & Memória*, vol. 3, 2012, p. 31.

<sup>611</sup> Os impedimentos podiam ser de dois tipos: os dirimentes e os proibitivos. Os dirimentes impediam o casamento e os segundos embora manchassem o casamento, de irregularidade passível de penitência e castigo para quem casasse nessas circunstâncias, mantinham-no válido. Era o caso daqueles que se realizavam em *tempos feriarum*, isto é do Advento à Epifania e da quarta-feira de Cinzas à oitava da Páscoa, e ainda a execução de crimes. Os impedimentos dirimentes podiam ser ainda de dois tipos: os absolutos, que impediam completamente o casamento e nunca podiam ser alvo de dispensa papal, como eram a menoridade canónica para o matrimónio dos nubentes, a loucura, o estado de casado; e impedimentos relativos, onde se incluíam os de parentesco, salvo se os contraentes obtivessem dispensa papal desse impedimento. Confira-se Barata, Ana Margarida Fernandes, *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2016, p. 64, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>612</sup> Ghirardi, M. Mónica, "Matrimonios y Familias en Córdoba. Prácticas y representaciones...", pp. 147-149.

Excluída pela Igreja Católica a consanguinidade matrimonial em graus proibidos e considerados práticas incestuosas e como tal um crime, sujeito mesmo a título próprio nas constituições sinodais bracarenses<sup>613</sup>, preservando o *pudor natural e louvável* pregado por Santo Agostinho, as dispensas solicitadas às autoridades religiosas incidiam sobretudo no terceiro e quarto grau de consanguinidade para efeitos de casamento. Estas eram obtidas através da aquisição de uma licença papal, *se o Sumo Pontífice dispensar*<sup>614</sup>, nem sempre acessível à generalidade da população, que muitas vezes preferia viver no estado de amancebado a pagar tais despesas, pois para as quais nem sempre possuía capital disponível<sup>615</sup>. Camilo Fernández Cortizo encontrou para a Galiza do século XVIII quatro tipos de causas para a dispensa canónica de parentesco. A primeira era a chamada *estreiteza do lugar*, isto é, a pequena dimensão da aldeia face ao mercado matrimonial disponível, a outra era a elevada idade da noiva, que comprometia as possibilidades de casamento no futuro, e ainda a pobreza ou a falta de dote, bem como a existência de relações sexuais anteriores que exigiam o casamento, a fim de evitar escândalo futuro<sup>616</sup>.

No nosso caso em estudo, em dez casamentos, vinte nubentes, só encontramos um caso de dispensa papal de consanguinidade requerida, e concedida a João Alves Correia de Araújo e Felicidade Assunção Correia, primos diretos pelo lado paterno, em 1860<sup>617</sup>. A dispensa matrimonial de parentes em terceiro grau, tal como as de quarto grau, eram relativamente frequentes no mercado matrimonial do Entre Douro e Minho no século XIX<sup>618</sup>. Esta união entre parentes não acontecia apenas nos graus imediatamente proibidos, para os quais se requeria licença, como analisámos.

Além dos parentes era também frequente encontrar o futuro noivo ou noiva entre a família mais afastada, ou entre as relações de amizade e de vizinhança, propiciadoras de sociabilidades e que acabavam por gerar ocasiões de encontros amorosos, que terminavam muitas vezes em casamentos<sup>619</sup>.

No nosso estudo encontramos as duas situações. A primeira aconteceu na segunda metade do século XVII, entre Francisco Álvares e Isabel de Araújo, vizinhos próximos, de lugares contíguos da

---

<sup>613</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 659-663.

<sup>614</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 147-149.

<sup>615</sup> Lopes, Maria Antónia, "As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 163.

<sup>616</sup> Fernández Cortizo, Camilo, "Espacios y reproducción social en la Galicia occidental en el siglo XVIII", in *Revista de Demografía Histórica*, Vol. XXII, nº 1, 2004, p. 96.

<sup>617</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866, fls. 168v.-169.

<sup>618</sup> Consulte-se Andrade, Vitória Fernanda Schettini; Silva, Beatriz Simão Gontijo, "Terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamentos e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, no século XIX", in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, Anpuh 50 anos*, São Paulo, Universidade de S. Paulo, 2011, pp. 6-10.

<sup>619</sup> Martin-Fugier, Anne, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol. 4, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, p. 237.

freguesia de Requião, ele do lugar da Ribeira, ela do lugar do Xisto, que casaram em setembro de 1668<sup>620</sup>. A segunda situação deu-se já em pleno século XX, aquando do casamento de Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro, primos afastados, em novembro de 1926<sup>621</sup>. A avó materna de Emília, de quem herdou o nome, era tia também pelo lado materno de Manuel Alves Correia de Araújo, seu futuro sogro e pai de Carlos e, por isso mesmo, seu, ainda, primo. Infelizmente, e como não ficaram registos e as fontes orais já são praticamente inexistentes, não sabemos as circunstâncias que levaram, primeiro ao namoro e depois ao casamento.

Curiosamente dois exemplos de casamentos com conceções pré-matrimoniais, ainda que no segundo caso, e até pela proximidade cronológica, tenhamos bastantes dúvidas e levantemos bastantes interrogações a respeito, visto que em ambos os casos ocorre o nascimento de um primeiro filho em menos de oito meses após o casamento. Começemos pelo primeiro exemplo, relativo ao casamento de Francisco Álvares e Isabel de Araújo, por não termos qualquer tipo de dúvida face a tal afirmação. Santos, nascido a 4 de novembro de 1668 foi a prova destas relações pré-matrimoniais<sup>622</sup>. Já o caso recente do casamento de Carlos e Emília, não se afigura assim tão fácil. Ainda que Jandira nascida a 1 junho 1927, sete meses após o enlace, seja desde logo conotada com uma conceção pré-nupcial, não nos parece. Muito provavelmente tratou-se de um bebé prematuro, ainda que não saibamos o tempo exato de gestação, que acabaria por falecer dias depois<sup>623</sup>. Isto porque, se tivermos em atenção todo o historial clínico dos doze partos de Emília, onde abundam várias mortes de bebés em tenra idade, e nados mortos são sintomas de sífilis materna que não foi objeto de tratamento<sup>624</sup>. A sífilis congénita, transmitida logo durante a gestação do feto por via da placenta, afetava os filhos de Emília e Carlos, provocando-lhes a morte. Carlos teria transmitido a doença à jovem mulher, de apenas dezoito anos, que estando contaminada, contagiava os seus bebés. Por se tratar de uma infeção sexualmente transmissível,

---

<sup>620</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 88.

<sup>621</sup> A avó materna de Emília chamava-se Emília Cândida Correia de Araújo, nascida no lugar de Além, em S. Miguel de Seide. Era filha de Manuel Alves Correia de Araújo e de Maria Joaquina de Sá, que tiveram dez filhos. Emília era a segunda rapariga, nascida em 22 junho 1840. Durante alguns anos viveu na casa do seu irmão padre, Manuel Joaquim, provavelmente até casar em 1869. Casou às cinco horas da tarde do dia 26 de janeiro com um rapaz um ano mais novo, também natural de S. Miguel de Seide, José Pinheiro Alves, ainda familiar de Manuel Pinheiro Alves, o famoso marido traído de Ana Plácido, mais concretamente seu tio. Deste casamento nasceu Angelina, futura mãe da jovem Emília que casará em 1926 com Carlos. Esta Emília Cândida era, por sua vez, tia materna de João Alves de Araújo, avô de Carlos.

<sup>622</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 55v.

<sup>623</sup> APTA, *Cédula pessoal de Jandira Alves de Araújo*, 1927, não paginada.

<sup>624</sup> APTA, *Certidão de óbito de Manuel Monteiro Alves de Araújo*, 1935, documento avulso, não paginado. Segundo a certidão de óbito ocorrida às vinte e três horas de 3 de fevereiro de 1935 deveu-se provavelmente, segundo o médico que assinou os procedimentos legais, a *heredossifilis*. Não eram as condições higiénicas da habitação ou mesmo a falta de assistência médica no parto que causavam esta debilidade congénita, provocando a morte dos bebés. Era a sífilis congénita que lhes levava as crianças de tão tenra idade.

frequentemente associada à prostituição, o estigma era grande<sup>625</sup>. Um perigo público que além de atacar a família e ameaçar o bom nome, comprometia a descendência<sup>626</sup>. Embora a prostituição fosse *tolerada*, designação dada às mulheres da vida, e vista como um mal necessário, que se admitia, e que os homens em determinado momento, especialmente na juventude, poderiam frequentar havia a convicção que a transmissão da sífilis se fazia por meio destas mulheres<sup>627</sup>. Aliás, alguns autores, em inícios século XX, defenderam a ideia de que a sífilis, uma mutação da lepra, teria tido origem numa prostituta que tivera relações sexuais com um leproso e espalhando desta forma a doença<sup>628</sup>.

Associada a excessos sexuais e à frequência de meios pouco recomendáveis, a sífilis era um assunto tabu para qualquer família de *bom nome*. Por isso, na família Alves nunca se comentou o motivo das mortes precoces das sucessivas crianças, nem mesmo a razão que levava Carlos Alves a tomar assiduamente injeções de penicilina. A terapêutica da sífilis fez-se graças à descoberta da penicilina, que veio permitir a cura de várias doenças infecciosas para as quais não se conhecia tratamento eficaz<sup>629</sup>.

Com maior ou menor distância geográfica, os Alves encontraram as suas futuras companheiras de vida no território da freguesia de Requião, seguido das freguesias das redondezas, num raio de distância relativamente próximo, que vai dos dois, no caso de S. Miguel de Seide, aos vinte quilómetros, distância percorrida até S. João das Caldas de Vizela, a freguesia mais longínqua, mais ainda pertencente à vasta diocese de Braga. Uma situação também semelhante à Galiza no século XVIII, onde os casamentos fora de portas eram minoritários, encontrando-se uma clara preferência por vizinhos da mesma paróquia para contraírem matrimónio, onde também dominava o costume de casar-se na igreja paroquial da noiva<sup>630</sup>.

Verificámos no caso concreto que quando as nubentes não eram de Requião, o casamento fazia-se, como era tradição e acontecia na maior parte das paróquias rurais, na igreja paroquial da noiva, o que não invalidava que o noivo regressasse, e já casado com a sua mulher, à freguesia de origem. Realidades confirmadas em dois estudos demográficos, um para o caso de Guimarães de Norberta

---

<sup>625</sup> Lopes, Célia Cristina Rodrigues, *As mil caras de uma doença-sífilis na sociedade coimbrã de inícios do século XX. Evidências históricas e paleopatológicas nas coleções identificadas de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, pp. 3-16, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>626</sup> Vaquinhas, Irene, "Paixões funestas e prazeres proibidos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 322.

<sup>627</sup> Pilão, Célia; Tacão, Sandra, "A profilaxia da sífilis em Portugal (1900-1940): suportes de propaganda", in Bastos, Cristiana (org.), *Clinica, Arte e sociedade: a sífilis no Hospital do Desterro e na saúde pública*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2011, p. 180.

<sup>628</sup> Lopes, Célia Cristina Rodrigues, *As mil caras de uma doença-sífilis na sociedade coimbrã de inícios do século XX...*, p. 14.

<sup>629</sup> Bell, Victoria, "Medicamentos e vida privada na primeira metade do século XX: o combate às infeções antes e depois da penicilina", in *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, Coimbra, 2016, p. 361.

<sup>630</sup> Fernández Cortizo, Camilo, "Espacios y reproducción social en la Galicia occidental en el siglo XVIII...", pp. 83-86.

Amorim<sup>631</sup>, e um outro, bem mais recente para o caso concreto do concelho famalicense, de Odete Paiva<sup>632</sup>. Foi o que aconteceu da família em estudo e ao longo destas nove gerações estudadas. A única exceção foi no casamento de Carlos e Emilia, em 1926, que se realizou, e excepcionalmente na igreja onde o padre celebrante, irmão do noivo, exercia o seu ministério paroquial, e não na paróquia dos nubentes, como era hábito.

Era também nestas áreas geográficas mais próximas que se geravam sociabilidades e que as famílias se conheciam. As relações quotidianas tinham nesta altura uma escala meramente local. O mundo da Idade Moderna era o mundo da vizinhança, da aldeia, sem a dimensão global dos tempos atuais. Por isso contrair matrimónio nas proximidades era igualmente favorecido pelo conhecimento prévio do futuro cônjuge e da sua família, razões de sobra para se ter em conta e atenção<sup>633</sup>. Só a partir do século XX, graças a uma melhoria das vias de comunicação e transportes, se assistiu a mobilidades mais alargadas permitindo, por isso mesmo, contactos e relações pessoais que seriam no passado, de todo impossíveis.

A família tinha ainda uma palavra a dizer no que respeitava ao casamento, encarado como uma etapa séria de mais para que não participassem na escolha do cônjuge ou deixasse a responsabilidade dessa opção apenas entregue aos jovens<sup>634</sup>. Por isso, tal assunto nunca dependia apenas da vontade dos noivos, isso só se verificará no século XX. Antes, as estratégias familiares e patrimoniais sobrepunham-se ao afeto e eram os pais, ou outros familiares, que decidiam e combinavam o casamento dos filhos. De facto, as grandes mudanças no casamento só aconteceram nos tempos contemporâneos, com a valorização do amor individual e do casamento por amor que a ideologia burguesa valorizou e defendeu<sup>635</sup>.

Ainda em 1908, Beatriz Nazareth reafirmava a importância da família na aprovação do futuro noivo. Era necessário desde logo tirar informações precisas sobre a sua fortuna, posição social e genealogia familiar, só depois poder-se-ia aprovar tal relação e pensar no casamento<sup>636</sup>.

---

<sup>631</sup> Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987, pp. 361-370.

<sup>632</sup> Paiva, Odete, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960. Crescer e progredir*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016, pp. 79-114.

<sup>633</sup> Fernández Cortizo, Camilo, "Espacios y reproducción social en la Galicia occidental en el siglo XVIII...", p. 86.

<sup>634</sup> Mota, Guilhermina, "A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII...", p. 103.

<sup>635</sup> Sobre o casamento como ideal de amor consulte-se Rüdiger, Francisco, "O amor no século XX. Romantismo democrático versus intimismo terapêutico", in *Tempo Social*, vol. 24, n° 2, São Paulo, Universidade de S. Paulo, 2009, pp. 149-168.

<sup>636</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, pp. 21-23.

Quadro 8 - Locais da celebração do casamento da família Alves (1641-1926)

Geração	Data	Freguesia da noiva	Igreja onde se celebrou o casamento
1	1641	Requião <sup>637</sup>	Igreja de Requião
2	1668	Requião	Igreja de Requião
3	1701	S. João das Caldas	Igreja S. João das Caldas,
4	1750	Requião	Igreja de Requião
5	1786	S. Miguel de Seide	Igreja de S. Miguel de Seide
6	182(?)	Vila Nova de Famalicão	a)
7	1860	S. Miguel de Seide	Igreja de S. Miguel de Seide
8	1887	Landim	Igreja de Santa Maria de Landim
9	1926	Ruivães <sup>638</sup>	Igreja de S. Tiago da Cruz

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos* 1641-1671; Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela*, 1657-1739; Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866; Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos*, 1869-1911; Fundo da Mitra Arquiepiscopal de Braga, Inquirições de Genere, *Inquirição de Genere de Francisco António Álvares*, 1811; APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809; APSC, *Livro de Casamentos*, 1922-1937.

a) Não existem os livros de casamentos entre 1745 e 1855 na paróquia de Vila Nova de Famalicão

Fotografia 2 - Casamento de Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>637</sup> Neste caso, a noiva era oriunda de Requião, tendo vindo o noivo de fora da terra. Foram estes nubentes que deram origem à história familiar em análise.

<sup>638</sup> Este casamento é um caso excecional. A noiva, sendo natural de Ruivães, seria expectável que casasse na igreja paroquial da freguesia, no entanto, o matrimónio ocorreu na igreja de S. Tiago da Cruz, em virtude de o padre celebrante, seu futuro cunhado, ser o titular da paróquia em questão.



Ao desenhar um modelo matrimonial, a Igreja Católica além de estabelecer as suas diretrizes no que respeita à forma, que deveria ser solene, na igreja ou em face dela, perante o pároco e na presença de testemunhas, submeteu-o, obviamente, ao resguardo obrigatório em *Tempus Feriarum* tridentino, que obrigava ao respeito pelos períodos do Advento e da Quaresma, entendidos como épocas de penitência<sup>639</sup>. Por isso, sendo o casamento uma celebração festiva na vida de um casal, e de uma família, não poderia ser realizado nestes períodos de *defeso* da Igreja. Estes condicionalismos, entre outros ligados à maior ou menor atividade da vida agrícola, estudados e comprovados por variados autores, acabariam por condicionar a sazonalidade dos matrimónios<sup>640</sup>.

Quadro 9 - Sazonalidade dos casamentos da família Alves (1641-1926)

Geração	Data do casamento	Mês em que foi realizado o casamento
1	1641	maio
2	1668	setembro
3	1701	abril
4	1750	abril
5	1786	janeiro
6	182(?)	a)
7	1860	abril
8	1887	maio
9	1926	novembro

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos* 1641-1671; Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela*, 1657-1739; Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866; Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos*, 1869-1911; Fundo da Mitra Arquiepiscopal de Braga, Inquirições de Genere, *Inquirição de Genere de Francisco António Álvares*, 1811; APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809; APSC, *Livro de Casamentos*, 1922-1937.

a) Não existem os livros de casamentos entre 1745 e 1855 na paróquia de Vila Nova de Famalicão, não havendo por isso informação.

Durante a Idade Moderna escolhiam-se preferencialmente os meses de abril e maio para casar<sup>641</sup>, por sucederem-se imediatamente à Quaresma, um período de interdição religiosa, e por conciliarem o

<sup>639</sup> Solé, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2001, p. 2.

<sup>640</sup> Leia-se a respeito da sazonalidade dos casamentos os trabalhos demográficos já citados de Norberta Amorim, Maria Glória Parra Santos Solé, Odete Paiva, José Alfredo Paulo Faustino, entre outros.

<sup>641</sup> Rodrigues, Teresa Ferreira, "As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII", in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento Lda, 2008, p. 210.

facto de serem meses de parco trabalho nos campos. Também os Alves, casados nos séculos XVII e XVIII vieram confirmar esta situação que acontecia um pouco por todo o mundo rural. Esta prolongar-se-á durante todo o século XIX, fruto de um país, ainda iminentemente rural, onde os interditos religiosos e o calendário agrícola continuavam a ter bastante influência, e sem grandes modificação no que respeita aos comportamentos face ao matrimónio<sup>642</sup>.

O mesmo não podemos dizer relativamente à idade do casamento, que durante o século XIX se assistiu a uma queda generalizada face aos séculos anteriores. Durante os séculos XVII e XVIII, também os Alves, seguiram a tendência geral da população rural portuguesa, efetuando um casamento tardio entre os nubentes da família<sup>643</sup>. Geralmente, em idades maduras, por volta dos vinte e oito anos, no caso dos homens, e as mulheres aos vinte e seis. Um comportamento idêntico aquele que Odete Paiva encontrou para as freguesias de Vila Nova de Famalicão, Santiago de Antas, Mouquim e Avidos<sup>644</sup>. E que também segue de perto os padrões estudados por Norberta Amorim para Guimarães, apresentando para as zonas rurais uma média geral de idade ao primeiro casamento de vinte e seis anos: 26,5 para as mulheres e 26,7 no caso dos homens<sup>645</sup>.

Apesar da superioridade em termos gerais da média da idade dos homens da família face às mulheres é, no entanto, de salientar três casos, no universo dos oito casamentos conhecidos, em que as nubentes eram mais velhas que os seus futuros maridos. Assim aconteceu em 1668 com Isabel de Araújo, mais velha dois anos que Francisco Álvares, com Maria João, que casou em 1701, aos vinte e sete anos com Francisco Álvares de vinte cinco, e finalmente, o caso de José António Alves, quatro anos mais novo que a mulher, Mariana Luísa Correia, de vinte e seis anos, com quem casou no dia 9 de janeiro de 1786<sup>646</sup>.

Diretamente relacionável com a idade média das mulheres ao primeiro casamento estava o número de filhos do casal, cujo potencial reprodutor aumentaria em casos de um casamento mais precoce para a Idade Moderna, uma vez que estamos num período de fecundidade natural. Os

---

<sup>642</sup> Veiga, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX*, Porto, Cepese/Edições Afrontamento, 2004, p. 120.

<sup>643</sup> Consulte-se Veiga, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX...*, p. 206; Santos, Carlota; Mesquita, Maria Herminia, "Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e património (estudo de casos)", in Santos, Carlota (coord), *Família, Espaço e Património*, CITCEM, Porto, 2011, pp. 30-32.

<sup>644</sup> Paiva, Odete, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960...*, pp. 85-91.

<sup>645</sup> Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico...*, p. 104.

<sup>646</sup> Encontrámos esta informação da data do casamento entre José António Alves e Mariana Luísa Correia na inquirição de generis de seu filho, o padre Francisco António Álvares em 1811, uma vez que não existem os registos de casamento da paróquia de S. Miguel de Seide entre 1701 e 1816. ADB, Mitra Arquiepiscopal de Braga, *Inquirições de Genere de Francisco António Álvares da freguesia de S. Silvestre de Requião, 1811*, não paginado.

nascimentos concentravam-se sobretudo nos primeiros anos de casamento, decrescendo progressivamente, como seria de esperar.

Quadro 10 - Idade dos noivos ao casamento (1641-1926)

Geração	Data do casamento	Idade do noivo	Idade da noiva
1	1641	-	-
2	1668	24	26
3	1701	25	27
4	1750	42	28
5	1786	22	26
6	182(?) <sup>a)</sup>	Ca 22	Ca 23
7	1860	35	29
8	1887	26	25
9	1926	24	18

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos* 1641-1671; Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela*, 1657-1739; Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866; Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos*, 1869-1911; Fundo da Mitra Arquiepiscopal de Braga, Inquirições de Genere, *Inquirição de Genere de Francisco António Álvares*, 1811; APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809; APSC, *Livro de Casamentos*, 1922-1937.

a) Não existindo os livros de casamentos entre 1745 e 1855 na paróquia de Vila Nova de Famalicão. Tivemos em atenção a idade de nascimento do primeiro filho de ambos

Segundo Teresa Rodrigues, até finais de Setecentos, o número médio de filhos por casal situava-se muito perto dos oito, caindo a partir dessa data para os sete, embora e como faz questão de esclarecer, estivessem muito longe dos resultados apurados como descendência final efetiva, descontada a probabilidade da morte até ser atingida a idade adulta, que era bastante frequente<sup>647</sup>.

Recorremos mais uma vez ao trabalho de Odete Paiva que estudou a freguesia de Vila Nova de Famalicão<sup>648</sup> para compararmos a quantidade de filhos que a família Alves teve ao longo destas nove gerações, tendo sempre em atenção somente, e como já salientamos desde o início, o lado varonil da família. Considerando os séculos XVII e XVIII, em média cada geração teve cerca de seis filhos, o que confirma os valores propostos pela autora no que respeita a Famalicão para esta data. Já no que

<sup>647</sup> Moreira, Maria João Guardado, "O século XVIII", in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa...*, p. 279.

<sup>648</sup> Paiva, Odete, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960...*, pp. 146-150.

concerne, ao século XIX a média aumentou, contrariando o padrão encontrado de cinco filhos por união em Vila Nova de Famalicão<sup>649</sup>.

Quadro 11 - Número de filhos por casal (1641-1945)

Geração	Data do casamento	Número de filhos por casal
1	1641	3
2	1668	9
3	1701	7
4	1750	9
5	1786	5
6	182(?)	12
7	1860	6
8	1887	8
9	1926	12

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672; *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725; *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778; *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870; *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891; *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899; *Livro de Registo de Batismos*, 1900-1908; *Livro de Registo de Batismos*, 1908-1911; Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Batismos*, 1759-1862; APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811; *Livro de Batismos*, 1811-1828; *Livro de Batismos*, 1828-1843; *Livro de Batismos*, 1843-1858; *Livro de Batismos*, 1911-1925; *Livro de Batismos*, 1925-1931; *Livro de Batismos*, 1931-1944; *Livro de Batismos*, 1944-1951.

Relacionada com a idade do casamento estava o número de filhos do casal. Igualmente condicionados por fatores diversos como a abstinência sexual por motivos religiosos, pelas doenças que surgiam, por épocas de trabalho intenso, pelo período pós-parto e consequentemente pelas fases prolongadas de aleitamento, que rondavam os nove meses em finais do século XVIII, limitando o número de descendentes dum casal<sup>650</sup>.

Sendo um sacramento indissolúvel, o casamento era para a vida. Como tal só poderia ser dissolvido com a morte de um dos cônjuges, ou em casos muito excepcionais quando se conseguia a anulação do matrimónio<sup>651</sup>. Por tudo isto, as uniões eram mais ou menos longas, e só terminavam, geralmente, por morte de um dos cônjuges. Na família Alves as uniões foram extensas. Em média ao longo das nove gerações o casamento durou cerca de 42 anos, e acabava quase sempre com a morte

<sup>649</sup> Paiva, Odete, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960...*, pp. 161-165.

<sup>650</sup> Veiga, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX...*, p. 112.

<sup>651</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "O Brasil Setecentista como Cenário de Bigamia", in *Estudos de Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 299-311.

da mulher, que partia mais cedo que o marido, contrariando as estatísticas de uma maior esperança de vida da mulher face ao homem.

Quadro 12 - Duração dos casamentos (1641-1926)

Geração	Data do casamento	Duração da união	Motivo da dissolução
1	1641	23 anos	Falecimento do homem <sup>1</sup>
2	1668	54 anos	Falecimento da mulher <sup>2</sup>
3	1701	53 anos	Falecimento da mulher <sup>3</sup>
4	1750	41 anos	Falecimento da mulher <sup>4</sup>
5	1786	50 anos	Falecimento da mulher <sup>5</sup>
6	182(?)	+ 51 anos	Falecimento do homem <sup>6</sup>
7	1860	16 anos	Falecimento da mulher <sup>7</sup>
8	1887	47 anos	Falecimento da mulher <sup>8</sup>
9	1926	50 anos	Falecimento do homem <sup>9</sup>

Fonte: Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672; *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725; *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769; *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864; *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900; APR, *Livro de Óbitos*, 1830-1853; *Livro de Óbitos*, 1931-1960; *Livro de Óbitos*, 1961-1980.

Como foram matrimónios de décadas, terminando, por isso, no final da vida com a morte de um dos cônjuges, neste caso maioritariamente da mulher, não houve segundos casamentos, embora estes fossem recorrentes na sociedade. A exceção aconteceu naquela geração em que o casamento foi mais curto, durando apenas dezasseis anos, entre João Alves Correia de Araújo e Felicidade de Assunção Correia, que faleceu precocemente aos quarenta e sete anos de idade e com filhos ainda pequenos<sup>652</sup>. Neste caso, assistimos a um segundo casamento de João, que contraiu matrimónio com uma criada de sua casa, Maria Ribeiro<sup>653</sup>, carinhosamente tratada na família por *Bia*. Um casamento que reflete o comportamento social de que as novas núpcias eram mais frequentes, e até mais rápidas, entre os viúvos do que quando eram as mulheres a enviuar, permanecendo geralmente nesse estado até ao final das suas vidas<sup>654</sup>. Bem como a preferência dos viúvos por mulheres solteiras, como era o caso de Maria

<sup>652</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 70v.

<sup>653</sup> Maria Rosa Ribeiro nasceu a 6 de Novembro de 1837, no lugar da Lage, em Requião. APR, *Livro dos Batizados*, 1828-1843, fl. 63. Faleceu a 29 de agosto de 1917 na Casa da Ribeira para onde foi viver quando casou com João Alves Correia de Araújo no dia 3 de fevereiro de 1879. Deste casamento não houveram filhos.

<sup>654</sup> Sobre este assunto consulte-se Sobrado Correa, Hortensio, "El mercado matrimonial en tierras de mejora. Estrategias nupciales en la Galicia rural de Antiguo Régimen", in *Revista Semanata: Ciencias Sociais e Humanas*, n.º 9, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1997, pp. 195-222.

Ribeiro, de quarenta e dois anos, mais nova, onze anos que o noivo<sup>655</sup>. Este foi o único de um segundo casamento na família Alves ao longo das nove gerações analisadas.

Não aparecendo documentados, os sentimentos e os estados de alma destes dezoito esposos resta-nos uma leitura, ainda que não a mais próxima da realidade, pelo menos a possível, que a longevidade destas uniões significou estabilidade do casamento e da família. A estabilidade do matrimónio e a harmonia dos esposos era algo que a Igreja católica pretendia e difundia, por isso a exigência de um casamento entre *iguais* ou pelo menos serem pessoas de estratos sociais aproximados. Só um casamento entre *semelhantes* era no seu entendimento, garantia de união e indissociabilidade futura. As desigualdades de idade, de condições económicas, sociais, de saúde eram considerados motivos de discórdia num matrimónio, por isso mesmo requisitos pouco recomendáveis para quem se casava. Pretendia-se igualdade no casamento<sup>656</sup>, embora estas questões de igualdade sejam muito difíceis de avaliar e comprovar para o período anterior ao século XIX. Parece-nos que no caso concreto da família em estudo havia uma certa igualdade social, exceção apenas evidente no caso de João Alves Correia de Araújo, que casou com a criada, ainda que em segundas núpcias.

### 2.3. A morte

A morte, paralelamente ao batismo e ao casamento era outro dos ritos de passagem que marcava para sempre a vida de uma família. Esperada ou inesperada, também a morte foi sentida, com maior ou menor intensidade pelos diferentes protagonistas da família em estudo.

Tal como o casamento, a morte foi, igualmente, encarada de forma diferente ao longo dos tempos, ainda que o ritual pouco se tenha modificado. A *morte domesticada*, definida por Philippe Ariès, no leito do quarto, onde o moribundo rodeado pela família e amigos aguardava serenamente o chamamento de Deus deu lugar à *morte selvagem* dos tempos atuais, na cama de um hospital, entre aparelhos médicos sofisticados e técnicos hospitalares de batas de cor clara, esperando-se o último suspiro confirmado pelo desligar das máquinas<sup>657</sup>. Uma morte que se recusa e se adia o mais possível, até graças aos avanços da tecnologia médica, que prolongam a vida de um moribundo que já não vive, no real sentido da palavra.

---

<sup>655</sup> APR, Livro para duplicado dos registos dos casamentos da freguesia de S. Silvestre de Requião deste arcepriado de Vila Nova de famalicão no ano de 1879, fl. 2.

<sup>656</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna...*, pp. 89-91; Andrade, Vitória Fernanda Schettini, Silva, Beatriz Simão Gontijo, "Terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamentos e uso da terra...", p. 6.

<sup>657</sup> Ariès, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Edições Teorema, 1989, pp. 19-25; 145- 153.

A *morte de mim*, por oposição à *morte de ti*, segundo definição do mesmo Ariès, foi a atitude que prevaleceu até ao século XIX. Isto é, a morte que preocupava cada um per si, e que aterrorizava o crente a ponto de investir o que tinha e o que não tinha na sua salvação. Preocupações essencialmente de ordem espiritual, ainda que houvesse as de ordem material mas estavam claramente subalternizadas face às primeiras, visíveis na proliferação de testamentos que encontramos nos registos.

Mais uma vez, e à semelhança do que aconteceu com os batismos e casamentos, foi pelos assentos paroquiais que recolhemos informações sobre a morte na família em questão. No caso concreto, foi através dos livros de óbito onde eram lançados os falecidos.

Inicialmente, como o referem as constituições sinodais bracarenses de 1697, estes livros paroquiais eram compostos de quatro partes: a primeira para os batizados, a segunda para os crismados, a terceira para os casados, e, a derradeira, para os defuntos<sup>658</sup>. Era aqui, na última parte do livro, que eram registadas para memória futura indicações relativas ao dia do falecimento, local de enterramento, testamenteiros e obrigação de missas quando as houvesse<sup>659</sup>. Basicamente, e até meados do século XIX, por altura do decreto de 2 de abril de 1862<sup>660</sup>, que introduziu algumas alterações nos assentos paroquiais, nomeadamente nos registos de óbito, são estas as informações que encontramos relativas à morte redigidas pelos párocos. A elas acrescem, e felizmente para os investigadores, registos pontuais às causas do óbito que alguns curas mais meticolosos resolveram incluir, geralmente explicadas quando os finados morriam sem sacramentos. Explanando minuciosamente, como foi o caso do padre Fabião Lopes da Costa que a octogenária Isabel de Araújo, *morreu de pé quando bebia um caldo*<sup>661</sup>. Ou, um outro exemplo, trinta e oito anos depois, em 1760, registado no óbito de Francisco Álvares, de oitenta e quatro anos, que faleceu *de morte imprevista, pois andando a trabalhar na sua eyra na manham em que faleceo recolhendo-se para caza a jantar morreo logo sem hâver tempo para vir recado para se lhe administrarem os sacramentos*<sup>662</sup>. Dois apontamentos preciosos, que graças ao zelo dos então reitores da igreja permitem-nos conhecer melhor o panorama que rodeou aquelas mortes e não ficando apenas pelo registo factual da data do óbito. Estas justificações impunham-se, uma vez que condicionavam a falta da santa unção, sacramento obrigatório que o sacerdote da aldeia era obrigado a ministrar a todos os seus fregueses, como determinavam as constituições sinodais.

---

<sup>658</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 23.

<sup>659</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 24.

<sup>660</sup> Decreto, 2 de abril de 1862. Consulte-se em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/37/92/p96>.

<sup>661</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 221.

<sup>662</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 164.

Antes de abordarmos as questões religiosas da morte, pois os registos de óbito são uma fonte inesgotável de apontamentos, impõem-se algumas considerações sobre as causas da mortalidade, nomeadamente sobre a doença, entre os Alves de Requião.

A generalidade dos Alves estudados, e referimo-nos sempre ao lado varonil e que transmite o nome da família, morreu tarde, ocorrendo a morte entre os setenta e os oitenta anos, havendo apenas duas exceções: João Alves Correia de Araújo, de cinquenta e seis anos, e Felicidade de Assunção Correia, sua mulher, com quarenta e cinco anos. Mesmo tendo em atenção os diferentes quadros demográficos, correspondentes a distintas gerações da família, e, por isso, com análises diferenciadas próprias de cada época, chegámos a idêntica conclusão: de um óbito ocorrido numa idade tardia face à generalidade da população estudada.

As causas concretas que levaram às suas mortes desconhecemo-las por completo, exceção, claro, da última geração, não só por as termos presenciado, como através da certidão de óbito que refere a causa da morte.

Quadro 13- Idade aquando da morte dos cônjuges (1641-1926)

<b>Geração</b>	<b>Data do casamento</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
1	1641	Ca. 80 anos	+77 anos
2	1668	82 anos	80 anos
3	1701	84 anos	80 anos
4	1750	84 anos	69 anos
5	1786	73 anos	76 anos
6	182(?)	76 anos	83 anos
7	1860	56 anos	45 anos
8	1887	82 anos	72 anos
9	1926	74 anos	81 anos

Fonte: ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672; *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698; *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725; *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769; *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864; *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900; APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960; *Livro de Óbitos*, 1961-1980.

Já para as gerações anteriores não temos qualquer indicação dos motivos que conduziram à morte dos Alves. Qual foi a doença, ou a causa que, direta ou indiretamente, levou às suas mortes? É uma pergunta para a qual não temos, infelizmente, resposta.



A presença da doença e da morte na Idade Moderna, muito particularmente nos séculos XVI e XVII, era uma constante na vida das populações<sup>663</sup>. Quer uma, quer outra eram inevitáveis e banais, espreitando a cada passo em todos os lares e em todas as famílias, sem atender a estratos sociais. Embora, claro está, a condição socioeconómica e o local de residência influíssem, positivamente ou negativamente, nas probabilidades maiores ou menores de sobrevivência de cada indivíduo. Nas cidades morria muito mais gente e mais cedo, mas também era nesses locais que se verificava uma maior diversidade de situações<sup>664</sup>. Pois, e a par de bairros populares onde a imperava a promiscuidade, à qual se associava a falta de salubridade e de higiene das habitações, propícias às mortes epidémicas, encontravam-se zonas mais nobres, ocupadas por estratos mais elevados, com maior resistência física à doença, graças também a uma dieta alimentar mais rica e variada, da qual se protegiam melhor. Nos meios rurais, embora houvesse desigualdades face à morte, elas eram menos evidentes, dependendo especialmente do ritmo das estações e da benevolência ou não do clima<sup>665</sup>.

A morte até século XIX apresentava sobretudo um carácter cíclico e sazonal, que vitimava os mesmos: com as mesmas causas, nas mesmas épocas, nos mesmos meses, atingindo os mesmos grupos etários e sociais. Em termos gerais, a maioria das mortes nestes séculos era provocada por doenças, sobretudo infecciosas, que variavam consoante as épocas do ano. Geralmente, o verão era propício às febres e complicações do foro intestinal, que afetavam mais particularmente as crianças, enquanto no inverno, a tendência das mortes concentravam-se nos meses mais frios, sendo causadas por anginas, hepatites, pneumonias, pleurizes, e outras tantas infeções de ordem pulmonar, que aumentavam e propiciavam outras enfermidades<sup>666</sup>. Segundo Teresa Rodrigues os níveis de mortalidade atingiam muito particularmente a infância, ceifando a vida a cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem o primeiro ano de existência, e só metade das crianças chegava aos sete anos de idade<sup>667</sup>.

Temos um exemplo deste tipo na família Alves em 1759. Num único mês, no fatídico mês de março, Manuel Alves de Araújo e sua mulher Mariana Luísa Moreira, viram morrer quatro dos seus cinco filhos. Teresa, de apenas um ano, a 15 de março<sup>668</sup>, seguida seis dias depois, da morte de Mariana<sup>669</sup> e

---

<sup>663</sup> Para a doença leia-se Santos, Eugénio dos, "O homem português perante a doença no século XVIII: Atitudes e receituário", in *Separata da Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 1, 1984, pp. 187-201.

<sup>664</sup> Rodrigues, Teresa Maria Ferreira, "Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 9, 1996, pp. 394-395.

<sup>665</sup> Moreira, Maria João Guardado, "O século XVIII", in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa...*, p. 269.

<sup>666</sup> Rodrigues, Teresa Maria F., "Um caso de mortalidade diferencial urbana...", pp. 395-397.

<sup>667</sup> Rodrigues, Teresa Maria F., "Um caso de mortalidade diferencial urbana...", p. 393.

<sup>668</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 159v.

<sup>669</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 159v.

Eugénia<sup>670</sup>, de apenas cinco e três anos, respetivamente. E como se não bastasse, no próprio dia em que a família enterrava as duas pequenas, faleceu Manuel, de sete anos a 22 de março<sup>671</sup>. Muito provavelmente estas mortes ter-se-ão devido a algum surto epidémico e contagioso, embora não tenhamos a prova documental do sucedido, nem conhecimento de nenhuma epidemia na região.

Logo depois, segundo tal autora, o ritmo das mortes diminuía, alcançando os valores mais baixos entre os dez e os quinze anos, para a seguir entrar numa curva ascendente, composta por um novo grupo etário entre os vinte e os quarenta anos. Neste grupo incluíam-se as mulheres com os riscos inerentes à gravidez e ao parto. A curva da mortalidade voltaria novamente a subir na fase dos quarenta tornando-se exponencial a partir dos cinquenta anos<sup>672</sup>. Pelo menos, e até final do século XIX, era diminuto o número de idosos, maiores de cinquenta e cinco anos, face à população total<sup>673</sup>.

Acresce-se a tudo isto o facto da ciência médica, e sobretudo até ao século XIX, se caracterizar por um fraco desenvolvimento, em que o diagnóstico e o tratamento à doença eram praticamente inexistentes, não nos permitindo avaliar a real importância das causas da morte que afetavam a população portuguesa de então. O diagnóstico era essencialmente feito em função do reconhecimento dos sintomas, com base no qual acabavam por dar o nome às doenças, auxiliados por exames muito rudimentares, baseados na apalpação e na inspeção do corpo e, como tal, falíveis e com pouco rigor<sup>674</sup>. Recorria-se essencialmente a uma terminologia simples, em função dos sinais externos da doença, onde as febres e as moléstias dominavam, sem grande capacidade de explicação da enfermidade em causa<sup>675</sup>. Paralelamente, e ainda que se desconheciasse o nome dado a muitas das patologias<sup>676</sup>, doenças como o tifo, as febres tifoides, a varíola, a malária, a cólera eram frequentes e contribuintes para as altas taxas de mortalidade destes tempos<sup>677</sup>.

Numa altura em que ciência médica estava ainda a dar os primeiros passos, e sobretudo em épocas em que a doença tinha um carácter contínuo e o seu controlo era muito difícil, e às vezes até

---

<sup>670</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 159v.

<sup>671</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 160.

<sup>672</sup> Rodrigues, Teresa Ferreira, "O século XIX", in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa...*, p. 376.

<sup>673</sup> Rodrigues, Teresa Maria F., "Um caso de mortalidade diferencial urbana...", p. 394.

<sup>674</sup> Rodrigues, Teresa Ferreira, "O século XIX", in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa...*, pp. 375-379.

<sup>675</sup> Sobre a doença e sua terminologia veja-se Couto, Manuel António Pereira, "O pároco e o facultativo. Comparando definições de morte nos registos paroquiais e hospitalares de uma vila transmontana no final do século XVIII e início do século XIX", in *CEM/ Cultura, Espaço & Memória*, n° 5, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2014, pp. 207-221.

<sup>676</sup> Sobre o estudo das patologias na Idade Moderna leia-se Fernandes, Paula Sofia Costa, *O hospital e a botica da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2016, pp. 219-222.

<sup>677</sup> Barbosa, Maria Herminia Vieira, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho, 2001, p. 9.

impossível a sua debelação, desde logo o seu surgimento, e de um modo particular a sua permanência, significava acima de tudo a morte. A enfermidade era talvez, e a par de outras calamidades que podiam ocorrer no seio de uma família, a pior das desgraças.

Encarada como uma maldição, a doença surgia muitas vezes aos olhos do homem Moderno, como resultado dos seus próprios pecados, que só os expiando se poderia curar. Muitos autores, entre os quais Erasmo de Roterdão acreditavam que a cura das doenças, mais que nos receituários médicos, se encontrava no poder da oração, e na intervenção dos santos, nomeadamente do arcanjo S. Miguel, que tinha a autoridade diretamente confiada por Deus de as curar<sup>678</sup>. Os próprios médicos corroboravam esta ideia, declarada já desde a antiguidade clássica pelos pais da medicina, Hipócrates e Galeno, ao afirmar a origem divina das moléstias e ao subalternizar a prática médica face à administração dos sacramentos, que tinha a primazia em todo o processo<sup>679</sup>. A situação só melhoraria a partir do século XIX, graças aos avanços da ciência médica neste período, mas nem por isso capaz de afastar muita da credence face à doença que ainda subsistia, sobretudo nos meios rurais, em pleno século XX<sup>680</sup>.

Por isso, logo que a doença surgia, e se instalava com uma maior duração, sabia-se se havia chegado a hora do adeus definitivo. Em caso afirmativo, era pois necessário estar preparado para a eventualidade de, e a todo o momento, se ter de comparecer perante Deus<sup>681</sup>. Daí que, e mais que o médico, impunha-se a presença do sacerdote no leito da morte. Aliás, e cumprindo as diretrizes da Igreja tridentina, reguladas pelas disposições das constituições sinodais, os médicos na sua visita ao lar do doente estavam cientes que deveriam advertir a família a chamar o confessor. Esta situação deveria ser logo efetuada na sua primeira vista ao enfermo em que recomendaria que este se confessasse. E caso, três dias depois, tendo voltado novamente a visitá-lo, este ainda não o tivesse feito, as constituições sinodais obrigavam o clínico a não voltar e a interromper qualquer tratamento que tivesse em mãos<sup>682</sup>. Pois, caso não o fizesse além de ser declarado *perpetuamente infame*<sup>683</sup> e privado do seu grau e habilitação médica, poderia mesmo ser impedido de entrar na igreja e ser admitido aos ofícios divinos.

---

<sup>678</sup> García Hinojosa, Pablo, *Simbolismo, religiosidade y ritual barroco. La muerte en Teruel en el siglo XVII*, de Zaragoza, Universidade de Zaragoza, 2010, p. 70, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>679</sup> García Hinojosa, Pablo, *Simbolismo, religiosidade y ritual barroco...*, pp. 68-69.

<sup>680</sup> Leia-se a propósito de credences, benzeduras e tratamentos de maleitas Matos, Albano Mendes de, "As doenças na Gardunha: Credences, Benzeduras e Curativos", in Marques, António Lourenço (dir.), *Medicina na beira interior da pré-história ao século XX, Cadernos de Cultura*, nº 20, 2006, pp. 82-85.

<sup>681</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, p. 123.

<sup>682</sup> Martínez Gil, Fernando, *Actitudes ante la muerte en el Toledo de los Austrias*, Madrid, Edições Siglo XXI, 1993, pp. 40-41.

<sup>683</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 62.

A presença do sacerdote junto dos doentes era de facto uma prática interiorizada por todos: médicos, doentes e familiares. Importava, sobretudo, curar a alma mais do que curar o corpo<sup>684</sup>. Por isso, se exigia que o moribundo morresse livre de pecados e espiritualmente confortado, uma vez que a morte podia chegar a qualquer momento<sup>685</sup>. E só a Igreja tinha capacidade de o fazer, já que reservava para si o monopólio do negócio da morte, quer durante a agonia, quer no *post-mortem*. Mais um, entre tantos outros instrumentos, poderosos, de disciplinamento e controle das populações<sup>686</sup>. Desde o mais simples camponês ao mais poderoso aristocrata, o moribundo deveria ter ao seu lado o sacerdote que o protegeria nesses momentos finais, dos ataques do demónio mas também aliviá-lo-ia da dor física, se fosse o caso, ao mesmo tempo que preparava a sua alma para a glória eterna<sup>687</sup>. Era esta a *boa morte* que todos almejavam. Uma morte serena, no leito, onde, rodeado da família, dos amigos, dos membros da confraria, dos vizinhos, o moribundo cumpria todos os procedimentos que exigiam o costume, deixando as questões de ordem terrena tratadas e preparando-se para a sua alma ser recebida no outro mundo<sup>688</sup>.

Disso davam conta os tratados de *Ars Moriendi*, um género literário que reflete esta preocupação com o bem morrer do cristão, que pelo menos lhe asseguraria o Purgatório, e o ajudaria a ter um trânsito virtuoso de acordo com os preceitos reformistas<sup>689</sup>. Preceitos que preconizaram uma nova atitude perante a inevitabilidade do passamento, seguindo um programa doutrinal *de intimidação e uma pastoral do medo*, própria da contrarreforma. Era uma atitude, segundo Antonia Morel d'Arleux, claramente distinta dos tratados de preparação para a morte de inspiração Erasmista anteriores a Trento<sup>690</sup>. Nesses hinos, e ao contrário dos contrarreformistas, preconizava-se acima de tudo uma conduta e uma vivência santa e cristã, que não se reduzia a uma preparação feita à pressa nos últimos instantes do moribundo. O lema era, essencialmente, *viver bem para morrer melhor*<sup>691</sup>. Não se tratava de impor normas que se deviam seguir no trânsito da morte mas, e acima de tudo, formar espiritualmente o cristão para quando chegasse

---

<sup>684</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, "A viagem para o além na Braga setecentista: a vivência das "últimas horas" no mundo terreno", in *Diálogos*, vol. 20, nº 1, 2016, p. 51.

<sup>685</sup> Sánchez Pérez, María, "La Muerte por entregas", in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 15, 2008, p. 78.

<sup>686</sup> Consulte-se Paiva, José Pedro, "La reforma católica en el período de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)", in *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, nº 20, 2010, pp. 1-37.

Disponível em linha <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/viewFile/220/27519-20>.

<sup>687</sup> Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, pp. 229-230.

<sup>688</sup> Martínez Gil, Fernando, *Actitudes ante la muerte en el Toledo de los Austrias...*, pp. 25-26.

<sup>689</sup> Sobre os tratados de preparação para a morte consulte-se Morel D'Arleux, Antonia, "Los tratados de preparación a la muerte: aproximación metodológica", in García Martín, Manuel (coord.), *Estado actual de los estudios sobre el Siglo de Oro: actas del II Congreso Internacional de Hispanistas del Siglo de Oro*, vol. 2, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1993, pp. 719-734.

<sup>690</sup> Morel D'Arleux, Antonia, "Los tratados de preparación a la muerte...", pp. 724-729.

<sup>691</sup> Morel D'Arleux, Antonia, "Los tratados de preparación a la muerte...", p. 725.

a sua hora ele estivesse preparado, pela sua conduta durante a vida. Esta era a grande diferença face ao pós-Trento.

A reforma tridentina ao reforçar a autoridade da Igreja impondo a sua fiscalização e vigilância também sobre a morte, consignando os últimos sacramentos da confissão, comunhão e extrema-unção como fundamentais, definia o seu ideal de morte<sup>692</sup>. Estabelecia-se a crença numa morte em que a alma podia condenar-se ou salvar-se no último momento da sua existência, e que uma *boa morte* poderia redimir um conjunto de faltas e omissões, desde que se cumprissem os preceitos à hora da morte assegurando-se da presença do clero junto do moribundo<sup>693</sup>.

Estes ideais eram preconizados pelas várias constituições sinodais, que estabelecem a obrigatoriedade de os párocos administrarem os sacramentos e o moribundo de os receber. Por exemplo, as constituições sinodais bracarenses de 1697 registam a pena de prisão e suspensão de ofício a todo o pároco que, por culpa sua, deixasse falecer algum enfermo sem confissão, comunhão ou extrema-unção. Ao mesmo tempo, determinam que os moribundos que se recusassem a receber a extrema-unção seriam privados de sepultura eclesiástica<sup>694</sup>. Por isso, e até para se livrar da sua responsabilidade no ato da não administração dos últimos sacramentos a todos os que faleciam subitamente sem tal requisito obrigatório, os párocos especificavam sempre, pois a tal eram obrigados, o motivo das mortes inesperadas e repentinas. Estas mortes não se desejavam, de todo. Eram sobretudo associadas a problemas do aparelho circulatório e doenças cardíacas, designadas pelos sacerdotes que registavam o óbito de apoplexias<sup>695</sup>, geralmente decorrentes de uma hemorragia cerebral ou acidente vascular cerebral, e uma perda de consciência repentina. Talvez tenha sido este o caso de Isabel de Araújo, em 1722, que sabemos estar *decrepita e insensata há mais de um ano*<sup>696</sup>, quando caiu morta enquanto ingeria um caldo. O mesmo poderá ter acontecido, na geração seguinte da família em análise, com o caso de Francisco Álvares, que aos oitenta e quatro anos, e depois de uma manhã de trabalho em pleno mês agosto, caiu inanimado em casa, à hora do almoço<sup>697</sup>. Provavelmente, um grande esforço físico associado ao calor de um dia de verão terão sido as causas dessa morte súbita e inesperada, e, por isso mesmo, sem haver tempo de lhe serem ministrados os sacramentos, devidos à hora do falecimento.

---

<sup>692</sup> Polanco Melero, Carlos, "Muerte y mentalidad en la Castilla del siglo XVI: continuidad y cambio, el caso de Burgos", in *Boletín de la Institución Fernán González*, Burgos, Universidad de Burgos, n.º 218, 1999, pp. 121-123.

<sup>693</sup> Reder Gadow, Marion, "Actitudes ante la muerte en Melilla, en la transición del XVIII (2.ª parte)", in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, n.º 21, 1999, pp. 329-331.

<sup>694</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 58-60.

<sup>695</sup> Para analisar as causas das mortes súbitas consulte-se Hinojosa, Pablo, *Simbolismo, religiosidade y ritual barroco...*, pp. 104-107.

<sup>696</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 22.

<sup>697</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1760, fls. 163v.-164.

Também os familiares do falecido eram responsabilizados no ato da morte súbita. Perante tal facto, estavam obrigados a justificar o seu comportamento e a apresentar testemunhas da sua boa-fé à hora da morte do parente, e os motivos pelos quais não haviam chamado o pároco a tempo de lhe ser ministrado os últimos sacramentos. Encontrámos igualmente esta situação entre os Alves no caso da morte de uma jovem de dezassete anos. Úrsula, filha de Francisco Álvares e Maria João, faleceu inesperadamente a 28 de julho 1730. Como os pais não avisaram o pároco atempadamente foram condenados. Na sequência dessa condenação e em prol da sua inocência e verdade, tiveram que apresentar os vizinhos como testemunhas da sua boa-fé que os aliviaram da sua culpa e respetiva condenação<sup>698</sup>.

Além da morte súbita, sem anúncio prévio da doença, tivemos nas causas da morte dos elementos da família, a chamada morte violenta. Tratou-se de uma morte brutal, à facada, que embora tenha ocorrido na década de oitenta do século XIX, e, por isso mesmo mais liberta dos ideais contrarreformistas, não deixava de ter conotações negativas em termos sociais e religiosos<sup>699</sup>. Uma morte que pela sua imprevisibilidade poderia pôr em perigo a salvação da alma, já que não permitiria uma reconciliação com Deus, pela confissão e comunhão, nem uma preparação prévia daquele que sucumbiu pelas mãos de outro. Estas almas poder-se-iam tornar terríficas e ameaçadoras, pois estariam condenadas a vagar sobre o local onde pereceram, e onde haviam perdido a sua parte corporal. Superstições e lendas, que no nosso caso concreto, e passados mais de cento e vinte anos, após a morte violenta ocorrida às cinco da manhã no seguimento duma rixa entre irmãos, não tiveram eco. Sem informações de maior, para além da indicação numa pequena nota escrita num papel solto do padre da freguesia, que encontrámos no arquivo paroquial de Requião, nada mais sabemos do que se passou nesses primeiros dias de agosto de 1881, ou o que motivou tal discussão e consequente agressão, à facada na Casa da Ribeira. Muito provavelmente, a morte ocorrida às cinco e trinta da madrugada de 3 de agosto teria sido resultante dos ferimentos. E que teriam levado a família a chamar o pároco para a extrema-unção, pois foi registado a indicação de ter falecido com os sacramentos:

---

<sup>698</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 33v.

<sup>699</sup> Sobre a morte violenta e com derramamento de sangue consulte-se se García Hinojosa, Pablo, *Simbolismo, religiosidade y ritual barroco...*, pp. 108-115.

*A 3 de agosto às 5 horas e trinta da manhã (Ribeira) falecimento com sacramentos de José Alves de Araújo, 46 anos, solteiro, natural desta (assassinado às facadas por seu irmão Custódio Alves de Araújo) filho legítimo de Domingos Alves de Araújo e de Teresa da Costa*<sup>700</sup>.

Quer a morte imprevista ou súbita, quer a morte violenta eram dois tipos de partida que nenhum bom cristão desejava para si ou para os seus. Até meados do século XIX, a morte, a que ninguém escapava por ser banal na vida das famílias, deveria ser preparada e acompanhada. A agonia, que poderia prolongar-se no tempo face à inexistência duma morte medicamente assistida, poderia durar semanas ou meses, uma eternidade para quem presenciava e vivia o espetáculo do transe<sup>701</sup>, algo a que todos tinham acesso, já que não se afastava ninguém do moribundo ou do seu quarto, até mesmo as crianças. Uma situação impensável à luz dos tempos atuais, em que é afastado dos mais pequenos todo o processo da morte. Mesmo os ritos funerários, de caixão fechado, estão interditos às crianças pela carga emotiva e negativa que encerram, considerada pelos pais como prejudicial ao seu saudável crescimento.

Havia, pois, até finais do século XIX, um ideal de morte, ou melhor de *boa morte*, previamente preparada cujo objetivo final era obter a salvação eterna na Glória do Céu<sup>702</sup>. Uma morte ideal, conseguida graças a uma série de procedimentos que um bom cristão teria de diligenciar para o processo de *bem morrer*. Deste, fazia parte a elaboração do testamento<sup>703</sup>. Através deste documento escrito para memória futura, o homem moderno, consciente da sua mortalidade e finitude, assumia a responsabilidade de repor eventuais faltas que havia cometido, quer no plano material, quer no espiritual<sup>704</sup>.

Esta prática era exortada pela Igreja contrarreformista, através das constituições sinodais. No caso concreto das constituições bracarenses mencionadas, foram consignadas três títulos próprios onde se legislava sobre a componente religiosa do ato e as consequências que lhe advinham no que dizia respeito à salvação da alma<sup>705</sup>. Para o crente, o céu poderia ser ganho mediante alguns condicionalismos

---

<sup>700</sup> APR, documento avulso, não paginado. Infelizmente, neste arquivo há um hiato de cerca de doze anos entre 1875 e 1887 em que não há registos paroquiais. Não sabemos qual o motivo dos assentos não terem sido lançados nos livros respetivos, embora o pároco os tenha apontado em papéis soltos, como foi o caso deste óbito de José Alves de Araújo.

<sup>701</sup> Lopes, Maria Antónia, "As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 180.

<sup>702</sup> Consulte-se González Lopo, Domingo Luis, "El ritual de la muerte barroca: la hagiografía como paradigma del buen morir cristiano", in *Semata, Ciencias Sociales e Humanidades*, vol. 17, 2005, pp. 299-320.

<sup>703</sup> Em Portugal, o recurso ao testamento difunde-se a partir do século XIII, generalizando-se nos séculos seguintes sobretudo graças à influência das ordens mendicantes. Confira-se Araújo, Ana Cristina, "Morte", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 270.

<sup>704</sup> Leia-se Reder Gadow, Marion, "La escritura testamentaria como fuente de información multidisciplinar", in Javier Campos, Francisco; Sevilla, Fernández (coord.), *El mundo de los defuntos: culto, cofradías y tradiciones*, vol. 2, San Lorenzo de El Escorial, Ediciones Escorialenses, 2014, pp. 925-940.

<sup>705</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, pp. 441-462.

ou um conjunto de legados pios instituídos à hora da morte, ou ainda, e preferencialmente, assim que se sentia que o fim estava próximo: fosse pelo avançar da idade, quer pela doença que parecia se ter instalado sem dar tréguas de abandono.

O testamento, definido como declaração de última vontade que uma pessoa fazia, dividia-se em duas partes<sup>706</sup>. Na primeira, o testador tratava as questões relativas à sua morte e ao destino do corpo, e na segunda eram referidos os aspetos da vida material e mundana. Estes assuntos eram sempre secundarizados face às questões da alma. De facto, muito mais que os quesitos patrimoniais de sucessão, que o sistema jurídico e o direito sucessório de forma mais ou menos justa asseguravam<sup>707</sup>, importava ao homem Moderno assegurar um conjunto de práticas que visavam acima de tudo a salvação da sua alma. Questões sobejamente evidentes nas disposições que eram deixadas ao cumprimento dos seus testamenteiros, e que diziam respeito à sepultura, ao hábito que o amortalaria, ao acompanhamento do corpo, às cerimónias fúnebres, à refeição que desejava oferecer no enterro, seguidas num momento posterior, das missas por intenção e devoção particular, das esmolos que deveriam ser entregues, que assegurariam a tão desejada passagem para o Além<sup>708</sup>. De realçar que a satisfação destes bens d'alma não podia exceder a terça parte da totalidade dos bens do testador, a chamada *quota disponível*, no caso de haver herdeiros. Isto porque, e para legalmente precaver os herdeiros de alguma *libertinagem ou doideira* do testador, da eventualidade de querer deixar tudo à Igreja Católica, na ânsia desesperada de salvar a sua alma às portas da morte<sup>709</sup>.

É nessa *quota disponível*, permitida pela lei e protegida pelo Estado, que os testadores, tementes e professando a sua fé na misericórdia de Cristo, registavam as suas últimas vontades e os bens d'alma que eram pagos desse terço. Aliás, só depois de satisfeitos esses legados pios é que o herdeiro beneficiado poderia dispor dos restantes bens que lhe eram testados<sup>710</sup>. Uma situação que se alterará no decurso do século XIX, em que essa quota disponível passaria para a família, libertando a atribuição do

---

<sup>706</sup> Sobre este assunto confira-se Heredia Gálian, María José, "Los testamentos. Un tipo textual com tradición: dela Edad Media a la actualidad", in *Revista de investigación lingüística*, nº 1, vol. V, 2002, pp. 155-178; Alemán Illán, Anastasio, *Actitudes colectivas ante la muerte en Murcia durante el siglo XVIII*, Murcia, Universidad de Murcia, 1992, pp. 160-192, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>707</sup> Leia-se a propósito Durães, Margarida, "Filhos e enteados. Práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, séculos XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Série História*, Vol. XV, N.º 1-2, 2001, pp. 175-216.

<sup>708</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...": alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses (sécs. XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 13, nº 2, 2000, p. 299.

<sup>709</sup> Durães, Margarida, "Filhos e enteados. Práticas Sucessórias e Hereditárias no Mundo Rural (Braga, séculos XVIII-XIX)...", pp. 175-216; Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, pp. 272-273.

<sup>710</sup> Durães, Margarida, "Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população", in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo...*, p. 172.



terço dos encargos pios, e que reflete de algum modo uma mudança de atitude face às preocupações eternas<sup>711</sup>.

Uma situação confirmada, a título de exemplo, no caso da família em estudo, através de um testamento de 1860, encontrado na amálgama de papéis do cofre da Casa da Ribeira, e que já vinham de gerações passadas. Foi o testamento de Francisco António Álvares de Araújo, clérigo e temente a Deus, como o refere. Neste documento de uma só folha de papel escrita em ambos os lados, o padre Francisco registou as disposições espirituais que desejava ver cumpridas após a sua morte, nomeando o sobrinho João Alves Correia de Araújo como testamenteiro. Seguindo os trâmites normais da elaboração do codicilo, fez a habitual saudação e a sua identificação como clérigo, à qual se seguiu o preâmbulo religioso onde encomendou a sua alma, tecendo também várias considerações sobre o seu estado de saúde e sobre toda a sua vida e morte que dizia esperar<sup>712</sup>. De realçar que o padre Francisco não estando propriamente doente, mas encontrando-se numa idade que se considera avançada para o tempo, sessenta e seis anos, resolveu proceder à feitura do seu testamento. A razão invocada foi a velhice, indo de encontro às razões da grande maioria dos testadores, como o confirmou Tiago Ferraz na análise que efetuou dos testamentos bracarenses de Setecentos<sup>713</sup>. De facto, e depois da doença, a velhice, e a consequente aproximação do fim de vida eram as razões mais apontadas para a elaboração do testamento, evidenciando desta forma a necessidade de garantir a salvação da alma<sup>714</sup>. Muito embora a Igreja Católica insistisse para o crente estar preparado para a eventualidade da morte ocorrer a qualquer momento, receando a morte inesperada e súbita, nem sempre estas recomendações eram seguidas à risca, e os testamentos são a prova disso. Poucos eram aqueles que o faziam estando de boa saúde ou sendo ainda jovens<sup>715</sup>.

Embora fosse uma prática destes tempos Modernos, o testador deixar escrito várias recomendações que queria ver satisfeitas no que respeitasse ao corpo, e também à alma, no caso concreto do testamento do padre Francisco, ele apenas referiu desejar que seu *enterro seja pobre*. Não

---

<sup>711</sup> Rodrigues, Ana Maria; Durães, Margarida; "Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes", in *Arqueologia do Estado. Atas do Colóquio*, Lisboa, 1988, p. 825.

<sup>712</sup> Durães, Margarida, "Os testamentos e a História da família", Conferência apresentada no âmbito do Mestrado de Demografia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, 2004.

<sup>713</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 131-132.

<sup>714</sup> García García, Francisco, "El ritual de la muerte en Zalamea La Real en la segunda mitad del siglo XVIII", in *Huelva en su Historia*, 2ª época, vol. 11, Huelva, Universidad de Huelva, 2004, pp. 150-151.

<sup>715</sup> Tiago Ferraz no trabalho já citado para a cidade de Braga refere a percentagem mínima de 16% daqueles que o fazem nestas condições de ausência de doença ou velhice. Leia-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, p. 132. O mesmo acontece com Francisco García García que menciona que apenas uma minoria de 28,2% refere estar de boa saúde ao efetuar o testamento. Leia-se García García, Francisco, "El ritual de la muerte en Zalamea La Real en la segunda mitad del siglo XVIII...", pp. 150-151.

especificando, no entanto, como queria ser amortalhado, que tipo de acompanhamento queria ter no cortejo fúnebre, ou que sepultura elegia para repouso dos seus restos mortais. Não podemos esquecer que o enquadramento mental e religioso era já outro em 1860.

A escolha da mortalha era na Idade Moderna de facto um elemento importante na preparação para a morte<sup>716</sup>, referida pelos testamentos e comprovada pelos assentos de óbito, que, por vezes, davam indicações de tal procedimento. Se um simples lençol branco foi a mortalha mais usada durante a maior parte da Idade Média, recordando aos cristãos o sudário de Cristo, visto como símbolo da pureza com que a alma do cristão devia comparecer perante o tribunal de Deus, na Idade Moderna usou-se um outro tipo de solução para envolver os defuntos<sup>717</sup>. Tratou-se dos hábitos das ordens religiosas, cujo prestígio tinha aumentado bastante junto das populações que os podiam pagar, graças essencialmente à crença nos benefícios espirituais dessas vestimentas. No caso dos homens, as escolhas recaíam preferencialmente nos hábitos de ordens masculinas, como era o caso de S. Francisco, S. Bento ou dos padres Agostinhos. Já para as mulheres, a tendência era, sobretudo, vestirem-se com hábitos femininos, de Santa Teresa, das Carmelitas, Nossa Senhora do Carmo<sup>718</sup>, ou seja santos do universo franciscano.

A razão para este facto devia-se à divulgação da crença, confirmada pela Santa Sé, que atribuía indulgências a todos aos que morriam e se enterravam com hábitos religiosos. Primeiramente, foi responsabilidade do Papa Nicolau IV, em finais do século XIII, ao conceder a remissão de um quarto dos pecados a todos os que morressem e fossem enterrados com o hábito de S. Francisco, mais tarde, no século XVI confirmada por Leão X<sup>719</sup>. Confiantes nestas indulgências, os crentes não poupavam esforços, mesmo financeiros, para garantir a salvação da alma. Era um investimento que valeria a pena, a ponto de alguns testadores já o possuírem ainda em vida, e para o qual amealharam durante toda a sua existência terrena, de forma a assegurarem a *Glória do Céu*. Outros, sem capacidade financeira para tal, e de forma quase desesperada chegavam a solicitar o apoio das confrarias, das quais eram irmãos, para serem vestidos com o hábito, pedido por esmola, como prática de caridade. Pois, numa época de pouca fartura no consumo, bem distante da realidade da sociedade consumista atual, embora havendo hábitos religiosos de vários preços e feitios, estes não seriam propriamente acessíveis à generalidade da

---

<sup>716</sup> Sobre a escolha da mortalha consulte-se Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", pp. 299-305; Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, "Vestidos para a sepultura: a escolha da mortalha fúnebre na Braga setecentista", in *Revista Tempo*, vol. 22, n° 39, 2016, pp. 110-125; Reder Gadov, Marion, "Vivencia de la muerte en el Antiguo Regimen", in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e História*, n° 9, 1986, pp. 351- 352.

<sup>717</sup> Lara Ródenas, Manuel José de, *Muerte barroca: Ceremonia y sociabilidad funeral en Huelva durante el siglo XVII*, Huelva, Universidad de Huelva, 1999, pp. 79-80.

<sup>718</sup> Leia-se sobre a escolha da mortalha Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", pp. 299-305.

<sup>719</sup> Lara Ródenas, Manuel José de, *Muerte barroca: Ceremonia y sociabilidad funeral en Huelva durante el siglo XVII...*, p. 82.

população. Estes trajes significavam, acima de tudo, um investimento avultado que oscilava entre os mil e os sete mil réis, uma quantia pouco acessível nos anos de Setecentos e Oitocentos<sup>720</sup>.

Não sendo o caso do padre Francisco António Álvares, que nada referiu quanto à mortalha, temos algumas indicações, e mais uma vez pelas indicações nos registos de óbitos, à margem do assento, à falta do livro de Testamentos, de alguns fregueses de Requião terem sido amortalhados com hábito religioso. Temos o exemplo na família Alves, no caso concreto de Manuel Alves de Araújo, em 1792, aos oitenta e quatro anos, que depois de deixar elaborado o seu testamento<sup>721</sup> foi sepultado no interior da igreja, na sepultura trinta e sete, e o seu corpo envolto em hábito de S. Francisco, certamente como havia deixado registado aquando das suas últimas vontades<sup>722</sup>.

Outra das disposições contidas nos testamentos para além da mortalha era a questão do acompanhamento fúnebre. Também aqui, e à semelhança do que aconteceu com a mortalha, o testamento do padre Francisco nada refere a propósito. Também o assento de óbito, ocorrido em 1863, não faz referência alguma, por já não serem essas as práticas do estado liberal relativas ao registo, que com o avanço da secularização deixam para trás o enfoque religioso.

As exéquias fúnebres, como prescrevia o Ritual Romano, iniciavam-se vinte e quatro horas após a morte. Essas cerimónias tinham maior ou menor pompa e solenidade, consoante o contexto socioeconómico do testador. Para esse acompanhamento era frequente o testador deixar registado a sua vontade em ser acompanhado na morte pelas confrarias da sua devoção, por pobres, e por religiosos, em maior ou menor número, consoante as suas capacidades financeiras para tal *aquisição*. Tratava-se de uma forma de dignificar a cerimónia religiosa mas também um ato de caridade e misericórdia, com a participação do máximo de pessoas possível, que pediam e rezavam a Deus pela salvação do defunto.

As confrarias, como instituições piedosas que eram, estavam obrigadas à presença e participação no processo da morte dos seus irmãos, encaradas como uma das suas funções mais importantes<sup>723</sup>. O acompanhamento fúnebre não se fazia apenas após a morte. Mesmo antes do passamento final, os últimos momentos eram vividos em comunidade. Ao contrário de hoje, em que a morte é um ato privado, tabu até, do qual todos se distanciam e encaram com um enorme desconforto<sup>724</sup>,

---

<sup>720</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", pp. 302-305.

<sup>721</sup> Referenciado no registo de óbito como estando mencionado tal testamento no Livro de Testamentos da freguesia de Requião, fl. 202.

<sup>722</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos, 1769-1864*, fl. 98.

<sup>723</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A morte e a concorrência entre as confrarias de Braga (séculos XVII-XVIII)", in *Revista M*, vol. 2, n.º 3, 2017, pp. 173-191.

<sup>724</sup> Sobre no posicionamento diante da morte na contemporaneidade leia-se Lauxen, Bárbara Juliana, *Representações do intangível: uma análise das fotografiagrafiagrafiografias post-mortem, na cidade de Ijuí, início do século XX*, Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, 2016, pp. 52-57, Dissertação de Mestrado policopiada.

na Idade Moderna a morte era uma cerimónia pública em que todos participavam. Disso dá conta a iconografia tipográfica com imagens das *arts moriendi*, pequenos opúsculos que mostram o agonizante, no leito, rodeado não só pela família biológica, e vizinhos, mas também pela família confraternal que o ajudariam a suportar, orando por ele, e com ele, no caso de este ser capaz, as suas horas finais<sup>725</sup>. Um *espetáculo* acompanhado não só durante a agonia, mas que continuava no cortejo fúnebre até o corpo descer definitivamente à terra, e depois nas celebrações salvíficas promovidas pela confraria onde se implorava coletivamente pelas almas dos irmãos defuntos.

Mas nem só no testamento havia referência às confrarias da sua devoção. Paralelamente a estas, era igualmente frequente o testador deixar indicações relativas aos religiosos que desejava que o acompanhassem até à sepultura. Era um serviço pago, com a *esmola costumada*, acessível sobretudo a testadores mais abonados economicamente. Embora fossem um sinónimo de distinção social e económica, e, por isso mesmo, imbuído de um espírito completamente contraditório aos ideais de despojamento cristãos, com os quais se alcançaria a glória eterna, estes acompanhamentos de clérigos faziam parte de práticas fúnebres bem ao gosto do mundo barroco da Idade Moderna.

Ainda que sem a espetacularidade ou a ostentação de determinados segmentos sociais, como era o caso da realeza ou alta nobreza da corte, até mesmo de cariz mais urbano, o acompanhamento por vários padres à sepultura ocorria também nas freguesias mais rurais do Entre-Douro-e-Minho<sup>726</sup>. Disso nos dão conta os registos de óbito. Requião, como já o referimos anteriormente, não conserva o livro de testamentos da freguesia, porém, sabemos da sua existência não só através das menções a este livro deixadas nos capítulos das visitas, mas pelas próprias anotações dos párocos, à margem dos assentos nos livros de óbito, com referência ao número de padres presentes no acompanhamento e a indicação de tal ser registado no livro de testamento, bem como os fólios respetivos.

Embora a presença de sacerdotes nas cerimónias fúnebres, considerados intercessores privilegiados junto de Deus que rogariam pela alma salvação do falecido numa forma muito mais especial que o comum dos homens, fosse muito particularmente requerida pelos mais abastados, todos os estratos sociais se esforçavam por garantir a sua presença. Dentro das suas maiores ou menores posses, todos os indivíduos alentavam o desejo de ter os padres possíveis que o acompanhariam na hora do

---

<sup>725</sup> Serafim, João Carlos G., "A ideia da Quotidiano Morir nas Artes Moriendi jesuitas na Idade Moderna: a Satisfação de Agravos do Padre João da Fonseca, S. J.", in *Via Spiritus*, vol. 15, 2008, p. 37.

<sup>726</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", p. 309.

adeus final, e, eventualmente, nos dias que se seguiriam à morte<sup>727</sup>. De uma coisa o testador tinha por certa, a presença do padre da freguesia no seu enterro, pois a isso era obrigado no âmbito do seu ónus paroquial<sup>728</sup>. Já a comparência de outros membros da clerezia local, integrando o espetáculo da morte rezando e cantando responsos, dependeria essencialmente da capacidade financeira do testador e da sua família.

Entre os Alves, e na medida das nossas informações, que se limitaram quase em exclusivo aos registos de óbito, foi possível encontrar a presença de religiosos no processo da morte, e simultaneamente constatar o crescimento da capacidade económica da família. Se os protagonistas da primeira geração da família, António Álvares<sup>729</sup> e Ana Rodrigues<sup>730</sup>, em meados de Seiscentos, contaram à sua morte com a presença de sete padres, cada um, no dia do seu falecimento, os seus sucessores viram esse número aumentado. O seu neto Francisco Álvares, cerca de cem anos depois, em 1760, contou à hora da morte, para além de um ofício de corpo presente onde constaram *muitos padres*, teve ainda direito nos dias seguintes a dois ofícios de vinte padres cada um<sup>731</sup>. Um total de quarenta clérigos a que se somariam aos referidos *muitos padres* apresentados no ofício de corpo presente. O mesmo já havia acontecido com a mulher de Francisco, Maria João, falecida anteriormente a este, em 1754, que teve um *acompanhamento com vésperas cantadas de oito padres*, e ainda um primeiro ofício de onze sacerdotes, um segundo com nove e um outro terceiro ofício também de onze eclesiásticos<sup>732</sup>. Este valor é idêntico ao apontado por Margarida Durães que referiu, para Braga, serem usuais, nos séculos XVIII e XIX, a presença de quatro a vinte padres nos acompanhamentos fúnebres<sup>733</sup>.

Ainda que não tenhamos mais informações concretas para as gerações seguintes no que respeita ao número exato de religiosos que acompanhariam na morte os membros desta família, sabemos que esta vontade de dignificar o ato do passamento, e também reveladora do prestígio social do defunto, continuou em pleno século XX. Através de uma carta de últimas vontades existente no arquivo de família, escrita em 1941 pelo punho de Manuel Alves Correia de Araújo, intitulada, *disposições que quero ver*

---

<sup>727</sup> Leia-se a propósito Pina, Isabel Castro, "Ritos e Imaginário da Morte em Testamentos dos séculos XIV e XV", in Mattoso, José (dir.), *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1996, p. 127; Vilar, Hermínia Vasconcelos, "Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV", in Mattoso, José (dir.), *O reino dos mortos na Idade Média peninsular...*, 1996, p. 168.

<sup>728</sup> *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga...*, p. 279.

<sup>729</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672, fl. 116.

<sup>730</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1690, fl. 118.

<sup>731</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 163v.-164.

<sup>732</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 138v.-139.

<sup>733</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", pp. 309-310.

*cumpridas pelos meus filhos*, este revela o desejo que lhe façam *um enterro sem pompas e com acompanhamento de dez padres*<sup>734</sup>.

Paralelamente a estas recomendações, no que respeitava à sua vontade em serem acompanhados à hora do finamento por religiosos, cujo número, dependia como vimos da sua capacidade financeira para lhes pagar, e para o qual todos abriam os *cordões à bolsa*<sup>735</sup>, acresciam indicações relativas à presença dos pobres e das confrarias de sua devoção. Instrumentos salvíficos, entre outros que falaremos a seguir, tinham por objetivo envolverem-se numa ação, e oração, conjunta de preces e rituais fúnebres com o propósito de encomendar a alma do falecido, ajudando-o a alcançar a salvação.

Sabemos que a presença de pobres, por si só, era um expediente de salvação muito usado à hora da morte. A sua condição de pobreza e de debilidade material aproximava-os de Deus e, como tal eram na Idade Moderna intercessores privilegiados para ajudarem a alma do defunto a ser resgatada do sofrimento em que se encontrava<sup>736</sup>. A sua comparência era comum não só na agonia do moribundo, como também no funeral, desfilando, por vezes, no cortejo fúnebre com tochas na mão<sup>737</sup>. Além de receberem uma esmola pela sua presença no ato religioso, muitos chegavam mesmo a ser herdeiros do falecido, competindo, por vezes, com a própria família. Esta situação também a constatámos entre os que estudamos aquando da morte. Estiveram presentes em dois testamentos e na carta de intenções, que já referimos<sup>738</sup>. Mas eram também reveladores de uma mentalidade, que vinha já de gerações anteriores, e que via nos pobres esse expediente de misericórdia, e caridade, que ajudaria na salvação do testador.

Foi por um pequeno papel escrito por Manuel Alves Correia de Araújo dois anos antes da sua morte, que soubemos que fazer questão de deixar cem escudos aos pobres da freguesia de Requião, com a particularidade de pedir para esse dinheiro ser-lhes entregue na missa de sétimo dia do seu falecimento. Este auxílio aos mais necessitados era uma prática que vinha da Idade Média, sobretudo comum entre os mais ricos e poderosos como bem o demonstrou Norberto Tiago Ferraz<sup>739</sup>. Neste caso, não solicitou a sua presença no cortejo fúnebre, até porque já não faria sentido à luz do século XX, mas

---

<sup>734</sup> APTA, *Disposições que faço e desejo que se cumpram pelos meus filhos*, 1941, documento avulso, não paginado.

<sup>735</sup> Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, p. 388.

<sup>736</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)", in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, Vol. 8, n.º 9, 2006, pp. 38-39.

<sup>737</sup> Sobre a utilidade dos pobres na morte leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 57-88.

<sup>738</sup> Dois documentos que integravam o nosso arquivo de família e, como tal, estávamos em poder desta informação.

<sup>739</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 170-173.

beneficiou os que localmente bem conhecia com uma esmola. Sendo um homem atento às dificuldades por que passavam tantos homens e mulheres do seu tempo que viviam em condições tão precárias e diferentes da sua realidade material, não se esqueceu, e também à hora da morte, de igual solidariedade à Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, à Creche Mãe famalicense e ainda às duas corporações de bombeiros da vila, às quais deixou uma avultada esmola. Dois mil escudos, em 1943, que seriam repartidos pelas três instituições<sup>740</sup>. Acrescia ainda desejar que os seus filhos entregassem uma esmola às confrarias de Requião, das quais era irmão<sup>741</sup>. Conhecemos estas esmolos através desta carta e confirmadas pelo jornal *Notícias de Famalicão* aquando se celebrava um mês da sua morte, e que a propósito referia o seguinte:

*Manuel Alves foi grande na vida e grande na morte! Pouco antes de falecer distribuiu a todos os criados da sua casa uma avultada esmola. Que gesto tão lindo! Dentro da sua gaveta tinha escrita uma carta de consciência em que dispunha os bens de alma pois os do corpo já tinha disposto há muito. É que Manuel Alves não queria ter preocupações na derradeira hora. Queria morrer sossegado!*<sup>742</sup>

A esmola dada aos pobres não era apenas em dinheiro. Poderia também consistir muitas vezes em ofertas de roupa. As roupas, num passado ainda recente, eram algo que escasseava ao grosso da população. Por isso, deixar registado como últimas vontades a doação de roupa era uma prática de caridade frequente, que a Igreja Católica exaltava e incentivava os testadores, como sendo uma das *boas obras*, que ajudaria a alcançar a glória de Deus<sup>743</sup>. Quer se tratasse de roupas de vestir, quer fossem roupas de casa, muitos pobres e criados eram contemplados com a *generosidade* dos senhores, seguindo, e na maioria dos casos, uma estratégia de transmissão de teor vertical<sup>744</sup>. Já o que dizia respeito a joias e outro tipo de complementos do vestuário essa transmissão assumia um contorno mais igualitário, uma vez que eram deixadas pelos testadores aos seus familiares, ou amigos, geralmente pessoas de idêntica condição social.

Assim o refere no seu testamento, em 1860, o padre Francisco António Correia de Araújo, que deixou ficar à criada, Maria *Manca*, a cama onde este dormia e dois lençóis bem como todo o linho que

---

<sup>740</sup> Estes rendimentos deixados pelos estratos sociais mais elevados às instituições de assistência eram fundamentais para assegurar a sua gestão corrente. Leia-se a propósito Medeiros, João Luís, “O morgadio dos pobres. As doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de Setecentos)”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, VII, 2003, pp. 11-60.

<sup>741</sup> APTA, *Disposições que faço desejo que se cumpram pelos meus filhos*, junho 1940, documento avulso, não paginado.

<sup>742</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 25 dezembro 1943, p. 4.

<sup>743</sup> Sobre a prática de distribuição de roupa leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima...*, pp. 287-298

<sup>744</sup> Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, pp. 312-317.

tinha, inclusive aquele que não estava ainda fiado. Acrescentou que o fazia, e juntamente com os seis mil réis que lhe deixava, pelo tratamento que dela havia recebido durante a sua *moléstia*. À semelhança da estopa, o linho, que se produzia nesta região com alguma abundância, servia depois de fiado para a produção de pano com o qual se confeccionaria o vestuário<sup>745</sup>.

Um outro exemplo, ainda que fosse um familiar mais afastado, já do século XX, é também revelador da importância que a roupa assumia nestas épocas tão distantes da sociedade de consumo em que vivemos, hoje barata, e perfeitamente descartável aos ritmos da moda. Trata-se do testamento de Domingos Custódio Fernandes Monteiro, um tio materno de Emília Pinheiro Monteiro, mulher de Carlos Alves Correia de Araújo, que fez fortuna no Brasil. Por esse documento, redigido em janeiro de 1926, manifestou a intenção em que a Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, a quem legou parte da sua fortuna, vestisse anualmente dois pobres do sexo masculino e dois do sexo feminino da freguesia donde era natural, Ruivães. O traje dos homens incluía calças, colete, casaco, ceroulas, camisa de algodão, um par de tamancos, e um chapéu de felpo, enquanto o das mulheres era composto por saia, blusa, camisa, lenço, um par de meias de algodão e um par de chinelos. Todas estas peças de roupa destinavam-se a vestir e a calçar condignamente quatro pessoas, que normalmente pela sua situação económica e social, andavam rotos e muitas vezes descalços, já que o calçado não era um bem prioritário para os pobres, muito pelo contrário<sup>746</sup>. Ainda nas primeiras décadas do século XX eram férteis as imagens de homens, mulheres e crianças que deambulavam pelas ruas, rotos, descalços, famintos, sobretudo nas grandes cidades, entregues a si próprios, já que o direito à assistência pública, ainda que consagrado na constituição republicana de 1911, não tinha praticamente aplicação concreta<sup>747</sup>.

Os legados deixados a hospitais e a Misericórdias eram frequentes, sobretudo patrocinados por *brasileiros* regressados que desejavam dessa forma perpetuar o seu nome<sup>748</sup>. Em troca de determinado bem, móvel ou imóvel, ou mesmo uma quantia financeira, as Misericórdias comprometiam-se a mandar celebrar missas ou outros serviços pios, mediante o *desejo* do testador, que poderia ser pela alma deste e/ou dos seus familiares. Em vez de missas celebradas de uma só vez, ou a curto prazo, o testador tinha

---

<sup>745</sup> Sobre este assunto consulte-se Pereira, Maria João Lourenço, "Vestuário", in Serrão, Joel; Marques, Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 631-632.

<sup>746</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima...*, p. 293.

<sup>747</sup> A propósito da assistência social consulte-se Pimentel, Irene Flunser, "A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40", in *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999, pp. 477-508.

<sup>748</sup> Sobre a ação beneficente dos *brasileiros* leia-se a título de exemplo o caso do Conde de Ferreira em Alves, Jorge Fernandes, "Percurso de um brasileiro do Porto- o conde de Ferreira", in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX, 1992, pp. 199-213. Ou ainda sobre ação de um outro benemérito veja-se Machado, Maria do Rosário, "Bento Carqueja e o movimento de beneficência e filantropia de finais do século XIX", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima; Esteves, Alexandra (org.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Porto, CITCEM, 2010, pp. 223-236.



a garantia, ao deixar os seus bens e rendimentos a instituições como as Misericórdias que iria ter *ad eternum* ou enquanto *o mundo durasse*, na linguagem de Setecentos e Oitocentos, a segurança da celebração dos sufrágios que desejava ver cumpridos. Geralmente, e muito embora estas instituições pudessem não aceitar os legados que lhes eram impostos em testamento, que por algum motivo em particular consideravam ser desvantajosos para a sua causa, eram recebidos como uma mais-valia. Foi graças a estes legados que muitas Misericórdias conseguiram aumentar o seu desempenho não só ao nível dos enterros e salvação da alma mas também, e sobretudo, ao nível da caridade e da assistência, aos pobres e aos doentes<sup>749</sup>.

Desde que haviam sido fundadas, a partir do século XV, as Misericórdias assumiram um papel assistencial, cujas linhas orientadoras, subjacentes em qualquer compromisso de cada uma delas, orientavam-se pela prática do bem<sup>750</sup>. A salvação da alma passava por exercer as obras de misericórdia, isto é, dar de comer aos famintos e pobres, dar de beber a quem tem sede, cobrir os nus, enterrar os finados, visitar os presos, curar os doentes<sup>751</sup>. Para acudir a tudo isto exigia-se um suporte financeiro por parte da instituição capaz de sustentar essa máquina da salvação, que se debatia com realidades muito terrenas no que diz respeito ao seu financiamento. Se inicialmente esse custeamento à assistência era conseguido basicamente à custa de peditórios e esmolas, nos séculos XVII e XVIII, e graças aos legados, as Misericórdias conseguiram alargar a sua rede assistencial, permitindo-lhes os recursos necessários para concretizarem os seus objetivos caritativos e religiosos<sup>752</sup>. Ainda que em muitos casos os benfeitores determinassem especificamente a esmola que entregavam e a quem, se destinava-se a pobres, se para a assistência hospitalar a doentes, ou mesmo para ajudar no casamento de órfãs pobres<sup>753</sup> entre outros, distintos casos havia em que os bens doados e seus rendimentos, fosse o empréstimo de dinheiro a juro, permitiam ajudar na despesa corrente destas instituições. Esta despesa foi sempre aumentando, também graças ao aumento da procura dos hospitais, sobretudo a partir do século XIX, cujos avanços da técnica médica levavam a uma maior procura destas unidades de tratamento, deixando apenas de se

---

<sup>749</sup> Confira-se sobre a instituição de legados Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo Durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017, pp. 20-23.

<sup>750</sup> Consulte-se Sã, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 200-202.

<sup>751</sup> Amorim, Inês, "Economia terrena e economia da salvação: o financiamento das misericórdias (1498-1834)", in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Edição das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 163-168.

<sup>752</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Os benfeitores de pobres nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII)", in *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 9, nº 17, 2017, pp. 9-26.

<sup>753</sup> Sobre o casamento de órfãs como prática de caridade leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Casadas com trigo e cevada: os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII", in *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, nº 20, Lisboa, Edições Colibri/UNL, 2008, pp. 59-71.

consignar a indivíduos pobres ou sem família e sem condições domiciliárias, para se alargar à generalidade da população.

Também na família em análise, e como verificamos anteriormente com Manuel Alves Correia de Araújo, que deixou à Santa Casa da Misericórdia famalicense uma esmola recebendo em troca da obrigatoriedade de esta mandar celebrar missas perpétuas pela sua alma e da sua mulher Bambina Amélia, nos dias do falecimento de cada um, aconteceram outras situações de legados testamentários a esta instituição, em inícios do século XX, pelos familiares em estudo.

O maior legado foi doado pelo tio da mulher de Carlos Alves Correia de Araújo, Emília Pinheiro Monteiro, de seu nome Domingos Custódio Fernandes Monteiro. Tratou-se de um *brasileiro* regressado na década de vinte do século vinte, depois de mais de quarenta anos no Rio de Janeiro onde conseguiu amearhar uma enorme fortuna. Aos sessenta anos, idade com que fez o seu testamento, Domingos era um homem solteiro e muito rico. Presentindo a morte por perto, em virtude do cancro no estômago que lhe havia sido diagnosticado, decidiu instituir um importante legado à Santa Casa de Misericórdia de Vila Nova de Famalicão<sup>754</sup>. A benemerência deste homem, não se fez apenas à hora da morte. A preocupação com o bem comum norteou a sua existência terrena, apoiando ainda no Brasil instituições de solidariedade social e religiosa, das quais fazia parte<sup>755</sup>. Foi o caso da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo<sup>756</sup>, da Ordem Terceira da Imaculada Conceição<sup>757</sup>, da irmandade de Nossa Senhora da Penha de França, com sede na freguesia de Irajá<sup>758</sup>, e ainda da Caixa de Socorros a D. Pedro V<sup>759</sup>, todas no Rio de Janeiro. A terra natal não era igualmente esquecida e de uma só vez terá dado ao Hospital de Famalicão vinte e dois contos, o equivalente a um por cento dos lucros da sua casa comercial Custódio Fernandes & C<sup>a</sup>, estabelecida na rua de S. Pedro, n.º. 145<sup>760</sup>.

Não sendo o caso deste testamento, até porque sendo do século XX, as questões religiosas não eram assim tão determinantes e evidentes, a redação do codicilo obedecia sobretudo a aspetos relacionados com a salvação da alma que era necessário assegurar e precaver. O mesmo verificámos relativamente aos registos paroquiais, nomeadamente os assentos de óbito, que obedeciam

---

<sup>754</sup> APTA, *Registo de testamento cerrado que faleceu Domingos Custódio Fernandes Monteiro, da freguesia de Ruivães, em 25 de janeiro de 1926*, não paginado.

<sup>755</sup> Sobre a benemerência dos *brasileiros* consulte-se Esteves, Alexandra, “A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência, Portugal/Brasil*, CITCEM/Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 119-140.

<sup>756</sup> *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1914, p. 11.

<sup>757</sup> *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1914, p. 3.

<sup>758</sup> *Jornal Gazeta de Notícias*, 5 de setembro de 1915, p. 5.

<sup>759</sup> *Jornal Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro*, 7 de fevereiro de 1916, p. 3.

<sup>760</sup> *Jornal A Paz*, 30 de janeiro de 1926, p. 1.

essencialmente às questões de controlo religioso e espiritual que a Igreja Católica impunha, nomeadamente no que diz respeito às disposições testamentárias, aos legados pios, às despesas com os officios e com a covagem<sup>761</sup>.

Excetuando estes dois testamentos, que se encontravam entre os papéis do arquivo da família em análise, ainda que não sendo respeitantes aos ascendentes diretos do lado varonil que nos interessava conhecer em particular, cingimos as nossas informações aos assentos de óbito para tratar as questões relativas à morte.

Foi nas anotações encontradas, geralmente à margem do registo, que encontrámos informações preciosas e determinantes para conhecermos aspetos como: a quantidade de padres envolvidos nos officios divinos à hora do enterramento e nos dias que se seguiam, sobre a existência ou não da feitura prévia de testamento, como recomendavam as orientações eclesiásticas, ou sobre as missas deixadas para cumprimento de últimas vontades. Estes aspetos que denunciam a capacidade económica de cada falecido, e conseqüentemente as desigualdades sociais são também reveladores do investimento feito, pelo próprio e pela família, na afirmação social e visibilidade pública, e na salvação da alma. Como refere Maria Marta Lobo de Araújo eram questões demasiadamente sérias e graves para serem tratadas com ligeireza, sendo necessário preparar na vida terrena para que a alma se salvasse, ou pelo menos percorresse um caminho menos longo e penoso, que todos sabiam ser certo, nessa sua jornada até ao Céu<sup>762</sup>.

Sendo a morte inevitável e à qual ninguém escapava, podia, no entanto, como já referimos, e devia ser previamente preparada para se obter a salvação eterna. Uma salvação que não estava ao alcance de todos, é sabido, mas à qual todos se esforçavam, com mais ou menos investimento, para a obter. Importava pois, que a alma chegasse ao Paraíso o mais rapidamente possível e para isso investia-se em tudo aquilo que auxiliasse à salvação<sup>763</sup>. Estratégias pré-definidas pela Igreja, ou, como lhe chamou Máximo García Fernández, *receitas salvíficas* que esta punha ao alcance dos homens: a oração aos intercessores sobrenaturais, a confissão, a extrema-unção e o santo viático, a recomendação para a feitura do testamento e a celebração das missas *post mortem*<sup>764</sup>.

---

<sup>761</sup> David, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1992, pp. 124-125, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>762</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo Durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*..., pp. 17-18.

<sup>763</sup> Sobre esta matéria leia-se Ariès, Philippe, *Sobre a história da Morte no Ocidente desde a Idade Média*..., pp. 10-84; Ferraz, Norberto Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*..., pp. 262-342.

<sup>764</sup> García Fernández, Máximo, "Herencias y particiones de bienes en Valladolid durante el siglo XVIII. Testamentos e inventários post-mortem", in *Investigaciones Históricas: Época Moderna y Contemporánea*, nº 8, 1988, p. 78.

A intercessão de várias entidades sacras da religião católica, que mediariam pela alma junto de Deus, no momento do juízo individual era um expediente muito usado nos testamentos<sup>765</sup>. Era o caso de Jesus Cristo, da Virgem Maria, sua mãe, ou mesmo dos santos da devoção a quem o suplicante pedia auxílio. Poderia ser o santo ou santa do seu próprio nome, ou mesmo o apelo a *todos os santos e santas* do Céu, que intercederiam pela alma do testador<sup>766</sup>. O objetivo era, pois, garantir o maior número possível de intercessores celestes que ajudariam na tão desejada salvação da alma. Um tipo de súplica que também encontramos no testamento, já referido de Francisco António Álvares, que à hora da morte apelou à intercessão de Nossa Senhora, de S. Francisco, o santo do seu nome, ao padroeiro da freguesia onde era pároco, S. Paio de Seide, e como se não bastasse, a *todos os santos da corte do céu*<sup>767</sup>.

Além do auxílio celestial daqueles que já integravam a Glória do Céu, a outra modalidade para o alcance salvífico era garantir o apoio dos vivos, quer à hora da morte, nos momentos finais do último suspiro, quer na ocasião do velório e das cerimónias fúnebres, ou mesmo durante o período temporal posterior. Estas situações só eram possíveis através do vasto número de serviços religiosos, que deveriam ser celebrados desde a exposição do cadáver, passando pelo sepultamento final, até o tempo posterior possível, determinado mais uma vez, pela capacidade financeira do testador e pela memória dos vivos. Entre os vários ofícios *pro remedio animae* destacavam-se os de corpo presente, as missas de mês, de ano, a *reza annua*, enfim todo um conjunto de cerimónias, pagas, que intercederiam, e de uma forma privilegiada, pelo falecido mesmo antes de este descer à terra<sup>768</sup>. A missa, segundo a teologia católica era o instrumento por excelência para as almas se libertarem do Purgatório, e alcançarem a salvação, por isso era frequente recorrer-se a esse expediente com o qual procuravam garantir o Paraíso<sup>769</sup>. Mas para isso, era necessário ter capacidade económica para salvar a alma das penas eternas, e nem todos tinham suporte financeiro para o fazer. Tal como em vida, a existência dos indivíduos pautava-se por diferenças económicas e sociais também à hora da morte, por nem todos serem iguais. Assim, e face ao custo com as cerimónias religiosas, dependendo se as missas eram rezadas, cantadas ou de *requiem*, se eram celebradas por um ou vários padres, em vários altares ou na igreja, se eram diárias, mensais ou anuais, ou se eram isoladas ou em simultâneo, nem todos os indivíduos tinham dinheiro ou bens que assegurassem esses serviços. Por isso, limitava-se muitas das vezes ao primeiro ofício de corpo presente,

---

<sup>765</sup> Mattoso, José, "O culto dos mortos na Península Ibérica (séculos VII a XI)," in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 4, 1992, p. 25.

<sup>766</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 262-272.

<sup>767</sup> APTA, *Testamento do Padre Francisco António Álvares*, 1860, não paginado.

<sup>768</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta..." , p. 319.

<sup>769</sup> Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, p. 286; Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, "O Purgatório e a salvação da alma na Braga de Setecentos", in *Revista M*, vol. 1, nº 2, 2016, pp. 299-322.

celebrado no momento em que a alma abandonava o corpo e se preparava para o julgamento final<sup>770</sup>. Segundo Margarida Durães, um ofício de corpo presente celebrado com cinco padres rondaria no século XVIII os novecentos réis, que poderia atingir os mil e oitocentos se a cerimónia tivesse dez padres celebrantes, ou os três mil e seiscentos réis no caso de serem vinte padres<sup>771</sup>. Estes valores eram muito pouco acessíveis à generalidade da população setecentista de poucos recursos, pois tinham vidas pautadas pela míngua, embora na morte não olhassem a gastos para alcançar a luz eterna, pelo menos os que o podiam fazer.

Considerações e constatações que fomos encontrar entre os familiares estudados pelo menos até ao terceiro quartel do século XVIII, como podemos atestar nos assentos de óbito, cujas indicações à margem nos permitiram esta conclusão. Verificámos desde logo numa primeira análise, que a família foi crescendo em termos de capacidade económica. Se as primeiras gerações dos Alves, no século XVII, quando enterravam os seus lhos proporcionavam o funeral possível, e de acordo com as suas limitadas possibilidades financeiras, com a realização de ofícios e missas que oscilavam entre os três e os sete padres, as gerações seguintes já conseguiriam um maior espetáculo fúnebre, aquando da morte dos seus entes. Uma situação que é facilmente perceptível a partir da terceira geração da família, com a morte dos seus protagonistas. De facto, conseguimos verificar que nesta geração Francisco Álvares teve aquando da morte um *ofício corpo presente com acompanhamento de muitos padres*, ao que se acrescentou nos dois dias seguintes mais dois ofícios de vinte padres cada um<sup>772</sup>. Ou ainda, no caso da mulher, Maria João, que teve igualmente além do ofício religioso, cantado, de corpo presente onde estiveram oito padres, três missas nos dias seguintes, perfazendo um total de trinta e um sacerdotes<sup>773</sup>. Foi um esforço financeiro que continuaria nas gerações seguintes, e que conseguimos quantificar, nomeadamente enquanto tal prática foi referenciada pelas anotações deixadas à margem nos registos de óbito, constatando a presença de cerca de vinte a vinte e cinco padres nos ofícios celebrados aquando da morte dos elementos da família em estudo.

Durante toda a Idade Moderna, e mesmo ainda em finais do século XIX, era comum no período do velório a celebração de ofícios e/ou missas de corpo presente. Os ofícios consistiam num conjunto de orações, preces, leituras e salmos que os padres participantes rezavam em conjunto e através dos quais pediam a Deus para acolher a alma do defunto. As missas de *requiem*, ou de defuntos, eram as celebrações eucarísticas que por serem realizadas no momento do funeral eram chamadas de missas

---

<sup>770</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", p. 321.

<sup>771</sup> Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...", p. 321.

<sup>772</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 163v.-164.

<sup>773</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 38-38v.

de corpo presente. Quer os ofícios, quer as missas eram práticas também denunciadas pelos testamentos, onde era frequente os testadores deixarem indicações precisas. E não só no respeitante às missas que deveriam ser mandadas celebrar pela sua alma, mas também pelos seus familiares. Geralmente pais, cônjuges, falecidos ou quando viessem a falecer, sempre pessoas que pela sua importância de afetos e até reconhecimento pessoal, consideravam ser merecedores de tal lembrança e homenagem, ao mesmo tempo que contribuiriam para a sua também salvação e chegada mais rápida ao céu<sup>774</sup>. Uma situação que só se irá alterar, e nas zonas rurais com alguma lentidão fruto da vincada religiosidade popular, na época contemporânea com a dessacralização da morte, em que a Igreja deixa de possuir direitos sobre os vivos e os mortos, nomeadamente sobre as consciências e sobre os corpos, que passam a ser entendidos à luz da razão e da ciência<sup>775</sup>.

Esta lembrança da oração foi consignada e instituída testamentariamente pelo padre Francisco António Álvares no seu testamento deixando à incumbência do testamenteiro a realização de centenas de missas que especifica o destino: quatrocentas pela sua alma, vinte pela alma dos pais e padrinho, dez pelos irmãos e madrinha, e mais cinco missas por alma de todos os parentes e pelas almas do Purgatório. E ainda, como remissão de todos os seus pecados cometidos em vida, registou *cinco missas pelas faltas* que havia tido durante a sua existência terrena<sup>776</sup>.

A questão das *faltas* e dos pecados cometidos, que conseqüentemente obrigariam o crente a passar um período de tempo no Purgatório, mais ou menos longo consoante o número dessas ações nefastas, assolaram o padre Francisco à hora da morte a ponto de deixar referenciado no seu testamento a celebração de missas por tal intenção. Uma situação bastante arraigada nos costumes do noroeste português ainda no século XX, como bem demonstrou no seu trabalho de investigação João de Pina Cabral<sup>777</sup>.

O objetivo destas missas era acima de tudo o resgate das almas do Purgatório, que os vivos participando e orando ajudavam à libertação deste lugar. Este lugar intermédio é também local de sofrimento e dor à semelhança do Inferno, mas não definitivo como este. Ao mesmo tempo, os vivos ao participarem nestes serviços pios, estavam a investir na sua salvação futura. Um investimento que poderia trazer frutos num tempo vindouro: *porque à morte ninguém escapa*, diz a sabedoria popular.

---

<sup>774</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna", in *Revista Comunicação & Cultura*, n.º 10, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 108.

<sup>775</sup> Sobre a dessacralização da morte consulte-se Catroga, Fernando, "A cremação na época contemporânea e a dessacralização da morte. O caso português", in *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1986, pp. 223-261.

<sup>776</sup> APTA, *Testamento do padre Francisco António Álvares*, 1860, não paginado.

<sup>777</sup> Cabral, João de Pina, "Os cultos da morte no noroeste de Portugal", in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina, *A morte no Portugal Contemporâneo...*, pp. 72-76.

### 2.3.1. O luto

Ao falarmos da morte tínhamos obrigatoriamente de refletir sobre o luto na família<sup>778</sup>. A dor da perda no seu código de exteriorização, já que para o seu sentido mais profundo, de sentimento interior face à morte na família não possuímos registos que nos revelem os estados de alma de quem ficou.

Se para as épocas anteriores ao século XX não temos registos materiais que possibilitem avaliar o luto vivido pelos elementos da família Alves, nesta centúria, encontrámos no arquivo familiar duas fotografias, em épocas diferentes, uma de início dos anos vinte e a outra dos anos quarenta, que nos mostram até que ponto ele era vivido, interiorizado nos cânones que o regiam, aceite na família e, publicitado e exteriorizado aos outros.

Fazer o luto significava sobretudo a cor utilizada nas vestes<sup>779</sup>. A sociedade impunha e exigia a seriedade do preto como reveladora do estado de alma do enlutado, supostamente e também, negro. Assim o preconizavam os manuais de civildade que determinavam regras gerais e a duração do mesmo<sup>780</sup>. Se as exigências do luto perpétuo de outros tempos, já não se justificavam na Europa do século XX, elas tinham no Minho rural um peso ainda considerável para a maioria das mulheres viúvas, que não equacionavam sequer um luto designado de *aliviado*, onde se podia usar as sedas pretas e outros tecidos de cores menos carregadas, como o violeta, o castanho ou o cinzento<sup>781</sup>. O uso de joias e adornos deveria também ser evitado. Exigia-se sobriedade, sobretudo às mulheres, como garantia de boa reputação. Desrespeitar estas normas, socialmente aceites, era cair na *boca do povo*, na vergonha e na desgraça, que nenhuma mulher honrada desejava para si<sup>782</sup>. Virtudes e condutas que qualquer mulher, e de qualquer estrato social, deveria sempre nortear a sua vida, fosse casada, solteira, ou até mesmo viúva.

Mas o luto não se manifestava apenas na cor do vestuário, era vivido acima de tudo pela sobriedade que não se compadecia com excessos de espécie alguma, sobretudo às mulheres, fortemente condicionadas socialmente. Ainda que, no século XX os tempos fossem de maior abertura, e permitissem, por exemplo, à viúva o voltar a casar, havia sempre um sentimento de ambiguidade, e de pouca definição no que respeita a atitudes e gestos da mulher, até para a resguardar de comentários alheios. Diz Beatriz Nazareth sobre a *viúva que torna a casar, não deverá vestir-se de gris nem de mauve*,

---

<sup>778</sup> Sobre a questão do luto leia-se Lopes, Ana Mafalda Pereira, *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVII)*, Braga, Universidade do Minho, 2016, pp. 7-44, Dissertação de Mestrado policopiada; Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações...*, pp. 239-242.

<sup>779</sup> Leia-se sobre o luto no vestuário Schmitt, Juliana, *Mortes Vitorianas: cores, lutos e vestuário*, São Paulo, Alameda, 2010.

<sup>780</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civildade e Etiqueta...*, pp. 165-169.

<sup>781</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civildade e Etiqueta...*, p. 165.

<sup>782</sup> Consulte-se para este assunto Silva, Manuel Carlos, "Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo patrimonial e socio-político de mulheres?", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (3-4), 2002, pp. 125-144.

*o que pareceria um meio luto e seria pouco amável para o seu segundo marido; evitará a côr de rosa, cor muito alegre, que seria imprópria (...). A viúva conserva o seu primeiro anel de aliança. O seu primeiro casamento é um facto que nada pode destruir; o seu segundo marido não levará a mal que ela conserve o sinal dos seus primeiros laços e, se tem filhos, deve-lhes essa prova de respeito pela memória de seu pai. Usa portanto os dois anéis*<sup>783</sup>.

No caso dos homens, a sociedade era mais condescendente, e o viúvo não tinha uma pressão socialmente tão intensa quanto a das mulheres. Embora sujeitos ao negro no seu traje habitual, a indumentária não diferia muito no fato usado que neste caso deveria ser de *fazenda sem brilho*<sup>784</sup>. Exigia-se também a estes que evitassem festividades e acontecimentos sociais, já que não era *polidez frequentar os teatros, bailes ou qualquer divertimento publico*<sup>785</sup> no rigor do luto, mas não eram tão vigiados e continuavam nos seus afazeres habituais. Por vezes, e quando não havia possibilidade para a aquisição do fato negro no homem, o luto poder-se-ia manifestar numa braçadeira preta em crepe colocada no braço esquerdo. Uma regra de etiqueta que perdurou no tempo e ainda usada nos anos 50 do século XX em sinal de pesar e de dor da família enlutada. Encontrámos essa moda numa fotografia do arquivo familiar em causa, quando em 1944, Armindo Alves Correia de Araújo, em sinal de luta pela morte do pai ocorrida no ano anterior, ostenta uma tarja negra no braço esquerdo, por cima do casaco.

Fotografia 3 - Visita de amigos à Casa da Ribeira. 1944



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>783</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, p. 35.

<sup>784</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, p. 166.

<sup>785</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, p.169.



As próprias crianças vestiam de negro. Este era sobretudo obrigatório a partir dos quatro anos, ou até antes, no caso de terem pedido o pai ou a mãe<sup>786</sup>. Toda a família estava sujeita a um código de conduta pelo vestuário, que dependia do tipo de relação de parentesco, de maior ou menor proximidade, à qual não escapavam os criados, que podia ir de um ano, no caso do cônjuge, ou até a vida toda como já vimos que acontecia com as viúvas, especialmente aquelas que não voltavam a casar. Passava pelos nove meses relativos ao falecimento de pais e sogros, em que se incluía o caso dos padrastos. Seis meses por filhos, irmãos, avós, tios, genros, noras e cunhadas e, três meses por primos ou outros parentes, como referia Beatriz Nazareth em 1908, no seu *Manual de Civilidade*<sup>787</sup>. Logicamente, que esta duração do luto foi diminuindo com o passar dos tempos, perfeitamente demonstrado nas edições seguintes, de 1914 e 1919, deste manual.

Encontrámos também este luto no vestuário usado pelas crianças numa fotografia do arquivo familiar onde é retratada Emília Pinheiro Monteiro com os pais e os irmãos. Muito provavelmente a fotografia terá sido tirada após a morte do pai, que ocorreu em novembro de 1918. Como todos os irmãos, e a mãe, inclusive, estão de negro, sinónimo de luto, ao que acresce o facto da imagem do pai ser um retrato colocado em estúdio fotográfico, *a posteriori*, pensamos que terá sido uma fotografia feita a pedido, e quase como lembrança da família unida, ficando o registo para todo o sempre, que se conservaria mostrando a união familiar.

Fotografia 4 - Pais e irmãos de Emília Pinheiro Monteiro. Ca. 1918



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>786</sup> Lopes, Maria Antónia, "As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 189.

<sup>787</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, p. 167.

Tal como as crianças, os criados, fazendo parte da família alargada, eram também incluídos nesta lógica do luto também pelo vestuário, por morte dos seus patrões. Toda a casa ficava enlutada e os seus elementos até, os que agora designamos pela expressão contemporânea de *operacionais*, eram incluídos neste estado de suposta e aparente *dor*, relativa ao nojo.

O inverso também acontecia. Os patrões viviam igualmente a morte dos seus criados, e pagavam-na. Isto é, além de sentir e sofrer com a perda daqueles, que ao seu lado viviam e conviviam às vezes durante décadas, asseguravam as despesas relacionadas com a morte. Na falta de provas documentais que provem esta prática na família nos finais do século XIX e inícios do século XX, ficamos com um registo da segunda metade deste século, que nos prova isto mesmo. Pelas agendas de Carlos Alves Correia de Araújo comprovamos o pagamento de tais despesas nos anos 60, relativas aos criados da Casa da Ribeira:

*Foi hoje o enterro da Amélia Camboa. Paguei ao armador 900\$00. Paguei ao Sr. Padre 120\$00.*

*Outras despesas 291\$30. 7 de agosto de 1962<sup>788</sup>*

*Foi hoje o enterro do Bernardo. Tudo correu bem. Paguei ao abade 2 missas 50\$00, às três confrarias*

*(a 10\$00 cada uma) 30\$00, ao coveiro 30\$00. 7 de setembro de 1964<sup>789</sup>*

*Paguei a conta do armador Silva pelo camião e enterro do Bernardo Ferreira 585\$00. 23 de setembro de 1964<sup>790</sup>*

### 3. A presença feminina na família Alves

Ao falar da família não podíamos deixar de analisar o papel da mulher no seu seio. Devemos dizer antes de mais que a história desta família não se fez com mulheres como protagonistas. Esta é uma narrativa feita essencialmente de homens, onde as mulheres existem, obviamente, mas permanecem na retaguarda, ou com papéis muito secundários, marcados aqui e ali por personalidades mais ou menos fortes, mas sempre limitadas essencialmente ao seu papel de companheiras e de mães.

As mulheres tem sido esquecidas pela História. Uma História que as silencia, e que é escrita essencialmente no masculino, por homens, que se tornaram protagonistas e se apropriaram do terreno histórico. Um relato geralmente associado a feitos heroicos e de valentia, bem próprios da tradicional

---

<sup>788</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>789</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>790</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

narrativa histórica, especialmente preocupada com os fatores políticos e públicos da mesma, onde a mulher está quase sempre ausente<sup>791</sup>.

Aliás, como refere Michelle Perrot, a invisibilidade e o silêncio desde sempre fizeram parte da ordem das coisas, remetendo-as para o esquecimento<sup>792</sup>. Um silenciamento consubstanciado pelas próprias fontes primárias. As mulheres não existiam juridicamente como ser autónomo, e só o eram como elemento de um agregado familiar, como mães, esposas ou filhas, sem direitos políticos e sem estatuto económico próprio<sup>793</sup>. Exceção feita no caso de serem viúvas, em que adquiriam competências sociais e económicas, que de outra forma nunca as poderiam ter, ganhando, inclusive, o estatuto de chefe de família<sup>794</sup>.

De facto, associada à narrativa histórica tradicional os arquivos públicos são também muito omissos ou com poucos registos que digam respeito às mulheres propriamente ditas. E quando o fazem, é geralmente por situações de exceção, pouco favoráveis ao comportamento do género feminino pondo em evidência e fazendo alarde duma visão demasiadamente emotiva e pouco racional das mesmas. Veja-se o caso da participação das mulheres nos designados *motins da fome*, fruto do aumento dos preços dos cereais, que no século XVIII ocorriam em Inglaterra<sup>795</sup>. Ou ainda, no caso português as revoltas populares do Minho lideradas por mulheres, imortalizada pela chamada *Revolução da Maria da Fonte*, que se sublevaram face a uma série de medidas que agravavam de forma direta a sua subsistência<sup>796</sup>. Segundo Michelle Perrot, o silêncio dos arquivos públicos relativamente às mulheres só se interrompe nos casos pontuais em que estas se inquietam pela subida dos preços do pão, provocando tumultos contra comerciantes ou proprietários, ou quando ameaçam mesmo subverter a ordem pública<sup>797</sup>. Será através dos arquivos privados, o *outro sótão da história*, como lhe chamou Perrot<sup>798</sup>, que

---

<sup>791</sup> Sobre os caminhos seguidos entre a questão do feminino e a história das últimas décadas do século XX que levaram ao surgimento dos estudos de género consulte-se Gomes, Gisele Ambrósio, “História, Mulher e Género”, in *Virtú*, Juiz de Fora, vol. 10, 2010, pp. 1-10.

<sup>792</sup> Perrot, Michelle, *Minha História das Mulheres*, São Paulo, Editora Contexto, 2007, p. 17.

<sup>793</sup> Vaquinhas, Irene, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850-1900)”, in Vieira, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa-ISCTE, 2004, p. 150.

<sup>794</sup> Veja-se a título de exemplo o caso paradigmático de Dona Antónia Ferreira, mais conhecida por *Ferreirinha da Régua*, cuja vocação para o negócio e capacidade de empreendimento tornou-se num ícone de mulher independente. Sobre Dona António Adelaide Ferreira veja-se Pereira, Gaspar Martins; Olazabal, Maria Luísa Nicolau de Almeida, *Dona Antónia*, Porto, Edições Asa, 1996.

<sup>795</sup> Verdadeiras *rebeliões do estomago*, esses motins retratam a tensão social existente fruto do aumento de preços. Sobre este assunto leia-se Thompson, E. P., *A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*, Lisboa, Antígona, 2008.

<sup>796</sup> Vaquinhas, Irene, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista...”, p. 152.

<sup>797</sup> Perrot, Michelle, “Práticas da memória feminina”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, nº 18, 1989, p. 10.

<sup>798</sup> Perrot, Michelle, “Práticas da memória feminina...”, p. 11.

as mulheres ganharam voz. Uma voz que foi buscar informações a outras fontes primárias que a *Nova História*, da *Escola dos Anales*, privilegiou.

De facto, a *Nova História* que trouxe consigo o conceito de história social, fazendo olhar a disciplina com outros olhos e com novas perspetivas, veio contribuir para uma nova visão do mundo onde as mulheres são incluídas como protagonistas de um processo que não tem enfoque apenas nos aspetos político e militares mas em tudo que envolve a cultura material<sup>799</sup>. Neste sentido, e como uma ramificação dessa nova história social desenvolveu-se, sobretudo a partir dos anos setenta, a História das Mulheres. Este advento teve início na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos por volta de 1960, e na França uma década depois, fruto de vários condicionalismos, científicos, sociológicos, políticos, que convergiram para a emergência do objeto *mulher* nas ciências humanas e sociais, nomeadamente na História<sup>800</sup>.

No que respeita ao caso português, os estudos sobre as mulheres começaram a desenvolver-se a partir da década de setenta, em parte graças à abertura política proporcionada pela Revolução de Abril de 1974, que se refletiu ao nível das ciências sociais e no incremento dado a períodos históricos anteriormente desprezados pelo regime do Estado Novo<sup>801</sup>. Nesta primeira fase da história das mulheres, as pesquisas orientaram-se em duas direções: por um lado incidiram nas origens da condição feminina e, por outro, no estudo de uma minoria de mulheres que de alguma forma se destacaram na sociedade masculina do seu tempo: rainhas, sufragistas ou mesmo heroínas foram objeto de algumas biografias históricas. Nos anos oitenta, as investigações deixaram a ribalta de grandes mulheres para se voltarem para a mulher comum, mulheres anónimas das quais pouco ou nada se sabia. Publicam-se trabalhos sobre o papel das mulheres na repartição dos patrimónios, nas práticas sucessórias e de herança, ou sobre temas ligados ao seu estatuto no contexto da família burguesa e a transformação dos papéis femininos<sup>802</sup>.

As mulheres passam, então, a protagonistas, a par dos homens, sendo descobertas tanto na esfera pública participando no mercado de trabalho, na vida política e social, como em aspetos de carácter mais privado, até então considerados de menor valor como a maternidade, família ou o lar<sup>803</sup>.

---

<sup>799</sup> Leia-se a propósito deste assunto Pérez Samper, María de los Angeles; Franco Rubio, Gloria, "Mirar la historia con otros ojos", in *Revista de Historia Moderna*, n.º 30, Alicante, Universidade de Alicante, 2012, pp. 11-15.

<sup>800</sup> Perrot, Michelle, *Minha História das Mulheres...*, p. 19.

<sup>801</sup> Para o caso português consulte-se Vaquinhas, Irene, "Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI", in *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, vol. 6, n.º 1, 2009, pp. 241-253.

<sup>802</sup> Vaquinhas, Irene, "Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal...", pp. 243-246.

<sup>803</sup> Leia-se a propósito Perrot, Michelle, *As mulheres ou os silêncios da História*, Bauru, EDUSC, 2005.

Destacam-se ainda os trabalhos associados à mulher religiosa. O estudo dos conventos deu a conhecer uma outra dimensão do mundo feminino- as mulheres consagradas. Mas a vida em clausura está igualmente presente nos recolhimentos, instituições com muita força durante a Idade Moderna.

Os estudos femininos ganharam espaços em congressos, seminários, colóquios, mas igualmente em conferências, e em muitas publicações resultantes ou não desses encontros científicos. Em vários países começaram a surgir Histórias das Mulheres, demonstrando vários ângulos de análise. Todavia, no nosso país, apesar da evolução conhecida neste campo de análise, não existe ainda uma História das Mulheres.

Foi graças, de facto, aos arquivos privados que a mulher saiu do anonimato. Foi também este o nosso caso, cujo arquivo privado da família em questão nos permitiu conhecer e descobrir as mulheres dos Alves. São basicamente mulheres dos séculos XIX e XX, por facilidade, e até acesso a fontes primárias, e informações orais, uma vez que para estudar mulheres dos séculos anteriores seria necessário um trabalho exaustivo de pesquisa que não cabe no alcance deste estudo, e ainda assim apresentar-se-ia incompleto, que entram na família por via do casamento, assumindo-se essencialmente como esposas e mães dos Alves vindouros.

Não temos na família mulheres heroínas e muito menos excepcionais, ou mulheres que se destacaram na sociedade do seu tempo, ou na vida pública, por diferentes feitos. Encontrámos apenas mulheres comuns, certamente cheias de sonhos de maior ou menor dimensão e condicionadas pela circunstância, sempre determinante na vida de cada uma, como tão bem o filósofo Ortega Y Gasset definiu. Para as suas histórias de vida gostaríamos de ter mais fontes primárias para tentar, e na medida do possível, analisar e traçar perfis.

Quase cem anos passados, foi através dos registos e de alguns objetos pessoais, que fomos ao encontro destas mulheres. Para isso folheamos os jornais da época, acedemos aos seus postais e aos seus pertences e objetos. Aquelas pequenas/grandes coisas, ou os *mil nada*s, no dizer de Michelle Perrot, a que as mulheres foram confiando a sua memória e nos revelam o seu gosto<sup>804</sup>.

Infelizmente, não chegaram até nós cartas, nem mesmo diários reveladores de estados de alma, desejos incompreendidos, ou ainda registos escritos que retratassem o seu quotidiano. Mas ficaram esses *mil nada*s, objetos como peças de enxoval, roupas, porta-joias, missais, pagelas, santinhos, que de que de uma forma são pouco significativos em termos de valor artístico ou mesmo pecuniário e que

---

<sup>804</sup> Perrot, Michelle, "Práticas da Memória Feminina" ..., pp. 13-14.

na maioria dos casos acabam no lixo aquando das partilhas entre herdeiros, que quisemos considerar<sup>805</sup>. Tudo isto e muito mais objetos que iam desde roupa branca, até louças e pratos, sinónimos de pertença a uma família abastada. Aliás, e como refere Anne Martin Fugier, ter roupa branca na Idade Moderna e até grande parte do século XX, era só por si um sinal de riqueza e de posses, pouco acessível à generalidade da população que vivia situações de grande mingua<sup>806</sup>.

Também nas fotografias da família onde aparecem, em poses de grande recato e descrição, foram registos importantes para confirmar o seu lugar, na sociedade e em casa. Um registo fotográfico sem exuberâncias na expressão, próprio de senhoras consideradas *sérias e de respeito*, que pelo casamento tinham adquirido uma identidade social, um património genético, e herdado um apelido. Exigia-se e impunha-se a descrição, o recato, nas palavras e nos gestos, assim como o pudor, valores interiorizados pelas *mulheres de família*, por oposição à libertinagem da postura daquelas mulheres *públicas* que se intitulavam de atrizes ou tinham profissões pouco consideradas<sup>807</sup>.

Descobrir a alma destas mulheres, tema a que Michelle Perrot dedicou na terceira parte da sua obra intitulada *Minha História de Mulheres*, será difícil, se não impossível, porque os registos que chegaram até aos nossos dias são insuficientes para traçar um perfil tão complexo, e ao mesmo tempo aliciante, que é a alma de cada um, sobretudo a do género feminino.

### 3.1. Emília Pinheiro Monteiro

Emília Pinheiro Monteiro chegou à família Alves por via do casamento com Carlos Alves Correia de Araújo, o filho mais novo de Bambina Amélia Machado de Araújo e Manuel Alves Correia de Araújo, proprietários desde as últimas décadas de Oitocentos da Casa da Ribeira, onde viviam. No entanto, o sangue Alves já lhe corria nas veias mesmo antes do casamento pelas relações de parentesco que cruzava, pelo lado materno, na sua ascendência. O seu bisavô materno, Manuel, tinha nascido na Casa da Ribeira em 1791 e daí saiu para casar com Joaquina Maria de Sá, em S. Miguel de Seide, onde se estabeleceu.

Emília nasceu no dia 8 de abril de 1908, no lugar de Nomães, freguesia de Ruivães, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Era filha de Manuel de Araújo Monteiro, natural desta freguesia, e de Angelina Pinheiro Alves, de S. Miguel de Seide, ambos lavradores abastados. Da infância de Emília poucos dados possuímos à exceção de ter ficado órfã de pai em 1918, quando tinha apenas dez anos, em virtude da

---

<sup>805</sup> Santos, Maria José Moutinho; Santos, Maria Fernanda; Leite, Isabel Pereira, *As pequenas coisas: recordações de mulheres: 1910-1950*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 1-4.

<sup>806</sup> Fugier, Anne-Martin, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol. 4....., p. 242.

<sup>807</sup> Vaquinhas, Irene, "As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista...", pp. 150-151.

pneumónica que assolou o concelho famalicense. Também conhecida por gripe espanhola, a pneumónica foi uma pandemia extremamente mortífera que em Portugal se desenvolveu em três vagas sucessivas entre maio de 1918 e março de 1919<sup>808</sup>.

A partir de então, a educação de Emília e dos restantes cinco irmãos ficou a cargo da mãe, e do tio paterno que se tornou seu tutor, Domingos Custódio Fernandes Monteiro, um *brasileiro* com importantes negócios no Brasil.

Educada para casar e ser mãe, o destino de Emília, à semelhança de tantas jovens da sua idade e condição social, passou por um colégio religioso onde foi uma das suas alunas internas, pelo menos desde 1925. Poderia ter sido eventualmente antes desta data, mas não encontramos a prova documental, uma vez que desde 1923 o *Colégio de Lourdes* estava instalado em Santo Tirso.

Ainda que, sobretudo a partir da Regeneração, a visão tradicional da mulher tivesse já sido posta em causa por alguns autores, nomeadamente Almeida Garrett e Alexandre Herculano que defendiam a instrução feminina, considerava-se que a função social do género era a de ser esposa e mãe<sup>809</sup>. A mulher para cumprir tal designio, emanado por Deus, precisaria apenas de virtudes morais e emotivas próprias da sua natureza feminina, reprodutora por essência. Não precisava de se *masculinizar*, isto é, não precisava de ter conhecimentos em demasia próprios dos homens. A esses sim, competia-lhes o acesso à instrução para cumprimento das suas funções na sociedade. Às mulheres exigia-se apenas o suficiente para se prepararem para o seu papel de esposas e mães de família, baseado num modelo de educação que a habilitava essencialmente para o desempenho de tarefas próprias às funções sociais que lhe eram atribuídas<sup>810</sup>. Não interessava segundo o ponto de vista de finais do século XIX que o ensino das mulheres contemplasse grandes aprofundamentos científicos, até porque isso ia contra a sua natureza, de seres frágeis, cujo estudo em demasia reduzia a sua capacidade reprodutora, uma vez que tal lhe retirava a energia necessária dos órgãos que a faziam mãe<sup>811</sup>.

Chegados à República em 1910, e muito embora as vozes que reivindicavam e defendiam a educação da mulher como era o caso do bispo D. António da Costa, Bernardino Machado e algumas personalidades femininas como Maria Amália Vaz de Carvalho ou Ana de Castro Osório, as fracas taxas de alfabetização feminina refletiam o panorama desolador. Sentia-se o peso do analfabetismo na

---

<sup>808</sup> Garnel, Maria Rita Lino, "Pneumónica", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III..., p. 282.

<sup>809</sup> Vaquinhas, Irene, "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance", in *Terras Veteras II. Atas de História Contemporânea*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano, 2000, pp. 93-94.

<sup>810</sup> A mulher deveria assegurar o bem-estar e a harmonia familiar, zelando pela gestão da casa e preocupando-se com a educação dos filhos. Consulte-se a propósito Mogarro, Maria João; Pintassilgo, Joaquim, "Educação da mulher", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I..., pp. 1083-1087.

<sup>811</sup> Vaquinhas, Irene, "Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX...", p. 93.

população em geral, e nas mulheres em particular, muito embora a República considerasse a educação como fator principal de progresso das sociedades, responsável por construir o *homem novo*, o cidadão esclarecido, consciente e participativo da causa pública. A instrução ocupava um lugar privilegiado, e até estratégico, no projeto político do novo regime que desde a organização do movimento republicano, através dos centros republicanos se fazia sentir<sup>812</sup>. Estes centros, disseminados um pouco por todo o país, tinham igualmente, para além da ideológica e política, uma ação cultural e pedagógica, manifestas no facto de terem criado escolas a que deram o nome de *centros escolares republicanos*<sup>813</sup>.

Nos inícios do governo republicano poucas eram as escolas primárias oficiais femininas, apenas 30% para os restantes 60% pertencerem ao sexo masculino, ficando os restantes 10% para o ensino misto, que permitia aprendizagens conjuntas nas escolas, nos vários graus de ensino<sup>814</sup>.

Muito embora o estado republicano quisesse concentrar em si e reforçar as instituições escolares públicas seculares, de acordo com a filosofia positivista de crença no progresso, justiça e felicidade social, consagrando a separação entre o Estado e a Igreja, os colégios particulares, religiosos ou laicos eram a alternativa, por vezes seletiva e dispendiosa, encontrada por muitas famílias para os seus filhos e filhas. Assim aconteceu com Emília Pinheiro Monteiro que, pelo menos desde 1925, era uma das alunas internas do *Colégio de Lourdes*, de Santo Tirso.

O colégio pertencia à Congregação das Franciscanas de Calais, designadas por Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, que desde 1875 estavam instaladas em Portugal, muito embora os avanços e recuos da política anticlerical do estado liberal<sup>815</sup>. Sem clausura, estas religiosas dedicavam-se essencialmente à assistência e ao ensino que ministravam nas várias casas da congregação espalhadas no país, em particular no norte onde em pouco mais de vinte anos, entre 1876-1894, abriram dezasseis casas<sup>816</sup>. Primeiro em Ílhavo, a principal casa em Portugal, a que se seguiram casas no Porto, Avanca,

---

<sup>812</sup> Pintassilgo, Joaquim; Hansen, Patricia, "A laicização da sociedade e da escola em Portugal: um olhar sobre o século XX", in Pintassilgo, Joaquim (coord.), *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no século XX*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 15-16.

<sup>813</sup> Sobre o papel dos Centros Escolares Republicanos na educação consulte-se Pintassilgo, Joaquim; Rodrigues, Maria Manuela, *Centros Escolares Republicanos*, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I..., pp. 624-628.

<sup>814</sup> Pintassilgo, Joaquim; Mogarro, Maria João, *Educação da Mulher*, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I..., p. 1084.

<sup>815</sup> Apesar da extinção das ordens religiosas pelo estado liberal na década de trinta do século XIX, estas foram regressando ao país, ainda que discretamente, no decorrer do século. Consulte-se a propósito o trabalho de Villares, Artur, "As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX", in *Revista de História*, nº 13, Porto, 1995, pp. 195-223.

<sup>816</sup> Leia-se Sousa, Fernando, "As franciscanas missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894)", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 8, Porto, 1991, pp. 107-150.



Aveiro, Arcos Valdevez, Grijó, Régua, Setúbal, Leça da Palmeira, Lourosa, Cucujães, Barcelos, Viseu, Bragança, Fafe<sup>817</sup>.

À semelhança de outras instituições religiosas, com a República a congregação sofreu o anticlericalismo vigente que intensificou a luta contra a Igreja. A religiosidade patente em pequenos/grandes sinais como os juramentos e invocações de tipo religioso, os feriados católicos, o ensino da doutrina cristã nas escolas, as vestes talares fora dos locais de culto, entre outras questões, foram proibidas pelo estado republicano. A estas proibições juntaram-se outras tantas medidas antirreligiosas e anticlericais que visavam uma laicização da sociedade.

Muito embora as perseguições religiosas, mais ao rubro nos primeiros tempos da República, que as congregações dispersas pelo país iam sofrendo e que levaram à dissolução de muitas comunidades, as *Franciscanas de Calais* resistiram e foram continuando a sua obra missionária no país. Em 1922 conseguem adquirir em Santo Tirso, no lugar de Santa Cristina do Couto, um terreno onde estava instalado o *Colégio de Nossa Senhora do Carmo*. Este colégio, mandado construir pelo pároco de Santa Cristina do Couto em 1885, estava desde essa altura confiado às missionárias da *Companhia de Santa Teresa de Jesus*, conhecidas por Irmãs Teresianas, que aí exerceram a sua ação educativa até à expulsão, em 1911, pelo estado republicano<sup>818</sup>. Entretanto, nos inícios dos anos vinte, o colégio foi vendido em hasta pública pelo Estado e comprado por José Carlos Marinho, pai de uma das religiosas da Congregação das Franciscanas de Calais. Em 1922, essa Congregação adquire o imóvel para nele instalar o *Colégio de Lourdes de Santo Tirso*.

Foi nesse antigo colégio das irmãs Teresianas, que as irmãs de Calais abriram as portas em 1923 de um novo colégio ao serviço da região para receber dezanove alunas internas e trinta e três externas, geralmente provenientes de famílias mais humildes<sup>819</sup>.

Por falta de informações não sabemos se a jovem Emilia foi para o colégio logo nesse ano inaugural, embora em 1925, e como constatámos numa fotografia do arquivo da família Alves, integrasse o grupo das alunas internas.

Apaziguados os ânimos, fruto de muitas posições extremistas e radicais dos primeiros tempos da República, a partir dos anos vinte, os colégios de raiz católica puderam seguir o seu rumo educacional.

Sem esquecer a escola como lugar de ensino das letras e das ciências, que fomentava valores de cidadania e ensinamentos morais, os colégios privados femininos de raiz católica como era o caso do

---

<sup>817</sup> Villares, Artur, "As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX...", p. 203

<sup>818</sup> <https://www.clourdes.pt/apresentacao/historia/>.

<sup>819</sup> Sousa, Fernando, "Um instituto religioso na República. As franciscanas missionárias de Nossa Senhora (1910-1926)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. IX, 1992, pp. 295-317.

*Colégio de Lourdes* tinham uma componente religiosa que incluía a participação em atos litúrgicos mas também fomentavam saberes no domínio do francês, da música, do piano, dos trabalhos manuais. Eram ensinamentos indispensáveis para aquilo que consideravam o necessário para serem apreendidos pelas raparigas da sua condição social. Enfim, o objetivo era formar meninas com vista a serem, e assumirem, num futuro mais ou menos próximo, os papéis de mulheres donas-de-casa, esposas e mães de família<sup>820</sup>.

Um desígnio que Emília exerceu durante os quase cinquenta anos de casamento com Carlos, seguindo sempre uma *estética de invisibilidade e apagamento* como lhe chamou Michelle Perrot, sem qualquer protagonismo, nem mesmo exaltação do seu papel encarado por si como a sua missão. Uma missão que passava sobretudo pela gestão da Casa da Ribeira e dos filhos que iam nascendo, e nunca pela execução direta quer no que diz respeito às tarefas domésticas, quer às relativas aos filhos. Na educação das crianças e na execução das tarefas diárias, Emília contou sempre com a ajuda de criadas, que atuavam sob a sua supervisão. A convivência com os serviçais era próxima e alimentava a relação de afetos entre eles e as crianças.

Fotografia 5 - Alunas e religiosas do Colégio de Lourdes de Santo Tirso. 1925



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>820</sup> Sobre o ensino privado laico consulte-se Felgueiras, Margarida Louro, "A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)", in Pintassilgo, Joaquim (coord.), *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no século XX...*, pp. 306-313.

Fotografia 6 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

A vida de Emília sempre se pautou por grande discrição e sobriedade, onde os afetos nunca eram exteriorizados, nem com o marido, nem sequer com os filhos. Estes últimos procuravam mais facilmente as criadas do que a própria mãe, com quem mantinham um grande distanciamento afetivo, sem grandes mimos ou afagos, limitando-se ao solene beijo da mão e pedindo a bênção quando a cumprimentavam, mesmo ainda na fase adulta. Um distanciamento de afetos, aumentado pelo facto de ter tido somente rapazes, exceção feita da única filha que perdeu com poucos dias de vida, que a partir dos dez anos ingressavam no colégio interno, o *Colégio das Caldas da Saúde*, em Santo Tirso.

A vida tornou Emília numa mulher dorida, sem nunca, no entanto, o demonstrar ou mesmo lamentar-se da mesma, e da dor da perda que a acompanhou certamente até ao fim dos seus dias. A morte do pai, quando tinha apenas dez anos, e as mortes sucessivas de nove dos seus doze filhos, em idades precoces pesaram duramente na sua postura e vivência. Uns atrás dos outros assistia resignada à partida dos seus bebés, sem perceber o que acontecia, que mal tão terrível a privava da sobrevivência dos seus meninos com dias de vida. Assim, foi com Jandira, a sua primeira e única filha nascida sete meses após o casamento<sup>821</sup>, falecida com apenas seis dias de vida, dois rapazes de nome Fernando, de quatro e cinco dias, Manuel, também falecido com quatro dias, *Quinzinho*, como era tratado o pequeno Joaquim falecido aos sete anos, Silvestre, com sete meses, dois rapazes de nome Carlos, de quatro e dois meses, e finalmente, já na idade adulta, aos vinte anos, José. Zeca, como era tratado, era um

---

<sup>821</sup> Tratou-se muito provavelmente de um parto prematuro, em função do historial clínico do marido, que padecia de sífilis.

menino aparentemente normal e sem problemas de saúde de maior, até aparecerem uns problemas de visão, que acabariam em cegueira quando completou sete anos. Tratavam-se de complicações relacionadas com a sífilis congénita de que os pais eram portadores, e que explicavam estas mortes sucessivas de bebés, e muito provavelmente a existência de abortos.

Imagem 2 - Certidão de óbito de Manuel, filho de Carlos e Emília. 1938

Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa Modelo n.º 421 de catálogo - Diversos

**CERTIDÃO DE ÓBITO**

Distrito de Beja  
 Concelho de Famalicão  
 Freguesia de Requias

Nome do falecido Manuel António Mar. A. Araújo  
 Filho legítimo ou ilegítimo de Carlos Mar. A. Araújo  
e de Emília Antunes Antunes  
 Idade 4 dias Estado \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_  
 Nacionalidade Portugal - Famalicão  
 Residência permanente ou acidental no concelho de Famalicão  
 Morada Cafaz da Ribeira, freguesia de Requias  
Famalicão  
 Dia e hora do falecimento 3 de fevereiro de 1935 às 23 horas  
 Vacinado ou não: ret  
 Condições higiénicas da habitação Bom  
 Duração da doença quase 41  
 Causas certas ou presumidas da doença Hereditária

Causa da morte (a) Doença principal Hereditária congénita  
 Acidente terminal \_\_\_\_\_

Enterramento no prazo legal ou não, e porquê? Legal

Observações: A certidão assinada foi feita pelo  
Dr. Joaquim Alves, de Requias  
 Foi assistente ou só certificador do óbito? Ven. pai do defuncto  
 Data 4 de fevereiro de mil novecentos e trinta e cinco  
 Escrivão Augusto Camarões da Costa Araújo  
 Morada Famalicão

**Observações**

(a) Indique-se na causa da morte a doença principal e primária, e em seguida, quando o haja, o acidente terminal ou complicação que precipitou a morte. Sobretudo para as moléstias infecciosas, que tanto interessam à estatística sanitária, não esquecer esta instrução: assim para a lista terminada por homopse, para a febre tifóide por peritrite intestinal, para o sarampo pela leucopneumonia, etc.  
 Quando houver concorrência de duas moléstias independentes, dar o primeiro lugar à mais grave; mas, no caso em que uma delas seja do grupo das zoonóticas, a doença transmissível deve ter a precedência.  
 Nos envenenamentos indicar o agente.  
 Nas mortes violentas indicar se foram por acidente, suicídio, homicídio ou execução militar.  
 No caso de mulher adulta, falecida de doença que possa ter sido puerperal, esclarecê-lo na certidão.  
 Tomar sempre em atenção as rubricas e suas alíneas da nomenclatura detalhada.

Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

É sabido que a sífilis além de poder causar a morte ao nascer pode igualmente ser o motivo de aborto ou má formação do feto. Assim foi referida na certidão de óbito do pequeno Manuel que encontramos no arquivo familiar. De acordo com esse documento, a morte ocorrida às vinte e três horas de 3 de fevereiro de 1935 deveu-se segundo o médico Dr. Joaquim Alves, tio do bebé, que assinou os procedimentos legais, à *heredossífilis*, isto é, a sífilis hereditária que infetava os recém-nascidos e levava

à morte, dias depois. Não eram as condições higiénicas da habitação<sup>822</sup> ou mesmo a falta de assistência médica no parto<sup>823</sup>, que causavam a morte. Era a *debilidade congénita*, como regista o documento a doença principal responsável pelo falecimento dias depois do nascimento. Transmitida hereditariamente a sífilis dos ascendentes anteriormente à procriação, os fetos eram contaminados pela *heredosifilis*, que acabou por dizimar toda a prole de Emília e Carlos<sup>824</sup>. Poderia ser transmitida pela mãe, pelo pai ou por ambos.

Todos os doze partos de Emília aconteceram em casa, na Casa da Ribeira, como era ainda habitual na primeira metade do século XX. O parto no hospital acontecia somente no caso de mulheres pobres ou totalmente desprotegidas, que buscavam nesse local apenas um teto<sup>825</sup>. Além da parteira, Emília teve sempre nos seus partos a presença do cunhado, o Dr. Joaquim Alves. Uma situação de exceção, dada a existência de um médico na família, que não acontecia habitualmente na maioria das casas de Requião. O parto, sempre foi um assunto de mulheres, em que algumas mais experimentadas, diplomadas ou não, ajudavam as outras a ter os filhos<sup>826</sup>. A presença do médico só começou a sentir-se com a medicalização do parto, que acabou por remeter a parteira para posições mais secundárias, ou então quando algo não estava a correr dentro da normalidade esperada, tornando-se necessário outro tipo de soluções cirúrgicas, que essas mulheres não dominavam.

Religiosa, mas sem exageros de fé, Emília sempre aceitou resignada o destino que a vida lhe traçou, e os percalços que a mesma lhe insistiu em pregar, recebendo com igual crença os desígnios de Deus. Vontades do Criador que não lhe permitiram realizar e festejar as tão desejadas bodas de ouro que sonhava, devido à morte do marido, Carlos, a poucos meses de completarem cinquenta anos de matrimónio, ou quando, quase no final da sua vida, vê o seu filho Manuel, de quarenta e sete anos, sucumbir a um ataque cardíaco. Duas duras perdas para quem já tinha sofrido tanto, sempre em silêncio, sem exteriorizações menos dignas de uma senhora da sua condição social, que interiorizou desde sempre os códigos burgueses de sobriedade e recato ao longo da sua vida que terminou aos oitenta anos com um enfarte do miocárdio.

---

<sup>822</sup> Questão que fazia parte da certidão de óbito onde se tinha de declarar as boas ou más as condições da habitação. Cf. APTA, *Certidão de óbito*, 1935, documento avulso, não paginado.

<sup>823</sup> O irmão de Carlos, Dr. Joaquim Alves, sempre assistiu como seria de esperar aos partos da cunhada.

<sup>824</sup> Sobre a sífilis hereditária ou *heredosifilis* leia-se Almeida, Maria José S. S. P., "A heredosifilis no Brasil do século XIX: estigmas, valores e comportamentos", in *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, não paginado.  
[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438714373\\_ARQUIVO\\_anpuhfinal!.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438714373_ARQUIVO_anpuhfinal!.pdf).

<sup>825</sup> Carneiro, Marinha do Nascimento, "A nova cultura científica na obstetria e seus efeitos profissionais (séc. XIX)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 6, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 70-71.

<sup>826</sup> Sobre a presença das parteiras no parto consulte-se Carneiro, Marinha, "Em torno de uma profissão feminina: a parteira", in *Forum Sociológico*, n.º 15/16, II série, 2006, pp. 67-82.

Fotografia 7 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro e os filhos. 1940



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

### 3.2. Alice Alves Carneiro dos Santos

O papel das mulheres enquanto esposas dos Alves remeteu-as sempre ao lar, cuidando igualmente dos filhos e dos maridos. A única exceção, se é que tal é excecional no contexto das ações caritativas e filantrópicas dos séculos XIX e XX que remetiam a mulher para estas práticas socialmente aceites, e até de algum prestígio social, foi feita com Alice Alves Carneiro dos Santos. Alice, que chega à família Alves por via do casamento com Joaquim Alves Correia de Araújo, assumiu a iniciativa, e a presidência, da *Caixa de Assistência aos Pobres* de Requião, uma organização caritativa que tinha por missão distribuir alimentos, roupa e medicamentos aos habitantes mais carenciados da freguesia<sup>827</sup>.

Antes de mencionarmos o papel social e de apoio aos necessitados da *Caixa de Assistência aos Pobres* em Requião, convém distinguir os conceitos entre caridade e filantropia. Duas práticas sociais e de benemerência que se tocam no fundamental, que é cuidar de quem precisa, mas com pressupostos e filosofias distintas<sup>828</sup>. A caridade remetia para uma moral católica que tinha subjacente a virtude teológica pela qual amamos a Deus e ao próximo, baseados no amor divino. Segundo refere Maria Antónia Lopes,

<sup>827</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 30 de novembro de 1935, p. 3.

<sup>828</sup> Sobre a clarificação de conceitos entre estas práticas assistenciais consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 23-33; Pereira, Maria da Conceição Meireles, "Caridade versus filantropia- Sentimento e Ideologia. A propósito dos terremotos de Andaluzia (1855)", in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da universidade do Porto, 2004, pp. 829-841.



a caridade não eram obras, revelava-se nas obras e nos atos de amor a Deus<sup>829</sup>. Obrigações de índole cristã de auxílio a desamparados e a quem sofre<sup>830</sup>. Por seu turno, a filantropia associava-se a um sentimento cívico e secular que assentava em novos valores, de humanidade e fraternidade, perfeitamente distintos e diferenciados da caridade, e do cariz religioso que lhe estava subjacente. O auxílio aos desprotegidos, aos desamparados pela sorte deveria ser uma prática de todo o cristão temente a Deus, ao contrário da filantropia que sendo um sentimento fraterno apoiava-se numa dimensão laica e secular defendida pelos filósofos do racionalismo iluminado e pelos homens da Revolução Francesa.

Se a organização da caridade esteve inicialmente vinculada a ações pias das confrarias e irmandades, religiosas e/ou profissionais, ou mesmo da Igreja, a partir de finais de Oitocentos, e Novecentos, os atos de beneficência deixam este cariz de solidariedade horizontal para se transformarem numa questão social em que as elites eram as grandes impulsionadoras<sup>831</sup>. A nova realidade social, fruto da industrialização que altera as condições de trabalho e da vida das classes trabalhadoras, modificou o próprio conceito de pobreza. O pobre já não é o esfarrapado, o indigente que mostra as chagas enquanto estendia a mão e pedia *pela alminha de quem lá tem*, que se assume como mediador simbólico, mas o trabalhador que por circunstâncias variadas não conseguia sustentar a família<sup>832</sup>.

As mulheres, e em particular as senhoras de família, deixam o recato do lar para prolongarem aquilo que era visto como apanágio feminino, a missão natural do género<sup>833</sup>. Se os cuidados para com todos aqueles, que, por motivos variados, estavam numa situação de fragilidade e necessitavam de apoio, como era o caso das crianças, dos idosos, doentes ou dos pobres, estavam inicialmente associados ao espaço doméstico e ao poder senhorial-patriarcal, entendidos segundo Aristóteles como a *ordem natural das coisas*, e reforçados pelas conceções cristãs, com o passar dos tempos tornam-se um sinal de notoriedade social exclusivo de alguns, ultrapassando as barreiras do lar<sup>834</sup>. E foram sobretudo as mulheres, que por natureza assumem o papel de esposas e mães, que conjugando o dom da

---

<sup>829</sup> Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 30.

<sup>830</sup> Teresa de Saldanha foi uma mulher envolvida em causas sociais que nos finais do século XIX considerava que a caridade tinha uma superioridade incontestável face à filantropia. Veja-se Castro, Helena Ribeiro de, "Caridade e filantropia: duas visões de justiça", in *Semanário Ecclesia*, nº 1447, Lisboa, Agência Ecclesia do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa, 2014, pp. 25-29.

<sup>831</sup> Sanglard, Gisele; Lopes, Maria Antónia, "Pobreza e assistência: debates historiográficos", in *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 24, nº 2, 2018, pp. 280-284.

<sup>832</sup> Sobre a pobreza sagrada e o mendigo como mediador na reconciliação do rico com o divino veja-se Bastos, Susana Pereira, *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997, pp. 37-59.

<sup>833</sup> Silva, Susana Serpa, "Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 395-397.

<sup>834</sup> Martins, Ana Paula Vosne, "Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais", in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 18, supl. 1, Rio de Janeiro, 2011, p. 17-22.

maternidade/proteção próprio do género, às quais associavam princípios de ordem religiosa, estenderam esse papel aos outros. Todos os que precisavam de cuidados fora da esfera familiar beneficiaram do seu auxílio.

Neste sentido, era atestado o papel das mulheres em iniciativas públicas de carácter social como que um prolongamento daquilo que faziam no domínio privado junto dos seus. Esta feminização de cuidados e assistência aos que sofrem passou a fazer parte do imaginário da literatura, romanceada ou não, onde as personagens femininas se dedicavam a ações de filantropia, sendo quase sempre retratadas como mulheres bondosas e de grandes virtudes morais<sup>835</sup>.

Este ideal de assistência pública não era de modo algum a antítese à ideologia da domesticidade que as mulheres enquanto fadas do lar protagonizavam. Muito pelo contrário, havia acima de tudo uma complementaridade e um alargamento ao exterior do papel da mulher nas suas valências maternas e de afeto aos necessitados.

Deve esclarecer-se que o papel da mulher em termos assistenciais esteve na Idade Moderna associado a ações particulares ou do próprio lar, com os seus familiares. Em público não o assumiam, cabendo aos homens a integração de instituições que desenvolviam ações de assistência aos mais necessitados, como eram as Misericórdias. Nelas, as mulheres não entravam como membros, sendo isso possível somente a partir de finais do século XIX. Com as mudanças operadas nos séculos XVIII e XIX, a mulher foi progressivamente assumindo maior visibilidade pública, o que se patenteia no setor social.

A feminização da filantropia no século XIX foi evidente, ainda que muitas das vezes assumisse motivos e significados caritativos, uma vez que eram justificados pela religião cristã para definir as suas ações beneméritas<sup>836</sup>. As mulheres, mobilizadas pela questão social, de raiz religiosa ou de motivação laica, saem dos seus lares para iniciarem um trabalho público que as projeta para além da domesticidade até então exclusiva do género feminino<sup>837</sup>.

Esta situação continuou durante o século XX, e nos anos 30 eram habituais constituírem-se, localmente, comissões de senhoras com vista à angariação de bens para auxílio aos mais necessitados. Ao contrário da Europa onde a adoção de seguros sociais era uma já uma realidade, vista como um

---

<sup>835</sup> Martins, Ana Paula Vosne, "Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais...", p. 22.

<sup>836</sup> Leia-se a propósito do papel das quermesses como forma de auxílio aos necessitados Vaquinhas, Irene, "As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O caso da "Quermesse da Tapada da Ajuda" em 1884", in *BIBLOS*, Vol. LXXII, 1996, pp. 273-291.

<sup>837</sup> Martins, Ana Paula Vosne, "A feminização da filantropia", in *Gênero*, vol. 15, n° 2, Niterói, 2015, pp. 13- 28.



dever do próprio Estado, em Portugal a ação social baseava-se sobretudo neste tipo de iniciativas, que a par de instituições privadas de assistência socorriam os mais necessitados<sup>838</sup>.

Mais rapidamente que o Estado, que ia dando os primeiros passos em termos de políticas sociais e previdência social, a sociedade civil, muitas vezes em parceria com a ação assistencial da Igreja, promovia ajudas várias aos que viviam com dificuldades, e que achava serem merecedores do seu apoio<sup>839</sup>. Foi o que aconteceu em Requião, onde um mês antes da iniciativa governamental designada *Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno* (C.A.P.I.) é fundada a *Caixa de Assistência aos Pobres*, que tinha por missão distribuir alimentos, roupa e medicamentos aos mais carenciados da freguesia<sup>840</sup>. Devido à proximidade do inverno e às frágeis condições de vida de grande parte da população, o Estado Novo, *compreendendo a responsabilidade da sua missão e sentindo o sofrimento*, organizou a C.A.P.I. pelo decreto-lei número 26154, a fim de dar resposta às necessidades dos mais desfavorecidos<sup>841</sup>.

Como previa o decreto, que determinava localmente a criação de delegações paroquiais, Requião constituiu a sua delegação. Estas delegações eram formadas pelo presidente da junta, pelo pároco e pelo presidente da comissão paroquial da União Nacional, que no caso concreto de Requião eram Carlos Alves de Araújo, o mais novo dos irmãos Alves, que desde 1926 assumia a junta de freguesia como presidente, o padre Manuel Pereira Carneiro, e João Francisco da Costa, respetivamente<sup>842</sup>. Incumbida das suas funções, a delegação de Requião da C.A.P.I., constituiu-se em março de 1936, e tal como preconizava o decreto-lei no seu artigo quarto, procedeu desde logo ao cadastro dos pobres da freguesia. Com a colaboração da *Caixa de Assistência aos Pobres de Requião*, ordenaram um cadastro dos pobres e considerando as suas maiores necessidades, estabeleceram duas categorias: uma formada por aqueles que precisavam apenas de alimentação e uma outra que integrava os que precisavam também de agasalho.

Em colaboração, estas duas entidades iniciaram a distribuição diária de sopa a trinta pobres. Para custear esta sopa decidiram recorrer não só à generosidade de alguns proprietários da freguesia, que prontamente ofereceram alguns produtos da terra como lenha, feijão, hortaliça, batatas, mas também, e como forma de angariar verbas para sustento desta e outras iniciativas, organizaram vários

---

<sup>838</sup> Almeida, Andreia da Silva, *Saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968). Políticas, sistemas e estruturas*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 104, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>839</sup> Sobre a pobreza e assistência em Portugal consulte-se Lopes, Maria Antónia, "Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)", in *Revista Estudos do Século XX*, nº 13, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 259-280.

<sup>840</sup> *Jornal Notícias de Famalicão*, 30 de novembro de 1935, p. 3.

<sup>841</sup> *Diário de Governo* nº 299/1935, série I, 24 de dezembro de 1935.

<sup>842</sup> *Jornal Notícias de Famalicão*, 14 de março de 1936, p. 2.

torneios de tiro aos pombos<sup>843</sup>. Sendo Alice Alves Carneiro presidente desta *Caixa dos Pobres*, e o seu marido o Dr. Joaquim Alves Correia de Araújo, que também na qualidade de médico consultava gratuitamente os pobres que necessitavam da sua clínica, um aficionado, juntamente com a família Alves, dos torneios de tiro aos pratos, não seria de estranhar recorrerem a este expediente para a obtenção de receitas.

O primeiro torneio de tiro aos pratos com fins caritativos, organizado pela *Caixa dos Pobres* e pela delegação Paroquial da C.A.P.I. realizou-se a 5 de abril de 1936<sup>844</sup>. Valendo-se da sua rede de influências e do seu vasto círculo de amigos, a comissão organizadora constituída por Carlos Alves, pelo irmão Armindo Alves e pelo cunhado de ambos, José Pereira Carneiro, conseguiu não só ter um grande número de atiradores e de público presente, bem como angariar setecentos e trinta escudos e alguns pombos mortos, que acabaram distribuídos pelos pobres. A direção do Tiro esteve confiada ao presidente do Club de Caçadores de Famalicão, Pedro Noronha, da filial do Banco Português do Atlântico, em Famalicão. A mesa foi constituída pelo Dr. Francisco Alves Correia de Araújo, Francisco Mesquita Júnior e pelo próprio Dr. Joaquim Alves. O muito público presente, e em particular alguns dos habitantes da freguesia, pouco habituados a tais eventos sociais, que se reunia junto à igreja onde decorreu o torneio, aplaudiam com entusiasmo quando os atiradores faziam tiros difíceis.

No entanto, e apesar do empenho das senhoras da *Caixa*, e em particular da sua presidente Alice, a distribuição da sopa dos pobres durou apenas dois meses, terminando a 3 de maio desse ano. O fim desta sopa não se deveu à falta de dinheiro, pois como tivemos oportunidade de investigar não faltavam os donativos e as cotizações havendo sempre um saldo positivo de ano para ano, mas por desentendimentos entre a referida comissão e Idalina das Neves Teles, a professora da escola de Requião, onde a sopa era confeccionada<sup>845</sup>.

São verdadeiramente ativas as iniciativas lideradas por Alice Santos, enquanto presidente da *Caixa de Auxílio aos Pobres*, conseguindo mobilizar esforços de modo a ajudar e apoiar várias famílias carenciadas da freguesia, nomeadamente através da entrega de géneros, de cobertores e colchões, de roupa de cama, de agasalhos e vestuário ou mesmo de medicamentos e consultas médicas gratuitas dadas pelo seu marido Joaquim. Este empenho não se limita à sua presidente, mas a toda a família Alves, que generosamente vai contribuindo com donativos de vária ordem. Artur Alves Correia de Araújo, a viver no Brasil, enviava regularmente a sua contribuição anual de quatrocentos escudos para os pobres

---

<sup>843</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 28 de março de 1936, p. 2.

<sup>844</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 11 de abril de 1936, p. 3.

<sup>845</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Freguesia de Requião*, 1934-1961, fls. 11-11v.

de Requião; também o Dr. Francisco Alves deixou aquando da sua morte dois mil escudos; o próprio Manuel Alves Correia de Araújo, sogro de Alice, além de contribuir frequentemente com géneros, registou na sua carta de últimas vontades, que escreveu aos filhos em 1940, o desejo em distribuir na missa do seu sétimo dia cem escudos pelos pobres da freguesia e duzentos escudos para a *Caixa*<sup>846</sup>.

### 3.3. Bambina Amélia Machado de Araújo

Bambina Amélia Machado de Araújo foi a mãe dos Alves que protagonizaram as histórias da família da primeira metade do século XX.

Natural de Landim, onde nasceu no dia 7 de março de 1862<sup>847</sup>, Bambina veio para Requião após o casamento com Manuel Alves Correia de Araújo, um respeitável jovem proprietário rural, que na altura exercia o cargo de vice-presidente da junta dessa paróquia. Aos vinte e cinco anos, já sem os pais de Manuel vivos, Bambina tornava-se pelo matrimónio a dona da Casa da Ribeira, onde este vivia<sup>848</sup>.

Bambina, a quarta rapariga de um grupo de dez irmãos, era filha de uns abastados proprietários rurais, Joaquim da Costa Araújo e Leonor Machado de Araújo, senhores da Casa do Pregal<sup>849</sup>. Tio e sobrinha. Ele, um *brasileiro* vinte e seis anos mais velho que a jovem sobrinha de apenas dezanove e com a qual iria casar aos quarenta e cinco anos, depois de uma vida de trabalho no Brasil e onde certamente acumulara algum pecúlio.

Além de evidentes os paralelismos entre a novela do escritor Camilo de Castelo Branco, *A Brasileira de Prazins*, e a história de Joaquim da Costa Araújo e Leonor Machado de Araújo, é a própria tradição oral familiar e local, que aponta e confirma a história de ambos. Segundo consta o romance dos pais de Leonor teria servido de inspiração, e mote, ao escritor de S. Miguel de Seide, ainda que exagerando como era seu apanágio no ódio que nutria pelos *brasileiros*<sup>850</sup>. Tal como Marta de Prazins, Leonor casou com o tio, não sabemos se obrigada ou não<sup>851</sup>. E a sê-lo, não seria pelo pai, uma vez que este já havia falecido quando esta tinha apenas dois anos. O pai, Manuel Correia Machado, casado com a mãe de Leonor, Joana Teresa Machado, em 1829<sup>852</sup>, morreu pouco depois do casamento, em fevereiro

---

<sup>846</sup> APTA, *Disposições que faço e desejo que se cumpram pelos meus filhos*, 1940, documento avulso, não paginado.

<sup>847</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos, 1834-1863*, fls. 166v.-167.

<sup>848</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos, 1869-1911*, fls. 67-67v.

<sup>849</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos, 1834-1863*, fls. 166v.-167.

<sup>850</sup> Confirme-se em Castro, Maria de Fátima, *Santa Maria de Landim. Os seus espaços e as suas gentes (da segunda metade do século XVI a finais do século XIX)*, Braga, Secção de Artes Gráficas das Oficinas de Trabalho Protegido da APPACDM, 2004, pp. 776-778.

<sup>851</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos, 1785-1868*, fl. 91v.

<sup>852</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos, 1785-1868*, fls. 62v.-63.

de 1833, no cativo, *nos trabalhos do Porto*, onde fora feito prisioneiro aquando das guerras liberais<sup>853</sup>. Deixou mulher e dois filhos ainda pequenos, António<sup>854</sup>, de três anos, e Leonor<sup>855</sup>, de apenas um ano e meio.

Viúva, e com poucos meios de subsistência, a mãe de Leonor, à semelhança da personagem de Camilo, Simeão, o pai de Marta que a obriga a desposar o tio Feliciano que voltou enriquecido do Brasil, casou a filha com o seu irmão, Joaquim, três anos mais novo, que havia estado largos anos na antiga colónia brasileira.

Sem conhecermos os contornos reais da história de Joaquim da Costa Araújo e Leonor Machado de Araújo, e do casamento, arranjado ou não, por obrigação ou por amor, feliz ou infeliz, apenas sabemos que foram pais de dez filhos: Henrique<sup>856</sup>, Bento<sup>857</sup>, Maria José<sup>858</sup>, João<sup>859</sup>, que falece com cinco anos, Manuel<sup>860</sup>, Bambina Amélia<sup>861</sup>, um outro João<sup>862</sup>, António<sup>863</sup>, Joana<sup>864</sup>, e Rosa<sup>865</sup>, que morre com apenas dois meses, em 1868. Dos dez sobreviveram sete, quatro rapazes e três raparigas, a quem proporcionaram o acesso à instrução. Falámos especialmente dos rapazes, claro está, já que a instrução das meninas não era de molde a comparar-se a estes, e não excedia os rudimentos da escrita, acompanhada de alguns labores. As raparigas aprendiam o suficiente para serem boas esposas e mães, pois a meta era o casamento e a constituição de família que lhe estava associada. Geralmente, a instrução das raparigas limitava-se à instrução primária e à preparação para dirigirem a casa.

Dos rapazes, Henrique, Bento, Manuel e João, obtivemos apenas informações sobre este último, que após ter concluído os seus estudos no colégio do Espírito Santo, em Braga, optou pelo curso de medicina, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, tendo em 1894, defendido a tese *Assepsia em Cirurgia*<sup>866</sup>. Uma temática pertinente que começava a ser debatida desde meados do século XIX, e que iria marcar o surgimento da cirurgia moderna. Destruindo-se todos os gérmenes dos objetos pela assepsia, que

---

<sup>853</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Óbitos*, 1784-1855, fl. 97.

<sup>854</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1816-1834, fls. 82-82v.

<sup>855</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1816-1834, fl. 96.

<sup>856</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fl. 101.

<sup>857</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fl. 113v.

<sup>858</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fls. 132-132v.

<sup>859</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fl. 137.

<sup>860</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fl. 144v.

<sup>861</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fls. 166v.-167.

<sup>862</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fl. 185.

<sup>863</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1864-1881, fl. 20v.

<sup>864</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1864-1881, fl. 34v.

<sup>865</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1864-1881, fl. 51.

<sup>866</sup> Araújo, João Machado de, *Breve Estudo sobre Assepsia em Cirurgia*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894.

entravam em contacto com o campo cirúrgico, controlava-se deste modo as possíveis infeções que podiam surgir. De facto, até aí não se efetuava a esterilização química ou térmica dos objetos usados nos atos cirúrgicos, apenas se procedia à limpeza superficial do instrumento para o uso concreto<sup>867</sup>. Estes procedimentos de práticas antissépticas nas cirurgias e nas curas médicas teve resultados evidentes e imediatos, não só ao nível da diminuição de infeções e complicações pós-cirúrgicas, que poderiam, inclusive, levar à morte, mas foi igualmente responsável pelas inovações do equipamento da sala de operações e das rotinas cirúrgicas.

Embora desconheçamos a maior parte do seu percurso pessoal e profissional, sabemos que terá estado vinte e quatro anos em Timor e Macau, como médico da Armada, desempenhando as funções de chefe dos serviços de saúde naquelas paragens ultramarinas. Em 1918 regressou à pátria, estabelecendo-se inicialmente, por não encontrar casa em Famalicão, na Póvoa de Varzim com a mulher e as duas filhas, Ernestina e Berta. Ignorámos, infelizmente os motivos e as circunstâncias que levaram João Machado de Araújo a partir, ou aquelas que o fizeram regressar depois de tantos anos a viver no Oriente, mas sabemos ter falecido aos sessenta e dois anos, em setembro de 1925, na sua casa de então situada na rua Adriano Pinto Basto, em Vila Nova de Famalicão. O seu caixão foi carregado pelos sobrinhos Alves, filhos da sua irmã Bambina, em cima do qual foram colocados a espada e o seu boné de oficial da armada, assentes numa almofada de veludo preto, próprios da sua condição de militar<sup>868</sup>.

Sobre Bambina Amélia não ficaram grandes registos que nos possibilitem traçar um perfil aproximado da sua vida, da sua relação com os filhos e marido. As crianças foram surgindo logo a seguir ao casamento, uma a uma, com uma diferença de idades muito pequena. Primeiro, Ernesto<sup>869</sup>, em 1888, imediatamente seguido de Joaquim<sup>870</sup>, no ano seguinte, depois de Artur<sup>871</sup> em 1891, Armindo<sup>872</sup>, em 1892. Dois anos depois, a primeira e única rapariga, Ernestina<sup>873</sup>, a que se seguiram e depois de um compasso de espera de quatro anos, Virgílio<sup>874</sup>, Júlio<sup>875</sup> e Carlos<sup>876</sup>, este último em 1902, quando Bambina ia

---

<sup>867</sup> Ferraz, Amélia Ricon, "Medicina e Cirurgia", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II..., p. 802.

<sup>868</sup> *Jornal A Paz*, 26 de Setembro de 1925, p. 2.

<sup>869</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fl. 67v.

<sup>870</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fls. 82v.-83.

<sup>871</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 6v.-7.

<sup>872</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fl. 29v.

<sup>873</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 64-64v.

<sup>874</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 121v.-122.

<sup>875</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1900-1908, fl. 11.

<sup>876</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1900-1908, fls. 41-41v.

completar quarenta anos. Faleceu no dia 17 de outubro de 1934, aos setenta e dois anos, na Casa da Ribeira<sup>877</sup>.

Fotografia 8 - Bambina Amélia Machado de Araújo e o marido, Manuel Alves Correia de Araújo. 1910



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

#### 3.4. Cândida Folhadela Carneiro, a *Candidinha*

Não sendo uma Alves, nem mesmo tendo-se tornado pelo casamento uma mulher da família, decidimos incluir neste trabalho a figura de Cândida Folhadela Carneiro, por ter protagonizado com um dos rapazes da família Alves, Joaquim Alves Correia de Araújo, uma história de amor que não acabou bem, ou pelo menos, não acabou como finalizam todas as histórias de amor, com um *casaram e viveram felizes juntos para sempre*.

Cândida Folhadela Carneiro era filha única de Luís da Silva Carneiro e de Cândida Lages Folhadela Carneiro, sócios dos conhecidos *armazéns Folhadela*, uma importante casa comercial fundada por Guilherme Teixeira Folhadela, situada no centro da vila famalicense. A ligação desta família aos Alves estabeleceu-se por via da amizade entre Luís da Silva Carneiro e Manuel Alves Correia de Araújo. Praticamente da mesma idade e nascidos na mesma freguesia, o mais provável era terem crescidos juntos em Requião.

---

<sup>877</sup> APR, *Livro de Registo de Óbitos*, 1931-1960, fl. 15v.

No entanto, e muito embora tenham seguido caminhos distintos no final da adolescência, com Luís a optar pelo destino no comércio, estabelecendo-se numa importante casa comercial portuense, a vida encarregou-se de os voltar a unir, anos depois, na vereação famalicense e nas afinidades político-partidárias. O regresso de Luís a Famalicão fez-se igualmente pela via profissional, já como sócio da firma portuense *Guilherme, Folhadela & C<sup>a</sup>*, de Guilherme Teixeira Folhadela, e que entretanto abrira um estabelecimento na vila famalicense<sup>878</sup>. À sociedade seguiu-se o casamento com uma das filhas de Guilherme Folhadela, Cândida Lages Folhadela. Deste matrimónio nasceu em 1898, uma única filha, Cândida Folhadela Carneiro, a quem chamavam *Candidinha*<sup>879</sup>.

Eram evidentes as relações de amizade, e os compadrios políticos entre Luís Carneiro e Manuel Alves de Araújo, por isso não seria estranho que Candidinha se apresentasse como uma séria candidata a noiva de um dos filhos de Manuel Alves. E foi o jovem estudante de medicina Joaquim Alves Correia de Araújo, o terceiro filho rapaz de Manuel, nove anos mais velho, que se perdeu de amores pela jovem menina, que sabia tocar piano e adorava dançar. E apaixonou-se a ponto de lhe dedicar o prefácio da sua tese de final de curso com a frase que tem tanto de enigmática como de paixão subjacente: *considero-te tanto, e tão grande é a tua amizade, que sem o teu nome julgaria este livro incompleto*<sup>880</sup>.

Um amor que não sobreviveu, no entanto, à separação física provocada pela Primeira Guerra Mundial. Joaquim, à semelhança de tantos outros jovens da época foi mobilizado para incorporar as fileiras da frente de combate, desde que a Alemanha declarou guerra a Portugal, em março de 1916. A neutralidade inicial acabou e o país teve de se equipar com meios materiais e humanos, para engrossar a frente de guerra, que se travava na Europa e em África. E em África, havia que defender a herança colonial das possessões portuguesas, em particular em Angola e Moçambique. Um problema de difícil solução para a República, já debilitada e que com a guerra viu-se ainda mais fragilizada, uma vez que tal significava avultados capitais, consensos alargados e uma adaptação a um clima, bem como a um tipo de combate, de guerrilha, totalmente desconhecido das forças nacionais<sup>881</sup>. Uma série de mancebos foram incorporados, muitos deles sem qualquer preparação, para a frente de combate. Grande parte deles nunca vira uma metralhadora<sup>882</sup>.

---

<sup>878</sup> Sobre a firma de Guilherme Teixeira Folhadela primeiramente estabelecida no Porto consulte-se Barbosa, Iza Luso, *Os Folhadella*, Porto, Lello Editores, 2001, pp. 24-51.

<sup>879</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão, *Livro de Registo de Batismos*, 1898-1905, fls. 18v.-19.

<sup>880</sup> Araújo, Joaquim Alves Correia de, *O método Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infetadas*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1917, p. 9.

<sup>881</sup> Sobre a presença portuguesa em África consulte-se Afonso, Aniceto, "Grande Guerra nas colónias", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II..., pp. 173-177. Arrifes, Marco, "Grande Guerra na África Portuguesa" (1914-1918), in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II..., pp. 169-173.

<sup>882</sup> Carvalho, Manuel, *A guerra que Portugal quis esquecer*, Porto, Porto Editora, 2015, p. 49.

Joaquim Alves Correia de Araújo, recém-formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Porto, foi um desses jovens que teve que rumar para a frente moçambicana. O seu trabalho como médico da coluna dos Macondes, comandada pelo Major Cunha e pelo lendário Neutel de Abreu, passava essencialmente por assistir os soldados feridos nos confrontos e nas visitas de saúde que efetuava no acampamento, em Chomba, às vezes a mais de cem doentes<sup>883</sup>.

Longe da namorada, Joaquim tentou honrar as promessas de amor feitas antes da partida de casa do dia 23 de abril de 1917. No entanto, e muito embora todos os telegramas e todas as cartas de amor que Joaquim lhe escrevera desde esse dia da partida, *Candidinha* não resistiu aos encantos da presença continuada e à corte de um outro rapaz, José Joaquim de Oliveira, um jovem advogado da freguesia de Santiago da Cruz.

Foi esta notícia que Joaquim recebeu, um ano depois, em abril de 1918, em Chomba, onde estava instalado o quartel-general das tropas portuguesas em Moçambique, por carta do irmão Ernesto que lhe deu conta que a *M. fugiu com um estudante do quinto ano de direito*<sup>884</sup>. A *M.* era a *Candidinha*, e o estudante de direito era José Joaquim de Oliveira, por quem ela se perdera de amores a ponto de deixar Joaquim e os compromissos amorosos, que ambos haviam trocado, meses antes. *Traidora*, foi o desabafo deixado por Joaquim no seu diário ao escrever em resposta ao irmão, acrescentando que esta não soube cumprir os seus compromissos e honrar o seu nome<sup>885</sup>.

Curiosa, ou talvez não, é a notícia do jornal *Estrela do Minho* de 14 de novembro de 1920, que na mesma secção de mundanidades intitulada *A nossa carteira*, dá a conhecer o noivado de Joaquim com a filha mais velha do Dr. Adelino Santos, a jovem Alice, ao mesmo tempo que anuncia nesse mesmo dia, o casamento da *Candidinha* com José Joaquim de Oliveira, recentemente formado em direito. Amargurado ou não, o que é certo, é que Joaquim pediu a mão da sua futura mulher no mesmo dia em que a sua antiga namorada casou<sup>886</sup>.

#### **4. *Coisas de mulheres: a moda e o traje***

Sendo a história dos Alves uma história essencialmente de homens, pois foram eles os protagonistas, até por serem a maioria, as mulheres da família além de estarem na retaguarda, por condição, por educação ou por feitio e até por estarem em número inferior, as sociabilidades das

---

<sup>883</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial. Diário de um alferes-médico: Joaquim Alves Correia de Araújo. 1917-1918*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2015, p. 19.

<sup>884</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial...*, p. 105.

<sup>885</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial...*, p. 105.

<sup>886</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 14 de novembro de 1920, p. 2.



senhoras ficariam *de lado* face à dos homens. No entanto, não podíamos deixar de analisar a moda e as *coisas de mulheres*.

Tal como os demais objetos e gostos, também a indumentária revelava posições sociais. E quando falamos de roupa não falamos apenas da feminina, pois geralmente a moda associa-se às senhoras mas também a vestimenta e a aparência dos homens é reveladora de um gosto, e de uma posição social, política e até económica. Será mais uma vez pelas fotografias de família do século XX, uma vez que as fotografias de Oitocentos são pontuais, não permitindo uma análise cuidada do que seria a indumentária dos Alves, que tentaremos analisar o vestuário da família e perceber até que ponto ela se inseria, ou não, num gosto da sociedade da época.

*Fidalgo*, uma designação hoje praticamente caída em desuso, era uma palavra comumente utilizada pela população de Requião para designar os membros da família Alves. Esta *fidalgua* atribuída, os filhos recebiam-na dos pais, significava que era gente que tinha algo, isto é gente que tinha bens. Aliás, etimologicamente, a própria palavra surge da aglutinação de *filho-de-algo*, que significava que tinha alguma coisa, em bens ou em condição nobre. Neste caso concreto eram os bens, sobretudo a propriedade fundiária que a família possuía e que lhe conferia estatuto social. Nele, a aparência tinha um papel importante na representação da identidade familiar e dos seus membros: homens, mulheres e crianças, conotando-os como gentes de elite, que desfrutava as conquistas da modernidade, com idas ao cinema, ao teatro, a festas e o acesso ao consumo. Enfim, sinais exteriores de sociabilidade que revelavam o nível a que a família havia chegado na primeira metade do século XX, e ao qual a forma de vestir não era alheia.

Faz parte do senso comum saber-se que os ideais de beleza foram variando consoante as épocas. Nas mulheres, o gosto por rostos redondos de corpos roliços, e cheinhos, deu lugar na atualidade a magrezas, que por vezes roçam a doença. Já as peles, e tez, de cor clara foram substituídas pelo bronzeado de tons dourados dos solários. A obesidade e barrigas proeminentes dos homens, sinais visíveis de vida folgada e ociosa, são substituídas por corpos magros e especialmente trabalhados por força de horas passadas no ginásio.

Analisando as fotografias do arquivo dos Alves verificámos que quer os homens, quer as mulheres, e até mesmo as crianças, da família se inserem no estereótipo de uma elite rural, abastada do tempo. Começemos pelas mulheres. Enquanto jovens, e no vigor irreverente e fresco da juventude, as mulheres da família seguiam as tendências da moda urbana, sem extravagâncias ou excentricidades.

Desde inícios do século XX que o vestuário feminino se havia aligeirado, e a tendência, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial e com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, era a

simplificação da moda<sup>887</sup>. Os trajes compridos davam lugar a saias e vestidos cada vez com menos roda e travados, que mostram pela primeira vez o tornozelo<sup>888</sup>. As pernas das mulheres, que até finais do século XIX haviam sido escondidas, despontam agora no figurino das senhoras, graças à moda<sup>889</sup>. Sobem-se as saias, vai desaparecendo o espartilho e as cinturas vão descendo cada vez mais a partir dos anos vinte. Se esta era a tendência da moda nos primeiros anos do século XX, a mulher comum das classes menos favorecidas, em particular das aldeias, continuava à margem das tendências e persistia com a sua longa saia rodada e xaile, que também servia de lenço para a cabeça. Para estas mulheres, a modernice dos cabelos cortados, que as raparigas mais jovens geralmente cidadinas iam adotando, não se colocava. Continuavam os cabelos compridos, que só à noite e ao deitar eram soltos, escovados e puxados para a nuca em forma de puxo, que se segurava com travessas e ganchos de bijuteria, cuja indústria ia gradualmente crescendo.

Fazendo parte de uma elite rural, as mulheres dos Alves não se vestiam como as demais mulheres das classes populares. Os vestidos de cintura descaída, os *cloche*, chapéus sem abas com a copa a moldar a cabeça que descia, muitas vezes até às orelhas, ou os chapéus com grandes abas, que complementavam a *toilette*, faziam parte da sua indumentária. Também os *tailleurs*, a saia conjugada com o casaco, que se generalizaram na primeira década do século XX integravam o guarda-roupa das senhoras desta família. A moda do *tailleur* e da blusa tornou-se, pelo seu carácter eminentemente prático, uma tendência do vestuário feminino em pleno período da Grande Guerra, que se prolongou no pós-conflito pela facilidade de ser combinado e adequado às várias circunstâncias do dia-a-dia<sup>890</sup>. A blusa até então, uma peça exclusivamente de interior, usada unicamente na intimidade, autonomizou-se e passou a ser conjugada com o *tailleur*, dando leveza e graça à *toilette*<sup>891</sup>.

Para além dos chapéus, as senhoras da família Alves usavam outros complementos da moda que por si só as colocavam num outro patamar da sociedade de Requião das primeiras décadas do século XX, era o caso das meias de vidro, os sapatos, as carteiras, e as luvas, aqueles acessórios que funcionavam como um verdadeiro signo social e uma marca distintiva de pertença a um determinado grupo. De facto, as freguesas de Requião dos anos vinte, trinta e quarenta ainda pouco ou nada conheciam das novas tendências que as revistas mundanas iam assinalando e divulgando junto do seu

---

<sup>887</sup> Santana, Maria Helena, "Estética e aparência", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 441-445.

<sup>888</sup> As tendências da moda alteram-se profundamente a partir da Grande Guerra. Consulte-se Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e, *Do Tempo e da Moda. A moda e a beleza feminina através das páginas de um jornal (Modas & Bordados- 1912-1926)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 40-44.

<sup>889</sup> Pais, José Machado, "A evolução do gosto, da moda e da beleza", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 340.

<sup>890</sup> Santana, Maria Helena, "Estética e aparência", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 440.

<sup>891</sup> Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e, *Do Tempo e da Moda...*, pp. 48-49.

público feminino, que não eram, de todo, a maioria das mulheres, provincianas e modestas das aldeias. A população rural da maior parte do país não imaginava sequer que este mundo da moda existia, quanto mais revistas especializadas em tais assuntos. O próprio uso do espelho, símbolo de vaidade, não estava ao alcance de todos, quando muito e em dimensões minúsculas, vendidos pelos vendedores ambulantes, ia lentamente chegando à generalidade da população<sup>892</sup>.

As diferenças sociais também se sentiam nos homens, embora fossem mais ténues no vestuário masculino que no feminino. As tendências da moda não eram tão marcadas. A generalidade dos homens de Novecentos vestia umas calças sobre umas ceroulas ou cuecas, consoante a estação mais ou menos fria, e uma camisa com ou sem colarinhos, distintivos, no caso de os haver de algumas posses. O mesmo se passava com os punhos da camisa, um complemento mais janota que poderia obedecer a botões, mais ou menos distintos consoante a condição social. O fato completo, composto por calça e casaco ou por fraque e sobrecasaca, juntamente com o chapéu, alto, de coco, mole ou de palha, no verão, era a indumentária do homem desta época, que poderia incluir mais elementos consoante o gosto e a predisposição social e económica, gravatas, laços, plastrons, suspensórios, botões de punho e colarinhos, alfinetes de gravata, corrente de relógio, bengala, etc.

Ao analisar a indumentária dos Alves da primeira metade do século XX são desde logo visíveis duas constatações: por um lado, trata-se de homens pertencentes a uma elite, que pelo trajar envergado distingue-se, também, da maioria dos homens de Requião desse tempo, que se cingia a umas calças e colete de saragoça ou de parrilha, a uns socos e a um chapéu. De facto, o vestuário masculino da população rural pouco havia evoluído em cem anos, até pelos condicionalismos económicos a que estavam sujeitos, sendo difícil assegurar o alimento diário quanto mais a roupa, mantendo-se praticamente inalterável, como em 1842<sup>893</sup>. Os Alves como homens de posse que eram vestiam fatos completos de bom corte, feitos à medida nos melhores alfaiates de Famalicão, com camisas de colarinhos e botões de punho, a que acrescentavam um bom sobretudo de lã que os agasalhava do frio do inverno. Nos pés, o calçado já não eram os tamancos mas sapatos, comprados em grandes armazéns da época. Outros complementos eram também usados como o relógio e respetiva corrente em ouro de bolso, os alfinetes também em ourivesaria para a gravata, e os botões de punho igualmente em ouro.

---

<sup>892</sup> Santana, Maria Helena, "Estética e aparência", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea....*, p. 432.

<sup>893</sup> Segundo a descrição do pároco da freguesia de S. João Baptista de Penselo, por alturas do inquérito paroquial feito em 1842 pela Câmara de Guimarães a todas as paróquias do concelho, o vestuário *ordinário era nos homens, no inverno, composto por vestes e calças de saragoça ou parrilha, colete, socos e chapéu grosso e, no verão, calças de estopa e chapéu de palha nativa, em mangas de camisa, tem para os domingos roupas de pano ordinariamente azul, e vestes, capote de pano ou de saragoça e chapéus, muitos de sedinha, outros grossos*. Confira-se (sem indicação de autor), "Inquérito paroquial de 1842 - S. João Baptista de Penselo", in *Revista de Guimarães*, vol. 108, 1998, p. 444.

No que diz respeito ao vestuário das crianças da família, também elas faziam parte de um padrão social que as vestia de acordo com os gostos da moda infantil da época, enquanto meninos e meninas filhos de gentes de posses. Devemos dizer antes de mais que este novo sentimento da infância, perceptível a partir do século XVIII, se transpôs também para o vestuário dos mais pequenos, sobretudo das elites que deixam de ver as crianças como adultos em miniatura, estabelecendo com os filhos novas relações e uma nova afetividade<sup>894</sup>.

Até aos cinco anos, as roupas eram semelhantes para meninos e meninas, não se estabelecendo uma grande diferenciação de gênero, usando-se essencialmente vestidos, uma espécie de saias plissadas presas no corpo do fato. A partir dessa idade, os meninos vestiam calções, a maioria das vezes apertados nos joelhos por botões<sup>895</sup>.

Uma moda bem ao gosto das classes favorecidas foi o chamado *fato à marinheiro*, tanto para rapaz como para rapariga, com todas as suas variantes que faziam as delícias dos modelos de moda infantis desde finais do século XIX e que se prolongaram pelas primeiras décadas do século XX. Também os meninos da família Alves tiveram fatos *à marujo* como constatamos nas fotografias do arquivo familiar.

---

<sup>894</sup> Assiste-se a uma mudança de atitude para com a criança com as quais se estabelece uma nova afetividade e educação. Gélis, Jacques, "A individualização da criança", in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 3..., pp. 311- 328.

<sup>895</sup> Boucher, François, *História do vestuário no Ocidente*, São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 394.

## Capítulo 3. A casa

### 1. A casa

Distante, bem distante, da definição primária de *abrigo*, de lugar de defesa e proteção contra animais e intempéries, a casa torna-se, sobretudo a partir da era burguesa, um espaço de afetos que integra lembranças, sonhos e celebrações, mas também de memórias<sup>896</sup>. De local de resguardo transforma-se com o passar do tempo num universo de odores e cheiros, de sons e ruídos, e sobretudo de vivências dos elementos que a habitam.

É esta conceção de casa, nascida na era burguesa, que nos interessa abordar e conhecer. Um lugar onde se desenvolveu o conceito de domesticidade e intimidade, e que a transformaram num lar, num *home sweet home*. Um espaço vivido, distinto quer dos castelos fortificados, impessoais e frios da aristocracia, quer da austeridade das celas e demais divisões dos mosteiros onde viviam os clérigos, ou mesmo distinto da pobreza da casa das classes operárias de poucos recursos económicos<sup>897</sup>.

Durante a Idade Média a intimidade era algo desconhecido e o universo privado não existia sequer. Além disso não havia uma especialização do espaço doméstico, se é que era doméstico, no sentido do significado de domesticidade<sup>898</sup>. As habitações eram polivalentes, e os animais conviviam com as pessoas, nesse mesmo espaço. Witold Rybczynsky refere que o que surpreende na casa medieval não era propriamente a falta de móveis, mas a multiplicidade de funções que esta assumia como lugar também público. *A sala estava em constante uso para cozinhar, comer, receber visitas, fazer negócios, e à noite, para dormir*<sup>899</sup>. Diferentes funções, que se resolviam muito facilmente com a mudança de sítio dos poucos móveis existentes, e que solucionavam as variadas situações e exigências do quotidiano. A mesma mesa servia para comer, para contar o dinheiro, para trabalhar, e até mesmo para dormir, se fosse caso disso. E que à noite desmontava-se para dar lugar ao dormitório improvisado.

---

<sup>896</sup> Sobre as casas enquanto testemunho civilizacional consulte-se Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e capitalismo. Séculos XV-XVII*. Vol. 1, Lisboa, Edições Teorema Lda, 1992, pp. 230-270. Cabido, José Jacob, *Reflexões sobre o interior doméstico: as mentalidades e os espaços*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1994, p. 12, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>897</sup> Rybczynsky, Witold, *La casa. Historia de una idea*, Argentina, Emecé Editores, 1991, p. 36; Mota, Nelson, "At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado", in Santos, Carlota (coord), *Família, Espaço e Património...*, p. 519.

<sup>898</sup> A propósito do nascimento da domesticidade e seus significados Leia-se Franco Rubio, Gloria, "El nacimiento de la domesticidad burguesa en el Antiguo Régimen. Notas para su estudio", in *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, nº 30, Alicante, Universidade de Alicante, 2012, pp. 17-31.

<sup>899</sup> Rybczynsky, Witold, *La casa...*, pp. 36-39.

A casa era pois um espaço, geralmente organizado em um, ou dois compartimentos, plurifuncionais, que serviam em simultâneo para comer, dormir, trabalhar e vender<sup>900</sup>. Como diz Gloria Franco Rubio ainda na Época Moderna *no era fácil marcar el limite entre ambas, ni deslindar la naturaleza pública o doméstica de numerosas actividades cotidianas como, por ejemplo, la elaboración de una pieza manufacturada; realizada en colaboración com otras personas del mismo oficio, y destinada a la venta podía hacerse no en un lugar específico como un taller, sino en el interior de una vivienda simultaneándola com otras faenas domésticas y caseras realizadas en la tranquilidad del hogar*<sup>901</sup>. Funcionava, acima de tudo, como um espaço de utilizações múltiplas onde tarefas de índole doméstica e profissional eram realizadas em simultâneo. Uma realidade, que no caso português persistia ainda em muitas zonas rurais do norte do país, nos anos 30 do século XX, aquando da realização do *Inquérito à habitação rural*<sup>902</sup>. Na primeira metade do século XX, nos meios rurais do Norte de Portugal imperava ainda a precariedade e a promiscuidade de pessoas e animais, por vezes num compartimento único onde todos os membros da família comiam, dormiam e viviam. *E em muitos casos, nas casas dos camponeses mais pobres, um único leito abrigava o sono de toda a família*<sup>903</sup>.

Porém será a partir do século XIX que a casa adquire um novo simbolismo. Impulsionada sobretudo pela burguesia, que via na habitação um sinal da sua notabilidade e da sua afirmação socioeconómica, a habitação torna-se gradualmente num espaço de *domesticidade* libertando-se de funções que tinha até então. Transforma-se num *lar*, enquanto local da intimidade e refúgio da família, reforçando o seu papel de lugar idealizado e de descanso que se oferece em alternativa à dureza assumida e associada ao local de trabalho<sup>904</sup>. É neste lugar de descanso e bem-estar físico e emocional, que reflete e caracteriza quem aí vive, que a família se projeta e se revê.

Este novo modelo de casa, que privilegia os ideais de bem-estar e conforto vai produzir mudanças no interior da habitação ao nível do mobiliário, da decoração e, sobretudo, numa nova especialização dos espaços, que se tornam diferenciados. Ao ponto de, no século XIX, metamorfosear a casa *num organismo complexo e profundamente codificado onde, como refere Georges Teyssot, a domesticidade*

---

<sup>900</sup> Sobre a organização do espaço doméstico como reflexo da transformação da vida privada leia-se Ramos, Rui Jorge Garcia, *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitetura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2004, pp. 81-90, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>901</sup> Franco Rubio, Gloria, "El nacimiento de la domesticidad burguesa en el Antiguo Régimen...", p. 19.

<sup>902</sup> Para este assunto ver Basto, E. A. Lima; Barros, Henrique, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. 1, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943. Citado por Ramos, Rui Jorge Garcia, *A casa Unifamiliar...*, pp. 84-85.

<sup>903</sup> Collomp, Alain, "Famílias. Habitações e coabitações", in Ariès, Philippe; Duby, George (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 3..., p. 516.

<sup>904</sup> Mota, Nelson, "At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado", in Santos, Carlota (coord), *Família, Espaço e Património...*, p. 523.

foi racionalizada e observou-se uma extraordinária obsessão com a função (...) transformando-se num organismo progressivamente complexo e especializado<sup>905</sup>.

Graças a esta nova conceção habitacional, que considera os conceitos de domesticidade e de especialização dos espaços, assistiu-se a uma valorização das relações familiares e da privacidade dos seus membros, que anteriormente não era tido em atenção, ou mesmo possível<sup>906</sup>. *A intimidade exige condições de alojamento*, claramente impensável em habitações de uma única divisão, de áreas mínimas, e partilhadas por famílias de seis a sete elementos<sup>907</sup>.

O espaço interior reflete esta nova divisão adaptando-se às diferentes funções que a vida familiar exige: receber, estar, comer, descansar, cozinhar e dormir, as quais se traduzem em compartimentos distintos, de mobiliário diferenciado, que refletem, consoante o seu número e a sua espacialização, o maior ou menor poder económico e social da família. O salão ou *sala de visitas*, a sala de jantar, a cozinha, os variados quartos de dormir e/ou vestir, a biblioteca, o escritório, a capela para as práticas religiosas, onde muitas vezes eram colocados oratórios privados, para a realização de um culto mais intimista. Enfim, uma especialização das dependências domésticas que refletem uma nova habitabilidade, que podia ser mais simples ou mais requintada consoante o estrato social da pequena ou alta burguesia a que se pertencia. A riqueza é proporcional à qualidade e especialização da habitação, bem como ao seu recheio. De facto, o número e a especificidade de dependências numa casa, quer a quantidade e qualidade do mobiliário, roupas, louças e outros utensílios domésticos, eram indicadores da fortuna do agregado familiar<sup>908</sup>.

Assim, o espaço doméstico ganha novas valências, quer ao nível estético, como de conforto e higiene<sup>909</sup>, fruto das novas conceções higienistas que iam surgindo e afirmando, recomendando particular atenção com a iluminação e arejamento, salubridade, entre outros aspetos.

Em paralelo, e fruto desta valorização da família, a mulher ganhou um papel de destaque convertendo-se na *rainha do lar*. Um lar que passa a ser entendido como *coisa de mulheres*, no dizer de Gloria Franco Rubio. Acrescentando mesmo que *será el único lugar donde éstas puedan ejercer ciertas*

---

<sup>905</sup> Mota, Nelson, "At Home com a Burguesia do Porto...", p. 525.

<sup>906</sup> Franco Rubio, Gloria, "La Vivienda en el Antiguo Régimen: de espaço habitable a espaço social", in *Chronica Nova. Revista de Historia Moderna da Universidade de Granada*, Granada, Universidade de Granada, n.º 35, 2009, pp. 65-66.

<sup>907</sup> Veja-se Vaquinhas, Irene, "A Época Contemporânea. Introdução", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 8.

<sup>908</sup> Consulte-se pra este assunto Cruz, Maria Antonieta, "Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. IV, Porto, Universidade do Porto, 2003, pp. 265-268.

<sup>909</sup> Valentim, Margarida Gomes, *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes, 2013, p. 37, Dissertação de Mestrado policopiada.

*cuotas de autoridade e influencia, que alcanza hasta donde impieza la de su marido, dada su ubicación en un plano secundario dentro de la jerarquía de los sexos*<sup>910</sup>.

É aí na intimidade e no refúgio do lar que o papel da mulher se reforça, transformando-se na esposa e mãe de família, responsável pela educação dos filhos e pela organização quotidiana dos variados trabalhos domésticos. Estas tarefas eram quase sempre realizadas com o indispensável recurso à criadagem, cujo número e funções exercidas dependia das possibilidades financeiras da família.

Inicialmente apanágio da aristocracia, a existência de criados no lar alastra-se à família burguesa que havia sido *contagiada por este luxo da criadagem*, que pululam nas casas dos fidalgos como o denota Joseph-Barthélemy-François Carrère<sup>911</sup>. Este médico e publicista francês refere, em finais do século XVIII, aquando da sua passagem por Lisboa, que os *simples particuliers mantêm igualmente um número excessivo de criados, escalonados em idênticas categorias às das casas nobres*<sup>912</sup>. E prossegue dizendo, *todo o português negociante abastado, burguês afazendado, magistrado cujas famílias sejam compostas por marido, mulher e dois filhos, tem, pelo menos, um cozinheiro, um boleeiro, um palafrenero, um aguadeiro, dois cocheiros, dois criados de mesa, duas ou três criadas graves e duas criadas moças*<sup>913</sup>. Estes assessores tornavam-se num dos muitos símbolos visíveis dessa afirmação social<sup>914</sup>.

De facto, de um modo geral, uma família de rendimentos medianos dispunha em meados de Oitocentos, pelo menos, de três criados, entre os quais se contava uma cozinheira, que fazia as refeições e tratava da cozinha e sala de jantar, uma criada de dentro, que se ocupava das restantes divisões da casa e também servia à mesa, e no caso de haver crianças, uma ama, para tratar dos mais pequenos<sup>915</sup>.

Se esta era a situação da burguesia urbana, nos campos o estatuto de proprietário rural estendia este conceito aos *criados de fora* que gravitando em volta da casa agrícola, ou de lavoura, realizavam os mais diversos trabalhos, numa lógica alargada de família à qual acabavam por pertencer.

## 2. A Casa da Ribeira

A casa habitada pela família Alves localizava-se pelo menos desde Seiscentos no lugar da Ribeira, em Requião<sup>916</sup>. Parte integrante de um sentimento de pertença esta Casa da Ribeira, com maior ou menor

---

<sup>910</sup> Franco Rubio, Gloria, "La Vivienda en el Antiguo Régimen: de espacio habitable a espacio social...", p. 84.

<sup>911</sup> Carrère, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, p. 35.

<sup>912</sup> Carrère, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no ano de 1796...*, p. 35.

<sup>913</sup> Carrère, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no ano de 1796...*, p. 35.

<sup>914</sup> Consulte-se a propósito Perrot, Michelle, "Personagens e papéis", in Ariès, Philippe; Duby, George (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 4..., pp. 179-186.

<sup>915</sup> Vaquinhas, Irene; Guimarães, Maria Alice Pinto, "Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea ...*, p. 216.

<sup>916</sup> Desde 1642 que os filhos de António Álvares e Ana Rodrigues nasceram numa casa no lugar da Ribeira, onde os pais habitavam.



dimensão arquitetónica, com mais ou menos compartimentos, com muito ou pouco mobiliário no seu interior, serviu de palco às muitas vivências da família ao longo de várias gerações. Desde os acontecimentos mais festivos que encheram de júbilo os seus homens e mulheres, até às mais triviais rotinas diárias, passando pelas situações de dor e de agonia que ensombraram e assaltaram a família no aconchego do lar, muitas teriam sido as situações testemunhadas pelas paredes da casa durante os cerca de quatrocentos anos que compõe este nosso estudo.

Foi esta casa que viu nascer praticamente todos os bebés da família, excetuando um ou outro caso, que por motivos meramente pontuais não vieram ao mundo em Requião. Foi nos seus campos e leiras em volta, que brincaram e cresceram as suas crianças, e se tornaram adultos. E foi também aqui, testemunhado pelo silêncio das suas paredes, que a maior parte dos Alves viu os olhos serem-lhes fechados, no leito dos seus aposentos, quando a morte se anunciava. Só a última geração da Casa da Ribeira, morreria no hospital, como era já prática na segunda metade do século XX. De resto, todas as anteriores faleceriam no leito, também como era costume no passado, e não muito longínquo, rodeados pela família na hora da despedida final. Ao contrário do que acontece hoje em dia, até aos anos 50/60 do século passado morria-se em casa. Morrer-se num hospital era algo pouco digno, sinónimo de pobreza, material e humana, destinado apenas aos muito pobres e indigentes. Como diz Maria Antónia Lopes *ninguém com um mínimo de consideração social baixava a um hospital na doença*<sup>917</sup>, quanto mais na morte. Tal como os doentes eram tratados em casa com a visita do médico ou cirurgião, acompanhados por dietas de galinha e remédios aviados na botica, também os moribundos esperavam no leito do lar, junto dos seus familiares que a morte chegasse.

No entanto, convém salientar, e ainda que o *habitat* da família tenha sido, e pelo menos desde meados do século XVII, este lugar, a Casa da Ribeira só ganhará a dimensão patrimonial e simbólica do nome a partir de Oitocentos. De facto, será somente a partir desta altura que, inclusivamente do ponto de vista arquitetónico, se irá transformar na casa da família Alves, símbolo da categoria social que a família alcançou na Idade Contemporânea.

Elemento de união, e reunião da família, a Casa da Ribeira era o local onde todos os seus filhos regressavam e na qual todos eles se identificavam<sup>918</sup>. E era ao mesmo tempo, a casa que todos os outros, que não sendo da família, respeitavam como símbolo de afirmação económica, social e até de conduta

---

<sup>917</sup> Veja-se Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e os mecanismos de proteção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX", in D'Encarnação, José (coord.), *A História tal qual se faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 6.

<sup>918</sup> Perrot, Michelle, "Maneiras de habitar", in Ariès, Philipp; Duby, George (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 4..., pp. 308-309.

moral de uma família<sup>919</sup>. Pertencer a esta casa significava uma respeitabilidade acrescida, que muitos almejavam para si e para os seus.

Na Idade Contemporânea esta casa representava muito mais que a residência da família Alves. Distinguia-se, também pela dimensão, das demais da freguesia. Nesta conceção integra-se não só o que diz respeito à casa propriamente dita, com uma série de compartimentos e dependências destinadas à atividade agrícola familiar, mas também, o tamanho dos terrenos a ela afetos, que permitiram a tão desejada autossuficiência, pouco comum no Requião de Oitocentos, e até, no primeiro quartel de Novecentos. À semelhança do que refere João Pina Cabral para a casa do Alto Minho, a Casa da Ribeira para além da unidade de residência, foi buscar a sua entidade e a sua força às terras que lhe pertenciam, e a que ela estavam ligadas, às dependências agrícolas e aos animais que possuía, e que lhe permitiam a sua subsistência e a distinguiam das demais habitações vizinhas<sup>920</sup>.

Com poucas ou quase nenhuma informações sobre a primitiva casa habitada pela família restam-nos apenas a referência da sua localização dada pelos róis de confessados da freguesia de Requião de Setecentos<sup>921</sup>. Confirma-nos, o rol de 1770, que o agregado familiar de Manuel Alves de Araújo vivia no lugar da Ribeira, sendo formado por si, mulher e três filhos. Nesse lugar, que ia buscar o nome à ribeira que o atravessava, havia ainda mais quatro agregados, num total de cinco fogos. Ainda hoje, e mais de dois séculos depois, são perfeitamente perceptíveis essas cinco construções existentes na Idade Moderna. Não sendo um lugar intensamente povoado como outros da freguesia, como acontecia no lugar de Ninães com quarenta e um fogos, o lugar da Ribeira não era também um local deserto e sem qualquer construção, ou com apenas uma casa como era o lugar do Forno, uns metros mais acima.

Na falta de outras fontes primárias restou-nos os registos paroquiais, que nos confirmaram que há mais de quatro gerações os antepassados de Manuel Alves de Araújo habitavam este lugar da freguesia, e, muito provavelmente, esta casa situada nesse lugar. Pois, e como refere João Pina Cabral, era comum a casa tornar-se conhecida pelo nome da leira em que foi construída, sendo, muitas vezes esse nome usado como alcunha dos seus homens e mulheres<sup>922</sup>. É bem provável que fosse este o caso.

Pela genealogia da família facilmente identificámos os ascendentes que foram sucedendo-se na casa e receberam-na por herança, de forma a ter chegado, em 1770, a Manuel Alves de Araújo, que a

---

<sup>919</sup> Sobre o assunto consulte-se Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 138-139.

<sup>920</sup> Para a casa alto minhota leia-se Cabral, João de Pina, "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", in *Análise Social*, vol. 20, 2.º-3.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, pp. 263-284.

<sup>921</sup> APR, *Rol de Confessados*, 1770; 1777, não paginado.

<sup>922</sup> Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho", in *Análise Social*, vol. 20, 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, p. 101.

transmitiria, anos mais tarde, ao seu único filho varão vivo, José António Alves de Araújo, o proprietário da casa na geração seguinte.

Convém no entanto salientar, que este edifício de Setecentos mencionado no rol, não seria ainda a Casa da Ribeira dos séculos seguintes, com a conotação de património simbólico que acabaria por adquirir nas gerações posteriores. Seria muito provavelmente uma construção ainda com uma organização muito simples, de cariz essencialmente agrícola, que satisfazia as necessidades dos seus proprietários e espelhava o *modus vivendis* da família, a agricultura. À semelhança de outros edifícios do meio rural, a casa dos Alves dos tempos Modernos seria uma edificação tipicamente seis/setecentista, que seguia a tipologia da casa rural do Baixo Minho, apontada por Olanda Barbosa Vilaça<sup>923</sup>. Uma casa sobradada, de planta retangular, em pedra, e praticamente sem aberturas no piso térreo, com exceção das portas de acesso, onde se situava a cozinha e outras dependências, e anexos, destinados provavelmente às cortes do gado, cortelho e celeiro. Esta falta de aberturas no piso térreo conferia um aspeto sombrio e soturno aos compartimentos, que se tornava particularmente acentuado na cozinha, cuja ausência de chaminé, encardia de fumo negro as paredes deste espaço. De facto, a falta da chaminé<sup>924</sup> obrigava o fumo a escoar-se pela porta, ou pela janela quando existia, como era o caso, e pelas telhas, propositadamente levantadas no telhado para o efeito<sup>925</sup>. Por tudo isso, a iluminação era manifestamente insuficiente, conseguida apenas pela porta de acesso, ou através de uma pequeníssima janela, seguindo um compromisso possível entre o renunciar à luminosidade ou às temperaturas, que se queriam quentes no inverno e frescas no verão<sup>926</sup>.

Em conformidade com este esquema, a cozinha da Casa da Ribeira de Setecentos tinha apenas uma pequena janela<sup>927</sup>, junto à porta de acesso. Além de dar luz ao espaço, este postigo rasgado diretamente para o eirado ou quinteiro<sup>928</sup>, permitia a comunicação com os animais que andavam à solta, e mais concretamente com a manjedoura de pedra que se encontrava na parte exterior, para onde era lançada a *lavadura* dos animais. Sabemos que, e ainda que houvesse as cortes dos bois, os cortelhos dos porcos, das cabras, das galinhas, onde eram guardados e protegidos, era frequente a saída e

---

<sup>923</sup> A propósito deste assunto confira-se Vilaça, Olanda, "A casa rural do Baixo Minho (1750-1810)", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n.º 57, 2016, pp. 240-247.

<sup>924</sup> A chaminé nas casas populares do Minho é um elemento arquitetónico relativamente recente, apenas do século XX. Sobre este assunto leia-se Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000, pp. 34, 119-123.

<sup>925</sup> Sarti, Raffaella, *Casa e Família...*, p. 174.

<sup>926</sup> Conde, Manuel Silvío; Vieira, Marina Afonso, "Habitação e a arquitetura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média", in Gonçalves, Iria (coord.), *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemática*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, 2004, p. 10.

<sup>927</sup> A outra janela que se vê na planta foi aberta no século XX aquando da remodelação deste espaço.

<sup>928</sup> Em Requião utilizava-se a designação de eirado.

passagem, de maior ou menor duração, pelo eirado da casa. Fosse com destino ao pasto, à ordenha ou à tosquia, ou simplesmente enquanto se tirava o estrume das cortes era bastante comum a convivência e a coabitação entre homens e animais nestes tempos<sup>929</sup>.

Encarada como uma dependência multifuncional, a cozinha era na Idade Moderna o espaço nevrálgico da casa. Nas povoações rurais, mais que o local onde se preparavam as refeições para a família, e até para os animais domésticos, era o espaço de estar, onde todos se encontravam e se aqueciam depois de um dia de trabalho nos campos<sup>930</sup>. Por isso, era comum a existência de bancos para sentar geralmente junto à lareira<sup>931</sup>. Na Casa da Ribeira, a lareira ficava encostada na parede, ladeada pelo forno do pão, situado no canto esquerdo da mesma. Era aqui neste forno que, ainda na segunda metade do século XX, se coziam, geralmente semanalmente, as fornadas de boroa de milho que integravam as merendas dos jornaleiros e criados existentes então na casa.

Desenho 1 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade



Fonte: Levantamento arquitetónico feito por Manuela Salgado Alves de Araújo

Legenda: 1 - A cor amarela reporta-se ao que pensamos ser o núcleo Setecentista. 2 - A cor azul diz respeito ao acrescento Oitocentista.

<sup>929</sup> Sarti, Raffaella, *Casa e Família...*, pp. 172-173.

<sup>930</sup> Sobre os equipamentos e as habitações na Idade Moderna consulte-se Olival, Fernanda, "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada. A Idade Moderna...*, pp. 250-263.

<sup>931</sup> Sobre os bancos e móveis de descanso consulte-se Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura Material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012, pp. 245-252, Tese de Doutoramento policopiada.

Atrás da lareira, e seguindo o esquema de tantas outras casas rurais minhotas, contra a parede estava a borrarreira, que funcionava como o local onde se deitava a cinza, coberta por uma longa pedra, o poial. Esta laje, suportada por dois blocos de pedra nas extremidades, os *tranqueiros*, servia como balcão de apoio onde se colocavam os poucos utensílios da cozinha.

A esta cozinha térrea seguia-se um outro bloco, também retangular, composto por dois pisos. No piso superior, destinado à parte habitacional situavam-se, provavelmente três compartimentos, a avaliar pelas *namoradeiras* existentes nas duas únicas janelas da divisão. Aí funcionou em pleno século XX os chamados *quartos das criadas*, o que pressupunha desde logo a existência de mais que um aposento, destinado quer às serviçais internas, quer àquelas que não o sendo pernoitavam na casa a título excepcional. Era o caso da costureira Clementina que costumava ficar alojada na Casa da Ribeira por alguns dias, enquanto tivesse trabalho de costura a fazer, que passava não apenas por executar pequenos arranjos e remendos mas também pela confeção de algum vestuário.

O acesso a este piso superior fazia-se por uma escada exterior, de pedra, de grande simplicidade e sem qualquer ornamento decorativo significativo, que se prolongava numa varanda da mesma largura, até um pequeno quarto situado na extremidade oposta. Quer a escada, quer o patamar no cimo dessa mesma escada eram cobertos por um alpendre formado pelo prolongamento do telhado, protegendo desde logo do sol e da chuva assim que se chegava a este espaço de transição.

A varanda era fechada e a ela acedia-se através de duas portas: uma primeira porta que se abria para a sala e alcovas, provavelmente existentes neste enorme bloco retangular, e uma segunda para o quarto localizado em frente à escada, no prolongamento da mesma varanda. Um esquema em tudo idêntico ao que Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira encontraram numa casa em Moreira da Maia, no lugar de Real<sup>932</sup>.

Sendo uma casa de sobrado, uma vez que tinha dois pisos, a casa dos Alves dos tempos Modernos distinguia-se das demais casas térreas não só em altura, mas também num maior cuidado construtivo, conferido pela existência de uma escadaria exterior e pela varanda. Estes elementos que davam um maior primor à construção, não obstante a sobriedade e singeleza que apresentavam, eram ausentes na maioria das casas térreas<sup>933</sup>. No entanto, um apuro construtivo ainda sem a sumptuosidade arquitetónica de outras da freguesia, como a casa da quinta do Xisto pertencente ao Doutor António Machado Bello, ou a casa de Fafião, propriedade de Manuel Félix Salgado de Araújo Chaves e sua mulher Dona Antónia Joaquina da Encarnação Carneiro. Gente de estatuto social elevado, visível no título

---

<sup>932</sup> Leia-se Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, p. 67.

<sup>933</sup> Vilaça, Olanda, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime...*, p. 159.

deferencial de Doutor e Dona que encontrámos na documentação, que há muito se havia distinguido dos restantes camponeses da freguesia na sua relação com a terra<sup>934</sup>. Eram estes os lavradores mais ricos de Requião na Idade Moderna, que ocupavam o topo da hierarquia social da freguesia. Os seus campos eram de dimensão superior às leiras da generalidade dos camponeses, que, na maior parte das vezes, se limitavam a responder às necessidades de sobrevivência. Era de facto, a quantidade das terras aforadas que assegurava a estes lavradores um rendimento e, conseqüentemente, a sua posição social na freguesia. Essa posição era identificada por um conjunto de sinais entre os quais o aspeto exterior da habitação, de maior cuidado arquitetónico<sup>935</sup>.

Apesar de tudo, e no dizer de Sarti, a casa dos Alves de Setecentos, do lugar da Ribeira, na sua verticalidade simples de casa sobrada, era já *senal de uma cultura habitacional bastante requintada*<sup>936</sup>, indicadora da categoria social da família em finais da Idade Moderna.

Ainda que desconheçamos por completo quando é que este corpo seis/setecentista foi ampliado e transformado, dando origem a um novo conjunto arquitetónico de feição mais alargada, e as razões que o motivaram, podemos no entanto supor, e na falta da prova documental, que este núcleo primitivo inicial tornar-se-ia pequeno com o passar dos tempos. Esta habitação não se coadunava, desta forma, com as necessidades da família que ia crescendo, até mesmo económica e socialmente. Por isso, mais tarde, encostado a este núcleo inicial surgirá um novo bloco, provavelmente oitocentista, cuja solução arquitetónica é comum a outras casas de lavoura do Entre-Douro-e-Minho<sup>937</sup>. Trata-se de um prolongamento do edifício mais antigo, que corresponderia no andar sobradado a mais alguns aposentos, com paredes divisórias de tabique destinadas a uma nova domesticidade oitocentista, que nas casas urbanas já se fazia sentir há mais tempo<sup>938</sup>. Sem a prova documental, podemos, no entanto, supor que este novo corpo solucionaria as necessidades habitacionais da família na segunda metade do século XIX.

Por volta de 1860, e após cerca de vinte anos em terras brasileiras, João Alves Correia de Araújo regressa a Requião à casa paterna do lugar da Ribeira<sup>939</sup>. Com quase quarenta anos, recentemente casado e depois de cerca de um ano a viver na casa dos sogros, também seus tios paternos, no lugar

---

<sup>934</sup> Cabral, João de Pina, "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural...", pp. 266-267.

<sup>935</sup> Consulte-se Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 14-15.

<sup>936</sup> Sarti, Raffaella, *Casa e Família ...*, p. 172.

<sup>937</sup> Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, pp. 35-37.

<sup>938</sup> Leia-se Cruz, Maria Antonieta, "Facetas do Quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos...", pp. 265-273.

<sup>939</sup> Abordaremos a emigração de João Alves Correia de Araújo em capítulo próprio.

de Além, em S. Miguel de Seide, resolverá, muito provavelmente, com esta solução de alargamento da casa de seus pais, as necessidades de um lar para viver com a família, que entretanto tinha constituído<sup>940</sup>.

Esta hipótese assenta no conhecimento que possuímos sobre a família. João, embora não sendo o filho primogénito de Domingos Alves Correia de Araújo, e por isso o herdeiro da casa seis/setecentista do lugar da Ribeira, acabou por receber e estabelecer-se na casa dos pais. Uma casa que tinha passado de pais para filhos há várias gerações, e que por circunstâncias variadas, nem sempre o herdeiro da mesma havia sido o varão primogénito. O que não espanta, pois não falámos de um morgadio. Neste caso, o filho mais velho de Domingos, Manuel, estava emigrado no Rio de Janeiro, em S. Fidélis, onde estava comercialmente estabelecido com um armazém de secos e molhados<sup>941</sup>. Não manifestando, até por isso mesmo, qualquer vontade de regresso à casa paterna ou mesmo dar continuidade à exploração agrícola familiar. Assim sendo, João, o segundo filho de Domingos, definitivamente regressado do Rio de Janeiro em 1858 apresentava-se como o sucessor mais provável da casa paterna, fazendo todo o sentido uma ampliação da Casa da Ribeira. Aqui se instalaria a partir de 1863, aquando do nascimento do segundo filho, com a mulher, permanecendo o núcleo mais antigo como a habitação de seus pais, Domingos Alves de Araújo e Teresa da Costa Veloso, ainda vivos, mas de idade avançada.

Viviam-se tempos de mudança que era necessário acompanhar, aos quais as novas gerações oitocentistas dos Alves estavam recetivas. A estadia em terras brasileiras tinha-lhes aberto os horizontes e aprimorado o gosto, pelo bem-estar material e por um novo tipo de vida que privilegiava o conforto e a habitabilidade. Essas preocupações exigiam estruturas construtivas feitas de raiz, que atendessem a novas necessidades de domesticidade. Era necessário uma nova demarcação do espaço habitacional, e uma separação clara entre as zonas de comer, de cozinhar e de dormir que os tempos modernos exigiam, ainda que sem os requintes dos estratos superiores da burguesia, e muito particularmente a burguesia citadina.

Assim sendo, e sem construir de raiz num outro local, e à semelhança de tantos outros agricultores, como refere Virgílio Taborda<sup>942</sup>, os Alves vão adaptando a sua velha morada, modificando-a e acrescentando-a com novos corpos. Um comportamento idêntico a muitas outras famílias de Vila Chã, Matosinhos, Maia, cujas casas agrícolas foram sendo sucessivamente modificadas e alteradas com o

---

<sup>940</sup> João Alves Correia de Araújo casa-se em S. Miguel de Seide a 28 de abril de 1860 com a prima direita Felicidade Assunção Correia. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866, fls. 162v.-163.

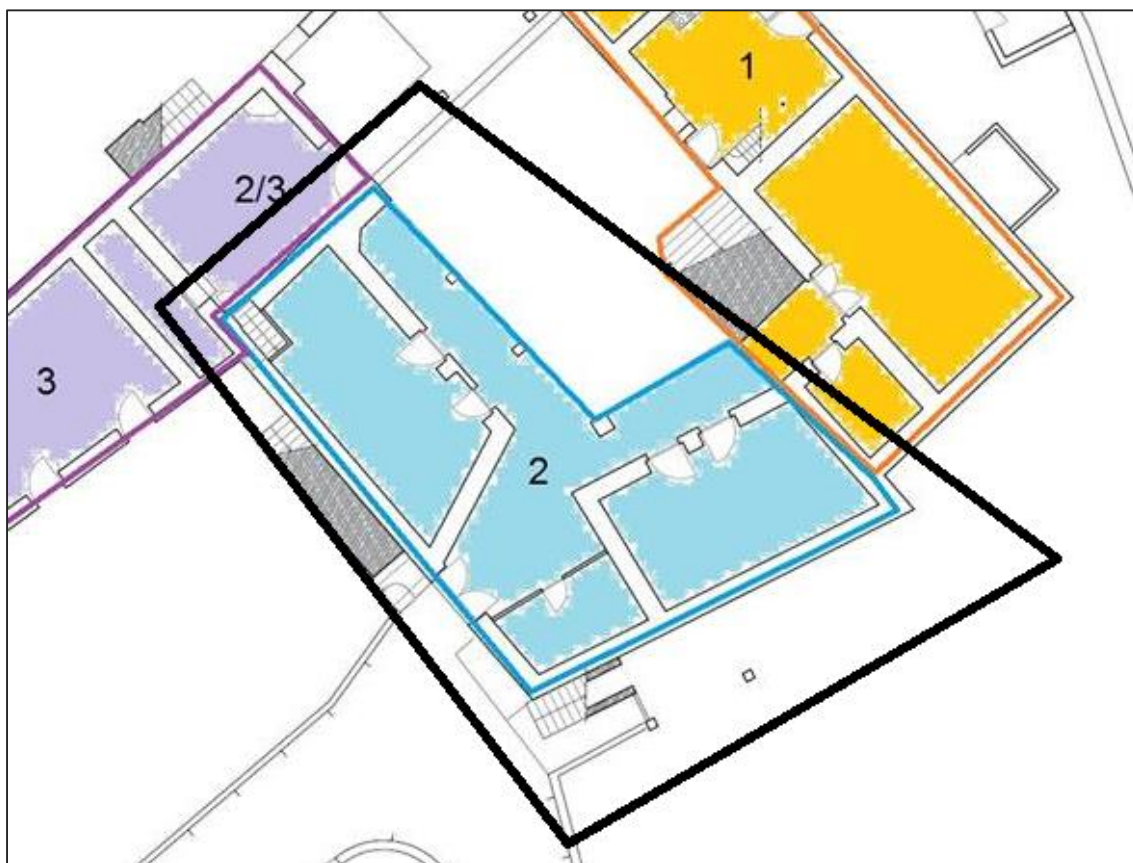
<sup>941</sup> *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1860, 1861, 1862.

<sup>942</sup> Veja-se para esta temática Taborda, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes, estudo geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, citado por Fernandes, Carla Sofia dos Anjos Maia, *Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes. Uma leitura da sua Arquitetura entre o espaço rural e o interior doméstico*, Porto, FAUP, 2013, p. 28, Dissertação de Mestrado policopiada.

passar dos tempos<sup>943</sup>. No caso concreto da Casa da Ribeira identificámos, pelo menos, quatro fases construtivas: o núcleo inicial seis/setecentista ou eventualmente anterior, o de finais de Oitocentos, o de inícios de Novecentos, e por último, o de finais dos anos 50 do século XX.

No que diz respeito a esta segunda fase da casa, um novo bloco, de planta em L, foi construído de raiz encostado ao núcleo antigo. Formando um U, a casa como um todo construtivo, organiza-se e desenvolve-se em torno do eirado, uma espécie de terreiro ou pátio central no interior das edificações<sup>944</sup>.

Desenho 2 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade



Fonte: Levantamento arquitetónico feito por Manuela Salgado Alves de Araújo.

Legenda: 1 - A cor amarela reporta-se ao que pensamos ser o núcleo Setecentista. 2 - A cor azul diz respeito ao acrescento Oitocentista.

3- A cor lilás respeitante ao aumento de inícios do século XX.

De facto, todo este bloco voltava-se para o eirado, que funcionava como a parte viva da casa e por onde se fazia o acesso de fora, geralmente por um portal de serviço, que deveria ser suficientemente largo para a entrada dos carros e do gado. Esta solução que fechava o quinteiro pelo lado norte seguiria, pensamos nós, um esquema em tudo semelhante ao atualmente existente, que julgamos ser de inícios

<sup>943</sup> Fernandes, Carla Sofia dos Anjos Maia, *Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes...*, pp. 104-108.

<sup>944</sup> Confira-se Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, pp. 102-111.



do século XX, aquando da terceira ampliação da casa, de que falaremos a seguir. Muito provavelmente este esquema oitocentista seria, no entanto, mais recuado que o existente.

O portal era um elemento comum na maior parte das casas agrícolas. Podia assumir duas formas: quadrangular ou em arco, em localizações diferenciadas. No primeiro caso, e tal como acontecia na Casa dos Alves, num alpendre anexo à casa, rasgado no seguimento da fachada principal, ou no caso dos portais em arco, sob a casa, ou mesmo no interior. Segundo Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano a distinção destas duas tipologias reside no carácter marcado do elemento de luxo, mais acentuado na feitura cuidada dos portais em arco, visível nas molduras e outros elementos de cantaria lavrados e melhor aparelhados, que os portais quadrangulares com uma feição nitidamente mais tosca<sup>945</sup>. No caso dos portais em arco corresponderiam a casas de maior categoria social.

Perfeitamente identificável nesta fachada interior que se abre para este eirado, típica das edificações de Oitocentos é a varanda, que acompanhava a construção, formando uma espécie de corredor largo. Uma varanda que apresentava duas soluções distintas: num dos lados, e para onde se abriam as portas dos diferentes quartos era fechada, por uma parede de tabique, na qual se rasgavam três janelas. No outro lado, perpendicular a esta, formando o tal L da planta, a varanda era, e ao invés, aberta. Se no caso anterior as três se janelas destinavam a facilitar a entrada de luz, e até arejamento ao corredor interior, no caso da varanda aberta já não eram necessárias pela existência de duas janelas na parede interior do corredor, onde havia um outro compartimento, a sala de jantar.

Ainda que não fosse um corredor excepcionalmente largo, como acontecia noutras casas de lavoura construídas no século XIX, esta varanda da Casa da Ribeira apresenta, no entanto, a mesma solução construtiva de outras casas do concelho de Esposende e da Maia estudadas por Oliveira e Galhano<sup>946</sup>. Esta estrutura, perfeitamente identificável no caso do telhado da casa, de duas águas maiores de igual tamanho, surgindo depois um prolongamento assimétrico de uma das águas que recobre a varanda. Trata-se essencialmente de um descimento maior dessa aba do telhado que pousa nos prumos de madeira, ou em colunas, de forma a suportar o peso.

Situada na zona habitacional da casa, esta *varanda minhota é na verdade um anexo da lavoura*, pondo em evidência a ideia que a casa rural do Minho, da qual esta Casa da Ribeira é um exemplo, é acima de tudo e antes de mais, um elemento do modo de vida e da cultura camponesa. Era nesta varanda que se espadelava e fiava o linho, que se faziam serões no tempo quente, que se secavam os

---

<sup>945</sup> Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, p. 91.

<sup>946</sup> Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, p. 95.

cereais, que se estendia a roupa, que se rezava o terço, que se via a trovoada nas noites de relâmpagos ou as estrelas do céu nas noites de verão<sup>947</sup>.

No rés-do-chão da casa situavam-se todas as dependências necessárias ao modo de vida agrícola da família: a adega e o lagar, o celeiro, a loja e outros arrumos, ainda existentes e operacionais nas suas funcionalidades no século XX. De facto, a Casa da Ribeira, tal como o sublinham Veiga de Oliveira e Fernando Galhano a propósito da casa rural minhota, sempre foi, e acima de tudo, um instrumento produtivo dos seus proprietários. Para estes autores, a casa *mais que um abrigo é sobretudo, um instrumento agrícola que se adapta às necessidades de exploração da terra designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaías agrícolas e ferramentas da lavoura*<sup>948</sup>. Uma conceção que assenta na perfeição no modo de vida dos Alves de Oitocentos e de inícios de Novecentos, cuja condição de lavradores abastados, nunca foi renegada para plano secundário. Muito pelo contrário, foi esta condição económica que os conduziu a outras ocupações, nomeadamente ao poder político, alcançando no século XX o topo da hierarquia política camarária dois dos seus filhos, ao chegarem à presidência do município famalicense.

Fora deste bloco fechado, mas perto, pelo exterior da casa situava-se a eira e a casa da eira, também designada por *coberto*<sup>949</sup>, *beiral ou alpendre*, suficientemente próxima para na terceira ampliação da Casa da Ribeira em inícios do século XX, ter sido incluída e ligada ao núcleo habitacional. Seguindo a solução de adossar esta construção à casa principal, um esquema vulgar nesta zona do Entre-Douro-e-Minho, este coberto destinava-se a albergar as colheitas agrícolas<sup>950</sup>. Talvez a semelhança, que autores como Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando de Castro Lima viram nestes equipamentos com as casas de habitação, explique a proximidade entre as construções, que na prática, funcionavam visualmente como uma casa propriamente dita<sup>951</sup>.

Além da casa da eira e do celeiro, a casa agrícola poderia ter também um palheiro, uma outra edificação destinada aos cereais, com uma funcionalidade própria. Tratava-se de uma outra construção que servia, acima de tudo, como local de secagem e tratamento do milho antes de ser armazenado no espigueiro, no caso de haver este equipamento. Em contrapartida, e na sua ausência, a casa da eira

---

<sup>947</sup> Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, p. 144.

<sup>948</sup> Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, p. 13.

<sup>949</sup> Designação dada em Requião às casas de eira.

<sup>950</sup> Leal, João, *Arquitetos, Engenheiros, antropólogos: Estudos sobre a arquitetura popular no século XX*, Porto, Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva, 2009, p. 58.

<sup>951</sup> Veja-se Ribeiro, Ana Sofia Ferreira, *Património Vernacular Construído - O beiral, o espigueiro e a eira: formas, usos e contextos*, Porto, FLUP, 2016. Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa.

deixava de ser também arrecadação e coberto, para ser, e sobretudo, o local de armazenamento definitivo das espigas<sup>952</sup>.

No caso concreto da Casa da Ribeira, identificámos a existência do espigueiro pelas fotografias do arquivo familiar. Numa fotografia de 1911 é perfeitamente visível tal equipamento que se situava bem perto da eira e da casa da eira, todos eles com funções diferenciadas na economia rural familiar e com especificidades próprias, mantendo-as ainda nos anos 60 do século XX.

Fotografia 9 - O espigueiro da Casa da Ribeira. 1911



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Esta casa da eira era um edifício retangular, de dimensões consideráveis, com paredes de pedra no lado norte e aberto com portas no lado sul. Sete grandes portais, de duas folhas suspensas nas traves no teto do edifício que se abriam para a eira, situada mesmo em frente. Fáceis de abrir estas *empanadas*, como era assim que se chamavam, com ripas de madeira que deixavam entrar o ar, permitiam a entrada rápida do sol para que este terminasse rapidamente a secagem das espigas, aqui guardadas. O acesso a esta casa fazia-se pela eira através de uma escada lateral em pedra.

Em frente a este equipamento estava a eira. A eira que toda a casa agrícola se prezava de ter, para não correr o risco de ver-se apelidado *sem eira nem beira*, ditado popular sinónimo de quem não tinha recursos de espécie alguma, era pois significado de fartura. Só tinha eira quem tinha haveres, e

---

<sup>952</sup> Dias, Jorge; Oliveira, Ernesto Veiga de, *Espigueiros Portugueses*, Lisboa, Edições D. Quixote, 1994, pp. 30-31.

terras de amanho, onde eram preparados os frutos que a terra fornecia, excluindo todos aqueles jornaleiros, sem terra, que apenas tinham a força do seu trabalho<sup>953</sup>.

Era na eira que se debulhava os cereais e algumas leguminosas, que se secava e deixava-se ao ar frutos como as nozes e os figos, passando pelo milho e feijão que tinham de estar completamente secos antes de serem metidos nas tulhas do celeiro. Sendo um local de secagem, por isso mesmo estrategicamente voltada a sul e preferencialmente bem batida pelos ventos, a eira era o local usado para secar a roupa e a marmelada fresca, assim como para tantas outras atividades da lide doméstica<sup>954</sup>. Ainda que a dimensão das eiras variasse de casa para casa, espelhando também no tamanho a grandeza da casa de lavoura<sup>955</sup>, a eira da Casa da Ribeira apresentava uma volumetria considerável. De forma quadrangular, toda em granito e delimitada por uma moldura, o chamado *beiril*, a eira respondia perfeitamente às quantidades de milho produzidas pela casa. Sendo em granito, e como era comum em eiras idênticas, era sobrelevada, com uma considerável caixa-de-ar em todo o perímetro, que a isolava da humidade do solo e permitia um aquecimento mais rápido da sua superfície, e por isso mesmo, e objetivo último, uma secagem rápida do que aí estivesse colocado<sup>956</sup>. Uma eira de granito era um luxo a que nem todos os lavradores estavam dispostos a suportar<sup>957</sup>. Muitos podiam almejá-la, mas não tinham condições financeiras para a construir.

Fotografia 10 - A eira da Casa da Ribeira. 1944



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>953</sup> Maduro, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (séculos XVIII-XX)*, vol. I, Coimbra, 2007, p. 254, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>954</sup> Leia-se Maduro, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense...*, pp. 258-259.

<sup>955</sup> Anileiro, Ana; Soeiro, Teresa, "As arquiteturas vernaculares do pão no Baixo Tâmega...", p. 389.

<sup>956</sup> Consulte-se para este assunto Dias, Jorge; Oliveira, Ernesto Veiga de, *Espigueiros Portugueses...*, pp. 27-18.

<sup>957</sup> Maduro, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense...*, p. 259.

A terceira ampliação da Casa da Ribeira ocorreu já no século XX, muito provavelmente nos inícios. A crer na inscrição com a data da pintura marmoreada da sala de visitas em 1926, o mais provável é que a construção seja algum tempo anterior à pintura.

Esta nova fase de ampliação assumiu um pendor muito mais burguês que as anteriores, coadunando-se com o crescimento social da família e com a sua rede de influências e sociabilidades. Este aspeto mais aburguesado é visível na distribuição e uso do espaço interior da casa, que reflete não só um tempo mas também um modo de vida de uma família abastada do meio rural, que vai consolidando algum protagonismo político nas esferas locais. Uma família, cuja distinção e prestígio pessoal, crescentes, não chegaram por via do nascimento, mas que foram conseguidas pelo trabalho e pela afirmação das capacidades dos seus membros.

De facto, o privilégio do nascimento já há muito que havia sido deixado de ser condição *sine qua non* para a afirmação social e económica. Um novo paradigma estava em marcha desde o liberalismo e a sociedade encontrava-se, desde essa época, num processo de reestruturação dos seus fundamentos mentais, ao nível da sua organização e existência, em que o prestígio pessoal tinha deixado de ser apanágio de uma aristocracia baseada no nascimento para reconhecer-se o direito à promoção assente nas capacidades individuais de cada um<sup>958</sup>.

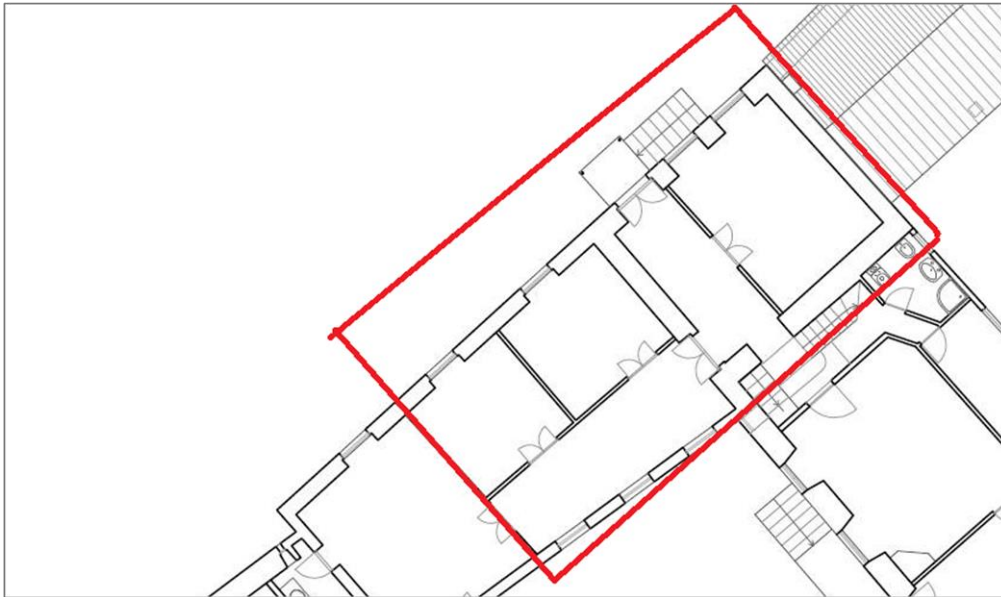
E as capacidades do novo proprietário da Casa da Ribeira de finais de Oitocentos, Manuel Alves Correia de Araújo, que assume a gestão da mesma desde a morte de seu pai, João Alves Correia de Araújo, em 1882, são desde logo evidentes. Com vinte e um anos, Manuel chama a si a educação dos três irmãos mais novos, sobretudo do mais novo, o pequeno Francisco, com apenas sete anos, bem como os negócios agrícolas do falecido pai. A este perfil alia às responsabilidades da vida pública que inicia mais ou menos nesta altura, e que o acompanharão ao longo da sua vida, na junta de paróquia, na câmara e nas variadíssimas associações locais que integra, e às quais dedica o seu tempo e o seu dinamismo.

Interessava agora com esta ampliação/renovação da Casa da Ribeira contemplar e privilegiar divisões muito específicas, algumas das quais essencialmente de convívio, que se prendem com a atividade social e pública desta nova geração dos Alves.

---

<sup>958</sup> Leia-se Quaresma, Vitor Sérgio, "Constantes e mutações na mentalidade portuguesa", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 317.

Desenho 3 - Planta da Casa da Ribeira na atualidade (piso 1)



Fonte: Levantamento arquitetónico feito por Manuela Salgado Alves de Araújo.

Legenda: A vermelho a terceira ampliação da casa que pensamos ser de inícios do século XX.

A atual entrada da casa, ligeiramente recuada mas de face para o caminho público, era reveladora duma nova sociabilidade. Deixava de se fazer pelo portal, de acesso direto ao eirado, reservado apenas aos animais e carros de bois, para se fazer por uma escadaria de pedra de um só lanço adossada à nova fachada da casa. O novo portal quadrangular, e dizemos novo, porque seguindo o esquema do portal oitocentista que fecharia o eirado, teria sido adiantado e incluído na fachada novecentista da casa, formando um todo único.

Ao centro dessa fachada estava a porta principal ladeada por duas janelas em cada um dos lados. Seguia-se a este corpo o coberto ou casa da eira, que será sacrificado na sua dimensão numa outra ampliação futura da casa, nos finais dos anos 50 do século XX. Será alargada a fachada com mais um compartimento, e, conseqüentemente, mais uma janela, que se conseguirá à custa da diminuição do tamanho da casa da eira que de sete aberturas passará a ter quatro.

A planta desta nova ala era também muito simples. O facto de a casa ser constantemente adaptada e ampliada para novas funcionalidades não ajudava a haver uma solução pensada de raiz em termos de organização dos espaços, e, por isso, mesmo mais coerente em termos de desenho arquitetónico.

O traçado novecentista organizava a Casa da Ribeira em redor de um espaço central, a que as escadas exteriores davam diretamente acesso. Era o chamado *hall*, um átrio de receção derivado das novas exigências burguesas de sociabilidade. Sem recorrer a grandes soluções eruditas que propunham nova organização do espaço doméstico, introduzia-se, no entanto, na casa da família Alves, sistemas

inovadores de organização planta, ao mesmo tempo que se asseguravam outros dispositivos de habitabilidade e conforto, próprios dos novos tempos<sup>959</sup>.

Fotografia 11 - A Casa da Ribeira. Ca. 1940



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Aglutinando os restantes compartimentos da casa em seu redor, uma vez que era através deste átrio que se acedia às outras divisões, o *hall*, funcionava acima de tudo, como um espaço de chegada que permitia o acesso direto à chamada *sala de visitas*.

Como o próprio nome indica esta sala funcionava como local de receção dos convidados, das chamadas *visitas*, fruto duma sociabilidade que se cultiva não só na família, mas que se estende à parentela mais alargada, como também aos amigos. O mobiliário desta sala, dividido mais tarde pelas gerações seguintes da família, era composto por um canapé de palhinha, e algumas cadeiras, também do mesmo material, um relógio de pé, um cofre e uma secretária, que servia para despacho de tantos documentos e cartas, inerentes à vida pública e negocial dos seus homens.

Quer as paredes do *hall*, quer as da sala de visitas eram marmoreadas, imitando o mármore rosa de Estremoz. Talvez seja o único apontamento de um gosto mais refinado, já que não havia grandes luxos, de maiores requintes citadinos. O próprio mobiliário da sala cumpria os mínimos da sociabilidade

---

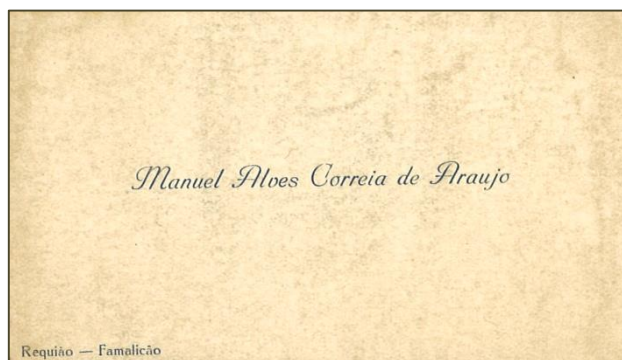
<sup>959</sup>Consulte-se Ramos, Rui Jorge Garcia, *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitetura portuguesa...*, pp. 133-136.

a que estava destinado: receber todos os que, por motivos variadíssimos, visitavam os proprietários da casa.

As visitas eram frequentes na Casa da Ribeira. Sempre o foram ao longo pelo menos das três gerações do século XX. As visitas de familiares e amigos eram correntes, cultivando-se a amizade e o convívio. Com mais ou menos demora, temos notícia pelos jornais locais da presença de amigos e familiares que visitavam os Alves na sua casa, em Requião. É o caso de um importante e influente político do distrito e também cónego da Sé de Braga, Gonçalo Joaquim Fernandes Vaz, professor do seminário desta cidade e antigo reitor do Liceu Central de Braga, que nos primeiros anos de Novecentos, e por mais do que uma vez, se hospedou na Casa da Ribeira<sup>960</sup>.

Por isso mesmo, justificar-se-iam os *cartões-de-visita*, que encontramos no arquivo de família pertencentes a Manuel Alves Correia de Araújo, o patriarca da família na altura. Eram variadas as funcionalidades destes cartões que assumem um carácter de sociabilidade e etiqueta ao longo de todo o século XIX e inícios do século XX, divulgando-se e generalizando-se a sua utilização nos meios burgueses. Eram os próprios manuais de civildade que sugeriam a sua utilização e os requisitos particulares a ter em conta: dimensões, morada, isto no caso de o seu possuidor pertencer ao género masculino, pois no caso de uma senhora não devia ter essa indicação<sup>961</sup>.

Imagem 3 - Cartão-de-visita de Manuel Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Além da sala de visitas, fazia também parte desta zona de carácter mais público, a sala de jantar. *Nela a família se dá em espetáculo aos hóspedes, expõe as suas pratas e exhibe um centro de mesa*

<sup>960</sup> Consulte-se o jornal *Estrela do Minho*, 24 de maio de 1905, p. 1; 18 de maio de 1902, p. 2; 28 de janeiro de 1906, p. 1.

<sup>961</sup> Rasteiro, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades Gastronómicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços: sociabilidades burguesas encenadas no espaço privado*, Coimbra, FLUC, 2010, p. 34, Dissertação de Mestrado policopiada.



*fabricado por um ourives em voga. É à volta da mesa, e das iguarias confeccionadas na cozinha, que se fazem alianças, negócios, e amizades para a vida*<sup>962</sup>.

Esta sala constituía um outro espaço de sociabilidade extremamente importante para os Alves. Era aí que a família e os amigos se reuniam e se uniam à volta da mesa. As refeições nunca foram tomadas na cozinha, esse local era destinado às *criadas de dentro*, pois os jornaleiros e os *criados de fora* tinham uma sala própria, a chamada sala dos criados, contigua à cozinha, e cujo acesso fazia-se por uma escada exterior de pedra, independente das restantes divisões da casa. Uma mesa e dois bancos corridos, de madeira, eram o único mobiliário dessa sala frequentada apenas pelos criados.

A sala de jantar propriamente dita, enquanto espaço exclusivamente destinado às refeições dos patrões da casa, tinha outros móveis para além da mesa de refeições e das respetivas cadeiras. Ainda que diferente das casas das elites da alta burguesia, havia uma espécie de cantoneira num dos cantos da sala e mais dois móveis louceiros. Todos eles serviam para guardar as louças, porcelanas e prataria da família, saídas apenas à cena nos dias de festa.

Além das refeições diárias, a sala de jantar foi palco de muitos jantares de festa, protagonizados não só pela família como pelos vários amigos que frequentavam a casa. São algumas as fotografias de família, que representam esses momentos lúdicos e de lazer à volta da mesa.

Fotografia 12 - A sala de jantar da Casa da Ribeira. 1928



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>962</sup> Guerrand, Roger-Henri, "Espaços Privados", in Ariès, Philippe; Duby, George, *História da Vida Privada*, vol.4..., pp. 332-333.

A estes espaços de sociabilidade por excelência, havia na Casa da Ribeira outros espaços de cariz mais privado, como era o caso dos quartos de dormir, que na Idade Contemporânea são a materialização do espaço íntimo onde apenas tinham acesso alguns dos serviçais e amigos mais chegados aos quais se incluía a família<sup>963</sup>.

É também pela fotografia que identificámos o mobiliário de um quarto na década de 20 de Novecentos, que não sendo na Casa da Ribeira, é no entanto da Casa de Ruivães, a casa de família da jovem Emília, esposa de Carlos Alves Correia de Araújo, e muito provavelmente o seu antigo quarto de solteira. Aliás, reconhecemos o mobiliário que integrou posteriormente o seu quarto de casada na Casa da Ribeira.

Fotografia 13 - O pequeno Zeca na cama. 1928.



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

O mesmo se passava com a roupa da cama, os lençóis de linho e a colcha de crochet, típicos do numeroso enxoval desta senhora, mais tarde também dividido pelas gerações futuras. A cama, bem ao gosto *art déco* da época, com as respetivas mesinhas de cabeceira para o apoio lateral da imprescindível vela para a iluminação, numa altura em que a eletricidade ainda não tinha chegado à maioria das aldeias do concelho famalicense, embora a linha de alta tensão do Lindoso, já passasse por

---

<sup>963</sup> Veja-se para este assunto das memórias familiares Barbosa, Andreia Sofia Ferreira, *Materializar afetos: entre universos e registos da memória familiar burguesa e os seus usos sociais*, Universidade do Minho, 2016, p. 39, Dissertação de Mestrado policopiada.

Famalicão<sup>964</sup>, e da qual falaremos mais à frente. Fazia ainda parte do mobiliário dos quartos, a cómoda e o respetivo guarda-vestidos, geralmente com mesmo estilo e decoração da cama e mesinhas de cabeceira, formando um conjunto harmonioso. Em cima da cómoda um jarro e uma bacia de louça para a higiene diária, uma vez que a grande maioria das casas não estava ainda dotada de um quarto de banho, o que só viria a acontecer mais tarde. Ainda que a ideia de colocar uma sanita e uma banheira juntos num quarto, para toda a família usufruir, tivesse surgido nos Estados Unidos da América em meados do século XIX, essa moda só muito tardiamente foi adotada em Portugal, e muito mais ainda nas casas rurais, como era o caso da Casa da Ribeira<sup>965</sup>.

Sem grandes luxos e ostentações, quer na decoração da casa, quer mesmo nos requintes de etiqueta na arte de receber os familiares e amigos, o mobiliário da Casa da Ribeira era relativamente escasso e, no geral, de uma grande simplicidade decorativa. Situação, que, aliás, era regra na grande parte das casas burguesas de finais do século XIX em Portugal, e em particular na burguesia rural<sup>966</sup>. Disso dá conta em 1860, Charles Vogel, quando escreve sobre a maneira de viver na Lisboa da época, insistindo na pobreza e simplicidade do interior das casas portuguesas<sup>967</sup>.

O mesmo é constatado, no último quartel de Oitocentos pela poetisa e romancista Marie de Solms, conhecida por *Madame Rattazzi* (1831-1902) quando visitou Portugal. O seu livro *Portugal à Vol d'Oiseau*<sup>968</sup> suscitou polémica na época, a ponto de enfurecer Camilo Castelo Branco que, em 1880, lhe dedicou um folheto inflamado intitulado *A Senhora Rattazzi*<sup>969</sup>. Escrevia a senhora Rattazzi, que muito embora fosse grande a simpatia e a hospitalidade dos portugueses, o mobiliário da casa portuguesa era escasso. *Os Portuguezes desprezam quasi totalmente a mobília*, referia a autora a propósito das casas da época. E acrescentava *na sala um canapé, dous fateuils e cadeiras de palhinha*<sup>970</sup>. A mesma sobriedade era mencionada a propósito da sala de jantar, *uma mesa de madeira ordinária, algumas cadeiras de palhinha e um guarda-louça envidraçado*<sup>971</sup>.

---

<sup>964</sup> Leia-se Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural. A Cooperativa Elétrica do Vale d'Este", in *Revista População e Sociedade*, n.º 5, Porto, CEPESE, 1999, p. 375.

<sup>965</sup> Rybczynsky, Witold, *La casa...*, p. 169.

<sup>966</sup> Peixoto, Rocha, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, pp. 160-165.

<sup>967</sup> Veja-se Vogel, Charles, *Le Portugal et ses Colonies*, Paris, Guillaumin et C<sup>o</sup>, Libraires-Éditeurs, 1860, Cf. Valentim, Margarida Gomes, *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes, 2013, p. 38, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>968</sup> A tradução portuguesa surgiu mais tarde com o título *Portugal de Relance*.

<sup>969</sup> Rodrigues, Sónia Valente, "Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos", in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Porto, FLUP, 2005, pp. 837-849.

<sup>970</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, p. 283.

<sup>971</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 284.

Esta simplicidade, ou melhor, esta falta de um certo luxo requintado parisiense apontado pela *Madame Rattazzi* para a generalidade das casas burguesas de finais do século XIX, será uma constante na Casa da Ribeira mesmo durante todo o primeiro quartel do século XX, cujo mobiliário não excedia, como vimos, o necessário. Todas as modificações ocorridas foram sobretudo de encontro a novas exigências funcionais e resumiram-se essencialmente a um aumento das dimensões da casa.

Sem ostentação, muito pelo contrário, a casa da família Alves refletiu sempre um estilo de vida sóbrio e respeitável, de cariz marcadamente agrícola. No entanto, devemos ter em atenção que apesar da sobriedade, a Casa da Ribeira das primeiras décadas do século XX, era acima de tudo uma casa onde os seus ocupantes viviam em condições acima da média dos habitantes de Requião, e muito provavelmente da população rural da maior parte do país. Um país cujas casas rurais descritas no Inquérito à Habitação Rural de finais dos anos 30, revela-nos casas com uma enorme simplicidade de meios para organizar a vida doméstica. Habitações onde não existia a ideia e o conceito de privacidade e a separação entre as funções do trabalho agrícola e, as zonas de dormir, comer, ou, preparar os alimentos. Uma vida doméstica muito precária e de grande pobreza material<sup>972</sup>. Algo que se prolongou durante grande parte do século XX na maioria das famílias de Requião, onde ainda nos anos 70, havia famílias em que pais e filhos dormiam no mesmo quarto. Os pais numa alcova embutida na parede, e os filhos, dois rapazes e duas raparigas, em duas camas apenas separadas por uma cortina de pano que todas as noites se montava nesse aposento para ser recolhida no dia seguinte de manhã.

Quarenta anos depois, em pleno século XXI, estas situações são praticamente inexistentes. Vivem-se tempos muito diferentes de alguma abundância até, em que o grosso das famílias construiu casa própria com todas as comunidades materiais dos novos tempos. Visível mesmo na frota automóvel à porta das casas, que não se limita a um veículo por família. Os carros são geralmente dois, um do marido e outro da mulher, que também conduz, ou até mais, no caso de haver filhos já com idade para trabalhar. Algo impensável há cerca de setenta anos atrás, em que possuir um automóvel foi algo praticamente exclusivo da família Alves durante muitos anos em Requião, assunto que trataremos em local próprio.

---

<sup>972</sup> Ramos, Rui Jorge Garcia, *A Casa Unifamiliar burguesa na Arquitetura Portuguesa...*, pp. 84-85.

## 2.1. Os criados

Utilizando a expressão de Eugénio de Castro Caldas no *Inquérito à habitação Rural*<sup>973</sup>, que pretendia, para além dos dados recolhidos sobre os mais variadíssimos tópicos de tal estudo, dar uma imagem dos seus ocupantes, *de como vive e de que vive quem lá mora*, iremos tentar, e na medida das fontes que conseguimos reunir, conhecer a realidade humana da Casa da Ribeira.

Mais do que o recheio da casa, já ligeiramente analisado no ponto anterior, interessa-nos conhecer quem habitava a casa para além da família, que homens e mulheres, por vezes agregados completos, aí residiam e como viviam.

Se a escassez de fontes não nos permite caracterizar com maior pormenor os agregados familiares que habitaram a casa dos Alves desde Seiscentos, muito embora e graças ao estudo dos registos paroquiais, consigamos traçar a sua composição nas diversas gerações, constatamos, no entanto, e pelo menos até finais do século XIX, que a Casa da Ribeira em termos de recursos humanos limitar-se-ia à família propriamente dita. Esta era quase sempre composta pelo casal e filhos, e, por vezes avós, sempre paternos, que quando ainda vivos integravam o grupo doméstico.

Não temos registo da existência de outros grupos alargados de parentesco, como criados ou escravos, existentes na casa dos Alves para além da família, durante a Idade Moderna. Os próprios róis de confessados de Setecentos confirmam-nos esta ausência. Estes grupos estavam, contudo, presentes noutros fogos vizinhos, sendo arrolados juntamente com os outros elementos da família, aquando da desobriga. A sua posição subalterna está patente na própria posição que ocupam no rol, que retrata a composição da família espelhando a desigualdade entre os membros. Primeiro o nome do chefe de família, o homem, cabeça de casal, seguido da mulher, os filhos, primeiro, os rapazes e por ordem decrescente de idade, depois as filhas. Seguem-se outros familiares, primeiramente do chefe de família, e depois os da esposa, e no final, os criados e os escravos.

Os escravos constituíam uma população não livre, isto é indivíduos que eram pertença de alguém e que viviam debaixo do mesmo teto do seu senhor. Homens ou mulheres, geralmente negros, mouros ou mesmo mestiços que, por circunstâncias que desconhecemos, encontravam-se em Requião em Setecentos e marcavam presença nas habitações residindo com o restante agregado. Muito provavelmente terão chegado ao nosso país por via do comércio marítimo com a costa ocidental africana desde o século XV, e por cá terão sido vendidos, geração atrás de geração, até obterem a tão desejada

---

<sup>973</sup> Caldas, Eugénio de Castro, "A província da Beira Litoral", in Barros, Henrique de (dir.), *Inquérito à Habitação Rural. A habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, vol. II, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1947, p. 59.

carta de alforria, ou pela lei de Ventre Livre de 1773 conseguirem a liberdade<sup>974</sup>. Antes desta lei o simples facto de se nascer de um *ventre cativo* significava escravidão, mesmo que o pai fosse homem livre. Por isso, muitos deles viram a sua condição manter-se inalterável de pais para filhos. Porém, não era raro, como também se verificou em Requião, vários deles serem apadrinhados por membros da família dos seus donos como temos notícia pelos assentos de batismo<sup>975</sup>. Ou também poderiam ter chegado do Brasil, acompanhando os seus amos, quando estes regressavam à terra natal, uma emigração que sabemos ter também acontecido pontualmente na freguesia desde o século XVII.

Quanto aos criados, se os encontrámos a integrarem outros agregados familiares de Requião, como foi o caso dos caseiros da quinta do Xisto, Manuel Félix Salgado Araújo Chaves e Dona Antónia Joana da Encarnação Carneiro, que possuíam oito criados e uma ama em 1770, não foi o caso da família Alves de Setecentos, cujo agregado familiar referenciado pelo rol de confessados aponta apenas para Manuel Álvares de Araújo, a mulher, e três filhos<sup>976</sup>. Esta situação vai alterar-se somente a partir de finais de Oitocentos. A partir de então, e até à segunda metade do século XX, a Casa da Ribeira ao adquirir a identificação simbólica que lhe atribui João de Pina Cabral passará a necessitar, e a incluir, vários serviçais para fazerem os trabalhos existentes<sup>977</sup>.

Criadas, criados, jornaleiros, todos gravitaram, mais ou menos desde essa altura, em redor da casa, uns mais vocacionados para a lida caseira, fazendo as tarefas domésticas, outros, para os trabalhos no seu exterior, essencialmente ligados à vida agrícola. A presença destes homens e mulheres, crianças inclusive, que auxiliavam na medida das suas possibilidades físicas, *era sinal de uma grande propriedade*<sup>978</sup> e com tudo o que advinha de tal situação, que significava um bem-estar material e social dos proprietários.

Embora sejam poucas as fontes primárias relativas aos criados que ajudariam na faina doméstica e agrícola de fins do século XIX e inícios do século XX conseguimos, no entanto, conhecer a sua existência, quer pelas fotografias de família, quer pelas informações dispersas que encontrámos na

---

<sup>974</sup> Leia-se Rijo, Delminda, “Os escravos na Lisboa Joanina”, in *CEM Cultura, Espaço e Memória*, n.º3, Porto, CITCEM /Edições Afrontamento, 2012, pp. 111-119.

<sup>975</sup> A título de exemplo confira-se o batismo de Custódio, filho de uma negra de nome Maria, escrava de João da Costa foi batizado a 18 de novembro de 1690 e teve por padrinhos Miguel e Joana, filhos de João da Costa. ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698, fl. 48.

<sup>976</sup> APR, *Rol de Confessados*, 1770, não paginado.

<sup>977</sup> Cabral, João de Pina, “As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho”, in *Análise Social*, vol. XX, n.º 80, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, p. 100.

<sup>978</sup> O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 225.

imprensa local, ou mesmo num ou noutro documento de carácter mais pessoal existente no arquivo familiar.

Para a segunda metade do século XX, contámos com uma fonte privilegiada de informação, com imensas indicações a tal respeito. São as agendas pessoais do último administrador da Casa da Ribeira, Carlos Alves de Araújo. Essas agendas dizem respeito aos anos de 1961 a 1965 e retratam toda a vida doméstica de então, sob vários aspetos que tentaremos abordar<sup>979</sup>.

Convém, no entanto, salientar que a Casa da Ribeira, no sentido de exploração agrícola era composta não só pela quinta do mesmo nome mas também por outras quintas e terrenos que lhe eram afetos, estando longe, nesta segunda metade do século XX, da dimensão agrícola e económica do passado. A última geração agrícola da casa não modernizou este sector, procedendo aos investimentos necessários de forma a tornar rentável a atividade. Este caso não é exemplo único, bem pelo contrário. No Minho a esmagadora maioria dos proprietários rurais manteve esta atitude, talvez pela falta de rentabilidade do minifúndio e a exigência de grande investimento financeiro para o fazer render. Verificámos igualmente que não investiu noutras áreas de negócio, inclusive a indústria, que crescia nesta região do Vale do Ave, embora existissem fortes ligações de amizade com grandes industriais da zona. Certo é que a casa agrícola da Ribeira dos anos 60 se limitava à autossuficiência e autossubsistência, esquecendo a vertente de negócio, e sobretudo, a rentabilidade.

Algo que não destoava das estatísticas agrícolas dos anos 50, sob a designação de *exploração familiar perfeita*, que tendia essencialmente para a autossubsistência, recorrendo à mão-de-obra familiar<sup>980</sup>.

Embora sem valer-se da mão-de-obra familiar, até porque o estado de proprietário rural já havia colocado a família num outro patamar que não o do trabalho nos campos, a Casa da Ribeira socorria-se obrigatoriamente de trabalhadores, quer de cariz mais *permanente*, como era o caso dos criados de lavoura, quer de *temporários*. Começemos por estes últimos, os jornaleiros<sup>981</sup>.

Homens, ou mulheres, os jornaleiros eram todos os indivíduos que trabalhavam à jorna nos campos. Tratavam-se acima de tudo de trabalhadores eventuais, assalariados agrícolas, sem qualquer vínculo com o patrão, contratados geralmente para uma tarefa específica para a qual recebiam ao final

---

<sup>979</sup> Sabemos que havia agendas anteriores a estas datas, relativas aos anos 40 e 50, no entanto, não chegaram até aos nossos dias, infelizmente, pois, seriam uma fonte de informação preciosa para o nosso estudo.

<sup>980</sup> Ágoas, Frederico, *Saber e Poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal*, Lisboa, UNL/FCSH, 2011, p. 117, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>981</sup> Sobre este tipo de trabalhadores rurais leia-se Ágoas, Frederico, *Saber e Poder...*, pp. 118-119; Almeida, Maria Antónia Pires de, "Jornaleiro", in Martins, Conceição Andrade; Monteiro, Nuno Gonçalo (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, in *História do trabalho e das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 204-216.

do dia, ou à semana, muitas das vezes em géneros. Em Trás-os-Montes, recebia a designação de *jeireiro*, isto é, alguém que anda à jeira ou ganha jeiras, o que equivale a um dia de trabalho<sup>982</sup>. Um trabalho duro, que tinha início com o nascer do dia e só terminava com o pôr-do-sol, perfazendo, particularmente durante as ceifas, dez a onze horas de faina diária.

Ao analisar as agendas verificámos que as tarefas agrícolas dos jornaleiros eram diferenciadas consoante se tratasse de homens ou mulheres. De facto, as tarefas mais pesadas como a poda e a enxertia, a lavra, a malha, o roçar mato, sulfatar as vides, cortar árvores ou a matança do porco estavam reservadas essencialmente aos homens. Como refere João de Pina Cabral, *tratam daquilo a que o minhoto chama produtos do ar, isto é, coisas que crescem bem acima do solo*<sup>983</sup>. Já as jornaleiras, no dizer do mesmo autor, *tratam dos produtos da terra, das coisas que crescem dentro ou em cima do solo*<sup>984</sup>. Era o caso da Lurdes, da Lurdes *Gira*, da Amélia, da Olívia Casqueira, da Maria Costa, que tinham trabalhos fisicamente menos duros, consistindo essencialmente em tirar ervas, plantar produtos hortícolas, sachar ou arrumar lenhas. Exceção feita aos grandes ciclos agrícolas da apanha das uvas ou dos cereais, em que trabalhavam ao lado dos homens. Não é sem fundamento o provérbio que diz *os homens olham para cima, as mulheres para baixo*<sup>985</sup>.

Esta distinção no trabalho correspondia, como seria de esperar, a uma também diferenciação em termos de salário. Os jornaleiros, homens, recebiam em inícios dos anos sessenta, vinte escudos por um dia de trabalho na Casa da Ribeira. Em 1965 foram aumentados em cinco escudos, e a partir de julho desse ano para os trinta escudos diários. Exceção feita aos enxertadores e carpinteiros, que como mão-de-obra especializada, ganhavam mais<sup>986</sup>. O carpinteiro Amaro, ao lado dos jornaleiros era uma presença assídua na casa, fosse a trabalhar nas várias ramadas das vinhas, fazendo ou desfazendo, fosse para a construção de um novo carro de bois<sup>987</sup>, fosse ainda para tratar das vasilhas na adega, nos preparativos anuais da vindima.

Às mulheres jornaleiras era pago menos, inicialmente quinze escudos por um dia de trabalho, a partir de 1962 dezasseis, e em 1964, vinte escudos. Todos eles tinham ainda direito a uma merenda de tarde que consistia em pão, azeitonas e água-pé para beber. Os pagamentos eram feitos à semana, mais concretamente ao sábado. Depois da jorna de trabalho, cada um deles dirigia-se ao patrão, ao *senhor*

---

<sup>982</sup> Almeida, Maria Antónia Pires de, "Jornaleiro"... , p. 204.

<sup>983</sup> Cabral, João de, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho..." , p. 101.

<sup>984</sup> Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho..." , p. 101.

<sup>985</sup> Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho..." , p. 101.

<sup>986</sup> O enxertador ganhava em 1962 trinta escudos por dia, a partir de 1964, trinta e cinco escudos, e quarenta escudos, em 1965. A situação era exatamente igual para o carpinteiro.

<sup>987</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.



*Alves*, como chamavam a Carlos Alves de Araújo, para fazer as suas contas da semana. Recrutados essencialmente na freguesia, estes jornaleiros homens, mas também mulheres, ainda que em menor número, eram indispensáveis à manutenção da exploração agrícola, sem os quais não funcionaria.

A par destes trabalhadores rurais eventuais existiam na Casa da Ribeira, pelo menos desde finais século XIX, criados e criadas que, vivendo debaixo do mesmo teto juntamente com os patrões, faziam parte da família alargada dos Alves. Sem fontes primárias que nos forneçam informações sobre a presença de serviçais nos finais do século XIX e inícios do século XX sabemos, no entanto, que João Alves Correia de Araújo, após a morte da mulher casa com uma criada de sua casa, em 1879, chamada Maria Ribeiro. O mesmo aconteceu relativamente à geração seguinte, de seu filho Manuel Alves Correia de Araújo, que à hora da morte, não se esqueceu dos serviçais da casa, que desde há muito o acompanhavam na sua vida e da família<sup>98</sup>.

Ao contrário dos jornaleiros, os criados, quer os domésticos quer os de lavoura, eram trabalhadores que exerciam tarefas e funções permanentes na casa, recebendo um salário mensal ou anual, que variava consoante o género e o tipo de função que realizavam. Nos anos 60, os salários dos criados de lavoura variavam entre os 300\$00 e os 150\$00 mensais, consoante se tratasse de um homem adulto ou de um jovem criado. As criadas de casa tinham um vencimento que oscilava entre os 130\$00 e os 150\$00. Exceção feita à cozinheira, que pela sua importância na gestão doméstica e na feitura das refeições recebia 300\$00. A cozinheira teve sempre um estatuto distinto, mesmo em termos salariais, que lhe conferia uma posição privilegiada entre os seus pares<sup>99</sup>. Em comparação às restantes criadas da casa o seu salário era sempre substancialmente superior.

Através das agendas conseguimos identificar o nome dos criados e criadas que viviam na Casa da Ribeira nestes anos 60. Bernardo, Euclides, Joaquim Braga, Clemente, Manuel, Ana, Maria de Lurdes, Maria do Céu, Cândida, Maria Galega e seu irmão Manuel Galego, Teresa, Carminda são alguns dos nomes que encontramos referenciados. Se no caso das criadas conhecemos Teresa e Ana, relativamente aos homens, criados na lavoura, apenas conhecemos Manuel Galego. Era um homem pequeno e franzino, que sentado no banco da sala dos criados, entre uma pausa, certamente para comer, enrolava e fazia os seus cigarros, numa perfeição que causava grande admiração.

Bernardo terá sido o mais fiel de todos os criados. Viveu cerca de quarenta anos na Casa da Ribeira, acompanhando de perto todas as alegrias e tristezas dos seus patrões. Terá vindo para a Ribeira

---

<sup>98</sup> APTA, *Disposições que faço e desejo que se cumpram pelos meus filhos*, 1940, documento avulso, não paginado.

<sup>99</sup> Franco, Carlos José de Almeida, *Casas das Elites de Lisboa: objetos, interiores e vivências: 1750-1830*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Escolas das Artes, 2014, pp. 110-118, Tese de Doutoramento policopiada.

por volta da década de vinte e ali permaneceu até 6 de setembro de 1964, data do seu falecimento<sup>990</sup>. Tendo-lhe sido diagnosticado um tumor na face esquerda, Carlos Alves, nunca o abandonou na doença a ponto de mandar os seus filhos, Manuel e Carlos, levarem-no a Lisboa ao Instituto Português de Oncologia, a 10 de fevereiro de 1964<sup>991</sup>. Para essa deslocação entregou a Manuel mil escudos para as despesas com a gasolina, cem escudos a Carlos, não esquecendo igualmente do próprio Bernardo a quem deu cento e vinte escudos<sup>992</sup>. Bernardo ficou aí internado até 16 de abril, altura do seu regresso a casa. Mais uma vez, encarregou o seu filho Manuel de o ir buscar à estação do caminho-de-ferro ao Porto. Mas as notícias não parecem ser animadoras, pois escreve na agenda: *chegou o Bernardo do IPO. Nada adiantou*<sup>993</sup>.

A doença avançou em poucos meses e o anúncio da morte acabaria por chegar no primeiro domingo de setembro à Casa da Ribeira. Eram dez horas da manhã de 6 de setembro de 1964. Mais do que um serviçal, Bernardo era para Carlos um amigo que estivera sempre ao seu lado e dos seus filhos, por isso, não estranhámos os cuidados que teve com a preparação, e respetivo pagamento, do enterro e funeral. Deixou registado o pagamento de cinquenta escudos pelas duas missas por alma de Bernardo, os trinta escudos às três confrarias para estarem presentes no ofício religioso, ou ainda, os trinta escudos que deu ao coveiro para tratar do enterramento propriamente dito. Também ficou a seu cargo as despesas com o armador Silva, de Vila Nova de Famalicão a quem pagou quinhentos e oitenta e cinco escudos<sup>994</sup>.

Outro criado da casa, Euclides, por vezes, tratado por *Senhor Euclides*, era da freguesia de Ruivães e entrou ao serviço na Casa da Ribeira a 12 de junho de 1961 com o ordenado mensal de duzentos escudos. Mas foi por pouco tempo, pois a 13 de agosto deixou a casa. Não sabemos o motivo. Apenas foi registado a seguinte anotação: *fiz as contas com o criado Euclides que foi embora. Entreguei-lhe por saldo 200\$00*. Cerca de dezoito meses depois a 1 de janeiro de 1963, o criado Euclides regressou novamente como criado da casa onde permanece até 7 de setembro.

A preocupação com estes homens e mulheres que são a sua família alargada, e cujo sustento e das suas respetivas famílias dependia de Carlos Alves é visível nos registos que deixou nas agendas sobre o estado de saúde da criada Ana ou do criado Domingos. Além de pagar o médico (20\$00) e os remédios (180\$00, 226\$00), não deixou de registar a ida para o hospital de Ana, a 1 de setembro de

---

<sup>990</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>991</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>992</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>993</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>994</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

1964, entregando-lhe cem escudos para as suas despesas, ou mesmo o seu regresso cerca de um mês depois a 24 de outubro: *chegou do hospital a criada Ana*<sup>995</sup>. O mesmo acontece com o criado Domingos, o *Gira*, registando a sua ida para o hospital de Famalicão, a 27 de junho de 1963, para ser operado a uma hérnia no dia seguinte, que segundo o apontamento deixado na agenda *correu bem*<sup>996</sup>. Nem na morte os abandonava, promovendo e pagando as custas do enterro. As despesas com o armador e com o serviço religioso ficavam por sua conta: *foi hoje o enterro da Amélia Camboa. Paguei ao armador 900\$00. Paguei ao Sr. Padre 120\$00*<sup>997</sup>. Reminiscências de um tempo passado em que os donos assistiam na doença os seus criados. Aliás, a alimentação e apoio na doença integravam as obrigações que os patrões assumiam com os criados e faziam parte do salário<sup>998</sup>.

Estes são alguns exemplos, que tendo ficado registados para memória futura, nos comprovam esta visão alargada da família da Casa da Ribeira. Vivendo debaixo do mesmo teto, em quartos e áreas separadas, estes homens e mulheres não eram nunca esquecidos pelos patrões, fossem nos momentos de alegria, na doença ou na morte. Muitos deles começaram a trabalhar muito cedo como criados da lavoura ou mesmo criadas de servir. Por volta dos dez anos, tendo completado ou não a escola primária, trabalhavam ao lado dos adultos. Muitas vezes, vinham para a Casa tão pequenos e a troco apenas de serem alimentados, foi o caso da criada Teresa, que chegou com apenas sete anos. A mãe sem posses para a alimentar tinha-a deixado na Casa para ajudar no que fosse preciso em troca das refeições. Além de pequena e franzina, Teresa chorava de saudades da mãe, tornando-se uma espécie de dama de companhia da dona da casa, Emília Pinheiro Alves, mulher de Carlos Alves, que a acarinhava e a protegia como uma filha que nunca teve<sup>999</sup>. Estes casos eram muito frequentes e decorriam dos poucos rendimentos das famílias. Com uma grande prole, o nascimento, alimentação e a educação de mais um filho fazia perigar, em muitos casos, o parco equilíbrio existente, sendo, por isso, necessário colocá-los numa casa mais abastada, *fidalgas* como eram geralmente apelidadas, para em troca de pequenos serviços, fosse alimentado e assistido em caso de doença. Toda a sua infância e adolescência acabaram por ser vividas por muitos homens e mulheres na Casa da Ribeira. Alguns saíram dali para a tropa, como foi o caso de Venâncio, ou para trabalhar numa fábrica como se verificou com Carlos Costa que a 30 de agosto de 1963 deixou a lavoura para ingressar na Fábrica Têxtil de S. Cosme do Vale. Como um

---

<sup>995</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>996</sup> APTA, Agenda de 1963, não paginada.

<sup>997</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>998</sup> Leia-se a propósito Coelho, José Abílio, "Saraus, visitas, merendas, passeios e viagens: a vida social dos "brasileiros" nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, p. 372.

<sup>999</sup> Informação oral prestada por Teresa, antiga criada na casa nos anos 50 do século passado.

verdadeiro *pater familias*, Carlos Alves fez contas com o jovem jornalista Carlos a 29 de agosto, no seu último dia de trabalho a tempo inteiro<sup>1000</sup>, pagando-lhe os cinquenta escudos que tinha a receber e dando-lhe outros cinquenta escudos de bonificação.

A relação que tinha com os serviçais não se limitava a uma transação meramente comercial. Conciliava aspetos laborais com pessoais, mostrando-se sempre generoso com os seus colaboradores, apoiando-os em caso de necessidade, ou prestando-lhes mesmo ajuda financeira na doença e na velhice. Mas também os despedia se os atos, por eles praticados pusessem em causa o bom nome da família. Assim aconteceu com uma criada de nome Maria Lima, que veio para a Casa da Ribeira em inícios dos anos quarenta para tomar conta dos seus filhos. Jovem, e bonita, Maria foi admitida para cuidar dos filhos de Carlos e Emília, mas cedo desperta a atenção de Armindo Alves, irmão de Carlos, conhecido por gostar de criadas jovens. Dormindo no mesmo quarto dos rapazes, com o objetivo de os acompanhar durante a noite, foi o constante choro dos mesmos que levou Carlos a despertar a meio da noite e verificar a ausência de Maria no quarto. Desconfiado, acabou por confirmar as suas suspeitas, dias depois ao vê-la sair durante a madrugada do quarto de seu irmão Armindo. Consciente que a família Alves não significava apenas um património material, que se traduzia em propriedades, mas também, e sobretudo, um capital simbólico de honra que vinha já de gerações passadas, Carlos despediu-a de imediato. Este assunto, escandaloso para a família e que manchava o seu bom nome, foi rapidamente silenciado com a partida de Maria da Casa da Ribeira. Nem mais uma palavra, ou um comentário fugaz sobre o assunto surgiu nas agendas já referidas, o que nos leva a concluir pelo silêncio. Os próprios filhos nem se aperceberam do que aconteceu e a história só foi conhecida anos mais tarde quando tinham idade para compreender o que se havia passado. Só as criadas que assistiram aos acontecimentos, é que segredavam entre si o assunto. Para Carlos a história morreu naquele dia, e não foi mais falada na família. Talvez por isso, não conheçamos muitos pormenores de tal relação amorosa, pois acabou por ser silenciada entre os seus intervenientes diretos. Apenas sabemos que depois da partida da Casa da Ribeira, Armindo alugou-lhe um quarto na Póvoa de Varzim e manteve-a longe, afastada dos olhares reprovadores de tal relação.

Só em 1961, e por insistência de Carlos, é que esta relação acabou por ser legitimada perante Deus: *casaram hoje na Póvoa o meu irmão Armindo e Maria Lima*, escreve no seu diário de 21 de agosto<sup>1001</sup>. Nem mais uma linha, nem sequer a anotação *tudo correu bem*, tão comum nos seus registos.

---

<sup>1000</sup> Carlos Costa continuará como jornalista na Casa da Ribeira mas a meio tempo ou só no mês de agosto, aquando das suas férias na fábrica. Como trabalhava por turnos, conseguia conciliar o seu emprego de operário com o trabalho agrícola, da parte da manhã, aumentando desta forma o seu rendimento mensal.

<sup>1001</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

A relação poderia estar legitimada em termos sociais e religiosos, mas a mácula familiar permanecia, razão que muito provavelmente explicará a sua postura de sobriedade e comedimento nos seus apontamentos escritos onde guardava a sua memória e a dos seus.

É também pelas agendas que sabemos que *Maria Lima veio para a Ribeira* a 6 de outubro do mesmo ano, e já oficializada a relação, viver com o marido. Armindo tinha quase setenta anos e estava bastante doente, com uma perna amputada fruto de complicações de diabetes, das quais acabou por falecer meses depois. Com o casamento de Armindo, legitimou-se apenas uma relação, reprovada social e religiosamente, que nunca foi bem vista nem pela família nem pelos amigos. Embora sua mulher, Maria Lima acabou sempre por ser vista como a criada que casou com o patrão, e a prova disso foi o testamento de Armindo, que embora não a desamparasse, e nem o podia fazer em termos legais, privilegiou os familiares de sangue, nomeadamente o irmão Carlos.

O salário dos criados variava consoante o género e o tipo de função que realizavam: entre os 300\$00 e os 200\$00 mensais, no caso dos criados de lavoura, passando pelos moços mais jovens mas também criados agrícolas que recebiam 150\$00, até às criadas de casa cujo salário oscilava entre os 130\$00 e os 150\$00, exceção feita à cozinheira, como verificámos, que recebia 300\$00. Ainda que os grandes nomes da arte culinária fossem quase sempre do sexo masculino, mesmo em tempos de cronologias mais recuadas nos séculos XVII e XVIII, que serviam reis e príncipes, a cozinheira era vista como alguém que preparava com saber de experiência feito pratos tradicionais e saborosos<sup>1002</sup>. Ao contrário do cozinheiro ao qual se associava um espírito inventivo, próprio de um *maître*, um *chef* prodígio na inovação da culinária<sup>1003</sup>. A cozinheira era um elemento-chave no lar pois cabia-lhe fazer bons petiscos que além de alimentar deviam agradar a família, gastando o mínimo possível.

Aos restantes elementos femininos estava-lhes reservado praticamente todos os trabalhos domésticos da casa: cozinhar, limpar e arrumar a casa, lavar a roupa, fazer o pão, preparar os enchidos, entre muitas outras tarefas que existiam sempre numa casa de família, debaixo da supervisão da senhora da casa. Além disso havia tarefas exclusivas de determinadas criadas, como alimentar as galinhas, os coelhos, os porcos, tratar da horta, feitas pelas chamadas *criadas de fora*. Havia ainda a Clementina, da freguesia de Vermoim, a costureira que ficava por largas temporadas na Casa da Ribeira para coser e remendar a roupa e até confeccionar algum vestuário menos elaborado que fosse necessário, como já foi referido.

---

<sup>1002</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Culinária no feminino: os primeiros livros de receitas escritos por portuguesas", in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 19, n° 1, Jan/jul. 2008, p. 119.

<sup>1003</sup> Braga, Isabel Maria Mendes Ribeiro Drumond; Pilla, Maria Cecília Barreto Amorim, "Rosa Maria para a elite, Rosa Maria para o povo. Culinária brasileira e culinária portuguesa na primeira metade do século XX", in *Revista História*, n° 177, São Paulo, 2018, pp. 4-5.

Fotografia 14 - As criadas da Casa da Ribeira. 1926



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Quanto aos criados competia-lhes, essencialmente, o trabalho no exterior: tratar do gado, ordenhar os animais, tratar das árvores e fruteiras. Também era da sua competência apanhar frutos, e arranjar o *jardim*, situado junto à casa. Este jardim era composto por uma série de canteiros, de pedra de granito tosca, cujas flores faziam as delícias das senhoras da família.

Desde finais do século XIX que se assiste em Portugal a um aumento do interesse pela floricultura<sup>1004</sup>. Sabemos do gosto por flores, em especial por rosas e cravos que tinha Armindo Alves. Domingos, o *Gira*<sup>1005</sup>, o seu criado *particular*, estava encarregue de cuidar da sua estufa de cravos existente junto à Casa da Ribeira. Também na sua quinta do Forno, da qual falaremos com maior pormenor em lugar próprio, mandou plantar ao longo de toda a avenida que dava acesso ao portão da igreja vários pés de roseiras de diferentes cores.

Para além do salário e das regalias inerentes havia outras vantagens em ser criado na Casa da Ribeira. Os criados recorriam ao patrão nas horas de aperto ou aflição, ou mesmo no adiantamento de ordenados ou empréstimos, sem quaisquer juros, para aquilo que eventualmente necessitassem. São vários os casos registados nas agendas de situações deste tipo. Por exemplo, no mês de agosto de 1962, embora sem o registo do motivo, Carlos Alves emprestou à criada Conceição mil escudos, os quais

<sup>1004</sup> Leia-se a propósito Cascão, Rui, "Modos de habitar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 25.

<sup>1005</sup> Temos as referências aos pagamentos mensais de Domingos no valor de cento e cinquenta escudos por ordem de Armindo Alves Correia de Araújo até 1962, ano do seu falecimento. Depois dessa data, Carlos Alves, seu irmão, manteve-o como criado da Casa da Ribeira assumindo o pagamento do seu salário.

recebeu na íntegra, cerca de dois anos e meio depois, mais concretamente a 27 de fevereiro de 1965, os mesmos mil escudos por conta deste débito. Também a criada Cândida emprestou seiscentos e setenta escudos para a compra de um cordão de ouro, cujo valor era de mil e quinhentos escudos.

Ao contrário dos jornaleiros, os criados tinham também direito a almoço, merenda e jantar, servidos na chamada sala dos criados, da qual já falámos anteriormente. Era neste espaço, pequeno, que estes homens no pouco tempo de pausa que lhes sobrava davam dois dedos de conversa ou se abrigavam da chuva, quando esta caía sem parar.

Quanto à comida dos criados, ela não faltava mas também não havia a fartura própria dos tempos modernos. Sopa havia sempre, e tal como o arroz era igual à dos patrões. No dizer de Ana, antiga criada da casa e que nos prestou preciosas informações, *a panela era a mesma*. Já da carne não diz o mesmo, era diferente e de qualidade inferior.

## 2.2. A casa agrícola

As questões da terra, ainda que muito sumariamente em lugar próprio, referimo-las quando abordámos o tombo da comenda de Requião. As propriedades integravam uma comenda enorme em termos geográficos, que abrangia um vastíssimo património fundiário, composto por várias quintas e casais, entregues à exploração de um conjunto de caseiros, que trabalhavam a terra e da qual tiravam o seu sustento, a maior parte das vezes magro, e cujo acesso se estabelecia através de relações hierarquizadas, condicionadas pela posição que cada indivíduo assumia na escala social.

Impunha-se agora uma perspetiva diferente da realidade agrícola, mais avançada no tempo, dizendo respeito ao século XIX e XX. Não só porque Requião é ainda hoje uma das freguesias mais agrícolas do concelho famalicense e, talvez com o maior número de quintas ligadas à produção vitivinícola, mas também, e sobretudo, porque os Alves foram uma família de proprietários rurais, ligados à terra e à propriedade fundiária, através da qual cresceram económica e socialmente.

Rica do ponto de vista agrícola, documentada e comprovada desde a Idade Moderna pelas Memórias Paroquiais, a freguesia de Requião contava nos inícios do século XIX com um número expressivo de homens que tinham na agricultura o seu ganha-pão. No entanto, e até pela dimensão da freguesia, existiam outras atividades a que se dedicavam os seus fregueses para além do amanho da terra. Foi pela análise da *contribuição extraordinária de defesa*<sup>1006</sup> em 1809 que tivemos conhecimento de outras atividades económicas: nela existia um cirurgião, dois taberneiros, um estalajadeiro, um ferreiro, três fiteiros, um tecelão, um tamanqueiro, um carpinteiro, para além de um alfaiate e um

---

<sup>1006</sup> AMB, *Livro do lançamento da contribuição extraordinária de defesa aos ofícios ordenados, lojas e mais casas públicas*, 1809, fl. 38v.

sapateiro. Estes ofícios respondiam às necessidades básicas de uma população rural. É sobretudo curioso a presença de duas tabernas e uma estalagem em Requião, o que mostra que havia já em inícios do século XIX uma atividade ligada ao lazer, embora e obviamente sem a componente lúdica atual, mas cuja prestação de serviços ultrapassava a mera satisfação de necessidades básicas de alimento e estadia. Digno de registo é também a presença de três fiteiros e um tecelão, profissões ligadas à indústria têxtil. Estas profissões acabarão por não ter expressão significativa, uma vez que a freguesia nunca terá esse pendor têxtil, ao contrário de outras do concelho e da região do vale do Ave.

Esta tendência agrícola continuará ao longo de todo o século XIX na visível quantidade de indivíduos, e a quem a nova ordem liberal consagrava o direito à participação eleitoral, inscritos nos livros de recenseamento eleitoral, ligados à agricultura: lavradores, caseiros, jornaleiros, proprietários dominavam desde a segunda metade do século XIX o conjunto das ocupações dos habitantes de Requião. Contudo, e apesar de todos eles se dedicarem ao sector primário, havia, como é óbvio, diferenças significativas quer do ponto de vista económico, e da estrutura dos seus patrimónios, fundiários ou não, quer do ponto de vista social.

No topo desta hierarquia rural estavam os proprietários, a maioria dos quais não residia na freguesia, uma burguesia agrária, na expressão de Orlando Ribeiro, que surgiu fruto das desamortizações liberais, e que arrematara grande parte das terras da comenda.

Logo a seguir vinham os lavradores, classe onde os Alves se inseriam, com rendimentos de tal forma variáveis que permitiam distinções entre eleger e a capacidade de ser elegível, baseada na riqueza coletável de cada um.

Se ao longo do século XIX a família Alves, embora crescendo em termos de rendimentos coletáveis, não teve um crescimento exponencial que lhe permitisse dar o salto económico e socialmente e fazer parte da classe de proprietários, esse estádio acontecerá em inícios século XX com Manuel Alves Correia de Araújo, e que continuará na geração seguinte, do seu filho Carlos Alves. De facto, e se tivermos em consideração o estudo de Karin Wall<sup>1007</sup> sobre Lemenhe e Gondifelos, duas freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, os Alves do século XX são acima de tudo proprietários rurais. Já tinham ultrapassado a barreira de lavradores abastados que a autora identificou nesse trabalho para se tornarem numa classe de *fidalgos* rurais, cujos filhos frequentavam os melhores colégios e universidades e tinham por amizades as elites locais e até nacionais.

---

<sup>1007</sup> Consulte-se para este assunto Wall, Karin, *Famílias no Campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1998.



Demarcam-se nas atitudes e nas vivências, por exemplo, e sobretudo, ao nível do trabalho nos campos. Karin Wall menciona que nas casas de lavoura ricas, a *patroa*, embora tenha criadas que a ajudem na tarefa do lar, não descarta o trabalho no campo, do qual tem gosto<sup>1008</sup>. O mesmo refere em relação aos restantes membros da casa que *participam no trabalho agrícola, consoante o seu estatuto e as necessidades de força de trabalho*<sup>1009</sup>. Ora tal já não acontece nas gerações do século XX da família Alves, nem os homens nem as mulheres da família participam no trabalho agrícola. Esse trabalho era reservado aos criados e jornaleiros da casa. Aos elementos da família apenas estava reservada a função de gestão, orientação e quando muito de participação pontual a título lúdico.

Sem fontes primárias que nos ajudem a obter informações sobre a vida agrícola da Casa da Ribeira em finais do século XIX e inícios do século XX, será através das agendas de Carlos Alves de Araújo, o último proprietário da casa, que a dirigirá em termos agrícolas, que analisaremos a vida da exploração nos anos 60 do século XX. Uma casa, no sentido que a descreve João de Pina Cabral como o conjunto de pessoas, não obrigatoriamente ligados por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e na qual partilham vivências e tarefas que asseguram o dia-a-dia, que praticava uma agricultura de subsistência, voltada essencialmente para o consumo doméstico<sup>1010</sup>. Sublinha-se, contudo, a comercialização de alguns produtos da terra e alguns animais que ajudavam na capitalização e no sustento da mesma.

Passados duzentos anos do questionário de 1758 enviado à freguesia e respondido, pelo então pároco Gabriel Francisco de Araújo Vale, que a cultura principal de Requião era o milho-maís, sendo seguido pelo cultivo do centeio e de pouco trigo, também no século XX a situação parece manter-se inalterável no que respeita aos cereais. A produção de cereais dominava: sobretudo o milho, associado sempre ao feijão, o centeio, e alguma cevada e aveia, às quais se juntava a batata e os produtos hortícolas.

Desde Setecentos, e a fazer fé nas Memórias Paroquiais, que nos campos de Requião se semeava alternadamente cereais de inverno, como o trigo, centeio, cevada e aveia, com os de verão: os milhos, como o painço, o milho-alvo, e o milho mais, também designado por milho, em maior quantidade<sup>1011</sup>. Trazido da América pelos espanhóis, o milho-maís introduziu-se em Portugal no primeiro quartel do século XVI, e rapidamente se difundiu nos séculos seguintes pelas suas grandes

---

<sup>1008</sup> Wall, Karin, *Famílias no Campo...*, p. 147.

<sup>1009</sup> Wall, Karin, *Famílias no Campo...*, p. 148.

<sup>1010</sup> Cabral, João de Pina, "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984, pp. 263-284.

<sup>1011</sup> Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*, tomo 31, R1, 1758, p. 395.

potencialidades alimentares<sup>1012</sup>. Tudo neste milho era aproveitado, desde o grão, utilizado no fabrico do pão, passando pelos caules e bandeiras que serviam para alimentar o gado e também de cama dos animais nas cortes, ou ainda, usado seco no enchimento de colchões, o folhelho, bem como a moínha (que o vento separa do grão por altura da debulha) para encher almofadas. Os próprios carolos, que ficavam depois de tirado o grão, eram usados como combustível nas lareiras, ou podiam ser moidos e utilizados como farinha na ração para os animais <sup>1013</sup>. Além de tudo isto, o milho tinha um grande argumento a seu favor, que era a sua produtividade, não necessitando de grandes trabalhos ou de grande mão-de-obra, ao contrário de outros cereais<sup>1014</sup>.

Tal como o milho, a Casa da Ribeira produzia ainda no século XX, centeio e trigo, os três cereais panificáveis mais cultivados em Portugal. Em novembro, e depois de uma primeira e segunda lavra dos campos meses antes, fazia-se a sementeira de centeio, no chamado *Campo Grande*<sup>1015</sup>, cuja designação ia de encontro às necessidades de se cultivar uma vasta extensão de terra, pois só assim este cereal se tornava rentável. Face às exigências de mão-de-obra comparativamente com outras colheitas, este cereal tinha de ser produzido em grande quantidade para ser minimamente lucrativo<sup>1016</sup>. Embora a mecanização, e sobretudo a utilização de tratores em determinadas tarefas agrícolas tenha tido grande importância na produção do centeio, não era o caso da Casa da Ribeira, que nos anos 60 praticava ainda uma agricultura tradicional com um recurso muito pontual às máquinas agrícolas, o que explica a pouca rentabilidade da exploração e a venda de algum património fundiário para a subsistência da família.

Dado que não existiam tratores na quinta, a utilização destes veículos na agricultura era pontual. Por vezes, eram alugados à hora para diferentes trabalhos, que podiam ir desde a preparação da terra, como era o caso da lavra e da gradagem, até às malhadeiras mecânicas, utilizadas para a debulha<sup>1017</sup>. Operações, que sendo mecanizadas tornavam-se muito mais rápidas e de menor esforço físico, do que se recorresse ao arado ou a grade de madeira, puxadas pelas juntas de vacas. Talvez fosse esta uma das pequenas concessões feitas à modernidade, um alívio à força braçal do mangual, e à quantidade de homens necessária para tal trabalho. De facto, as malhas eram trabalhos que exigiam sempre um grande número de pessoas, por vezes, algumas dezenas, para serem executados com alguma rapidez e sem

---

<sup>1012</sup> Sobre as revoluções alimentares, nomeadamente do milho consulte-se Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII...*, pp. 131-138.

<sup>1013</sup> Leia-se para esta temática o trabalho de Martinho, António Manuel Matoso, "Concelho de Tondela - Dos finais do século XVI aos inícios do século XX - aspetos demográficos e económicos", in *Máthesis*, n.º 14, Viseu, Centro Regional de Viseu/ Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 47.

<sup>1014</sup> Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII...*, p. 138.

<sup>1015</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1016</sup> O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras...*, pp. 63-67.

<sup>1017</sup> Em fevereiro de 1963 é referido o pagamento de 4 dias pela utilização de um trator no valor total de 1280\$00. APTA, Agenda de 1963, não paginada.

um esforço em demasia por parte daqueles que tinham as tarefas mais pesadas<sup>1018</sup>. Acrescente-se também que a emigração dos anos 50, 60 e 70, juntamente com a ida para a fábrica de muitos jornaleiros retirou força braçal aos campos, sobretudo masculina, obrigando os proprietários a recorrerem ao apoio mecânico para colmatar a falta de mão-de-obra existente. Projectos migratórios de indivíduos, e também famílias, que partiam para países europeus como a França e Alemanha, em busca de melhores condições de vida material e social. Fugindo de uma agricultura de subsistência e procurando trabalho, geralmente na construção civil, a fim de proporcionar aos filhos um futuro diferente daquele que estaria, à partida, determinado pela sua condição social de assalariados rurais<sup>1019</sup>.

Depois do centeio era a vez da sementeira do milho, que se fazia por volta do mês de maio. Deveria ser excedentária a produção de milho na casa, pois há registos de empréstimos a caseiros de algumas arrobas de milho de semente em 1962, durante o citado mês de maio, altura em que se fazia a sementeira deste cereal<sup>1020</sup>. Além do milho destinado ao consumo doméstico, a produção excedentária era vendida, nomeadamente para o Grémio famalicense que comprava algumas colheitas dos produtores locais<sup>1021</sup>.

Para a transformação do grão dos cereais em farinha recorria-se aos serviços do moleiro que executava esta operação no moinho existente na exploração agrícola, junto à ribeira que atravessava os campos da quinta. Movido a energia hidráulica pelas águas da ribeira, o processo mecânico deste equipamento fazia-se através de uma roda horizontal ou rodízio, que estando ligado a uma mó permitiam que o cereal (trigo, milho, cevada, aveia) fosse transformado em farinha. São vários os registos nas agendas respeitantes a pagamentos destinados ao moleiro<sup>1022</sup> que mostram a importância da farinha produzida na economia da casa. Era com a farinha de milho que se fazia a chamada broa, alimento indispensável na alimentação dos criados e jornaleiros da casa. Também o farelo, de trigo e da aveia, obtido ao peneirar a farinha, era utilizado para engrossar a *lavadura* dos porcos que existiam na exploração. No entanto, e avaliar, pelo registo de compra de cinquenta quilos deste produto ao Grémio famalicense, em 1961, o farelo produzido não seria suficiente nesse ano<sup>1023</sup>.

---

<sup>1018</sup> O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavadores e Jornaleiros...*, p. 179.

<sup>1019</sup> A propósito da emigração portuguesa para França veja-se os trabalhos de Leandro, Maria Engrácia, "Portugueses na região parisiense. Reinvenção dos laços sociais", in Silva, Nizza da; Baganha, Ioannis; Maranhão, Maria José; Pereira, Miriam Halpern (Org.), *Emigração/Imigração em Portugal. Atas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 348-361; Leandro, Maria Engrácia, "A emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo", in Eiras Roel, Antonio; González Lopo, Domingo (coord.), *Movilidad Interna y Migraciones Intraeuropeas en la Península Ibérica, Atas do Colóquio Europeu*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, pp. 129-145.

<sup>1020</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1021</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1022</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada; Agenda de 1963, não paginada.

<sup>1023</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

Paralelamente aos cereais semeavam-se nos anos 60 na Casa da Ribeira leguminosas como o feijão, grão-de-bico, tremçoço e a fava. As leguminosas eram uma fonte de proteínas de origem vegetal muito utilizadas, sobretudo pelos trabalhadores rurais, que necessitavam de energia suplementar para os esforços físicos a que diariamente estavam sujeitos no trabalho dos campos. Uma fonte de energia utilizada no quotidiano alimentar das populações desde a Idade Moderna como o demonstrou Isabel Drumond Braga, e identificável em diferentes fontes primárias: livros de receita, livros de visitas a instituições, registos de compras, entre tantos outros documentos onde é possível obter tal presença<sup>1024</sup>.

Também na Casa da Ribeira encontrámos registos da sua presença pelas anotações deixadas nas agendas, com indicações variadas no que respeita ao feijão, cuja sementeira era geralmente feita em simultâneo com a do milho, a lanço ou a rego, embora fosse colhido cerca de quinze dias antes<sup>1025</sup>. O milho consorciado com o feijão era uma prática muito corrente em todo o Entre-Douro-e-Minho, essencialmente feijão branco mas também havia outras variedades como o feijão-frade designado por *fradinho*. Todas estas leguminosas eram importantes para a economia da casa, destinando-se não só ao consumo doméstico mas também à venda semanal na feira famalicense. Eram as jornaleiras que levavam os produtos cultivados às quartas-feiras, dia da feira semanal.

Embora as couves, as cebolas, as cenouras e as favas fossem cultivadas na horta, só encontrámos nas agendas referência explícita à sementeira do nabal, no campo designado *Cortinha*, no ano de 1962<sup>1026</sup>. Talvez a excecionalidade na extensão da sementeira explicasse a razão do seu registo por oposição ao silêncio das restantes culturas hortícolas, dada a vulgaridade destes legumes para a alimentação caseira. Tal como Brian O'Neill<sup>1027</sup> encontrou para Fontelas, onde a *cortinha* era uma pequena horta de terra fértil, em que se plantava os legumes das casas, geralmente situada próximo das habitações. Na Casa da Ribeira, este campo ficava nas imediações e era também aqui que se plantava a maior parte dos produtos hortícolas para consumo doméstico.

Ao lado dos cereais, o cultivo da batata assumia cada vez mais uma importância crescente na economia agrícola do Entre-Douro-e Minho, que desde o século XIX que se tinha tornado num alimento indispensável no quotidiano de pessoas e animais, sobretudo daqueles que tinham menos recursos<sup>1028</sup>.

---

<sup>1024</sup> Braga, Isabel Drumond, "As leguminosas no Portugal Moderno: uma presença constante e discreta", in *Antíteses*, vol. 10, n° 20, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2017, pp. 592-612.

<sup>1025</sup> Caldas, João Castro, "Caseiros do Alto Minho-adaptação e declínio", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°7/8, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1981, p. 206.

<sup>1026</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1027</sup> O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras...*, p. 86.

<sup>1028</sup> Sobre a introdução e expansão da cultura da batata consulte-se Neto, M. Margarida Sobral, "Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs XVII-XIX)", in *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994, pp. 55-83.

Oriunda da América andina, a batata chegou à Europa no século XVI. No entanto, e ao contrário do milho que teve uma aceitação rápida e generalizada neste continente, a difusão da cultura da batata foi mais lenta, só conquistando o velho continente nos fins do século XVIII ou mesmo no século XIX<sup>1029</sup>. Uma conquista ganha, segundo Braudel, dizendo que a *Europa foi por ela colonizada de lés-a-lés*, e onde a nova cultura teve as proporções de uma verdadeira revolução<sup>1030</sup>.

Na Casa da Ribeira todos os anos se semeavam batatas, brancas e vermelhas, que eram sobretudo utilizadas na alimentação dos criados. Para o efeito, além da batata do ano anterior, usada como semente velha, era comprada anualmente, sempre no mês de fevereiro, batata de semente nova, de qualidades e proveniências diversas. Se no ano de 1961, a opção foi a semente irlandesa comprada na mercearia famalicense *Clemente Lopes*<sup>1031</sup>, no ano seguinte<sup>1032</sup> optou-se por mandar vir diretamente de Bragança algumas arrobas. Talvez a qualidade deste tubérculo à qual se acrescia o custo do transporte, tenha sido justificação suficiente para não se voltar a adquirir nos anos seguintes. Por isso mesmo, em 1963, 1964 e 1965 foram compradas batatas de semente, estrangeira e nacional, no Grémio da Lavoura famalicense.

A sementeira da batata era executada, logo que possível, entre os meses de março e abril, para em junho estar pronta a ser tirada da terra pelos jornaleiros e criados da casa.

Muito embora sendo uma agricultura tradicional, recorria-se às sulfatações, como medida preventiva contra determinadas pragas agrícolas. Encontrámos referências explícitas de pagamentos a jornaleiros para este trabalho, que se realizava tanto para as batatas como para as vinhas. De facto, e à semelhança do que se fazia para a vinha no tratamento contra o mildio, também as batatas eram sulfatadas contra esta doença que podia, em condições favoráveis, destruir, por completo, toda a produção de um ano agrícola. O mesmo tratamento preventivo era feito contra a praga do escaravelho, uma praga altamente destrutiva que podia comprometer igualmente o batatal. Por isso, encontramos várias referências à compra de sulfato de cal e às respetivas sulfatações, feita anualmente nos meses de abril e maio<sup>1033</sup>.

Também no Grémio eram adquiridos alguns sacos de adubo químico que complementava a adubação biológica feita com estrume do gado ou com o mato das bouças, que faziam parte dos terrenos de mato que a família possuía e que serviam de complemento à atividade agrícola. A fertilização frequente

---

<sup>1029</sup> Braudel, Fernand, *Civilização material, Economia e capitalismo, séculos XV-XVIII...*, pp. 139-140.

<sup>1030</sup> Braudel, Fernand, *Civilização material, Economia e capitalismo, séculos XV-XVIII...*, p. 139.

<sup>1031</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

<sup>1032</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1033</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada; Agenda de 1964, não paginada.

dos terrenos era muito importante para a rentabilidade das culturas, e nem sempre se conseguia apenas com o estrume dos animais. Daí o recurso aos arbustos existentes nas bouças como as urzes, giestas, tojos e carquejas que cresciam selvagememente nestes terrenos florestais sob a genérica designação de mato. Por isso mesmo, amiudamente era contratado um homem para o roçar, isto é, para o cortar<sup>1034</sup>. Tratava-se de um trabalho, fisicamente violento, que se fazia com o recurso a uma roçadoura, uma lâmina que à força bruta braçal cortava o mato<sup>1035</sup>. O mato cortado, além de limpar o terreno da bouça e assim ser um método eficaz na prevenção dos incêndios, ia depois servir de cama às cortes do gado, que posteriormente calcado pelos animais juntamente com os excrementos, era uma mistura explosiva em termos de fermentação. Finalmente, este esterco seria depois tirado das cortes dos animais e levado para os campos onde seria espalhado, antes de se proceder à lavra dos mesmos.

Paralelamente às sementeiras, a Casa da Ribeira fazia criação de animais como complemento à agricultura. Galinhas, perus, coelhos, patos, pombas<sup>1036</sup>, e algum gado, ovino, bovino, suíno e caprino auxiliavam na economia rural da exploração, servindo não só para a alimentação da casa mas também, pela sua importância, para os trabalhos agrícolas e para o transporte. Era o caso do gado bovino, imprescindível, sobretudo para o fornecimento de estrume para os campos de cultivo e de tração<sup>1037</sup>. A tração era exigida para puxar os diferentes instrumentos agrícolas relativos à lavra, à gradagem, à sacha dos terrenos ou mesmo para puxar o carro com que se transportavam os cereais, as lenhas, os matos, e até as pessoas. Sem termos indicações sobre a quantidade de gado bovino existente na Casa da Ribeira nos inícios do século XX, resta-nos apenas a informação de duas crianças da família terem caído de um carro de bois, ficando uma delas bastante maltratada, e que acabaria mesmo por falecer meses depois. Desconhecemos, no entanto, mais pormenores do ocorrido, e que foi alvo de notícia nos jornais locais, mas que prova a existência de gado, em 1906<sup>1038</sup>. Esta situação continuaria nos anos seguintes, encontrando-se documentada nas agendas na década de 60 e que nos dão a conhecer os bovinos existentes na altura: a vaca esquadrihada, as touras novas, a vaca turina, a vaca barrosã, entre outras.

Nestes anos, apenas havia vacas fêmeas, destinadas à produção de leite e à criação para venda. Este era um negócio rentável, mas que além de exigir capital financeiro disponível para as frequentes

---

<sup>1034</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada. Francisco Ribeiro esteve 10 dias a roçar mato, a 15\$00 por dia.

<sup>1035</sup> Ainda não se tinham generalizado as roçaduras a gasolina, que pressupõe um menor trabalho braçal e muito menos duro que o exigido pela gadanha manual.

<sup>1036</sup> Vendas desde os anos 40 do século XX para torneios de tiro, nomeadamente para o Clube de Caçadores de Famalicão.

<sup>1037</sup> Oliveira, Ernesto Veiga; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa...*, pp. 45-46.

<sup>1038</sup> Consulte-se este assunto no Jornal *Estrela do Minho*, 16 de dezembro de 1906, p. 2.

transações na feira de gado famalicense, tinha riscos acrescidos caso os animais adoecessem ou morressem, significava um prejuízo bastante grande face ao seu custo elevado<sup>1039</sup>.

Dada a inexistência de machos bovinos na exploração, e para haver criação era necessário levar as vacas à cobrição<sup>1040</sup>, fora de portas, tarefa da responsabilidade dos criados da casa que tinham de conduzir as vacas ao macho, algum tempo depois de estas terem as crias. Desconhecemos por completo onde iam, mas muito provavelmente na freguesia, e quanto tempo permaneciam com o macho. Sabemos apenas que tal serviço tinha um custo de 15\$00<sup>1041</sup>, o qual aumentaria para 20\$00, em 1965<sup>1042</sup>. Nem sempre uma só ida significava que a vaca ficaria prenhe. Às vezes, eram necessárias duas e três idas ao macho, o que representava custos acrescidos. Foi o caso da vaca esquadrihada que em 1961 necessitou de três idas à cobrição, a última das quais a 13 de junho<sup>1043</sup>.

A criação destes animais exigia áreas de pastagem consideráveis para alimentar as cabeças de gado existentes, numa altura em que o pasto e as forragens eram a principal fonte de subsistência, uma vez que não se utilizava ainda a ração animal industrial. Para isso, semeava-se erva no chamado campo do *Lameiro*, um terreno fértil junto das margens da ribeira<sup>1044</sup>, que fornecia pastagem para o gado bovino e forragem para os meses de inverno, altura em que o gado não saía e era preciso alimentá-lo nas cortes.

Para além dos bovinos havia na casa dos Alves outros animais especialmente destinados ao consumo doméstico. Era o caso das galinhas e dos porcos, alimentados pelas criadas de fora, que tinham essa tarefa em particular. Este serviço era sobretudo exigente, no caso dos porcos, especialmente nos períodos de engorda, mais próximos da matança, em que o animal era alimentado várias vezes ao dia com o objetivo de obter o máximo de peso e gordura (toucinho e banha) possível<sup>1045</sup>. Por isso, se cultivavam grandes quantidades de abóboras e chuchus, que juntamente com os restos, aproveitados na confeção das refeições da casa como as cascas de batatas, e sobras de vegetais, faziam parte da alimentação dos suínos<sup>1046</sup>. *Tudo lhe serve*, são as palavras do engenheiro agrónomo António Henriques da Costa e Andrade, a propósito da alimentação do porco. Desde o folhelho, passando pelas grainhas e

---

<sup>1039</sup> A título de exemplo: uma vaca turina com cria comprada em 4 de Setembro de 1963 custou 5250\$00. APTA, Agenda de 1963, não paginada.

<sup>1040</sup> Trata-se de levar a fêmea ao local onde se encontra o macho escolhido para efeitos de reprodução.

<sup>1041</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

<sup>1042</sup> APTA, Agenda de 1965, não paginada.

<sup>1043</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

<sup>1044</sup> Sobre os lameiros leia-se O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras...*, pp. 82-84.

<sup>1045</sup> Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais. Patrimonialização e transformações sociais de um produto alimentar artesanal*, Lisboa, FCSH/UNL, 2011, p. 21. Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1046</sup> Cruz, Maria das Dores Girão; Pereira, Ilídio Manuel Barbosa, *Um Pai Nosso e uma Avé Maria a Santo António pelos bichinhos...: o porco na economia doméstica de S. Martinho de Lagares (Penafiel)*, Porto, FLUP, 1999, p. 267. Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1965, p. 82.

bagaço de azeitona, até às cascas, bolotas, ervas, entre tantos outros, tudo o animal aproveita para comer e para converter em carne e gordura<sup>1047</sup>.

O porco, ao lado do pão e das batatas, era nestes anos 60 um importante alimento na dieta alimentar das gentes do campo. A importância económica do porco era resumida, nesta altura, desta forma: *pela sua grande fecundidade, extraordinária faculdade de adaptação ao meio, auto-abastança, assimilação, omnivoridade, rendimento e utilização é o porco mas precioso dos animais destinados à alimentação humana, e o que maior influência tem na economia doméstica rural*<sup>1048</sup>.

Longe iam os tempos de míngua em que só as famílias mais afortunadas pelo rendimento podiam ter um porco entre os animais que domesticavam. Agora quase todas as casas, mesmo as mais humildes, procuravam criar e matar pelo menos um porco anualmente. Como refere Manuel Teles Grilo *era um autêntico seguro familiar, que servia, inclusive, para pagar dotes de filhas casadeiras, já que garantiria produto para todo o ano que se podia guardar*<sup>1049</sup>.

Na Casa da Ribeira havia mais do que um porco que se criava no cortelho. Todo o sustento e engorda destes animais era motivo de orgulho da criada Maria Galega, que nos idos anos 50 e 60, e à semelhança do que fazia desde os anos 30 do século XX, tinha a responsabilidade de os tratar, bem como aos seus leitões. Tal como refere Brian O'Neill um porco bem cevado<sup>1050</sup> era um fator de vaidade e de prestígio social para a casa que o criara<sup>1051</sup>, neste caso era a própria criada Maria Galega que representava, ela própria, pelo seu cuidado e responsabilidade na alimentação, os suínos da Casa da Ribeira. Esses cuidados passavam não só pela alimentação mas pela vacinação, necessária à saúde dos animais. Só no ano de 1963, e duma só vez foram vacinados pelo veterinário *Pinguinhas* três cevados<sup>1052</sup>. Um porco doente significa praticamente um animal morto, isto é, um lucro perdido.

O veterinário *Pinguinhas* era uma presença constante na exploração fosse para vacinar os animais, fosse para assistir ao nascimento de algum novilho, sempre que se avizinhavam problemas de maior. No dia 5 de outubro de 1962, foi chamado de urgência para ajudar a vaca turina a parir, o que explica os 200\$00 pagos em dia feriado<sup>1053</sup>.

---

<sup>1047</sup> Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos...*, pp. 16-17.

<sup>1048</sup> Consulte-se Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos...*, p. 15.

<sup>1049</sup> Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais...*, p. 19.

<sup>1050</sup> O termo cevado provém de cevada, isto é, porcos engordados com cevada para a matança. Ler Fernandes, Isabel Maria, "Alimentos e alimentação no Portugal Quinhentista", in *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2002, p. 146.

<sup>1051</sup> O'Neill, Brian Juan, "Repensando trabalhos coletivos lúdicos: A matança do porco em Alto Trás-os-Montes", in Baptista, Fernando O; Pais de Brito, Joaquim; Braga, Maria L.; & Pereira, Benjamim (orgs.), *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos de Etnologia, 1989, p. 475, Citado por Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais...*, p. 22.

<sup>1052</sup> De uma só vez em 28 de abril de 1961 comprou cinquenta quilos de farelo. APTA, Agenda de 1961, não paginada.

<sup>1053</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.



Pela análise das agendas verificámos que se matavam dois porcos por ano na casa, um primeiro entre fevereiro e março, e um segundo, no mês de novembro; uma periodicidade, entre os Santos e o Carnaval, bem de acordo com o que se fazia noutras casas agrícolas<sup>1054</sup>.

A matança do porco era uma tarefa de homens e exigia um matador especializado, que soubesse da arte<sup>1055</sup>. Quem o fazia na Casa da Ribeira era Ernesto Pereira, um matador com experiência, que em 1963 levava 20\$00 pelo trabalho<sup>1056</sup>, bem mais que os 15\$00 diários pagos aos jornaleiros. Era um valor semelhante ao que Maria das Dores Girão Cruz e Ilídio Manuel Barbosa Pereira encontraram para Penafiel, ao referirem 10\$00 como o valor cobrado por um marchante, nos anos 40 do século XX, para executar tal tarefa<sup>1057</sup>.

Geralmente, a média dos porcos abatidos na Ribeira andava pelos cento e quarenta quilos, um peso não muito grande se tivermos em consideração os valores de duzentos e cinquenta quilos apontados por Brian O' Neill para Fontelas<sup>1058</sup>. No entanto, e acreditar pelos valores dados por António Henriques da Costa e Andrade, um porco de cento e quarenta quilos, vivo, podia render de carne cerca de cem quilos (com osso incluído), sete quilos de toucinho, dois quilos e oitocentas gramas de sangue e nove quilos de miudezas<sup>1059</sup>.

À matança propriamente dita acrescia-se todo um ritual de lavagem e preparação do porco onde participavam os criados da casa, que ajudavam na tarefa da limpeza e chamuscagem da pele do animal<sup>1060</sup>. Só depois de esquartejado é que entravam em cena as mulheres. Criadas e jornaleiras, nesse dia afetas apenas a essa tarefa, tinham por missão preparar as vísceras do animal, agora mais do domínio da cozinha, como era a confeção dos enchidos e fumeiros. Mas também, e não podemos esquecer, a responsabilidade de preparar o *mata-bicho*, uma espécie de merenda, para os participantes. Pois a matança do porco, e à semelhança de outras atividades agrícolas, contava com um sistema de *entrejuda*<sup>1061</sup>, gratuita, de vizinhos próximos que conferiam ao ato um cariz de festa<sup>1062</sup>. De facto, a

---

<sup>1054</sup> Veja-se Cruz, Maria das Dores Girão; Pereira, Ilídio Manuel Barbosa, "Um Pai Nosso e uma Ave Maria a Santo António pelos bichinhos...", p. 268.

<sup>1055</sup> Sobre a matança do porco consulte-se O'Neill, Brian Juan, "Repensando trabalhos coletivos lúdicos...", pp. 471-520. Cerqueira, Cristina, "Matança do porco, festa da matança e mudanças sociais na Serra do Barroso", 2000, Comunicação no IV Congresso Português de Sociologia. Consultado a 13-04-2017. Em [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dee3224a14\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dee3224a14_1.PDF).

<sup>1056</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada.

<sup>1057</sup> Cruz, Maria das Dores Girão; Pereira, Ilídio Manuel Barbosa, "Um Pai Nosso e uma Ave Maria a Santo António pelos bichinhos...", p. 268.

<sup>1058</sup> O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras...*, p. 148.

<sup>1059</sup> Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos...*, p. 17.

<sup>1060</sup> Sobre a matança e a desmancha consulte-se Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos...*, pp. 152-164.

<sup>1061</sup> O'Neill, Brian Juan, "Trabalho cooperativo numa aldeia no norte de Portugal", in *Análise Social*, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, p. 10.

<sup>1062</sup> Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais...*, pp. 22-24.

matança do porco sempre foi vista como uma celebração festiva da maior importância talvez, como refere Brian O'Neill<sup>1063</sup>, como a celebração de maior importância de todas as do ciclo de inverno. Por isso, eram comuns as refeições celebrativas de tal acontecimento, onde se provava e dava a provar aos amigos algumas partes do animal abatido. Isto também acontecia na Casa da Ribeira e era alvo de particular anotação nas agendas de Carlos Alves. *Houve almoço de porco morto*, anotação no dia 17 de março de 1963, domingo imediatamente a seguir à matança, ocorrida na segunda-feira anterior, a 11 de março<sup>1064</sup>. Neste caso, tratava-se do almoço dos patrões que celebravam com a família e os amigos a primeira matança do porco, desse ano.

Depois de esquartejado e desmanchado o porco, os pedaços que não eram destinados aos enchidos eram salgados<sup>1065</sup>. Dias antes da matança eram comprados vários quilos de sal em Famalicão<sup>1066</sup> destinados à salgadeira, num compartimento que existia no andar térreo da Casa da Ribeira, junto ao celeiro e ao lagar, onde existiam duas arcas para o porco se conservar. A escolha do lugar para colocar a salgadeira não era aleatória. Situada num local mais frio, era ali colocada especialmente para preservar a carne em boas condições ao longo de vários meses. A salga, de carne e peixe, juntamente com outras técnicas como a secagem de algumas frutas, ou a sua conservação através de compotas, eram estratégias usadas desde tempos remotos para aumentar a durabilidade dos alimentos<sup>1067</sup>.

### 2.3. A alimentação e as despesas da casa

Tal como a casa a alimentação da família era reveladora de um estatuto social e económico, um outro conceito de cultura material, também trabalhado pela *Escola dos Annales*, que não quisemos deixar de abordar neste nosso trabalho de investigação.

Em termos historiográficos, o tema da comida e da alimentação tem vindo a merecer cada vez mais a atenção dos estudiosos<sup>1068</sup>. Depois da *Fisiologia do Gosto*, de Brillat-Savarin, escrita em 1825, muito se avançou na investigação histórica no que diz respeito às escolhas das práticas alimentares dos indivíduos, que abrangem uma série de aspetos respeitantes à vida quotidiana das famílias.

---

<sup>1063</sup> O'Neill, Brian Juan, "Repensando trabalhos coletivos lúdicos: A matança do porco em Alto Trás-os-Montes"..., p. 478, Citado por Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais...*, p. 22.

<sup>1064</sup> APTA, Agenda de 1963, não paginada.

<sup>1065</sup> Leia-se Dias, Jorge; Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Espigueiros Portugueses...*, p. 16.

<sup>1066</sup> APTA, Agenda de 1962, não paginada; Agenda de 1963, não paginada.

<sup>1067</sup> Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Ovos, ovos, ovos e mais ovos. Cultura, economia, dietética e gastronomia", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n° 13, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2013, p. 411.

<sup>1068</sup> Santos, Carlos Roberto Antunes, "A Alimentação e Seu Lugar Na História: Os Tempos da Memória Gustativa", in *História: Questões e Debates*, n° 42, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005, pp. 11-31.

Mais do que uma necessidade biológica, o consumo de alimentos é um produto cultural que identifica a sociedade que o consome ou o estrato social que interessa a essa mesma sociedade<sup>1069</sup>. Como diz Solange Demerteco *ao se alimentar, o homem se revela e revela o seu grupo social*<sup>1070</sup>. Por isso, e tal como refere esta investigadora, que afirma que o historiador ao pesquisar a vida e a cultura de um grupo social deve obrigatoriamente conhecer as suas práticas e ritos alimentares<sup>1071</sup>, não podíamos deixar de abordar as questões ligadas à alimentação e à cozinha praticada pelos Alves.

No entanto, e mais uma vez, e devido à escassez de fontes primárias, e também porque estes aspetos, ainda que subtis no que diz respeito aos registos materiais deixados, mas ao mesmo tempo sendo tão importantes ao ponto de espalharem épocas e rituais próprios não deixaram muita informação escrita, limitar-nos-emos às informações orais e aos registos das agendas que nos têm servido de fonte. No âmbito desta abordagem contamos com registos diários entre 1960-1965, refletindo o consumo da Casa da Ribeira durante este período.

De facto, a única informação concreta respeitante à alimentação da família Alves da Idade Moderna fomos encontrá-la no registo de óbito de Isabel de Araújo em 1722, que, como já referimos, segundo a anotação do pároco morreu de pé, estando a beber um caldo<sup>1072</sup>. O caldo, alimento revigorante e restaurador das forças, não teria sido suficientemente forte para conter a morte que espreitava na família. Assim, e na ausência de dados concretos sobre a alimentação dos nossos protagonistas no período anterior ao século XX, podemos apenas supor que tratar-se-ia duma alimentação, na sua generalidade, comum à maioria da população rural destes tempos. Uma alimentação ligeira, que saciava a fome com o pouco que a terra produzia, e que tinha por base o pão, geralmente de milho, as batatas, os legumes e o vinho. O vinho, cuja aportação calórica funcionava como alimento, muitas vezes acompanhado por um naco de broa que ajudava a compor o estômago, servindo mesmo de refeição. Talvez por isso, ainda com algum exagero, que lhe valeu severas críticas como já anteriormente referimos, Maria Rattazzi refira no seu *Portugal de Relance* que a população rural vivia no inverno apenas com um pedaço de pão de milho e uma cebola, e no verão contentava-se com um figo ou outro qualquer fruto<sup>1073</sup>.

---

<sup>1069</sup> Santos, Carlos Roberto Antunes, "A Alimentação e Seu Lugar Na História: Os Tempos da Memória Gustativa...", p. 13.

<sup>1070</sup> Demerteco, Solange Menezes da Silva, *Doces lembranças: cadernos de receitas e comensalidade. Curitiba: 1900-1950*, Curitiba, 1998, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1071</sup> Demerteco, Solange Menezes da Silva, *Doces lembranças...*, p. 36.

<sup>1072</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 22.

<sup>1073</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 148.

Uma dieta alimentar que não terá mudado muito com o passar dos tempos no que diz respeito ao grosso da população rural, e que manter-se-á ainda no período contemporâneo<sup>1074</sup>. Esta situação só se alterará definitivamente no Pós 25 de Abril, onde são visíveis as mudanças nos hábitos alimentares, em consequência duma melhoria de vida das condições da generalidade da população. Ainda nos anos 60 do século XX, eram poucas as famílias rurais que consumiam carne às refeições. E se o faziam, acontecia em dias festivos e, por vezes, ao domingo.

Não era este o caso da família Alves. A situação de proprietários rurais abastados desde há muito os tinha colocado numa situação de privilégio face às demais famílias que viviam em Requião. Se as refeições nos dias de festa eram longas e substanciais, os almoços e os jantares da Casa da Ribeira nos dias comuns eram também completos e sempre compostos pela sopa, pelo prato, de peixe ou de carne, e sobremesa. Geralmente fruta da época, já que o doce era quase sempre reservado às refeições dos dias de festa. A grande diferença residia no número de pratos. Nos dias de festa, havia quase sempre dois ou mais pratos, um de peixe, geralmente bacalhau, e outro de carne, preferencialmente assada.

Sempre se comeu bem e com variedade e fartura, na aceção saudável do termo, na Casa da Ribeira, mesmo nos tempos da II Guerra Mundial, quando por questões de racionamento havia escassez de alimentos, embora nunca a família Alves sentisse qualquer tipo de restrição ou de minguia. De facto, Portugal mesmo não tendo entrado diretamente no conflito bélico, assumindo uma neutralidade e depois uma neutralidade beligerante, como foi vista à época, acabou por sofrer os efeitos colaterais da guerra, nomeadamente a falta de géneros alimentícios<sup>1075</sup>. O país não era autossuficiente, nomeadamente em termos alimentares, e dependia do fornecimento exterior de muitos desses bens, que a situação de guerra comprometia. Não só pela irregularidade do transporte mas também pela própria diminuição da produção desses mesmos alimentos, muitos deles oriundos dos países em guerra ou ocupados pelas nações beligerantes. A falta de alimentos provocava uma inflação dos preços e conseqüentemente situações de racionamento e fome. Questões particularmente sentidas pelos grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade portuguesa de então.

A responsabilidade da confeção das refeições era da cozinheira, Angelina, que desde os anos 40 estava ao serviço da Casa da Ribeira e assegurava diariamente não só a refeição dos patrões, como a dos criados. As refeições eram mais ou menos idênticas, no tipo de preparação mas diferentes no

---

<sup>1074</sup> Grenha, Paula Andreia Magalhães, *Transformações do consumo alimentar na época contemporânea*, FLUC, Coimbra, 2011, p. 16, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1075</sup> Sobre a alimentação e o racionamento durante a II Guerra Mundial consulte-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "A culinária portuguesa no tempo da II Guerra Mundial: as receitas, o racionamento e as soluções alternativas", in *Revista de História Helikon*, vol. 2, n° 3, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, pp. 3-25.

essencial. Os criados raramente comiam carne e, quando tal acontecia, era sempre de qualidade inferior, que se limitava à carne de porco mais gorda e alguns enchidos. O mesmo acontecia com o bacalhau, cujos pedaços que lhes eram destinados incluíam somente as partes do rabo e barbatanas. Os lombos eram reservados aos elementos da família e seus convivas, cozinhados no forno, geralmente acompanhado por puré, ou na brasa.

Os criados almoçavam primeiro que os patrões, por volta do meio-dia, na sala que tinha o seu nome, contigua à cozinha. Só o criado Bernardo, que desde os anos 20 estava na Casa da Ribeira, tinha estatuto de exceção. Os mais de quarenta anos ao serviço da família e a proximidade afetiva aos patrões permitiam-lhe a excecionalidade e até o estatuto *privilegiado* de fazer as refeições numa mesa existente na cozinha, em amena cavaqueira com a cozinheira Angelina. O primeiro *almoço* dos criados, tinha sido bem cedo, assim que a aurora raiava, quando começava o dia de trabalho, por isso, impunha-se um retemperar de forças numa refeição principal no final de uma já longa manhã de trabalho, fortalecida apenas pelo *mata-bicho*, um pouco de aguardente amarela e um naco de broa. O mesmo acontecia com os jornaleiros, que apesar de andarem *a seco*<sup>1076</sup>, tinham também direito a este reforço alimentar e a um caldo, por volta das nove horas, já depois de algumas horas de jorna nos campos, servido na sala dos criados<sup>1077</sup>.

No entanto, se a preparação dos alimentos e a confeção da comida eram da responsabilidade da cozinheira, já as orientações e a decisão da escolha dos pratos, a serem servidos aos almoços e aos jantares, pertenciam à senhora da casa, Emília Pinheiro Monteiro, casada com Carlos Alves, que desde o falecimento da sogra em 1934 assumiu o papel de dona da casa, e responsável pela sua gestão. Ainda que soubesse cozinhar, esta senhora nunca assumiu um papel de liderança na cozinha. A sua ação, também por feitio e forma de estar, e até por educação, era sempre discreta e na retaguarda. Mas disso falaremos em capítulo próprio.

No século XX, a cozinha da Casa da Ribeira estava já incorporada no corpo da casa e junto dos restantes aposentos fruto da ampliação e que já analisámos em lugar próprio, sofrida em finais do século XIX. A chamada *cozinha de dentro*, por oposição à *cozinha de fora* seis/setecentista, também designada por *cozinha velha*, e ainda usada na segunda metade do século XX para determinadas tarefas domésticas, consideradas *mais sujas*, como preparar os enchidos, fazer compotas, ou preparar a comida para os animais domésticos. Um esquema em tudo idêntico à casa colonial brasileira que no começo do século XIX, e em resultado de várias transformações relativas ao espaço de habitar, onde coexistem duas

---

<sup>1076</sup> Isto é, só tinham direito ao salário, sem alimentação.

<sup>1077</sup> Informação oral prestada por Carlos Costa, antigo jornaleiro da Casa da Ribeira.

cozinhas: a *de fora* e a *de dentro*, com esta última a ganhar gradualmente território na domesticidade a ponto de o homem, o patrão, por essência do género masculino, afastado das questões domésticas, começa a atrever-se a entrar<sup>1078</sup>.

Esta cozinha era bem diferente da cozinha térrea da Idade Moderna, onde as novas exigências funcionais agregadas à tarefa de cozinhar estavam bem presentes<sup>1079</sup>. Mudanças que tem a ver com a forma de entender a casa como lar e também com a valorização do papel da mulher que se torna a *senhora* desse mesmo lar, a quem competia assegurar o seu funcionamento<sup>1080</sup>.

Este novo espaço de confeção dos alimentos, pleno de sabores e cheiros, viu-se invadido por recentes artefactos e equipamentos associados a uma nova comodidade doméstica. No entanto, e no caso português, foi uma mudança lenta, que se limitava no dizer da princesa Rattazzi a *alguns fogareiros de barro, tachos também de barro, poucos utensílios e uma pia onde se despejam as águas das lavagens*<sup>1081</sup>. Somente nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, graças aos progressos técnicos e científicos, que permitiram a instalação de água canalizada nas casas juntamente com a introdução da luz elétrica é que se começa a observar alguma evolução no espaço da cozinha<sup>1082</sup>. Uma modernização que teve em atenção novos ideais de ergonomia e planeamento do espaço, a que não são alheios os contributos de Catharine Beecher, que em 1843 publicou um tratado sobre economia doméstica. Neste seu trabalho propôs, pela primeira vez, um desenho sistemático da cozinha baseado na ergonomia e racionalização do espaço onde se incluíam prateleiras nas paredes, espaços de trabalho e de armazenamento distintos e específicos. Inclusive distinguiu e separou as funções de preparar os alimentos com as de cozinhar propriamente ditas<sup>1083</sup>.

A cozinha da Casa da Ribeira do século XX situava-se na extremidade da casa e primava pela simplicidade e sobriedade dos equipamentos, que se limitava à pia de mármore, em cima da qual pousava um louceiro de madeira, destinado a colocar a louça lavada, e ao fogão de ferro fundido, a lenha ou carvão, encimado por uma enorme chaminé para a extração do fumo. Ao lado, um pequeno compartimento onde se colocava as achas de madeira que serviam de combustível para o fogão. Em frente à pia, na parede oposta, e ocupando quase a totalidade dessa parede, um enorme balcão de

---

<sup>1078</sup> Demerteco, Solange Menezes da Silva, *Doces lembranças...*, pp. 82-83.

<sup>1079</sup> Flaminio, Isabel, "O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana. Modos de Vida e Apropriação do Espaço", in *Sociologia: Revista da FLUP*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 16, 2006, pp. 251-277.

<sup>1080</sup> Sobre a condição da mulher como senhora do lar leia-se Vaquinhas, Irene; Guimarães, Maria Alice Pinto, "Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada. A Época Contemporânea...*, pp. 201-203.

<sup>1081</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 284.

<sup>1082</sup> Valentim, Margarida Gomes, *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher...*, p. 70.

<sup>1083</sup> Rybczynsky, Witold, *La casa...*, pp. 166-168.

madeira funcionava como espaço de trabalho. Uma cozinha cheia de luz, fruto das duas janelas existentes rasgadas para o exterior, e do caiamento das paredes, que conferiam ao espaço uma leveza bem diferente da escuridão da *cozinha velha*.

Era nesta cozinha que eram preparadas diariamente as refeições para a família Alves e para os criados, e nos dias de festa para demais familiares e amigos. A maior parte dos ingredientes usados na confecção dos alimentos era conseguido dentro de portas, isto é, a quinta fornecia praticamente quase tudo daquilo que a família consumia: batatas, feijão, cebolas, legumes, fruta eram produção caseira. O mesmo acontecia com a carne consumida: galinhas, coelhos, porcos e vitelos de onde proviam as proteínas necessárias à alimentação, a que se acrescia os ovos e o leite.

No entanto, e através da análise das referidas agendas verificámos que o consumo alimentício da Casa da Ribeira não se limitava, aquilo que a exploração agrícola cultivava ou criava. Era necessário recorrer a produtos alimentares que a casa agrícola não produzia, como era o caso do arroz, da massa, do azeite, do bacalhau e de alguma carne de talho, adquiridos em diferentes estabelecimentos comerciais famalicenses.

Um dos estabelecimentos que forneciam a casa era propriedade de Clemente Sousa Lopes, seu principal sócio e gerente, que tinha a loja aberta ao público desde início dos anos 20, na rua de Santo António, em Vila Nova de Famalicão. A pequena loja de mercearia tornou-se ao longo dos anos um espaço comercial de referência com seções de mercearia a retalho, armazém grossista, bem como armazém de ferragens, adubos e cimentos, a ponto de ser considerado um dos mais importantes do norte do país. Oferecia também aos seus clientes serviços de transporte com camionetes próprias, prontos a ser alugados. Era sobretudo desta loja que vinha o bacalhau para o consumo da Casa da Ribeira nos anos 60, quer o bacalhau especial para o Natal, quer o de consumo corrente. Ao qual se acrescia, em quantidades muito menos significativas, um outro, por vezes, comprado na Carmem, da *Venda*, em Requião. Na economia doméstica o bacalhau ocupava a maior parcela no que diz respeito aos gastos da casa, logo seguido pelo arroz e pelo azeite, também fornecidos pelo *Lopes*, e comprados sempre em grandes quantidades. O arroz era fornecido aos sacos de setenta e cinco quilos e o azeite aos garrafões, geralmente, de vinte e cinco litros. Quanto ao pagamento, embora não nos conseguíssemos aperceber o *modus operandi* no que diz respeito à periodicidade do pagamento, geralmente era efetuado mensal ou trimestralmente.

Do talho famalicense *Adriano* vinha alguma da carne consumida na casa apenas pelos patrões. Embora sem referências específicas ao tipo de carne comprada, presumimos tratar-se de carnes vermelhas, já que as aves e as carnes de porco eram de criação caseira, como já analisámos.

Através das agendas foi-nos também possível identificar um outro fornecedor alimentar dos Alves, tratava-se da confeitaria *Bezerra*, de Álvaro Carneiro Bezerra, sogro de Clemente Lopes. Álvaro Bezerra era um dos mais antigos comerciantes famalicenses, e talvez dos mais empreendedores, se tivermos em atenção o seu percurso de vida. Um percurso comercial que se inicia primeiro, e como empregado, aos balcões da *Confeitaria Guedes*, instalada na rua Adriano Pinto Basto, em Vila Nova de Famalicão<sup>1084</sup>. Era uma das confeitarias mais antigas da vila famalicense, fundada logo nos primeiros anos da década de 80 do século XIX, propriedade de José da Silva Guedes. Mais tarde e por volta de 1897, esta confeitaria mudou de instalações para a praça D. Maria II, oportunidade para Álvaro Carneiro Bezerra, entretanto casado com Arminda Marta da Cruz Guedes, filha do seu antigo patrão José da Silva Guedes, aventurar-se por conta própria num negócio alimentar que já conhecia.

Assim, em 1900, na antiga casa *Guedes* situada na rua Adriano Pinto Basto, abre o seu novo estabelecimento de mercearia e doçaria chamado *Confeitaria Arminda Guedes*, designação que manteria pelo menos até 1902<sup>1085</sup>. No ano seguinte, e depois de dissolver a sociedade Guedes & Bezerra, que havia formado com o seu cunhado José Maria da Cruz Guedes, Álvaro continuará o negócio alimentar, debaixo do nome *Confeitaria Bezerra*.

O dinamismo comercial deste homem é mesmo referido pelos jornais da época que já no Natal de 1908 escreviam a propósito:

*(...) O Álvaro Bezerra é levado da Breca. Fez um fornecimento grande e fenomenal para as festas de Natal. Ele é uva, ele é ameixa, passas, pêssegos, figos, queijo, garrafinhas de licores finos latas de conserva de Espinho, pão-de-ló amarelo, açúcar, rebuçados*<sup>1086</sup>.

A *Confeitaria Bezerra* continuará ao longo de todo o século XX a ser uma referência comercial no ramo alimentar servindo gerações de clientes, inclusive a família Alves. Nos anos 60, a Casa da Ribeira ia buscar ao *Bezerra* algum azeite, óleo, aos quais se acresciam outras miudezas alimentícias, como sardinhas e atum<sup>1087</sup>, mas também a doçaria para épocas especiais. Tal como a firma *Lopes & C<sup>a</sup>*, a *Confeitaria Bezerra* era também um dos grandes anunciantes dos periódicos famalicenses com publicidade do tipo:

---

<sup>1084</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "As primeiras décadas do Município", in Pereira, José Agostinho e Silva, António Joaquim Pinto da e (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2015, pp. 96-99.

<sup>1085</sup> Leia-se o jornal *O Regenerador*, 10 de março de 1900, p. 3 ; Jornal *Estrela Minho*, 1 de abril de 1900, p. 3.

<sup>1086</sup> Consulte-se o jornal *O Regenerador*, 5 de dezembro de 1908, p. 2.

<sup>1087</sup> APTA, Agenda de 30 de outubro de 1961, não paginada.



*Confeitaria Bezerra*

*De Álvaro Bezerra & C<sup>a</sup>*

*Fabrico Especial em Pão-de-ló, Doces e Biscoitos*

*Único depositário da Companhia de Vinhos do Alto Douro*

*Famalicão*

*Telefone-10<sup>1088</sup>.*

Esta publicidade que atravessou décadas na imprensa local, anunciou as novidades alimentares e ao mesmo tempo mostrou e confirmou o dinamismo comercial do seu proprietário. Um empreendedorismo que não se limitou à esfera alimentar, uma vez que Álvaro Bezerra foi também um comerciante ligado à indústria do espetáculo, investindo num terreno confinante à sua confeitaria, na construção do *Salão Olímpia*, onde funcionou o animatógrafo famalicense antes do *Cine-Teatro Augusto Correia*.

Ainda sobre a alimentação da família não podíamos também deixar de referir a importância que assumia a carne de caça, mesmo nos anos 60, e dando continuidade a uma prática desportiva que sempre foi acarinhada pelos seus membros. Se certamente na Idade Moderna a caça não tinha o pendor aficionado e desportivo que assume na família desde meados do século XX, como comprovam as inúmeras fotos do arquivo de família, não devemos deixar de apontar a carne de caça como um importante alimento consumido pelos Alves. Coelhos selvagens, codornizes, lebres, eram frequentemente confecionados pela cozinheira Angelina para deleite dos convivas das caçadas. Quer os membros da casa, quer os amigos organizam caçadas pelas redondezas. Porém, este tema será abordado em espaço próprio.

### **3. A Casa de Compostela e os Torres Carneiro**

Ainda que a casa situada no lugar da Ribeira, em Requião, seja a habitação dos Alves, não podíamos deixar de fazer referência a outras casas, que de uma forma ou de outra, gravitaram à volta da família em estudo e às quais estiveram ligados os seus membros.

Começemos pela Casa de Compostela localizada no lugar do mesmo nome, na freguesia de Requião. Esta casa construída nos primeiros anos de Novecentos, junto à estrada real de Guimarães, era propriedade de Alfredo Torres Carneiro, um *brasileiro* regressado definitivamente, em 1897. Foi no Rio

---

<sup>1088</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 19 de outubro de 1935, p. 5.

de Janeiro que esteve vinte e sete anos, desde que havia saído de Requião, ainda pequeno, pela mão do pai, Joaquim Alves Torres Carneiro, também ele um antigo comerciante de secos e molhados da praça carioca. Aí estivera, ligado ao comércio, alguns anos, antes de se tornar um dos maiores proprietários rurais da freguesia e um dos quarenta e um maiores contribuintes do concelho famalicense, referenciado nos cadernos eleitorais desde a década de sessenta do século XIX.

Ainda que oriundo de Santa Maria da Lama, no concelho de Santo Tirso, foi em Requião que Joaquim Torres Carneiro se estabeleceu, mais precisamente aquando do casamento, em 1853, com Ana Camila de Sá Correia, uma jovem de vinte anos, natural da freguesia<sup>1089</sup>. No decurso do matrimónio, que termina com a morte de Ana Camila, em 1880, aos cinquenta e três anos<sup>1090</sup>, deixando ainda três filhos menores<sup>1091</sup>, o casal viveu no lugar de Compostela onde nasceu a sua numerosa prole, cinco rapazes e seis raparigas.

Alfredo<sup>1092</sup>, o segundo filho varão do casal, nasceu a 31 de maio de 1860, depois de Alexandre<sup>1093</sup>, a 31 de dezembro de 1855<sup>1094</sup>, e das irmãs Amélia<sup>1095</sup> e Leopoldina<sup>1096</sup>, a 5 de agosto de 1854, e 12 de julho de 1858, respetivamente. Imediatamente a seguir a Alfredo, nasceu Virgílio<sup>1097</sup> a 22 de junho de 1862. À semelhança do que tinha acontecido com o pai, tanto Alexandre, como Alfredo e Virgílio estiveram no Rio de Janeiro estabelecidos no comércio, primeiro como caixeiros e depois como sócios de importantes casas comerciais, durante quase três décadas.

Depois de Alexandre ter emigrado em 1869 foi a vez de Alfredo Alves Torres Carneiro, em 1871, deixar a casa paterna<sup>1098</sup>. Alfredo partiu para o Brasil no ano forte da emigração legal no concelho famalicense para este país<sup>1099</sup>. Com apenas onze anos, este rapaz seguiu a tendência geral da saída para estas paragens, que nos mostra jovens, quase crianças, a deixarem precocemente da casa paterna para tentarem a sorte. Esperavam abraçar a todo o custo uma vida profissional que começava bem cedo no outro lado do Atlântico, onde geralmente um familiar os esperava.

---

<sup>1089</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão, *Livro de Casamentos*, 1842-1893, fl. 17.

<sup>1090</sup> Ana Camila morre a 13 de julho de 1880.

<sup>1091</sup> Manuel, futuro monsenhor Manuel Torres Carneiro, tinha nove anos, Carolina, seis e Idalina apenas quatro anos quando a mãe faleceu.

<sup>1092</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fl. 14.

<sup>1093</sup> APR, *Livro de Batismos, 1843-1858*, fls. 84v.-85.

<sup>1094</sup> APR, *Livro de Batismos, 1843-1858*, fls. 84v.-85.

<sup>1095</sup> APR, *Livro de Batismos, 1843-1858*, fl. 79.

<sup>1096</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fl. 1.

<sup>1097</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fl. 30v.

<sup>1098</sup> ADB, Fundo do Governo Civil de Braga, *Livro de Passaportes, 1868-1871*, fls. 248-248v.

<sup>1099</sup> Lages, José Manuel, "Os Emigrantes de V.N. Famalicão. O seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo", in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os brasileiros da emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, p. 54.

Neste caso concreto foi o seu tio e padrinho António Alves Torres Carneiro, proprietário de um armazém de secos e molhados no número cento e trinta e dois da rua do Rosário, no Rio de Janeiro. Seria, muito provavelmente, este tio paterno o responsável por o acolher e orientar nos negócios. Aliás, foi António Alves Torres Carneiro, enquanto membro da direção na Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, instituição fundada para dar assistência aos emigrantes recém-chegados, que encaminhou o pequeno Alfredo para tratamento no hospital mal este chegou à cidade, nos primeiros dias de maio de 1871<sup>1100</sup>. Certamente a debilidade física dos seus onze anos associados a uma viagem longa e desgastante em alto mar, teriam sido motivo suficiente para o seu internamento no hospital da Sociedade<sup>1101</sup>.

Ao contrário do tio, e do pai, não foi no comércio de secos e molhados que Alfredo fez fortuna. Quer ele, quer os irmãos Alexandre e Virgílio tiveram a sua atividade ligada ao negócio do ouro e das joias. Primeiro, enquanto caixeiro de um antigo ourives da praça carioca Francisco Inácio de Oliveira Aguiar, estabelecido na rua dos Ourives número cento e dois<sup>1102</sup>, e fundando depois, com os dois irmãos, por volta de finais dos anos 80 de Oitocentos, a firma *Torres Carneiro & Irmãos*. Uma conceituada joalheria da rua dos Ourives que ainda nos anos 30 do século XX trazia o nome dos fundadores<sup>1103</sup>.

Um negócio que pertencendo a um nicho de mercado e ao alcance de apenas algumas elites, explica o perfil e a imagem de Alfredo, que fomos conhecendo não só pelas fotografias do arquivo familiar dos Alves, como pelas informações que fomos reunindo a seu respeito. Alfredo era um homem culto, que viajava com frequência, elegante e bem vestido, que apreciava o conforto e o requinte, visível no palacete que construiu para si em Requião, no lugar onde havia nascido, Compostela.

Este perfil não se enquadra no estereótipo do *brasileiro* que a literatura da época vulgarizou, e que alguns escritores nas suas narrativas fizeram questão de ridicularizar. Como foi o caso de Eça de Queiroz, Júlio Dinis e, muito particularmente, Camilo Castelo Branco<sup>1104</sup>. Este, sobretudo, caricaturou até à exaustão a figura do *brasileiro* com descrições muito pouco abonatórias de rudeza, de pacovice, de pouca ilustração e labreguice. Algo que poder-se-á explicar pela sua própria história, uma vez que nunca se conseguiu libertar do fantasma que o perseguiu até à morte, da figura do *brasileiro* Manuel Pinheiro Alves, marido legítimo da sua amante, Ana Plácido, com quem casará<sup>1105</sup>.

---

<sup>1100</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de maio de 1871, p. 3.

<sup>1101</sup> *Jornal do Commercio*, 4 de agosto de 1871, p. 4.

<sup>1102</sup> Jornal *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1881, p. 2.

<sup>1103</sup> *Jornal do Commercio*, 24 de junho de 1930, p. 7.

<sup>1104</sup> Coelho, José Abílio, "Saraus, visitas, merendas, passeios e viagens...", p. 360.

<sup>1105</sup> Sobre este assunto leia-se Tutikian, Jane, "A identidade pelo avesso", in *Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*, Vol. 2, n° 2, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009, pp. 136-140.

Não seria de modo algum o caso do *brasileiro* Alfredo, cuja vida no retorno se pautou pela discrição e elegância, visível na forma cuidada de viver, onde as viagens de longo curso e a países distantes eram frequentes. Disso dão conta os jornais famalicenses da época com notícias, ainda que breves, sobre as suas viagens de recreio, ou em negócios, para o a Argentina ou Brasil<sup>1106</sup>. Quando não há vida pública, como foi o caso de Alfredo Torres Carneiro ou dos irmãos, Alexandre e Virgílio, e não temos acesso ao arquivo de família, torna-se muito difícil conhecer o percurso destes *brasileiros* do retorno. As indicações ou as notícias são sempre pontuais e redutoras, e só nos permitem conhecer uma dimensão muito reduzida e, por isso mesmo, incompleta das suas vidas.

Fotografia 15 - Alfredo Alves Torres Carneiro. 1928



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Alfredo regressou a Requião, no ano seguinte à morte de seu pai, Joaquim Alves Torres Carneiro que faleceu em 1896, aos setenta e seis anos<sup>1107</sup>. Ao contrário do irmão Alexandre, que sabemos ter-se instalado na cidade do Porto, numa casa da avenida da Boavista, onde vivia com a mulher e filhas, Alfredo permaneceu solteiro e escolheu o lugar de Compostela, nos terrenos de herança paterna, para edificar o seu elegante *chalet*. Desconhecemos a data de conclusão da obra, mas muito provavelmente situar-se-ia logo nos inícios do século XX. Uma vez que em 1909, talvez já construído o palacete, pediu licença à câmara famalicense para construir uma parede à face do caminho que ia de sua casa até à igreja de Requião, vedando desta forma, e no bosque que a cercava, a sua vasta propriedade onde o *chalet* estava inserido<sup>1108</sup>.

<sup>1106</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 17 de Julho de 1910, p. 1.

<sup>1107</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fls. 179v.-180.

<sup>1108</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fls. 65-65v.

A vedação das casas, que geralmente consistia num gradeamento apoiado num muro baixo e um portão de entrada em ferro trabalhado, era uma prática muito comum nas casas dos *brasileiros*<sup>1109</sup>. Se, por um lado, isolava o proprietário do contacto com o público, ao mesmo tempo produzia um efeito de exibição e até um deslumbramento que conscientemente queria provocar junto da comunidade. Como diz Paula Peixoto Torres um misto de aproximação e repulsa duma burguesia que queria afastar-se da comunidade local mas, e paralelamente, ostentava esse seu elevado estatuto social junto dessa mesma comunidade<sup>1110</sup>.

O objetivo era integrar o palacete na paisagem, enquadrando-o num grande jardim que funcionaria como zona de recreio da casa. O jardim que tipifica o gosto romântico da época: o lago com a respetiva fonte, a gruta, a vegetação luxuriante, as roseiras, as glicínias, os buxos, os bancos e os caramanchões. Transfere-se para o domínio privado, expressões de um exotismo naturalista, que já desde o século XIX se encontravam em muitos passeios públicos das cidades mais importantes.

As questões da habitação, bem como a precariedade de muitas delas, nomeadamente a importância das áreas verdes, eram assuntos que vinham sendo discutidos, inclusive no parlamento, desde finais do século XIX, e que levaram à publicação de muitas obras de referência. Era o caso do manual intitulado *Hygiene da habitação* com recomendações específicas, que só uma franja muito reduzida da sociedade do Portugal de então podia acatar<sup>1111</sup>. Entendidos como um sinal de modernidade para a qual se investia, as áreas verdes e os ajardinamentos eram recomendados nas habitações, desde que se tivesse fortuna para tal. Aconselhava-se a feitura de jardins nas habitações que tivessem espaço, não só pelos efeitos benéficos das plantas, mas também porque a própria jardinagem era tida como uma *distração magnífica* e um saudável exercício físico<sup>1112</sup>.

O jardim público e o privado, reservados a quem tivesse condições para tal, passou a ter um carácter lúdico, entendido como espaço de lazer e sociabilidades, que poderiam ser enriquecidos com equipamentos para a prática de diferentes jogos e desportos.

No caso da Casa de Compostela, o *court* de ténis também surgirá, mais tarde, na primavera de 1932 nas matas do palacete, mandado construir pelo sobrinho, e herdeiro de Alfredo, Virgílio Torres

---

<sup>1109</sup> Neto, Alda, "As "Casas de Brasileiros" - dois exemplos no Vale do Sousa", in Sousa, Fernando, et al (coord.), *Um passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2011, pp. 589-610.

<sup>1110</sup> Peixoto, Paula Torres, "A casa do "brasileiro"", in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os brasileiros da emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, pp. 118-123.

<sup>1111</sup> Cascão, Rui, "Modos de habitar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 24-27.

<sup>1112</sup> Cascão, Rui, "Modos de habitar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, p. 25.

Carneiro Alves de Araújo, um aficionado da modalidade, ainda tão elitista e apenas acessível a uma minoria endinheirada<sup>1113</sup>.

Com a morte de Alfredo Torres Carneiro em 1931, a sua fortuna e a sua casa foram herdadas pelo sobrinho Virgílio, uma vez que Alfredo nunca casou nem tinha descendentes diretos. Virgílio era o único filho da sua irmã Carolina, que vivia desde o casamento com Francisco Alves Correia de Araújo, em 1902, na casa de Compostela. O casal, e por razões que desconhecemos totalmente, sempre viveu em Compostela na casa de Alfredo.

São estas as razões, por um lado de amizade, inicialmente tendo por protagonistas o pai de Alfredo, Joaquim Alves Torres Carneiro e João Alves Correia de Araújo, e que se prolongou nos descendentes de cada um, e por outro, razões familiares que explicam a ligação dos Alves à Casa de Compostela, e que ficaram registadas para sempre nas fotografias existentes no arquivo de família. Fotografias onde os vários elementos da família aparecem retratados na casa e nos jardins de Compostela.

Fotografia 16 - A Casa de Compostela. 1913



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Esta vivência durou até cerca dos finais dos anos 40, terminando primeiro com a morte de Francisco Alves Correia de Araújo em 1944, seguida da de Carolina Torres Carneiro, três anos depois. A sentença final foi dada com a venda da casa nos anos 50. Virgílio Alves de Araújo, entretanto casado e a viver no Brasil, vendeu a Casa de Compostela ao industrial têxtil, natural de Ronfe, Manuel Gonçalves.

---

<sup>1113</sup> *O Jornal*, 4 de maio 1932, p. 4.

Este homem em ascensão económica e social no concelho, e que ultrapassou a dimensão concelhia, para se tornar a nível nacional um dos maiores industriais têxteis e uma referência no mercado empresarial do país, escolheu o palacete e a mata envolvente de Compostela para sua morada familiar<sup>1114</sup>. Nos anos 60, a casa, já propriedade de Manuel Gonçalves, foi alvo de uma grande transformação pelas mãos do arquiteto Januário Godinho

Fotografia 17 - Os jardins da Casa de Compostela. 1923



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

#### 4. A Casa do Forno de Francisco do Carmo Alves Correia de Araújo

Neste trabalho não podíamos deixar de fazer referência a uma outra casa, localizada no lugar do Forno, na freguesia de Requião, também ela ligada à memória familiar dos Alves. Trata-se de uma moradia bem diferente das demais deste lugar, mandada construir por Francisco (do Carmo) Alves Correia de Araújo, irmão de João Alves Correia de Araújo, volvidos alguns anos do seu regresso definitivo do Brasil.

Depois de mais de duas décadas duma vida de trabalho como comerciante por terras cariocas, e sem ter tido a sorte ou a hipótese de por lá casar e constituir família, tal como aconteceu com um dos seus irmãos que com ele emigraram na adolescência, Francisco retornou à terra que o viu nascer, solteiro como partiu, mas bem mais rico. Não só pela oportunidade de ter conhecido outras paragens e alargado o horizonte, que de outra forma perspetivava-se acanhado e limitado a uma existência rural monótona,

---

<sup>1114</sup> Foi Carlos Alves, primo direito de Virgílio, e avaliador da fazenda pública, que tratou do negócio.

mas também pela pequena fortuna que conseguiu amealhar e trazer para Portugal, permitindo-lhe viver desafogadamente o resto dos seus dias<sup>1115</sup>.

Ainda que não saibamos a data do regresso definitivo a Requião, pensámos, no entanto, que se situaria por finais da década de 80 de Oitocentos, por volta dos seus cinquenta anos, bem de acordo com a idade média, confirmada pelas estatísticas, para o retorno<sup>1116</sup>. Anteriormente a isso, registos pontuais confirmam o *cá e lá* deste *brasileiro* negociante antes de se estabelecer definitivamente na freguesia e construir a casa, onde pretendia morar.

A riqueza modesta que trouxe a que se refere o jornal *O Porvir* aquando da sua morte em 1907<sup>1117</sup>, levou-o a escolher a freguesia onde nasceu e viveu toda a sua infância, tendo declinado, por isso, um viver mais aburguesado, como fez o seu primo José Francisco da Cruz, o futuro barão de Trovisqueira, que aquando do retorno privilegiou a nova vila, do recém-criado concelho famalicense, e não Gavião, freguesia de onde era natural. De facto, como refere Jorge Alves eram geralmente os *brasileiros* mais endinheirados que se dirigiam para as grandes cidades como o Porto ou Lisboa, ou mesmo para as vilas dos respetivos concelhos, encaradas como lugares de maior visibilidade e bem mais adequadas ao seu novo estatuto social e económico<sup>1118</sup>. Pelo contrário, o *brasileiro* Francisco Alves Correia de Araújo não se sentiu atraído pela vila, e muito menos a grande cidade, no regresso definitivo, mas a aldeia de Requião. Aí escolheu o lugar do Forno, cujo topónimo remete para um lugar alto e quente da freguesia, próximo da casa paterna, a Casa da Ribeira, da qual dista umas centenas de metros.

Foi neste lugar, por onde passava o caminho público em direção à estrada real para Guimarães, que deixou a marca arquitetónica do seu retorno, muito provavelmente por volta de 1889, a crer na inscrição da data ainda existente no portão de ferro de acesso à casa.

Construiu uma casa à medida da sua fortuna e do seu viver, não se deixando, todavia, deslumbrar pela construção duma exuberante *Vila*, até porque não a poderia batizar com o nome da companheira, uma vez que permanecia solteiro, como havia emigrado na adolescência. Mas acima de tudo a casa que Francisco Alves Correia de Araújo construiu, simbolizava a afirmação pessoal deste

---

<sup>1115</sup> Segundo o jornal *O Porvir* de 14 de fevereiro de 1907, a fortuna que Francisco havia trazido do Brasil era *modesta mas bastante*, no entanto, *para o custeio da despreziosa maneira de viver que se criou na freguesia em que nasceu e que tanto amava*.

<sup>1116</sup> A propósito da vida destes emigrantes de torna viagem consulte-se Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. Autor, 1994, pp. 317-318.

<sup>1117</sup> Consulte-se o jornal *O Porvir*, 14 de fevereiro de 1907, p. 2.

<sup>1118</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, p. 311.



guarda-livros que trabalhou em importantes firmas comerciais do Rio de Janeiro e a sua nova situação de proprietário rural<sup>1119</sup>.

Foi nessa nova condição de proprietário rural, graças à injeção de capitais vindos do Brasil, aliás, tão comum ao padrão geral dos *brasileiros* regressados, como bem o demonstrou Jorge Alves, que Francisco Alves adquiriu um conjunto de terrenos, nos quais se incluía uma casa de lavoura com coberto, eira e cortes de gado que destinará a caseiros. Depois de uma vida inteira dedicada à atividade comercial, o trabalho agrícola afigurava-se demasiado duro e fisicamente absorvente para o *brasileiro* se entregar a essa carga de trabalhos, preferindo apenas supervisioná-lo. Deixaria esse encargo para os caseiros que contratava e instalava numa outra habitação, a casa dos caseiros, geralmente próxima da sua e que mandava edificar<sup>1120</sup>. No caso concreto Francisco não teve necessidade de tal. A casa Setecentista existente na propriedade irá satisfazer esse requisito. Esta não lhe servia para sua residência, pois não estava dotado do conforto habitacional a que estava habituado. Os anos de vivência no Rio tinham-no acostumado a uma certa urbanidade da qual não parecia disposto a abdicar. Tal como refere Eugénio dos Santos, ao retornar, o *brasileiro* já não era o mesmo juvenzinho que partiu, tinha novas necessidades, novos comportamentos e novos hábitos<sup>1121</sup>. Exigia para si um novo modelo habitacional que a casa rural Setecentista não era capaz de fornecer: dimensão, arejamento, janelas amplas, claridade, separação dos animais, água no interior, latrina, bem como um mobiliário confortável. A casa que construiu para sua habitação, a poucos metros desta, integrava todas estas comodidades.

Com a forma de um cubo, apenas rasgado por janelas e portas, a casa, totalmente caiada, apresentava quatro fachadas muito idênticas. Interiormente dividia-se em dois pisos, ficando toda a parte habitacional no primeiro piso, frequentemente denominado por *piano nobile*, o piso nobre da casa, que dava acesso a uma mansarda no remate da construção, onde existiam dois quartos. Este piso distinguia-se dos restantes pelo pé direito mais alto permitindo, ao mesmo tempo, uma posição de elevação face à rua, que além de proporcionar melhor visibilidade, possibilitava um distanciamento do espaço

---

<sup>1119</sup> Braga, Jorge Salazar, *A Casa do Brasileiro e a paisagem rural do século XIX. Algumas considerações sobre o seu enquadramento social e artístico*, Ponte de Lima, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986, pp. 6-7.

<sup>1120</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, p. 347.

<sup>1121</sup> Santos, Eugénio, "Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 16.

público<sup>1122</sup>. Todavia, ainda que Requião de Oitocentos não fosse movimentado, o espírito que norteou a construção foi o mesmo de outros tantos palacetes de zonas mais urbanas<sup>1123</sup>.

Fotografia 18 - A Casa do Forno. 2017.



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

A fachada dava diretamente para a via pública, neste caso o caminho público, à qual se acedia por um portão de ferro. Nesse portão, e tão ao gosto destes *brasileiros* de *torna viagem*, deixava-se para memória futura as quatro iniciais do nome de Francisco Alves Correia de Araújo, FACA, e a data de 1889, provavelmente a conclusão da obra<sup>1124</sup>. No interior existiam pinturas nas paredes, embora degradadas, assumindo os tons e veios dos mármore e o estuque dos tetos, os rodapés altos, bem como as bandeiras de vidro colorido das portas entalhadas das variadas divisões. Do pouco mobiliário que restou, e sobreviveu à voracidade do tempo, um cadeirão de palhinha serve de testemunho, único, da burguesa forma de viver deste homem, que já não se compadecia com o modo de vida rural onde havia nascido.

---

<sup>1122</sup> Silva, Tiago Antero de Sousa e, *Porto: [Re]Habitar a Cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea*, Coimbra, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra, 2013, p. 51, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1123</sup> Consulte-se Monteiro, Miguel, "Representações Materiais do 'brasileiro' e Construção Simbólica do Retorno", in Marcondes, Neide; Bellotto, Manoel (org.), *Turbulência Cultural em Cenários de Transição. O século XIX Ibero-Americano*, São Paulo, Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005, pp. 165-189; Neto, Alda, "As "casas de brasileiros" - dois exemplos no vale do Sousa", in Sousa, Fernando; Martins, Ismênia; Menezes, Lená Medeiros de; Matos, Maria Izilda; Sarges, Maria de Nazaré; Silva, Susana Serpa (org.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPSE/Fronteira do Caos Editores Lda, 2011, pp. 589-610; Peixoto, Paula Torres, "A casa do "brasileiro"", in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os Brasileiros da Emigração...*, pp. 118-123.

<sup>1124</sup> Nos nossos dias, o portão só ostenta a data, uma vez que o atual proprietário, Álvaro de Oliveira Araújo decidiu não manter as abreviaturas FACA que eram ainda existentes no portão, como nos confidenciou, quando adquiriu a propriedade em finais dos anos 80.

## 5. A casa da quinta do Forno de Armindo Alves Correia de Araújo

A quinta do Forno, com a respetiva casa, é outro dos espaços intimamente ligados à família Alves.

A quinta denominada *casal do Forno*, que chegou à família Alves por compra em 1921, era propriedade de Judite Hortência Areias Basto e seu marido, Augusto Ribeiro Gonçalves Basto, proprietário do conhecido *Bazar Central*, uma importante casa comercial situada na rua dos Clérigos, na cidade do Porto.

Imagem 4 - Anúncio ao Bazar Central no jornal famalicense Estrela do Minho



Fonte: Jornal *Estrela do Minho*, 11 de janeiro 1903, p. 3.

Natural de Requião, onde residia antes do casamento, Judite Areias vivia com o marido no Porto, em Campanhã, numa casa situada na rua de Contumil. No entanto, nunca perdeu as ligações à terra que a viu nascer, visitando frequentemente os seus familiares em Requião, e ajudando, a junta de paróquia nos interesses da freguesia. Em 1901, o casal cedeu à junta uma faixa do seu terreno, na parte situada junto ao adro da igreja e passal, com quem confrontava pelo lado norte. Dada a estreiteza do adro, o qual tinha sido alvo de obras de vedação, terraplanagem e aformoseamento cerca de dois anos antes, em 1899<sup>1125</sup>, Judite e Augusto Basto, enquanto *senhores da Quinta do Forno, atendendo à estreiteza (do adro) que tinha pouca capacidade para não só comportar o povo de uma freguesia tão populosa como esta (de Requião) e também a passagem das procissões que tão pomposas costumam ser*, desejavam proceder à cedência de uma faixa do seu terreno<sup>1126</sup>. Porém, a doação não foi realizada sem condições. O casal exigiu a não plantação de árvores ou vides no terreno fronteiro à propriedade,

<sup>1125</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1887-1910, fl. 59v.

<sup>1126</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião*, 1887-1910, fls. 66-66v.

que na altura já estava dividida por um muro, e que esta vedação no espaço de alguns metros lhes pertencia, não podendo a junta proceder a obras na dita parede sem a sua autorização.

Com a morte inesperada de Judite Areias em agosto de 1904, aos vinte e oito anos, quando *nada o fazia prever*<sup>1127</sup>, a quinta do Forno passou para as mãos do marido, Augusto Ribeiro Gonçalves Basto, declarado seu herdeiro universal, desde o testamento que havia exarado em setembro de 1897<sup>1128</sup>. Embora desconheçamos o motivo que a levaria a redigir tal documento aos vinte anos, já nessa altura era evidente a sua última vontade no que respeita à quinta do Forno. Esta passaria para as mãos do cunhado Álvaro, irmão do seu marido, na altura menor, na eventualidade de falecimento de Augusto, antes dela, ou, no caso de o casal não ter tido filhos à data da sua morte.

Embora o jornal *Estrela do Minho* noticiasse a presença de Augusto Ribeiro Gonçalves Basto na sua quinta de Requião, por mais que uma vez<sup>1129</sup>, depois da morte da mulher Judite Areias, seria natural o desfecho final, que culminaria com a venda em 1921, pois vivendo no Porto onde estava comercialmente estabelecido desde sempre, já nada o ligaria a Requião<sup>1130</sup>.

Infelizmente, desconhecemos as circunstâncias e os motivos que levaram à sua compra por um elemento da família Alves, neste caso por Armindo Alves Correia de Araújo, na altura um jovem de vinte e oito anos, que havia terminado há pouco tempo o curso de Direito em Coimbra.

Em julho de 1919 Armindo Alves, na altura delegado interino do procurador da República na comarca de Vinhais, deslocou-se ao Porto, ao escritório do notário Eduardo Artur Maia Mendes, situado na rua do Almada, para concretizar o negócio da sua vida: a compra da quinta do Forno. Acompanhou-o o pai e o tio Francisco Alves Correia de Araújo, então conservador do registo predial de Famalicão, que serviu de testemunha deste contrato. Além da quinta, foram compradas, pelo preço de oito contos, quatro bouças em Requião, três no lugar de Santa Luzia (a Bouça Nova, a da Coutada e a da Tapada) e a quarta no lugar do Monte, designada por *Bouça de Baceló*. Comprou ainda junto à quinta, no mesmo lugar do Forno, os campos de lavradio denominados do *Cardoso* e do *Pinheirinho*. Finalmente, e fazendo ainda parte do lote de sete terrenos, uma leira de mato na freguesia vizinha de S. Cosme do Vale<sup>1131</sup>.

Além do terreno agrícola propriamente dito, a quinta do Forno possuía apenas uma *morada de casas torres e térreas*, o que nos remete de imediato para uma casa rural, sem os confortos necessários

---

<sup>1127</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 14 de agosto de 1904, p. 2.

<sup>1128</sup> <http://gjisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/19223/>. Consultado em 27 de setembro de 2017.

<sup>1129</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 15 de outubro de 1916, p. 3; Jornal *Estrela do Minho*, 17 de junho de 1917, p. 1.

<sup>1130</sup> Até mesmo os restos mortais de Judite Areias estavam sepultados no Porto, no jazigo da família Basto, como havia sido vontade dela.

<sup>1131</sup> APTA, *Contrato de venda que fazem Augusto Ribeiro Gonçalves Basto e seu filho, ao dr. Armindo Alves Corrêa d'Araújo em 19 de Julho de 1921*, não paginado.

para a vivência de um jovem advogado, embora solteiro. Talvez por isso Armindo, e ao contrário de hoje em que as remodelações arquitetónicas são uma prática muito usada mesmo pelos escalões mais elevados social e economicamente, nunca tenha optado por tornar a casa rural existente na sua casa de habitação. Continuará a viver na casa dos pais, a Casa da Ribeira, onde anos depois, continuando solteiro, construiu uma ala habitacional só para si.

A casa principal, Setecentista, foi destinada para habitação de um caseiro que contratou para lhe tratar dos campos, e do qual recebia uma renda em géneros. Esta casa era composta por uma cozinha térrea e um outro bloco adossado, sobradado, onde estavam os quatro compartimentos habitacionais, ainda intactos nos finais dos anos 70, de divisórias em tabique. A feição rural da propriedade estava bem presente. Não só no andar inferior do bloco sobradado, onde havia um lagar das uvas, mas também no *eirado*, *quinteiro*, *eira de terra*, *coberto*, que complementam a descrição do prédio existente no contrato<sup>1132</sup>.

Fotografia 19 - A quinta do Forno. 1943



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

### 5.1. A quinta do Forno: A adega e o vinho produzido por Carlos Alves

Mais do que um investimento fundiário a compra da quinta do Forno permitiu a Armindo Alves explorar a sua vertente de empresário agrícola, que aliava à sua profissão quer enquanto delegado do procurador da República, quer mais tarde, e a partir de 1934, como conservador do registo predial famalicense.

Filho e neto de proprietários rurais, a agricultura corria-lhe nas veias e, talvez por isso, resolvesse investir na modernização vinícola da sua quinta, facto visível na vinha nova que manda plantar e na

<sup>1132</sup> APTA, *Contrato de venda que fazem Augusto Ribeiro Gonçalves Basto e seu filho...*, não paginado.

construção, em 1941, de uma grande adega equipada com o que de mais moderno havia na altura para o fabrico e armazenamento do vinho. Balseiros, toneis, pipas, cubas, cântaros de alumínio, prensa, até mesmo uma máquina para a trasfega do vinho e outra de engarrafar existiam nesta adega, mostrando-nos como Armindo Alves investiu seriamente na produção de vinho na sua quinta, que era sobretudo conhecida, pela qualidade do seu vinho verde branco.

Nas primeiras décadas do século XX, e à semelhança do que acontecia na grande parte das explorações agrícolas desta zona do Entre-Douro-e-Minho, a vinha era ainda relegada para as bordaduras dos campos, manifestando-se através das uveiras ou do *enforcado*, mas também encontrava-se dispersa nas chamadas ramadas que cobriam os caminhos<sup>1133</sup>. O rodear dos campos por uveiras, mas também por castanheiros e oliveiras, era uma prática muito antiga e segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida já existia no século XIII<sup>1134</sup>. Quase sete séculos depois continuava a ser utilizada. Era o caso da quinta do Forno, como se comprova pelas fotografias existentes no arquivo familiar, ainda na década de 70.

O vinho produzido por estas uveiras era geralmente para consumo familiar e não exigia grandes cuidados. Era um vinho muito ácido e de conservação difícil, que não se coadunava com as exigências de qualidade que se impunham no século XX aos vinhos. Uma situação, aliás, já sentida no século XVII, pelos religiosos da abadia de Tibães que além de exigirem aos foreiros das suas terras poucas rendas em vinho, destinavam-no apenas para o autoconsumo de serviçais, assalariados e jornaleiros da abadia, reservando para eles próprios a utilização e a preferência por vinhos maduros, que compravam fora<sup>1135</sup>.

Também em finais do século XIX Alberto Sampaio no seu estudo sobre a viticultura no Minho dá conta da qualidade inferior do vinho produzido na região, e cujo consumo adverte então, que nunca poderia ir além da localidade produtora, nem entrar no circuito de mercado global<sup>1136</sup>.

Mas terá sido fundamentalmente graças às doenças que atingiram grande parte dos vinhedos na segunda metade do século XIX, como a filoxera e o oídio, que a situação vinícola se alterou, com um intensificar e um aperfeiçoar de novas práticas<sup>1137</sup>. Foi o caso das podas, dos enxertos, dos inseticidas e das adubações que vão permitir um melhoramento da qualidade dos vinhos, mas também, graças às

---

<sup>1133</sup> Sobre os vinhos desta região leia-se Marques, Helder, "Região demarcada dos vinhos verdes", in *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I série, vol. III, Porto, FLUP, 1987, pp. 135-242.

<sup>1134</sup> Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *A arquitetura do românico do Entre-Douro-e-Minho*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto, 1978, p. 117, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>1135</sup> Oliveira, Aurélio, *A abadia de Tibães e o seu domínio, (1680-1813). Estudo Social e Económico*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1974, p. 275, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>1136</sup> Leia-se Sampaio, Alberto, *O presente e o futuro da viticultura no Minho*, Guimarães, Edição Sociedade Martins Sarmento, 1991.

<sup>1137</sup> Sobre a filoxera e sua ação provocada nas vinhas leia-se Martins, Conceição Andrade, "A filoxera na viticultura nacional", in *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, pp. 653-688.

novas plantações de cepas e castas, mais resistentes à filoxera, que começam a ser feitas em linha e a uma maior distância entre os bacelos<sup>1138</sup>.

Gradualmente, e porque a produção de vinho de qualidade se tornava difícil e dispendiosa, ao contrário da vinha do enforcado, que naturalmente crescia sem trabalhos de maior, os lavradores iam assimilando as novas práticas. E não tanto, como diz Conceição Andrade Martins, por as populações rurais serem naturalmente avessas e relutantes à mudança, mas porque eram caras<sup>1139</sup>. Significavam investimentos que grande parte dos lavradores não tinham capacidade económica para o fazer, e a mudança almejada era sempre lenta, continuando, muitas vezes, a produzir e a beber uma *zurrapa de bárbaros*<sup>1140</sup>.

Desperto para esta realidade, e para a necessidade de assegurar a genuinidade e a qualidade da vinha e do vinho, Armindo Alves investiu seriamente na vitivinicultura. Este investimento significava, e implicava, mudanças na forma de constituição das vinhas e no processo de fabrico do vinho, que deixam para trás métodos mais arcaicos. Deixou, no entanto, a orientação técnica e a gestão de todo o processo vinico nas mãos do seu irmão Carlos Alves, regente agrícola, que desde novo tinha assumido as responsabilidades na condução dos negócios agrícolas da família.

Inserido na região demarcada dos vinhos verde, e bem distinto dos vinhos das outras regiões, igualmente demarcadas e com características próprias, o vinho produzido pelos Alves no século XX, era feito por Carlos Alves, desde os anos 40, na adega da quinta do Forno. Quer no que respeitava à cultura da vinha, quer no fabrico do néctar, Carlos Alves estava atento às novas práticas da viticultura nacional, quer enquanto vogal da Comissão de Viticultura dos Vinhos Verdes, desde os anos 30, quer pelo conhecimento que lhe havia sido transmitido por uma família, há muitas gerações ligada à arte de fazer o vinho. Todo o processo vinícola, desde a escolha das castas, passando pela plantação dos bacelos até à comercialização, essencialmente para o mercado de retalho famalicense ou diretamente ao consumidor final, composto por um grande leque de amigos e conhecidos, era da responsabilidade de Carlos.

Através do arquivo de família, e graças a um cartão de identidade, sabemos que Carlos fazia parte do serviço de fiscalização da região demarcada dos vinhos verdes. Era um fiscal concelhio com

---

<sup>1138</sup> Martins, Conceição Andrade, "A "era de progresso" da viticultura nacional", in Cabral, Manuel Villaverde; Wall, Karine; Aboim, Sofia; Silva, Filipe Carreira (org.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, ICS, 2008, pp. 69-72.

<sup>1139</sup> Martins, Conceição Andrade, "A "era de progresso" da viticultura nacional...", p. 78.

<sup>1140</sup> Designação dada por Antero Quental ao vinho produzido pelos lavradores em finais do século XIX numa carta que este enviou a Alberto Sampaio. Sampaio, Alberto, "O presente e o futuro da viticultura no Minho...", p. 5.

responsabilidades no cumprimento das orientações do Estado Novo no que dizia respeito à vinha, uma vez que o cartão era emanado pelo Ministério da Agricultura.

Imagem 5 - Cartão de fiscalização da região dos vinhos verdes de Carlos Alves de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Era este ministério que, nos anos 30, tinha as competências relacionadas com a vitivinicultura relativas à vinha, enquanto as respeitantes ao vinho eram da responsabilidade do Ministério do Comércio e Indústria. No primeiro caso, era tudo aquilo que dizia respeito ao plantio da vinha, viveiros, controlo das castas, assistência técnica e sanitária aos viticultores, fiscalização, etc, e no segundo, as competências eram relativas ao vinho propriamente dito, à assistência técnica ao fabrico, à fiscalização e circulação e ao controlo dos circuitos de distribuição<sup>1141</sup>.

Se nos anos anteriores à década de 30 do século XX, o estado não exercia uma ação intervencionista sobre o sector vitivinícola, a partir de então, o dirigismo económico do Estado Novo irá também fazer-se sentir no sector da vinha e do vinho, um dos esteios fundamentais que o novo regime ambicionava preservar, em paralelo com o dos cereais<sup>1142</sup>. Para isso, contava com o apoio de uma rede de organismos nas diferentes regiões vinícolas, e toda uma plêiade de representantes locais, no terreno,

<sup>1141</sup> Freire, Dulce, *Produzir e Beber: A questão do vinho no Estado Novo*, Lisboa, Âncora editores, 2010, p. 30.

<sup>1142</sup> Silva, Ivo Manuel Canário Lopes da, *O Impacto Económico da II Guerra Mundial no Sector Vitivinícola Português - O caso dos Vinhos Comuns*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 8-12, Dissertação de Mestrado policopiada.



como era o caso dos vogais concelhios, que em contacto direto com os lavradores intervinham, *podendo com o seu bom conselho, orientá-los nas diretrizes que forem convenientes aos seus interesses*<sup>143</sup>. Uma orientação reguladora para a qualidade dos vinhos, que ia desde a produção até à comercialização, e que passava por todos os tipos de vinho desde os comuns, correntes ou de pasto, até aos vinhos generosos e licorosos, os chamados vinhos finos.

No caso dos vinhos comuns, o Estado travou uma dura batalha contra o *vinho americano*, ou *amaricano*, como popularmente era conhecido pelas gentes do Entre-Douro-e-Minho. A bebida de cor violeta rosada, com um intenso aroma frutado, era muito apreciada pelas populações rurais, nomeadamente em Requião, onde havia muita gente a fazê-la e a bebê-la, agradando sobretudo pela sua frescura. Tratava-se de um vinho híbrido, conseguido a partir de videiras vindas dos Estados Unidos da América, que muito embora tenha sido, no passado, a solução para o neutralizar da filoxera que dizimou grande parte das vinhas europeias, não era bem visto pelas elites pensantes e decisoras, e consequentemente, pelo Estado. Argumentava-se que, e face à sua grande quantidade produtiva, à qual estava associada o baixo preço, lesava o sector vinícola, pois concorria diretamente com as castas nacionais, e em última instância com os interesses socioeconómicos da nação<sup>144</sup>. De facto, ao exigir pouca mão-de-obra na vinha e poucos produtos químicos na sua feitura, não impunha grandes despesas ao viticultor, ao mesmo tempo que tinha a contrapartida de ser rapidamente vendido, pois não necessitava do mesmo tempo de fermentação das castas europeias, nomeadamente do vinho verde.

Assim se entende o predomínio do *americano* nas explorações agrícolas, sobretudo nas pequenas explorações agrícolas do Minho, onde ainda atualmente existem elevados índices de cepas em produção<sup>145</sup>. O concelho de Vila Nova de Famalicão, juntamente com os de Barcelos e Guimarães, a avaliar pelo cadastro da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, é dos que mais vinho produz a partir dos designados *híbridos produtores diretos*<sup>146</sup>.

Face a este panorama, entre avanços e recuos no que diz respeito à produção e comercialização deste vinho, as campanhas de erradicação de cepas conduzidas pelo Estado Novo, saldaram-se pelo pouco sucesso, e contaram com uma grande oposição por parte das gentes da região. Basta ver alguns exemplos dessa resistência no concelho de Santo Tirso, entre outros, onde a população se juntou a

---

<sup>143</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 13 de outubro de 1935, p. 2.

<sup>144</sup> Freire, Dulce, "As vinhas da ira. Interesses locais e poder central durante o Estado Novo (anos 30 e 40)", in Godinho, Paula; Bastos, Susana Pereira; Fonseca, Inês (coord.), *Jorge Crespo. Estudos em Homenagem*, Loulé, 100 Luz, 2009, pp. 485-487.

<sup>145</sup> Marques, Helder, "Região demarcada dos vinhos verdes...", pp. 187-189.

<sup>146</sup> Marques, Helder, "Região demarcada dos vinhos verdes...", pp. 187.

rebate dos sinos contra as intenções dos fiscais que ali estavam para fazer cumprir as novas determinações legislativas do Estado<sup>1147</sup>.

Mais ou menos tolerado pelo poder, com mais ou menos aceitação pelas elites, o vinho americano continuou a ser produzido e consumido, e continuou a cobrir as ramadas junto das habitações, por cima dos tanques de rega, e nos arruamentos de hortas e quintais, e sobretudo, a ser bebido pelas gentes do Minho, nem que fosse para o autoconsumo da casa agrícola. Disto nos apercebemos pelas agendas de Carlos Alves, onde há referências claras a este vinho: *jornaleiros a vindimar o americano*, a 6 de outubro de 1962<sup>1148</sup>.

Foi ainda com base nas agendas que tivemos informações sobre a prática vinícola dos Alves nos anos 60 do século XX. A *vinha moderna* de cariz comercial exigia equipamentos e mão-de-obra, capaz de responder às exigências específicas de cada tarefa que se executava ao longo do ano agrícola. Se a vindima, que decorria normalmente durante todo o mês de setembro, eventualmente até outubro, caso começasse em meados de setembro, não exigia trabalhadores especializados para a colheita da uva, o mesmo não se passava com a enxertia ou a poda. Ou mesmo as cavas anuais que exigiam esforço físico braçal, e por isso mesmo nem sempre realizado por qualquer tipo de trabalhador<sup>1149</sup>. A vindima geralmente, fazia-se por etapas, identificando-se a proveniência, de modo a contabilizar, ainda que grosso modo, a produção de cada lugar da exploração agrícola gerida por Carlos Alves.

*Foi hoje a vindima na Bandeirinha. Deu 18 cestos. 16 de setembro de 1961*<sup>1150</sup>.

*Vindima em S. Paio. 32 cestos. 3 de outubro de 1963*<sup>1151</sup>.

Depois de colhidas as uvas eram levadas em carros de bois para o lagar de pedra existente na casa do caseiro do Forno para serem *pisadas a pés* durante a noite. Além dos jornaleiros habituais existentes na Casa da Ribeira, e que faziam os trabalhos regulares de uma casa agrícola, havia outros assalariados que eram contratados para estas tarefas cíclicas, que exigiam um maior número de pessoas. Constatamos pelas agendas que eram, uma média de sete jornaleiros, entre homens e mulheres, a vindimar diariamente durante cerca de um mês. A vindima não se limitava à quinta do Forno

---

<sup>1147</sup> Freire, Dulce, "As vinhas da ira...", pp. 483-485.

<sup>1148</sup> APTA, Agenda de 1962, 6 de outubro, não paginada.

<sup>1149</sup> A vitivinicultura do século XX tinha exigências muito específicas que se demarcavam claramente da época moderna. Veja-se Freire, Dulce, "Vitivinicultura", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III..., pp. 1138-1142.

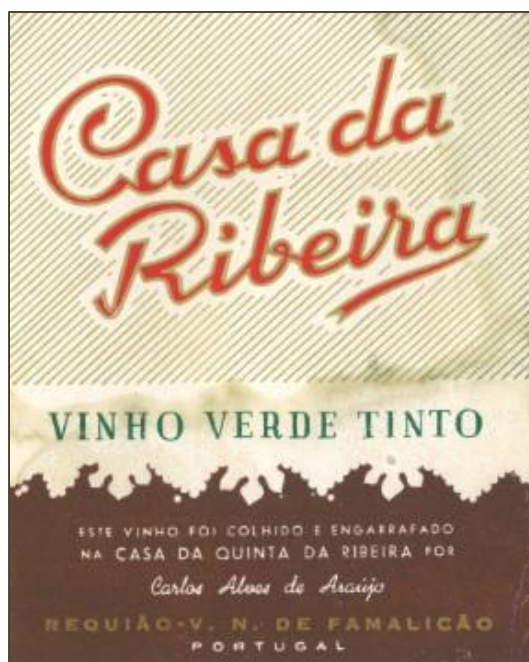
<sup>1150</sup> APTA, Agenda de 1961, 16 de setembro, não paginada.

<sup>1151</sup> APTA, Agenda de 1963, 3 de outubro, não paginada.

ou à Casa da Ribeira, havia ainda outros terrenos fora destas propriedades onde se fazia a vindima dos Alves.

O processo de fabrico do vinho decorria todo na adega do Forno, debaixo das orientações de Carlos, que dirigia o processo de fermentação e feitura do mesmo, seguindo procedimentos técnicos e com equipamentos específicos que eram determinantes para a qualidade do vinho produzido, destinado essencialmente ao mercado. Só a aguardente era feita na Casa da Ribeira, num alambique próprio e construído para o efeito.

Imagem 6 - Rótulo do vinho produzido por Carlos Alves nos anos 60



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Além do vinho americano, Carlos Alves produzia vinho verde branco e tinto. O vinho tinto era sobretudo feito a partir de três castas: espadeiro, padeiro e vinhão. Mas era o vinho espadeiro, ou espadal como era conhecido em Requião, um vinho de cor rubi, o que ganhava as preferências na comercialização.

Um outro vinho, o vinho palhete, feito de uvas de castas brancas e tintas, também era fabricado e vendido por Carlos Alves ainda nos anos 60, como dão conta as anotações das agendas nos anos de 1961, 1962 e 1963<sup>1152</sup>. Este vinho fez furor nos anos 40, sobretudo nas grandes cidades de Lisboa ou Porto, como é retratado no popular filme *O Pátio das Cantigas*, onde o ator e comediante Vasco Santana, após furar a parede de Evaristo exclama: *não é milagre é palhete!*

<sup>1152</sup> APTA, Agenda de 1961, 4 de setembro, não paginada; Agenda de 1962, 14 de setembro, não paginada; Agenda de 1963, 28 setembro, não paginada.

Embora as agendas mencionem as vendas de vinho e o produto das suas vendas, é-nos, no entanto, e com rigor, impossível determinar a totalidade das receitas tidas com o néctar pela casa agrícola da Ribeira, explorada por Carlos Alves. Apesar disso, podemos afirmar, e apesar de a viticultura ser uma atividade subsidiária da agricultura na Casa da Ribeira, ser bem mais rentável que todos os outros produtos agrícolas.

Fotografia 20 - Armindo Alves à porta da adega da quinta do Forno



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

## 6. A *Iluminadora* de Requião

Ao falar da casa não podíamos deixar de referir os progressos materiais que a ela estão associados, bem como a uma melhoria das condições de vida, e cuja implantação em Requião também tiveram a marca dos Alves.

Os séculos XIX e XX, sobretudo este último, trouxeram consigo melhorias técnicas que se repercutiam na vida do dia-a-dia. A eletricidade foi uma delas. Muitas casas começam a ser servidas pela luz elétrica, um sistema de iluminação artificial que trouxe muitos benefícios para o conforto dos lares, possibilitando mesmo mudanças no quotidiano das pessoas. Graças à eletricidade que se propaga como energia de iluminação, o dia é prolongado e a luz é recuperada ao anoitecer, possibilitando trabalhos e vivências anteriormente impossíveis.

Apanágio das vilas e cidades, e primeiramente introduzida no espaço urbano, a luz elétrica tinha sido inaugurada oficialmente em Famalicão na *Feira Grande* de maio de 1909, perante o regozijo de

todos os que andavam nas ruas e dos próprios feirantes, que efusivamente saudaram tal acontecimento<sup>1153</sup>. As luzes acenderam-se ao som do hino nacional, tocado pela música dos bombeiros, ao mesmo tempo que os foguetes estouravam no ar.

Desde 1901 que a questão da iluminação da vila era discutida pelos jornais locais<sup>1154</sup> de forma a substituir a luz a petróleo, que achavam de nada servir pela sua insuficiência e pelo custo exagerado de manutenção. Entre avanços e recuos, entre a discussão pela opção da iluminação a acetileno ou da iluminação elétrica, o consenso acabou por chegar a favor da eletricidade, com a adjudicação em 1907 à firma industrial *J. Carvalho & Irmão*, domiciliada em Famalicão<sup>1155</sup>. Tratava-se dos proprietários de *A Boa Reguladora*, uma indústria de relógios, carpintaria e moagem a vapor, que desde 1904 havia adquirido *um novo motor com força suficiente para fornecer energia elétrica para a iluminação pública e particular da vila*<sup>1156</sup>.

Ao longo do vale do Ave, e perante a abundância de recursos hídricos, pequenas manufaturas têxteis instalam-se nas margens do rio que o atravessa, e dos seus afluentes. Estas indústrias, complementando a autossuficiência da vida agrícola, tiveram um papel determinante no aproveitamento enérgico desses mesmos recursos<sup>1157</sup>. A utilização da água como força motriz por estas unidades industriais foi o primeiro grande passo para a produção de energia elétrica. Inicialmente, através da roda hidráulica e depois com a turbina hidráulica, um motor mais complexo e dispendioso, que, além de introduzir vantagens no sistema produtivo ao nível do rendimento, possibilitava o aumento da produção. Rapidamente, os empresários da região, de inícios do século XX, se aperceberam das vantagens acrescidas em ter centrais próprias nas suas fábricas, que produzissem eletricidade quer como força motriz, quer para a iluminação das mesmas. De facto, a eletricidade além de possibilitar a autonomização das unidades industriais em relação aos cursos de água, permitia um período de laboração mais alargado, deixando este de estar condicionado pela iluminação da luz solar, ou pelos caudais dos rios<sup>1158</sup>.

Paralelamente ao negócio têxtil, da fiação ou da tecelagem, algumas empresas, como foi o caso da pioneira *Empresa Têxtil Elétrica*, tinham também por objetivo a produção de eletricidade<sup>1159</sup>. A *Empresa*

---

<sup>1153</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "As primeiras décadas do Município...", pp. 75-76.

<sup>1154</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 27 de outubro de 1901, p. 1; 14 de junho de 1903, p. 1; 21 de junho de 1903, p. 1.

<sup>1155</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1906-1908, fls. 65-67v.

<sup>1156</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 10 de abril de 1904, p. 2.

<sup>1157</sup> Leia-se a propósito Alves, Jorge Fernandes, "O Trabalho do Linho", in Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, pp. 292-299. Ferreira, Diana Vanessa, *Paisagem industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia elétrica*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, pp. 29-77, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1158</sup> Ferreira, Diana Vanessa, *Paisagem industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia elétrica...*, p. 69.

<sup>1159</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural. A Cooperativa Elétrica do Vale d' Este", in *População e Sociedade*, n°5, Porto, CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 1999, p. 350.

*Têxtil Elétrica*, situada no lugar de Caniços, freguesia de Bairro, no concelho famalicense fabricava cobertores e cotins grossos. Pertencia ao grupo do industrial Narciso Ferreira e desde a sua criação em 1905, havia sido *idealizada para trabalhar a energia hidroelétrica produzida pela própria fábrica através da acoplagem de um gerador a uma roda hidráulica*<sup>1160</sup>. A sua localização, na junção do rio Ave com o afluente Vizela, permitia-lhe também produzir, a partir de uma pequena central instalada no rio, a eletricidade<sup>1161</sup>. Os seus objetivos estavam bem definidos: *exploração da indústria de fiação e tecelagem de algodão e de eletricidade, e quaisquer outros ramos inerentes*<sup>1162</sup>. Abria-se, desta forma, a porta a outras atividades futuras, e que acabariam por concretizar-se, primeiro com a aquisição da central de Varosa, em Lamego, pertencente à *Companhia Hidroelétrica do Varosa*.

De facto, a aposta do grupo de Narciso Ferreira pelo negócio da eletricidade foi evidente, não só nesta compra, mas nos investimentos feitos na transformação e remodelação desta central, por volta 1918. Se inicialmente esta hidroelétrica era destinada à iluminação da Régua e Lamego, com os investimentos feitos transportará a energia do vale do Ave para o Porto. Uma situação a que não é alheia, o contributo da nova central hidroelétrica, do Chocalho, inaugurada em 1925. Logo depois, foi construída a já referida central de térmica de apoio em Caniços, junto ao rio Ave. Foi graças a este investimento que o então grupo empresarial sob o comando de Narciso Ferreira, conseguiu um aumento de potência energética, o que lhes permitiu operar numa área bastante mais alargada, *alimentando as fábricas de Riba de Ave chega a Guimarães, a Vila Real, a Barcelos e ao Porto*<sup>1163</sup>. E finalmente, a criação da *Hidroelétrica do Ermal*, na zona de Vieira do Minho, já por iniciativa do filho de Narciso Ferreira, Delfim, que persistiu em continuar o negócio da eletricidade, *concebida para um sistema de cinco centrais no rio Ave*<sup>1164</sup>. Nos anos 40, o grupo Delfim Ferreira, proprietário das duas companhias procederá à sua fusão, nascendo assim, em 1943, a CHENOP - *Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal* que, em 1975, foi nacionalizada, ficando sob a alçada da EDP - *Eletricidade de Portugal*.

Com um percurso idêntico, embora em dimensões distintas, a fábrica dos irmãos Carvalho, em Vila Nova de Famalicão, apostou também na produção elétrica e na sua distribuição para a iluminação, pública e privada, à vila. Uma prática que se foi assistindo por todo o vale do Ave, nos concelhos que o integram como Famalicão, Guimarães ou Santo Tirso, onde pequenas centrais, pertencentes às

---

<sup>1160</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, pp. 15-16.

<sup>1161</sup> Alves, Jorge Fernandes, "A Indústria Têxtil do Vale do Ave", in Mendes, José Amado, Fernandes, Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave...*, p. 378.

<sup>1162</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural...", p. 350.

<sup>1163</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural...", p. 350.

<sup>1164</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural...", p. 350.

indústrias locais, forneciam eletricidade para o exterior, ajudando, assim, no processo de iluminação da terra onde estavam situadas<sup>1165</sup>. Foi o caso pioneiro de Riba de Ave, que em 1909 conseguiu tal melhoramento. A eletrificação da freguesia foi conseguida graças à instalação da central hidroelétrica de Amieiro Galego, no rio Ave, bem próximo da firma *Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>*, pertencente a Narciso Ferreira, que queria eletrificar a fábrica, de forma a facilitar o trabalho por turnos<sup>1166</sup>.

No entanto, e apesar da vontade em se dedicar ao negócio energético a *Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>* não conseguiu a concessão do fornecimento elétrico à sede do concelho famalicense, à qual se havia proposto e concorrido ao concurso aberto pela câmara, em 1907. Segundo Jorge Alves<sup>1167</sup> terão sido os jogos políticos locais que fizeram com que a proposta tenha sido ganha pelos proprietários de *A Boa Reguladora*.

Embora tivessem concorrido duas empresas da área do concelho, a *Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>*, estabelecida em Pedome e a *J. Carvalho & Irmão*, com sede na vila, foi esta última que ganhou o fornecimento da iluminação elétrica a Famalicão pelo valor anual de um conto duzentos e quarenta mil réis, a qual era feita por cento e vinte lâmpadas de dezasseis velas e quatro arcos voltaicos, distribuídas segundo o critério da própria câmara<sup>1168</sup>. Desde a adjudicação da obra, em junho de 1907, passando pela autorização superior da direção da Obras Públicas para a colocação dos postes para o suporte dos fios<sup>1169</sup> até à inauguração da luz elétrica em maio de 1909, o processo durou cerca de dois anos. Neste prazo foram incluídos dois pedidos de prorrogação por parte da *J. Carvalho & Irmão* para cumprimento do contrato, alegando demoras, pela administração central, em obter as licenças necessárias. Um primeiro pedido, em novembro de 1908<sup>1170</sup>, para o alargamento do prazo até o final de fevereiro de 1909, e um outro, nesse mesmo mês de fevereiro de 1909 solicitando nova prorrogação até 30 de abril seguinte<sup>1171</sup>.

A novidade da iluminação elétrica só muito mais tardiamente chegaria às zonas rurais. De facto, se algumas localidades antes da chegada da eletricidade tinham já iluminação a petróleo, como foi o caso de Famalicão, que desde 1865 possuía lampiões a petróleo para iluminação da vila<sup>1172</sup>, ou a iluminação a gaz, não era este o panorama das aldeias, onde predominava a escuridão. A produção de

---

<sup>1165</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural...", p. 351.

<sup>1166</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira...*, p. 16.

<sup>1167</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira...*, p. 16.

<sup>1168</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão 1906-1908*, fls. 66v.-67v.

<sup>1169</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fl.7.

<sup>1170</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fl. 11v.

<sup>1171</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fl. 34.

<sup>1172</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "As primeiras décadas do Município...", p. 75.

energia era, como vimos, uma questão privada, cujas centrais estavam em grande parte ao serviço particular das empresas têxteis.

Com efeito, no limiar do século XX não havia ainda, nem sequer os poderes públicos equacionavam a possibilidade de se constituir, uma rede de produção, distribuição e consumo de energia<sup>1173</sup>. A questão de uma rede elétrica nacional não era ainda encarada com a exigência necessária, pois não bastava instalar as centrais elétricas. Era preciso ir mais além da produção para autoconsumo e criar um mercado, que obviamente pressuponha a existência de consumo. Mas para haver distribuição elétrica comercial o negócio da eletricidade teria de ser rentável para as empresas. Os projetos de eletrificação exigiam grandes capitais e investimentos em equipamentos, que muitas vezes o número de consumidores a ser servidos pelas redes elétricas, especialmente nas áreas rurais era francamente baixo, e na maior parte sem poder económico para ou fazer ou sem utensílios domésticos para a aplicar. Nos anos 30, o panorama geral das condições de conforto e higiene das habitações era ainda muito deficiente<sup>1174</sup>.

Tornava-se, pois, necessária uma intervenção estatal para o negócio, que só será evidente a partir do Estado Novo, altura em que serão dados os passos decisivos para a constituição duma rede elétrica nacional<sup>1175</sup>. A lei de aproveitamentos hidráulicos de 1926<sup>1176</sup> tinha por objetivo aproveitar e promover os recursos energéticos hidráulicos existentes no país, de modo a *reduzir ao mínimo a drenagem de ouro para a aquisição de combustíveis estrangeiros*<sup>1177</sup>. Era o caso das importações de carvão que se deviam reduzir ao mínimo indispensável, como o destinado à indústria de transportes marítimos ou aquelas indústrias em que este produto nacional não podia substituir certas qualidades de carvão estrangeiro.

Pela primeira vez, o legislador definiu o conceito de rede elétrica nacional, entendida como o *conjunto de linhas de transporte de energia no país que seja objeto de comércio em espécie* ao mesmo tempo que criou a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos, destinada a zelar por estas questões energéticas<sup>1178</sup>.

Sem esperar pelos poderes públicos, e aproveitando a linha de alta tensão do Lindoso, que passava por Famalicão com destino ao Porto, três homens de Requião, entre os quais está um elemento

---

<sup>1173</sup> Amaral, Cláudio, "Para uma análise do tema eletricidade na revista da associação dos engenheiros civis portugueses (1870-1945)", in *Revista Cultura, Espaço & Memória*, n.º 2, Porto, CITCEM, 2011, p. 195.

<sup>1174</sup> Cascão, Rui, "Modos de habitar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 36-37.

<sup>1175</sup> Amaral, Cláudio, "Para uma análise do tema eletricidade na Revista da Associação dos Engenheiros Civis portugueses (1870-1945)...", p. 195.

<sup>1176</sup> Diário de Governo nº240/1926, série I, 27 de outubro de 1926, pp. 1713-1716.

<sup>1177</sup> Diário de Governo nº240/1926, série I, 27 de outubro de 1926, p. 1713.

<sup>1178</sup> Diário de Governo nº240/1926, série I, 27 de outubro de 1926., p. 1713.



da família Alves, resolveram trazer a eletricidade para a freguesia. Falámos do médico Joaquim Alves Correia de Araújo, Joaquim Rebelo de Sá e Abreu e de Alfredo Torres Carneiro, que constituem a *Iluminadora Elétrica de Requião*, em 1929.

A central do Lindoso era explorada pela *União Elétrica Portuguesa*, uma sociedade anónima do norte do país que surgiu em 1919, resultado da fusão entre a *Electra del Lima* e a firma *Pinto & Sotto Mayor* de Lisboa. Desde 1907 que as quedas do rio Lima, em Lindoso, haviam sido concessionadas a Justino Antunes Guimarães e a Don Jesus Palácios, passando depois para a *Electra del Lima*, uma empresa espanhola, associada a Juan de Urrutia y Zulueta com negócios elétricos na Península Ibérica.<sup>1179</sup> Quando a obra da construção da central do Lindoso se aproximava do final, Juan Urrutia liga-se a um grupo económico português onde aparecia a figura de Cândido Sotto Mayor, um capitalista e republicano influente, criando-se a *União Elétrica Portuguesa*. Com uma assumida vertente comercial no mercado, em crescimento, da energia a *União Elétrica Portuguesa* começa a estabelecer contratos de fornecimento de energia com várias entidades, nas quais se destacam as câmaras de Braga, Vila Nova de Gaia e Porto durante os anos 20.

Imagem 7 - Instalação da luz elétrica na Casa da Ribeira.1930

É INDISPENSÁVEL OBSERVAR AS INSTRUÇÕES INDICADAS NO VERSO

Ministério do Comércio e Comunicações  
ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS E ELÉCTRICOS  
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS  
Secção de Fiscalização Eléctrica de *Porto*

TÍTULO N.º *11*

Ao Sr. *D. Manuel Alves Correia de Araújo*  
nos termos do Decreto-Lei n.º 5786, de 10 de Maio de 1919, e do Regulamento de 30 de Novembro de 1919, é passado o presente título, respeitante à instalação eléctrica estabelecida na sua *hab.* em *Famalicão*, f. *Ribeira - Requião* que se destina a *iluminação* e é alimentada pela *Assoc. de Energia de Araújo & C. Lda*.  
Esta instalação é de corrente *alterna* a *220* volts e compreende:

1. Contador Amp. *5* Volts *220*

Quadro geral de que saem *4* circuitos.

Quadros parciais.

Motores com a potência total de..... H. P.  
*4* lâmpadas num total aproximado de..... *1095* Watts  
*5* tomadas de corrente absorvendo um total de..... *125* Watts

Para custeamento dos serviços técnicos de fiscalização das instalações eléctricas, foi cobrada a taxa inicial de *31 \$ 95* relativa ao ano de 1930, e cobrar-se-ão as taxas anuais fixadas na respectiva tabela.

*Porto* em *15 de Dezembro* de 1930.

O Engenheiro Chefe da Secção,  
*Fernando de Sá*

2800  
15-DEZ-1930  
Dist. recdado

Ministério do Comércio e Comunicações - L.º - 1.º - C.º - 1.º - 3013

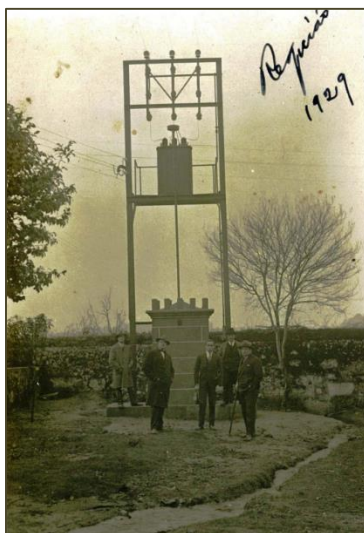
Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>1179</sup> Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural...", p. 372.

Foi graças à *Iluminadora Elétrica de Requião* que conseguiu a concessão para a distribuição da energia, que Requião foi uma primeiras freguesias do concelho a ter a luz elétrica, revolucionando a vivência quotidiana de alguns lares<sup>1180</sup>. Terá sido este o caso da Casa da Ribeira, que instalou, logo em 1930, um contador de cinco amperes com a capacidade de duzentos e vinte volts, que servia uma instalação elétrica de quarenta e uma lâmpadas e cinco tomadas de corrente<sup>1181</sup>.

Depois de Requião, outras freguesias lhe seguiram o exemplo, instalando a luz elétrica nos anos seguintes. Foi o caso das freguesias de S. Cosme e S. Martinho do Vale, em 1930, por ação dos concessionários Francisco de Assis, José Luis Pacheco e José Amorim<sup>1182</sup>. E ainda das freguesias do Louro, Lemenhe, Nine, Outiz, Cavalões, Gemunde, Viatodos e Minhotães, distribuída pela Cooperativa Elétrica Vale de Este<sup>1183</sup>. Landim, em 1931, por ação de Francisco José da Silva<sup>1184</sup>.

Fotografia 21 - Posto de transformação de Requião pertencente à *Iluminadora Elétrica de Requião*. 1929



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Sobre a ação concreta da *Iluminadora de Requião*, não possuímos informações precisas para além de sabermos que o seu papel consistia basicamente na distribuição da corrente de alta tensão para a baixa tensão, necessitando para isso do indispensável posto de transformação, que, ligados aos ramais da alta tensão, e da rede que saindo dos postes, levava a energia aos clientes finais, os fregueses de

<sup>1180</sup> Jornal *A Paz*, 9 de Janeiro de 1929, p. 2.

<sup>1181</sup> As instalações eléctricas estavam desde 1920 dependentes da Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Leia-se sobre o enquadramento legal da produção e distribuição de electricidade durante a República Matos, Ana Cardoso, "Eletricidade. Produção, distribuição e consumo", Rollo, Maria Fernanda (coord.), in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I..., pp. 1107-1108.

<sup>1182</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 16 de março de 1930, p. 2.

<sup>1183</sup> Sobre a ação desta cooperativa consulte-se Alves, Jorge Fernandes, "Cooperativismo e eletrificação rural....", pp. 375-423.

<sup>1184</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 23 de agosto de 1931, p. 2.

Requião, através dos fios e dos postes montados pela empresa. Foi junto ao adro da freguesia, paredes meias com a quinta do Forno, do irmão Armindo que Joaquim Alves Correia de Araújo e os seus dois sócios construíram o posto de transformação que vemos na fotografia 21.

Sem acesso aos seus arquivos, fundamentais para conhecermos a história da empresa, desconhecemos também o número de contadores adquiridos pelos consumidores para serem instalados pela *Iluminadora*, e ainda o processo de trabalho de instalação dos fios e dos postes. São apenas pontuais os registos nos jornais locais, geralmente dando conta do saldo negativo com que fechava as suas contas anualmente.

## 7. O Sindicato Agrícola

Infelizmente, e porque não ficaram para memória futura registos escritos, sempre os registos, tão importantes para conhecermos a forma de pensar, e até de agir, dos seus protagonistas, não sabemos qual seria a opinião de Manuel Alves Correia de Araújo sobre as questões agrárias que a nova ordem republicana trouxe então ao debate e sobre as quais legislou.

Mais que um proprietário rural, referenciado desde os vinte e três anos debaixo de tal condição, Manuel Alves era acima de tudo um lavrador. No entanto, e ao contrário da grande parte da população rural do país maioritariamente analfabeta, era um lavrador esclarecido, que desde sempre deu importância à instrução e à cultura, visível na educação que proporcionou não só ao seu irmão mais novo, do qual será tutor após a morte dos pais, mas também aos seus filhos, facilitando-lhes o ingresso no ensino universitário da altura.

Conhecedor dos problemas da agricultura e interessado por tudo o que dizia respeito ao sector, não estranhámos, por isso, a sua participação, primeiro como membro da *Associação d'Agricultura Famalicense*, e na qualidade de vice-presidente da assembleia-geral<sup>1185</sup>, e depois como sócio fundador do *Sindicato Agrícola de Vila Nova de Famalicão*.

O associativismo rural, com tradições muito antigas no nosso país e que os Celeiros Comuns<sup>1186</sup> são o exemplo mais paradigmático, irá surgir em Famalicão pela primeira vez em setembro de 1911,

---

<sup>1185</sup> Carvalho, Vasco de, *Biografias*, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1959, pp. 183-184.

<sup>1186</sup> Sobre o assunto consulte-se Castro, Armando de, "Celeiros Comuns", in Serrão, Joel (dir.), in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, pp. 32-35; Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História de Portugal*, Lisboa, Empresa de Publicações Nacionais, 1998, p. 169; Sousa, Daniela Manuel Férias de, *Celeiro Comum de Grândola: da História Administrativa à produção de um instrumento de descrição documental*, Évora, Universidade de Évora, 2009, Dissertação de Mestrado policopiada; Magalhães, Joaquim Romero, "As estruturas da produção agrícola e pastoril", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 253-254; Santos, Dina Maria Serrano, *Do Mutualismo ao Mercado. A banca mutualista em Portugal. Estudo de Caso: O Crédito Agrícola Mútuo*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 14-15, Dissertação de Mestrado policopiada.

com a criação da Associação d'Agricultura Famalicense. Segundo o historiador famalicense Vasco de Carvalho, esta terá sido a primeira coletividade agrícola do concelho. Era formada por uma comissão de treze homens, onde se encontrava Manuel Alves<sup>1187</sup>.

Imagem 8 - Direção do Sindicato Agrícola. 1915



Fonte: Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave. 1913-2013 - Um século de crédito agrícola mútuo em Famalicão*, Leiria, Editora Imagens & Letras, 2013, p. 44.

No rescaldo da República, e com os ideais republicanos ainda muito frescos, o espírito que norteava esta associação imbuía-se da mesma vontade da portaria liberal de 23 de setembro de 1836, e confirmada pelo código administrativo de 1842, que ambicionava reunir os melhores homens de cada terra, não apenas os lavradores, mas as elites locais com o objetivo de difundir o conhecimento sobre as questões da terra<sup>1188</sup>. Era o caso, e a título de exemplo de alguns dos nomes que faziam parte dos corpos gerentes da associação, Joaquim Alves Correia de Araújo, filho de Manuel Alves, então estudante de medicina na Faculdade de Medicina do Porto.

<sup>1187</sup> Carvalho, Vasco de, *Biografias...*, p. 183.

<sup>1188</sup> Leia-se Bernardo, Ana Maria, "O associativismo agrícola no Liberalismo e na 1ª República: os sentidos de um percurso", in *XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Aveiro, 2002, não paginado.

Uma das iniciativas desta associação, com vista à tal promoção da agricultura que norteava o espírito fundador, foi a publicação do jornal *A Lavoura do Minho*, uma *folha mensal de propaganda e defesa dos interesses agrícolas*<sup>1189</sup>. No seu número um, o próprio editorial do jornal, de distribuição gratuita pelos seus associados, reforçava a necessidade dos lavradores se unirem para levantar a agricultura à altura e prosperidade que merecia, tirando-a do precário e desolador estado em que se encontrava<sup>1190</sup>. Conscientes de que os resultados do trabalho agrícola não eram compensadores para todos aqueles que continuassem *a seguir o caminho rotineiro dos seus antepassados*, propunha-se prestar aos lavradores *o grande benefício do ensino dos novos processos da cultura, fornecidos pelo estudo e pela experiência*<sup>1191</sup>.

Entretanto, e por contingências legais, a associação desapareceu para dar lugar à fundação do *Sindicato Agrícola de Famalicão*, em fevereiro de 1912, cuja missão era basicamente a mesma: o estudo, a defesa e a promoção da atividade agrícola.

Desde 1894 que o decreto governamental de 5 de julho tinha regulamentado a criação dos sindicatos agrícolas. Inspirando-se no modelo francês, que tinha já dez anos de implementação naquele país, o espírito do legislador era de grandes expectativas para o sector agrário esperando colher, no futuro, idênticos frutos aos que foram conseguidos em França<sup>1192</sup>. Assim, previa-se que através dos sindicatos agrícolas os seus associados teriam vantagens acrescidas na aquisição de novos conhecimentos, de materiais mais baratos e melhores, tanto no que respeitava a máquinas e instrumentos, como adubos, sementes e animais reprodutores, assim como o escoamento das produções dos sócios<sup>1193</sup>. Admitia-se ainda uma proteção financeira aos seus membros, com o recurso a empréstimos a sócios mediante garantia pessoal, de colheitas e de alfaias agrícolas. Para o legislador, esta medida significava o início do crédito agrícola em Portugal, uma vez que era concedida aos sindicatos a possibilidade de constituírem caixas de crédito. Uma situação, à época, verdadeiramente inovadora, pois o contexto do crédito à lavoura era de crédito predial, agiotagem e escassos bancos e caixas económicas<sup>1194</sup>. Se, primeiramente, as normas para a criação e funcionamento dos sindicatos agrícolas foram inicialmente expressas através do decreto-lei de 5 de Julho de 1894, foi com a carta de lei de 1896, no reinado de D. Carlos, que Portugal passou a ter uma lei de bases do associativismo

---

<sup>1189</sup> Jornal *A Lavoura do Minho*, 1 de março de 1912, p. 1.

<sup>1190</sup> Jornal *A Lavoura do Minho*, 1 de março de 1912, p. 1.

<sup>1191</sup> Jornal *A Lavoura do Minho*, 1 de março de 1912, p. 1.

<sup>1192</sup> Leia-se Bernardo, Ana Maria, "O associativismo agrícola no Liberalismo e na 1ª República...", não paginado.

<sup>1193</sup> Bernardo, Ana Maria, "O associativismo agrícola no Liberalismo e na 1ª República...", não paginado.

<sup>1194</sup> Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave. 1913-2013 - Um século de crédito agrícola mútuo em Famalicão*, Leiria, Editora Imagens & Letras, 2013, p. 43

agrícola, que será ao longo de todo o século XX alvo de novas regulamentações. A partir de então, e na sequência de tal legislação, começaram a surgir vários sindicatos agrícolas pelo país, sendo o de Famalicão um deles.

O Sindicato Agrícola de Vila Nova de Famalicão conseguiu a sua aprovação, e a dos seus estatutos, pelo alvará de 12 de abril de 1913<sup>1195</sup>. Ao considerar que tinha por fim *estudar e defender os interesses agrícolas em geral e os dos sócios em particular* defendia no seu artigo número 4, que constituíam os seus especiais objetivos promover a instrução agrícola através de escolas, cursos, conferencias, etc; facultar aos sócios a aquisição de adubos, sementes e plantas em condições vantajosas quer ao nível de preço quer no que respeitasse à qualidade das mesmas, bem como na compra de máquinas agrícolas e animais; procurar mercados para escoar os produtos agrícolas dos sócios; celebrar contratos com empresas transportadoras para o escoamento dos produtos dos associados a preços competitivos e proceder a ensaios de culturas e de instrumentos agrícolas, cujo objetivo seja reduzir os custos e aumentar a produção. Procurava ainda auxiliar financeiramente os sócios para fins agrícolas, criando uma caixa económica destinada a empréstimos<sup>1196</sup>. Vantagens imensas para os associados, pois sabemos o quão difícil era para os agricultores, maioritariamente analfabetos e sem instrução, acederem aos meios financeiros e sobretudo presos a juros, por vezes, tão elevados, que chegavam a atingir níveis de usura<sup>1197</sup>.

Por isso, em 1913, o jornal *Estrela do Minho* congratulava-se da *resolução do Sindicato Agrícola de Famalicão em promover no concelho os benefícios da Caixa de Crédito, um importantíssimo auxiliar para que a agricultura (do concelho) progrida*<sup>1198</sup>. Alertava sobretudo para o facto de muitas vezes os agricultores, e dada a precariedade em que viviam, aceitarem créditos com juros entre os dez e vinte por cento ao ano, endividando-se severamente, quando as Caixas de Crédito Agrícola o faziam legalmente por cinco por cento. Era por isso, e segundo eles, de louvar e publicitar a iniciativa do Sindicato Agrícola famalicense ao criar o crédito rural.

Por alvará de 26 de setembro de 1913 foi criada a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Nova de Famalicão, a primeira de todo o Minho<sup>1199</sup>.

---

<sup>1195</sup> Diário de Governo nº 87/1913, 15 abril de 1913, pp. 1387-1388.

<sup>1196</sup> Diário de Governo nº 87/1913, 15 abril de 1913, pp. 1387-1388.

<sup>1197</sup> Santos, Dina, Mutualismo, “Cooperativismo e Crédito Agrícola em Portugal- Origens e Evolução”, in *XXXIV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES): Saber. Produzir. Abastecer Da Idade Média ao Século XXI*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/IHC, 2014, p. 4.

<sup>1198</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 3 de agosto de 1913, p. 1.

<sup>1199</sup> Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave...*, p. 49.

Num ano que se afigurava de más colheitas, o crédito rural era uma alternativa à miséria de muitos agricultores<sup>1200</sup>. Segundo o jornal *Estrela do Minho*, a batata iria atingir nesse ano preços elevadíssimos, devido à grande escassez de produção, a qual tinha sido quase nula, havendo lugares em que a semente nem chegou a vingar<sup>1201</sup>.

Mais uma vez Manuel Alves Correia de Araújo esteve entre os quinze sócios fundadores da Caixa de Crédito Agrícola famalicense, que se comprometia a *emprestar aos sócios para fins exclusivamente agrícolas, os capitais de que necessitem e de que a instituição possa dispor* mas também *receber dinheiro, a prazo ou à ordem, tanto dos associados como estranhos à associação, pagando-lhes um juro nunca superior aos quatro por cento ao ano*<sup>1202</sup>. Em suma, além de emprestar dinheiro aos associados, destinados a todo o tipo de encargos decorrentes da atividade agrícola, explanadas no artigos quinze e dezasseis dos estatutos<sup>1203</sup> e, como caixa mutualista que era, podia captar depósitos.

Os associados, que tinham de ser obrigatoriamente agricultores, maiores de idade, da área do concelho famalicense, e inscritos no Sindicato Agrícola de Famalicão, podiam ser de quatro tipos: os fundadores eram aqueles que assinaram os estatutos na data da fundação da caixa, os ordinários, aqueles que aderindo aos estatutos aceitavam as obrigações e as responsabilidades consignadas, os adjuntos, todos os que não tendo bens próprios não assumiam responsabilidades pelos compromissos da caixa. E finalmente, os sócios honorários, aqueles que tendo prestado serviço à sociedade fossem galardoados pela assembleia geral com tal distinção<sup>1204</sup>.

A atividade da Caixa de Crédito Agrícola de Famalicão foi inaugurada no dia 28 de janeiro de 1914, numa sessão solene no Salão Olímpia. A convite do sindicato agrícola, que trouxera Bento Carqueja como principal orador da cerimónia, foram vários os lavradores presentes na cerimónia. Bento de Sousa Carqueja (1860-1935), conhecido ensaísta, e diretor do jornal *O Comércio do Porto*, onde implementou uma inovadora política redatorial e social, foi também o responsável pela instituição de *O Lavrador*, uma folha mensal gratuita dedicada aos agricultores, bem como se envolveu na fundação de escolas agrícolas móveis.

Conhecedor dos problemas com que se debatiam os lavradores, veio a Famalicão discursar sobre as caixas de crédito agrícola mútuo, explicando à assembleia o que era crédito em geral, e o agrícola em particular, mostrou por números as centenas de caixas e sindicatos agrícolas existentes na

---

<sup>1200</sup> Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave...*, p. 50.

<sup>1201</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 10 de agosto de 1913, p. 2.

<sup>1202</sup> Diário de Governo n.º 247/1913, 22 de outubro 1913, p. 3933.

<sup>1203</sup> Diário de Governo n.º 247/1913, 22 de outubro 1913, p. 3935.

<sup>1204</sup> Diário de Governo n.º 247/1913, 22 de outubro 1913, p. 3933.

Europa ao mesmo tempo que lamentava só então Portugal ter acordado para os enormes benefícios da mutualidade e cooperativismo agrícola<sup>1205</sup>. Falou ainda nas vantagens, sobretudo para os pequenos lavradores, da proteção social dos sindicatos agrícolas, em caso de falta de trabalho, doença ou invalidez aos associados. Chegou ao ponto de elucidar os presentes, e como professor que era apresentou um mapa, com uma demonstração prática de quanto lucraria o lavrador, que não tendo dinheiro para a sementeira de milho com o recurso de adubos químicos, caso recorresse à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo para um empréstimo de cem escudos, feitas as despesas e encargos com o referido empréstimo, ainda conseguiria um lucro de 48%<sup>1206</sup>.

Num concelho agrícola como o famalicense, o sindicato foi crescendo, dando a imprensa local notas da vitalidade da associação, com o registo de novos sócios<sup>1207</sup>, chegando a atingir os quase oitocentos associados<sup>1208</sup>. No entanto, tal dinamismo não seria extensível à Caixa de Crédito Agrícola famalicense, pois poucos eram os associados do Sindicato que se inscreviam na Caixa. A situação de guerra que o mundo vivia, e mais particularmente, quando em março de 1916 a Alemanha, e depois do aprisionamento dos navios alemães que estavam estacionados nos portos portugueses, declarou guerra a Portugal, não terá ajudado. Viviam-se tempos de crise económica que acabam por se repercutir na própria atividade da caixa agrícola. As atas da direção são um exemplo paradigmático de tal abrandamento económico, onde a ausência de assuntos é sintomático de que nada havia a tratar<sup>1209</sup>. O mesmo se passava com os depósitos. Eram muito poucos, insuficientes para uma atividade financeira, que se pretendia dinâmica e regular. Esta situação de agonia manter-se-á ao longo de toda a década de 30 do século XX, sendo extensível ao Sindicato Agrícola de Famalicão, que acabará por conduzir ao anunciado, e inevitável, fim em 1937<sup>1210</sup>.

---

<sup>1205</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 1 de fevereiro de 1914, p. 1.

<sup>1206</sup> Jornal *Estrela do Minho...*, p. 1.

<sup>1207</sup> Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave...*, p. 70.

<sup>1208</sup> Carvalho, Vasco de, *Biografias...*, pp. 187-188.

<sup>1209</sup> Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave...*, p. 73.

<sup>1210</sup> Carvalho, Vasco de, *Biografias...*, pp. 188-189.



## Capítulo 4. As sociabilidades

### 1. As sociabilidades dos Alves

Os Alves sempre foram uma família que gostou de conviver, celebrar, socializar e sociabilizar. A Casa da Ribeira esteve sempre aberta para receber a família e os amigos. Basta folhear os jornais famalicenses desde inícios do século XX para confirmarmos tal situação. Limitaremos, mais uma vez, o nosso estudo a este século pela ausência de fontes primárias relativamente aos tempos anteriores.

A casa burguesa é por si só um espaço de sociabilidade quer no seio da própria família, quer quando recebe os amigos e parentes que a visitam. Dois dedos de conversa eram o pretexto para um simples chá, no caso das senhoras, ou um copo de vinho verde da colheita desse ano da casa para os homens, ou para uma refeição de festa tomada entre todos. Já que comer em companhia é partilhar não só o alimento mas sobretudo experiências. Como refere María de los Ángeles Pérez Samper, *a mesa em todos os tempos e em todos os lugares constituiu uma das expressões máximas de sociabilidade*<sup>1211</sup>. Relações, e reuniões de sociabilidade, no sentido de convívio, de civilidade, que se estabeleciam entre familiares, parentes, amigos, e até conhecidos a pretexto duma refeição.

Desde o século XVI que os manuais de civilidade dão indicações precisas para esses acontecimentos sociais, que aconteciam no seio das famílias, nas suas casas, com mais ou menos etiqueta, com mais ou menos *glamour*. Inicialmente, claro está, apanágio dos cortesãos que tendo satisfeitas as suas necessidades básicas, podiam se dar ao luxo de ter preocupações com a alimentação e as boas maneiras à mesa. Foi o caso de Frei Antonio de Guevara que partindo da sua experiência pessoal de vida na corte imperial de Carlos V, de Espanha, refletiu sobre a civilidade e alimentação à mesa<sup>1212</sup>.

Tal como a mesa no tempo de Carlos V era o reflexo da corte e da sociedade de então, com as devidas salvaguardas, também a mesa dos Alves era o espelho duma família rural abastada, que tinha triunfado económica e socialmente, durante as primeiras décadas do século XX, e que deu o mote a serões e festividades bem passadas, entre amigos e correligionários políticos. A Casa da Ribeira foi geradora e palco dessas vivências, documentadas ao longo de todo o século XX. Ficaram as informações e os registos dados pelos periódicos, pelas fotografias e pelas agendas do arquivo familiar indicadoras desses momentos de sociabilidade. Eram vividos pelos seus membros num batizado, numa comunhão, na ordenação sacerdotal, no Natal, na Páscoa, num aniversário, ou mesmo aquando da morte de um

---

<sup>1211</sup> Pérez Samper, María de los Ángeles, “Entre la intimidad y la sociabilidad: la alimentación según fray Antonio de Guevara, in *Revista de Historia Moderna*, nº 30, Alicante, Universidad de Alicante, 2012, p. 101.

<sup>1212</sup> Pérez Samper, María de los Ángeles, “Entre la intimidad y la sociabilidad...”, pp. 101-122.

dos seus membros. Este último acontecimento era também motivo para reunir familiares e amigos à volta da casa, não para a festa mas para o acompanhamento na dor.

## 2. As festas

### 2.1. A Primeira Comunhão

Juntamente com o batismo, o casamento ou a ordenação sacerdotal, a primeira comunhão era outra das *grandes datas de uma vida*, como lhe chamou Anne Martin-Fugier, a que um indivíduo estava sujeito durante a caminhada que era a sua própria existência<sup>1213</sup>.

Se inicialmente a prática da primeira comunhão era seguida do batismo, uma vez que as pessoas eram batizadas em adultos, com o passar dos tempos o ritual foi mudando e só a partir do século V se tem notícia do batismo em crianças. No entanto, e até ao século XII continuou a prática de dar a comunhão seguida do batismo. Só no século XIII, e depois do concílio de Latrão, é que se tornou obrigatória a confissão e a comunhão nas crianças que chegavam à idade da razão, ou da *discrissão*, isto é, por volta dos sete, oito anos, quando fossem capazes de distinguir o bem do mal, e o pão vulgar do pão eucarístico. No século XVI, o concílio de Trento, além de negar a comunhão antes da idade da *discrissão*, insistiu na necessidade de preparação catequética para a primeira eucaristia, e gradualmente com o passar dos tempos vai-se chegando à solenização da celebração. Ao longo dos séculos seguintes, e depois de avanços e recuos quanto à idade ideal para o sacramento, em inícios do século XX, o papa Pio X estabeleceu pelo decreto de 8 de agosto de 1910, a sua decisão quanto à matéria em causa. Determinou assim, que por volta dos sete, oito anos, e logo que as crianças tivessem alguns conhecimentos catequéticos, ainda que rudimentares, podiam ser admitidas à primeira comunhão<sup>1214</sup>.

Mais do que um sacramento da Igreja Católica, a primeira comunhão constituiu-se na Idade Contemporânea como um rito social de passagem, que marcava a entrada na adolescência. Pela primeira vez a criança iria comungar e receber a eucaristia, iniciando a sua vida ativa na Igreja<sup>1215</sup>. Um ritual de passagem que contribui não apenas para uma inclusão eclesial mas também social<sup>1216</sup>. Os manuais de civildade assim o referiam em inícios do século XX. Beatriz Nazareth afirmava a propósito:

---

<sup>1213</sup> Martin-Fugier, Anne, “Os ritos da vida privada burguesa”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol 4..., pp. 235-254.

<sup>1214</sup> Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião. A Dialética da Exclusão e Inclusão nos Espaços Sagrados da Igreja Católica na Região Metropolitana de São Paulo*, São Paulo, Universidade Católica de S. Paulo, 2008, pp. 200-201, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>1215</sup> Sobre o assunto consulte-se Pereira, José Carlos, *Os Ritos de Passagem no Catolicismo: cerimônias de inclusão e sociabilidade*, Rio de Janeiro, Maud editora, 2012.

<sup>1216</sup> Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião...*, pp. 169-171.

*como todos os acontecimentos da vida, o acto religioso da primeira comunhão tem estreitos laços com a etiqueta*<sup>1217</sup>.

De facto, e à semelhança do batismo e do casamento, a primeira comunhão transformava-se num momento em que a família se reunia e mostrava a sua vitalidade enquanto clã, assumindo a cerimónia um ritual de grande importância, tanto nos campos como nas cidades desde inícios do século XIX até a primeira metade do século XX<sup>1218</sup>. José Carlos Pereira refere mesmo que era um pacto que se estabelecia entre a Igreja católica e a família do catecúmeno, como de um contrato se tratasse. Um contrato sujeito a cláusulas como qualquer outro, e como tal, sujeito a renúncias. Com consequências, claro. Pois, ao romper com as normas litúrgicas da Igreja, estabelecidas pelo contrato, significava romper a comunhão, com Deus, e em última análise, poder-se-ia tornar passível de exclusão<sup>1219</sup>.

A importância desta cerimónia para as famílias foi demonstrado por Rita de Cássia Matos de Magueta<sup>1220</sup>. A autora analisa o ritual religioso com base nas variadas imagens da primeira comunhão existentes nos álbuns fotográficos da década de 1940 pertencentes ao arquivo do colégio Seigné, uma instituição educacional centenária na cidade brasileira de Porto Alegre. Trata-se de um conjunto de fotografias/retratos oferecidos pelos catecúmenos, nesse dia de festa, à madre superior, catequistas e professoras do colégio, segundo uma prática de sociabilidade bem ao gosto da época, que integra o arquivo da instituição. Individuais, e distintas, estas fotografias apresentam e representam padrões comportamentais próprios, bem de acordo com ensinamentos e simbologia da Igreja Católica, reforçadas por um cenário carregado de acessórios e móveis representativos da cultura fotográfica da época, que ainda usava muito do aparato cenográfico do século XIX. No caso dos estúdios de fotografia, era ainda frequente o recurso a objetos, e mobiliário específico, destinado a uma *mise-en-scène* própria do acontecimento. Era o caso do genuflexório, do missal, da vela, do crucifixo, do terço, e do castiçal, todos eles com uma simbologia muito própria<sup>1221</sup>.

As famílias, sobretudo as de maiores recursos, viam neste ritual religioso dos seus filhos quase que uma antecipação do casamento, que viria depois, como passo seguinte à primeira comunhão. Desde a indumentária, que no caso das meninas assemelhava-se a um vestido de noiva, de tamanho comprido e com véu, e os rapazes, vestidos de fato escuro, completo, com um lenço na lapela e braçadeira branca

---

<sup>1217</sup> Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta...*, 1908, p. 14.

<sup>1218</sup> A propósito da cerimónia da primeira comunhão consulte-se Lopes, Maria Antónia, "As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 161-162.

<sup>1219</sup> Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião...*, pp. 202-205.

<sup>1220</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo! Educação religiosa e fotografias de primeira comunhão na década de 1940 (Porto Alegre/RS)*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1221</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo...*, pp. 157-158.

no braço, passando pela cerimónia da igreja, e terminando na refeição de festa desse dia para a qual eram convidados os parentes e amigos, tudo fazia crer que assim fosse. Um dia para recordar, tal como se prefigurava no caso do casamento, e à semelhança deste, destinado a receber o título de *mais belo dia da vida*<sup>1222</sup>. Por isso mesmo, e sendo uma data para recordar, impunha-se o retrato preservado pela imagem fotográfica<sup>1223</sup>.

A solenidade, por vezes, exagerada e até criticada por alguns membros da Igreja Católica que advertiam para a escolha da simplicidade sobretudo nas vestes das meninas<sup>1224</sup>, adquiriu, frequentemente, um carácter de uma certa mundanidade. Estava visível também nos presentes que recebiam, que além daqueles com significado religioso como o missal e terço, cada vez mais imperavam os de carácter profano, como eram as joias e outros *bibelots*, expostos com o cartão do ofertante como de uma *corbeille* de noiva se tratasse<sup>1225</sup>.

A própria publicidade do ato na imprensa, e também em conformidade do que já ia acontecendo com os casamentos das classes altas, que divulgam imagens da primeira comunhão dos filhos das elites locais, acabava por dar à cerimónia uma dimensão social<sup>1226</sup>. Acontecendo que, geralmente, eram os próprios retratados a enviar às redações dos jornais locais as imagens para serem noticiadas nas secções mundanas informativas.

Não sendo este ainda o nosso caso, o envio de imagens às redações dos jornais locais a noticiar a primeira comunhão de um dos elementos da família Alves, até porque na década de 30, e mesmo 40 do século passado, os jornais famalicenses pouco incluíam em termos de imagens representativas dos acontecimentos noticiados foi, no entanto, referenciado pela imprensa local a chegada do Brasil e a estadia por seis meses de Artur Alves Correia de Araújo, o pai da jovem Cenira, que iria celebrar a primeira comunhão, e da qual possuímos a imagem fotográfica.

Foi no arquivo de família, e no universo de centenas de registos fotográficos acumulados, que fomos encontrar duas imagens relativas a esse dia de festa passado entre a família e amigos. Esses dois testemunhos fotográficos reportam-se a tempos distintos, um de um elemento feminino da família, e o

---

<sup>1222</sup> Martin-Fugier, Anne, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol 4..., p. 251.

<sup>1223</sup> Mauad, Ana Maria, "Imagens de Passagem: Fotografiografiografiografia e os Ritos da Vida Católica na Boa Sociedade Brasileira (1850-1950)", in Lima, Lana Lages da Gama; Ciribelli, Marina; Honorato, Cezar Teixeira; Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.), *História & Religião*, Rio de Janeiro, Maud Editora/FAPERG, 2002, pp. 200-205.

<sup>1224</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo...*, p. 118.

<sup>1225</sup> Martin-Fugier, Anne, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol 4..., p. 253.

<sup>1226</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo...*, p. 46.

outro, de um elemento masculino, mas ambos representativos desta cerimónia religiosa e repletos de símbolos, ligados a uma tradição iconográfica cristã<sup>1227</sup>.

A primeira representação fotográfica é da década de 30. A jovem retratada é Cenira<sup>1228</sup>. Nascida e criada no Rio de Janeiro, era filha de Artur Alves Correia de Araújo e da carioca Jardelina Mendes de Araújo, e neta do patriarca da Casa da Ribeira, Manuel Alves Correia de Araújo. Com dez anos, e à semelhança do que tinha acontecido com o seu batismo, celebrou a primeira comunhão na igreja da terra natal de seu pai, Requião. Dois momentos de tal forma importantes para a família que justificam o atravessar do Atlântico para serem celebrados em conjunto, por todos e com todos. Nesse retrato, tirado em 1935 nos estúdios do fotógrafo Santos Lima, em Braga, nada foi deixado ao acaso. Todos os símbolos, que socialmente são concebidos como pertencentes ao ato da primeira eucaristia estão presentes: o missal, a vela, o terço não são esquecidos. Ajoelhada no genuflexório, com as mãos juntas em sinal de oração, Cenira não descarta, na postura e na expressão séria do rosto, os ensinamentos que havia recebido, sobre como se comportar no dia que recebesse pela primeira vez a Sagrada Comunhão.

Fotografia 22 - Primeira comunhão de Cenira Mendes Alves de Araújo. 1938



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>1227</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo...*, p. 148.

<sup>1228</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1925-1931, fl. 19v.

A mesma seriedade no rosto apresenta o pequeno Silvestre em finais dos anos 40, embora sem recorrer aos adereços da fotografia de estúdio. No entanto, os símbolos estão na imagem: o fato escuro, composto pela calça e o casaco, a fita branca envolta no braço, com um nó cuidadosamente feito tomando a aparência duma flor, significando o desabrochar a partir da eucaristia e para a adolescência<sup>1229</sup>, o missal, o terço.

*Habitus* e valores, próprios da sociedade de então, expressos pelos manuais de catecismos que visavam o afirmar da fé, e a doutrina da Igreja Católica<sup>1230</sup>.

Fotografia 23 - Primeira comunhão de Silvestre Monteiro Alves de Araújo. 1951



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Além destes dois registos, nada mais possuímos que nos permita analisar estes dois dias de festa na Casa da Ribeira, além da certeza de ambas as comunhões terem sido celebradas na igreja paroquial de Requião às quais se seguiu, muito provavelmente, um almoço de festa.

## 2.2. A Ordenação sacerdotal na família

A ordenação sacerdotal é outro momento grande na vida de um indivíduo e também de uma família. Há semelhança do batismo e da comunhão, que já referimos, também o sacramento da ordem,

---

<sup>1229</sup> Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo! Educação religiosa e fotografias de primeira comunhão na década de 1940 ...*, p. 187.

<sup>1230</sup> Sobre este assunto leia-se Orlando, Evelyn de Almeida, "Os Manuais de Catecismo e a Circulação de Idéias: Tradição e Modernidade na Pedagogia Católica", in *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 2008, pp. 1-13.

que confere ao sacerdote o poder de consagrar, funciona como um rito de passagem. Por este ritual da ordenação afasta-se o homem comum para surgir o homem religioso, que ao ter-se sido consagrado torna-se um mediador entre o humano e o divino<sup>1231</sup>. Um desaparecimento do homem comum, bem como de todas as coisas e da vida secular que o envolviam e que deixa para trás, para dar lugar a um homem religioso e da vida sagrada. Por isso, no passado era prática por ocasião da cerimónia de consagração, a troca do nome civil por um nome religioso. Essa rutura com o mundo anterior e com o modo de vida profano era visível nas próprias vestes do sacerdote, que passam a ser também um elemento diferenciador do novo homem religioso que emerge da consagração<sup>1232</sup>.

Esta capacidade de tornar as coisas sagradas, concedidas pela ordenação sacerdotal, confere ao padre uma auréola distintiva face ao comum dos homens. Era um privilégio ter um padre na família, uma *bênção de Deus* que qualquer pai queria para os seus filhos. Mas, como analisámos no capítulo relativo à freguesia de Requião na Idade Moderna, nem todos podiam aspirar a tal desejo, muitas vezes pelas razões económicas que lhe estavam subjacentes.

Nestes cerca de quatrocentos anos de análise da família Alves encontrámos três ordenações presbiterais, ou sacerdotais, respeitantes aos seus elementos. Convém referir que o sacramento da ordem é constituído por três graus: episcopal, presbiteral e diaconal. A ordenação episcopal é a mais alta, reservada apenas ao topo da hierarquia, no caso dos bispos.

A ordenação dos Alves aconteceu nos séculos XIX e XX, mais concretamente em 1811, a de Francisco António Álvares de Araújo, seguida trinta e quatro anos depois da ordenação de seu sobrinho, Manuel Joaquim Correia de Araújo<sup>1233</sup>, em 1845, e finalmente, em 1911, no rescaldo da implantação da República, a de Ernesto Alves Correia de Araújo. Os três foram ordenados sacerdotes, ficando, portanto, no nível médio da hierarquia do clero católico.

De todos estes sacerdotes, chegou-nos apenas a fotografia de Ernesto, com as suas vestes sacerdotais.

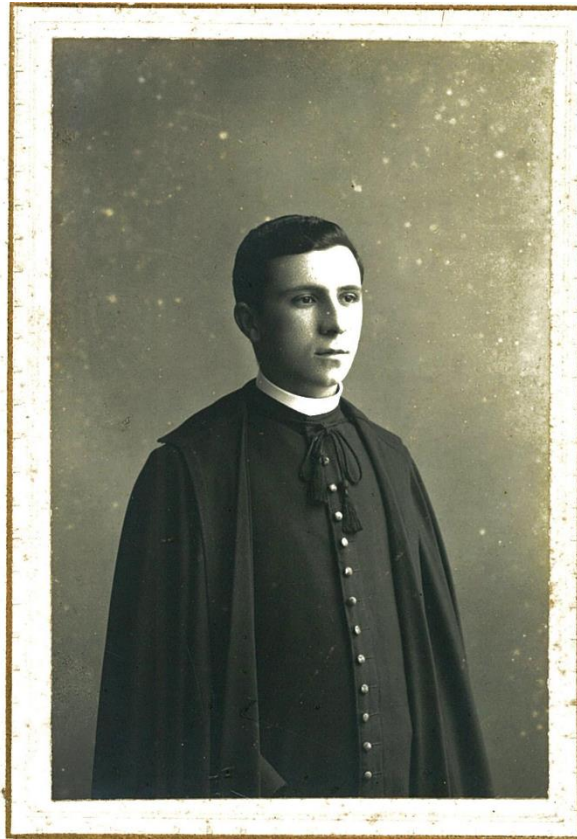
---

<sup>1231</sup> Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião...*, p. 281.

<sup>1232</sup> Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião...*, p. 282.

<sup>1233</sup> Manuel Joaquim Correia de Araújo era filho de Manuel Correia de Araújo e de Joaquina Maria de Sá. Manuel Correia de Araújo era irmão de Francisco António Álvares de Araújo.

Fotografia 24 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1911



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Era prática nestes tempos, que depois da cerimónia de ordenação, que o jovem padre celebrasse a sua primeira missa na sua terra natal, a chamada *Missa Nova*. Após esta seguia-se um banquete, mais ou menos faustoso e abundante, consoante as capacidades financeiras dos pais, uma vez que eram eles que pagavam tal despesa<sup>1234</sup>. Era um dia de festa também para a freguesia que via desta forma, um filho seu nesse papel de pastor do rebanho de Deus. Não possuímos informações que nos confirmem a existência do banquete, mas sabemos que o jovem padre Ernesto, de vinte e três anos, celebrou a sua primeira missa em Requião, onde esteve como capelão das almas até 1915<sup>1235</sup>.

### 2.3. O Natal

Paralelamente a festas como as do batismo sempre que havia novos elementos na família, ou uma, muito rara, ordenação sacerdotal como vimos ter acontecido muito pontualmente nestes cerca de quatrocentos anos de história dos Alves, havia os rituais festivos anuais, como o Natal e a Páscoa, que traziam à Casa da Ribeira os parentes e amigos. Eram duas festas do calendário religioso sempre

---

<sup>1234</sup> Lopes, Maria Antónia, "As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 176-177.

<sup>1235</sup> Carvalho, Vasco de, *Biografias...*, p. 63.



celebradas e intensamente vividas pela família. Por falta de fontes primárias limitar-nos-emos ao século XX, período para o qual temos informações.

Embora o Natal surja no calendário religioso como a celebração do nascimento de Jesus, a República fez questão de proclamar a data como a festa da família. Imediatamente após a implantação do novo regime, o governo provisório instituiu o dia 25 de dezembro como feriado nacional e *dia da família*. Pretendia, deste modo, tentar apagar qualquer referência e fundamentação religiosa acerca da data, alterando-a por uma simbólica secular e laica, que insistia apenas na dimensão social e familiar do acontecimento. Uma laicização de um dia desde há muito considerado santo, à semelhança do que fez com o 1º de janeiro, o *dia da Circuncisão do Senhor*, que, embora não sendo tido por santo, era assinalado mais por *ano bom* ou de *boas festas*, consagrando-o à fraternidade universal<sup>1236</sup>.

No entanto, por mais que a República tentasse impor as suas leis, a dimensão religiosa do Natal não era esquecida pela maior parte dos lares. Não se apagava por decreto a fé em Deus e as tradições de um povo que, desde há muito, celebrava o Natal como o mistério do nascimento de Jesus no seio de uma família humana<sup>1237</sup>.

Demonstrando a força e o simbolismo da data, o jornal famalicense *Estrela do Minho* tentava acabar com a falsa questão, entre festa da família ou entre festa do nascimento de Jesus, e realçava a importância do acontecimento:

*(...) é comovente até ver a alegria que em todos os lares catholicos se expande alegria que deve dar alento para mais um ano rude de trabalho (...). Os próprios indiferentes á religião e até os anti-christãos, que seguindo os seus principios trabalham para a pacificação universal, para a resolução d'essa grande questão social que até hoje não tem sido mais que uma chimera, até esses se vêem forçados a respeitar a memória d'esses dias*<sup>1238</sup>.

Décadas depois, em 1941, a revista *Mocidade Portuguesa Feminina*, no seu número de Natal, continuava a realçar o aspeto religioso da celebração, que o Estado Novo propagou em todos os lares e em todos os individuos, *por grandes e inteligentes que sejam as campanhas destinadas a transformar a Festa do Natal em comemoração profana- não se consegue abafar, e muito menos matar, a alma desta Festa, que é fundamentalmente religiosa*<sup>1239</sup>.

---

<sup>1236</sup> Andrade, Luís Oliveira; Torgal, Luís Reis, *Feridos em Portugal. Tempos e Memória de Sociabilidade*, Coimbra, Edições Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 65-68.

<sup>1237</sup> Sobre o Natal através dos tempos consulte-se Gallar Rodríguez, Estrella, "La Navidad a través del tiempo", in Javier Campos, Francisco; Sevilla, Fernández de (org.), *La Natividad: arte, religiosidad y tradiciones populares*, Madrid, Editores Real Centro Universitario Escorial-Maria Cristina, 2009, pp. 825-846.

<sup>1238</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 25 de dezembro de 1910, p. 1.

<sup>1239</sup> *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, nº32, Natal, p. 2.

Com maior ou menor religiosidade, com mais ou menos símbolos, era em família que se celebrava o Natal, visto não só como um acontecimento religioso, mas também social, fruto sobretudo duma crescente secularização da sociedade portuguesa de inícios do século XX.

Polémicas à parte, a celebração do Natal em Requião, na casa da família Alves, foi no século XX encarada como uma expressão de fé onde se festejava, em família, o nascimento de Jesus, embora acreditemos que já o seria anteriormente, dada a forte religiosidade dos intervenientes.

Esta celebração do nascimento de Jesus era preparada em casa e na igreja, ao longo do Advento, encarado como um tempo de preparação, de recolhimento e penitência para os cristãos<sup>1240</sup>. Paralelamente a uma preparação interior que todo o crente era convidado a fazer, as igrejas, e juntamente com as celebrações litúrgicas desse tempo de Advento, são decoradas com uma simbologia própria, visível na coroa de ramos verdes e quatro velas que se costuma armar no seu interior. Mas também na feitura do presépio, representação artística do nascimento de Jesus, difundida desde o século XIII por São Francisco de Assis em toda a Europa<sup>1241</sup>. Este hábito segundo Anne Martin-Fugier surgiu em França nas casas familiares a partir de 1906, pois segundo a autora antes de 1863 não se falava em presépios nem nas casas, nem nas igrejas<sup>1242</sup>.

A igreja de Requião vivia esta simbólica das celebrações do Advento, emanada pelas orientações do arcebispado de Braga. Sem informações escritas sobre estas práticas litúrgicas, e desde quando ocorreu o seu início, resta-nos a única prova documental conseguida, neste caso relativa ao século XVIII. Diz respeito à visita pastoral do ano de 1721, em que é referida a necessidade de um frontal para o altar da igreja, pintado em duas faces: uma para os dias de festa, de cores alegres, em verde e vermelho, e a outra em tons de roxo para o Advento e Quaresma<sup>1243</sup>, ambas tempo de penitência, reflexão e preparação. Ainda hoje estes símbolos estão presentes na igreja paroquial, que se enfeita para a data, com a colocação do presépio e da coroa com quatro velas, acesas semanalmente desde o primeiro domingo do Advento até ao Natal, e nos paramentos roxos da igreja.

À semelhança da igreja de Requião, que se preparava para a chegada do Menino, também os Alves decoravam a sua casa para esses dias de festa, embora sem os luxos requintados dos burgueses citadinos que as revistas de inícios do século XX começavam a divulgar, mas com a simbologia sempre

---

<sup>1240</sup> Bernal, José Manuel, *Para vivir el año litúrgico. Una visión genética de los ciclos y de las fiestas*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 1997, pp. 213-214.

<sup>1241</sup> Cunha, Sónia Fernanda Marinho da, *A simbólica Cristã da Unidade Letiva 2 "Jesus nasceu", no 1º ano do 1º ciclo do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia, 2015, Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada do Mestrado em Ciências Religiosas, p. 18.

<sup>1242</sup> Fugier, Anne Martin, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol. 4..., p. 216.

<sup>1243</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fl. 35v.

contida e tradicional, apanágio da família, própria do Natal. O elemento mais paradigmático dessa simbólica natalícia era o presépio, que se colocava num recanto, junto a uma das janelas da sala de jantar e se organizava em cascata, simulando-se grutas e montes, cobertos de musgo, que as crianças da casa apanhavam nas bouças para o efeito. Eram elas as responsáveis, anualmente, pela sua feitura, e pela colocação das respetivas figurinhas de barro, como de uma casinha de bonecas se tratasse. Era um presépio, ingénuo e infantil, onde o Menino, deitado numas palhinhas secas de centeio, era a figura principal desse *teatrinho de Natal*. Sem riquezas de maior, ou invenções técnicas de corda, que faziam *piar passarinhos que voavam de um lado para o outro, ou que mexiam as asas e davam bicadas nas fontes de vidros*<sup>1244</sup> como refere sobre o Natal Minhoto de Ramalho Ortigão a propósito de alguns presépios mais ricos, o presépio da Casa da Ribeira, ainda com as características descritas, era na década de 70 do século XX de uma simplicidade cativante.

Já a moda da árvore de Natal nunca foi implantada na casa dos Alves. A tradição do pinheiro natalício, uma modernidade vinda dos países escandinavos que a Europa adotou no segundo quartel do século XIX, começou lentamente a ganhar adeptos no nosso país, nunca foi do agrado da família, a ponto de a montar e encher de enfeites<sup>1245</sup>. Um costume que ia ganhando seguidores a avaliar pelos anúncios que se iam fazendo sentir na imprensa, nomeadamente na *Ilustração Portuguesa*, onde várias casas comerciais publicitavam a venda de objetos para enfeitar as árvores, em simultâneo com o anúncio das bonecas e brinquedos para as crianças<sup>1246</sup>. Predominavam, isso sim, os arranjos de azevinho por todas as jarras da casa e na mesa da sala de jantar desses dias de festa.

Ao contrário da árvore de Natal que nunca houve na casa, já a troca de presentes entre a família mais próxima era tradição acontecer. Recuámos aos anos 40 do século XX, pois para as gerações anteriores é-nos impossível, pela falta de fontes primárias, afirmar tal prática. No entanto, pensamos que tal poderia ser possível na geração anterior, pois nos estratos mais elevados, e já com algum poder económico, como era o caso, crescia a tradição dos presentes no sapatinho para a família<sup>1247</sup>. Sem os exageros e os excessos da atualidade consumista, o Natal dos anos 40, 50 e 60 da Casa da Ribeira contemplava também uma pequena lembrança para cada um dos elementos da família. Aliás, as revistas femininas da década de 40 davam sugestões de lembranças que poderiam ser feitas pela própria mão das jovens prendadas: para o pai poder-se-ia fazer uma capa para a lista dos telefones, para a mãe um

---

<sup>1244</sup> Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, pp. 76-77.

<sup>1245</sup> Cascão, Rui, "Em casa: o quotidiano familiar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 241-243.

<sup>1246</sup> Consulte-se a revista *Ilustração Portuguesa*, 19 dezembro 1904, n.º 59, p. 5.

<sup>1247</sup> Cascão, Rui, "Em casa: o quotidiano familiar", in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea...*, pp. 241-243; Fugier, Anne Martin, "Os ritos da vida privada burguesa", in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol 4..., pp. 221-223.

saco de pano para o tricô com qualquer resto de fazenda que se quisesse aproveitar. Para os avós um saquinho para guardar os óculos ou um cachecol, para os irmãos as sugestões passavam pela feitura de um vestido para a boneca, no caso da irmã mais nova, ou dois lenços com letras bordadas, para as mais velhas. Se fosse um menino, poderiam sempre fazer um saquinho para a régua e um outro para o esquadro<sup>1248</sup>.

Igualmente digno de referência, e que fazia parte das memórias do Natal dos elementos masculinos da Casa da Ribeira dos anos 40, era a diversão de uma manhã e tarde de caça que tradicionalmente acontecia a 24 de dezembro. Essa lembrança viva e afetuosa guardava-a com saudade Silvestre Alves de Araújo sobre o Natal da sua infância.

Todos os presentes natalícios eram para as crianças, então, trazidos pelo Menino Jesus: um carrinho, um comboio, e depois, mais tarde na adolescência, uma camisola, as meias, um pijama. Mas nada que se comparasse à alegria da infância em receber um brinquedo. Esta troca de presentes era uma tradição, ou melhor, um luxo que não existia na maior parte dos lares portugueses de meados do século XX, em particular nas aldeias onde as duras condições de vida não permitiam sequer uma mesa farta, quanto mais um pequeno brinquedo para as crianças.

Nos lares, a azáfama do Natal, e a Casa da Ribeira não era exceção, passava-se sobretudo na cozinha, com os preparativos para a ceia da consoada e para o almoço do dia 25 de dezembro. Uma roda-viva vivida sobretudo pelas mulheres, a quem historicamente era atribuído o monopólio da cozinha. De facto, o objetivo de tal corrupio era preparar as refeições desses dois dias grandes: o almoço do dia 24 de dezembro, a ceia dessa mesma noite, a consoada, e o almoço do dia de Natal. Há semelhança do que acontecia na grande parte dos lares do norte do país, pelo menos desde meados do século XIX ou talvez antes<sup>1249</sup>, o bacalhau integrava a ementa das refeições do dia 24, quer ao almoço, quer ao jantar. O almoço funcionava para os Alves como uma espécie de ceia que ofereciam aos criados e jornaleiros antes de partirem cada um para as suas casas, celebrar com os seus, pois nesse dia os trabalhos no campo terminavam cedo. Por isso, ao almoço todos comiam bacalhau cozido com batatas, seguido, e isto apenas para os patrões, de arroz de polvo. Terminado o almoço cada um dos criados, à exceção daqueles que ficavam, como o caso do Bernardo e da cozinheira Angelina, levava as suas *consoadas* que os patrões ofereciam: um cestinho com um bacalhau pequeno, batatas, arroz, cebolas,

---

<sup>1248</sup> Leia-se para este assunto a *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, n.º 32, dezembro de 1941, pp. 18-19.

<sup>1249</sup> Sobral, José Manuel Sobral; Rodrigues, Patrícia, "O "fiel amigo": o bacalhau e a identidade Portuguesa", in *Etnográfica*, vol. 17 (3), 2013, p. 629. Consultado em 25 de janeiro de 2018.

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9531/1/ICS\\_JMSobral\\_Fiel\\_ARN.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9531/1/ICS_JMSobral_Fiel_ARN.pdf).

um garrafão de vinho, e uma garrafa de azeite. Mais tarde estas *consoadas* foram substituídas por dinheiro.

À noite, a ceia era composta por lombos de bacalhau assado na brasa. A exceção da refeição dessa noite fazia com que não houvesse sopa ao jantar, como era costume e sempre antes do prato principal. À sobremesa serviam-se as rabanadas, feitas com leite, os mexidos, a aletria, o leite-creme, o pudim francês, pão-de-ló e as *sopas secas* feitas num enorme alguidar de barro que ia posteriormente ao forno, assim que o pão embebido numa calda de água, mel e canela estava completamente ensopado.

O consumo de bacalhau nessas duas refeições estava certamente ligado às questões religiosas de abstinência que marcavam o Advento, impondo obrigatoriamente a ingestão de peixe, ao mesmo tempo que interditavam a carne na véspera de Natal.

A importância da consoada para os Alves é tão forte que um dos seus filhos, mesmo em pleno campo de batalha, na frente africana da primeira guerra mundial, não deixa de registar a ceia dessa noite no seu diário. Esta ceia de Natal, em Mocimboa da Praia, que começou às onze da noite e só terminou às três da madrugada do dia 25 de dezembro, com *bacalhau cozido com couves, presunto, marmelada, tora (chouriço) vinho do Porto, vinho verde e cognac*<sup>1250</sup>.

Sendo o dia de Natal uma data festiva, o dia do nascimento do Menino, e por isso um dia de celebração, a abstinência do dia anterior tinha acabado e como tal nesse dia comia-se carne. Na Casa da Ribeira comia-se peru recheado e capão, ambos assados no forno. O peru recheado, servido quase sempre como prato de carne noutros almoços e jantares de festa, onde havia dois pratos, um peixe e um de carne, não era exclusivo desta ocasião, tal como o afirma Natércia Rasteiro<sup>1251</sup>. Segundo a autora, o peru *fazia parte dos menus das casas abastadas e era sinónimo de fartura e de estatuto social*<sup>1252</sup>. Pelo menos fartura era, pois havia bastantes perus que se criavam na Casa da Ribeira juntamente com as restantes aves de capoeira. *Os pobres perus (...) que ignoram o destino que os espera*<sup>1253</sup>, como escreveu a princesa Rattazzi, a propósito da nova moda, de finais século XIX, importada de Inglaterra para solenizar o Natal.

Antes do almoço do dia de Natal, a família cumpria o preceito religioso de assistir à missa na igreja paroquial da freguesia. Era dia de festa e dia de beijar o Menino, que havia nascido, e estava exposto aos fiéis no presépio da igreja. Uma tradição que se cumpria já que os Alves nunca

---

<sup>1250</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na I Guerra Mundial...*, 2015, p. 92.

<sup>1251</sup> Rasteiro, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades gastronómicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços...*, p. 93.

<sup>1252</sup> Rasteiro, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades gastronómicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços...*, p. 93.

<sup>1253</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 108.

participaram na *Missa do Galo*, celebrada à meia-noite do dia 24 de dezembro. Muito provavelmente partilhavam a opinião de Ramalho Ortigão que considerava uma *invasão do lar pela sacristia*, e um *intrometimento sacerdotal*<sup>1254</sup> a missa que interrompia a festa da família no remanso do lar, até porque era à meia-noite que se abriam os presentes na Casa da Ribeira.

#### 2.4. A Páscoa

À semelhança do Natal também a Páscoa era uma festa em que a família se reunia para comemorar. Depois de sete semanas de uma caminhada de renovação espiritual centradas no modelo de Jesus Cristo, e na realidade de vida dos cristãos que devem assemelhar-se espiritualmente à imagem do Mestre<sup>1255</sup>, que se *tornou no cordeiro de Deus*, a Páscoa surgia aos olhos dos cristãos como um tempo de festa em que se anunciava e celebrava a Ressurreição do Senhor. Três dias depois de ter sido morto na cruz, Jesus ressuscitava e retornava à vida, no primeiro dia da semana, seguinte à sexta-feira em que foi crucificado. Por isso, o domingo de Páscoa era um dia festivo. Melhor dizendo, duplamente festivo, pois o domingo em si, *Dia do Senhor*, já é um dia de festa para o crente. É o dia litúrgico por excelência do cristianismo, pois, pela Sua Ressurreição, através da eucaristia, Cristo prolonga-se na História com uma dimensão que atravessa o tempo<sup>1256</sup>.

Depois do jejum, da abstinência e do silêncio, das músicas e dos canhões, que era *como uma morte a pairar*<sup>1257</sup> referia a *Ilustração Portuguesa* em 1905, a propósito da Semana Santa, o domingo de Páscoa traz consigo a festa e a celebração. É curiosa esta referência ao silêncio dos canhões na última semana da Quaresma, reforçando a opinião da Princesa Ratazzi de que as salvas de artilharia em Portugal se faziam por tudo e por nada<sup>1258</sup>.

O repique festivo dos sinos que nesse domingo anunciavam a Ressurreição de Cristo era sinónimo de festa. Os mesmos sinos que Ratazzi mencionava dobrarem para os enterros, repicar para os batizados, e por ocasião de certas solenidades que ela própria diz não saber classificar, alvoraçando a cidade nas vésperas das festas, nos dias de festa e nos dias seguintes, como refere com humor subtil *desde as oito horas até à meia-noite*, atroando os ouvidos e interrompendo o sono<sup>1259</sup>.

---

<sup>1254</sup> Ramalho Ortigão citado por Lopes, Maria Antónia, "Os alimentos nos rituais familiares portugueses (1850-1950)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra (coord.), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, p. 179.

<sup>1255</sup> Dias, Geraldo J. A. Coelho, *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Departamento de História/Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2006, p. 277.

<sup>1256</sup> Dias, Geraldo J. A. Coelho, *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade...*, pp. 243-254.

<sup>1257</sup> Leia-se a revista *Ilustração Portuguesa*, 24 de abril de 1905, p. 395.

<sup>1258</sup> Ratazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 152.

<sup>1259</sup> Ratazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, pp. 110-111.

Tal como o dobrar dos sinos, o fogo-de-artifício era presença assídua nas festas religiosas<sup>1260</sup> e na Páscoa não era exceção. A partir do *sábado de Aleluia*, ou *sábado Santo*, lançavam-se os foguetes nas aldeias, que pressupõe uma mudança da atmosfera litúrgica, da tristeza da sexta-feira da Paixão, que relembra a crucificação de Jesus, para a alegria que *Cristo ressuscitou!* Mas é sobretudo no domingo, desde cedo, que se ouvem os estralar de foguetes, anunciando a boa nova da Ressurreição de Cristo. Por isso a cruz, sai à rua, o compasso, uma tradição muito presente no norte de Portugal, à qual os Alves sempre se associaram e sempre celebraram com a família. Não só na Casa da Ribeira mas também nas outras casas, a que, de uma forma ou de outra, estavam ligados. Como acontecia na Casa de Pidre, também em Requião, que abordaremos adiante em espaço próprio. Toda a família Alves se reunia à volta da cerimónia do compasso, solenemente recebido na casa, nesses domingos festivos de Ressurreição.

Esta tradição que, como refere Geraldo Coelho Dias, nada tem a ver com o anúncio da Ressurreição ou o levar a Cruz a beijar às casas dos cristãos<sup>1261</sup>. Ou mesmo com o facto de o padre e acompanhantes caminharem ao mesmo ritmo compassado com a Cruz aquando da visita pascal às casas. O motivo era a bênção das casas, que se fazia pela Páscoa, uma prática solenizada que vinha dos tempos medievais, e que o *Rituale Romanum* de 1614, do papa Paulo V, confirmou como um ato de jurisdição paroquial<sup>1262</sup>. Disso dão conta alguns livros de visitas de algumas paróquias ao referirem a obrigação, e costume, do juiz do Subsino levar a cruz de prata para acompanhar o pároco, por alturas da Páscoa<sup>1263</sup>. As visitas de Requião, como já as analisámos no capítulo I, fazem menção à cruz de prata deste juiz, mas apenas mencionam o facto desta, servir em épocas festivas, não especificando sobre se seria o caso da Páscoa.

Apesar de alterado o significado original da visita pascal, entendida como a bênção das casas dos fregueses, cuja solenidade era feita pela Páscoa, nos tempos contemporâneos continuou-se este costume fortemente enraizado no Norte de Portugal, sobretudo nesta região do Entre-Douro-e-Minho. Ricas ou pobres, maiores ou menores, quase todas as casas de Requião recebiam Cristo que entrava nos seus aposentos. Uma tradição pascal que os Alves sempre acarinharam, e que ainda hoje mesmo adulterada na sua essência, pelos tempos da globalidade, mantêm, passando estes valores aos mais

---

<sup>1260</sup> A princesa Rattazzi diz que a *febre* pirotécnica passou de Lisboa para as aldeias mais longínquas pois segundo ela não havia batizado, casamento ou festividade religiosa sem foguetes, não dispensado pelas bolsas mais pobres. Ver Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 153.

<sup>1261</sup> Dias, Geraldo A. J. Coelho, "Origem Medieval do Compasso-Visita Pascal. A Bênção das Casas", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 4, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1992, p. 84.

<sup>1262</sup> Dias, Geraldo A. J. Coelho, "Origem Medieval do Compasso-Visita Pascal...", pp. 90-95.

<sup>1263</sup> Dias, Geraldo A. J. Coelho, "Origem Medieval do Compasso-Visita Pascal...", p. 93.

jovens. O Papa João Paulo II aprovou, em 1984 no novo ritual da Celebração das Bênçãos, a visita pascal como a bênção anual das famílias nas suas próprias casas<sup>1264</sup>.

A Casa da Ribeira preparava-se para receber condignamente a visita do Compasso, tal como os cristãos se haviam preparado interiormente durante quarenta dias no chamado período da Quaresma. Antes da festa havia um tempo de preparação para a Páscoa. A Quaresma entendida como um caminho, semelhante aquele que os hebreus percorreram pelo deserto, era vista como um exercício de austeridade e de ascética para os cristãos<sup>1265</sup>. Uma penitência que só aqueles que se submeteram à prova quaresmal, quer pela ascese, quer pelo jejum e abstinência, é que poderiam compartilhar com o Senhor o banquete da Páscoa. Exigiam-se práticas piedosas, que iam desde o vestir de roupas escuras, passando pelo jejum rigoroso ou pela privação de carnes e derivados, até esmolas, orações e o cumprimento de algumas das obras de misericórdia. A quarta-feira de cinzas e todas as sextas-feiras da Quaresma eram dias de abstinência de carne, e das gorduras animais, entre a família Alves. Era obrigatório recorrer-se ao peixe, cujo abastecimento numa zona afastada do mar era sempre mais difícil, e caro. Por isso mesmo, eram compradas grandes quantidades de bacalhau, que era o alimento chave nesses dias de privação de carne. O mesmo acontecia com a refeição dos criados: um arroz de bacalhau ou umas caras de bacalhau com batata cozida.

Além deste exercício de abstinência era também prática na família, pelo menos durante o século XX, e acreditamos também que o fosse nas gerações anteriores, frequentar as cerimónias religiosas do tempo pascal na igreja de Requião: a liturgia da quarta-feira de Cinzas que abre o tempo da Quaresma, o lava-pés da quinta-feira santa, ou a vigília pascal, realizada a partir do pôr-do-sol do *sábado de Aleluia*. Nesse sábado santo ocorria também em Requião, ao final da tarde, a malhação e queima do Judas, que se realizava no adro da igreja. Era um boneco feito em palha, de tamanho real e vestido com roupa de homem, que simboliza Judas Iscariote que traiu Jesus e o entregou aos soldados romanos, por trinta moedas de prata. Judas personifica o mal e o diabólico que se quer extirpar. Depois de malhado, isto é, batido e arrastado pelo chão, o boneco era colocado num mastro de madeira e queimado, após a leitura do seu testamento, onde se descobriam algumas das verdades sobre os homens e mulheres da freguesia. Tratava-se de um espetáculo sobretudo lúdico onde apenas participavam os mais novos da família, que se deliciavam com as peripécias e brincadeiras feitas pelos organizadores do enterro.

---

<sup>1264</sup> Dias, Geraldo A. J. Coelho, "Origem Medieval do Compasso-Visita Pascal...", p. 89.

<sup>1265</sup> Leia-se sobre a Quaresma Bernal, José Manuel, *Para vivir el año litúrgico...*, pp. 149-169.



Para além destes elementos de carácter religioso há uma outra dimensão sociológica, como lhe chama Geraldo Coelho Dias<sup>1266</sup>, presente na Páscoa que também era praticada pela família Alves. Tratava-se da limpeza das casas feita na semana que antecede o domingo de Páscoa. Uma transposição da noção de pureza e limpeza da Páscoa judaica e que a Páscoa cristã é herdeira sob variadíssimos aspetos. Para além da pureza interior feita simbolicamente durante a Quaresma, era tradição sobretudo no Norte fazer-se a barreira da casa, esfregar-se o chão, cair-se as paredes<sup>1267</sup>, tirar as ervas daninhas à porta da casa para receber condignamente o Compasso. Tudo isto era rigorosamente executado ano após ano na Casa da Ribeira. Os criados em colaboração com as crianças da Casa apanhavam pétalas de flores, destinadas ao tapete exterior, que se fazia no próprio domingo da Ressurreição, logo de manhã, e que indicava o percurso que o Compasso devia percorrer até à porta de entrada na casa. Eram geralmente as glicínias, consideradas *as flores da Páscoa*, com que se executava o tapete, mas também era com elas que se asseavam as jarras do interior das habitações. Um costume, que sob o título *As flores da Páscoa*, a revista *Mocidade Portuguesa Feminina*, na sua edição de abril do ano de 1941, faz questão de as sugerir como a decoração por excelência das jarras das casas e das igrejas por alturas da Páscoa<sup>1268</sup>.

Geralmente, o Compasso passava pela manhã na Ribeira, sendo recebido ao som de foguetes mandados queimar pela família, como era costume<sup>1269</sup>. Esperava-o toda a família, não só os da Casa como também os parentes próximos. Como vemos na fotografia 25 relativa a um domingo de Páscoa da década de 50, talvez 1951, quer os adultos, quer as crianças da família vestiam-se a rigor: fato completo para os homens, e vestidos para as senhoras, bem como calção, casaco e gravata para os rapazes. De notar, a diferença de vestuário entre o menino vestido de jardineira, muito provavelmente um criado ou filho de algum criado, e os outros dois meninos, um que se vê na janela e o outro na escada junto ao corrimão, ambos de casaco e gravata.

Certamente este menino que envergava uma jardineira teria estado na sala de visitas a beijar a cruz, juntamente com os demais elementos da família Alves, pois era costume todos os criados juntarem-se aos demais no ato da visita pascal.

Terminada a bênção da Casa e o beijar da cruz, havia sempre uma mesa posta com as iguarias da época destinadas ao pároco e mordomos, de opas vermelhas, que integravam o Compasso. Ao pão-de-ló, às amêndoas e aos ovos cozidos, cuja cozedura com uma casca de cebola lhes dava um aspeto

---

<sup>1266</sup> Dias, Geraldo J. A. Coelho, *As Religiões da nossa vizinhança...*, pp. 296-297.

<sup>1267</sup> Dias, Geraldo J. A. Coelho, *As Religiões da nossa vizinhança...*, pp. 296-297.

<sup>1268</sup> *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, nº 24, abril de 1941, p. 3v.

<sup>1269</sup> Por aquelas casas que tinham possibilidades económicas de o fazer, como era o caso da casa da Ribeira. Aliás, verificámos nas já referidas agendas a referência ao pagamento do *fogo da Páscoa*, em 1961. APTA, Agenda de 1961, 1 de abril, não paginada.

avermelhado, juntava-se o vinho do Porto. No final da breve merenda era a vez de colocar no cesto, que um dos mordomos levava na mão, um envelope com dinheiro, destinado à sustentação do pároco. Uma tradição que vinha da Idade Moderna, referenciada pelas constituições sinodais de Braga que legislavam que *por direito divino e humano era devida aos ministros espirituais a cômgrua sustentação temporal (...)* mandando *que de todos os frutos e ganhos, se dem às Igrejas para sustentação de seus ministros a décima parte*<sup>1270</sup>.

Fotografia 25 - A Páscoa na Casa da Ribeira. Ca. 1951



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Depois da parte religiosa da visita pascal, era a vez da componente mundana da celebração com o almoço de família. O tempo de abstinência quaresmal havia terminado e o domingo de Páscoa impunha uma gastronomia típica da época: o cabrito. Uma carne intimamente ligada ao animal do sacrifício pascal, o cordeiro, que os cristãos, e também os judeus, arrogam como elemento simbólico. Jesus Cristo é o cordeiro de Deus, *que tirou os pecados do mundo*, expressão utilizada para identificar o Messias como o salvador da humanidade, ao ter sido sacrificado em resgate pelo pecado original. Uma simbologia baseada no sacrifício do cordeiro que os judeus faziam em remissão dos pecados do seu povo.

---

<sup>1270</sup> *Constituições sinodais do arcebispado de Braga...*, pp. 379-380.

## 2.5. Os aniversários

Além das festas anuais de motivações de índole religiosa, como o Natal e a Páscoa, ou os festejos em que celebravam os rituais de passagem dos vários elementos da família, os Alves gostavam de assinalar os aniversários, geralmente com um almoço entre amigos e familiares mais próximos, que se realizava quase sempre ao domingo na Casa da Ribeira. Reportamo-nos apenas ao século XX, período para o qual temos informações e registos destas práticas de sociabilidade na Casa, quer através de fontes orais de familiares e antigas criadas, bem como pelas anotações efetuadas nas agendas de Carlos Alves, nos anos 60.

No diário eram apenas apontados os aniversários dos adultos da Casa, talvez porque tal significava sempre um dia de festa e celebração com a presença de familiares e amigos. De 1961 até 1965, foram anotados os aniversários dos irmãos ainda vivos, Joaquim e Armindo, da mulher, Emília, e o seu próprio dia de anos. Em 1961, na entrada de 22 de janeiro da agenda, Carlos escreve: *Passsei hoje o dia dos meus anos-59. Estiveram cá os de Ruivães, Crespos e o Abade. Tudo correu bem. Dia de muito frio.* Os de Ruivães eram os cunhados, Benício e Cacilda que moravam nessa freguesia do concelho famalicense. Já os de Crespos, como lhes chamava, era a família de seu irmão Joaquim que moravam nesse lugar de Requião.

Imagem 9 - Registo do dia de aniversário de Carlos Alves Correia de Araújo

$\frac{22}{343}$	Janeiro	22	Domingo
<i>Passsei hoje o dia dos meus anos - 59.</i>			
<i>Estiveram cá os de Ruivães, Crespos e o Abade.</i>			
<i>Tudo correu bem.</i>			
<i>Dia de muito frio.</i>			

Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Mais importante que a evocação dos anos que passavam, era o almoço de família, comemorativo da ocasião. O importante era a celebração, em família, da data, por isso, e sem receio das crenças que

consideravam mau sinal a antecipação da comemoração do aniversário, não se importava de fazer o almoço festivo dias antes do mesmo. *Foi hoje o almoço dos meus anos por estarem cá os rapazes. Compareceram o Padre Benjamim e Abade, o Joaquim e os de Ruivães*<sup>1271</sup>, escreveu no dia 19 de janeiro, o domingo anterior ao seu aniversário, que ocorreria três dias depois.

A presença dos filhos, já em idade adulta, era suficientemente importante para se antecipar a celebração do aniversário, pretexto mais que razoável para recriar a unidade da família e reforçar os laços afetivos.

Particularmente importante e objeto de uma atenção especial, até pela dimensão de convivas presentes na celebração, era o aniversário de Armindo Alves Correia de Araújo, que se realizava a 27 de dezembro na Casa da Ribeira. Nunca tendo saído da Casa da Ribeira para constituir família, e formar a sua própria linhagem, à exceção dos períodos em que esteve ausente, e pontualmente, por motivos de ordem profissional, por ocasião do seu destacamento para diferentes comarcas judiciais<sup>1272</sup>, foi nessa casa que Armindo nasceu, viveu, e onde faleceu, em virtudes de complicações de diabetes, em julho de 1962.

Afável, divertido, bom conversador e *amigo do seu amigo*, Armindo gostava de festas, por isso mesmo não descurava a sua festa de aniversário nem deixava os *créditos por mãos alheias*. Empenhava-se pessoalmente para nesse dia ter uma grande comemoração na Casa da Ribeira. Não olhava a despesas nem a obstáculos para a concretização de tal evento. Além das informações orais de Ana, uma antiga criada da casa, presente nessas festas, ficaram os registos nas agendas desses preparativos, com indicações de alguns gastos no talho e outras despesas para assegurar o banquete de aniversário do ano de 1961<sup>1273</sup>. Já doente, e tendo amputado uma perna na sequência de complicações de diabetes, é muito provável que quisesse uma grande festa, talvez porque a iminência da morte se fazia sentir. E acabará por acontecer sete meses depois.

---

<sup>1271</sup> APTA, Agenda de 1964, não paginada.

<sup>1272</sup> Logo após ter terminado a sua licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra em 1919, e antes de se tornar no quarto conservador do Registo Predial famalicense, Armindo Alves Correia de Araújo a partir de 1934 passou por várias comarcas até 1926. Primeiro, esteve na comarca alentejana de Portel, uma vila situada entre Évora e Beja, seguiu-se Vinhais, em pleno nordeste transmontano, depois os Açores tendo ido para a comarca de Povoação, na ilha de S. Miguel, seguiu-se Tabuaço, Caminha e Marco de Canavezes.

<sup>1273</sup> APTA, Agenda de 1961, não paginada.

Imagem 10 - Registo de 27 de dezembro de 1961. Dia de aniversário de Armindo Alves Correia de Araújo

$\frac{361}{4}$	Dezembro	27	Quarta
Dia do ano de <sup>my</sup> irmão Armindo Compareceu a família e <sup>my</sup> amigos e tudo correu bem.			
Pago por <sup>my</sup> irmão Armindo <sup>my</sup> entrega à Galega para compra 100 \$ 00 Pago 0			

Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Esse almoço de aniversário durava praticamente até ao final da tarde, já de noite, pois sendo em dezembro, em pleno inverno, os dias escureciam cedo. Chegavam a estar sentados à mesa mais de quarenta pessoas, entre amigos e familiares mais próximos. Aliás, ter-se-á mandado fazer uma mesa para a sala de jantar propositadamente para estas festas, a qual ampliada com umas tábuas de madeira comportava quarenta pessoas sentadas. Os jantares volantes não eram do agrado dos Alves, uma modernice à qual nunca aderiram. Gostavam de estar *com os pés debaixo da mesa* e ser servidos pela criada que apoiava a sala, a Conceição, que nesses dias necessitava de uma ajuda extra de outra colega para servir, face ao número elevado de convidados.

### 3. Sociabilidades de exterior

Paralelamente ao celebrar *indoor*, dentro de portas, na Casa da Ribeira, a geração dos Alves do século XX gostava de conviver fora de portas: passeios e piqueniques, idas à praia, torneios de tiro aos pratos ou aos pombos, caçadas eram alguns dos entretenimentos da família, que as fotografias do arquivo familiar demonstram. Começemos pela praia.

#### 3.1. A praia

A praia, ou melhor, o *ir a banhos* era uma prática perfeitamente estabelecida e generalizada nos estratos mais elevados da sociedade desde finais do século XIX, que desta forma singela imitava a família

real<sup>1274</sup>. Se inicialmente a importância medicinal dos banhos de mar e do ar marítimo foi o motivo encontrado pelas elites para procurarem as zonas costeiras com fins terapêuticos, rapidamente a vertente lúdica e social ultrapassou este desígnio, ainda que fosse um fator a ter em atenção. De facto, o movimento higienista que se vinha fazendo sentir desde Setecentos, que fazia a apologia da salubridade e higiene, pública e privada, como forma de combate às doenças, foi fundamental para uma nova visão do bem-estar do corpo e da alma, necessários a uma vida longa e sem maleitas<sup>1275</sup>. Reconhecia-se, então, que os grandes surtos epidémicos podiam ser evitados através da aplicação de medidas sanitárias corretas<sup>1276</sup>. Assim, tal como o termalismo também os banhos de água, nomeadamente salgada, respondiam a esta questão que deve ser enquadrada num movimento mais amplo, marcado pelo higienismo e pelo naturalismo, em que a água é encarada com diferentes valências, sobretudo pelo seu efeito preventivo, curativo e purificador<sup>1277</sup>. Ainda que inicialmente os banhos de mar fossem prerrogativas de uma elite aristocrática, burguesa ou até religiosa, rapidamente tal prática se alargou a outros grupos sociais.

Desde o século XVIII que os banhos de mar com objetivos médico-terapêuticos converteram algumas praias do litoral em locais de eleição para passar temporadas<sup>1278</sup>. Foi o caso da Póvoa de Varzim, procurada desde então pelos beneditinos de Tibães para o efeito, em particular pelos monges mais idosos, seguindo a recomendação de quatro cirurgiões do Porto, assumindo-se no século seguinte, sobretudo a partir da segunda metade, como uma das praias preferidas das elites no norte do país<sup>1279</sup>.

No entanto, e ainda que o discurso médico confirmasse este interesse crescente pelas praias e pelos banhos de mar, só a partir da segunda metade do século XIX, nomeadamente fruto da expansão do caminho-de-ferro, se assistiu a uma generalização do fenómeno da praia entre os grupos mais elevados da sociedade. Praias como a Póvoa de Varzim, Vila do Conde, a Foz do Douro, Espinho ou a

---

<sup>1274</sup> Sobre o ir a banhos da família real leia-se Ramalho, Margarida de Magalhães, *Uma corte à beira-mar, 1870-1910*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003.

<sup>1275</sup> Consulte-se a propósito Cosme, João Cosme, "As Preocupações Higió-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 7, Porto, 2006, pp. 181-195.

<sup>1276</sup> Esteves, Alexandra, "Quando a doença chega por mar. O desenvolvimento do sanitarismo em Portugal no século XIX", in *Revista CEPIHS*, nº 6, Torre de Moncorvo, 2016, pp. 267-286.

<sup>1277</sup> Esteves, Alexandra, "Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e inícios de novecentos", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coords.), *Sociabilidade na vida e na morte (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 311-315.

<sup>1278</sup> Leia-se sobre a questão da *invenção social da praia* Freitas, Joana Isabel Ricardo Gaspar de, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 61-78, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>1279</sup> Confira-se Smith, Robert C., "Os banhos de mar na Póvoa de Varzim, no século XVIII", in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. IV, nº 2, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1965, pp. 239-244.

Granja, no norte do país, começaram a atrair determinados grupos sociais, e a fidelizar o seu público-alvo, assumindo algumas destas um carácter marcadamente elitista<sup>1280</sup>.

Numa época marcada por grandes epidemias como a tuberculose, a pneumónica ou a cólera e sarampo, a fruição dos bons ares marítimos, associados a outras boas práticas, era encarada quase como que uma obrigação das elites, que reservavam um a dois meses no verão para *ir a banhos*. No caso das gentes do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente de Braga, Vila Nova de Famalicão, Guimarães ou Barcelos, até pela proximidade geográfica, as praias eleitas eram as da Póvoa de Varzim e Vila do Conde. A afluência era enorme, claramente referenciada pelos jornais famalicenses que desde 1900 dão conta da *saída* dos notáveis locais *para as praias em busca das águas do mar, que tonificam o espírito e o físico*, e em particular para a Póvoa de Varzim *que se anima nos meses de verão com uma população flutuante*<sup>1281</sup>. Já cerca de trinta anos antes, em 1868, Vilhena Barbosa no seu *Arquivo Pittoresco* apontava a existência de diligências extraordinárias, durante a estação dos banhos, vindas de Barcelos, Braga, Guimarães, Fafe, e do Porto, traziam anualmente para as praias da Póvoa de Varzim cerca de vinte mil banhistas. Tratava-se de uma situação pontual, na época de veraneio, que acrescia às habituais quatro diligências diárias, com horários determinados entre a Póvoa e o Porto, e às três diligências que, fazendo viagens regulares de Barcelos e Viana do Castelo, passavam pela Póvoa com destino ao Porto<sup>1282</sup>.

Este número aumentaria nas décadas seguintes, estimando Pinho Leal, em 1876, cerca *de vinte e quatro mil a trinta mil, as pessoas que concorriam em cada ano a tomar banhos de mar nesta praia*<sup>1283</sup>. A construção da linha férrea, cuja inauguração ocorreu em 1875 com a ligação da Póvoa de Varzim ao Porto será decisiva para aumentar a população no Verão<sup>1284</sup>.

De facto, além da estabilidade política, económica e social vivida na Regeneração foi determinante para que este paradigma da *praia burguesa* se instalasse, como lhe chamou Pedro Alexandre Guerreiro Martins. O desenvolvimento dos meios de comunicação e dos transportes,

---

<sup>1280</sup> Sobre a emergência e declínio daquela que foi a estância balnear por excelência das elites nortenhas, a praia da Granja, leia-se Gomes, Maria João Bastos da Cunha, *Praia da Granja 1860-1950. Gênese, apogeu e declínio de uma estância recreativo-balnear*, Porto, Universidade Lusíada, 1998, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1281</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 18 de agosto de 1901, p. 1.

<sup>1282</sup> *Arquivo Pittoresco: semanário ilustrado*, vol. XI, Lisboa, Castro, Irmão & C<sup>o</sup>, 1868, p. 172.

<sup>1283</sup> Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol. 7 ..., p. 622.

<sup>1284</sup> Landolt, Candido, "Movimento social da Póvoa. O comboio da Póvoa", in *A Póvoa de Varzim*, 1<sup>o</sup> ano, n<sup>o</sup> 18, Póvoa de Varzim, Edição João Agostinho Landolt, 1912, p. 1.

nomeadamente a abertura de estradas em macadame e a construção da linha férrea, permitiram uma maior rapidez nas deslocações e conforto aos viajantes<sup>1285</sup>.

A procura da praia com fins terapêuticos acabou por dar lugar à praia lúdica e à praia social, impelindo as próprias vilas balneares a modernizarem-se, criando equipamentos de apoio, de ócio e lazer, para receber estes veraneantes<sup>1286</sup>. Cada localidade organizou-se em função do público que a procurava, dos seus perfis e necessidades, uns mais cosmopolitas, outros menos, mas com iguais exigências no seu escalão social<sup>1287</sup>.

Na Póvoa de Varzim, por exemplo, o comércio animava-se com estabelecimentos permanentes ou temporários, que iam desde as lojas de ourives, cujas vitrinas mostravam às *mulheres do campo os grandes corações de filigrana de ouro, os relicários, as grossas arrecadas*, passando pelos camiseiros *com os seus artigos de luxo barato*, até os botequins e tabernas que disponibilizavam alimentos e bebidas a um público menos refinado. Já para os banhistas com maior poder social e económico, a vila oferecia *dois grandes e belos cafés, com ótimos bilhares, grandes espelhos, muita luz, abr(iam) as suas portas sobre a rua da Junqueira*<sup>1288</sup>. Era o caso do *Café Chinês*<sup>1289</sup>, propriedade de Carlos Evaristo Félix da Costa, inaugurado em 1886. Todo revestido a espelhos e decorado com motivos orientais, nele existiam quatro mesas de bilhar, bem como o jogo da roleta, motivo de perdição de muitos, uma vez que, e segundo as palavras de Ramalho Ortigão, *fazia estragos irremediáveis na honra e na fortuna das famílias constituindo nas praias de Portugal durante a estação dos banhos o mais lamentável flagelo*<sup>1290</sup>.

De facto, o jogo era já um dos principais atrativos da Póvoa de Varzim balnear, também referenciado por Pinho Leal que considerava ter-se então *desenvolvido de uma forma aterradora*<sup>1291</sup>. Ainda que o jogo não fosse uma atividade legalizada, era tolerado pelas autoridades, que, de uma forma cúmplice, pactuavam com as clientelas interessadas na manutenção daquilo que muitos chamavam uma *chaga social*<sup>1292</sup>.

---

<sup>1285</sup> Martins, Pedro Alexandre Guerreiro, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 64-66, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1286</sup> Sobre os equipamentos que cada estância balnear deveria ter consulte-se Briz, Maria da Graça, *A arquitetura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, pp. 52-59, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1287</sup> Freitas, Joana Isabel Ricardo Gaspar de, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências...*, pp. 74-76.

<sup>1288</sup> Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876, pp. 50-51.

<sup>1289</sup> Areias, Mário, "O café chinês", in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. III, nº 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1964, pp. 11-18.

<sup>1290</sup> Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante...*, p. 53.

<sup>1291</sup> Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, p. 634.

<sup>1292</sup> Cunha, Licínio, "Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios", in *Fluxos & Riscos*, nº 1, Lisboa, 2010, pp. 145-146.



Além dos cafés, o *ir a banhos* para a Póvoa significava igualmente o passear no *Picadeiro*, um largo passeio que acompanhava o areal entre a avenida dos banhos e o Alto de Martim Vaz, no topo norte, estabelecendo-se contactos sociais entre pessoas e famílias, que terminavam muitas das vezes em namoricos e até em casamentos. Muitas estratégias casamenteiras foram tratadas nestes meses de verão. Era aqui neste vai e vem de gente que se passeava à tarde e à noite, que as senhoras apresentavam as suas melhores *toilettes*, algumas das quais costuradas especialmente pelas modistas da moda para serem estreadas, e sobretudo mostradas, na época balnear. Este ritual manteve-se durante décadas. Habitual nos anos 50 do século XX, permanece na atualidade avivando memórias daquelas outrora meninas, que se habituaram a acompanhar os pais nesse desfile de moda, no *Picadeiro*.

A praia terapêutica fazia-se de manhã, quando havia maiores concentrações de iodo, particularmente favoráveis à saúde, seguindo os preceitos desde há muito recomentados, passando de geração em geração, insistindo-se que a água fria salgada produziria efeitos benéficos no organismo. Desde inícios do século XIX que surgem em Portugal verdadeiros tratados debruçando-se especificamente sobre os banhos de mar com recomendações sobre o seu modo de utilização. Neles, entre outros aspetos, sublinhava-se a duração do banho, a altura ideal para o fazer e a quantidade de banhos ao dia<sup>1293</sup>. Em 1906, Belarmino da Costa Pereira, apresentou na sua dissertação inaugural, à Escola Médico Cirúrgica do Porto, os benefícios da praia e dos banhos de mar da Póvoa de Varzim como estação balnear marítima<sup>1294</sup>. Segundo o jovem médico, já na altura a Póvoa de Varzim apresentava todos os requisitos de uma praia moderna, aos quais se aliavam as qualidades do ar marítimo de efeito benéfico em função das *suas propriedades desinfetantes e tónicas*<sup>1295</sup>. Além de muitas recomendações no que respeitava aos banhos, enumerou igualmente as doenças em que os banhos de mar eram propícios à sua cura, e o inverso, isto é aquelas doenças em que os banhos eram contraindicados<sup>1296</sup>. Advertia ainda para as precauções necessárias, de acordo com as diferenças de idade.

A presença da família Alves nas praias da Póvoa de Varzim está documentada desde 1901<sup>1297</sup>. São as fotografias do arquivo familiar e as notícias pelos jornais famalicenses que dão conta das temporadas a banhos na Póvoa de Varzim, durante os meses de verão. Foi um ritual de veraneio que durou até finais dos anos cinquenta do século XX. Anualmente era alugada uma casa na avenida dos Banhos, mesmo em frente ao mar, e a família mudava-se de Requião para a Póvoa para apanhar os ares

---

<sup>1293</sup> Martins, Pedro Alexandre Guerreiro, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal...*, pp. 74-77.

<sup>1294</sup> Pereira, B. da Costa, *A Póvoa de Varzim como estação balnear marítima (apontamentos subsidiários)*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense Editora, 1906.

<sup>1295</sup> Pereira, B. da Costa, *A Póvoa de Varzim como estação balnear marítima...*, p. 38.

<sup>1296</sup> Pereira, B. da Costa, *A Póvoa de Varzim como estação balnear marítima...*, pp. 52-54.

<sup>1297</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 15 de setembro de 1901, p. 2.

frescos marítimos e *onde o calor é(r) bastante menos*<sup>1298</sup>. A temporada na praia que geralmente demorava um mês, não agradava totalmente à geração mais nova, que se entediava pela duração da estadia e que fugia dos banhos diários de mar, de água gelada, obrigatórios dados à força pelo banheiro *Arlindo Mouco*, a mando dos progenitores. Era pela mão dos banheiros que os mais jovens aprendiam a nadar ou a mergulhar forçadamente na água<sup>1299</sup>. Ou, e ao invés, fruto dessa violência, que não aceitava sequer um não da criança e a obrigava a emergir quer quisesse ou não, muitos eram aqueles que repudiariam para sempre ao longo da sua vida adulta o gosto e o prazer da ida à praia.

Mas nem só as crianças e jovens eram entregues aos braços experimentados dos banheiros, também os adultos eram fregueses assíduos dos serviços destes homens. Quer fosse através da gamela cheia de água que lhes era despejada na cabeça ou onde mergulhavam os pés, quer através da cadeirinha, onde e ainda que sentados, eram levados até ao mar para serem rapidamente emersos na água e logo depois, já molhados, devolvidos ao areal<sup>1300</sup>. Havia a ideia que a praia, e sobretudo os banhos no mar, independentemente da temperatura fria das águas poveiras, era terapêutica, por isso mais do que um prazer era uma recomendação para uma vida saudável.

Fotografia 26 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1926



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>1298</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 28 de agosto de 1937, p. 3.

<sup>1299</sup> Sobre a atividade do banheiro consulte-se Jerónimo, Rita, "Banhistas e banheiros: reconfiguração identitária na praia da Ericeira", in *Etnográfica* 7, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Social, 2003, pp. 159- 169.

<sup>1300</sup> Martins, Luís Paulo Saldanha, "Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época", in *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, I Série, Vol. V, Porto, FLUP, 1989, p. 55.

Fotografia 27 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1937



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

### 3.2. As excursões, as viagens de recreio e os piqueniques

O gosto pelas viagens e por conhecer novos lugares e novas pessoas é outra das novas formas de sociabilidade conseguidas e vividas pela sociedade burguesa. Viajava-se não apenas por circunstâncias de trabalho ou de necessidade, mas por lazer. Esta nova dinâmica foi facilitada pela melhoria dos meios de transporte e comunicações: o comboio, as estradas rodoviárias e os automóveis. Através deles foi possível aceder a viagens de recreio para destinos mais ou menos próximos consoante as disponibilidades, sobretudo financeiras.

De facto, foi graças ao comboio que as viagens de recreio se intensificaram, permitindo o desenvolvimento de atividades de lazer em muitas cidades, possibilitando o descanso, o prazer e o divertimento. Até então o conhecimento de determinados setores, como era o das viagens, só estava ao alcance de uma minoria nobre e aristocrata que desconhecia o significado do trabalho e vivia essencialmente para o ócio. A partir do século XIX, aquilo que era apenas prerrogativa de alguns privilegiados alargou-se à burguesia endinheirada, abrangendo, com o passar dos tempos, estratos mais alargados da população e ganhando novos públicos no seio das classes médias cidadinas<sup>1301</sup>.

O aparecimento do comboio foi determinante nesta transformação social e o seu surgimento revolucionou mentalidades e encurtou distâncias. Incute-se o gosto pelas viagens e promove-se o turismo

---

<sup>1301</sup> Matos, Ana Cardoso de; Ribeiro, Elói Figueiredo; Bernardo, Maria Ana, "Caminhos-de-ferro e turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)", in *V Congresso de Historia Ferroviaria*, Palma de Maiorca, 2009, p. 1.

em muitas cidades e vilas ligadas pelo caminho-de-ferro<sup>1302</sup>. As localidades balneares, e muito graças à construção da rede ferroviária que ia dando os primeiros passos no terceiro quartel do século XIX, organizam-se em torno do lazer, possibilitando espaços públicos, mas também privados de sociabilidade: os casinos, as salas de jogo, os banhos quentes, os cafés, as casas de espetáculos, as touradas, os hotéis e outras atividades de caráter mais familiar<sup>1303</sup>. Graças ao caminho-de-ferro tornou-se mais fácil viajar. A viagem de comboio revelou-se menos arriscada, menos incómoda e mais acessível a qualquer um, encurtando distâncias e aproximando as pessoas e os mercados<sup>1304</sup>.

As próprias empresas que exploravam este meio de transporte promoveram várias iniciativas de forma a atrair um público cada vez mais abrangente, incentivando as viagens de comboio e aplicando tarifas cada vez mais competitivas, acessíveis a bolsas variadas, com bilhetes de primeira, segunda e terceira classe<sup>1305</sup>. À medida que o turismo se vai afirmando e que o direito a férias se vai impondo ao longo do século XX, os caminhos-de-ferro seguiram uma estratégia comercial de incentivo às viagens com tarifas mais apelativas nas épocas balneares, ou nos períodos de feiras e romarias. Começaram-se a organizar excursões a vários pontos do país, promovendo muitas vezes em conjunto com serviços rodoviários, destinados a classes menos favorecidas, de forma a intensificar o gosto pelas viagens. O Estado Novo foi particularmente ativo na divulgação das atividades turísticas e na organização e promoção de excursões ferroviárias para as classes menos favorecidas, encarando-as como forma de desviar as massas de *maus hábitos radicados*<sup>1306</sup>.

Paralelamente a este turismo ligado ao ócio e ao lazer, existem um outro tipo de viagens que sendo igualmente de recreio, tinham, e ainda têm, uma motivação religiosa. É o caso das peregrinações a Lourdes, em França ou ao Bom Jesus, em Braga, com novos contornos religiosos, próprios da modernidade, que associam a dimensão espiritual, de sacrifício ou penitência a uma ação agradável, de festa e partilha com Deus. As peregrinações, as festas religiosas passaram a ser assumidas como

---

<sup>1302</sup> O desenvolvimento do turismo esteve diretamente ligado ao desenvolvimento dos transportes. Consulte-se a propósito Matos, Ana Cardoso de, "Turismo, guias e roteiros", in Rollo, Maria Fernanda, (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III..., pp. 1017-1021.

<sup>1303</sup> Desde a subida de Costa Cabral ao poder, o país tinha conseguido alguma estabilidade política para se iniciar a construção de uma linha férrea em Portugal. Os primeiros carris são assentes em 1852 mas só em 1872 se iniciou a construção da rede férrea do Minho, que ligou importantes localidades do norte do país. Pereira, Hugo Silveira, "A construção da rede ferroviária do Minho (1845-1892)", in *CEM-Cultura, Espaço & Memória*, n° 2, Porto, CITCEM, 2011, pp. 11-31.

<sup>1304</sup> Pereira, Hugo Silveira, "As viagens ferroviárias em Portugal (1845-1896)", in *CEM-Cultura, Espaço & Memória*, n° 1, Porto, CITCEM, 2010, pp. 25-40

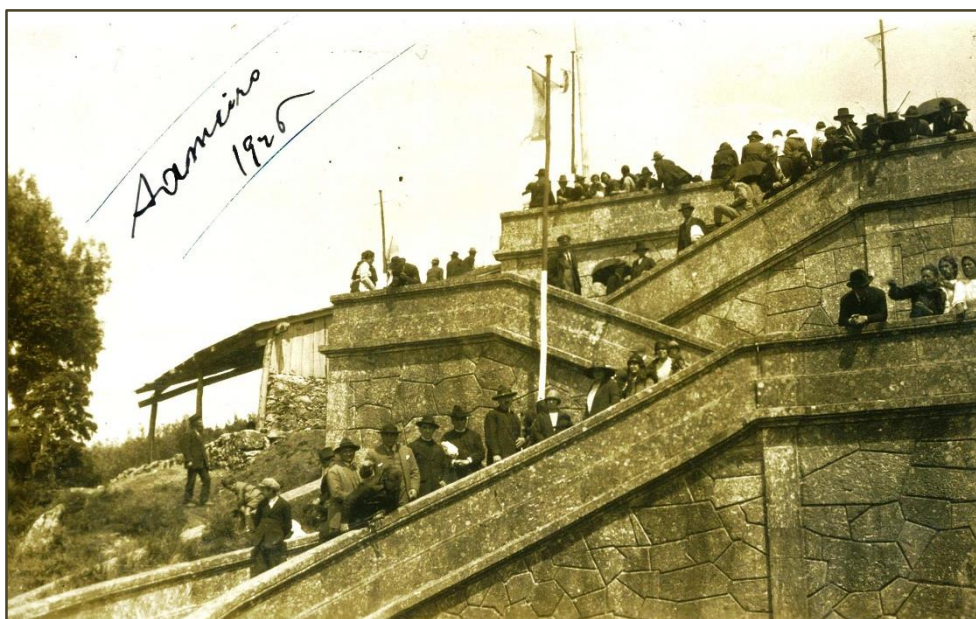
<sup>1305</sup> As empresas ferroviárias propunham diferentes estratégias para atrair públicos. Leia-se a propósito Matos, Ana Cardoso de; Ribeiro, Elói Figueiredo; Bernardo, Maria Ana, "Caminhos-de-ferro e turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)", in *V Congresso de História Ferroviária...*, pp. 6-13.

<sup>1306</sup> Ribeiro, Carla, "Turismo ferroviário em Portugal nos anos de 1930", in *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, n° 30, ESGHT-University of the Algarve, 2017, p. 23.

oportunidades de descanso, às quais se associavam momentos de lazer e até de divertimento, ao mesmo tempo que se consolidavam laços familiares e sociais<sup>1307</sup>.

Esta dimensão do passeio, associado à componente religiosa esteve também presente na vida lúdica dos Alves. Nas fotografias do arquivo desta família é possível constatar a sua presença no santuário do Sameiro, em Braga, ou ao de S. Bento, no Gerês.

Fotografia 28 - A família Alves na escadaria do santuário do Sameiro. 1926



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Debaixo do pretexto religioso, e a propósito da chegada do Rio de Janeiro de alguns dos seus elementos, a família Alves visitava os locais de romagem do norte do país numa simbiose de devoção e confraternização num dia diferente, onde o importante era, de facto, estarem juntos. Assim aconteceu em 1926, aquando da visita por seis meses que Artur Alves Correia de Araújo fez aos pais e aos irmãos a Requião.

Associado à viagem estava geralmente o piquenique, uma refeição ao ar livre muito em voga no tempo e entre os Alves ao longo das primeiras décadas do século XX. O hábito de se realizarem refeições no exterior, uma merenda ou mesmo um almoço, em lugares geralmente aprazíveis, vinha já da Idade Moderna e era sobretudo apanágio da nobreza e da aristocracia, alastrando-se depois à burguesia em pleno século XIX e ao *join de vivre* que esta tão bem soube expressar. Mais do que o ato de alimentar-se fora de portas, o piquenique significava, acima de tudo, um momento de convívio e reunião entre a

---

<sup>1307</sup> As peregrinações, as idas aos santuários passam a ser utilizadas pelos agentes turísticos, como produtos turístico de cunho cultural e religioso, ganhando cada vez mais adeptos. Cf. Boas, Nuno Fernando de Sá Vilas, *A Pastoral do Turismo: Da peregrinação ao Santuário*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 30-31, Dissertação de Mestrado policopiada.

família e os amigos, onde se partilhava comida, afetos, memórias, conversas, gargalhadas. Tudo isto acontecia debaixo de um ambiente informal e descontraído, cuja mesa era uma simples toalha colocada sobre o chão de algumas matas ou jardins.

Ainda que o significado do piquenique seja uma refeição que tem por base alimentos, comendo uma refeição mais ou menos ligeira, de fácil transporte e mesmo preparo, levada em cestas para o local, nem sempre isto acontecia no passado. A análise das fotografias do arquivo desta família demonstra a presença de criadas, que certamente ajudariam no ato de servir os comensais, ou mesmo a lembrança oral de tachos de arroz embrulhados em jornais, cujo objetivo era manter a comida quente, tornando-a mais agradável.

#### **4. Os automóveis da família no século XX**

Tão ou mais importante para esta vivência lúdica familiar era a mobilidade, que se tornava particularmente favorável pela posse de automóvel próprio. No primeiro quartel do século XX, só uma minoria abastada, geralmente citadina, possuía automóvel. Apesar dos esforços dos construtores destes novos veículos motorizados em reduzir os preços, o automóvel estava ainda longe de se tornar num meio de transporte popular ao alcance de todas as bolsas. Pelo contrário, ele constituía um símbolo de distinção, social e económica.

A posse de automóvel próprio esteve presente entre os membros da família em estudo desde cedo, evidenciando a capacidade financeira existente e o acesso à modernidade. Essas provas mostram-nos alguns dos automóveis, que ao longo dos anos, cada um dos irmãos Alves foi comprando e utilizando como carro próprio. No entanto, ficam por conhecer quase todas, senão todas, as peripécias, as histórias acontecidas em torno dos automóveis, que retratam uma época passada, embora a memória oral recorde com saudade como as crianças de Requião, descalças, corriam atrás do carro do Dr. Armindo Alves, ao mesmo tempo que este lhes atirava alguns rebuçados pela janela à sua passagem.

Um dos primeiros automóveis adquiridos pelos Alves foi o novo modelo da Chrysler, o Plymouth, um segmento de baixo custo da marca, comercializado para combater os carros Chevrolet e Ford que dominavam o mercado. Através de informações orais sabemos que teria sido oferecido por Artur Alves Correia de Araújo ao pai, Manuel, para servir de transporte para a família<sup>1308</sup>. A idade avançada do pai, que era já pouco propícia aos desafios da condução, fez com que o automóvel fosse usado praticamente pelo seu filho mais novo, Carlos Alves Correia de Araújo, que, vivendo com o pai, o conduzia como carro próprio. Foi neste automóvel, que permaneceu na família até aos inícios dos anos sessenta, altura em

---

<sup>1308</sup> Informação oral transmitida pelo filho mais novo de Carlos Alves Correia de Araújo, Carlos Monteiro Alves de Araújo.



que foi vendido já em adiantado estado de degradação, que os rapazes da geração seguinte, filhos de Carlos, aprenderam a conduzir quando tinham treze, ou catorze anos de idade. Por isso, ainda hoje é recordado com saudade e nostalgia pelo único elemento vivo dessa geração, atualmente com setenta e três anos.

Fotografia 29 - Chrysler Plymouth. 1928



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Um outro veículo pertença dos irmãos Alves, neste caso adquirido por Armindo Alves Correia de Araújo para seu primeiro automóvel, foi o Fiat 500, conhecido por *Topolino*. Tratava-se de um carro pequeno, que conquistava tudo e todos pela mecânica simples e pela facilidade na condução, e muito, provavelmente, terá sido indicado a Armindo pelo seu grande amigo e colega da universidade de Coimbra, António Francisco Nunes de Almeida, ligado ao negócio dos automóveis. Depois de ter surgido em Itália, o *Topolino* aparece em 1937 no mercado nacional pelo preço de cerca de catorze contos. Era vendido nos concessionários FIAT do país, nomeadamente pelo *stand* de Mário Clemente, com quem António de Almeida havia começado a trabalhar aquando este instalara os seus negócios no Porto. As facilidades de venda podiam incluir uma pequena entrada e o restante em prestações mensais de quinhentos e quatro escudos, já com os juros incluídos<sup>1309</sup>.

Não sabemos a data precisa da sua compra, pois não ficaram registos alguns que nos informem, no entanto é mais uma vez pelas fotografias, e pela anotação da data que tão cuidadosamente Armindo

---

<sup>1309</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a pena viver: memórias ao calhar*, Porto, Edição de autor, 1980, p. 212.

Alves fazia questão de registar no seu álbum de fotografias, que sabemos que já em junho de 1944 tinha o *Topolino* com a matrícula SN-10-20. É provável que tenha tido este carro pelo menos até 1947, altura em que adquire o Citroen *Traction Avant*, conhecido por *arrastadeira* que desde as vésperas da Segunda Guerra ia batendo recordes de produção. É o que nos mostra esta fotografia datada de 1947.

Fotografia 30 - Armindo Alves na Póvoa de Varzim, junto ao seu Fiat Topolino



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Fotografia 31 - O Citroen arrastadeira de Armindo Alves à porta da Casa da Ribeira. 1946



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

O arquivo familiar revela-nos a existência de um outro automóvel, um BMW 326 *cabriolet*, propriedade de Joaquim Alves Correia de Araújo. Ignoramos se este foi o seu primeiro carro, embora saibamos que teve outros automóveis e um *chaffeur* particular, pois não apreciava conduzir. Preferia ser conduzido pelo Senhor Marques, assim se chamava o *chaffeur* ainda hoje vivo e com o qual conversámos



a propósito deste trabalho<sup>1310</sup>. Bastou-lhe os tempos da primeira guerra em Moçambique, quando esteve em Chomba como médico militar, em que tinha de guiar sobre estradas com poucas condições, rasgadas à força da catana na selva, para fazer as visitas aos soldados doentes. Foi aí que aprendeu a conduzir, obtendo algumas lições para o efeito, como deixou registado no seu diário aquando da sua experiência militar em África<sup>1311</sup>.

Fotografia 32 - O automóvel de Joaquim Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

## 5. A caça e os torneiros de tiro aos pombos

Ao contrário dos dias de hoje em que a caça é alvo de críticas por parte de alguns grupos sociais, as caçadas eram desde o século XIX consideradas um ato cultural, uma demonstração de companheirismo e de sociabilidade entre caçadores. Mais do que o prazer de matar, por sadismo ou por necessidade básica de alimento, a caça era essencialmente o prazer do tiro, do tiro certo que envaidecia o caçador e lhe proporcionava prestígio perante os companheiros. Mas a caça representava e representa também o contacto direto com a fauna e a flora para quem conhece e domina as espécies e a natureza, proporcionando dias livres de lazer.

Além da praia e dos piqueniques, a paixão pela caça encontrava-se entre os divertimentos típicos da família Alves. É bem provável que este entretenimento viesse já de gerações passadas anteriores ao século XX. No entanto, e como nos faltam os registos que nos comprovem tal situação, apenas podemos supor que o gosto pela caça atravessou gerações, chegando ao século XX, como nos comprova não só a memória oral, bem como as fotografias, armas e troféus do acervo familiar.

<sup>1310</sup> Entrevista realizada ao antigo *chaffeur* Joaquim Marques em 3 de Março de 2019.

<sup>1311</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial...*, pp. 92-93.

A caça praticada pelos Alves envolvia somente os elementos masculinos da família, os mais jovens inclusive, que, assim, desde cedo se iniciavam nas lides ganhando o gosto pelo ato de caçar. As mulheres, também nestes assuntos, eram excluídas, embora participassem nas sociabilidades que lhes estavam associadas. Os rapazes acompanhavam desde crianças os adultos nas caçadas levando os cães, recolhendo as presas que tombavam mortas no chão, ou *batendo* os esconderijos das espécies cinegéticas com um pau. O pau era nestas idades a única arma que lhes era permitida e que os acompanhava nas batidas de caça. Só mais tarde, durante a adolescência poderiam alcançar o direito a manusear uma arma de um adulto, com a precaução que se impunha e que era transmitida de pais para filhos. O respeito pela arma de fogo, pelo manuseamento cuidado das espingardas era tão importante como a estima pelo objeto em si, que é para o caçador o seu bem mais precioso, pela qual nutre uma verdadeira afeição. Sabemos que qualquer caçador que se preze gosta da sua arma, é ela, juntamente com sua perícia, a grande responsável pelo sucesso do seu tiro e das suas façanhas na arte da caça.

Na família Alves o gosto pelas espingardas está bem patente em todos os elementos masculinos da família, pelo menos no século XX. Só Manuel Alves Correia de Araújo, a acreditar pelo manifesto de espingardas que fez a 9 de junho de 1933, possuía quatro armas de calibre dezasseis, em sua casa.

Imagem 11 - Manifesto de armas em nome de Manuel Alves Correia de Araújo. 1933

REPUBLICA PORTUGUESA  
DIRECÇÃO DA ARMA DE ARTILHARIA  
Ficha Nome  
3.ª REPARTIÇÃO N.º 3814  
SECÇÃO DE CADASTRO DE ARMAMENTO  
EDIFÍCIO DA FUNDAÇÃO DE CANNÓES - Campo de Santa Clara

O Sr. Manuel Alves Correia de Araújo  
profissão profissional  
morador em Lisboa (Braga)  
na Rua da ...  
manifestou nos termos do Decreto n.º 13.740 ou 18.754 um ...  
cujas características constam no verso deste.  
Lisboa, 9 de Junho de 1933

ATENÇÃO — Este «Certificado ficha», que deve ser conservado com os seus  
acompanhará sempre a licença para uso e porte de arma a que diz respeito, e deve  
ser apresentado nesta Secção, sempre que o detentor tenha qualquer movimento a averbar  
por efeito de compra doutra arma, venda, troca, etc.  
Cada detentor só deverá ter um n.º de «ficha nome» e cada arma, manifestada por  
única vez, só um n.º de «ficha arma». Quando haja duplicação, deverá comunicar-se  
imediatamente a esta Secção.  
É prático tomar nota do n.º da ficha, em separado, a fim de se poder  
ter uma «2.ª via» em caso de extravio.

O Chefe da 3.ª Repartição  
Manuel Alves Correia de Araújo

Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Além das armas, os cães eram igualmente essenciais para o ato de caçar. Apesar de a caça poder ser realizada sem cães, não era o caso da praticada na família, que privilegiava a caça de salto,

isto é, a caça a pé, procurando a presa com a ajuda dos cães. Tratava-se de um tipo de caça, onde o caçador e o cão funcionavam como uma equipa e que permitia uma relação mais íntima e de alguma cumplicidade entre ambos. A Casa da Ribeira, à semelhança de outras casas rurais minhotas, possuía muitos cães. A sua presença era constante, existindo por parte dos donos grande proximidade e afeto a estes animais. De diferentes raças e tamanhos, os cães da casa eram essencialmente cães de caça, muito embora, alguns deles, tivessem a função de guarda. Perdigueiros, galgos, podengos, de nomes variados como *Faguito*, *Fáisca* ou *Tito* eram treinados para caçar e para formarem uma dupla com o caçador. Eram ensinados desde cedo a farejarem as tocas dos coelhos e a trazerem à mão do dono a peça morta. Existia uma relação cúmplice e amiga entre o caçador e o cão.

Fotografia 33 - Caçadores e troféus de caça. 1926.



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

As espécies caçadas pela família eram variadas e representavam a fauna cinegética da região na primeira metade do século XX. Pela análise de um documento que encontramos no arquivo de família podemos conhecer as peças mais caçadas: coelhos, lebres, codornizes, perdizes, rolas, narcejas, ou galinholas abundavam nestes tempos. À semelhança dos *carnets* dos bailes onde se apontava o nome do parceiro para a dança, este documento servia para o caçador registar o dia da caçada, o local e o número de cada uma das espécies mortas. Era pertença de Armindo Alves Correia de Araújo, que de uma forma metódica, e cuidada, registou as suas caçadas entre os anos de 1927 e 1930. Através dele ficámos com a informação que participou em cinquenta caçadas e os exemplares mortos em cada uma delas.

Imagem 12 - Carnet de caça de Armindo Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Idênticas informações a propósito da caça fomos encontrar nas agendas pessoais de Carlos Alves Correia de Araújo, compreendidas entre 1960-1965. As informações são pontuais, mas possuem grande significado, pois possibilitam conhecer os locais de caça e a duração dessas estadias de caçadas fora de Requião. Trás-os-Montes, nomeadamente Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-a-Cinta ou Parada de Pinhão, no concelho de Sabrosa, eram os locais eleitos pelos irmãos Alves para caçar. A noção de quantidade de espécies capturadas é também algo muito diferente dos dias atuais, que não sendo no caso excepcional de coutadas privadas, impera a pouca caça. A *pouca caça* referida, e anotada em 1 de novembro de 1963, dizia respeito a uma ida a Figueira de Castelo Rodrigo onde mataram *treze perdizes e três coelhos*<sup>312</sup>.

O mais importante destas caçadas não era a caça ou melhor a quantidade de espécies caçadas, o essencial, aquilo que permanecia, eram as histórias, contadas geralmente à mesa, nos almoços e jantares das mesmas, no próprio dia ou em dias seguintes quando se reuniam com os companheiros desses bons momentos. Ou seja, as sociabilidades geradas em torno da caça, quer as existentes no próprio dia em que iam à caça, quer as que derivavam de outros momentos eram igualmente agregadoras, servindo de pretexto para convívios com familiares e amigos.

Associado ao divertimento da caça estava o tiro, nomeadamente o tiro aos pombos, uma prática muito vulgarizada na década de vinte, trinta e quarenta do século XX no concelho famalicense, onde

<sup>312</sup> APTA, Agenda de 1963, 1 de novembro, não paginada.



existiam muitos adeptos desta modalidade. Sendo uma modalidade desportiva, como muitas outras que tinham os seus adeptos fiéis, o tiro organizava atividades e eventos variados, muito especialmente torneios<sup>1313</sup>. Estes eram divididos em duas categorias: torneios de tiro ao alvo e torneios cinegéticos, mais ligados à caça, ambos abertos à participação de interessados segundo as regras pré-estabelecidas.

Grande parte dos torneios que aconteciam em Famalicão eram organizados pelo Clube de Caçadores, que possuía uma carreira de tiro, situada no lugar de Louredo onde estavam sedeados. Este clube era uma associação fundada em 1896, por uma comissão de caçadores, que tinha por fim fazer *guardar o tempo de defeso da caça e instituir uma carreira de tiro*<sup>1314</sup>. Segundo apuramos foi um *apaixonado caçador de perdiz*, o professor Joaquim Carneiro de Azevedo, o grande empreendedor da fundação deste clube na vila famalicense, à semelhança do clube idêntico que se fundara no Porto e que na altura estava em franco progresso<sup>1315</sup>. Reuniram-se assim, em assembleia geral, cerca de quarenta caçadores que instituíram a associação e elegeram a primeira direção, da qual fazia parte o seu mentor, bem como outros caçadores<sup>1316</sup>.

Embora desconheçamos a data exata em que os irmãos Alves integraram o Clube de Caçadores, sabemos, no entanto, que eram sócios ativos desde a década de 20 do século passado.

Imagem 13 - Cartão de sócio de Carlos Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo privado de Teresa Araújo.

<sup>1313</sup> Sobre estas práticas desportivas de finais do século XIX consulte-se Moreira, Fernanda Margarida, "Atividades Desportivas no Porto em Finais do Século XIX (1893-1894)", in Machado, Ana; Cardoso, Diogo; Mouta, Fernando; Oliveira, Liliana; Guerra, Maria; Gonçalves, Marta Pereira; Monteiro, Pedro Monteiro (Org.), *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2017, pp. 413-444.

<sup>1314</sup> Jornal *O Porvir*, 1 de abril de 1896, p. 3.

<sup>1315</sup> *Bodas d'Ouro do Club de Caçadores de Famalicão*, Porto, Tipografia Gomes, 1946, não paginado.

<sup>1316</sup> Faziam parte da primeira direção Júlio César de Castro Pereira Lopes, no lugar de presidente, Adelino Adélio dos Santos, Henrique Garcia Ferreira Martins, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Joaquim António Xavier de Faria, Henrique Garcia Martins, e Alexandrino da Cunha Fernandes

Em 1928, Armindo Alves Correia de Araújo assumiu a presidência da direção do Clube de Caçadores. Aliás, será durante este seu mandato que foi inaugurado, o famoso pavilhão ou *stand*, como o designavam, uma estrutura de apoio aos sócios que dominava o enorme campo de tiro<sup>1317</sup>. Tratava-se de um equipamento de logística indispensável para um club moderno, que aproveitando a situação geográfica privilegiada do local, instalou um restaurante e terraço, armeiros e secretaria, caixas automáticas, instalações para pratos e ainda amplos pombais. Como se constata, o clube estava equipado também de locais de sociabilidade como era o restaurante e o terraço.

Independentemente das diferentes direções, o clube realizou ao longo dos anos diversos torneios durante as várias temporadas, mantendo uma atividade agregadora em torno da prática que promovia e divulgava.

Foi com base no arquivo da família Alves, nomeadamente pelas fotografias, que registámos a presença de Armindo Alves em alguns torneios: a 13 de abril em 1930 quando alcançou o primeiro prémio, em 1931, ou em 20 junho de 1948 por ocasião da conquista do terceiro lugar da prova.

Fotografia 34 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1930



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>1317</sup> Jornal *A Paz* de 30 junho de 1928, p. 2.

A imagem acima mostra Armindo Alves Correia de Araújo em plena atividade de tiro aos pombos. Neste torneio alcançou o primeiro lugar, o que demonstra a sua perícia no uso das armas. Uma façanha que era sempre relatada pelos periódicos da terra, que noticiavam com grande destaque as provas realizadas no Clube de Caçadores. Além de Armindo, também o seu irmão mais novo, Carlos era presença frequente nessas competições. No torneio intersócios realizado a 4 de maio de 1929 conquistou o quarto lugar, num universo de dezasseis atiradores previamente inscritos para a competição<sup>1318</sup>. Também em agosto desse ano, Carlos Alves voltou novamente a ser notícia quando conseguiu o quarto lugar num torneio intersócios de tiro aos pombos, desta vez para a disputa da *Taça das Damas*<sup>1319</sup>. Para além dos registos escritos, o espólio familiar conservou alguns troféus como prova do mérito na realização dessas proezas desportivas, nomeadamente de um primeiro lugar, de uma prova realizada a 4 de agosto de 1935, no mesmo clube.

## 6. As amizades

Os amigos eram inúmeros, pois os irmãos Alves do século XX sendo cinco rapazes, com idades próximas, facilmente o amigo de um deles transformava-se no amigo dos outros todos. Por isso, não podemos falar de amizades específicas de um ou de outro irmão, embora, e como é evidente, estes amigos terão entrado para a família por via de cada um deles, fruto das suas relações pessoais, estudantis e/ou profissionais. Amizades fiéis e duradouras que desde a juventude atravessaram as diferentes fases da vida dos irmãos Alves. Cultivar os amigos, (saber) recebê-los bem em sua casa sempre foi apanágio do velho Manuel Alves Correia de Araújo, o patriarca da Casa da Ribeira de finais do século XIX e inícios do século XX, que soube transmitir a todos os seus filhos o valor e a importância da amizade.

Falemos agora de cada um destes amigos e a sua presença, constante, na vida da família em muitos momentos, bons e maus.

### 6.1. António Francisco Nunes de Almeida

António Francisco Nunes de Almeida, natural da cidade do Porto, conheceu Armindo Alves nos tempos de Coimbra, onde juntos frequentaram o curso de Direito desde 1911. Companheiros de casa, e provavelmente de quarto, António e Armindo viveram juntos durante os tempos de estudantes na

---

<sup>1318</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 11 de maio de 1929, p. 4.

<sup>1319</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 18 de agosto de 1929, p. 4.

Travessa da Rua do Norte, número nove. Os dois tornam-se amigos inseparáveis, dentro e fora da Universidade.

Fotografia 35 - António Nunes de Almeida. 1913



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

De facto, mesmo depois dos tempos de estudantes a amizade continuou e perdurou no tempo, até pela proximidade geográfica que os unia, uma vez que António vivia no Porto. De facto, são várias as fotografias onde António de Almeida aparece ao lado dos irmãos Alves, em particular de Armindo. Situação perfeitamente demonstrável através da observação de um álbum de fotografias pertencente a Armindo Alves, que funciona como um verdadeiro diário da sua existência. Folha a folha, descobrimos a presença constante de um indivíduo, inicialmente jovem, depois mais velho, mas sempre o mesmo rosto que acompanhava o proprietário do álbum nas inúmeras fotografias.

Fotografia 36 - Passeio ao Buçaco, 1914



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.



Vêmo-lo juntamente com Armindo e outros colegas de Coimbra, em capa e batina, num descontraído piquenique na mata do Buçaco em 1913 e 1914. Ou junto aos irmãos Alves nas caçadas da família, como o identificámos numa fotografia tirada em Taveiro, uma quinta de um amigo comum, situada próximo de Coimbra.

Ou ainda, e já na idade adulta, então acompanhado da mulher e de duas filhas pequenas, da mãe e da criada deixando-se retratar numa visita a Requião, em 1944. Ficaram algumas fotografias desse dia de sol: no adro da igreja, onde juntamente com a sua família apareceu Armindo, com a sua irmã Ernestina e a filha desta, Bambina, bem como o seu sobrinho Manuel, filho do seu irmão Carlos.

**Fotografia 37 - No adro de Requião junto ao antigo cemitério paroquial. 1944**



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

Ou mesmo na Casa da Ribeira, junto das vinhas acompanhado desta vez não só pela irmã mas também pelo irmão Carlos e pelos três sobrinhos rapazes, os dois mais pequenos filhos de Carlos, Manuel e o pequenino Silvestre de apenas três anos. Como verdadeiro anfitrião que era, terá oferecido flores às senhoras das plantações existentes, muito provavelmente rosas ou cravos, que sabemos serem cultivadas na Casa da Ribeira.

Fotografia 38 - Na Casa da Ribeira. 1944.



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

## 6.2. Mário Clemente

José Mário Clemente da Costa, conhecido por Mário Clemente, era outro dos grandes amigos dos irmãos Alves, que durante mais de trinta anos foi presença assídua na Casa da Ribeira. A amizade chegou por via de António Nunes de Almeida, que desde 1937 se tornara no braço direito, do dono do *stand* de automóveis, *Clemente* que entretanto se fundara no Porto<sup>1320</sup>.

José Mário nasceu em Castro Daire em 1900 e era o mais novo de quatro irmãos. Cresceu no meio dos carros, inicialmente de cavalos e depois a gasolina, uma vez que o seu pai possuía um negócio de transportes. O pai, José Clemente da Costa, tinha começado com seis carros de aluguer: um *landau*, uma *vitória*, um *char-à-bancs*, dois *phaetons*, e uma charrete de um cavalo, aos quais juntou, em 1913, um automóvel *Hotchkiss*<sup>1321</sup> e, no ano seguinte, adquiriu dois autocarros suíços da marca *Saurer* com os quais iniciou uma carreira diária entre a Régua e Viseu. Era deste *stand* Clemente, em Castro Daire, que partiam diariamente as primeiras carreiras rodoviárias de Portugal que faziam a ligação destas duas localidades<sup>1322</sup>.

Os automóveis em inícios do século XX eram uma novidade no país, ainda desconhecidos da maioria da população pouco habituada a carros que andavam sozinhos sem cavalos. Por isso é digno de

<sup>1320</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver*, Porto, Edição de autor, 1980, p. 80.

<sup>1321</sup> Embora o pai preferisse adquirir um Panhard-Levasseur, mas o facto de custar mais trinta e dois mil réis fê-lo desistir da ideia ficando-se pelo Hotchkiss. Não obstante ter dado mais cento e sessenta mil réis para que o carro viesse equipado com rodas mudáveis RAF, de raios de arame, com uma roda sobressalente. Ver Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver...*, p. 27.

<sup>1322</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver...*, p. 14.

nota o espanto de Mário Clemente, revelado na sua autobiografia, quando aos seis anos teve oportunidade de ver tal novidade, com os seus próprios olhos, perante a gritaria de gente que anunciava a chegada de um automóvel, *como de um ciclone devastador se tratasse*<sup>1323</sup>. Tratava-se de um carro da marca *Dion Boulon*, de dois lugares, de um só cilindro e com tubo de escape vertical que se deslocava a uma velocidade tão lenta que os miúdos corriam a par, enquanto o fôlego não desaparecesse.

Aos vinte e cinco anos, e depois de alguns negócios na adolescência que revelaram desde cedo o seu espírito empreendedor que desenvolvia enquanto ajudava o pai nos seus negócios, Mário Clemente estabeleceu-se por conta própria, a *Auto Reparadora Lafonense*. Uma pequena oficina automóvel que servia a região de Lafões, Vouzela, Oliveira de Frades, Castro Daire. Bem apetrechada à época, com iluminação elétrica fornecida por motor e bomba de gasolina à porta e com um mecânico de serviço, que viria propositadamente do Porto. Graças ao dinamismo da estação e do seu jovem proprietário, Mário Clemente rapidamente conseguiu a representação da venda dos automóveis Renault para o distrito de Viseu. Para além da venda de automóveis, ensinava os compradores a conduzi-los.

Mais tarde instalou-se em Viseu, inicialmente com uma sociedade e depois individualmente. Aí, e apesar da concorrência de outras casas do mesmo ramo há muito instaladas na cidade, rapidamente prosperou fruto da sua capacidade em angariar e satisfazer a clientela que o procurava. O *Stand Clemente* tinha na altura a representação da venda dos automóveis das marcas Opel e dos camiões Opel-Blitz, da General Motors. Aos quais se associa, já nos anos 30, a representação dos automóveis Fiat, que nessa altura fabricava o célebre *Balila*, ao qual se seguiriam outros modelos como o Fiat 500, o Fiat 1100, e o *Topolino 500*. Carros mais desportivos e mais facilmente vendáveis que os fabricados pela General Motors, o que o fez deixar a representação dessa marca, optando pelo exclusivo da Fiat. Uma opção que se revelou no futuro acertada, visto que o êxito das vendas foi tal que conseguiu além de Viseu, a representação para os distritos de Vila Real, Guarda e Bragança.

O crescimento do *Stand Clemente* implicou a mudança óbvia para o Porto, que ocorreu no dia 1 de abril de 1937. Embora desconheçamos por completo as circunstâncias que levaram à contratação de António Nunes de Almeida, foi neste ano que este entrou para a firma, onde trabalhou durante quase trinta anos, até à morte em 1967<sup>1324</sup>.

A transferência dos negócios para o Porto significou também a mudança familiar, com a mulher e cinco filhos, para uma casa na zona da Maia, mais concretamente no Castelo da Maia. Foi aí que conseguiu realizar um dos seus sonhos: comprar casa própria para a família, com algum terreno para

---

<sup>1323</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver...*, pp. 20-21.

<sup>1324</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver...*, p. 80.

plantar flores que tanto gostava, especialmente roseiras, o que fez em grande quantidade<sup>1325</sup>. Foi nesta casa da Maia, que recebeu os amigos e os próprios colaboradores em almoços de confraternização que tinha por hábito organizar.

Foi através de António Nunes de Almeida, amigo e colega de curso dos tempos de Coimbra de Armindo Alves Correia de Araújo, que Mário Clemente conhece os Alves. Esta foi uma amizade que durou décadas e permaneceu até à morte dos seus intervenientes. São várias as fotografias existentes no arquivo familiar que mostram a presença dos Alves na casa da Maia de Mário Clemente, e vice-versa. Isto é, a presença de Mário, e família, em Requião, quer na Casa da Ribeira, quer na quinta do Forno.

Fotografia 39 - Casa de Mário Clemente no Castelo da Maia. 1952



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

Fotografia 40 - Na quinta do Forno. 1943



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

---

<sup>1325</sup> Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver...*, p. 76.

### 6.3. O *Senhor Ervalho* de S. Pedro de Rates

Alberto Gomes Ervalho, mais conhecido por *senhor Ervalho*, era uma presença assídua na Casa da Ribeira e um amigo dos irmãos Alves durante a década de 40, 50 e 60 do século XX. São muitas as fotografias que comprovam tal amizade de, pelo menos, ao longo de mais de trinta anos.

Alberto Ervalho nasceu em 1902 na freguesia de S. Pedro de Rates, concelho da Póvoa de Varzim. Era filho de António Gomes Ervalho Vieiros e de Esperança Justino Ferreira. O seu pai, natural de Navais, estabeleceu-se em Rates e iniciou a sua vida pública nessa freguesia, como presidente da junta de freguesia logo nos anos iniciais da República.

Tal como o pai, também Alberto Ervalho presidiu à junta de freguesia de S. Pedro de Rates, neste caso da terra que o viu nascer, desde os finais dos anos 30, e durante as décadas de 40 e 50

Fotografia 41 - Alberto Gomes Ervalho e Armindo Alves Correia de Araújo, na Póvoa de Varzim



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

Além de um homem com responsabilidades públicas durante o Estado Novo, o *senhor Ervalho* era sobretudo um proprietário rural, que havia herdado do avô materno, José Gomes Ferreira, de alcunha *o Viúvo*, a maior parte das terras que possuía, às quais acrescentou outro tanto património fundiário, graças à sua habilidade, e engenho, para os negócios agrícolas. Aliás, é sua a célebre frase: *fraco é o poço que não dá sessenta pipas de vinho*<sup>1326</sup>. Segundo constava em Rates, Ervalho teria aberto um poço na sua adega, situada no lugar da Granja dessa freguesia, que o ajudaria em definitivo a ganhar a aposta feita entre ele e o amigo, e rival nos negócios vinícolas, Angeiras de Touguinhó, sobre qual dos dois tinha

<sup>1326</sup> Informação oral prestada por Armindo Ferreira, antigo presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Rates.



a maior produção de vinho verde. Um vinho, que tingido, graças à mistura com a água do seu poço, lhe permitiu o título de maior produtor.

Ainda que da mesma idade que Carlos Alves, ambos nasceram em janeiro de 1902, era sobretudo na companhia do irmão deste, Armindo Alves Correia de Araújo que o vemos retratado nas fotografias, passeando pela Póvoa de Varzim dos anos 40. Talvez o facto de serem ambos descomprometidos, no caso de Ervalho, na altura ainda viúvo, explicasse a maior proximidade dos dois.

#### 6.4. O comendador Augusto Correia de Abreu

Augusto Correia de Abreu, ou melhor, *O Correia, de Delães*, era outro dos amigos íntimos dos irmãos Alves durante grande parte do século XX. A alcunha *de Delães* veio-lhe por via da sua fixação na freguesia de Delães, concelho de Vila Nova de Famalicão, a partir do casamento com Antónia Pinto Correia, com quem teve quatro filhos<sup>1327</sup>. Natural da freguesia vizinha de Pedome, do mesmo concelho, foi em Delães que iniciou o seu projeto empresarial ligado à indústria têxtil, tornando-se num dos grandes industriais famalicenses da década de 50-60 do século XX.

Depois de uma escalada profissional de quase quarenta e dois anos como empregado fabril<sup>1328</sup>, primeiro como operário, e depois como gerente da firma *Pinheiro, Marques & Madeira*, Augusto Correia lançou-se sozinho no mundo empresarial, criando a empresa Correia & C<sup>a</sup> Lda, da qual fazia parte a fábrica *Ibis*. Era uma unidade fabril vocacionada para o fabrico e comercialização de tecidos de seda, voltada, essencialmente, para o mercado interno, e que tinha por objetivo colmatar a carência nacional desta mercadoria e substituir a procura das sedas espanholas pelas sedas nacionais<sup>1329</sup>. Fabricava sobretudo seda branca para vestidos de noiva, sedas coloridas e outras com propriedades reagentes à luz solar, bem como sedas pretas e sedas cruas, cuja qualidade surpreendia, a ponto de as considerarem produção estrangeira. Mais tarde, e já associado aos filhos, a Correia & Filhos, fundará a fábrica *Corfil*, uma fição também estabelecida na freguesia de Delães, do concelho de Famalicão.

O sucesso e o crescimento industrial de Augusto Correia eram reconhecidos pela própria imprensa local da época, que elogiava amiudamente a prosperidade das suas fábricas e as condições laborais que proporcionava aos seus empregados a nível assistencial e social.

Mais que um simples industrial que enriquecia passo a passo em virtude do crescimento das suas fábricas, Augusto Correia delineou em Delães uma estratégia social para a fixação dos seus

---

<sup>1327</sup>Sousa, Rafaela Adriana Marques de, *A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão (1962-1989)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, p. 122, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1328</sup> Leia-se *Jornal de Famalicão*, 5 de março de 1960, pp. 1, 4.

<sup>1329</sup> Sousa, Rafaela Adriana Marques de, *A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão ...*, p. 123.

trabalhadores<sup>1330</sup>. É o caso da construção de um bairro para os operários com trinta e seis casas destinadas à habitação dos seus funcionários, e ainda uma escola com duas salas de aula para os filhos dos trabalhadores bem como uma cantina<sup>1331</sup>. Tratava-se de uma forma de motivar todos os que trabalhavam nas suas indústrias, a ponto de estes afirmarem ser um *privilégio* e, ao mesmo tempo, uma *felicidade ser-se empregado nas (ditas) fábricas porque aí trabalha-se como uma autêntica família, onde os patrões vivem as alegrias e as amarguras dos seus operários e estes por sua vez comprazem-se com a felicidade e os desgostos dos patrões*<sup>1332</sup>.

Esta demonstração de solidariedade social para com os seus operários que se ia fazendo sentir em algumas terras do vale do Ave onde a indústria têxtil ligada ao algodão se vinha afirmando e expandindo desde inícios do século XX<sup>1333</sup>.

A filantropia de Augusto Correia, que lhe valeu a comenda da Ordem de Benemerência em 1963, concedida pelo então presidente da República Américo Thomaz (1896-1987), era notória em variadíssimos aspetos da sua vida. Expressava-se nos subsídios e donativos às instituições religiosas de Pedome, sua terra natal, como foi o caso da confraria de Nossa Senhora do Rosário ou à igreja paroquial, mas também de Delães, cuja quantia entregue custeou a maior parte das obras da nova igreja. Paralelamente tinha por hábito dar esmolas aos pobres destas duas freguesias no dia do seu aniversário<sup>1334</sup>. O mesmo acontecia com a paróquia de S. José de Ribamar, na Póvoa de Varzim, onde passava temporadas e tinha casa de férias. Esta casa da Póvoa, sobretudo nos meses de verão, era o local de visita frequente dos irmãos Alves. As agendas de Carlos fornecem-nos informações disso em 1963 e 1964:

---

<sup>1330</sup> A título de exemplo sobre este tipo de ações de cariz social para os empregados fabris leia-se Senos, Sofia Marina Grilo Marques, *Vista Alegre. Um espaço urbano industrial*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008, pp. 36-47, Prova final de licenciatura em arquitetura. Folgado, Deolinda, "O Pensamento Arquitetónico Moderno e a Alteração do Espaço de Habitar Operário. Reflexos na grande Lisboa", in Monteiro, Bruno; Pereira, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa/Universidade do Porto, 2013, pp. 61-70.

<sup>1331</sup> A propósito da obra social desenvolvida em Riba d'Ave pelo industrial Narciso Ferreira consulte-se Alves, Jorge Fernandes, "Fundação Narciso Ferreira - Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha", in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XV, nº 8, 1996, pp. 242-248.

<sup>1332</sup> Leia-se *Jornal de Famalicão*, 5 de março de 1960, p. 4.

<sup>1333</sup> Sobre o quadro fabril do Vale do Ave leia-se Alves, Jorge Fernandes, "A indústria têxtil do vale do Ave", in Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale d'Ave...*, pp. 372-389. Sobre os aspetos da solidariedade social do patronato nesta zona, nomeadamente a ação de Narciso Ferreira consulte-se Alves, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

<sup>1334</sup> A propósito de esmola, agasalho ou comida, dada aos pobres em aniversários ou festas patrocinadas por poderosos que abriam as portas dos seus palacetes veja-se o exemplo do brasileiro António Ferreira Lopes em Coelho, José Abílio, "António Ferreira Lopes: o legado de um "brasileiro" imbuido de ideais republicanos", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Braga, CITCEM/Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 153-170.

*Fomos almoçar com o Joaquim à casa do senhor Correia na Póvoa. 15 de agosto de 1963*<sup>1335</sup>

*Fui com a Emília, o Joaquim e a D. Alice almoçar ao senhor comendador Correia na Póvoa. 19 de julho de 1964*<sup>1336</sup>

Idênticas anotações aparecem referentes à ida a Delães para visitar Augusto Correia<sup>1337</sup>.

Sem desconhecermos o início desta amizade, podemos afirmar que o comendador Correia fazia parte do chamado núcleo duro dos amigos dos irmãos Alves, que comprovamos através das várias fotografias que chegaram até nós.

**Fotografia 42 - Augusto Correia num piquenique ao lado de Joaquim Alves Correia de Araújo**



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

Esta amizade surgiu por via de Joaquim Alves Correia de Araújo, a quem a imprensa local apelidava de *amigos inseparáveis* e, era de tal forma sólida que se estendeu aos negócios. Foi também determinante para a formação duma empresa entre os dois. Tratou-se da sociedade comercial por quotas denominada *Cine-Teatro Famalicense Lda*, cujo objetivo visava essencialmente construir e explorar uma casa de espetáculos. Era uma infraestrutura desde há muito reclamada pelos famalicenses que fosse representativa do progresso, também cultural, desejado para uma terra em franco crescimento como era Vila Nova de Famalicão, nos finais dos anos 50.

<sup>1335</sup> APTA, Agenda de 1963, 15 de agosto, não paginada.,

<sup>1336</sup> APTA, Agenda de 1964, 19 de julho, não paginada.

<sup>1337</sup> APTA, Agenda de 1962, 9 de dezembro, não paginada.



Era uma casa sobretudo reivindicada pela imprensa local, que desejava a todo o custo ver substituído o velho *Salão Olímpia*, convertido em casa de espetáculos desde as obras de melhoramento, efetuadas em 1917. As limitações inerentes de um espaço teatral já perfeitamente ultrapassado nos anos 40, pela falta de conforto, salubridade e imperfeição do próprio palco, que requeriam as formalidades das fitas cinematográficas exigidas pela Inspeção dos Espetáculos<sup>1338</sup>, obrigavam a outro edifício.

Desde esta época que os jornais insistiam no assunto na construção de um Cine-Teatro aberto à iniciativa privada, à altura da população da terra<sup>1339</sup>, que o próprio poder político fez questão de reiterar, prometendo dar o apoio necessário à iniciativa particular<sup>1340</sup>.

Esta concretização deu-se curiosamente, ou talvez não, durante o curto período em que Armino Alves Correia de Araújo esteve à frente dos destinos camarários famalicenses no ano de 1957<sup>1341</sup>. Como refere Rafaela Adriana Marques de Sousa terão sido determinantes as relações de amizade entre Augusto Correia e os irmãos Alves para o impulso decisivo da obra<sup>1342</sup>. O processo que arrastava-se no tempo, sem concretização à vista, acabou por ganhar o impulso necessário graças aos laços de amizade *que desde há muito os uniam* e que levaram a bom porto a *velha aspiração dos famalicenses (...) que não saía do ponto morto*<sup>1343</sup>.

Segundo alude a imprensa local teria sido no dia da reabertura do Hotel Garantia, em Setembro de 1956, que Augusto Correia e Joaquim Alves Correia de Araújo teriam conversado sobre o projeto e a vontade em ambos liderarem tal construção<sup>1344</sup>. E sobretudo, seria a determinação e vontade férrea de Joaquim Alves que fez o projeto avançar, não mais largando a opção tomada, nem deixando o sócio esmorecer na vontade de investir. A estes dois homens juntou-se mais tarde, Manuel Álvaro Carneiro Bezerra, o empresário que explorava o *Salão Olímpia* e com larga experiência nos assuntos cinematográficos, como convinha à sociedade. Era de facto, uma mais-valia para o negócio, do qual logicamente esperavam tirar rentabilidade financeira, pois tinha sido elevado o montante investido pelos três. Mil contos tinham sido o valor do capital social empregue, do qual seiscentos contos pertenciam a Augusto Correia, e os outros dois sócios tinham entrado com duzentos contos cada um.

---

<sup>1338</sup> Veja-se o jornal *Notícias de Famalicão*, 12 de fevereiro de 1938, p. 1.

<sup>1339</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 26 de janeiro de 1947, p. 2.

<sup>1340</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 9 de fevereiro de 1947, p. 4.

<sup>1341</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 24 de novembro de 1957, p. 4.

<sup>1342</sup> Sousa, Rafaela Adriana Marques de, *A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão...*, p. 106.

<sup>1343</sup> Jornal *Estrela da Manhã*, 18 de fevereiro de 1962, pp. 1-2.

<sup>1344</sup> *Jornal de Famalicão*, 30 de novembro de 1957, p. 1.

## 6.5. O comendador Alberto Pimenta Machado

Embora desconheçamos a altura exata do início da amizade entre Alberto Pimenta Machado e os irmãos Alves, e a forma como surgiu, podemos afirmar que se tratou duma amizade que atravessou a fase madura da vida dos seus protagonistas e que durou praticamente até à morte de Alberto, em março de 1964.

Pensamos que teria sido uma amizade travada numa fase já tardia da vida dos intervenientes, mas nem por isso menos intensa ou de menor cumplicidade, a ponto de se limitar a um mero conhecimento. Muito pelo contrário, e até se tivermos em atenção a quantidade de situações e eventos onde estes atores aparecem em conjunto, em atitudes de grande sociabilidade e sintonia, podemos afirmar que se tratou duma amizade bem vivida e intensa por ambas as partes.

Fotografia 43 - Alberto Pimenta Machado, nas *Festas de Famalicão*, com os irmãos Armindo Alves e Joaquim Alves Correia de Araújo.

1952



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Muito provavelmente os irmãos Alves, e falamos da totalidade dos irmãos para não pessoalizar um ou outro, terão conhecido Alberto quando este era já um comerciante sobejamente conhecido em Guimarães.

Natural de S. Pedro de Roriz, concelho de Santo Tirso, onde nasceu no dia 21 de novembro de 1896, Alberto cedo abandonou a casa dos pais para tentar a sorte na vizinha Guimarães, ali bem perto. Foi nesta cidade, e com apenas dez anos, que encontrou trabalho como marçano, inicialmente na casa de um irmão, que o acolheu e o alimentou, como acontecia a estes aprendizes de caixeiro<sup>1345</sup>. Aliás, a própria palavra marçano tem subjacente na sua definição a não remuneração destes rapazes, que auxiliavam o patrão nas atividades comerciais. Esta situação manteve-se durante quatro anos, até começar a auferir de um salário mensal.

Os dezassete anos, que completaria em novembro desse ano de 1913, eram ainda sinónimo de inexperiência e de pouca idade para abraçar sozinho o trespasse da casa do irmão e aventurar-se por conta própria na atividade comercial. Por isso, resolveu propor-se a um comerciante local, Manuel A. Pereira Duarte, que o admitisse como mais um empregado da sua casa, aceitando o ordenado que lhe foi proposto de 90\$00 anuais, um pouco menos do que ganhava em casa do irmão<sup>1346</sup>.

Os empregados do comércio eram os caixeiros. Faziam parte da base duma organização hierárquica que tinha no topo o patrão e, como grau intermédio entre os dois escalões, o chamado primeiro caixeiro<sup>1347</sup>. Os caixeiros além de vender ao balcão propriamente dito tinham muitas funções e tarefas que passavam pela própria varredura da loja, e inclusive do passeio defronte, até à entrega de mercadoria nas casas dos clientes. Poderiam também fazer expedientes mais especializados<sup>1348</sup>. O primeiro caixeiro significava já um grau acima na hierarquia do estabelecimento, e pressupunha um empregado de maior confiança do patrão, a ponto de poder eventualmente chegar a sócio interessado na casa comercial<sup>1349</sup>. No topo da hierarquia estava o patrão, a quem todos deviam respeito e cuja palavra *era lei*, nos negócios e na vida da empresa<sup>1350</sup>. Esforçado e trabalhador, Pimenta Machado personifica o *self made man* que percorreu todos os escalões da vida comercial, começando por marçano em casa do irmão até atingir a posição de primeiro caixeiro e viajante ao serviço da casa de Manuel A. Pereira Duarte<sup>1351</sup>, e anos depois patrão. Chegou inclusive a ter Manuel Duarte como seu empregado e direto

---

<sup>1345</sup> Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Tipografia Ideal, 1944, pp. 19-20.

<sup>1346</sup> Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado...*, p. 20.

<sup>1347</sup> Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890- 1930)*, EDFBA, Salvador, 2009, pp. 33-35.

<sup>1348</sup> Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890- 1930) ...*, pp. 33-34.

<sup>1349</sup> Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890- 1930) ...*, p. 35.

<sup>1350</sup> Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890- 1930) ...*, p. 35.

<sup>1351</sup> Bastos, Carlos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947, p. 59.

colaborador, quando este, em 1927, obrigado por forças de circunstâncias a encerrar o seu estabelecimento, lhe propôs ficar com o negócio<sup>1352</sup>.

O dinamismo e a capacidade para a prática do balcão, enquanto empregado de comércio nos cerca de seis anos que esteve na casa de Manuel A. Pereira Duarte fê-lo catapultar para abrir em 1919 uma loja, sozinho.

Em meados dos anos 20, os negócios iam de *vento em popa*, por isso, *olhando sempre o futuro com uma enorme esperança*, Alberto resolveu investir num *Fabrico Manual de Tecidos*<sup>1353</sup>. Posteriormente, seguiram-se outros negócios industriais, que incluíam uma fábrica de tecidos e acabamentos, outra de móveis, serração e moagem, passando por mais uma de pentes até à representação de algumas das mais importantes companhias de seguros da época. Associou-se ainda a outros industriais noutras fábricas. Foi o caso da *Empresa Industrial de Pevidém*<sup>1354</sup> que partilhava em copropriedade com Francisco Inácio da Cunha Guimarães e os filhos deste.

Em vinte e cinco anos montou um pequeno império comercial e industrial, passando dos três rapazes que tinha ao serviço no seu estabelecimento da rua de Santo António, em 1919, para novecentos e noventa e sete empregados, dos quais oitocentos e quarenta e cinco eram operários nas suas fábricas<sup>1355</sup>.

O mérito empresarial e de benemerência não passarão despercebidos ao poder central, sendo em 10 de maio de 1944, agraciado pelo Estado Novo, durante o mandato presidencial do Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, com o grau de comendador. Foi-lhe assim, reconhecido o mérito e todo o seu serviço louvável praticado no exercício da sua atividade privada de empresário, que ultrapassou as barreiras locais, revelando generosidade, e altruísmo até, em favor da coletividade. Não só despendeu avultadas somas a favor de instituições beneficentes, como também foi pródigo no prestar de auxílio aos seus colaboradores, instalando na sua organização empresarial vários serviços de assistência.

## 6.6. O primo José Lacerda

Na análise que efetuamos às relações de amizade dos irmãos Alves que encontrámos frequentemente retratados nas fotografias do álbum familiar, testemunhando a sociabilidade burguesa,

---

<sup>1352</sup> Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado...*, pp. 24-25.

<sup>1353</sup> Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado...*, p. 23.

<sup>1354</sup> Cordeiro, José Manuel Lopes; Teixeira, Mariana Jacob, *FICG, Francisco Inácio da Cunha Guimarães (1864-1947): um Pioneiro da Indústria Têxtil na Bacia do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2017, pp. 110-114.

<sup>1355</sup> Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado...*, p. 35.

não podíamos deixar de referir José Lacerda. O primo Zé Lacerda, como era chamado José Carvalho Pinheiro de Lacerda, era filho de Maria José de Araújo e de Vitorino Carvalho Pinheiro de Lacerda, da Casa de Pousada de Cima, da freguesia de Bairro, concelho de Vila Nova de Famalicão. Por conseguinte, primo direito dos Alves pelo lado materno. Maria José, irmã mais velha de Bambina Amélia, havia casado aos vinte anos com Vitorino, dezasseis anos mais velho. O casal teve seis filhos: Joaquim, Américo, Carlos, Sabino, Maria e José o mais novo da plêiade, nascido a 25 de novembro de 1893, quatro meses antes de o pai falecer<sup>1356</sup>

Fotografia 44 - José Lacerda



Fonte: Arquivo particular Teresa Araújo.

Apesar de serem seis filhos, e órfãos de pai, a situação económica da família era suficientemente confortável para nos finais do século XIX, Maria José ter possibilidade de os colocar a estudar e lhes proporcionar uma instrução acima da média, a dois deles, algo pouco acessível à maioria da população. Carlos habilitar-se-á às ordens religiosas em 1902 e será ordenado sacerdote, e José foi estudar Direito para Coimbra, em 1912.

Talvez este pormenor explique a grande proximidade de Zé Lacerda com os irmãos Alves, e em particular com Armindo Alves Correia de Araújo, também estudante de Direito desde que se havia inscrito na Universidade de Coimbra, no ano de 1911.

Chegado a Coimbra um ano depois do primo, e talvez por isso não morasse com ele na mesma casa, uma vez que este já a partilhava com António Nunes de Almeida e Manuel Faria de Sampaio, um conterrâneo de S. Cosme do Vale, Zé Lacerda é o primo que também é o companheiro da folia da vida

---

<sup>1356</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Bairro, *Livro de Registo de Batismos, 1879-1896*, fls. 128v.-129.

académica. Provam-no as fotografias que particularizam a vida boémia coimbrã. A esta realidade não devem ser alheias as cadeiras em atraso, pese embora o facto de ter terminado o curso nos cinco anos que a licenciatura em Direito exigia.

Na falta de outros registos sobre a vida de José Lacerda, fica a informação das atas camarárias famalicenses que atestam a candidatura ao concurso para provimento do lugar de chefe de secretaria do município, em maio de 1922. Embora tenha apresentado os documentos necessários, nomeadamente o atestado da junta de freguesia de Bairro, dizendo ter sido *um fiel e dedicado republicano*, ou mesmo a certidão do administrador do concelho atestando o seu bom comportamento moral e civil, faltou-lhe o atestado de bom comportamento passado pela câmara, facto que lhe valeu a exclusão do concurso. Tinha em seu abono o atestado do notário de Delães, que dizia que José enquanto seu ajudante exercia o lugar com zelo e competência, mas não foi o suficiente. Anos depois, conseguiu o lugar, estando em 1938, como secretário da secção administrativa do município.

José Lacerda ficou viúvo aos quarenta e dois anos de idade e não voltou a casar. Pai de dois filhos pequenos e na situação em que se encontrava tornou-se visita frequente da Casa da Ribeira.

As fontes de que dispomos para analisar as sociabilidades da casa e os seus agentes são sobretudo iconográficas. O álbum de fotografias de que nos servimos é rico em imagens, mas não nos permite outras análises para além do que os nossos olhos nos permitem observar. Neste sentido, não conseguimos aprofundar as relações de amizade e de convivalidade dos irmãos Alves no período analisado. No entanto, é evidente que os Alves estabeleceram relações de amizade com as elites económicas, políticas e culturais locais, fortalecendo também assim a sua posição social. Isto é, rodearam-se no seu círculo de amizades de gentes que ocupavam as mais altas posições na sociedade local e regional, posições privilegiadas e de prestígio, reservadas a uma minoria, que não era, de todo, o grosso da população da primeira metade do século XX

## Capítulo 5. O Brasil

### 1. O Brasil como local de destino

No século XVIII, o Brasil mantinha-se como um dos principais destinos da emigração portuguesa, motivando a saída de gentes que abandonavam definitiva ou temporariamente, a sua terra natal, tanto no continente como nas ilhas. Requião não foi exceção. É pelos registos paroquiais, nomeadamente pelos assentos de óbito, que temos conhecimento da partida de fregueses requionenses com destino ao Brasil. Segundo tal informação haviam saído do Porto por volta 1749, a bordo do navio de Nossa Senhora da Abadia rumo ao Rio de Janeiro. Neste caso, não chegaram ao destino em virtude de terem sido aprisionados pelos piratas de Argel. Foi o caso de António Ferreira da Costa, com cerca de vinte e cinco anos, que faleceu no hospital da cidade de Argel em inícios de 1750, onde estava então cativo, deixando em Requião mulher e filhos<sup>1357</sup>. Ou no caso dos irmãos José e André Marques, do lugar do Monte, que tendo ambos embarcado nesse navio também com destino ao Rio de Janeiro ficaram prisioneiros dos *mouros de Argel*, tendo José, de dezoito anos, falecido no cativeiro<sup>1358</sup>. Assim o souberam seus pais, por carta recebida de André em 1753 mandando, por isso, celebrar um ofício de quinze padres por alma do filho falecido. Um outro exemplo dizia respeito a João, que tendo saído de Requião na mesma altura, e entrado no mesmo barco da Senhora da Abadia no Porto, faleceu também no cativeiro<sup>1359</sup>. Esta situação foi contada pelos demais companheiros sobreviventes, que regressaram a Requião aquando do Resgate Geral ocorrido em 1754, e que os trouxe novamente às suas freguesias de origem.

O aprisionamento de pessoas por corsários e piratas muçulmanos para futuro resgate era uma prática muito comum nos mares Mediterrâneo e Atlântico, atacando quer pequenos barcos de pescadores quer grandes embarcações que faziam ligações transoceânicas, ou mesmo populações costeiras mais vulneráveis a estes ataques<sup>1360</sup>. Era a Ordem da Santíssima Trindade, instituída com o objetivo preciso de resgatar cristãos cativos em terras muçulmanas, que o fazia. Associava-se-lhe igualmente a missão da propagação da fé e do culto da Santíssima Trindade<sup>1361</sup>. Redimir ou resgatar

---

<sup>1357</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos, 1725-1769*, fl. 119.

<sup>1358</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos, 1725-1769*, fl. 133.

<sup>1359</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos, 1725-1769*, fl. 139.

<sup>1360</sup> Sobre este assunto consulte-se Alberto, Martins, Edite Maria da Conceição, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna...*, pp. vii-viii.

<sup>1361</sup> Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *As instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 42, Dissertação de Mestrado policopiada.

cativos tinha uma dupla vertente: por um lado libertá-los fisicamente do cativo e, por outro, salvar as suas almas do abandono a que estariam confinadas no cárcere<sup>1362</sup>.

A congregação da Santíssima Trindade fixou-se em Portugal no século XIII, e desde então as negociações relacionadas com o resgate de cativos eram efetuadas pelos trinitários, que recorriam a bens próprios e às esmolas que ia recebendo para a prossecução dos seus objetivos<sup>1363</sup>. Com D. Sebastião, e por documento lavrado para o efeito em 1561, é mesmo conferido à Ordem o exclusivo dos resgates em território dos infiéis<sup>1364</sup>. Uma exclusividade, fruto da expansão para o norte de África e o consequente aumento de cativos nacionais nas praças deste continente, que criou para o efeito o Tribunal da Redenção dos Cativos, sob a sua alçada<sup>1365</sup>.

Apesar de o resgate de cativos poder ser efetuado por particulares, mediante autorização prévia, foi sobretudo a Ordem da Santíssima Trindade que teve o exclusivo da realização das redensões<sup>1366</sup>. Os *Resgates Gerais*, assim se chamava à libertação de todos os portugueses cativos em determinado lugar pelos padres redentores, constituíam o modo oficial, com que se procedia à remissão destes homens, mulheres e crianças. Um modo, que não era apenas do âmbito religioso mas que tinha uma dimensão política considerável, uma vez que obedecia a formalismos organizacionais que dependiam de autorização régia, e também passavam por negociações diplomáticas com os governadores e reis locais onde estavam os cativos. Salé e Argel, no norte de África, eram importantes cidades que prosperaram com base no corso e na venda de cristãos cativos<sup>1367</sup>. Aí se encontravam muitos cristãos que às vezes esperavam, anos a fio, o resgate do cativo.

Foram várias as *Redenções Gerais* ao longo dos tempos, a última das quais, ocorrida em 1811, com o resgate de cativos portugueses de Argel conseguido no seguimento das negociações entre os dois reinos e que culminou com a assinatura dum tratado de paz luso-argelino em 1813, e renegociado em 1825<sup>1368</sup>.

O quadro elaborado por Edite Alberto permite verificar o elevado número de cativos que, desde o século XVII, foram aprisionados no tráfico Atlântico com a colónia brasileira, quer na ida quer no

---

<sup>1362</sup> Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, “Dos Açores para o norte de África. Contributo para o estudo dos cativos faialenses nos séculos XVII e XVIII”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 23, 2013, pp. 477-512.

<sup>1363</sup> Alberto, Edite, “Trinitários”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 305.

<sup>1364</sup> Alberto, Edite, “Corsários argelinos na costa atlântica - o resgate de cativos de 1618”, in *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 2005. Biblioteca Digital Camões - <http://cvc.instituto-camoes.pt>.

<sup>1365</sup> Alberto, Edite, “Redenção de cativos”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 94.

<sup>1366</sup> Martins, Edite Maria da Conceição, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna...*, pp. 106-112.

<sup>1367</sup> Martins, Edite Maria da Conceição, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna...*, p. 11.

<sup>1368</sup> Alberto, Edite, “Corsários argelinos na costa atlântica - o resgate de cativos de 1618...”, p. 5.



regresso a Portugal<sup>1369</sup>. O caso concreto dos cativos de Requião no século XVIII, são apenas dois exemplos que provam, e à semelhança do que acontecia um pouco por toda a região, as dificuldades vividas por homens que deixavam a sua terra e atravessavam o Atlântico, buscando uma vida melhor no Brasil. Aliás, uma outra referência à presença de indivíduos de Requião nestas paragens encontrámo-la em 1736, quando o visitador do arcebispado mencionou o facto do altar-mor da igreja, ainda por dourar, se devia sobretudo ao zelo do então pároco, que o conseguiu fazer graças a esmolas vindas dessa colónia<sup>1370</sup>. Esta iniciativa era da responsabilidade da comenda e não do pároco, mas foi conseguida em virtude do empenho do reitor da igreja da freguesia em conseguir a empreitada com as ofertas dos *brasileiros*. Uma situação bastante frequente em outras localidades do Entre Douro e Minho, nomeadamente no concelho da Póvoa de Lanhoso, no santuário de Nossa Senhora de Porto Ave, que cresceu fruto da devoção de muitos fiéis do outro lado do Atlântico<sup>1371</sup>.

Duzentos e cinquenta anos tinham passado sobre o *achamento* do Brasil, a 22 de abril de 1500, por Pero Vaz de Caminha, um homem-bom do Porto, que a caminho das Índias, tinha encontrado uma terra nova. E desde essa altura, mais particularmente desde 1530, que está documentada a atração que essa colónia exerceu sobre as populações, nomeadamente sobre as gentes do Entre-Douro-e-Minho. Sucessivas gerações de homens e mulheres nascidos em terras minhotas integraram, desde então, uma complexa rede de ligações, que envolvia portugueses de um lado e do outro do Atlântico, *apenas* separados por um imenso oceano. Um vai e vem de gentes, comprovadas por diferentes registos, e diferentes séries documentais, que desde o século XVI saía do reino, aliciadas pelos novos domínios portugueses e em particular o Brasil<sup>1372</sup>. À procura de melhor fortuna, ou simplesmente para fugir à miséria, ou à míngua, muitos embarcam sem saber o que os esperava, apenas norteados pelo ímpeto de uma vida melhor.

Sem estimativas quantitativas seguras, que só aconteceram em pleno século XIX, é difícil distinguir em números exatos o fluxo migratório Seiscentista e Setecentista para o novo mundo<sup>1373</sup>. Vitorino Magalhães Godinho, avaliando por alto o movimento populacional, apontou para cerca das duas mil partidas anuais, no século XVII, e as oito a dez mil no século XVIII, que tinham como alvo preferencial a

---

<sup>1369</sup> Martins, Edite Maria da Conceição, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna...*, pp. 113-115.

<sup>1370</sup> APR, *Livro das pastorais e visitas*, 1707-1760, fls. 55v.-56.

<sup>1371</sup> Consulte-se para o assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, "A presença de brasileiros no santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX)", in Pereira, Conceição Meireles; Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima (coord.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/ Edições Afrontamento, 2007, pp. 470-475.

<sup>1372</sup> Magalhães, Joaquim Romero, "A sociedade", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3..., pp. 473- 475.

<sup>1373</sup> Só a partir de meados do século XIX as questões demográficas passam a ser alvo de particular preocupação das autoridades. Leia-se a propósito Pereira, Miriam Halpern, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", in *Análise Social*, vol. VII, n° 25-26, 1969, pp. 85-117.

região de Minas Gerais, no centro-oeste do Brasil, onde foram descobertas minas de ouro e diamantes<sup>1374</sup>. Assistiu-se a uma verdadeira corrida ao ouro que em pouco tempo levou milhares de homens e mulheres, a atravessarem o oceano em busca do *eldorado*, de um futuro melhor<sup>1375</sup>. Este facto levou as autoridades a instituírem, em 1720<sup>1376</sup>, um apertado regime de passaportes, para impedir a debandada de gente que saía do reino sem autorização, temendo um abandono dos campos e da agricultura nacional<sup>1377</sup>.

Uma debandada de gente, particularmente no Entre Douro-e-Minho, onde os modelos hereditários de sucessão, com uma clara distinção entre sucessão e herança, e o consequente acesso à terra não favoreciam de modo igual todos os descendentes, propiciando, também por isso, que muitos tentassem a sorte noutras paragens que não a terra natal<sup>1378</sup>. No caso concreto de Requião, e ainda que os dois róis de confessados do século XVIII deem a indicação de cento e sessenta e três ausentes em 1770, e cento e vinte, em 1778, que estavam fora da freguesia não sabemos concretamente se a ausência era devida à permanência no Brasil, ou em outro local para onde sazonalmente, e em busca de trabalho muitos se deslocavam. Pode também tratar-se de uma ausência em virtude de uma mudança de estado civil e de freguesia. Enfim, os motivos poderiam ser vários. Na falta de fontes primárias que nos indiquem a razão de tal ausência do lar, também não podemos determinar com segurança se alguns dos membros da família Alves estiveram no Brasil no século XVIII. Essa situação, só está comprovada e documentada no século XIX, onde encontramos a presença deles por essas paragens. Uns regressaram à pátria, *brasileiros*, com maior ou menor pé-de-meia, outros aí se fixaram e morreram, deixando o nome da família Alves por terras de Vera Cruz.

Investigaremos, na medida do possível, a história desses homens, procurando traçar o seu percurso de vida, familiar e profissional.

---

<sup>1374</sup> Godinho, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 57.

<sup>1375</sup> Leia-se Braga, Nilza Licia Xavier Silveira, "A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII: o estabelecimento do portuense Elias Antonio Lopes no Rio de Janeiro", in *Revista Angelus Novus*, n.º 6, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 2013, pp. 95-114.

<sup>1376</sup> Tratou-se da Lei de 20 de maio de 1720 que estipulava que nenhum funcionário pudesse partir para o Brasil sem antes ter sido despachado no reino para qualquer emprego, civil ou eclesiástico, ou para servir em missões, e os particulares que embarcassem teriam a obrigatoriedade de justificar com documentos a existência de negócio e voltarem ou acudir a negócios urgentes, podendo apenas, e nestes casos, e depois de rigorosa investigação judicial, ser-lhes concedido passaporte. Cfr. Pereira, Maria da Conceição Meireles, "Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional", in Matos, Maria Izilda S. de; Sousa, Fernando; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*, São Paulo, EDUSC, 2008, pp. 35-36.

<sup>1377</sup> Pedreira, Jorge M., "Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)", in *Anais da Universidade de Évora*, n.º 8-9, 1988-1989, p. 54.

<sup>1378</sup> Leia-se Durães, Margarida, "Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas...", pp. 11-15.

## 2. A emigração dos Alves para o Brasil no século XIX

É sobretudo a partir da segunda metade de Oitocentos, em particular, depois da independência em 1822, que o fenómeno emigratório português para o Brasil se incrementa e se conhecem os números oficiais<sup>1379</sup>. Segundo Herbert Klein, *desde o início do século XIX até à década de 50 do século XX, mais de quatro quintos de todos os emigrantes portugueses registados foram para o Brasil*<sup>1380</sup>. A maioria deles era proveniente dos distritos de maior densidade populacional, como era o caso do norte do país.

A família Alves, e alguns dos seus elementos ajudaram a compor este número de portugueses que deixaram a casa paterna, desde meados de Oitocentos, mais concretamente desde os anos quarenta, rumo a uma nova vida, e a uma nova terra, conhecida pelas oportunidades que oferecia.

Embora desconheçamos por completo os motivos que os levaram até estas paragens longínquas, sabemos que Domingos Alves de Araújo investiu, o que tinha e o que não tinha, no futuro dos filhos, proporcionando-lhes um *passaporte* que os conduzisse a uma vida melhor, fora de portas.

As fontes escasseiam para conhecer o perfil de Domingos, como homem e como pai, as suas inquietações e até expectativas sobre o futuro que desejava para os filhos, e por isso desconhecemos as razões que o teriam motivado a encaminhar os seus onze rapazes para o Brasil, e a fazê-los atravessar o oceano. Teria ele algum familiar, seu ou da mulher Teresa da Costa Veloso, algum conhecido ou amigo que estivesse por essas paragens e cujo sucesso na vida lhes permitiria acolher um a um os seus rapazes, garantindo-lhes um futuro? Que razões o levariam a embarcá-los ainda tão jovens para uma terra tão distante? Esperaria que os seus rapazes voltassem ricos e investissem na terra natal? Ou simplesmente dava-lhes a oportunidade de fugirem a um destino remediado, uma vez que as terras que possuía não eram suficientes nem asseguravam o sustento de todos eles? São questões às quais tentaremos responder, apoiando-nos nas informações conseguidas depois de mais cento e setenta anos passados. Todavia, o percurso familiar destes rapazes está em linha com o que aconteceu em muitos da mesma geração, que deixaram a terra natal muito jovens<sup>1381</sup>.

## 3. A ligação aos Trovisqueira, de Gavião

São inegáveis as relações familiares entre os Alves de inícios de Oitocentos e os Trovisqueira de Gavião. Um parentesco não só familiar mas também reforçado pelos laços espirituais que aproximou Domingos Alves de Araújo e mulher, Teresa da Costa Veloso, com os cunhados e também compadres,

---

<sup>1379</sup> Leia-se Serrão, Joel, "Conspecto histórico da emigração portuguesa...", pp. 597-617.

<sup>1380</sup> Klein, Herbert S., "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil...", pp. 237-238.

<sup>1381</sup> A título de exemplo consulte-se Rodrigues, Henrique, "Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte...", pp. 189-230.

Custódio Francisco da Cruz e Joana Maria da Costa, residentes no lugar de Trovisqueira, da freguesia de Gavião, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Teresa e Joana Maria eram irmãs e filhas de João da Costa Araújo e Ana Maria Veloso da Costa, residentes no lugar de Mões, da freguesia de Santo Adrião, em Famalicão, donde João era natural. Casados, e como habitualmente a residir na terra da noiva, neste caso em Vilarinho das Cambas desde 1796<sup>1382</sup>, será, no entanto, em Famalicão que nasceram os seis filhos do casal: Maria Joana<sup>1383</sup>, Joana Maria<sup>1384</sup>, a futura mãe dos Trovisqueira, Teresa<sup>1385</sup>, que será a mãe dos Alves, Joaquim<sup>1386</sup>, João<sup>1387</sup> e Manuel<sup>1388</sup>. Com uma diferença de apenas dois anos, Maria Joana nasceu em 1798 e Teresa em 1800, o que naturalmente as aproximava, também pela perda da mãe ainda na infância. O casamento de ambas não fez esmorecer a relação fraternal existente.

Às relações familiares Teresa e Maria Joana juntaram-se ligações de parentesco espiritual, que estreitaram os afetos e as vivências das duas famílias, uma vez que era frequente tornarem-se padrinhos e madrinhas dos filhos de ambas. Assim aconteceu com Teresa, a primeira filha, rapariga, de Custódio e Joana, nascida em 1829, que teve por madrinha a tia Teresa da Costa, residente em Requião, de quem recebeu o nome<sup>1389</sup>. Ou no caso contrário, relativamente a Custódio, filho de Teresa da Costa e Domingos Alves de Araújo, de Requião, sendo apadrinhado pelo tio Custódio Francisco da Cruz. A madrinha foi a mulher deste, Joana Maria da Costa, ambos residentes em Gavião no lugar da Trovisqueira<sup>1390</sup>. Estas ligações familiares, que reforçavam os afetos e os relacionamentos com os pais do futuro barão da Trovisqueira, José Francisco da Cruz, não devem ser descuradas, e ao invés tidas em atenção, pois pensamos que estiveram na génese da ida para o Brasil dos filhos dos dois casais.

Sabemos através dos estudos sobre a emigração oitocentista para o Brasil, que esta se fazia geralmente através de uma teia de solidariedades familiares e vicinais que explicariam o sucesso destas migrações. Eram estes laços e uniões de sociabilidades, mais ou menos estreitas, envolvendo uma rede clientelar de parentes, amigos, compadres, conhecidos, a que acrescia o domínio da língua, que permitiam ultrapassar os obstáculos que iam desde a longa, e às vezes penosa viagem, que passava

---

<sup>1382</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Vilarinho das Cambas, *Livro de Registo de Casamentos*, 1735-1789, fl. 62.

<sup>1383</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 120v.

<sup>1384</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fls. 130-130v.

<sup>1385</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 140.

<sup>1386</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 148v.

<sup>1387</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 161.

<sup>1388</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 172v.

<sup>1389</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Gavião, *Livro de Registo de Batismos*, 1826-1873, fl. 10v.

<sup>1390</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 73.

pela travessia de um imenso mar, até ao trabalho árduo no comércio de algum familiar ou conhecido horas a fio<sup>1391</sup>.

Se, e como refere Ana Silvia Volpi Scott que *por detrás de cada emigrante revelam-se diferentes estratégias familiares para se lançar à emigração*<sup>1392</sup>, também os Alves recorreram a expedientes seus para colocar os filhos no Brasil, a partir da década de quarenta de Oitocentos. Esta estratégia, não pode ser desligada da própria emigração dos seus primos direitos, os irmãos Trovisqueira, liderados por José Francisco da Cruz, o mais velho, que atingiu celebridade com o título de barão. Talvez, e até por isso, e também pelo seu percurso político, social e económico na fase do retorno, com vida pública associada, tenham ficado mais informações sobre este homem do que dos restantes rapazes, irmãos e primos, que muito naturalmente estiveram juntos em todo o processo migratório, e mesmo na vivência do Rio de Janeiro. As relações de proximidade foram testemunhadas por um álbum de fotografias pertencente a Francisco Alves Correia de Araújo, que chegou até nós, onde são visíveis os retratos dos primos Trovisqueira. Infelizmente, nem todos têm dedicatória, dificultando a identificação de rostos e também pessoalizar estes homens e mulheres mais de cento e cinquenta anos depois. Todavia, consegue-se ainda identificar os citados primos, entre eles José Francisco, futuro barão, e seu irmão Vicente José, os únicos que reconhecemos. Além destes dois, identificámos, pela dedicatória que fazem a Francisco Alves, D. Emília Cândida Machado Trovisqueira, mulher de Vicente José da Cruz Trovisqueira, um dos irmãos do barão. Vicente José, ainda solteiro, partiu em 1859 para o Rio de Janeiro para a gerir a firma *Trovisqueira, Irmãos & Guimarães*, da qual era sócio com este e com o cunhado, Francisco da Cruz Guimarães<sup>1393</sup>.

A nossa hipótese sobre as relações de proximidade entre ambas as famílias encontra-se reforçada num apontamento deixado na correspondência entre Vicente José da Cruz Trovisqueira e alguns elementos da sua família, publicada pela Câmara Municipal de Famalicão. Numa carta enviada à sua irmã Ana Maria da Cruz Trovisqueira deixa a informação que havia jantado com João Araújo, de Requião, em dia de Reis, do ano 1866<sup>1394</sup>.

---

<sup>1391</sup> Para esta matéria veja-se o trabalho de Truzzi, Oswaldo; Scott, Ana Silvia Volpi, "Redes de conterrâneos...", pp. 39-61.

<sup>1392</sup> Scott, Ana Silvia Volpi, "A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica", in *História Unisinos*, n° 11, 1, 2007, p. 121.

<sup>1393</sup> Consulte-se a obra de Alves, Jorge (prefácio), *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviados do Rio de Janeiro, entre 1863 e 1869...*, p. 13.

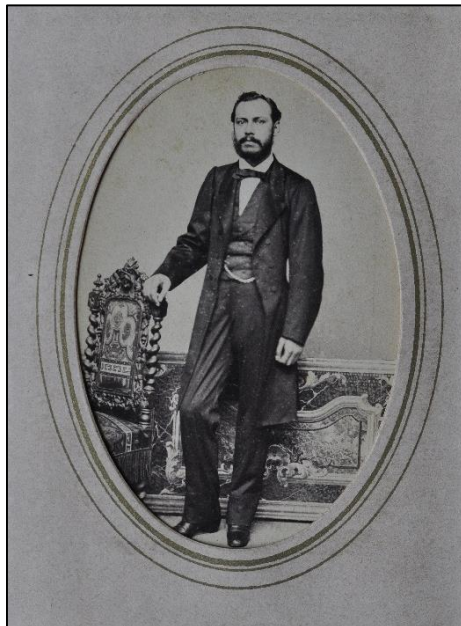
<sup>1394</sup> Alves, Jorge (prefácio), *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviados do rio de Janeiro, entre 1863 e 1869...*, p. 104.

Fotografia 45 - D. Emília Cândida Machado Trovisqueira



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Fotografia 46 - Vicente José da Cruz Trovisqueira



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Ora, este João Araújo era João Alves Correia de Araújo, que tendo emigrado para o Rio de Janeiro em 1838 e regressado por volta de 1859, mantinha negócios no Brasil, onde permaneciam os irmãos

estabelecidos comercialmente, e por lá se terá deslocado em 1866<sup>1395</sup>. Muito provavelmente regressou para tratar ou ultimar negócios que ainda manteria. Aliás, e embora regressado a Requião desde 1859, a presença de negócios no Brasil continuava, sendo-nos esta confirmada pela notícia do Jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, de 9 de junho de 1885<sup>1396</sup>. Através da menção jornalística conhece-se a execução, por portaria do governo brasileiro, da sentença de partilhas, concedida pelo tribunal famalicense a favor dos quatro filhos de João, seus herdeiros, entre os quais Manuel Alves Correia de Araújo, aquando da sua morte, ocorrida em 1882<sup>1397</sup>. Se não houvesse bens no Brasil não faria sentido esta notícia num jornal do Rio de Janeiro.

Sem termos oportunidade de investigar o elo de ligação que juntaria estas duas famílias no Brasil, suspeitamos que a chave estaria em Joaquim da Costa Araújo<sup>1398</sup>, tio pelo lado materno dos irmãos Alves e dos irmãos Trovisqueira, que esteve no Brasil. O irmão, o mais velho dos três rapazes, de Joana e Teresa, as mães dos irmãos Trovisqueira e dos irmãos Alves, respetivamente, que teria participado ao lado de D. Pedro no desembarque das tropas liberais em Mindelo.

#### 4. Joaquim da Costa Araújo

Segundo Vasco de Carvalho, Ana Maria Veloso da Costa, a mãe de Joana Maria, Teresa e Joaquim teria morrido nova, por volta dos trinta e poucos anos, aquando das invasões francesas em 1808, *com o marido em campanha e seus filhos menores extraviados cada um para seu lado*, depois de terem fugido do Porto onde se haviam refugiado<sup>1399</sup>. Sem mais informações sobre o que aconteceu a esta família é bem provável que, e após a morte de Ana Maria, ocorrida a 14 de maio de 1810<sup>1400</sup>, João da Costa Araújo com seis filhos pequenos a cargo, com idades entre os treze e os quatro anos, procurasse desde cedo encaminhá-los, garantindo-lhes um futuro. O mais velho dos rapazes, Joaquim, saiu de Famalicão em 1815, aos treze anos, indo para Lisboa trabalhar no comércio em casa de um parente que residia na capital<sup>1401</sup>. Muito provavelmente este familiar seria António da Costa Araújo, padrinho de

---

<sup>1395</sup> Sobre este o percurso dos chamados *brasileiros* leia-se Coelho, José Abílio, *O "brasileiro" João António de Matos (1818-1892): benemérito da freguesia de Brunhais*, Brunhais, Junta de freguesia de Brunhais, 2013.

<sup>1396</sup> <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>1397</sup> Não existem registos paroquiais entre 1877-1887, por não terem sido lançados pelo então pároco de Requião nos livros competentes. No entanto, através de um pequeno papel existente no arquivo da paróquia temos notícia do óbito ocorrido a 7 de abril de 1882. Diz o seguinte: *João Alves Correia de Araújo. Idade 57 anos (Ribeira) falecido às 8h da tarde de 7 de abril de 1882, casado com Maria Ribeiro, filho legítimo de Domingos Alves de Araújo e de Teresa da Costa. Tem filhos.* APR, documento avulso, não paginado.

<sup>1398</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 148v.

<sup>1399</sup> Gonçalves, Amadeu; Costa, Artur Sá da, "Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira-correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira", in *Boletim Cultural. Vila Nova de Famalicão*, III série, nº 3/4, 2007/08, p. 301.

<sup>1400</sup> APVNF, *Livro de Óbitos*, 1730-1811, fl. 151v.

<sup>1401</sup> Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1960, p. 89.

Joana Maria, assistente na cidade de Lisboa<sup>1402</sup>, que em 1798, havia sido padrinho de Joana Maria. Como já demonstrou Jorge Alves, era um procedimento habitual, em todo o noroeste português, as migrações para as cidades, como era o caso do Porto e Lisboa, que ofereciam mais oportunidades de trabalho<sup>1403</sup>.

Como capital do reino, Lisboa, centro político, administrativo, militar e económico, atraía todo o tipo de pessoas: comerciantes que para lá se dirigiam para tratar de negócios, criados para auxiliar no trabalho doméstico da elite aí estabelecida, pedreiros para trabalhar na reconstrução da cidade no pós-terramoto, caixeiros para o comércio de uma cidade em franco crescimento, enfim gente com vontade de trabalhar e escapar à miséria na sua terra natal<sup>1404</sup>.

Mas nem só a capital atraía os minhotos pelas possibilidades de emprego que oferecia. Também outros locais do reino, e mesmo da estremadura espanhola, o caso da zona de Jerez de La Frontera, que desde século XV tem documentada a presença de portugueses, à semelhança do que acontecia noutras regiões rurais da Andaluzia<sup>1405</sup>. Ou mesmo Sevilha, que desde a Idade Moderna atraía igualmente muitos portugueses, devido ao comércio que por lá se desenvolvia principalmente com as colónias americanas.

Estas migrações temporárias e sazonais, ligadas sobretudo às fainas agrícolas, com ritmos próprios condicionados pelos trabalhos de cava, poda, sementeira e colheitas, mobilizavam sobretudo homens, que por vezes percorriam grandes distâncias<sup>1406</sup>. De facto, ainda que as correntes migratórias pudesse abranger homens e mulheres que se deslocavam para fora da sua área de residência em busca de trabalho, as saídas eram maioritariamente masculinas. Eram sobretudo os homens que saíam do lar, da casa paterna, ausentando-se com maior ou menor brevidade consoante os casos, mas havia também mulheres. Quer na tentativa de obter recursos financeiros que lhes permitissem quer complementar os seus pequenos rendimentos que não chegavam para a sua subsistência e dos seus, quer na esperança que a aprendizagem de um ofício fora de portas, os pudesse até ajudar na preparação para uma futura emigração para o exterior.

---

<sup>1402</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fls. 130-130v.

<sup>1403</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, pp. 82-92.

<sup>1404</sup> Durães, Margarida; Lagido, Emília, "A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)", in Meneses, Avelino de Freitas de; Costa, João Paulo e (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-Mar, 2007, p. 252.

<sup>1405</sup> Oliveira, António de, "Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900", in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1, nº 1, 1995, pp. 273-274.

<sup>1406</sup> Sobre as deslocações de gentes ligadas às fainas agrícolas sazonais leia-se Durães, Margarida; Lagido, Emília, "A arte de trabalhar a pedra...", pp. 277-283.



Foi o que aconteceu com Joaquim da Costa Araújo, que três anos depois de ter chegado a Lisboa, em 1818, aos dezasseis anos, partiu para o Brasil, desembarcando na cidade da Bahia, depois de longos dias de viagem no Atlântico<sup>1407</sup>. A capital do reino teria servido como alavanca para uma aventura maior, de resto, uma situação também recorrente.

O primeiro grande teste que os emigrantes sofriam, como lhe chamou Joaquim da Costa Leite<sup>1408</sup>, era a longa e penosa viagem transatlântica que, e até ao aparecimento dos vapores depois da segunda metade do século XIX, era efetuada em barcos à vela. Ao sabor dos ventos e das correntes marítimas, a que se associava a maior ou menor mestria do capitão no comando da tripulação, a viagem em veleiros era lenta, no mínimo seis semanas, às vezes mais. Acresciam situações de grande desconforto, como podemos imaginar, e um grande risco, até pela quantidade de gente acumulada num espaço relativamente exíguo, a que se somava a falta de higiene, a doença e, conseqüentemente, a morte em vários casos<sup>1409</sup>. Eram muitas as situações de doenças a bordo, como febres gástricas e disenterias, maleitas contagiosas, que se propagavam e originavam a morte, sobretudo dos mais débeis fisicamente.

Por isso, a chegada ao destino, sãos e salvos, era já um motivo de vitória para estes indivíduos que nestas condições atravessavam o Atlântico. Também assim, se compreende o salto qualitativo que foi dado, quando apareceram os vapores a assegurar estas travessias, e cuja substituição ocorreu essencialmente a partir da década de setenta do século XIX. Estes navios ofereciam várias vantagens, as quais se tornariam cada vez mais evidentes com o passar do tempo, e à medida que a evolução tecnológica permitiu a construção de vapores mais velozes. As viagens transatlânticas passaram para cerca de metade do tempo, associadas a uma clara melhoria das condições a bordo. Eram benefícios de tal forma evidentes, juntamente com a própria previsibilidade da chegada e da partida, já não sujeitas às condições climatéricas, que as grandes companhias de navegação faziam questão de os publicitar. Ofereciam serviços considerados de qualidade aos passageiros, sobretudo aos de primeira classe, mas que acabariam também por se estender, e na medida do possível, aos de terceira classe.

Num esforço de se dar a conhecer e os serviços que prestavam, claramente superiores aos dos veleiros, estas companhias anunciavam-se na imprensa da época. Companhias estrangeiras como a *Mala Real Inglesa* ou a *Companhia Real de Navegação a Vapor do Pacífico*, publicitavam os seus serviços a bordo e as acomodações que propiciavam aos passageiros de todas as classes existentes nos seus paquetes. Algo que de facto, os veleiros nunca poderiam oferecer. Como diz Joaquim da Costa Leite, as

---

<sup>1407</sup> Sabemos que esta viagem terá durado sessenta dias. Veja-se Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes...*, p. 89.

<sup>1408</sup> Sobre a viagem e a travessia do oceano leia-se Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914", in *Análise Social*, vol. XXVI, (112-113), 1991, pp. 741-752; Leite, Joaquim da Costa, "A Viagem", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, pp. 27-39.

<sup>1409</sup> Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914...", p. 742.

condições a bordo dos vapores eram, mesmo para os passageiros de terceira classe, claramente superiores às dos veleiros, cujos serviços prestados nunca chegariam às mordomias existentes nos vapores transatlânticos, como beliches e roupa de cama ou mesmo a oportunidade de ver servido pão fresco diariamente<sup>1410</sup>.

A título de exemplo, e no jornal famalicense *Estrela do Minho* de 1898, três companhias rivais de navegação para o Brasil publicitam, lado a lado, na última página do semanário os seus paquetes<sup>1411</sup>. Os preços das passagens, as condições a bordo eram as mais-valias que cada empresa tentava oferecer e, com isso, conseguir a decisão rápida do cliente, neste caso do emigrante. A companhia de navegação britânica, *A Mala Real Inglesa* dava a possibilidade aos passageiros de primeira classe de escolherem a localização dos seus beliches, mediante a análise prévia da planta do paquete que forneciam à consulta dos interessados nos escritórios da empresa. Em jeito de publicidade e fazendo face à concorrência, advertia mesmo que os potenciais clientes se dirigissem o mais rápido possível à agência do Porto, na rua Infante D. Henrique. Anunciava igualmente a existência de criados portugueses a bordo dos seus paquetes para servir os passageiros. Por seu turno, a companhia concorrente, *A Companhia Real do Pacífico*, referenciava a existência de luz elétrica nos seus navios, bem como o *excelente tratamento* dado aos passageiros *e vinho a todas as comidas*. Já a *Mala Real Portuguesa*, mais democraticamente, e tendo uma perspetiva de negócio menos elitista anunciava a grande redução de preços para as passagens de terceira classe, com o objetivo de angariar o grande mercado, composto por aqueles que viam no Brasil a terra de oportunidades.

Sem notícias sobre como decorreu a travessia a Joaquim da Costa Araújo, apenas sabemos pelo seu biógrafo que chegou ao nordeste brasileiro, à cidade da Bahia<sup>1412</sup>, em 1818.

Mesmo sendo considerada cabeça do estado do Brasil, designação frequentemente encontrada em documentos da época que mostra a centralidade política da cidade, que não foi alterada mesmo com a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, a cidade da Bahia já se vinha afirmando desde o século XVII como uma metrópole comercial. Era um local de encontro de rotas comerciais internas e externas à capitania e com um papel fundamental na redistribuição de produtos importados para outras

---

<sup>1410</sup> Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914...", p. 743.

<sup>1411</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 12 de fevereiro de 1898, p. 4.

<sup>1412</sup> Consulte-se Marques, Guida, "Por ser cabeça do Estado do Brasil. As representações da cidade da Bahia no século XVII", in Souza, Evergton Sales; Marques, Guida; Silva, Hugo R. (Org.), *Salvador da Bahia retratos de uma cidade atlântica*, Salvador/Lisboa, EDUFBA/CHAM, 2016, pp. 18-19; Sousa, Avanete Pereira, "A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII", in Souza, Evergton Sales; Marques, Guida; Silva, Hugo R. (Org.), *Salvador da Bahia retratos de uma cidade atlântica...*, pp. 99-125.

capitanias, bem como na saída de produtos locais para o exterior<sup>1413</sup>. Uma posição cimeira que era, essencialmente, devida à comercialização de quatro produtos: açúcar, algodão, couros e tabaco, que saíam da Bahia com destino a Portugal. De Portugal, importavam-se géneros manufaturados, como tecidos, louças, ferragens, pólvora, chumbo, alcatrão, farinha de trigo, vinho, vinagre e azeite. Segundo Avanete Pereira Sousa, esta capitania detinha a maior percentagem de exportações para o reino, superando mesmo o Rio de Janeiro e Pernambuco no volume do comércio enviado para a metrópole<sup>1414</sup>. Mas não só. Registava-se igualmente um intenso comércio que também passava pela Índia, donde se traziam tecidos e especiarias e, por África, donde vinham escravos e para onde levavam cachaça e tabaco<sup>1415</sup>.

Quando Joaquim da Costa Araújo chegou à Bahia, e ao contrário do que seria expectável, até pela movimentação comercial da capitania, não foi no comércio que encontrou o seu rumo profissional. No entanto, é muito provável que o seu conhecimento de contabilidade e escrituração, adquirido durante três anos na casa de um parente na capital do reino, tenha sido determinante, e uma mais-valia, para o lugar que conseguiu na repartição do comissariado do exército do Brasil.

O comissariado geral do exército havia sido estabelecido para assegurar o abastecimento de víveres ao exército português. À semelhança do serviço de abastecimentos inglês que satisfazia as necessidades logísticas dos britânicos, por influência do general William Beresford, foi criado o comissariado nacional pela portaria de 21 de novembro de 1811, entrando em vigor a 1 de janeiro do ano seguinte com a execução do seu regulamento, que o legitima e normaliza procedimentos<sup>1416</sup>. O regulamento determinava várias situações: os fornecimentos feitos por arrematações, as tropas em campanha deveriam levar rações para seis dias, o estabelecimento de grandes depósitos em todas as províncias para neles se arrecadarem géneros, e em todas as guarnições, pequenas feitorias; o fabrico de pão para ser entregue aos padeiros das localidades; os corpos levariam consigo empregados para tratarem das questões administrativas. Disciplinava-se ainda o abastecimento dos depósitos provinciais de trigo, cevada e centeio até ao fim de setembro; de milho, batata e feijão, até ao final de outubro; de palha e de feno, até fins de agosto, eventualmente, setembro e de líquidos nas estações próprias<sup>1417</sup>. Além desta regulamentação interna criava para o desempenho das suas funções, vários cargos: comissário-

---

<sup>1413</sup> Consulte-se a propósito Sousa, Avanete Pereira, "Trânsitos mercantis de uma cidade capital (Salvador, séc. XVIII)", in *Revista Mosaico*, vol. 7, nº 2, 2014, pp. 173-182.

<sup>1414</sup> Sousa, Avanete Pereira, "Trânsitos mercantis de uma cidade capital...", p. 174.

<sup>1415</sup> Sousa, Avanete Pereira, "A centralidade/capitalidade económica de Salvador no século XVIII...", pp. 103-104.

<sup>1416</sup> Sobre o Regulamento do Comissariado de Víveres e Transportes para o Exército Português consulte-se Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010, pp. 45-52.

<sup>1417</sup> Consulte-se Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular...*, pp. 48-49.

em-chefe (nomeado pelo rei), deputados-comissários, assistentes-comissários, assistentes-deputados, comissários, fiéis e escriturários. Estas figuras civis ganhavam vencimento equivalente às hierarquias do exército. No caso do comissário em chefe era equiparado a brigadeiro, os deputados-comissários tinham o vencimento com a equivalência a tenentes-coronéis, os assistentes-comissários com equiparação a majores, os assistentes-deputados, a capitães. E finalmente, os comissários tinham um vencimento igualado a um tenente<sup>1418</sup>.

Em 1821, cerca de dez anos depois de ter sido estabelecida em Portugal, D. João VI criou no Brasil um serviço idêntico, o comissariado militar do Brasil, igualmente destinado a prover o abastecimento dos corpos de tropa, em géneros<sup>1419</sup>. E foi aqui, nesta repartição do comissariado do Brasil<sup>1420</sup>, como *praticante*<sup>1421</sup>, que Joaquim da Costa Araújo entrou nos meandros da logística do exército, ainda que o futuro lhe reservasse uma janela de oportunidade para iniciar a sua caminhada no mundo político-militar, tornando-se num *acérrimo defensor de D. Pedro*<sup>1422</sup>. Foi a seu lado que combateu, desembarcando com este na praia dos Ladrões, no lugar de Pampelido, em Matosinhos, anos depois, em julho de 1832.

Sem informações concretas sobre o papel de Joaquim neste comissariado, mas sabendo que este serviço era responsável pelo abastecimento do exército em terras brasileiras, com vista a assegurar a alimentação, vestuário, armamento e o mais necessário à manutenção das tropas, é muito provável que tenha estabelecido uma rede de contactos privilegiada no mundo comercial e dos negócios, que lhe permitiria uma escalada social usada em proveito próprio. Essa rede ter-lhe-á sido muito útil também em termos familiares, principalmente de apoio aos sobrinhos, que anos depois, chegariam ao império do Brasil com a sua indicação. Longe iam os tempos, ou talvez nem por isso, em que os métodos de confiscação de bens aos particulares eram prática dos exércitos. Desde que William Carr Beresford, aquando das guerras peninsulares, assumiu o controlo do exército português, seguindo o modelo britânico, que se optou pela aquisição ou contratos de fornecimento para a satisfação das necessidades imediatas e de reserva de depósitos<sup>1423</sup>.

Sem ser um serviço de *grande glamour*, como lhe chamou José Manuel Alves dos Santos, quando comparado com o comando de uma companhia de infantaria ou demais atos de heroicidade

---

<sup>1418</sup> Veja-se Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular...*, p. 49.

<sup>1419</sup> Braz, Márcio Alexandre de Lima, *A logística militar e o serviço de intendência: uma análise do programa excelência gerencial do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2004, pp. 56-57, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1420</sup> Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes...*, p. 89.

<sup>1421</sup> AHM, DIV/2/01/46/18, não paginado.

<sup>1422</sup> Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes...*, p. 90.

<sup>1423</sup> Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular...*, pp. 57-58.

bélica, eram estes homens que tinham de negociar com os agricultores e comerciantes, de procurar o que o mercado não tinha disponível, arranjar substitutos quando determinados géneros escasseavam, toda uma série de serviços que os homens que aí trabalhavam deveriam desempenhar, que incluíam predicados como destreza, desenvoltura, improviso, capacidade negocial, entre muitos outros. Algo que o próprio general Wellington reconhecia que faltava aos portugueses do comissariado luso face aos ingleses, por possuírem menos capacidade negocial na obtenção de alimentos<sup>1424</sup>.

Aliava-se, no caso de Joaquim da Costa Araújo a capacidade de redigir bem, com uma *linguagem clara e bem aceitável*<sup>1425</sup>, fundamental para um trabalho de administração com exigências também ao nível da escrituração e contabilidade. Aliás, deu mostras do seu rigor à rainha D. Maria II ao expor algumas irregularidades em termos de despesas feitas pela primeira divisão do conde das Antas, aquando da sua permanência em Espanha para combater na luta dos liberais espanhóis contra D. Carlos.

De facto, foi na condição de encarregado do fornecimento do exército chefiado por Francisco Xavier da Silva Pereira, primeiro conde das Antas, militar liberal e um dos participantes nos combates do Porto com D. Pedro IV, companheiro do duque da Terceira na expedição ao Algarve, que acompanhou essa coluna de tropas que esteve em Espanha, em 1835<sup>1426</sup>. Aí encontrou a mulher com quem casou, posteriormente em Tordesilhas, e foi a mãe dos seus oito filhos, a castelhana de Valladolid, Dona Inês de la Mora Varona.

Regressado a Lisboa instalou-se com a mulher numa casa no largo do Carmo, e foi aí que nasceu a primeira filha do casal Maria Ascensão, a 6 de julho de 1838<sup>1427</sup>. Esta filha casou no dia 2 de junho de 1859, na igreja de Santa Engrácia, da cidade de Lisboa, com o seu sobrinho, José Francisco da Cruz Trovisqueira, já então barão<sup>1428</sup>. Foi com o matrimónio que se tornou baronesa de Trovisqueira, Dona Maria Ascensão de Mora Varona Araújo. Pensamos que este casamento, eventualmente de conveniência, seria o culminar de anos de contacto entre tio e sobrinho. Aliás, suspeitamos, pois sem provas documentais estaremos sempre no campo das hipóteses, que teria sido graças ao dinamismo de Joaquim da Costa Araújo e às ligações comerciais que tinha estabelecido em terras brasileiras que os sobrinhos, filhos das suas duas irmãs, e também do seu irmão Manuel, partiram para o Brasil.

---

<sup>1424</sup> Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular...*, p. 178.

<sup>1425</sup> Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes...*, p. 91.

<sup>1426</sup> Medina, João, "Ecos de la tercera guerra Carlista en Portugal (1872-1876)", in Serrão, Joaquim Veríssimo; Bullón de Mendoza, Alfonso (org.), *La contrarrevolución legitimista (1688-1876)*, Madrid, Editorial Complutense, 1995, p. 208.

<sup>1427</sup> ADLSB, Fundo paroquial, Paróquia de Sacramento, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1850, fl. 72.

<sup>1428</sup> ADLSB, Fundo paroquial, Paróquia de Santa Engrácia, *Livro de Registo de Casamentos*, 1842-1859, fl. 214v.

## 5. A aventura brasileira dos Alves de Oitocentos

A aventura brasileira dos Alves ter-se-á iniciado em finais da década de 30 de Oitocentos e prolongado durante os anos 40 e 50, com a ida dos filhos de Domingos Alves Correia de Araújo, que partiram sucessivamente para o outro lado do Atlântico. O primeiro a sair terá sido Manuel, o mais velho dos seus oito rapazes, em 1836, seguido dois anos depois de João. Um movimento contínuo e regular, à medida que iniciavam a adolescência, que podemos verificar e comprovar com os casos de Joaquim em 1840, António em 1843, e Custódio, em 1856.

Em abril de 1838, prestes a completar catorze anos, o segundo filho de Domingos Alves de Araújo, e de Teresa da Costa Veloso, partia para o Rio de Janeiro. Pensamos, que teria ido com o primo de Gavião, José Francisco da Cruz. Trata-se de uma hipótese provável, até porque os dois eram praticamente da mesma idade, com um intervalo de um ano apenas. A nossa hipótese contraria Vasco de Carvalho, o historiador famalicense, que aponta o ano de 1834 para a ida do futuro barão da Trovisqueira para o Brasil<sup>1429</sup>. Embora os dez anos fossem uma idade perfeitamente plausível e aceitável, segundo os padrões da época para o envio de rapazes com destino à emigração, não nos parece possível que João tenha ido nesse ano, pois a 18 de junho de 1837, isto é, três anos depois da suposta partida atribuída por Vasco de Carvalho, José Francisco estava em Gavião assinando o registo paroquial, enquanto padrinho de batismo de sua irmã Ana Maria, a gémea de Luís, nascidos a 14 de junho<sup>1430</sup>.

Pensamos, e até pelas razões atrás explanadas, que os dois sobrinhos de Joaquim da Costa Araújo, João Alves e José Francisco da Cruz, primos direitos, poderiam ter ido juntos para o Rio de Janeiro, mas sem a prova documental trata-se apenas duma suposição nossa. Certezas temos apenas a da partida de João, conforme passaporte passado pelo Governo Civil do Porto em abril de 1838<sup>1431</sup>.

O passaporte era uma exigência do estado liberal, de forma a disciplinar a emigração, que tinha raízes anteriores. Desde as Ordenações Filipinas que se proibiam as saídas para fora do reino *sem licença e passaporte*, incluindo pesadas penas não só aos transgressores como aos que facilitassem tais fugas<sup>1432</sup>. Tratou-se de uma situação que procurava obstar e precaver a debandada de homens em tempo de guerras com Espanha e que se prolongou e manteve no período de paz subsequente<sup>1433</sup>.

Este controle de saídas que continuou no século XVIII, fruto, sobretudo, da febre do ouro das Minas foi responsável pelo grande afluxo de gentes, principalmente da província do Minho, que partia

---

<sup>1429</sup> Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes...*, p. 79.

<sup>1430</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Gavião, *Livro de Registo de Batismos*, 1826-1873, fl. 30.

<sup>1431</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 4, 1837-1838, fl. 115.

<sup>1432</sup> *Ordenações Filipinas*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 1253-1259.

<sup>1433</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, pp. 122-124.

para as capitânicas do Brasil. Exigia-se passaporte a quem saísse do reino e punia-se quem emigrasse sem documentos oficiais. O objetivo já não era apenas impedir a partida de efetivos que poderiam ser válidos nas hostes em tempo de guerra e, conseqüentemente, assegurar a defesa militar do reino, mas sim travar a fuga das populações, encaradas como o elemento vital mais importante de um Estado, e um dos indicadores da sua riqueza<sup>1434</sup>. Era uma preocupação que se tornou visível na legislação, que apertou o cerco aos infratores. Foi o caso da lei de 20 de maio de 1720, que estipulava obrigatoriedade da partida para o império do Brasil, para qualquer emprego, civil ou religioso, incluindo as missões evangelizadoras, a despacho prévio na metrópole. Neste sentido, os particulares só o poderiam fazer se justificassem previamente, e com documentos, que iam em negócios com regresso previsto, ou para acudir a situações de urgência. Além disso, e ao invocar a ineficácia de anteriores regulamentações, determinava também uma busca ao navio antes da partida e à chegada ao Brasil. No caso de existirem infratores seriam reenviados para a metrópole e sujeitos a penas várias: assentamento de praça aos que estivessem em idade para tal, prisão, multas e degredo para os restantes. O capitão do navio ficava também sujeito a uma multa pecuniária<sup>1435</sup>.

Com a instauração do novo regime liberal a questão da mobilidade demográfica tornou-se ainda mais relevante. Sem ferir o princípio constitucional que garantia a liberdade de emigrar a qualquer um, estipulando que *qualquer pode conservar-se, ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiros*<sup>1436</sup>, o novo poder político exigia sobre o assunto uma atenção particular e redobrada. Ainda que fosse um direito que assistia aos cidadãos, o estado assumia o seu papel de vigilância sobre os seus homens, face ao aumento da corrente migratória açoriana e madeirense para o continente americano, nomeadamente para o Brasil, a partir de 1834<sup>1437</sup>. E com as implicações sociais, económicas, políticas e militares daí decorrentes.

Preocupada com este fenómeno migratório, a retórica governativa centrava-se num discurso paternalista de proteção aos seus cidadãos que dizia serem aliciados *por homens mal intencionados, e com fins ambiciosos e interessados*, que os seduziam com *lisonjeiras promessas de lucro que não se realizam* e os transportam para o Brasil *a bordo dos navios com inaudita desumanidade*. Acrescentava ainda o texto da portaria de 17 de junho de 1836, o facto de muitos venderem os seus serviços à chegada

---

<sup>1434</sup> Maia, Fernanda Paula Sousa, "A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista", in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima; Pereira, Conceição (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, p. 52.

<sup>1435</sup> Pereira, Maria da Conceição Meireles, "Legislação sobre emigração para o Brasil na monarquia constitucional", in Matos, Maria Izilda S. de; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (coord.), *Deslocamentos e histórias: os portugueses...*, pp. 35-36.

<sup>1436</sup> *Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa decretada e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro IV, Imperador do Brasil, aos 29 de Abril de 1826*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826, p. 30.

<sup>1437</sup> Leia-se Maia, Fernanda Paula Sousa, "A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista...", pp. 51-68.

*nos portos daquele império como se fossem escravos da costa de África*, a que se sujeitavam de forma a pagarem as excessivas despesas que lhes haviam cobrado pelo transporte até à terra prometida<sup>1438</sup>. Esta preocupação tinha por base o decreto de 10 de dezembro de 1836, de Sá da Bandeira, que abolia o tráfico de escravos nos domínios portugueses. Ao impedir, essencialmente fruto da pressão inglesa, o comércio de escravos, o poder político deparava-se com o problema da emigração, que encarava como resultado de aliciamento e promessas, feitas a *pobres analfabetos* que iriam substituir a mão-obra negra nas plantações. Uma *escravatura branca* que no dizer do deputado Costa Cabral era algo de *vergonhoso ao nome português*<sup>1439</sup>.

Era, por isso, necessário combater o engajamento, o que levaria o estado a endurecer a sua política emigratória, vista como a única forma de controlar e contrariar as saídas para o exterior.

Neste sentido, surgiu a lei de 20 de julho de 1855<sup>1440</sup>, que se destinava sobretudo a impedir os abusos dos capitães das embarcações e a proliferação da clandestinidade, estabelecendo penas pecuniárias e de prisão, para os que admitissem nos seus barcos passageiros sem passaporte, um número de viajantes superior à tonelagem da embarcação, não cumprissem as condições higiénicas, ou mesmo, agredissem os passageiros a bordo. No entanto, e apesar do esforço legislativo, foi uma lei que acabou por ser bastante débil, até pelo contexto em que foi aprovada. Viviam-se tempos de grande efervescência, quer no parlamento quer na opinião pública, resultantes dos escândalos ocorridos em duas embarcações que haviam saído do Porto e chegado ao Pará com menos quarenta e sete passageiros a bordo, mortos durante a viagem pela fome, sede e desumanidade do capitão da embarcação<sup>1441</sup>. Praticamente limita-se a compilar medidas legislativas anteriores, incluídas no regulamento de 30 de maio de 1825 e na portaria de 19 de agosto de 1842, que certamente na prática não seriam aplicadas, vendo o legislador uma necessidade do seu reforço, por este modo.

Além da debilidade, esta lei apresentou várias lacunas e omissões que levaram nos anos seguintes a publicarem-se emendas e acrescentos, face às necessidades pontuais que iam surgindo, e aos novos tempos que gradualmente se iam desenhando.

Como vemos, desde Seiscentos que o passaporte era o instrumento legal de saída, legitimando não só a saída para o exterior mas também para o interior, como já referimos anteriormente. O controlo da mobilidade interna criou-se durante o governo do Marquês de Pombal, inicialmente pelo alvará de 25 de junho de 1760, que apenas dizia respeito aos viajantes que se deslocassem para Lisboa, para depois

---

<sup>1438</sup> Portaria de 17 de junho de 1836, p. 167. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p179>.

<sup>1439</sup> Amorim, Paulo Jorge Ribeiro de Azevedo, *As relações Portugal-Brasil: política externa e emigração: 1834-1851...*, p. 190.

<sup>1440</sup> Lei de 20 de julho de 1855, pp. 227-229. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/30/108/p256>.

<sup>1441</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, pp. 135-136.



ser alargado às restantes comarcas pelo alvará de 13 de agosto do mesmo ano que exigia o passaporte a todos los viajantes nacionais ou estrangeiros<sup>1442</sup>. Esta exigência vigorou quase cem anos, até à promulgação da lei de 31 de janeiro de 1863, que, ao abolir os passaportes internos no interior do reino e ilhas, promovia a liberdade da circulação de pessoas no território nacional.

A competência da concessão do passaporte, inicialmente das Secretarias de Estado, passou a ser, a partir da instauração definitiva do liberalismo em 1834 e da posterior reorganização administrativa do país, da responsabilidade dos governadores civis. Competia a estes magistrados *dar passaportes para fóra do Reino, pelos portos de mar*<sup>1443</sup>, uma prerrogativa reafirmada pelo código administrativo de 1836, e confirmada pelo de 1842, e que se manteve praticamente até ao século XX. O mesmo aconteceu, no dizer de Joaquim da Costa Leite, com as condições legais da emigração, que também elas se mantiveram praticamente inalteráveis desde 1850 até por volta dos anos vinte do século XX<sup>1444</sup>.

Definidas as condições para a emissão do passaporte, estabelecidas pelas leis de emigração de 1855 e 1863, eram variados os requisitos para a sua obtenção definidos pelo Estado. Desde os princípios gerais de autoridade, em que os menores necessitavam do consentimento dos pais, as mulheres da autorização dos maridos e os funcionários dos seus superiores hierárquicos, passando até por quesitos paternalistas do próprio Estado, que no sentido de defender os seus, de abusos e arbitrariedades provocadas por muitos engajadores, exigia um contrato válido de trabalho por parte do candidato ao passaporte ou uma prova de que a viagem transatlântica estava paga<sup>1445</sup>. Mas o requisito fundamental, ou melhor, aquele que mais preocupava o estado português, que via na emigração uma fuga a este *tributo de sangue*, como o havia consagrado a Carta Constitucional<sup>1446</sup>, era a questão militar. Era necessário para obter o passaporte provar que o serviço militar estava cumprido ou, no caso dos mancebos entre os catorze e os vinte e um anos, que apresentavam fiança ou tinham fiador idóneo, que responderia por eles. O recrutamento militar era sobretudo encarado como um imposto que sobrecarregava os mais humildes. Daí que as populações vissem neste alistamento não um serviço à

---

<sup>1442</sup> Fernández Cortizo, Camilo J., “Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, tomo II, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 392-393.

<sup>1443</sup> Decreto, 18 de julho de 1835, p. 196. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p206>.

<sup>1444</sup> Leite, Joaquim da Costa, “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”, in Fausto, Boris (org.), *Fazer a América: A imigração em massa para a América latina*, São Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo, 1999, p. 180.

<sup>1445</sup> Leite, Joaquim da Costa, “O Brasil e a emigração portuguesa...”, p. 179.

<sup>1446</sup> Leia-se sobre o assunto Monteiro, Isilda Braga da Costa, “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar - uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima; Pereira, Conceição Meireles (coord.), *A emigração para o Brasil...*, pp. 385-400.

pátria para o qual contribuiriam de bom grado, mas um pesado tributo nas suas vidas, já difíceis, até pela duração do mesmo, cinco anos efetivos e três de reserva<sup>1447</sup>.

Este, além de outros, era um dos entraves à emigração legal, pois nem todos tinham poder de apresentar fiador, tal como a capacidade de comprar substituição/remissão ao serviço militar, por não estava ao alcance de todos. Esta situação terá empurrado muitos para a emigração clandestina ou anteciparem a partida antes dos catorze anos, de forma a evitarem a fiança.

Como refere Jorge Alves, tratava-se de uma *conotação de classe*, uma vez que só era acessível àqueles mancebos que tinham suporte económico familiar que garantisse o início da aventura emigratória<sup>1448</sup>. Uma aventura que iria exigir igualmente outros apoios, nomeadamente do lado de lá do Atlântico.

Esse apoio económico encontrámo-lo na emigração dos irmãos Alves em Oitocentos. Todos eles, um a um foram abonados pelo pai Domingos, enquanto fiador idóneo, como comprovamos pela indicação contida nos passaportes de António<sup>1449</sup> e de Custódio<sup>1450</sup>, em 1843 e 1856, respetivamente. Os passaportes de Manuel<sup>1451</sup>, João<sup>1452</sup> e de Joaquim<sup>1453</sup>, tirados anteriormente em 1836, 1838, e 1840, respetivamente, nada referem. Talvez por não ser essa a prática administrativa dessas cronologias mais anteriores, e apenas um *pg* (pago), certamente uma indicação de ter pago os emolumentos necessários.

De facto, obter um passaporte era algo dispendioso que assentava num processo burocrático exigente<sup>1454</sup>. Tratava-se do primeiro grande obstáculo a ultrapassar, um estorvo, também financeiro a que todos os que queriam sair do país legalmente teriam de enfrentar, funcionando ao mesmo tempo como um incentivo à fraude e ao negócio da emigração. Este negócio movimentava muita gente e envolvia muito dinheiro. Disso nos dá conta Ferreira de Castro na sua obra *Emigrantes*, no retrato que faz de Nunes<sup>1455</sup>. Dono de uma *agência de passagem de passaportes*, Nunes era o representante local das companhias de navegação para a América do Norte e Brasil, que tratava dos *papéis* aos *Manuéis da Bouça* da emigração, e que graças a estes, vendia bem vendido o sonho brasileiro e o regresso triunfador

---

<sup>1447</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, pp. 158-173.

<sup>1448</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, p. 164.

<sup>1449</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 10, 1843-1844, fl. 82.

<sup>1450</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 36, 1856-1857, fl. 203.

<sup>1451</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 2, 1836, fl. 146.

<sup>1452</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 4, 1837-1838, fl. 115.

<sup>1453</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, nº 6, 10 de março 1840 - 18 de novembro de 1840, fl. 111.

<sup>1454</sup> Monteiro, Isilda, "Os passaportes - do enquadramento legal à prática (1855 - 1926)", in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia; Menezes, Lená Medeiros de; Matos, Maria Izilda; Sarges, Maria de Nazaré; Silva, Susana Serpa, *Um passaporte para a terra prometida*, Porto, Fronteira do Caos Editores, Lda/CEPESE, 2011, pp. 117-135.

<sup>1455</sup> Castro, Ferreira de, *Emigrantes*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & Cª, 1946.

à terra natal. Um regresso cheio de *teres e haveres* e que iria ser sinónimo de conseguir o respeito das gentes da terra.

Como referimos, fazer embarcar legalmente um filho não era barato, e não era como vimos acessível a todos. Além da fiança militar, que os mancebos sujeitos ao recrutamento tinham de pagar, havia despesas burocráticas a ter com o passaporte às quais acrescia o custo da passagem transatlântica<sup>1456</sup>. Por isso, era comum o endividamento, visto como um investimento que valeria o sacrifício e, até, o risco de uma hipoteca sobre a propriedade familiar.

Assim, o considerou Domingos Alves Correia de Araújo quando precisamente, cerca de um ano antes de fazer embarcar o filho João para o Brasil, em maio de 1837, pediu à confraria do Santíssimo Sacramento de Requião um empréstimo de trinta e nove mil réis a juro<sup>1457</sup>. Neste caso não precisou de hipoteca, pois apresentou como fiador António de Araújo Machado, também da freguesia. O que não aconteceu anos depois, num outro empréstimo que fez, já não à confraria mas a um particular, Filipe José da Costa, da paróquia vizinha de S. Tiago de Antas, a quem pediu cento e cinquenta mil réis *para utilidade de sua casa*, em 1844. Na altura hipotecou todos os seus bens, e em particular o campo da Pereira, um terreno de terra lavradia com árvores de vinha, e que *não podia vender, trocar, doar nem fazer outro contrato sem que o passasse com o ónus e com o encargo dessa mesma dívida*. Talvez por isso, se tenha preocupado em rapidamente saldar tal dívida, o que aconteceu dois anos depois, em 1846<sup>1458</sup>. Ao contrário da dívida à confraria das Almas de Requião, que apesar de ter sido primeiramente contraída, e o valor ser menor, esperou vinte anos para a liquidar. Será o seu filho João, que em 1859, entretanto regressado do Brasil, honrou a dívida do pai, que muito provavelmente a havia contraído para pagar as despesas com o seu embarque para o Rio de Janeiro, anos antes.

Estes empréstimos, que os registos notariais dão conta, e que verificámos no caso particular da família em análise eram situações recorrentes, referenciadas em variadíssimos atos de empréstimo de dinheiro a juro, como recurso para satisfação de uma liquidez imediata, que doutra forma não seria conseguida<sup>1459</sup>.

Como refere Jorge Alves, se anteriormente o dinheiro era conseguido junto das confrarias e misericórdias, a juros relativamente módicos, e a dívida transmitia-se, por vezes, ao longo de gerações,

---

<sup>1456</sup> Consulte-se Leite, Joaquim da Costa, "Os negócios da emigração (1870-1914)", in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 381-396.

<sup>1457</sup> APR, *Inventário do dinheiro a juro e capital da Confraria do S. Sacramento da freguesia de S. Silvestre de Requião*, 1784-1898, fl. 22.

<sup>1458</sup> APTA, *Escritura de pago e destracto que dá Felipe José da Costa da freguesia de São Thiago de Antas a Domingos Alves de Araújo da freguesia de Requião*, documento avulso, não paginado.

<sup>1459</sup> Sobre o recurso ao crédito veja-se Silva, Ricardo, "Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Franco (coord.), *Os Brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência...*, pp. 147-149; Rocha, Maria Manuela, "Crédito privado em Lisboa numa perspetiva comparada (séculos XVII-XIX)", in *Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 145, 1998, pp. 91-115.

ao fazerem-no junto de prestamistas e especuladores locais, a juros elevadíssimos, levava frequentemente à perda das pequenas propriedades<sup>1460</sup>. Não seria o caso de Domingos, que felizmente não perdeu os seus bens. Mas estaria certamente consciente do peso de tal encargo e da hipótese, no caso de incumprimento, de perder a sua propriedade hipotecada, por isso e logo que lhe foi possível libertou-se do ónus que pesava sobre as suas terras<sup>1461</sup>.

Estas situações de hipoteca, embora recorrentes na realidade da emigração oitocentista, eram muitas vezes a ruína de quem já tinha tão pouco. Assim aconteceu a *Manuel da Bouça*, que tampouco sabia o que era uma hipoteca, e face ao incumprimento contratual a que estava obrigado acabou por perder as duas únicas leiras que possuía<sup>1462</sup>.

A corrente migratória dos oito irmãos Alves, Manuel, João, Joaquim, António, Luís, Custódio, José e Francisco, que sabemos terem partido para o Brasil em Oitocentos insere-se no padrão tradicional da emigração para o continente americano. Uma emigração maioritariamente de homens, geralmente jovens, com idades que oscilavam entre os catorze e os dezoito anos, solteiros, e alfabetizados, que se dirigiam para o comércio, onde os esperaria um parente, um amigo, um conhecido<sup>1463</sup>.

Sem conhecermos o motivo, ou os motivos, que viabilizaram em concreto a emigração dos irmãos Alves, e qual a rede de relações que determinou este processo, não esquecendo a possibilidade do tio materno Joaquim da Costa Araújo ter sido o elemento de ligação para a ida, sabemos, no entanto, ser assim que o fenómeno se processava. Uma multiplicidade de redes relacionais, de parentesco ou não, e de contacto que possibilitaram a difusão da informação tornando o Brasil, um país vizinho, ali ao lado, e o oceano Atlântico, um *charco* facilmente e rapidamente atravessável<sup>1464</sup>. E onde estavam os irmãos de braços abertos prontos a receber a família. Uma imagem que terá facilitado a decisão de partir a tantos até pela confiança no desconhecido que afinal, não era mais que um velho conhecido. Esta proximidade era confirmada pelos jornais portugueses da época com um importante noticiário da vida no Brasil, não só com referências institucionais à economia, política e atividade cultural mas com aspetos concretos e pessoais da vida de alguns lusos nesse território<sup>1465</sup>. Eram frequentes as notícias nos jornais

---

<sup>1460</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, pp. 239-240.

<sup>1461</sup> APTA, *Escritura de pagamento que faz Domingos Alves Correia de Araújo a Filipe Jose da Costa, de S. Tiago de Antas de 150.000 reis que lhe era devedor por escritura pública de 26 de Abril de 1844*, não paginado.

<sup>1462</sup> Castro, Ferreira de, *Emigrantes...*p. 235.

<sup>1463</sup> Consulte-se Alves, Jorge Fernandes, "Variações sobre o "brasileiro" - Tensões na emigração e no retorno do Brasil", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, vol. I, Universidade de Coimbra, 1999, pp. 191-222.

<sup>1464</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros...*, p. 408.

<sup>1465</sup> Leite, Joaquim da Costa, "O Brasil e a emigração portuguesa...", p. 185.

locais sobre os *brasileiros* emigrados e as suas famílias. A esmagadora maioria referia-se aos bem-sucedidos da emigração, o que aumentava a confiança na partida.

Sair tão cedo era certamente muito doloroso, ato agravado pela saudade dos pais e da terra que saberiam não voltar a ver tão cedo, no entanto, sempre acalentando a esperança no regresso, preferencialmente abastado e bem-sucedido.

Embora o passaporte nada refira quanto à ocupação dos jovens Alves, por ser mesmo essa a sua situação profissional, ainda inexistente, viajando sem nenhum mester conhecido e digno do registo legal, sabemos que já tinham um rumo e um destino: o comércio e a cidade do Rio de Janeiro.

Desde finais do século XVII, com início da atividade mineira em Minas Gerais, que o Rio de Janeiro se afirmou como um importante polo comercial, de tal forma que a partir de 1763 se tornou na sede da capital do estado do Brasil. Um processo de construção de uma *capitalidade*, como lhe chamou Maria Fernanda Bicalho<sup>1466</sup>, ou para usar a terminologia do século XVIII de *cabeça* de um reino que a transformou num centro cosmopolita aberto à circulação de pessoas e bens. Graças sobretudo à sua posição geográfica e estratégica, a cidade converteu-se no principal centro intermediário de pessoas e mercadorias entre a costa africana, Lisboa e a região mineira, transformando-se rapidamente em finais de Setecentos no maior porto do Brasil, ultrapassando mesmo os da Bahia e Pernambuco no negócio da importação de escravos<sup>1467</sup>.

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, na sequência das invasões francesas, a cidade viu o seu papel reforçado ao transformar-se em Corte e na capital da monarquia e do império português. Assistiu-se, então, a um novo significado da *capitalidade* do Rio de Janeiro com a presença da realeza, que impulsionou um processo de modernização material e cultural na cidade. A esta situação não é alheia a abertura dos portos brasileiros aos navios das nações amigas, decretada por D. João VI, em 1810, mal a sua chegada a terras do Brasil, pondo fim ao regime de exclusivo comercial de que a metrópole até então beneficiara. Esta abertura encetou caminho a uma verdadeira descoberta do Brasil a outros povos europeus, como foi o caso dos ingleses, franceses e alemães, há muito tempo interessados em aceder ao rico comércio brasileiro sem intermediários, ou seja, sem a presença portuguesa<sup>1468</sup>.

---

<sup>1466</sup> Bicalho, Maria Fernanda, "A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana...", p. 45.

<sup>1467</sup> Cruz, Maria Cecília Velasco e, "O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces", in *Revista Tempo - Revista do Departamento de História*, nº 8, Rio de Janeiro, UFF, 1999, p. 2.

<sup>1468</sup> Menezes, Lená Medeiros de, "O pequeno comércio português no Rio de Janeiro: histórias e gênero", in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011, pp. 85-92.

Em consequência do aumento das transações comerciais e do volume do comércio, assistiu-se a um desenvolvimento urbano em paralelo com a chegada de imigrantes atraídos quer pelo dinamismo da cidade, quer pelas novas oportunidades, numa terra que não sendo a sua, queriam que fosse a dos seus filhos.

O Rio de Janeiro e conforme já demonstraram vários autores, tornou-se um polo de atração para os emigrantes europeus, especialmente portugueses, que tendo chegado ao novo mundo desde inícios do século XVI, continuaram nos séculos seguintes. Desde a instalação da corte portuguesa que a cidade fervilhava de gentes e de estabelecimentos diversos que atestavam o seu dinamismo comercial. Era encarada, por isso, e face à multiplicidade de opções no mercado de trabalho assalariado, como a ocasião para uma vida nova numa terra de oportunidades. Ensejos que poderiam ser efetivamente conseguidos no comércio graças ao empenho, ao trabalho, à poupança e ao espírito de sacrifício que materializariam o sonho da ascensão social. Este era um desígnio legítimo, mas que a terra natal não era capaz de oferecer aos milhares de emigrantes que chegavam ao Rio.

Foram os portugueses o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro e o mais importante na população ativa, em todas as áreas<sup>1469</sup>. As circunstâncias históricas e a mesma língua foram decisivas. O recenseamento de 1890, por exemplo, refere que os cento e vinte e quatro mil portugueses residentes no Rio de Janeiro representavam 24% da população da cidade e 68% da população nascida no estrangeiro<sup>1470</sup>. Era ainda a comunidade estrangeira mais antiga de todos os grupos de emigrantes, tendo mais de metade dos seus elementos chegado ao Brasil até o ano de 1879.

Foi também no comércio que os irmãos Alves encontraram ocupação, embora e infelizmente não tenhamos informações concretas sobre o percurso individual e profissional de cada um na cidade carioca. Muito, provavelmente, terão sido admitidos como caixeiros, ou *moços do comércio*, na casa de um qualquer conhecido, ou parente aquando da chegada, ainda na adolescência. E aí, enquanto caixeiros e a troco de casa, comida e de um pequeno salário, exerciam as mais diversas tarefas: varriam a loja ou armazém, e quantas vezes o passeio da frente, arrumavam as mercadorias, vendiam ao balcão, atendiam os clientes, entre tantas outras fainas exigidas pelo patrão<sup>1471</sup>. Progressivamente, estes rapazes entravam na idade adulta perfeitamente inteirados dos mecanismos mercantis, criando uma teia de contactos no mundo dos negócios que lhes permitiria estabelecerem-se, anos depois, por conta própria e irem aumentando o seu pecúlio.

---

<sup>1469</sup> Consulte-se Menezes, Lená Medeiros de, "A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida", in Martins, Ismênia Lima; Sousa, Fernando (orgs.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil...*, p. 103-120.

<sup>1470</sup> Klein, Herbert S., "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX...", p. 244.

<sup>1471</sup> Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)...*, p. 33.

Terá sido este o caso de José Francisco da Cruz Trovisqueira, cuja visibilidade económica possibilitou-lhe no retorno alcançar o título de barão e a cargos políticos, que de outra forma não seriam certamente possíveis<sup>1472</sup>.

Fotografia 47 - José Francisco da Cruz, Barão da Trovisqueira. 1864



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Graças ao estatuto de homem público, foi possível conhecer o seu percurso, oportunidade que na maior parte das vezes se torna impossível, pois trajetórias individuais e pessoais perderam-se na memória oral dos tempos, e sem os registos escritos pouco restou para analisar a história destes homens, séculos depois.

Se de José Francisco da Cruz nos foi possível saber que em 1842, meia dúzia de anos depois de ter chegado ao Rio de Janeiro<sup>1473</sup>, era caixeiro do comerciante Manuel Fernandes Machado Guimarães<sup>1474</sup>, no caso dos primos Alves não encontramos nenhuma informação relativa ao percurso laboral inicial. De facto, foi pelo anúncio público que José Francisco da Cruz fez num jornal carioca que vamos acompanhando o seu percurso. Intitulando-se caixeiro de Manuel Fernandes Machado Guimarães,

---

<sup>1472</sup> Sobre o barão da Trovisqueira consulte-se Alves, Jorge Fernandes, "De relance: o Barão da Trovisqueira", in *Catálogo da Exposição Barão da Trovisqueira-Reencontro*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, pp. 1-11.

<sup>1473</sup> Já referimos que em junho de 1837 ainda estava em Portugal, na freguesia de Gavião.

<sup>1474</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 1 de julho de 1842, p. 4

residente na Praia dos Mineiros, número 41B, onde este comerciante tinha o seu estabelecimento, referia que, por haver outro com o mesmo nome, passaria a assinar como José Francisco da Cruz Trovisqueira. Ao seu nome, acrescentava o topónimo da terra onde nasceu, e que lhe daria a notoriedade futura.

Poucos anos depois, fez a evolução que todos os jovens empregados do comércio ansiavam. De caixeiro passou a sócio do patrão, quatro anos depois, na sociedade *Machado Guimarães & Trovisqueira*, dedicada ao comércio de géneros alimentares. Esta sociedade, sediada na rua das Violas, número 3 e na Praia dos Mineiros, 41B com armazéns de produtos secos, que desde 1846, despachava para Montevideu, Buenos Aires e Rio da Prata produtos de exportação como café, arroz, goiaba e açúcar<sup>1475</sup>. A empresa dissolveu-se em finais de 1849, ficando a cargo do sócio José Francisco da Cruz Trovisqueira, que continuou no mesmo negócio. A partir de então, ficou por conta própria durante os primeiros anos da década de cinquenta de Oitocentos<sup>1476</sup>. Só a partir de 1854 e com a chegada dos irmãos ao Brasil constituiu a firma *José Francisco da Cruz Trovisqueira & C<sup>a</sup>*. Tratava-se de uma empresa igualmente dedicada ao comércio de exportação de produtos alimentares. Esta aliança comercial iria durar cerca de dez anos, pois em dezembro de 1863, José Francisco com negócios entre Portugal e o Brasil deixou a firma, *desonerado de qualquer responsabilidade*. A sociedade passou para as mãos dos irmãos Trovisqueira, Vicente José, Joaquim José, e do cunhado Francisco José da Cruz Guimarães, marido da irmã Ana Maria, que continuaram no mesmo negócio, debaixo do nome *Trovisqueira, Irmão & Guimarães*<sup>1477</sup>.

Se a presença de todos os oito irmãos Alves no império do Brasil é indiscutível e por nós, pontualmente, encontrada em diferentes momentos desta investigação, já o que diz respeito aos negócios comerciais que aí estabeleceram só temos informações concretas da atividade comercial de Joaquim e de António Alves Correia de Araújo, a partir da década de cinquenta de Oitocentos, as restantes são meramente pontuais.

Foi graças às pesquisas feitas na hemeroteca digital brasileira que descobrimos estes dois Alves, acedendo ao conhecimento da sua atividade no outro lado do Atlântico. Constatámos uma afirmação e um crescimento pessoal e social no Rio de Janeiro, onde, no caso de Joaquim, constituiu família e faleceu, sem nunca terem regressado a Requião. Ao contrário João, Francisco, José e Custódio regressaram. A dramática história de Custódio, que matou o irmão José à facada na própria Casa da

---

<sup>1475</sup> *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, 8 outubro de 1846, vol. 1, nº 32, p. 128.

<sup>1476</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1850, p. 4.

<sup>1477</sup> *Jornal Correio Mercantil*, 24 de fevereiro de 1864, p. 3.



Ribeira, tê-lo-á levado a fugir e a partir novamente para o Brasil, desconhecendo-se o seu paradeiro e o fim dos seus dias.

A análise do percurso destes irmãos atesta uma integração completa na sociedade carioca de então, quer enquanto comerciantes, quer como membros de espaços de sociabilidade e religiosidade, como foi a Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, a irmandade de Nossa Senhora da Luz ou o Real Gabinete Português de Leitura.

Chegados ao Rio de Janeiro nos anos 40, foi somente a partir da década de 50 que encontramos referências suas, essencialmente como passageiros dos vapores que saíam do porto do Rio de Janeiro para Montevideu, Santos ou Bahia, ou na viagem de regresso desses locais em direção à baía de Guanabara. Nas décadas seguintes e até inícios do século XX, descobrimo-los na vida empresarial enquanto sócios de determinadas sociedades comerciais ou referenciados com aspetos da sua vida afetiva e pessoal, enquanto membros da comunidade brasileira. Conhecemos, igualmente, através dos meios de comunicação da época alguns dos seus rituais como o batismo dos filhos, a participação em óbitos, ou o restabelecimento de saúde. Enfim, ainda que meramente circunstanciais, estas informações tornam-se preciosíssimas para conhecermos estes Alves da diáspora por terras do Brasil. Através delas percebermos o sentido de família, dos afetos e da memória, dos familiares e da terra natal que haviam deixado, ainda na adolescência, mas que faziam questão em manter no lado de lá do Atlântico<sup>1478</sup>. Sem acesso a correspondência pessoal ou qualquer outro elemento de cariz mais íntimo e pessoal que nos comprove estas ligações afetivas, ficou o registo no *Jornal do Comércio* de 11 de maio de 1882, a participação da celebração de uma missa por alma de João Alves Correia de Araújo, falecido em Requião em abril desse ano. Após conhecimento da notícia do falecimento, todos os irmãos que estavam no Brasil uniram-se para participar na missa que mandaram celebrar na igreja de S. Francisco de Paula, do Rio de Janeiro<sup>1479</sup>.

### 5.1. Joaquim Alves Correia de Araújo

Aos vinte e cinco anos de idade, onze anos depois de ter saído de Requião rumo ao Rio de Janeiro, Joaquim Alves Correia de Araújo era proprietário de um negócio de *secos* na rua de S. Pedro, número 1A. Tratava-se da firma *Araújo & Nogueira*, que pelo menos desde 1853, fazia despachos de

---

<sup>1478</sup> A propósito da observação do fenómeno migratório com base em experiências individuais e nos recursos disponíveis e de cultura material presentes ainda em tantas famílias consulte-se Matos, Maria Izilda Santos de, "Âncora de emoções: a imigração portuguesa", in *Cadernos. CERU*, vol. 19, n° 1, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 2008, pp. 99-113.

<sup>1479</sup> *Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1882, p. 4.

exportação para as zonas de Montevideu, Rio da Prata e Buenos Aires. Enviava essencialmente produtos alimentares, como era o caso do arroz, café, farinha e açúcar.

O comércio de secos e molhados, que englobava a carne seca, açúcar, mantimentos, sal toucinhos, produtos fumados, queijos, algodão, e outros géneros alimentares, era o sector de atividade que preferencialmente ocupava os portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro. Segundo o estudo de Lená Medeiros de Menezes e Paula Leitão Cypriano de entre o total de portugueses matriculados no tribunal do comércio desta cidade 19,6% pertenciam à categoria de *secos e molhados*, só sendo ultrapassados pelos comerciantes de *fazendas e roupas feitas* com 21,2%, ou do grupo intitulado de *comissões, descontos e atividades bancárias, câmbio e seguros*, que ocupava 20,7% dos comerciantes lusos. Os restantes 38,5% repartiam-se por dezassete atividades distintas, que oscilavam entre os 6,8% das *ferragens e metais*, passando pelos 2,7% daqueles que se dedicavam à *importação e exportação*, até aos 1,1% do ramo de *ourivesaria e joias*, ou os residuais 0,4% daqueles que estavam estabelecidos no negócio de *instrumentos musicais*<sup>1480</sup>.

Através do Almanaque Laemmert, como é conhecido o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, publicado entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, verificámos que o negócio de secos e molhados era iminentemente português, estabelecido no pequeno ou no grande comércio de importação e exportação nas principais ruas cariocas. A ele acrescentava-se o negócio da panificação, botequins e hotéis, o que ajudava a construir a imagem, por vezes estigmatizada, do comerciante luso, que crescera significativamente, acompanhando o ritmo de desenvolvimento crescente e cosmopolita da cidade<sup>1481</sup>.

No entanto, não será no ramo alimentar o futuro profissional de Joaquim, que o manteve por pouco tempo. Em 1855 dissolveu a sociedade com o outro sócio, José Teodoro Nogueira, para explorar um novo ramo de atividade: o negócio de sabão, óleos e velas de sebo, com o qual conseguirá a desejada prosperidade económica e social. Em sociedade com um outro português, Francisco Ferreira Vaz, criou a firma *Correia de Araújo & Vaz*, sediada na rua da Prainha onde estava estabelecido o armazém, e a fábrica de velas de sebo e azeite, na praia da Gamboa, na zona portuária.

---

<sup>1480</sup> Menezes, Lená Medeiros de; Cypriano, Paula Leitão, "Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registos do tribunal do comércio da capital do império (1851-1870)", in Matos, Maria Izilda S. de; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e histórias...*, pp. 109-110.

<sup>1481</sup> Consulte-se Cypriano, Paula Leitão, "Imigração, Negócios e Poder: promoção social e projecção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca, 1850-1870", in *XIII Encontro de História ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008, pp. 1-9; Frutuoso, Maria Suzel Gil, "A presença portuguesa no comércio em Santos", in Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e Histórias...*, pp. 141-154.

Em atividade desde 1863<sup>1482</sup>, e sempre na mão dos dois sócios, em 1878 a sociedade alargou-se a um terceiro sócio. José Alves Correia de Araújo, irmão de Joaquim, nove anos mais novo, entrou para a sociedade, que passou a designar-se *Joaquim Alves Correia de Araújo & C<sup>a</sup>*. Foi no entanto curta a sociedade com o irmão, pois quatro anos depois, em 1882, e desconhecendo-se os motivos, José foi *exonerado de responsabilidades e pago seu capital e lucros*<sup>1483</sup>. José voltou a Requião, certamente ressarcido dos seus lucros na sociedade, e sem suspeitarmos sequer dos motivos, como já referimos, o destino acabou por lhe ser cruel, tendo sido assassinado pelo irmão Custódio.

A firma *Joaquim Alves Correia de Araújo & C<sup>a</sup>* continuou debaixo do mesmo ramo de atividade com Joaquim e Francisco Ferreira Vaz, à qual se associa um terceiro sócio, Manuel Francisco de Castro Martins<sup>1484</sup>, *um distinto comerciante da praça* do Rio de Janeiro<sup>1485</sup>.

Além dos negócios ligados à indústria do sabão e óleos, Joaquim foi diversificando os seus investimentos. Em 1878, também em sociedade com o irmão José e com o seu velho amigo e sócio, Francisco Ferreira Vaz, apareceu, e pela primeira vez, associado à fábrica de café torrado e polvilho da qual era proprietário<sup>1486</sup>.

Perfeitamente integrado na sociedade carioca, Joaquim Alves Correia de Araújo, que saiu de Requião aos catorze anos, personificou o sonho brasileiro, conseguindo atingir um certo nível económico e social, para si e para a família que aí constituiu. Casou-se com uma fluminense do Rio de Janeiro, Maria Celestina da Costa. Esta senhora morreu ainda nova, em 1874, aos trinta e cinco anos, de cancro do útero<sup>1487</sup>, deixando filhos pequenos. Graças ao poder económico que alcançou, conseguiu que os filhos frequentassem os melhores colégios da cidade, como foi o caso *do Collegio de Instrução Elementar*, situado na rua da Saúde, 58, frequentado pela nata da sociedade carioca de então<sup>1488</sup>. Esta instituição era escolhida pelas elites locais para instruir os seus filhos: comendadores, doutores, altas patentes militares, entre muitos negociantes da praça. Procurava-se uma instrução esmerada para que os alunos tirassem o maior proveito, graças *ao methodo que adopta(va)* baseado na *não agglomeração de matérias secundarias*, num *ensino transmitido pelo próprio diretor, num edificio vasto, limpo e arejado*. Estas

---

<sup>1482</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1863, p. 644.

<sup>1483</sup> *Jornal do Commercio*, 4 de março de 1882, p. 4.

<sup>1484</sup> *Jornal do Commercio*, 4 de março de 1882, p. 4.

<sup>1485</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1899, p. 7.

<sup>1486</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1878, p. 870.

<sup>1487</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 30 de outubro de 1874, p. 2.

<sup>1488</sup> *Jornal do Commercio*, 6 de janeiro de 1867, p. 4.

vantagens literárias, morais e físicas eram anunciadas pelo diretor Manuel Ferreira das Neves numa enorme publicidade no *Jornal do Commercio* de 1867<sup>1489</sup>.

Fotografia 48 - Joaquim Alves Correia de Araújo e a mulher, Maria Celestina da Costa. Ca. 1865



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Para além de encaminhar os filhos para o colégio citado, Joaquim integrou outros círculos de prestígio. Falamos do *Real Gabinete Portuguez de Leitura*, fundado em 1837. Esta sociedade literária desenvolveu-se muito rapidamente, tornando-se uma das mais importantes do Império brasileiro, possuindo uma biblioteca que rivalizava, graças aos seus fundos e atividades culturais, com a Biblioteca Nacional<sup>1490</sup>. Consciente da importância cultural e social da instituição, Joaquim ofereceu em 1849 três obras: *History of Ireland*, *Dialogos Portuguezes e Alemães* e o *Compendio de História Romana*<sup>1491</sup>. Foi um investimento a médio prazo, pois certamente pretendia tirar lucros futuros, até pela rede de contactos pessoais e profissionais estabelecidos com a integração de tal associação. O mesmo aconteceu com a *Caixa de Socorros a D. Pedro V*, criada em 1863. Era uma associação filantrópica que ajudava

<sup>1489</sup> *Jornal do Commercio*, 6 de janeiro de 1867, p. 4.

<sup>1490</sup> Ferreira, Marie-jo, *Os Portuguezes do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX- início do século XX*, Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007. Consultado em 30 dezembro 2017.

Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas\\_no\\_arquivo/2007/palestra\\_MarieJoFerreira.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf).

<sup>1491</sup> *Jornal do Commercio*, 20 de janeiro de 1849, p. 2.

financeiramente os mais desprotegidos, como era o caso de viúvas e órfãos, e propunha-se dar assistência médica aos mais pobres. Foi enquanto membro desta associação que o conhecemos enquanto seu agente, funcionando como entreposto para todos aqueles que desejassem inscrever-se como sócios da Caixa de Socorros, que servia como o *amparo dos infelizes*, compensando a falta de assistência das autoridades consulares portuguesas a tantos emigrantes lusos<sup>1492</sup>.

A nível religioso integrou a irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Santa Rita, sendo definidor no ano 1891. Ou seja, integrou o Definitório, órgão que assessorava a Mesa, os dois órgãos responsáveis por gerir a irmandade. Provavelmente, terá sido também mesário, uma vez ser frequente os mesários serem posteriormente definidores. Era bastante comum os homens de negócio marcarem presença nas irmandades, e exercerem funções diretivas, até como forma de afirmação social na comunidade.

Tratavam-se de estratégias utilizadas pelas elites locais, que entendiam o *exercício do mando* na confraria ou na irmandade mais importante da terra, como forma de poder: social, político, administrativo, religioso e simbólico<sup>1493</sup>. Esta situação foi igualmente encontrada por Renato Franco na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde era evidente a presença dos homens de negócio nas funções diretivas da instituição<sup>1494</sup>.

Pertencer a uma confraria era sinal de integração num círculo religioso, onde se aguardava proteção essencialmente em termos espirituais. Mesmo num tempo de secularização avançada, Joaquim não quis deixar de ser membro desta irmandade, ganhando com isso mais um palco de sociabilidades e poder. Desde pelo menos os anos 60 que o encontramos nesta paróquia de Santa Rita, onde batizou os filhos e onde se integrou religiosa e socialmente na vida local. Elevada à condição de paróquia desde 1751, a zona de Santa Rita, que se estendia desde a rua das Violas até as faldas do morro da Conceição, estava ligada à devoção desta santa desde os finais do século XVII.

Esta veneração teria início anteriormente a 1710 e estaria relacionada com a chegada de um fidalgo português, Manuel Nascentes Pinto e sua mulher Dona Antónia Maria e o filho Inácio. Oriundos do Porto, teriam vindo por ordem de D. João V, trazendo com eles um quadro de Santa Rita de Cássia, imagem de sua devoção. Embora iniciada no círculo familiar, rapidamente se alargou à vizinhança, muito

---

<sup>1492</sup> *Jornal do Commercio*, 23 de setembro de 1868, p. 3.

<sup>1493</sup> Veja-se o caso da Misericórdia de Ponte de Lima na Idade Moderna em Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Exercício do Mando. A Misericórdia de Ponte de Lima na Idade Moderna. A Mesa, O Definitório e a Assembleia de Irmãos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017, pp. 55-58.

<sup>1494</sup> Franco, Renato, "O privilégio da caridade: comerciantes na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822)", in Sanglard, Gisele; Ferreira, Luiz Otavio; Freire, Maria Martha de Luna; Barreto, Maria Renilda Nery; Pimenta, Tania Salgado (org.); *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 32-34.

à custa do cerimonial de devoção à Senhora que todos os anos, no dia 22 de maio, a família fazia na sua residência senhorial. Ai reuniam-se não só os nobres e eclesiásticos das suas relações mas também uma amálgama de gentes que se aproximava da residência do fidalgo para fazer as suas orações e pedidos à Santa<sup>1495</sup>. Esta situação acabaria por levar o casal a erigir uma ermida junto à sua casa, muito provavelmente, em 1702. A religiosidade era de tal forma, que encomendaram propositadamente a um entalhador do reino uma imagem de madeira retratando a santa para ser colocada na pequena ermida. No entanto, e ao invés, a imagem de Santa Rita foi colocada para veneração na igreja paroquial, na Candelária, enquanto não houvesse espaço condigno para a albergar, isto é uma igreja suficientemente digna de estar à altura da devoção crescente à santa. Uma veneração particular, bem ao gosto da *Devotio Moderna*, que ultrapassou as fronteiras duma espiritualidade individualizada no seio familiar para uma devoção de carácter local e paroquial, a que tantos fiéis acudiam com fervorosa veneração<sup>1496</sup>.

Em 1721, e graças ao contributo de Manuel Nascentes Pinto já estava pronta a capela-mor, a sacristia e o consistório da igreja, criando-se também a irmandade de Santa Rita de Cássia, que assumiu a administração da igreja a 13 de maio desse ano, e onde o benfeitor reservava para si o padroado da igreja, até então propriedade particular<sup>1497</sup>. Esta situação foi fortemente contestada pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerónimo de Andrade (1701-1721), que desejava designar a igreja de Santa Rita como sede de freguesia, declinando, por isso, tal pretensão, por considerar só o rei português poder ser padroeiro de igrejas no Brasil e nunca um particular. Esta contenda prolongou-se no tempo, mesmo após a morte dos intervenientes, o prelado em 1721 e de Manuel Nascentes Pinto, em 1730. Porém, o braço de ferro manteve-se entre o seu filho Inácio Nascentes Pinto e a Mitra do Rio de Janeiro, nos anos seguintes. A questão só seria resolvida após a criação da paróquia de Santa Rita em 1751, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Em 1753, e após Inácio ter ficado gravemente doente, este prometeu a Santa Rita, em caso de cura, encerrar o litígio que continuava a arrastar-se nos tribunais, o que viria a acontecer, sanando-se o conflito.

---

<sup>1495</sup> Júnior, João Carlos Nara, "Inserção da Matriz de Santa Rita de Cássia na Espacialidade do Rio de Janeiro Colonial", in *Anais do XVI Encontro Regional de História da APUD: Saberes e Práticas Científicas*, Rio de Janeiro, APUD, 2014, pp. 1-2.

<sup>1496</sup> Para este assunto leia-se Marques, João Francisco, "Oratórios e capelas particulares", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 605-611.

<sup>1497</sup> Júnior, João Carlos Nara, "Inserção da Matriz de Santa Rita de Cássia na Espacialidade do Rio de Janeiro Colonial", in *Anais do XVI Encontro Regional de História da APUD: Saberes e Práticas Científicas...*, p. 2.

Foi nesta paróquia que Joaquim viveu durante a sua permanência no Rio de Janeiro, e foi nesta igreja de Santa Rita de Cássia que muito provavelmente terá casado e onde batizou pelo menos dois de seus filhos, Augusto<sup>1498</sup> e Isabel<sup>1499</sup>.

Apesar do restabelecimento em agosto de 1896 de grave doença de que foi alvo, e que deu ensejo a uma *significativa manifestação de apreço de grande número de senhoras e cavalheiro*<sup>1500</sup>, a morte de Joaquim chegou aos sessenta e nove anos, deixando quatro filhos e alguns netos. Foram estes, juntamente com o seu amigo, sócio, e também compadre, Francisco Ferreira Vaz, que agradeceram a presença de várias pessoas no funeral e participam a missa do sétimo dia, no dia 12 de outubro, na igreja matriz do Sacramento, servindo-se para o efeito de um jornal<sup>1501</sup>.

## 5.2. António Alves Correia de Araújo

Tal como Joaquim, desconhecemos do percurso inicial de António Alves Correia de Araújo por terras brasileiras. Desde o passaporte tirado no Governo Civil do Porto em 28 de outubro de 1843 com destino ao Rio de Janeiro até estar comercialmente instalado como sócio de um negócio de ferragens e armarinhos em 1868, na rua Direita, número 10, nada mais sabemos. Restam-nos indicações meramente pontuais enquanto passageiro de alguns vapores com destino a Santos, Santa Catarina ou Montevideu, fazendo parte das notícias que os jornais locais davam sobre o movimento de entradas e saídas dos portos brasileiros. Fica também a certeza das viagens que efetuava para sul e para fora do Brasil, provavelmente em negócios.

Foi também no comércio que António Alves Correia de Araújo construiu a sua vida profissional no Rio de Janeiro, com um negócio de ferragens de metais, que compreendia igualmente objetos de armarinho na movimentada rua da Quitanda, número 149. Tratava-se de um armazém que disponibilizava ferramentas, tintas e mais artefactos para obras, mas também possuía louças, vidros e outros *bric-a-brac* para utilização quotidiana. Era bastante comum este tipo de armazéns transformar-se em *bazar* de utilidades diversas, de uso claramente doméstico e feminino, até pelo tipo de objetos que disponibilizavam para venda.

---

<sup>1498</sup> ACMRJ, Paróquia de Santa Rita, *Livro de Batismos*, 1861-1868, fl. 124.

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R89Q-9J?i=129&wc=M6ZR-T68%3A131775101%2C136517601%2C137471201&cc=1719212>.

<sup>1499</sup> ACMRJ, Paróquia de Santa Rita, *Livro de Batismos*, 1861-1868, fl. 218v.

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R893-X5?i=227&wc=M6ZR-T68%3A131775101%2C136517601%2C137471201&cc=1719212>.

<sup>1500</sup> *Jornal do Commercio*, 7 de agosto de 1896, p. 2.

<sup>1501</sup> *Jornal O Paiz*, 10 de outubro 1896, p. 5.

Sozinho ou integrando diversas sociedades comerciais, e por vezes em simultâneo, foi no sector das ferragens que direccionou os seus investimentos profissionais, sendo mesmo nomeado perito desta atividade em 1891, com competências fiscalizadoras, por proposta do inspetor da alfândega e aprovado pelo ministro da Fazenda<sup>1502</sup>.

A referência mais antiga à sua vida comercial encontrámo-la em 1868, vinte e dois anos depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, como sócio de Domingos Pereira Felício, um conceituado negociante português da praça carioca. Ambos contratualizaram uma sociedade comercial *de ferragens, artigos de armarinho e outros géneros de importação e exportação*, com um capital de 100.000\$000, a *Domingos Pereira Felício & C<sup>a</sup>*, sediada na rua Direita, 107<sup>1503</sup>. Terá sido curta a duração da sociedade, pois, dois anos depois, em 1872, António Alves Correia de Araújo retirou-se da firma<sup>1504</sup>. Com a saída de António, Domingos Pereira Felício continuaria à frente do negócio mas também por pouco tempo, uma vez que um ano depois era declarada a falência, culminando com a morte deste em 1874<sup>1505</sup>.

Depois de alguns anos sozinho, e sem sócios, atuando como comerciante estrangeiro segundo informações do *Almanaque Laemmert*, constituiu uma nova empresa, também de ferragens, a *Lima, Carvalho & Araújo*, com João da Cunha Lima e António Pedro da Silva Carvalho, estabelecidos na rua da Quitanda, 159<sup>1506</sup>. Em 1880, a sociedade passou a designar-se *Carvalho & Araújo*, devido à saída de João da Cunha Lima, mas continuou no mesmo comércio de armarinho e ferragens<sup>1507</sup>. Porém, a sua permanência nesta sociedade foi pouco duradoura, pois abraçou um outro projeto, com novos parceiros de negócio<sup>1508</sup>. A partir de 1884 integrou a firma *António Martins & C<sup>a</sup>*, juntamente com Manuel Martins Arantes e João António de Sousa, um negócio também de armarinhos, na mesma rua da Quitanda.

Durante a década de noventa foram vários os negócios e sociedades a que esteve ligado. Foi o caso da firma *Correia de Araújo & Lima*, com João António de Lima, uma sociedade novamente de armarinhos. Ou da *Gonçalves, Miranda & C<sup>a</sup>*, uma sociedade de armarinhos e ferragens que tinha como sócios Manuel Gonçalves Pereira, António Lopes de Miranda e António Alves Correia de Araújo.

---

<sup>1502</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de março de 1891, p. 3.

<sup>1503</sup> *Jornal Diário do Povo: Político, Litterario, Noticioso e Comercial*, 27 e 28 de abril de 1868, p. 3.

<sup>1504</sup> *Jornal do Commercio*, 16 de março de 1872, p. 1.

<sup>1505</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro 1874, p. 5.

<sup>1506</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1844- 1885, 1876, p. 794.

<sup>1507</sup> *Jornal do Commercio*, 28 de janeiro de 1880, p. 5.

<sup>1508</sup> *Jornal do Commercio*, 23 de janeiro de 1883, p. 5.



O sucesso enquanto negociante da praça carioca possibilitou-lhe a participação na Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, uma das mais influentes ordens terceiras cariocas<sup>1509</sup>. Integrar uma associação religiosa deste tipo, e sobretudo ocupar cargos de destaque nas mesas dessas ordens, propiciava acima de tudo uma ampliação dos laços sociais e um envolvimento com grupos sociais privilegiados da sociedade de então<sup>1510</sup>. Este associativismo leigo em torno de um orago, neste caso S. Francisco, contribuía para o fortalecimento do catolicismo nas suas vertentes religiosas, caritativa e de misericórdia, a que um bom cristão não se devia furtar. Nem mesmo o rigoroso critério de seleção a que os candidatos eram sujeitos, que deveria comprovar a *limpeza de sangue* e a conduta moral, era inibidor. Mesmo exigentes e inflexíveis, que visavam à partida o afastamento de indesejados, nomeadamente pessoas de cor, os comerciantes portugueses encontravam nesta instituição um enquadramento relevante para se afirmarem, através das práticas religiosas, fortalecendo-se em termos sociais e espirituais<sup>1511</sup>.

A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, cuja origem remete ao próprio S. Francisco de Assis (1182-1226) no século XIII, foi a primeira ordem terceira a estabelecer-se no Rio de Janeiro<sup>1512</sup>. A sua fundação data de 1619, por iniciativa de um casal, Luís Figueiredo e Antónia Carneiro, já pertencentes nos tempos em que viviam em Lisboa à congregação de S. Francisco, quando estes fizeram a sua profissão de fé por terras cariocas perante a comunidade franciscana, então estabelecida no convento de Santo António, situada no morro do mesmo nome. A forte devoção franciscana por parte da sociedade local foi de tal forma sentida que se assistiu a um rápido crescimento da Ordem, tanto em membros quanto em património acumulado, permitindo a construção de uma capela própria para os *Penitentes de S. Francisco*, como eram chamados os irmãos terceiros no Rio de Janeiro. Esta situação foi conseguida graças à cedência pelos frades franciscanos de um terreno contíguo à igreja do seu convento. Terminadas as obras em 1622, a igreja foi consagrada a Nossa Senhora da Imaculada

---

<sup>1509</sup> Sobre as ordens terceiras, franciscana e carmelita, consulte-se o trabalho Martins, William de Souza, *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, S. Paulo, EDUSP, 2009.

<sup>1510</sup> Moraes, Juliana de Mello, "As práticas assistenciais entre os irmãos seculares franciscanos nas duas margens do atlântico (século XVIII)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 185-196.

<sup>1511</sup> Consulte-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações*, Braga e São Paulo (1672-1822), 2009, Braga, Universidade do Minho, pp. 396-405, Tese de Doutoramento policopiada.

<sup>1512</sup> Sobre S. Francisco da Penitência do Rio de Janeiro leia-se Silva, César Augusto Tovar, "A pintura do forro da igreja de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro: contribuições para sua análise iconográfica", in Ferreira-Alves, Natália Marinho (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*, Porto, Cepese, 2012, pp. 67-84; Carvalho, Anna Maria Fausto Monteiro de, "A Capela Primitiva da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro", in Ferreira-Alves, Natália Marinho (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português II...*, pp. 49-66.

Conceição, padroeira da Ordem de S. Francisco e do reino<sup>1513</sup>. Graças às iniciativas religiosas que os irmãos terceiros iam promovendo, como era o caso da procissão de Cinzas, que percorria as principais ruas da cidade, o número de membros ia crescendo consideravelmente, a ponto da capela da Conceição se tornar pequena para o culto. Este problema levou a administração à construção de uma nova igreja, desta vez consagrada a S. Francisco da Penitência, num terreno que os irmãos adquiriram, em 1653, aos frades franciscanos, situado também junto à igreja conventual<sup>1514</sup>. Apesar dos contratemplos e dos desentendimentos de ordem vária, entre os irmãos terceiros e os frades franciscanos, a igreja da Penitência foi concluída em 1720. Totalmente forrada a ouro, dentro do espírito barroco em que *tudo é pouco para a glória de Deus*, a igreja da Penitência, graças ao desafogo económico da Ordem, que contratou os melhores entalhadores e douradores para levarem a cabo o seu ambicioso programa iconográfico, afirmou-se no panorama religioso do Rio de Janeiro. Com esta construção, a Ordem Terceira procurou também afirmar-se como instituição grandiosa, o que lhe possibilitou intervir no campo assistencial, através da construção do hospital, em 1763<sup>1515</sup>.

De facto além de cumprir *religiosamente o fim de sua instituição, provendo com toda a magnificência o culto divino*<sup>1516</sup>, a Ordem Terceira da Penitência socorria os irmãos pobres e doentes, não só com auxílio pecuniário, mensal ou extraordinário, bem como promovia o seu tratamento, em caso de doença, nas suas casas ou no próprio hospital<sup>1517</sup>. Esta instituição era uma das maiores da cidade, assistindo um grande número de doentes, só perdendo a sua importância em finais do século XIX, no seguimento da política anticlerical e quando a assistência médica começou a ser encarada pelo poder público como uma das suas preocupações<sup>1518</sup>. Ser irmão de uma Ordem como a Terceira de S. Francisco do Rio de Janeiro era sinónimo de alguma distinção social e económica, que mais do que unir os seus

---

<sup>1513</sup> Carvalho, Anna Maria Fausto Monteiro de, "A Capela Primitiva da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro...", p. 53.

<sup>1514</sup> Carvalho, Anna Maria Fausto Monteiro de, "A Capela Primitiva da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro...", p. 54.

<sup>1515</sup> Pereira, Sónia Gomes, "O Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a estruturação urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX", in Ferreira-Alves, Natália Marinho, (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português III. O legado franciscano*, Porto, CEPESE, 2013, p. 948.

<sup>1516</sup> *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)* - 1891 a 1940, 1895, p. 1430.

<sup>1517</sup> Em 1893, e segundo o Almanak Laemmert, socorreu novecentos e cinquenta e um irmãos e aviou vinte e três mil oitocentas e quarenta e nove receitas a externos que saíram em tratamento. A própria dimensão do hospital, que ocupava um quarteirão inteiro entre a rua da Carioca e a antiga estação de Santa Teresa, era reveladora da importância social e económica da irmandade, e em última instância dos seus membros.

<sup>1518</sup> Pereira, Sónia Gomes, "O Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a estruturação urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX...", pp. 947-971.

membros diferenciava-os da restante comunidade onde viviam<sup>1519</sup>. Constituía uma estratégia que restringia a alguns a possibilidade de ganhar prestígio e ascender socialmente<sup>1520</sup>.

António Alves Correia de Araújo fez parte desta Ordem Terceira e também da irmandade de Nossa Senhora da Luz, ampliando, deste modo, os seus laços de sociabilidade que não se limitaram nem ao mundo dos negócios, nem ao familiar. Fazendo parte da mesa administrativa no ano de 1894-95<sup>1521</sup>, foi ele que assinou a comunicação, nos jornais locais, feita pela Ordem, relativamente ao fornecimento de bens alimentares para o hospital<sup>1522</sup>. A sua integração não se limitou a uma mera participação enquanto irmão, mas foi mais além ao chegar ao lugar de definidor: de Nossa Senhora da Luz, em 1872<sup>1523</sup>, e em 1894, da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência<sup>1524</sup>. A ocupação destes lugares de direção significava a dignidade e a confiança dos pares que lhes reconheciam competências para o seu desempenho. Esta estima significava também importância financeira, o que muito provavelmente influenciou a sua escolha para o quadro administrativo da associação, como o comprovou Juliana de Mello Moraes na análise efetuada ao perfil profissional desses indivíduos. A investigadora encontrou nas duas ordens que estudou essencialmente homens ligados ao comércio, militares, eclesiásticos, doutores e juizes, homens com disponibilidade financeira para poder fazer face às despesas da instituição<sup>1525</sup>.

Integrado na sociedade brasileira do Rio de Janeiro, António faleceu depois do irmão Joaquim, em 1901<sup>1526</sup>. Tinha setenta e dois anos. Cinquenta e oito anos de vida passados no Brasil, onde não tendo criado raízes familiares, permanecendo solteiro até ao final da vida, estabeleceu muitas relações de amizade, pessoais e profissionais, que ficaram marcadas nos registos que encontramos e nos permitiram analisar retalhos da vida deste Alves da emigração.

---

<sup>1519</sup> Moraes, Juliana de Mello, "Os irmãos das Ordens Terceiras de São Francisco e as relações familiares no Império português, século XVIII", in Santos, Carlota (org.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, p. 239.

<sup>1520</sup> Sousa, Cristiano Oliveira de, *Os membros da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (século XVIII)*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008, pp. 64-66.

<sup>1521</sup> *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)* - 1891 a 1940, 1895, p. 1431.

<sup>1522</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de novembro de 1894, p. 6.

<sup>1523</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1871, p. 5.

<sup>1524</sup> *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)* - 1891 a 1940, 1895, pp. 1430-1431.

<sup>1525</sup> Moraes, Juliana de Mello, "Os irmãos das Ordens Terceiras de São Francisco e as relações familiares no Império português, século XVIII...", pp. 243-244.

<sup>1526</sup> *Jornal Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1901, p. 3.

### 5.3. João Alves Correia de Araújo

João, à semelhança do irmão mais velho Manuel, do qual fazia uma diferença de apenas um ano e meio, partiu para o Brasil prestes a completar catorze anos<sup>1527</sup>. Tal como os todos os irmãos que lhe seguiram foi para o Rio de Janeiro para trabalhar no comércio, muito provavelmente na casa de um conhecido, como já tivemos oportunidade de o referir. Embora a experiência no mundo comercial no Brasil tenha durado cerca de vinte anos e lhe tenha permitido acumular algum pecúlio, não foi a atividade, nem o local, que norteou a sua vida futura. De facto, a atividade comercial foi apenas a mola impulsionadora para o sustento e modo de vida futuro: a agricultura e a propriedade fundiária, em Requião.

Fotografia 49 - João Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Desconhecemos o motivo do seu regresso, em 1858, e a razão de não ter investido mais no sector comercial ou industrial, como fizeram muitos outros *brasileiros* da emigração quando voltaram à terra de origem, mas sabemos que foi no comércio que se ocupou durante o tempo que permaneceu no Rio de Janeiro. Inicialmente, foi sócio de um negócio de secos e molhados na praia dos Caixeiros, número 68 e depois estabeleceu-se por conta própria com uma taberna na rua Catumbi, número 14<sup>1528</sup>.

---

<sup>1527</sup> No passaporte tirado em abril, meses antes do aniversário são já referidos os catorze anos que completaria em junho seguinte. ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, n.º 4, 1837-1838, fl. 115.

<sup>1528</sup> Foi enquanto proprietário de uma taberna que João Alves foi autuado, em 1855, pelos fiscais da freguesia de Santa Ana por ter à venda açúcar misturado com farinha. Era competência da autoridade municipal o ordenamento do comércio em geral, bem como outras questões relativas a preços e vigilância no que diz respeito ao abastecimento urbano. Essa fiscalização era feita pelos fiscais camarários, que acompanhavam de perto as atividades comerciais, tendo

Com a chegada do príncipe regente ao Brasil em 1808, o Rio de Janeiro transformou-se na sede administrativa do reino, atraindo muita gente. A cidade sofreu uma grande mudança, sendo dotada de estruturas para condignamente receber a corte.

Novos estabelecimentos comerciais iam surgindo, que, para além da inerente função económica e de abastecimento a uma população crescente, desempenhavam um importante papel na construção de sociabilidades locais. Destacam-se sobretudo aqueles que cuja atividade se desenrolava em torno dos alimentos e bebidas e que integravam o quotidiano Oitocentista do Rio de Janeiro<sup>1529</sup>. Era o caso das tabernas, quitandas, cafés, botequins, restaurantes, espaços de sociabilidades destinados à venda e consumo de alimentos, que podiam ter muitas designações: *armazéns de secos e/ou molhados, bodegas, casas de comércio, quitandas*. Enfim, uma multiplicidade de designações para indicar estabelecimentos destinados à venda e consumo de alimentos<sup>1530</sup>. A própria imprensa da época afirma-o. Num anúncio do *Jornal do Commercio* de 1871 intitulado *O Futuro das tabernas* diz o seguinte:

*Com este título sábio hoje um folheto que todo o Sr. Proprietário de Taberna (nome por que são conhecidas as casas de varejo de seccos e molhados) não deve deixar de comprar, depois de ler a primeira, a segunda e a terceira vez reconhecerá que o dinheiro que gastou é o mais bem empregado possível: com 500 rs obtém-se um estudo e pratica, que desde muito preocupa o seu autor<sup>1531</sup>.*

Aqui encontrava-se um pouco de tudo, desde géneros alimentares como café, açúcar, farinha, até às mais variadas mercadorias de proveniência diversa, como bacalhau, vinhos do Porto, cerveja, azeitonas ou chouriços<sup>1532</sup>. Basta pesquisar atentamente os jornais brasileiros de então para se conhecer os produtos que as tabernas vendiam e tinham à disposição do cliente. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo ao analisar os jornais da região do Pará entre os anos de 1851 e 52 verificou uma panóplia

---

em atenção todas as práticas fraudulentas exercidas por muitos donos destes estabelecimentos. Era da responsabilidade das câmaras, e em última instância destes homens, vigiar os estabelecimentos, examinando os géneros vendidos, as normas de higiene e salubridade, os pesos e medidas, os horários, bem como a qualidade dos alimentos vendidos, pois não podiam estar adulterados ou deteriorados. Confira-se *Jornal do Commercio*, 27 de outubro de 1855, p. 2.

<sup>1529</sup> Consulte-se sobre o assunto Teleginski, Neli Maria, *Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012, pp. 40-69, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1530</sup> Sobre estes espaços de consumo leia-se Macedo, Sidiana da Consolação Ferreira de, "Os sabores da cidade: práticas alimentares, hierarquias sociais e seus lugares em Belém do Pará, segunda metade do século XIX", in *XIX Encontro Regional de História ANPUH: Poder, exclusão e violência*, São Paulo, ANPUH, 2008, pp. 1-12.

<sup>1531</sup> *Jornal do Commercio*, 2 de setembro de 1871, p. 3.

<sup>1532</sup> Algranti, Leila Mezan, "Tabernas e botequins. Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)", in *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, vol. 24, n° 2, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011, pp. 25-42.

de produtos disponíveis em diferentes tabernas da região<sup>1533</sup>. A título de exemplo, refere a existência de um taberneiro, que se identificava como *barateiro* que vendia chá *hycson*, *vinho tinto de Lisboa*, *massas finas de diversas qualidades*, *doces de goiaba*, *açúcar refinado*, *manteiga inglesa e francesa*, *cominhos*, *erva-doce*, *cerveja*, *chouriços*, e *presuntos*. Uma variedade de enorme simplicidade e sem grande sofisticação que atendia todos os fregueses, dos mais simples aos mais exigentes.

Para além da venda, propriamente dita, estas tabernas ou, como eram também designadas, casas de varejo de secos e molhados, eram espaços de sociabilidade e convívio, e também por isso, e ao mesmo tempo, palco de disputas, arruaças e tensões. Aqui consumiam-se bebidas, álcool sobretudo, com práticas de sociabilidade profundamente masculinas, organizadas em torno do chamado *beber em companhia*, a que se podia aliar o *petiscar em companhia* e o jogo<sup>1534</sup>. Os petiscos eram alimentos confeccionados para acompanhar o vinho, que poderiam servir de refeição, sem grande sofisticação na confeção e de grande frugalidade, que primavam por serem baratos e acessíveis às classes populares, segundo o estudo de Alexandra Lousada, que analisou a alimentação popular urbana nas casas de pasto e tabernas lisboetas de inícios do século XIX<sup>1535</sup>.

A bebida juntamente com o jogo, que, por um lado, funcionava como uma das grandes atrações da taberna, por outro, era uma fonte de conflitos havendo amiudamente *pancadaria da grossa*<sup>1536</sup>. Também por esta razão, estes estabelecimentos ficaram no imaginário da população das cidades como sinónimos de desordens e uma ameaça à ordem pública e aos bons costumes, sendo, por isso, frequente, a população amedrontada pedir a intervenção das autoridades nessas situações. Em 1876, o jornal *A Patria* deu conta de um episódio de *pancadaria* numa taberna situada no Engenho Pequeno, na freguesia de S. Gonçalo, no Rio de Janeiro<sup>1537</sup>. Os habitantes de tal lugar exigiam, pelos *contínuos sobressaltos às famílias*, que se extinguissem as reuniões nas tabernas, segundo eles, propiciadoras de inúmeros inconvenientes.

Depois de cerca de vinte anos no Rio de Janeiro, e ter conseguido estabelecer-se com uma casa comercial de secos e molhados, João Alves de Araújo regressou a Portugal. Nem mesmo, a situação

---

<sup>1533</sup> Consulte-se Macedo, Sidiana da Consolação Ferreira de, *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*, Belém, Universidade Federal do Pará, 2009, p. 167-180, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1534</sup> Leia-se Pereira, Virgílio Borges, "Café com quê!": uma análise sobre práticas semi-públicas de sociabilidade em espaços/tempos "intermediários" da Baixa portuense", in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 1ª série, vol. V, 1995, p. 156-159.

<sup>1535</sup> Confira-se Lousada, Maria Alexandra, "Sobre a alimentação popular urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas", in Serrão, José Vicente; Pinheiro, Magda Avelar; Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (orgs), *Portugal nos Últimos dois Séculos - Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, ICS, 2009, pp. 227-248.

<sup>1536</sup> Jornal *A Patria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ)*, 27 de janeiro de 1876, p. 4.

<sup>1537</sup> Jornal *A Patria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ)*, 27 de janeiro de 1876, p. 4.

próspera do negócio, que o levou a contratar mais um caixeiro no ano anterior ao seu regresso<sup>1538</sup>, o fez recuar. Partiu a 3 de junho de 1858, acompanhado mais uma vez pelos primos Trovisqueira, José Francisco e Vicente José, no paquete a vapor inglês *Tamar*, que fazia escala em Lisboa<sup>1539</sup>.

Sem acesso a mais fontes primárias que nos ajudem entender o percurso seguinte de João, pensamos, no entanto, que ter-se-ia apaixonado pela prima direita, Felicidade Assunção Correia, aquando do regresso, que muito provavelmente pensaria ser temporário. Terão sido os afetos e o amor os responsáveis pela sua fixação em Portugal, à semelhança do que fazia, entretanto, o primo Vicente, de quem era particularmente próximo. João Alves de Araújo casou em abril de 1860 com Felicidade, aos trinta e cinco anos de idade<sup>1540</sup>. Vicente José da Cruz Trovisqueira voltou novamente ao Rio em 1859, tirando o passaporte para tal no Governo Civil do Porto, a 2 de abril<sup>1541</sup>. Imediatamente após o regresso, em junho seguinte, registou-se no Tribunal de Comércio como súbdito *portuguez com comércio de comissões e géneros nacionais*<sup>1542</sup>. O mesmo aconteceu com o seu irmão Joaquim José da Cruz Trovisqueira e o cunhado, também primo, Francisco José da Cruz Guimarães. O primeiro registou-se como comerciante de géneros nacionais, ferragens e objetos de armarinho, e o segundo como *súbdito portuguez com comércio de comissões e géneros nacionais*<sup>1543</sup>.

Percurso idêntico ao de João Alves de Araújo foi o de José Francisco da Cruz Trovisqueira, futuro barão do mesmo nome, que no ano seguinte a este regresso de 1858, casou com Maria Ascensão de Mora Varona Araújo, também sua prima direita, neste caso pelo lado materno<sup>1544</sup>.

No entanto, e no caso de José Francisco foram vários os registos que confirmam a sua presença no Rio de Janeiro no período seguinte ao casamento, já instalado na sua nova morada em Famalicão, o sumptuoso palacete situado na rua Formosa. Este palacete vai tornar-se um dos *ex-libris* da vila pela beleza e qualidade da sua construção, a ponto de receber o rei D. Pedro V e a sua comitiva na sua passagem por Vila Nova de Famalicão, em agosto de 1861<sup>1545</sup>. A receção de tão alta personalidade valeu-lhe o reconhecimento real em 1863 com a atribuição do título de comendador da Ordem de Cristo, o

---

<sup>1538</sup> *Jornal do Commercio*, 9 de agosto de 1857, p. 4.

<sup>1539</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 3 de junho de 1858, p. 1.

<sup>1540</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866, fls. 162v.-163.

<sup>1541</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro de Passaportes nacionais para fora do reino*, n.º 41, 1859, fl. 32.

<sup>1542</sup> *Jornal Correio Mercantil*, 25 de junho de 1859, p. 3.

<sup>1543</sup> *Jornal Correio Mercantil*, 25 de junho de 1859, p. 3.

<sup>1544</sup> ADLSB, Fundo paroquial, Paróquia de Santa Engrácia, *Livro de Registo de Casamentos*, 1842-1859, fl. 214v.

<sup>1545</sup> Alves, Jorge Fernandes, "De relance: o Barão da Trovisqueira", in *Catálogo da Exposição "Barão da Trovisqueira-Reencontro"*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, p. 8.

que os próprios jornais brasileiros da época fizeram questão de mencionar, dada a importância de José Francisco da Cruz Trovisqueira, como ainda negociante da praça do Rio de Janeiro<sup>1546</sup>.

Um cá e lá, variadíssimas vezes, documentado na imprensa carioca, mencionando não só as suas partidas e chegadas ao Rio<sup>1547</sup>, mas também os negócios e as sociabilidades, do já barão da Trovisqueira. Uma nova graça real foi conseguida em 1864 por José Francisco da Cruz Trovisqueira, e também na sequência da hospedagem que este havia proporcionado ao então rei D. Luís e sua comitiva quando estes se dirigiam para Braga, em novembro de 1863.

*O comendador José Francisco da Cruz Trovisqueira fez uma brilhantíssima recepção a suas majestades em Vila Nova de Famalicão e foi agraciado com o título de barão da Trovisqueira*<sup>1548</sup>.

O barão da Trovisqueira era muito conceituado em Portugal e no Brasil, onde tinha tido negócios e onde muito provavelmente manteria alguns investimentos, mesmo na fase do retorno. São frequentes, mesmo estando já estabelecido definitivamente em Portugal, as notícias nos jornais brasileiros sobre a sua atividade na indústria e nos transportes em território nacional. Foi o caso da fábrica de fiação de Riba de Ave, referenciada pelo *Jornal do Commercio* de 1873<sup>1549</sup>. A notícia dá conta da ida do barão a Lisboa arrematar um conjunto de azenhas existentes nessa freguesia de Riba de Ave, com vista ao aproveitamento hidráulico para futura laboração da unidade fabril que pretendia instalar. Ou ainda o caso dos seus investimentos no sector do *Americano*<sup>1550</sup>, isto é no caminho-de-ferro em carril, plano destinado à circulação no interior das localidades, e suas ligações entre si, tendo o cavalo como tração<sup>1551</sup>.

Infelizmente, no caso de João, e até porque não atingiu a dimensão social e empresarial do primo barão, José Francisco, escasseiam as informações dos negócios e investimentos que ficaram no Brasil depois do retorno, embora pudemos comprovar, como já o referimos anteriormente, a sua presença no Rio no dia de Reis de 1866<sup>1552</sup>. Temos conhecimento que em 1889 mantinha negócios na referida cidade brasileira. Pelo *Jornal do Commercio* sabemos que no dia 29 de julho desse ano foram à praça dois prédios situados na referida rua de Catumbi, onde tinha o negócio, os quais haviam sido

---

<sup>1546</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de agosto de 1863, p. 1.

<sup>1547</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 8 de abril de 1864, p. 1; 25 abril de 1872, p. 1.

<sup>1548</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 21 de janeiro de 1864, p. 1.

<sup>1549</sup> *Jornal do Commercio*, 7 de novembro de 1873, p. 3.

<sup>1550</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 17 de agosto de 1870, p. 2; 15 de janeiro de 1871, p. 1; *Jornal do Commercio*, 23 de novembro de 1872, p. 1; *O Globo*, 15 de outubro de 1874, p. 2.

<sup>1551</sup> Alves, Jorge Fernandes, "De relance-o Barão da Trovisqueira...", não paginado.

<sup>1552</sup> Alves, Jorge (prefácio), *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira, enviadas do Rio de Janeiro entre 1863 e 1869...*, p. 104.



avaliados aquando do inventário e partilha por morte de João Alves Correia de Araújo, ocorrida em 1882<sup>1553</sup>.

#### 5.4. Manuel Alves de Araújo

Manuel, o primogénito de Domingos Alves Correia de Araújo e Teresa da Costa Veloso, foi o primeiro dos oito irmãos Alves a partir para o Brasil. Deixou Portugal aos catorze anos de idade, tirando o passaporte no Governo Civil do Porto em 25 de abril de 1836. De cabelos loiros e olhos pardos, tinha ainda treze anos, mas completaria os catorze a 8 de novembro, daí no registo ter sido considerado com catorze anos de idade. Na ocasião, foi apenas mencionado como Manuel Correia, porém não duvidamos que se trate de Manuel Alves de Araújo. De facto, se tivermos em atenção o assento de batismo de Manuel, verificámos que o pai deste, Domingos, é referenciado pelo pároco na altura como Domingos Álvares Correia, logo seria também razoável o registo do filho, no passaporte do Governo Civil, como Manuel Correia, porque de facto, o era. Porém, no futuro adotou sempre o apelido de Alves de Araújo, ao contrário dos irmãos que mantiveram o apelido Alves Correia de Araújo. Exceção, meramente pontual, terá sido igualmente a de João, que também adotou apenas o nome de João Alves de Araújo logo nos primeiros tempos da epopeia brasileira, viu-se a partir de 1852 forçado a acrescentar o apelido Correia, por ter aparecido na praça do Rio de Janeiro um outro com igual nome<sup>1554</sup>. Por isso, em função da situação resolveu adotar daí para a frente o nome João Alves Correia de Araújo.

Só a partir dos anos cinquenta de Oitocentos é que conseguimos registos pontuais sobre a sua vida. Referem-se às entradas e saídas dos portos brasileiros, fazendo parte da lista de passageiros que integravam os vapores. Desde logo se destaca neste vai e vem, e muito provavelmente por motivos comerciais, uma ligação sistemática entre duas terras: Campos e o Rio de Janeiro<sup>1555</sup>.

De facto, e ao contrário dos restantes irmãos, que tinham os seus negócios no Rio, Manuel estabeleceu-se no município de Campos, inicialmente na cidade de Campos dos Goitacazes, e anos depois no município de S. Fidélis.

Desde 1854, que o encontramos em Campos dos Goitacazes, um município do interior do estado do Rio de Janeiro, cujos limites tocavam o extremo norte da província carioca, estabelecido como negociante de secos e molhados<sup>1556</sup>. Elevada à categoria de cidade desde 1835, Campos havia-se tornado

---

<sup>1553</sup> Este património foi avaliado em 6.000\$000 e segundo o mesmo inventário estavam ocupados por estabelecimentos comerciais, rendendo mensalmente 130\$000. Veja-se *Jornal do Commercio*, 29 de julho de 1889, p. 2.

<sup>1554</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 12 de junho de 1852, p. 2.

<sup>1555</sup> *Jornal Correio Mercantil*, 1 de março de 1851, p. 4; 10 de fevereiro de 1853, p. 4; 5 de março de 1859, p. 4.

<sup>1556</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1844 a 1885*, 1854, p. 44.

numa importante praça mercantil com múltiplos capitais investidos na produção de açúcar, café, indústria e ferrovias. O espaço foi-se modernizando gradualmente e renovando uma feição urbana e deixando para trás o aspeto de antiga vila colonial. A partir de 1870 constituiu-se como uma das áreas mais dinâmicas de expansão do café. Este dinamismo económico foi conseguido graças à construção do caminho-de-ferro do Carangola, a partir de 1875, e a sua chegada ao extremo norte fluminense na década de oitenta de Oitocentos<sup>1557</sup>. O caminho-de-ferro foi fundamental para a expansão não só do negócio do café mas acabou por funcionar como um corredor para o transporte de aguardente, cana, açúcar, escravos, lavradores e fazendeiros. Os trilhos passavam mesmo pelos próprios engenhos de modo a facilitar o tráfico, como se verificou, aliás, em muitos outros locais do Brasil<sup>1558</sup>. Bastará ter em atenção os almanaques campistas, organizados por João Alvarenga na década de 80 para vermos o nível de desenvolvimento económico do município, e, conseqüentemente, verificar como eram de facto grandes as oportunidades de negócio para os investidores<sup>1559</sup>.

Nos anos sessenta e logo a partir de 1860, Manuel Alves de Araújo saiu de Campos para se estabelecer em S. Fidélis, uma vila próxima da qual dista cerca de trinta quilómetros, situada mais no interior. Continuou no mesmo ramo de atividade como negociante de secos e molhados, estabelecido com uma casa comercial na rua do Café, número 15<sup>1560</sup>. Esta casa de negócio saltou para as páginas dos principais jornais do Rio de Janeiro em virtude do espancamento que sofreu à luz do dia o seu empregado Maldonado. O jovem entre os dezoito e os vinte anos, também português, foi chicoteado com um vergalho à frente de mais de oitenta pessoas por quatro escravos, a ponto de o colocarem de cama entre a vida e a morte. Os mandantes, também presentes, terão sido três senhores que dominavam a vila de S. Fidélis, transformada segundo os jornais do Rio de Janeiro, *no seu feudo*. Afirmava-se que estes senhores se comportavam como verdadeiros donos da vila, exercendo a justiça a seu belo prazer, ignorando a Constituição e as leis. A sova sofrida visava servir de exemplo a todos aqueles que se atrevessem a difamá-los. Maldonado foi vítima de violência em função das notícias que o tornavam autor de um pasquim que surgira na terra<sup>1561</sup>. Esta situação ocorrida na casa comercial de Manuel terá

---

<sup>1557</sup> Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, "Espaço, Economia e História Regional no Brasil", in *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, Ano IV, n° 8, 2016, p. 3.

<sup>1558</sup> Leia-se Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, "Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes", in *História (São Paulo)*, vol. 31, n° 2, jul/dez. 2012, pp. 212-246

<sup>1559</sup> Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, "Credores e devedores bancários em Campos dos Goytacazes (1863-1888)", in *Locus, Revista de História*, vol. 20, n°2, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014, pp. 178-179.

<sup>1560</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1860, p. 267; 1861, p. 182; 1862, p. 121.

<sup>1561</sup> *Jornal A Actualidade*, 5 de maio de 1860, p. 2; *Jornal do Commercio* 2 de maio 1860, p. 2; *Jornal Echo da Nação*, 30 de abril e 1 de maio de 1860, p. 2.

despoletado a raiva da população que, indignada, ameaçava fazer justiça pelas próprias mãos, face à inatividade das autoridades.

Fruto do crescimento da economia cafeeira, em plena expansão desde a década de setenta, Manuel Alves de Araújo deixou o comércio de secos e molhados para investir apenas num único produto do negócio de secos, o café. Inicialmente, referenciado como fazendeiro de café, tornou-se na década de oitenta proprietário de uma sociedade comercial, a *M. A. A. & C<sup>a</sup>*, um armazém de preparação do café.

Imagem 14 - Publicidade ao armazém de Manuel Alves de Araújo



Fonte: Jornal *A Sentinella*, 3 de julho de 1884, p. 4.

À medida que a cultura do café se expandia, e as exigências cresciam face a um produto que passou a ser a principal mercadoria exportável do Brasil, as técnicas de outros tempos de *benefício do café* passaram a ser incompatíveis com os novos padrões de consumo, quer no que dizia respeito à qualidade, quer à quantidade produzida. Requisitos de um mercado cada vez mais competitivo que não se compadecia com métodos antiquados de produção e beneficiamento do café<sup>1562</sup>. Exigia-se uma especialização da produção, com o recurso a tecnologias modernas, capazes de dar resposta às novas solicitações do mercado para minorar a má qualidade final do café, conseguido à custa de um beneficiamento sem requisitos técnicos<sup>1563</sup>. Era necessário substituir métodos arcaicos e obsoletos por novas técnicas, onde o vapor tinha uma palavra a dizer, aplicadas a várias operações de *beneficiamento* dos grãos, como a secagem, o descasque, a ventilação ou mesmo a separação, isto é a escolha.

<sup>1562</sup> Consulte-se Silva, Áurea Pereira da, “Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)”, in *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, nº 1, São Paulo, jan-jun. 2006, pp. 94-107.

<sup>1563</sup> Ribeiro, Luiz Cláudio M., “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX...”, p. 124.

De facto, a maquinaria utilizada nas fazendas até à década de sessenta de Oitocentos era bastante rudimentar, baseando-se sobretudo num baixo rendimento conseguido com grande dispêndio de energia pelos pilões manuais. O grande salto deu-se, a partir da década de setenta, com o benefício mecânico do café que passou a utilizar o pilão movido pela força hidráulica, associado a outras operações de secagem e ventilação de cariz mais industrial, responsáveis por um café de maior e melhor qualidade. Os empresários cafezeiros estavam cada vez mais conscientes, pois sabiam que só uma preparação cuidada desde a produção até ao beneficiamento era sinónimo de produto final capaz de concorrer com o chá ou o chocolate no exigente mercado mundial<sup>1564</sup>. Por isso, era comum a publicidade nos jornais a armazéns de café, que além de o receberem para embarque e futuro escoamento para o mercado, preparavam-no convenientemente, segundo as mais exigentes e modernas técnicas de beneficiamento. A firma *M.A.A & Companhia*, de Manuel Alves de Araújo, fazia quesito de tornar públicas as suas práticas de atuação, de forma a promover os seus serviços, como era anunciado no jornal *A Sentinella*, em 1884<sup>1565</sup>.

Manuel morreu em 1891, em S. Fidélis, aos sessenta e oito anos, embora desconheçamos as circunstâncias em que aconteceu a sua morte<sup>1566</sup>.

### **5.5. Os outros irmãos Alves da emigração oitocentista: José, Custódio, Luís e Francisco Alves Correia de Araújo**

As informações relativas a José, Custódio e Luís são escassas e não nos permitem traçar um percurso de vida, ainda que no caso de José as notícias sejam mais abundantes.

José do Carmo, irmão gêmeo de Francisco do Carmo, nasceu no dia 19 de janeiro de 1836 e no mesmo dia foi batizado tendo por madrinha Nossa Senhora do Carmo, à semelhança do irmão Francisco, da qual recebeu o nome<sup>1567</sup>. Desconhecemos a idade com que teria partido pela primeira vez para o Brasil mas, e se seguiu o exemplo dos irmãos, provavelmente teria ido na adolescência.

Aos vinte e três anos encontrámo-lo já no Rio de Janeiro, onde, juntamente com o irmão mais velho Manuel Alves de Araújo, integrou a lista de passageiros que se deslocavam para Campos, onde Manuel tinha o seu negócio, como vimos. Nos finais da década de setenta, a partir de 1878 tornou-se

---

<sup>1564</sup> Sobre as exigências infraestruturais ligadas à cultura do café leia-se Carrilho, Marcos José, "Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba", in *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, n° 1, S. Paulo, 2006, pp. 59-80.

<sup>1565</sup> Jornal *A Sentinella*, 3 de julho de 1884, p. 4.

<sup>1566</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de julho de 1891, p. 2.

<sup>1567</sup> APR, *Livro de Batismos, 1828-1843*, fl. 49v.

sócio do irmão Joaquim na empresa que este tinha na rua da Prainha, número 68 e na Praia da Gamboa, número 205, uma fábrica de armazém de sabão e velas de sebo.

Esta sociedade comercial durou apenas quatro anos, pois no início de 1882 temos notícia de ter sido exonerado da firma e ressarcido de seus interesses, em termos de capital e lucros, desvinculando-se por completo da mesma. Voltou, entretanto, a Portugal, à casa paterna, a Casa da Ribeira. O pai, Domingos Alves de Araújo, morrera em 1875 quando ainda estava no Rio de Janeiro mas a mãe, Teresa da Costa Veloso, ainda era viva e vivia na casa com o filho João Alves de Araújo. Este regresso seria fatal, pois meses depois, em agosto, foi morto pelo irmão Custódio, numa rixa familiar.

Custódio era três anos mais novo que José. Tirou o passaporte para o Rio de Janeiro aos dezassete anos, no Governo Civil do Porto<sup>1568</sup>. Partiu abonado pelo pai, Domingos Alves de Araújo, que também abonou um outro rapaz, Domingos Marques Pereira, igualmente com dezassete anos, que o acompanhou até ao Brasil. De Custódio as informações são escassas. Numa escritura, onde são referenciados os vários elementos da família, em 1886, Custódio é mencionado como *ausente em parte incerta do Império do Brasil*.

Luís Alves Correia de Araújo é o mais novo dos irmãos Alves. Nascido a 28 de novembro de 1842, era o segundo com esse nome<sup>1569</sup>. O primeiro Luís, filho de Domingos Alves de Araújo e Teresa da Costa Veloso, nasceu a 2 de março de 1838<sup>1570</sup>, juntamente com o seu irmão gémeo Sebastião, mas faleceu um mês depois.

Luís teve por padrinho o seu irmão António, antes de este partir para o Rio de Janeiro, o que aconteceria, como vimos em outubro do ano seguinte.

Relativamente a Luís e à sua permanência no Brasil apenas encontrámos três notícias que nos confirmam a sua estadia por terras cariocas. A primeira em 1870, enquanto passageiro para o Rio Grande<sup>1571</sup>, a segunda, como contraente numa sociedade comercial de fabrico de caixões e arcos juntamente com dois sócios Manuel Bento de Sousa e João José de Oliveira, denominada Araújo, Oliveira & C<sup>a</sup><sup>1572</sup>. E, finalmente, uma terceira informação demonstrando a sua presença no Rio de Janeiro com os restantes irmãos na celebração de uma missa por alma de João Alves Correia de Araújo, falecido em Requião a 7 de abril de 1882. Esta notícia encontrámo-la num jornal brasileiro onde Joaquim, Manuel,

---

<sup>1568</sup> ADP, Fundo do Governo Civil do Porto, *Livro dos Passaportes nacionais para fora do reino*, n.º 36, 1856-1857, fl. 203.

<sup>1569</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 95.

<sup>1570</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 65v.

<sup>1571</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de janeiro de 1870, p. 1.

<sup>1572</sup> Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de julho de 1873, p. 1.

Francisco e Luís Alves Correia de Araújo convidavam todos seus amigos a participarem em tal ato religioso, na igreja de S. Francisco de Paula<sup>1573</sup>.

Esta era uma forma de dar a conhecer o ato e de, simultaneamente, juntar os amigos e conhecidos num momento de grande significado não apenas religioso, mas também social.

## 6. O Retorno

O desejo do regresso, preferencialmente bem-sucedido e vitorioso, era algo que desde o momento da partida animava o emigrante. Um desejo personificado por Manuel da Bouça que sonhava com o regresso triunfador à terra que o viu nascer, cheio de *teres e haveres, com dinheiro para a esquerda, dinheiro para a direita, para ajudar o senhor abade nos gastos da igreja, para comprar terras, bons fatos, bons chapéus e uma casa nova de dois andares*<sup>1574</sup>.

O *brasileiro* seria, pois, a designação não de aquele que nasceu no Brasil, mas do emigrante que partiu jovem, muito jovem, pobre, rústico e analfabeto, e que graças a uma vida de trabalho árduo e privações conseguiu enriquecer, voltando à terra rico<sup>1575</sup>. E aí assumia o seu retorno de sucesso, em atitudes, hábitos e formas de estar que sublinhavam a sua condição social e económica<sup>1576</sup>. Esta era a visão tradicional do passado historiográfico, muito baseado na literatura, mas que estudos recentes demonstram o contrário<sup>1577</sup>.

De facto, a literatura, e Camilo Castelo Branco em particular, que caricaturou até exaustão a figura destes homens do retorno, foi a grande responsável por difundir uma imagem de *brasileiro* estereotipado<sup>1578</sup>. Para além do *cliché* do *brasileiro* importa de facto conhecer quem eram, e como eram, estes homens que retornavam à pátria depois de décadas de emigração. Se, e como provou Jorge Alves para a região do Porto, este retorno se verificou em cerca de 30 a 50% daqueles que partiram<sup>1579</sup>, nem todos regressavam ricos e bem-sucedidos. E muitos, tal como o Cipriano de Ferreira de Castro em *Emigrantes*, continuavam no Brasil, onde sobreviviam a custo, passando, por vezes, fome, e só não regressavam à terra por vergonha do fracasso, ou por falta de posses para o fazer.

---

<sup>1573</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de maio de 1882, p. 4.

<sup>1574</sup> Castro, Ferreira de, *Emigrantes...*, p. 249.

<sup>1575</sup> Trindade, Maria Beatriz Rocha, "Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil", in *Análise Social*, vol. XXII, n° 90, 1986, pp. 144-146.

<sup>1576</sup> Maia, Fernanda Paula Sousa; Monteiro, Isilda Braga da Costa, "Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal-finais do século XIX e inícios do século XX", in *Navegar: Revista de Estudos de E/Imigração*, vol. 1, n° 1, 2015, p. 124.

<sup>1577</sup> Sobre o perfil alfabetizado do emigrante consulte-se Rodrigues, Henrique, "Emigração - de jovens - e correspondências. Cartas do Brasil para Portugal no século XIX", in *Navegar*, vol. 3, n° 5, jul.-dez. 2017, pp. 146-150.

<sup>1578</sup> Alves, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 316.

<sup>1579</sup> Alves, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 413.

Hoje já não podemos dizer isto, pois a partir da *Escola dos Analles*, os fracos, os pobres, os vagabundos, as prostitutas, etc. são objeto de estudo. Na verdade, é dos *brasileiros* bem-sucedidos e com vida pública que ficaram notícias e registos escritos com os quais se pode fazer e traçar percursos individuais, de maior ou menor sucesso, muito embora alguns casos de emigrantes no Brasil que não retornaram existam sinais nas fontes, por onde se pode perceber o seu infortúnio.

Um pouco por todo o norte do país, nomeadamente na região do Minho, é incontornável a figura destes emigrantes regressados, que localmente se destacavam na sua terra de origem pela participação ativa na vida política local, quer ao nível partidário ou no desempenho de funções nas vereações camarárias e nas juntas de paróquia. Fizeram-no igualmente através da benemerência, fundamental para a inserção social na terra de origem, desconhecida depois de décadas de emigração e que era necessário conquistar, tal como o haviam feito por terras brasileiras. A filantropia era exercida, quer através de ofertas de bens e dinheiro, quer pela integração nos órgãos diretivos de instituições como os bombeiros voluntários, os asilos, as misericórdias e outras confrarias<sup>1580</sup>. Vêmo-los também presentes na construção de escolas, no rasgar de estradas, na eletrificação das aldeias, na promoção de festas religiosas, na realização de saraus, na frequência do teatro e na realização de viagens<sup>1581</sup>. Ou seja, sabe-se hoje que estes homens e mulheres que regressaram do Brasil em nada correspondem à imagem traçada deles no século XIX e que bem pelo contrário alguns eram portadores de gostos refinados, de práticas culturais e de um sentido empreendedor e muito modernizador.

### 6.1. Os Alves do retorno

Como referimos dos oito irmãos Alves que emigraram para o Brasil em Oitocentos nem todos retornaram à pátria que os viu partir de forma a acabar os seus últimos dias em Requião. Apenas dois regressaram definitivamente, João e o seu irmão Francisco. Exceção feita a José, assassinado em plena idade adulta, quando estava em Portugal.

De facto, tanto João como Francisco, ainda que se tornem numa fase final da sua vida emigrantes do retorno definitivo, foram também emigrantes em trânsito, um conceito definido por Jorge Alves como *individuos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios ou, simplesmente, com a ideia de ficar*

---

<sup>1580</sup> Monteiro, Isilda Braga da Costa, "Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro - um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)", in *População e Sociedade: Relações Externas de Portugal*, n.º 21, Porto, CEPES/Edições Afrontamento, 2013, p. 30.

<sup>1581</sup> Sobre o assunto confira-se o exemplo do *brasileiro* António Ferreira Lopes em Coelho, José Abílio, "António Ferreira Lopes: o legado de um "brasileiro" imbuído de ideais republicanos", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coords.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança...*, pp. 153-170; Esteves, Alexandra, "A intervenção dos "brasileiros" nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coords.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança...*, pp. 119-139.

*mas a quem a reintegração se torna difícil, voltando a embarcar posteriormente ou ainda os que se fixam para voltar a sentir a necessidade de partir mais tarde*<sup>1582</sup>.

A pendência de negócios no Brasil era muito frequente e está também já estudada para os séculos anteriores. Muito dos que regressavam a Portugal faziam frequentes viagens ao Brasil para acompanhar de perto a vida negocial, entregue aos sócios, a parentes ou a amigos. Porém, também quando regressavam definitivamente alguns mantinham no Brasil propriedades ou empresas, que iam acompanhando deste do Atlântico.

De facto, a partir da década de sessenta é evidente a permanência de João Alves em Requião desde essa data. Primeiro era considerado lavrador e mais tarde proprietário da freguesia, com um património claramente em crescimento, como se verifica na contribuição predial assinalada nos livros de registo de recenseamento eleitoral<sup>1583</sup>.

Estabelecido em Requião definitivamente, após curta passagem por Seide, para casar com a prima e viver os dois primeiros anos do casamento na casa dos sogros, também tios paternos, começou por reforçar a sua posição de lavrador adquirindo terras pertencentes à extinta comenda de Requião. Em poucos anos, entre 1860-1875, vêmo-lo comprar terrenos na freguesia, alargando o seu património fundiário. Com esta estratégia reforçou, como denotou Jorge Alves, a sua posição individual e/ou familiar no tecido social de origem<sup>1584</sup>. Esta integração na sociedade local alargou-se à vida política, ainda que de uma forma mais ou menos pontual, mas que confirma a assunção de lugares de prestígio social e político na terra natal. Primeiro, na câmara famalicense, assumindo as funções de vereador nos anos de 1866-68, durante a presidência de Narciso António Marques de Abreu<sup>1585</sup> e depois, na década de setenta e oitenta na junta de paróquia de Requião. O seu primeiro mandato deu-se no biénio de 1872-1873, enquanto vogal da junta, e depois, como presidente durante dois mandatos, o primeiro de 1878 a 1880, e o segundo, de 1880 a 1882.

Um *retorno de jubilação*, entendido como um regresso daqueles *brasileiros* que tiveram êxito, conseguindo avultadas economias e que voltaram à terra para viver dos rendimentos<sup>1586</sup>. O exercício de cargos públicos, nomeadamente políticos e partidários estava relacionado com o grau de fortuna conseguida por terras da emigração. Este não foi o caso dos Alves da emigração de Oitocentos, cuja mediania de fortunas apenas lhes permitiu um desafogo e algum crescimento financeiro na forma de

---

<sup>1582</sup> Alves, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 303.

<sup>1583</sup> AMAS, *Livro de Registo de Recenseamento Eleitoral, 1866-1882*.

<sup>1584</sup> Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 345.

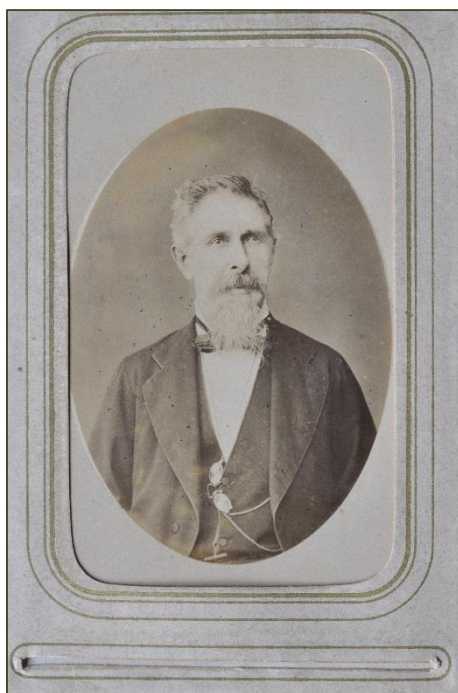
<sup>1585</sup> Silva, António Joaquim Pinto, *Vereações de Vila Nova de Famalicão (1835-2005)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2005, p. 32.

<sup>1586</sup> Alves, Jorge Fernandes, "O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social", in *Revista de História*, vol. 12, 1993, p. 259.



viver. Muitos *brasileiros* da emigração, pela sua capacidade económica e vontade de prestígio social, tentaram a todo o custo integrar-se na *boa sociedade* de então, procurando deliberadamente lugares políticos de relevo, quer nos órgãos locais, regionais ou mesmo parlamentares, integrando a câmara dos Pares ou dos Deputados<sup>1587</sup>. Os exemplos não faltam por todo o país, em particular no norte onde a emigração mais se fez sentir<sup>1588</sup>. Frequentemente, disputavam lugares e títulos com a velha nobreza, que se recusava a partilhar o *modus vivendis* que considerava ser seu e que vinha já de gerações passadas. Eram comuns os comentários depreciativos sobre estes novos barões, condes e viscondes, que a literatura imortalizou e escarneceu, como já tivemos oportunidade de o referir. Títulos e pergaminhos que afirma a princesa Rattazzi tresandarem *a melação, azeite rançoso, sola, bacalhau salgado e até a esterco*<sup>1589</sup>, numa clara alusão a terem sido conseguidos de uma forma rápida, e às vezes menos honesta, no comércio ou na indústria, comprados pelo titular a troco de algumas moedas que lhe dariam o reconhecimento social tão almejado.

Fotografia 50 - Francisco (do Carmo) Alves Correia de Araújo



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Francisco (do Carmo) Alves Correia de Araújo, regressado definitivamente em finais da década de oitenta, com mais de cinquenta anos, envolveu-se ativamente na vida partidária, integrando a primeira

<sup>1587</sup> Alves, Jorge Fernandes, "O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social...", p. 292.

<sup>1588</sup> Leia-se Maia, Fernanda Paula Sousa; Monteiro, Isilda Braga da Costa, "Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal-finais do século XIX e inícios do XX"..., pp. 122-149; Alves, Jorge Fernandes, "O "brasileiro" oitocentista e o seu papel social...", pp. 370-372.

<sup>1589</sup> Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance...*, p. 95.

comissão municipal do Partido Republicano famalicense concorrente às eleições camarárias, em 1895<sup>1590</sup>. Infelizmente, por falta de fontes primárias, desconhecemos o seu papel e o alcance da sua intervenção política, ainda que sendo o número dois dessa mesma comissão, auspiciasse tratar-se de uma participação ativa. Antes disso, encontrámo-lo igualmente na vida pública da freguesia de Requião, onde, durante o biénio de 1890-92, assumiu o lugar de presidente da junta de paróquia. O mesmo aconteceu no respeitante à vida religiosa, participando, também na década de noventa nas confrarias da freguesia, nomeadamente na do Rosário e na do Santíssimo Sacramento, onde assumiu o cargo de juiz.

## 7. A emigração dos Alves no século XX: Artur Alves Correia de Araújo

No século XX, a experiência migratória para o Brasil assume contornos diferentes. A emigração de Novecentos é claramente diferente da oitocentista, dando sinais de alteração já em finais da década de noventa<sup>1591</sup>. Deixou de ser uma emigração essencialmente masculina, e de homens solteiros, escolarizados e com algum capital e crédito, em favor, no século XX, duma emigração de cariz familiar e pouco letrada.

No entanto, no caso concreto da família em estudo, um dos Alves que emigra para o Brasil em inícios do século XX não corresponde de todo ao novo perfil novecentista da emigração. Artur Alves Correia de Araújo, foi para o Brasil em 1915, aos vinte e seis anos, sozinho, solteiro, escolarizado, e com um pequeno pé-de-meia dado pelo pai, para começar uma nova vida, em terras familiarmente conhecidas. Não foi nem desprotegido económica nem socialmente, ao contrário de tantos outros que partiram sem retaguarda financeira e sem ter colocação à chegada.

Longe iam os tempos em que o Brasil era considerado o *el-dorado da árvore das patacas*<sup>1592</sup>. Particularmente desde finais século XIX e inícios do século XX que se viviam tempos difíceis de excesso de emigrantes de várias nacionalidades que chegavam em números significativos à nação brasileira<sup>1593</sup>. Os próprios jornais locais faziam questão de alertar e avisar para os perigos da emigração face à conjuntura brasileira de então<sup>1594</sup>. Eram frequentes as notícias referindo a falta de trabalho e a situação

---

<sup>1590</sup> Gonçalves, Amadeu, "A Cruzada Republicana", in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I..., p. 114.

<sup>1591</sup> Leite, Joaquim da Costa, "O Brasil e a emigração portuguesa...", pp. 178-181.

<sup>1592</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 7 de abril de 1912, p. 2.

<sup>1593</sup> Barbosa, Rosana, "Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil", in *Arquipélago- História*, 2ª série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp. 173-174.

<sup>1594</sup> Borges, Marcelo J., "Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de Portugal (séculos XIX e XX)", in *Ler História*, nº 56, Lisboa, ISCTE-IUL, 2009, pp. 83-104.

difícil de muitos portugueses na ex-colónia, *onde alguns vagueiam pedindo trabalho só pela comida tal a miséria e a fome que os assalta*<sup>1595</sup>.

Este aviso servia ao mesmo tempo para amedrontar os potenciais emigrantes, que o jornal famalicense *Estrela do Minho* dava sistematicamente conta na primeira década do século XX, alertando as *peessoas do campo para não abandonarem os seus lares e emigrar para o Brasil, sem primeiro terem por certo lá chegados de ter colocação*. Caso contrário, acrescentava o jornal, *acontecia-lhes o que acontecera a milhares de desgraçados que lá andavam desempregados e na miséria sem terem dinheiro para regressar à sua terra, onde ninguém reforça o articulista, morre de fome*<sup>1596</sup>.

Artur Alves Correia de Araújo quando partiu para o Rio de Janeiro em 1915 já foi com colocação profissional assegurada. Aliás, o jornal *A Gazeta de Famalicão* menciona-o mesmo já *como empregado de um importante estabelecimento*<sup>1597</sup>, isto é a firma *Custódio Fernandes & C<sup>a</sup>*, propriedade de Domingos Custódio Fernandes Monteiro. Desconhecemos, no entanto, os meandros que o colocaram nessa sociedade, onde muito provavelmente exerceu a função de caixeiro numa fase inicial, curta, acabando por se tornar *sócio interessado*, três anos depois, em 1918<sup>1598</sup>.

Não sendo totalmente desconhecidos Domingos Custódio Fernandes Monteiro e Artur Alves, talvez as ligações de parentesco, ainda que distantes tenham ajudado a estabelecer a relação inicialmente contratual entre patrão e empregado. Domingos era irmão de Manuel de Araújo Monteiro, casado desde 1903 com Angelina Pinheiro Alves, prima em terceiro grau, pelo lado materno, do pai de Artur, Manuel Alves Correia de Araújo.

Sabemos que seis anos depois de ter chegado ao Rio de Janeiro era, em 1921, sócio da empresa *Custódio Fernandes & C<sup>a</sup>*, onde havia começado a trabalhar<sup>1599</sup>.

Em 1926, já casado com a fluminense Jardelina Mendes de Araújo, e pai de duas filhas pequenas, Eunice e Cenira, regressou pela primeira vez a Portugal para visitar a família em Requião. Aproveitou a estadia de mais de seis meses não só para apresentar a mulher à família, como para batizar a sua filha mais nova, Cenira de nove meses<sup>1600</sup>, e ainda assistir ao casamento do irmão mais novo, Carlos, cerimónia realizada em novembro desse ano.

---

<sup>1595</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 27 de abril de 1913, p. 1.

<sup>1596</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 3 de novembro de 1912, p. 1.

<sup>1597</sup> Jornal *A Gazeta de Famalicão*, 20 de novembro de 1915, p. 3.

<sup>1598</sup> Jornal *O Paiz*, 22 de junho de 1918, p. 10.

<sup>1599</sup> Jornal *O Paiz*, 7 de março de 1921, p. 9.

<sup>1600</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1925-1931, fl. 19v.

Fotografia 51 - Artur Alves Correia de Araújo e a mulher, Jardelina Mendes de Araújo.



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

O facto de ter casado com uma carioca, Jardelina, contribuiu, certamente, para o prender a Copacabana onde acabou por viver e constituir família. Filha de um despachante geral da alfândega do Rio de Janeiro, Francisco António Mendes Júnior, Jardelina impunha-se pela sofisticação, através de uma imagem de mulher moderna e elegante que seguia as tendências da moda nos inícios do século XX. Ainda que não personifique o estereótipo da mulher emancipada que as revistas ilustradas desta época difundiam, de cabelo à garçonne, saias curtas e meias de seda e de chapéu *cloche* fumando no café de perna traçada ou ao volante do seu automóvel, Jardelina parece-nos bem mais atenta às questões da moda do que qualquer uma das suas cunhadas de Requião, Emília e Alice, casadas com os irmãos Alves, ou mesmo Ernestina, irmã do seu marido. Aliás, sabemos através de uma sua sobrinha<sup>1601</sup>, que eram várias as malas de roupa que esta trazia sempre que visitava os sogros e os cunhados de Requião, quer para si, quer para os seus filhos, que mudavam de indumentária duas ou mais vezes por dia, consoante a ocasião em causa.

---

<sup>1601</sup> Zélia Alves de Araújo Guimarães, filha de Ernestina Alves de Araújo e de José Pereira Alves Carneiro, nascida a 27 de abril de 1932, em Requião, na Casa da Ribeira, atualmente com 85 anos.

No entanto, embora tivesse sido muito bem-sucedido nos negócios e nunca tivesse regressado definitivamente, Artur fez frequentes viagens a Requião, não só para amenizar a saudade da terra natal e da família, mas também para apresentar os filhos, que, entretanto, iam nascendo. Depois de 1926 e 1929, voltou a regressar a Requião em junho de 1935 com a mulher e filhos para usufruir da presença da família, nomeadamente do pai e dos irmãos.

Fotografia 52 - Artur com Jardelina e os quatro filhos em Requião na Casa da Ribeira. 1929



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

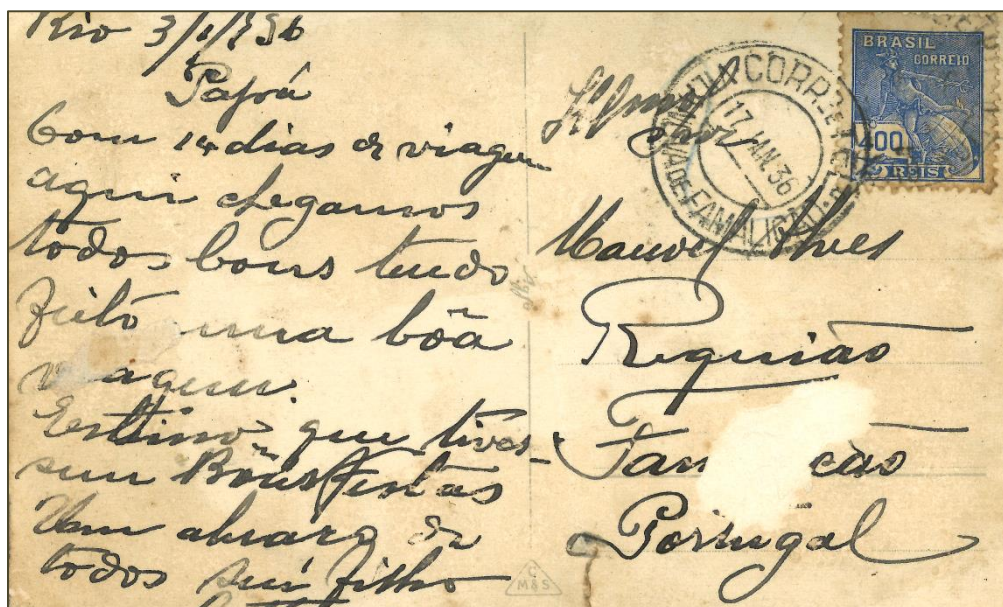
A mãe, Bambina Amélia, havia falecido no ano anterior, a 14 de outubro de 1934<sup>1602</sup>. Aos quarenta e quatro anos, Artur, pai de seis filhos e perfeitamente estabelecido e integrado na sociedade carioca, regressou novamente à casa paterna, consciente até pela idade avançada do pai, que poderia ser a última vez que se encontravam. Demorou-se, como era hábito, alguns meses, seis para sermos precisos, embarcando para o Brasil antes do Natal no navio *Monte Pascoal*, que mais uma vez apanhou em Lisboa, chegando ao Rio de Janeiro catorze dias depois.

Parece-nos que embora longe, nunca quis perder a ligação umbilical aos pais e irmãos. Mais uma vez, o apelo do sangue e do valor da família está presente na vida de Artur, como é apanágio da família Alves. É provável, e à semelhança da quantidade de fotos que enviou e encontradas no arquivo da família, que Artur se tenha correspondido frequentemente com os pais e irmãos, mas infelizmente, não chegou até nós uma única carta.

---

<sup>1602</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 15v.

Imagem 15 - Postal. 1936



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

São muitas as fotografias existentes no arquivo da família Alves de Artur e dos filhos, não só em Portugal mas também as que ia tirando no Brasil e enviava para Requião. Através delas, é possível ir acompanhando o crescimento das crianças ao longo dos anos: Eunice, Cenira, Orlando, Jacira, Ruben e Lucila fazendo-os presentes, desta forma, no seio da sua família portuguesa.

Em 1947, Artur e Jardelina regressaram, pela última vez a Requião para visitar os irmãos. É através das fotografias que encontramos no arquivo de família que confirmamos a estadia e identificamos Artur e Jardelina, mais envelhecidos, tendo já perdido a luz e o brilho da juventude de outrora, mas nunca os laços familiares que insistiam em preservar.

Foi, de facto, uma visita diferente de todas as restantes, pois foi mais breve. Desta vez, Artur chegou em finais de maio e partiu em outubro. Desconhecemos as razões do encurtamento da viagem, quando comparada com as restantes, todavia parece que motivos profissionais reclamavam a sua presença no Brasil. A sua deslocação a Portugal terá influenciado negativamente o percurso dos negócios, que se tinham alargado a outros ramos de atividade, nomeadamente ao sector imobiliário, como construtor e promotor de urbanizações no bairro da Tijuca<sup>1603</sup>. Com a sua ausência entregou toda a gestão dos seus negócios e investimentos a um genro que lhe delapidou quase por completo toda a sua fortuna, conseguida nos vários anos que esteve no Brasil. Em 1955, aos sessenta e nove anos, depois de mais de quarenta anos no Brasil, Artur faleceu na sua casa de Copacabana, rodeado da mulher, dos filhos e dos netos.

<sup>1603</sup> *Jornal Commercio*, 20 de maio de 1956, p. 31.



Fotografia 53 - Armindo Alves Correia de Araújo visitando o empreendimento imobiliário de seu irmão Artur em Copacabana. 1951



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

## Capítulo 6. A vida pública

### 1. O liberalismo e as reformas administrativas

Embora a implantação dos ideais liberais em Portugal tivesse sido um processo lento e até de difícil implementação, fruto não só das resistências levantadas pela facção absolutista, mas também da divisão estabelecida no seio das próprias forças liberais, a verdade é que a revolução vintista lançou um novo modelo de sociedade, baseada no ideário burguês<sup>1604</sup>. O poder político, económico e social, outrora pertencente a uma elite fundiária e terratenente, passava para as mãos de outros protagonistas, que tomavam as rédeas duma sociedade em mudança. A vida pública, até então na dependência duma minoria que acedia aos cargos municipais, de forma elitista e seletiva, uma vez que impunha uma eleição indireta dos órgãos camarários na qual participavam apenas pequenos grupos de gente nobilitada ou economicamente poderosa dos concelhos, alargar-se-ia com a edificação do aparelho de estado liberal<sup>1605</sup>.

De facto, as reformas levadas a cabo pelo liberalismo alteraram a organização administrativa vigente, herdada do Antigo Regime, que dividia o país em províncias, comarcas, provedorias, concelhos e paróquias<sup>1606</sup>. O posicionamento de cada capital de província obedecia apenas aos critérios de localização efetiva do governador ou general de armas que a superintendia. Mais que um significado administrativo, estas divisões tinham um alcance militar. As comarcas estavam debaixo da jurisdição do corregedor, representante do poder central, que tinha sob a sua responsabilidade a administração civil, judicial, policial e fiscal da circunscrição. Tinham extensões muito irregulares, sem obedecer a critérios de grande especificidade, podendo alternar entre vastas regiões e áreas muito pequenas, englobando mesmo descontinuidades geográficas causadas pelas jurisdições senhoriais<sup>1607</sup>. Embora tivesse poderes para julgar, superintender, fiscalizar, policiar e arrecadar impostos, o alcance da ação efetiva dos corregedores não era grande, em virtude da própria extensão das comarcas, muito variável. O corregedor era o primeiro na hierarquia administrativa e judicial ao nível local, competindo-lhe também a fiscalização das próprias câmaras municipais, analisava as posturas municipais e verificava se estas cumpriam a lei. Presidia ainda às eleições da vereação e oficiais realizadas trienalmente em todos os concelhos<sup>1608</sup>.

---

<sup>1604</sup> A transição para o novo regime liberal foi complexa e com resistências de vária ordem. Ver Neto, Vitor, "A emergência do estado liberal e as contradições político-eclésiásticas (1832-1848)", in *Revista de História*, vol. 8, Porto, 1988, pp. 281-282.

<sup>1605</sup> Sobre este assunto consulte-se Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais. 1822-1910", in *Atas do 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1988, pp. 75-100.

<sup>1606</sup> Nos finais do Antigo Regime, Portugal estava dividido em oito províncias: Entre Douro e Minho ou Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, Reino dos Algarves, Açores e Madeira.

<sup>1607</sup> Consulte-se para esta matéria o estudo de Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional. O Papel da Freguesia e do Pároco (1834-1910)*, Braga, Universidade do Minho, 2012, p. 26, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>1608</sup> Manique, António Pedro, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 22.



Ao lado da comarca encontrava-se a provedoria, a cargo do provedor, também um alto funcionário de nomeação régia. Desempenhava um papel essencialmente financeiro, cabendo-lhe centralizar as receitas da coroa, fiscalizando as contas dos recebedores e cobradores locais, e inspecionar as contabilidades dos concelhos. Além disso, tinha também jurisdição sobre testamentos, fiscalização da administração dos bens dos órfãos, bem como superintendia a administração e contas das capelas, hospitais, confrarias e albergarias<sup>1609</sup>.

Ao nível concelhio e na dependência dos corregedores estavam os juizes de fora, também funcionários de nomeação régia, com funções judiciais e administrativas, cujo trabalho era exercido localmente ao nível das câmaras municipais. Nem todos os concelhos possuíam juiz de fora, podendo ser presididas por juizes ordinários, eleitos localmente, em conjunto com os vereadores. Sem formação jurídica superior, ao contrário dos juizes de fora, estes agentes da administração local tinham a responsabilidade da administração da justiça, presidindo a câmara.

No entanto, era às vereações que cabia verdadeiramente a governação dos concelhos, assente nas câmaras municipais, compostas por um corpo de vereadores e pelos procuradores do povo, eleitos localmente e confirmados pelo poder central. Acrescia ainda um escrivão, almotacés, e outros oficiais, cujo número variava de concelho para concelho, eleitos ou nomeados de acordo com os usos e costumes de cada município<sup>1610</sup>. Faziam parte das competências camarárias a feitura de posturas, deliberar sobre assuntos da vida municipal, administrar os bens do concelho, regulamentar sobre feiras e mercados, sobre o abastecimento às vilas e cidades, sobre a construção e reparação de estradas e pontes, proceder ao recrutamento militar, inspecionar casas de comércio, mercados e açougues, policiamento do concelho e lançar fintas para fazer face a despesas quando os bens do concelho eram insuficientes. Enfim, uma multiplicidade de aspetos que era executada de uma forma autónoma, ainda que se tivesse de respeitar as formalidades prescritas na lei, sem possibilidade das suas decisões serem revogadas mesmo pelos corregedores, que exerciam jurisdição sobre estas<sup>1611</sup>.

Esta realidade só se alterou aquando da instauração do poder liberal. O processo iniciou-se com Mouzinho da Silveira, desde a ilha Terceira, nos Açores, provocando aquilo que alguns autores designaram por *desmantelamento da ordem jurídica do anterior regime*, não só com o decreto n.º 23 de

---

<sup>1609</sup> Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional...*, p. 26.

<sup>1610</sup> Sobre este assunto consulte-se Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais. 1822-1910...", p. 77.

<sup>1611</sup> Manique, António Pedro, *Mouzinho da Silveira...*, p. 27.

16 de maio de 1832, respeitante à reorganização administrativa do país, mas também com os decretos que regulavam a fazenda pública e a organização judiciária<sup>1612</sup>.

Inspirado no modelo francês, e mantendo praticamente o mesmo número de concelhos herdados do Antigo Regime, Mouzinho da Silveira dividiu o território nacional em províncias, comarcas e concelhos. À frente de cada uma destas circunscrições colocou um prefeito, um subprefeito e um provedor, respetivamente para cada caso. Eram todos eles de nomeação régia e representantes do poder central localmente, onde exerciam as suas funções. Os corpos administrativos que lhes estavam subjacentes eram a junta geral de província, a junta de comarca e a câmara municipal do concelho.

De teor centralista, uma vez que subordinava as câmaras municipais aos representantes do poder central, este decreto foi mal recebido localmente pelas vereações, dando origem a protestos. Como notou António Pedro Manique, as câmaras embora mantivessem em teoria as suas atribuições no domínio da administração concelhia, não podiam executar nenhuma das suas deliberações em virtude de tal competência caber em exclusivo aos provedores<sup>1613</sup>. O mesmo acontecia com as posturas municipais e com o lançamento de derramas que excedessem trezentos réis por chefe de família, que dependiam de autorização superior destes magistrados de nomeação governamental.

Os protestos foram de tal ordem que o decreto de 16 de maio de 1832, mesmo antes de se ter consumado a sua aplicação em todo o território nacional, acabou por ser revogado em 1835. No entanto, teve o mérito de ser um importante ponto de partida para a legislação administrativa que se lhe seguiria.

Em 1835, o decreto de 21 de março, dando cumprimento ao estabelecido pela carta de lei de 28 de fevereiro desse ano, procedeu à divisão judicial do reino, dividindo o país em duas relações, a relação do Porto e a relação de Lisboa, que seriam constituídas cada uma delas por vários julgados. É aí que aparece, e pela primeira vez, o julgado de Vila Nova formado pelos territórios do antigo couto de Landim e pelo concelho de Vila Nova de Famalicão, então criado<sup>1614</sup>. A constituição do julgado, segundo Viriato Capela, pela dignidade e autonomia que conferia às terras e sedes onde se instalava, e pelo princípio de ordem administrativa que simbolizava, uma vez que a que cada julgado corresponderia um concelho, significou para Vila Nova a sua emancipação. Isto é, fez coincidir a elevação da terra a concelho, e conseqüentemente, a agregação dos territórios de Vermoim e Landim integrados no seu

---

<sup>1612</sup> Oliveira, César, "Os municípios no liberalismo monárquico constitucional", Oliveira, César (dir.), in *História dos Municípios e do Poder Local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, p. 205.

<sup>1613</sup> Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais. 1822-1910...", p. 80.

<sup>1614</sup> Carvalho, Vasco César de, *Aspetos de Vila Nova. A justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1947, pp. 14-20.

julgado<sup>1615</sup>. Por isso, acrescenta mesmo, que o *julgado judicial foi para Famalicão a maior dádiva e a maior conquista do Liberalismo* que a terra sofreu e que culminou com a consequente criação do concelho.

Foi neste novo concelho famalicense, resultado do regime liberal, que a família Alves viu os seus elementos exercerem por mais que uma vez cargos políticos, em diversas ocasiões e em diferentes escalões de governação pública, mas sempre na esfera local, não extravasando as fronteiras do concelho famalicense.

## 2. As juntas de paróquia do Estado liberal

Ao mexer na divisão administrativa do país, o estado liberal criou ao nível da freguesia, as juntas de paróquia, com competências diversas, de forma a administrar os negócios de interesse local. É pelo governo da Regência, sediado em Angra do Heroísmo, que se estabeleceu o decreto de 26 de novembro de 1830<sup>1616</sup>. Segundo o espírito do legislador considerava ser necessário que, *para bom regimento e policia dos povos*, houvesse nas paróquias alguma autoridade local que, possuindo a inteira confiança dos vizinhos, fosse encarregada de prover e administrar os negócios e interesses particulares dessas mesmas pessoas<sup>1617</sup>. Este decreto determinava que cada paróquia elegeisse uma junta para prover e administrar negócios de interesse meramente local, pelo período de dois anos. Essa junta, que tomaria posse em janeiro do ano seguinte, seria composta entre três a sete membros, consoante o número de habitantes da freguesia, avaliados pelo número de fogos existentes.

Além de regular a eleição da nova junta e os procedimentos a ter em atenção este decreto estabelecia as competências deste organismo, algumas das quais atribuídas até então às confrarias do Subsino existentes nas paróquias, e que acabam extintas pelo estado liberal.

Cabia agora à junta de paróquia encargos que abrangiam a totalidade da vida paroquial, desde a sua dimensão religiosa, como era o caso da conservação da igreja e manutenção do culto, passando pelas questões ligadas ao ensino, devendo *vigiar as escolas de primeiras letras*, até à saúde pública<sup>1618</sup>.

De acordo com o decreto cada junta era presidida pelo regedor da paróquia, que enquanto magistrado subordinado à administração geral do reino competia-lhe manter a ordem pública, nomeadamente vigiando ladrões e salteadores, residentes na freguesia, quando houvesse provas;

---

<sup>1615</sup> Capela, José Viriato, "V.N. de Famalicão-Primeiro Município do Liberalismo: as primeiras câmaras e o exercício do poder municipal (1834-1846)", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (Coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, pp. 257-258.

<sup>1616</sup> Leia-se sobre a criação das juntas de paróquia Santos, José António, *As freguesias. História e atualidade*, Oeiras, Celta Editora, 1995, pp. 41-43.

<sup>1617</sup> Sá, Victor de, "A Reforma Administrativa Liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 02, Porto, 1985, p. 207.

<sup>1618</sup> Sá, Victor de, "A Reforma Administrativa Liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira...", pp. 211-212.

prender desertores e pessoas contra quem fosse apresentado mandado; vigiar estalagens e casas públicas; obrigar os fregueses a contribuírem com fintas, ou dias de trabalho para obras comuns; fazer guardar os regulamentos de polícia geral; recolher crianças expostas ou abandonadas e vigiar a saúde pública. Julgava, ainda, pequenas causas cíveis até 1.200 réis sentenciando, após audição verbal e sumária das partes e das testemunhas, os casos relacionados com danos causados por pessoas ou gado em searas vinhas, pomares, hortas e pastagens. Era também sua responsabilidade fazer auto das transgressões às posturas camarárias, e se a coima não fosse superior ao valor indicado julgá-la logo, sendo aplicada ao cofre da freguesia, exceto, quando a parte acusadora recebesse metade. Podia também aplicar coimas por violação das posturas da câmara municipal<sup>1619</sup>.

Delineada a estrutura base do poder local, novos ajustes legislativos serão configurados em decretos posteriores, ainda durante a década de 30 de Oitocentos, relativos à freguesia, que pelo código administrativo de 1836 a coloca num nível imediatamente inferior ao do município. Por este código, Portugal era dividido em distritos, concelhos e freguesias, sendo os órgãos que os compunham, a junta geral do distrito, a câmara municipal e a junta de paróquia, respetivamente.

## 2.1. A junta de paróquia de Requião

No dia 7 de abril de 1836, reuniu-se pela primeira vez a junta de paróquia de Requião, tendo por presidente Mateus Carneiro de Araújo, juntamente com os restantes membros: José Francisco de Araújo, Bernardo António Soares de Figueiredo, António Manuel Ferreira e Joaquim Manuel Pinto Carneiro. Logo nessa primeira sessão, e no âmbito das suas competências, que eram enunciadas pelo código administrativo desse ano, deliberou *que se finte os moradores da paróquia para as despesas do azeite da lâmpada e outras despesas que é obrigada a fábrica da igreja, que bem a ser, lavadura de roupa e engomadura, e duas rasas de trigo para as hóstias, dois almudes de vinho, e duas libras de cera para as missas conventuais*<sup>1620</sup>. Competia agora às juntas, isto é aos paroquianos, a manutenção do culto até então da responsabilidade da fábrica da igreja e da confraria do Subsino. De facto, e a coberto da Carta Constitucional, o poder executivo passava a assumir funções outrora da esfera religiosa. Era o caso do pagamento aos párocos, que na sequência da extinção dos dízimos, passou a ser tutelado pelas juntas de paróquia. Segundo o decreto de 19 de setembro de 1836, as juntas de paróquia deviam calcular aos respetivos párocos uma cômgrua *decente e razoável conforme o trabalho da freguesia e as posses dos fregueses*, para o sustento destes, de forma a evitar situações de indigência e abandono que

---

<sup>1619</sup> Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional...*, p. 60.

<sup>1620</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836-1860*, fl. 1v.

começavam a fazer-se sentir entre o clero, especialmente o monástico<sup>1621</sup>. Viviam-se tempos conturbados e difíceis, com a aplicação do *mata-frades*, o decreto de extinção das ordens religiosas, que suprimiu quatrocentas e quarenta e oito casas monásticas e uma população conventual de mais de cinco mil pessoas, para as quais o Estado teria de encontrar uma solução que garantisse e salvaguardasse a sua dignidade e a sua subsistência<sup>1622</sup>.

O novo estatuto dos párocos tinha implicações diretas no financiamento do corpo eclesiástico. Substituindo os dízimos extintos, a cômgrua foi então apresentada como modelo provisório para a sustentação do clero paroquial, que deveria durar até que o Estado definisse uma dotação geral do clero, a ser paga pelo erário público<sup>1623</sup>.

O financiamento do clero secular, particularmente do paroquial, passou, então, a ser da alçada dos paroquianos, que localmente tinham a obrigação de sustentar o seu pároco em numerário, em géneros ou na combinação das duas modalidades, conforme os usos de cada região<sup>1624</sup>. Esta situação foi desde logo tratada pela junta de Requião, que três meses depois da saída do decreto, a 23 de dezembro, referia os escassos rendimentos dos vizinhos e a decisão de pagar ao pároco cem mil réis em dinheiro. Este valor, ao qual se incluíam os rendimentos do passal<sup>1625</sup>, usos e direitos paroquiais, foi aceite pelo então reitor, António Miguel de Sousa e Melo, que ressaltou, no entanto, que o fazia apenas por ter em conta as circunstâncias da freguesia e por esta ser uma medida provisória<sup>1626</sup>.

As dificuldades da junta de Requião em obter liquidez são bem visíveis na documentação. O código administrativo de 1836 definia no seu artigo noventa e oito quais os rendimentos das juntas de paróquia. Estas provinham dos bens da fábrica da paróquia, do produto dos terrenos que servissem para o cemitério paroquial, do rendimento dos direitos que a fábrica da igreja, por lei, uso ou costume estivesse autorizada a levar pela realização de batismos, casamentos e óbitos, das esmolos, dos subsídios oferecidos pelas confrarias, das derramas ou fintas lançadas aos paroquianos, e ainda, das multas que a lei atribuía à paróquia<sup>1627</sup>. Ainda que se afigurassem diversas as formas de obter rendimentos, a verdade é que as possibilidades concretas em conseguir liquidez, sobretudo em pequenas freguesias como era

---

<sup>1621</sup> Santos, José António, *As freguesias...*, p. 44.

<sup>1622</sup> Silva, António Martins da, "Extinção das ordens religiosas", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 233.

<sup>1623</sup> Sobre o clero paroquial na Monarquia Constitucional leia-se Pinto, Sérgio Ribeiro, "O clero paroquial e a I República. Nova abordagem à querela das pensões (1910-1917)", in *Lusitania Sacra*, n.º 30, julho-dezembro 2014, pp. 93-98.

<sup>1624</sup> Leia-se a propósito da sustentação dos párocos Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional...*, pp. 83-88.

<sup>1625</sup> Trata-se do espaço agrícola cedido ao pároco pela freguesia e situado junto à residência paroquial para uso do mesmo, nomeadamente de horta, pomar ou jardim.

<sup>1626</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 6v.-7.

<sup>1627</sup> *Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 16.

o caso de Requião, para fazer face às despesas eram bastante diminutas. Por isso mesmo, logo no ano seguinte, a junta de Requião pediu ao pároco para *tomar conta dos reparos dos paramentos assim como dar vinho e as hóstias*, embora reconhecendo ser atribuição da freguesia e a junta responsável por tal despesa. Concordando com a situação, o cura da igreja aceitou fazê-lo de forma gratuita e voluntária, dando *como duntivo por sua devoção vinho e hóstias para as missas de que a freguesia era obrigada*<sup>1628</sup>. Mencionou ainda não desejar que a freguesia lhe pagasse por estes dois géneros, mas não deixou de ressaltar que o mesmo não aconteceria quanto aos reparos nos paramentos, pois apresentaria à junta a sua conta no final de cada ano.

No que diz respeito às despesas, que eram muito maiores que as receitas, além das relativas à manutenção do culto e à conservação da igreja paroquial, havia outro tipo de gastos como o vencimento do escrivão e tesoureiro, com o expediente em papel, tinta ou penas, ou mais tarde, aquando da existência do cemitério, e com a sua construção e consequente manutenção. Ou ainda aquelas despesas que eram referentes à instrução, que acabavam por ser da competência das juntas de paróquia.

Analisando os orçamentos da junta de paróquia de Requião a partir de finais dos anos trinta de Oitocentos, verificámos que as despesas ordinárias estavam sobretudo relacionadas com a igreja: a organização da festa do Menino Deus, a celebração de dois ofícios durante a Quaresma, aos quais os paroquianos eram desde tempos longínquos obrigados, a missa cantada na festa de Santa Cristina, a organização de clamores, a limpeza da igreja, a cera para os círios, e finalmente a despesa com missas de legados<sup>1629</sup>. Havia ainda que pagar a Maria Josefa, do lugar do Mosteiro, que recebia três mil réis por deitar azeite e *espevit* a lâmpada do Santíssimo Sacramento duas vezes por dia, de manhã bem cedo e de noite, e lavar o respetivo vidro pelo menos uma vez por mês, para ter boa luz. Além disso, havia o pagamento do azeite, que custava anualmente oito mil réis, montante elevado para quem dispunha de poucos recursos.

Além destas despesas correntes havia outras extraordinárias a que era necessário fazer face: portas da igreja em mau estado, que precisavam ser arranjadas ou feitas de novo, um vidro para a lâmpada do Santíssimo Sacramento que se partira, pinturas da igreja, fazenda para comprar vestimentas, etc.

Estas despesas incluíam, igualmente, toda a manutenção e conservação relativas às capelas da freguesia, que haviam passado para alçada das juntas de paróquia, a quem competia agora a sua gestão. Era o caso das capelas de Santa Cristina, S. João da Pedra Leital, e da capela de Santa Luzia. Convém

---

<sup>1628</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 10v.-11.

<sup>1629</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1839*, fl. 15v.

recordar que estes templos eram anteriormente pertença da comenda de S. Silvestre de Requião, e estavam debaixo da gestão direta do comendador (ou rendeiro da comenda) que tinha a seu cargo não só receber os rendimentos, mas também toda a manutenção das ermidas para a respetiva celebração do culto. Com a desamortização dos bens eclesiásticos, levada a efeito pelas leis liberais, passaram para a posse do Estado, que delegava nas juntas tal competência.

Por isso mesmo, em dezembro de 1842, a junta de Requião, enquanto administradora da capela de Santa Luzia, decidiu por unanimidade mandar rezar uma missa cantada na capela no dia da festa em louvor à santa, a 26 de dezembro<sup>1630</sup>. E fê-lo convicta da importância desta devoção e à grande afluência de devotos, não só de Requião como das paróquias vizinhas que, segundo eles, desde logo de manhã, ocorriam ao local da festa, deixando avultadas esmolas. Considerando, até por isso, imperiosa a organização de uma missa cantada, cujo ofício resultava numa maior afluência de romeiros, e consequentemente, num maior número de ofertas.

De facto, a festividade de Santa Luzia sempre trouxe grandes receitas à freguesia, inicialmente aos comendadores, e depois, à junta<sup>1631</sup>.

Ainda que solucionado no imediato o problema de liquidez desse ano com as receitas de Santa Luzia, todos os anos a junta de Requião debatia-se com sérios problemas de financiamento, que a derrama pelos paroquianos não resolvia. Por isso mesmo, e conscientes das dificuldades financeiras da freguesia, cento e oitenta e quatro moradores decidiram oferecer à junta de paróquia Requião, e às sucessoras, voluntariamente cento e vinte réis (no caso dos moradores casados) ou de sessenta réis (no caso dos solteiros e viúvos), que já eram pagos pelos fregueses, quando existia a confraria do Subsino, como determinavam na época os seus estatutos. Estes homens afirmavam que tendo sido extinta a confraria do Subsino, e passado para as juntas os encargos, que muito embora cumpridos, consideravam essa medida *como mui gravoza e desigual para algumas classes da paróquia*, pois nem todos contribuíam de acordo com as suas posses, o que havia gerado conflitos<sup>1632</sup>. Assim sendo, decidiram todos oferecer a mesma prestação do passado, que passaria a servir de receita ao orçamento da junta de paróquia e, no caso, da despesa exceder a receita, o excedente seria derramado apenas por aqueles que pagavam a décima, isto é, só os proprietários, e sempre percentualmente à sua contribuição.

Sem poderes para aceitar tal petição, a junta enviou formalmente o requerimento dos moradores à administração do distrito, que a autorizou a partir de então a junta de paróquia de Requião a incluir no

---

<sup>1630</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fl. 45v.

<sup>1631</sup> Só na festa desse ano de 1842 rendeu em esmolas trinta e sete mil novecentos e vinte réis, valor que permitiu satisfazer as despesas da junta desse mesmo ano, que ainda não haviam sido até então pagas. Cf. APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fl. 46.

<sup>1632</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 51-54.

seu orçamento anual tal verba para fazer face às suas despesas anuais<sup>1633</sup>. Faziam parte desta junta, que tinha tomado posse a 18 de março de 1841, três membros: o pároco da freguesia, António Miguel de Sousa e Melo, que como *vogal nato* passou a ser o presidente, segundo a Carta de Lei de 29 de outubro de 1840, que revogou e alterou as disposições do código administrativo de 1836, e mais dois membros, uma vez que a freguesia não excedia os quinhentos fogos: Luís Fernandes Correia e Domingos Alves de Araújo<sup>1634</sup>. Cumpriam um mandato bienal, de 1841 a 1843, e seriam depois reeleitos para um novo mandato seguinte, de 1843 a 1845. Os períodos de vigência eram agora bienais, como haviam sido definidos pelas novas disposições legislativas, e depois confirmadas pelo código administrativo de 1842. Os vogais eram eleitos diretamente, sendo condição para ser eleito, possuir um rendimento mínimo de cem mil réis<sup>1635</sup>. Esta indicação sobre o montante do rendimento mínimo parece ir de encontro ao por nós já defendido relativamente à família Alves. Esta família foi aumentando o seu poder económico ao longo do tempo, chegando ao poder político com a implantação do novo estado liberal. Com base no poder económico e na sua representação simbólica, alguns dos seus membros assumiram os destinos locais, por via da sua ligação à terra, como grandes lavradores. Esta situação continuará nas gerações posteriores, com o filho de Domingos Alves de Araújo, João Alves Correia de Araújo, ao assumir também uma das vereações camarárias, ou mesmo do seu neto Manuel Alves Correia de Araújo, o filho mais velho de João, também ele vereador, regedor da paróquia e presidente da junta de freguesia. O mesmo continuará na geração seguinte.

Ao contrário do que acontecia no Antigo Regime, em que as elites públicas se identificavam com a aristocracia local, assumindo a maior parte dos cargos das instituições municipais, era o poder económico que determinava o poder político, uma vez que só eram elegíveis aqueles que tinham capacidade económica<sup>1636</sup>. Neste novo regime liberal as regras no acesso aos poderes locais haviam-se alterado radicalmente, permitindo o ingresso a novos grupos sociais e a novos indivíduos, pertencentes já não à *nobreza hereditária ou com distinções nobiliárquicas*, mas a uma elite económica composta por proprietários, lavradores, comerciantes, funcionários públicos e membros das profissões liberais<sup>1637</sup>. Vila Nova de Famalicão, é um bom exemplo do que acabamos de afirmar.

---

<sup>1633</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 50-50v.

<sup>1634</sup> *As juntas de paróquia são compostas do pároco, vogal nato e presidente e de vogais eleitos diretamente pelos eleitores da paróquia. Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 312.

<sup>1635</sup> Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional...*, p. 66.

<sup>1636</sup> Sobre as novas elites locais do estado liberal consulte-se Fernandes, Paulo Jorge da Silva, "Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo", in *Análise Social*, vol. XLI, n° 178, 2006, pp. 55-73.

<sup>1637</sup> Pereira, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 202-203.



De facto, logo na nomeação da comissão municipal de instalação do novo concelho famalicense foi evidente que quem assumiu a governança foram os grandes proprietários rurais de algumas das freguesias do concelho. Era o caso do Dr. António Ribeiro de Queirós Moreira, pertencente à Casa do Vinhal, em Vila Nova, que assumiu a presidência da comissão, ou de Domingos José de Carvalho, proprietário da Casa de Ribela, situada no lugar do mesmo nome em S. Tiago da Cruz, ou ainda José Gomes de Matos, possuidor da Casa de Valverde, na freguesia de Telhado<sup>1638</sup>. Mas também nomes como Francisco da Costa, proprietário da quinta de S. Cláudio em S. Tiago de Antas, ou Simão de Magalhães, da Casa de Azevinheiro, em Gavião, ou ainda, dos proprietários rurais ligados à quinta do Outeiro em S. Martinho do Vale e de João de Faria dos Guimarães Freitas e Castro, pertencente à quinta do Pinheiro, na freguesia de Gavião<sup>1639</sup>. Uma situação observável noutras regiões do país, onde também foram visíveis novas elites políticas, de negociantes, de proprietários, de funcionários públicos ou membros de profissões liberais que passavam a ocupar de forma decisiva as vereações municipais<sup>1640</sup>.

Esta premissa do critério económico para o acesso ao poder político estabelecido pelo regime liberal, que determinava a capacidade eleitoral e consequente acesso aos cargos políticos em função da capacidade financeira de cada um, criando uma desigualdade política e social entre os cidadãos, era algo perfeitamente contraditório ao ideal de igualdade do liberalismo. Estabeleciam-se restrições económicas e sociais com base no rendimento e habilitação literária, se sabia ou não ler, escrever e contar, para garantir o acesso à vida pública quer como eleitor ou como elegível<sup>1641</sup>. No entanto, estes critérios censitários que distinguiam e diferenciavam os cidadãos politicamente eram, ainda assim, menos restritivos que os critérios do Antigo Regime, baseados acima de tudo no sangue e na linhagem<sup>1642</sup>.

As condições exigidas para a formação de um grupo de eleitores variou ao longo do regime liberal. A idade, inicialmente de 25 anos passando depois, a partir de 1867, para os 21 anos, a exigência de uma renda líquida anual mínima de 100\$000 réis, ou a comprovação de habilitações literárias eram determinantes para exercer o direito de voto<sup>1643</sup>. O processo eleitoral liberal, entre avanços e recuos, foi-se afinando até se aproximar, em 1878, do sufrágio universal masculino, embora não definitivamente,

---

<sup>1638</sup> Carvalho, Vasco César de, *Aspetos de Vila Nova. A Justiça...*, p. 37.

<sup>1639</sup> Carvalho, Vasco César de, *Aspetos de Vila Nova. A Justiça...*, pp. 37-38.

<sup>1640</sup> Consulte-se para o caso de Viana do Castelo Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 201-203. Para Lisboa consulte-se Antónia, Natália, "A eleição da primeira Câmara Constitucional de Lisboa", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000, pp. 51-52.

<sup>1641</sup> Sobre a questão das eleições no estado liberal, eleitores e elegíveis leia-se Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Editora DIFEL, 1991.

<sup>1642</sup> Fernandes, Paulo Jorge da Silva, "Elites locais e poder municipal...", pp. 69-70.

<sup>1643</sup> Cruz, Maria Antonieta, "Os censamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 10, 2009, pp. 164-165.

uma vez que as forças políticas em confronto determinaram o regresso, em 1895, a uma legislação mais restritiva<sup>1644</sup>.

De qualquer forma, foi evidente o grande afastamento da maioria da população às questões políticas, até por estes dois fatores, o rendimento e habilitação literária, perfeitamente condicionadores e castradores de forma decisiva qualquer tipo de aproximação a estes assuntos<sup>1645</sup>. Frequentemente, a documentação dá-nos conta da falta de afluência às urnas nos atos eleitorais e os apelos do poder central em normalizar procedimentos. Circulares da administração geral do distrito são enviadas às câmaras, no sentido destas se empenharem na realização das eleições nos seus concelhos e de fazerem todo o esforço em mostrar aos cidadãos dos seus concelhos a importância da sua participação nos atos eleitorais como exercício importante da sua cidadania<sup>1646</sup>.

Sabemos serem frequentes as desordens nos atos eleitorais em algumas assembleias paroquiais, a ponto de não se terem realizado eleições em algumas freguesias do concelho famalicense nos anos 70 de Oitocentos<sup>1647</sup>. Em Requião temos notícia de supostas irregularidades na eleição de juiz de paz, em 26 de julho de 1836, com protestos da população *que começou a arrofar de tal ato*, visto que apareceram mais votos do que o número de chefes de família presentes na eleição. Sabe-se, inclusivamente, ter saído de dentro da urna uma *carta velha que causou grave escândalo*<sup>1648</sup>.

Nesta eleição foi eleito Domingos Alves de Araújo, como juiz de paz de Requião, uma figura jurídica criada pela Carta Constitucional em 1826, e instituída em cada freguesia pela Lei de 15 de outubro de 1827. Esta figura tinha por objetivo evitar o recurso a tribunais superiores e promover a conciliação de pessoas desavindas. Foi pela análise das atas da junta de paróquia que sabemos que este Alves foi eleito juiz de paz pelo povo de Requião em assembleia dos chefes de família, no dia 26 junho de 1836, mas à segunda volta. Inicialmente, haviam elegido alguém que não estava em condições de ser votado, António de Sousa Machado, por já ocupar o cargo de comissário de paróquia. Por isso mesmo, a escolha acabou por recair em Domingos como o segundo mais votado. À exceção deste registo, e da assinatura de Domingos, como juiz de paz ainda no ano seguinte, nada mais sabemos sobre a sua ação enquanto mediador de conflitos, pois toda a documentação do julgado de paz da freguesia,

---

<sup>1644</sup> Cruz, Maria Antonieta, "Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, p. 462.

<sup>1645</sup> Sobre as normas legais que regulavam os critérios de eleitores e elegíveis às câmaras municipais veja-se Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais ...", pp. 89-91.

<sup>1646</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "A consolidação do município. 1850-1910", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.) *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 288.

<sup>1647</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "A consolidação do município...", pp. 288-289.

<sup>1648</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de paróquia da freguesia de Requião, 1836-1860*, fls. 3-3v.

que se encontrava incorporada no arquivo do tribunal judicial da comarca de Famalicão, ardeu com o incêndio do edifício do tribunal nos anos cinquenta do século XX. Sem fontes primárias que nos auxiliem na descoberta do perfil de Domingos, tantas questões ficaram por responder! Que processos teria tido em mãos, inerentes a esta sua condição de mediador de conflitos e garante da paz e tranquilidade pública? Como teria julgado as questões que constituíam pretexto de acusação como foros em dívida? Dívidas em dinheiro? Desvio de águas? Ou mesmo as questões relativas a obra de pedreiro ajustada, quase paga e, de súbito, suspensa? Como teria sentenciado uma recusa de partilha de bens? Ou ainda uma qualquer disputa com o vizinho acerca do caminho para servidão de ambos? Ou, muito simplesmente as questões de dinheiro emprestado a juros, cujo reembolso tardava? Uma panóplia de assuntos, entre outros tantos, que faziam parte das competências do juiz de paz.

Depois desta primeira experiência política, e após um interregno de quatro anos, Domingos Alves de Araújo voltou à vida pública em 1841, desta vez como vogal eleito da junta de paróquia de Requião, como já referimos, onde exerceu dois mandatos no período em que Costa Cabral começava a dominar a vida política nacional, permanecendo na mesma até 1845<sup>1649</sup>. Embora a freguesia no seu todo não vivesse de modo exacerbado as questões políticas de âmbito partidário, e muitas das vezes, nem sequer fossem sentidas pela população local os desígnios governamentais, os representantes do poder político na paróquia confirmavam, e subscreviam as intenções governativas cartistas. O pronunciamento militar de Costa Cabral em janeiro de 1842, que obrigou a rainha a repor a Carta Constitucional de 1826, havia dado frutos, prometendo-se a desejada ordem e progresso que o Setembrismo não conseguira<sup>1650</sup>. Por isso, no dia 12 de março de 1842, a junta de Requião prestou o juramento ao documento constitucional de 1826, prometendo cada um dos seus membros *cumprir e guardar a Carta (...) tão inteiramente como nella se contém*<sup>1651</sup>. No entanto, e muito embora de acordo com os princípios doutrinários da Carta, reafirmados pelos cartistas pró-cabralistas, os representantes da política local, nomeadamente das paróquias, como era o caso de Domingos Alves de Araújo, viviam longe dos compadrios partidários da governação, e a sua ação baseava-se sobretudo na resolução de problemas concretos que afetavam a vida diária dos seus conterrâneos. Quer a câmara municipal, quer a junta de paróquia de Requião acompanhariam e manter-se-iam fiéis aos governos estabelecidos, oscilando de acordo com a ordem vigente. De facto, e apesar de Domingos ter saído da junta em 1945, muito provavelmente por motivos

---

<sup>1649</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 65-65v.

<sup>1650</sup> Costa Cabral impôs um estilo político muito próprio que não foi alheio ao rápido enriquecimento, que causou escândalo e também invejas inconfessáveis, odiado de cima a baixo na escala social. Bonifácio, M. de Fátima, "Um aristocrata no cabralismo", in *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, 2003, pp. 1250-1257.

<sup>1651</sup> APR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da freguesia de Requião, 1836- 1860*, fls. 41v.-42

de ordem pessoal, a mesma equipa da junta foi reeleita no mandato seguinte. O inverso acontecerá, com novos protagonistas, aquando da queda de Costa Cabral, na sequência da Revolução do Minho de 1846, com a deposição da câmara famalicense e juntas de paróquia.

Trinta anos depois de Domingos Alves de Araújo ter participado enquanto vogal na vida pública de Requião encontrámos o seu filho João à frente dos destinos da mesma, durante três mandatos ininterruptos, entre 1872 a 1882, seguidamente a uma primeira experiência, em 1866, na vereação camarária famalicense<sup>1652</sup>.

A falta das atas de vereação dos anos em que João esteve na câmara famalicense, entre 1866 e 1868, não nos permite analisar o seu papel enquanto vereador. Na junta de paróquia sabemos ter sido durante o seu primeiro mandato, em 1874, que se criou na freguesia a escola para o sexo masculino<sup>1653</sup>. A proposta já havia sido feita em 1868, mas a junta de paróquia de então não dispunha de meios para a concretizar. Os elementos da junta propunham que se comesçasse a diligenciar os procedimentos necessários para a instalação da escola, procurando-se casa e utensílios para o efeito, assim que o governo ordenasse a sua criação na freguesia<sup>1654</sup>.

A defesa e a instauração da instrução pública foi uma das grandes aspirações do liberalismo. O Estado passaria a assumir a sua responsabilidade, que deixaria de ser da esfera religiosa para passar a ser da alçada do estado liberal, arrogando a sua gratuidade e a sua obrigatoriedade. O governo, as câmaras municipais, ou as juntas de paróquia estabeleciam o ensino das chamadas *primeiras letras*, financiando a sua instalação e funcionamento. É neste sentido que foi criada em Requião a escola para o sexo masculino, em 1874. Uma situação que a junta acolheu de braços abertos pelos benefícios que trazia à freguesia, propondo desde logo a organização de um orçamento suplementar para ocorrer à despesa<sup>1655</sup>. Tratava-se de uma despesa extraordinária, em virtude da remodelação a que foi sujeita a casa que alugou à confraria do Santíssimo Sacramento, situada junto da igreja paroquial, para a instalação da escola, bem como dos utensílios necessários que teve de adquirir para o correto funcionamento da mesma<sup>1656</sup>.

À semelhança do avô Domingos e do pai, Manuel Alves Correia de Araújo, o filho mais velho de João Alves, integrou a junta de paróquia de Requião, que lhe despertou, desde cedo, o gosto pela causa pública. Ainda jovem, com apenas vinte e três anos, foi nomeado em 1884 para fazer parte de uma

---

<sup>1652</sup> Silva, António Joaquim Pinto, *Vereações de Vila Nova de Famalicão (1835-2005)*..., p. 32.

<sup>1653</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887*, fl. 36v.

<sup>1654</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887*, fls. 9v.-10.

<sup>1655</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887*, fl. 36v.

<sup>1656</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887*, fl. 36v.

*Comissão de Beneficência Local*, instituída pelo governo, no sentido de precaver o flagelo da cólera mórbus<sup>1657</sup>. Ao lado dos antigos amigos e colegas de seu pai na junta, como Joaquim Alves Torres Carneiro, Manuel era o mais jovem dos membros dessa comissão, que procurava promover *socorros, donativos e esmolas para com o seu produto melhorar o estado sanitário das populações e acudir, sendo preciso às classes pobres e indigentes*<sup>1658</sup>. Viviam-se tempos conturbados em termos de saúde pública com várias localidades do país a serem fustigadas de forma severa por vários surtos de cólera. A cólera impunha muito medo às populações pelo forte contágio e mortalidade registadas. As autoridades centrais e locais procuravam atuar, cabendo aos dirigentes locais a implementação de medidas que minimizassem o seu efeito e contribuíssem para a combater<sup>1659</sup>.

É possível que o seu dinamismo e responsabilidade não tenham passado despercebidos junto do poder político, pois em 1886, encontrámo-lo como regedor da paróquia de Requião. O regedor era um magistrado instituído pelo Código Administrativo de 1836, que se encontrava subordinado ao administrador do concelho, e por ele proposto junto do governador civil, que o nomeava. Ainda que com *nuances* estabelecidas pelos diferentes diplomas legais que definiam as suas competências, estas exerciam-se, sobretudo, ao nível da fiscalização e da manutenção da ordem pública e sanitária da freguesia<sup>1660</sup>.

Logo no ano seguinte, em 1887, como o cargo de regedor era anual, encontrámos Manuel como vogal da junta para o triénio que então começava, ficando com o cargo de vice-presidente, acabando mesmo por substituir o presidente durante cerca de seis meses, devido à ausência deste no Rio Janeiro, onde estava em negócios. Foi durante este mandato, enquanto vogal da junta de paróquia, que integrou uma comissão destinada a evitar a propagação da peste bubónica na freguesia. Tratou-se de uma medida preventiva que levou a junta a atuar localmente face ao flagelo da peste, que desde junho grassava no Porto, e que se tentava evitar a todo custo a sua entrada no concelho.

Depois e após um interregno de nove anos, entre 1890 e 1899, no qual temos poucas informações, embora saibamos que fez parte da comissão de recrutamento para o ano 1894, vemos que Manuel voltou novamente à junta de Requião como vogal eleito a partir de 1899. Numa altura em que assumiu a presidência como vogal nato, o pároco da freguesia, de acordo com o código

---

<sup>1657</sup> Na sequência da Portaria de 11 de julho de 1884, que definia, a criação de *comissões para estudarem e prepararem os meios de debelar a cholera morbus em caso de invasão*.

<sup>1658</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887*, fls. 79v.-81v.

<sup>1659</sup> O estado liberal desde cedo reconheceu a importância da questão da saúde pública. A própria Constituição de 1822 a ela se refere no que diz respeito às competências camarárias que a par de promoverem a agricultura, o comércio e a indústria deviam zelar pela saúde pública. São vários os exemplos da criação de instituições, comissões com esses fins. Confira-se Oliveira, Luísa Tiago de, *A saúde pública no vintismo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992.

<sup>1660</sup> Ver as competências do regedor em Santos, José António, *As freguesias...*, pp. 50-52.

administrativo de 1895 entretanto em vigor. Manteve-se na junta de Requião até 1908, altura em que foi eleito vereador da câmara, durante a presidência de Daniel Augusto dos Santos naquela que será a última vereação da monarquia, anterior à instauração da República. Após a implantação da República, regressou ao poder local e à junta de paróquia logo em novembro de 1910, ocupando desta vez o lugar de presidente, eleito por unanimidade com os votos dos seus pares. Ocupou outros mandatos até 1925, aos sessenta e quatro anos, dando lugar ao seu filho mais novo Carlos Alves de Araújo, que durante trinta e um anos assumiu, ininterruptamente a presidência da junta de Requião.

### 3. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Como já tivemos oportunidade de referir, não foi apenas ao nível da criação das juntas de paróquia que a edificação do estado liberal se fez sentir. Também ao nível concelhio as instâncias organizativas locais, nomeadamente as câmaras municipais, viram a sua organização e funcionamento alteradas. O modelo de governança camarária do Antigo Regime, estabelecido pelas Ordenações Filipinas, deu lugar a uma nova estrutura de poder concelhio, com novas lógicas de funcionamento de acordo com os princípios do novo sistema político<sup>1661</sup>. Foi criado um modelo de teor mais centralista, em que os poderes municipais eram amiudamente submetidos ao poder do estado liberal, através dos seus representantes legais, como era o caso do administrador do concelho ou da junta geral do distrito, através do governador civil.

O território famalicense, anteriormente na dependência administrativa da câmara de Barcelos e fazendo parte do seu vasto termo, criou o seu concelho em 1835. Esta reivindicação era há muito exigida pelos habitantes de Vila Nova, mas só foi conseguida pelo decreto de 21 de março de 1835, que, dando cumprimento ao determinado na carta de lei de 28 de fevereiro desse ano, estabeleceu a nova divisão judicial do reino. Assim, surge o novo concelho de Vila Nova de Famalicão composto por cinquenta e oito freguesias<sup>1662</sup>.

Esta definição territorial conheceu avanços e recuos ao longo de algumas décadas, com anexações e desanexações de freguesias, terminando definitivamente em 1879 com a desanexação de

---

<sup>1661</sup> Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais...", pp. 76.

<sup>1662</sup> As freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão eram: Abade de Vermoim, Antas, Arnosinho, Arnoso Santa Eulália, Arnoso Santa Maria, Aves, Avidos, Bairro, Brufe, Cabeçudos, Calendário, Carreira, Castelões, Cavalões, Ceide S. Paio, Cruz, Delães, Esmeriz, Ferreiró, Fradelos, Gandarela, Gavião, Gemunde, Guardizela, Guizande, Jesufrei, Joane, Lagoa, Lemenhe, Lordelo, Louro, Lousado, Mogege, Mouquim, Novais, Oliveira Santa Maria, Oliveira S, Mateus, Oliveira S. Pedro, Outiz, Pedome, Portela, Pousada, Requião, Riba d'Ave, Ribeirão, Romão, Ruivães, Sanfins, Santagões, Serzedelo, Sezures, Sobrado, Tebosa, Telhado, Vale S. Cosme, Vale S. Martinho, Vermoim e Vilarinho, todas situadas a sul do rio Este e desanexadas do concelho de Barcelos. Cf. *Coleção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*, 4ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 103.

S. Miguel das Aves e suas anexas, Romão e Sobrado para o município de Santo Tirso<sup>1663</sup>. A partir de 1836, e ainda que em março de 1888 a câmara tivesse que apresentar ao governo uma petição contra a incorporação das freguesias de Lousado, Bairro e Landim, esta última integrada aquando da extinção do concelho de Landim em 1836<sup>1664</sup>, para o concelho de Santo Tirso, estava definida a configuração territorial do concelho famalicense, que se manteria até à atualidade<sup>1665</sup>. Não obstante, em inícios do século XX, a chamada *questão de Riba d’Ave*, protagonizada pelo industrial Narciso Ferreira que, em 1914, propôs a elevação desta freguesia a concelho, ainda que sem sucesso<sup>1666</sup>.

Integrado no distrito administrativo de Braga, o novo concelho famalicense foi dando os primeiros passos relativos à sua efetiva implantação em Vila Nova de Famalicão, nomeadamente através da instalação em casa própria; uma situação a que se deveria ocorrer com alguma prontidão, e para a qual era necessário arranjar verba suficiente para a construção ou aquisição dos imóveis necessários. Eram precisos edifícios para albergar o tribunal e a cadeia, uma vez que a terra não possuía edifícios nacionalizados que pudessem acudir a tal objetivo<sup>1667</sup>. A nova municipalidade famalicense não contava na terra com edifícios religiosos, que fruto das desamortizações do estado liberal haviam sido incorporados pela fazenda pública e que por isso podiam ser postos ao serviço das novas instituições do estado liberal. Eram necessárias repartições para a administração do concelho, que servissem de fazenda pública, de escola, de correios e telégrafos, e outros espaços para instalar novos equipamentos exigidos pela nova ordem liberal. Só era possível garanti-los com receitas camarárias.

Foram as obras públicas que preocuparam essencialmente as primeiras vereações famalicenses, numa ânsia de resolver os problemas práticos de uma terra, tornada vila a partir de 1841 por Dona Maria II, que nada tinha em termos de infraestruturas. As prioridades foram, de facto, as obras públicas e as ligações viárias, privilegiando-se o centro da povoação com a ligação da praça da Mota, também conhecida por largo do Terreiro ou Terreiro público, ao campo da Feira, alvo de reforma e alinhamento nos anos 50 de Oitocentos<sup>1668</sup>. Determinante foi também a construção da estrada Porto/Braga, cujo

---

<sup>1663</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, “As primeiras décadas do município”, in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I..., pp. 34-35.

<sup>1664</sup> Carvalho, Vasco César de, *Aspetos de Vila Nova. A Justiça...*, p. 79.

<sup>1665</sup> É pelo decreto de 6 de novembro de 1836 que são definidas as freguesias que compõe o concelho de Vila Nova de Famalicão. Veja-se Decreto, 6 de novembro de 1836, pp. 5-6.

<sup>1666</sup> Sobre a *questão de Riba d’Ave* leia-se Cunha, Norberto Ferreira da, “A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, pp. 320-322.

<sup>1667</sup> Capela, José Viriato, “V. N. Famalicão-Primeiro Município do Liberalismo: As primeiras câmaras e o exercício do poder municipal (1834-1846)”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 258.

<sup>1668</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, “As primeiras décadas do município”, in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As portas de história...*, pp. 48-50.

traçado passou por Vila Nova de Famalicão. Embora não fosse contemplada inicialmente a passagem pela sede do concelho, valeu sobretudo a ação da câmara cuja solicitação ao governo, em 1843, foi decisiva para que este troço se fizesse pela vila e não por Santo Tirso. Outras estradas seguiram-se, nomeadamente a estrada para Barcelos e Viana do Castelo e a estrada para Guimarães<sup>1669</sup>. Ao lado das estradas, o caminho-de-ferro, inaugurado em 1875 foi decisivo para a afirmação e desenvolvimento do concelho. Quer uma quer outra eram infraestruturas necessárias à terra, que o Estado promovia e que as sucessivas vereações aproveitaram, na medida das suas magras possibilidades, face a receitas municipais, geralmente, reduzidas. Ambas incluídas numa onda de progresso material que assolava o país, e os governantes, e que veio a ser o programa político da Regeneração<sup>1670</sup>.

A nova crença liberal no progresso que o Estado patrocinava e que as câmaras municipais cumpriam, não assentava apenas nas ligações viárias e ferroviárias. A instrução pública, os correios, a iluminação pública, o abastecimento de água à vila, os novos locais de enterramento foram também alvo de atenção por parte das diferentes vereações famalicenses, não cabendo, no entanto, neste trabalho a sua análise em particular. Gostaríamos apenas de conhecer, o caso concreto da vereação liderada por Narciso António Marques de Abreu que presidiu ao município famalicense entre 1866-1868, e que teve João Alves Correia de Araújo um dos seus primeiros vereadores. No entanto, e pela falta das atas de vereação, pelos motivos já apontados anteriormente, tornou-se impossível analisar em concreto a ação camarária na vida da vila famalicense.

### 3.1. A República

Quando a República foi proclamada em Portugal, a 5 de outubro de 1910, a câmara famalicense, à semelhança de outras, foi destituída. A última reunião da vereação presidida por Daniel Augusto dos Santos, com a vice-presidência do padre Adriano Pinto Basto, fez-se quatro dias antes, a 1 de outubro. Sem grandes decisões, a não ser a proposta do vereador João Bernardino da Costa e Sá para um projeto de abertura de uma avenida até à estação de caminho-de-ferro, a vereação limitou-se a despachar os assuntos de ordem corrente da vila: os habituais requerimentos de particulares, a atribuição de subsídios de lactação e a autorização de diversos pagamentos<sup>1671</sup>. Fazia parte desta vereação um Alves, Manuel Alves Correia de Araújo, desde 1 de novembro de 1908 vereador eleito pelo partido Regenerador, que em coligação com os Progressistas, tinham ganho a câmara famalicense. Tinha a responsabilidade do

---

<sup>1669</sup> Silva, António Joaquim Pinto da, "As primeiras décadas do município" ..., p. 57.

<sup>1670</sup> Leia a propósito do progresso material Justino, David, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal*, Lisboa, Edições D. Quixote, 2016, pp. 63-87.

<sup>1671</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fls. 126v.-128.



pelouro das *Edificações*<sup>1672</sup>. Porém desde janeiro de 1910 acumulava também o pelouro dos *Caminhos*, da zona oriental do concelho<sup>1673</sup>, muito provavelmente em resultado da sua experiência na junta de paróquia de Requião, onde tinha tido a seu cargo a direção de algumas obras e sido fiador de empreiteiros<sup>1674</sup>.

Tal como o presidente da câmara cessante Daniel Santos, Manuel Alves, ainda que um Regenerador conservador, e monárquico por princípios, manifestou o seu apoio público ao novo regime republicano e foi um dos muitos presentes que, no dia 8 de outubro, ao final da manhã, esteve no salão nobre dos paços do concelho de Vila Nova de Famalicão, assistindo à proclamação oficial da República na terra, bem como à tomada de posse dos novos dirigentes republicanos<sup>1675</sup>.

Esta adesão ao novo regime não seria caso único, no concelho e no país, a ponto de Norberto Ferreira da Cunha afirmar que o *5 de Outubro foi uma revolução para conciliar e não para dividir a sociedade portuguesa*<sup>1676</sup>. Tendo-o sido, igualmente, em Vila Nova de Famalicão. De facto, foram alguns os antigos monárquicos famalicenses que aderiram publicamente ao novo regime republicano e às novas opções ideológicas, a ponto de alguns serem apelidados de *adesivos*, uma vez que chegavam mesmo a colaborar com o novo regime em nome do *amor à Pátria*. Esta situação nem sempre foi vista com bons olhos pela opinião pública, a ponto de Brito Camacho, afirmar que a República não podia ser a monarquia com outro nome, face às prontas adesões de antigos políticos monárquicos ao novo governo republicano.

Ao mesmo tempo esta pronta adesão à República, foi também, e em parte, responsabilidade dos republicanos que *atraíram*, subtilmente, os antigos monárquicos em torno duma certa tolerância e até pacificação para com os ex-adversários, fazendo-os crer que todos eram necessários para construir uma nova ordem social e política no país. Este apelo colaboracionista, como lhe chamou Norberto Ferreira da Cunha foi visível no próprio discurso feito por José Joaquim Sousa Fernandes, líder dos republicanos do concelho, na tomada de posse da nova comissão administrativa da câmara municipal. Eloquentemente, Sousa Fernandes logo depois de ter proclamado a República em Vila Nova de Famalicão, apelou à colaboração de todos os famalicenses com o novo regime então instaurado, independentemente

---

<sup>1672</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fls. 15-15v.

<sup>1673</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fls. 86v.-87.

<sup>1674</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião*, 1860-1887, fls. 85v.-86; AJFR, *Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1887-1910*, fls. 17v.-18v.

<sup>1675</sup> AMAS, *Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1908-1911, fls. 131v.-134v.

<sup>1676</sup> Cunha, Norberto Ferreira da, "A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 313.

da sua opção ideológica, e em torno de um objetivo comum, que os ideais republicanos preconizavam<sup>1677</sup>. O apelo foi aceite por Daniel Santos, que enquanto presidente da câmara cessante, usou da palavra afirmando que muito embora tenha sido sempre monárquico, não era um insubordinado e, como tal, se declarava desde aquele momento um republicano<sup>1678</sup>.

Em Vila Nova de Famalicão foi, pois, serena e sem sobressaltos de registo a transição para o novo regime republicano. Esta mudança culminou com a tomada de posse da nova comissão republicana, que substituiu a anterior vereação monárquica. Faziam parte dessa comissão municipal: António de Araújo Costa, Francisco Maria de Oliveira e Silva, Alfredo Rodrigues da Costa, Zeferino Bernardes Pereira, Domingos Lopes Alves da Silva, Teófilo Vaissier, Augusto de Sá Pinheiro Braga. Nomes que integravam o *pequeno grupo de crentes*, como lhe chamou Sousa Fernandes, agrupados numa primeira comissão municipal, fundada por ele mesmo em 1895, que acreditava na *fatalidade* da República como ideal político. Segundo ele, essa fatalidade seria, no futuro, responsável por inverter a curva de decadência nacional, libertando o país das injustiças e dos males instalados, trazendo a almejada justiça, a liberdade e a prosperidade, que a nação merecia e estava desejosa de ter<sup>1679</sup>. Fatalidade que acabou por acontecer a 5 de outubro de 1910.

Essa primeira comissão municipal republicana concorrente às eleições municipais de 1895 era composta por catorze famalicenses: sete efetivos e sete suplentes. Estes homens eram todos proprietários, entre os quais estavam dois Alves: Manuel Alves Correia de Araújo, e o seu tio paterno, o *brasileiro* Francisco Alves Correia de Araújo, o sétimo e o segundo nome, respetivamente, da lista de efetivos que acabou por perder as eleições camarárias de então<sup>1680</sup>.

Quinze anos depois, em outubro de 1910, os nomes eram outros. Quem o afirma é o próprio Sousa Fernandes em 1912, dizendo que dos catorze iniciais, sete tinham já falecido, como era o caso de Francisco Alves Correia de Araújo, e dos outros sete, quatro havia que, *não sendo republicanos senão*

---

<sup>1677</sup> Cunha, Norberto Ferreira da, "A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, pp. 312-315.

<sup>1678</sup> Jornal *Novidades de Famalicão*, 13 de outubro de 1910, p. 2.

<sup>1679</sup> Cunha, Norberto Ferreira da, "A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 311.

<sup>1680</sup> Além de tio e sobrinho, integravam esta lista de efetivos da primeira Comissão Municipal Republicana: António Joaquim de Sousa Veloso, um proprietário, da freguesia de Landim; Henrique Ferreira Machado, advogado e proprietário da vila; Joaquim José de Sousa Fernandes, proprietário e capitalista, da vila; José de Araújo e Sousa, proprietário e capitalista de S. Paio de Seide; José Francisco Correia de Oliveira, proprietário e capitalista da Lagoa. Como suplentes, destacavam-se os nomes de Caetano Ferreira de Macedo Faria Gajo, proprietário e artista, do Louro; Fortunato Cardoso Pereira, capitalista e proprietário da vila; Francisco Correia de Carvalho, proprietário de S. Paio de Seide; José Fortunato de Araújo Costa, proprietário de Mouquim; Manuel Pinto de Sousa, comerciante da vila; Rodrigo Ferreira de Carvalho, farmacêutico e proprietário da vila; Silvério Joaquim da Silva Guimarães, proprietário de Landim.

*ocasionalmente, evolucionaram outra vez para os partidos da monarquia*<sup>1681</sup>. Parece-nos ter sido o caso de Manuel Alves Correia de Araújo, cuja incursão nos ideais republicanos não teve um seguimento forte e consistente. Talvez tenha sido um acidente de percurso ao ideário republicano sem consequências de maior, que não sejam um certo desencanto face às expectativas de honradez e retidão que sempre nortearam a sua vida, e cujos compadrios políticos e partidários levaram ao seu afastamento. Este desencanto desabou sobre muitas outras cabeças, que se num primeiro momento vislumbravam convictos a crença na mudança e no novo ideário, em pouco tempo o desalento era a tônica dominante.

Aliás, e por não ser um republicano convicto é que o vemos novamente integrar a vereação da câmara municipal em 1914, como vereador eleito, não pelo partido republicano que vencera as eleições municipais em novembro de 1913, mas por uma minoria coligada, constituída por diversos monárquicos e evolucionistas, que não conseguiu a câmara. Muito embora a intensa propaganda feita por este bloco, denominado por *lista independente*, que segundo o órgão oficial do partido republicano, o jornal *O Porvir*, assentava sobretudo num aliciamento e até intimidação das classes populares, a vitória coube ao partido democrático, que acabou por vencer por uma maioria de quinhentos e sessenta e sete votos<sup>1682</sup>. No entanto, apesar da derrota nas urnas, esta minoria conseguiu introduzir seis vereadores no elenco camarário, sendo Manuel Alves Correia de Araújo, o primeiro dessa lista, seguido por Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Narciso Ferreira, José Machado Guimarães, Luís da Silva Carneiro e Manuel Joaquim Martins<sup>1683</sup>. Talvez o facto de serem pessoas de reconhecida idoneidade na terra explique, e muito embora a derrota, que tenham conseguido entrar para a vereação, beliscando os resultados do partido democrático, que quando comparados com o cômputo nacional, haviam ficado muito aquém dos resultados nacionais dos restantes distritos<sup>1684</sup>.

Não deixa de ser curiosa e reveladora da sua honestidade moral, a posição que tomou face a uma possível reeleição de Sousa Fernandes à frente dos destinos camarários famalicenses, em 1915. De facto, e apesar do pedido de renúncia por parte de Joaquim José de Sousa Fernandes, os vereadores da maioria queriam que este continuasse a dirigir a municipalidade. Por isso, decidiram que ficasse registado em ata que a câmara entendia por unanimidade que este era indispensável na presidência do Senado. *Sem papas na língua, e rompendo o silêncio cúmplice daqueles que pensavam como ele mas não tinham a coragem de o dizer*, Manuel Alves declarou que seria indispensável para todos, menos para

---

<sup>1681</sup> Jornal *O Porvir*, 15 de abril de 1912, p. 1.

<sup>1682</sup> Jornal *O Porvir*, 4 de Dezembro de 1913, p. 1.

<sup>1683</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 14 de dezembro de 1913, p. 2.

<sup>1684</sup> Cunha, Norberto Ferreira da, "A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926", in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão...*, p. 334.

ele, que pouco se lhe importava que Sousa Fernandes continuasse ou não no lugar<sup>1685</sup>. Por isso mesmo, pressupomos que, em setembro de 1914, não terá feito parte da comitiva de vereadores que sabemos ter-se deslocado a Mões, à casa do então presidente, no sentido de lhe pedir que retirasse tal pedido de renúncia. Era assim Manuel Alves Correia de Araújo. Um homem que se destacava pela retidão do seu caráter, sem ceder a compadrios e com liberdade de pensamento e ação, também na vida pública. Entendia que a sua função na política era servir e não ser servido. Estas qualidades foram enaltecidas pelo redator do jornal *A Gazeta de Famalicão*, que relata tal acontecimento. No entanto, e independentemente da postura convicta de Manuel Alves face ao seu adversário político relativamente ao qual não deveria nutrir grande simpatia política e pessoal, a notícia do jornal deve ser vista à luz do combate político, uma vez que se tratava de um jornal monárquico<sup>1686</sup>.

Foi esta a última experiência na vereação camarária de Manuel Alves, afastando-se definitivamente das lides municipais no final do mandato ocorrido em 1917. Muito embora as eleições municipais de 4 de novembro desse ano terem dado, e pela primeira vez após sete anos do partido democrático no poder em Famalicao, a vitória a um bloco de evolucionistas, unionistas e monárquicos, que na vereação anterior eram uma minoria na câmara, Manuel Alves desligou-se definitivamente da vida municipal e já não integrou os nomes desse bloco da oposição que ganhou as eleições. Muito provavelmente desiludido com os meandros da intriga política municipal, e não o facto de contar com quase sessenta anos, considerar-se velho para o exercício de cargos públicos, pois, continuará até 1925, na junta de paróquia de Requião, como presidente. Todavia, entre 1919 e 1922, não integrou a equipa da junta. A partir de 1925, o seu filho mais novo, Carlos, assumiu durante quase quarenta anos a presidência da freguesia, como já referimos anteriormente.

Curioso, ou talvez não, uma vez que a política sempre norteou a sua existência, a ponto de transmitir o gosto político aos filhos, é que o seu filho Joaquim, na altura mobilizado em Moçambique na primeira Guerra Mundial, referia no seu diário a sua satisfação pela vitória da *lista regional* que, por notícias familiares, sabia ter vencido as eleições para a câmara, ocorridas em novembro de 1917<sup>1687</sup>.

---

<sup>1685</sup> Jornal *A Gazeta de Famalicão*, de 9 janeiro de 1915, p. 2.

<sup>1686</sup> *A Gazeta de Famalicão* era um semanário monárquico que surgiu em finais de julho de 1914, pelas mãos de José Joaquim da Rocha, seu proprietário e diretor. O periódico denunciava os *excessos de demagogia da República, que tudo ameaça(va) destruir e, onde diz parece estar a sua única força, depois de tantos crimes cometidos em nome da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que voltaram do avesso, depois de tantas imoralidades administrativas (...)*, ao mesmo tempo que afirmava que fosse restabelecida a monarquia, já que *não era vergonha recuar quando se reconhece ser errado o caminho que trilhamos*. Jornal *A Gazeta de Famalicão*, de 1 de agosto de 1914, p. 1.

<sup>1687</sup> Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial...*, p. 97.

### 3.2. O 28 de Maio de 1926 e o Dr. Francisco Alves Correia de Araújo

A 28 de maio de 1926, um golpe de Estado colocou um ponto final à I República. Depois de 16 anos de instabilidade governativa e social, aquilo que inicialmente começou por ser um levantamento militar contra essa mesma inconstância política, rapidamente se transformou em revolução nacional, dando origem a uma ditadura militar que acabaria por criar os alicerces políticos e institucionais do regime que governou Portugal até aos inícios dos anos 70, sob a designação de *Estado Novo*. A tão desejada República que tinha por *missão histórica, salvar a pátria*, libertando o país do passado e das suas dependências crónicas, não foi capaz de construir uma sociedade nova, falhando desde logo aos primeiros choques com a realidade<sup>1688</sup>. Caindo em desgraça, a República foi agonizando com o passar dos tempos. Os seus líderes históricos haviam falhado no almejado e prometido projeto revolucionário. Ainda assim sobreviveu dezasseis anos, resistindo mesmo ao descalabro político e financeiro provocado pela Grande Guerra<sup>1689</sup>.

Terá sido essencialmente o descontentamento da maior parte dos portugueses com a política do partido democrático, por se ter tornado um partido corrupto e até conservador, a ponto de ser apelidado de *ditadura democrática*, que vários grupos conspiraram contra o governo<sup>1690</sup>. Admitiu-se mesmo a possibilidade de regenerar a velha república, doente, por uma *ditadura temporária*, que funcionaria como um interregno parlamentar com um desejável reforço do poder executivo, exercido por alguém de reconhecida competência técnica e sentido de estado<sup>1691</sup>. Conscientes do estado da nação, e forçados por uma série de constrangimentos económicos e sociais, como diz Luís Farinha, os homens de então abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial<sup>1692</sup>. Criou-se, assim, uma frente militar, que *sem disparar um único tiro*, se uniu contra os *erros acumulados dos políticos*, sendo, por isso, *recebida com o aplauso da nação*<sup>1693</sup>. Moribunda, a República caía no mês de maio de 1926 perante um comando militar, chefiado pelo general Gomes da Costa, que fez cair o governo de António Maria da Silva, o líder do partido Democrático, legitimamente eleito no ano anterior.

Os desígnios dos revolucionários que se juntaram primeiramente em Braga e se uniram contra o partido republicano, e o seu governo democrático, não tinham propriamente um programa político,

---

<sup>1688</sup> Farinha, Luís, "Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República", in *Comunicação & Cultura*, nº 8, 2009, p. 103.

<sup>1689</sup> A experiência governativa da República durante os anos 20 não resolvera nenhum dos grandes problemas do atraso português. Cf. Farinha, Luís, "Vinte e oito de maio de 1926", in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III..., pp. 1123-1128.

<sup>1690</sup> Ramos, Rui, "O fim da República", in *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº 153, 2000, p. 1066.

<sup>1691</sup> Farinha, Luís, "Ditadura ou Revolução...", p. 106.

<sup>1692</sup> Farinha, Luís, "Ditadura ou Revolução...", p. 106.

<sup>1693</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 6 de junho de 1926, p. 1.

assumindo, como diz Manuel Braga da Cruz essencialmente tal propósito um carácter negativo, *um protesto contra a partidocracia, a ineficácia parlamentar, a instabilidade governativa, o descrédito das instituições e a agitação social*<sup>1694</sup>. Por não ter um programa ideológico que lhe desse dimensão e coerência, nem mesmo um partido por detrás que o estruturasse, o líder histórico do movimento militar do 28 de maio, Gomes da Costa, durou poucos meses no poder, sendo substituído pelo general Óscar Carmona, na chefia da ditadura militar<sup>1695</sup>. Ao contrário de outros países, como a Espanha, a Alemanha ou a Itália, que viram o poder político ser sustentado por partidos de pendor fascista ou nacionalista, Portugal não tinha qualquer estrutura organizada que servisse de oposição ao partido democrático. Tal só aconteceria mais tarde, a partir de 1930, com a criação da União Nacional, partido político suportado pelo governo.

Derrubada a República, com o poder entregue aos revoltosos, e muito embora a indefinição de objetivos ideológicos do movimento militar, havia que reestabelecer a ordem e adequar os poderes locais à nova situação vigente. Pelo decreto-lei de 13 de julho de 1926, eram dissolvidos todos os corpos administrativos do continente e ilhas, mantendo-se em funções só os seus administradores, até à nomeação das comissões administrativas, que passariam a exercer as funções em representação do novo governo. Mais uma vez foram exonerados os executivos camarários, e os eleitos, do anterior regime para serem colocados no seu lugar novos protagonistas, integrados no espírito da revolução. A 20 de julho de 1926, foi nomeada a comissão administrativa de Vila Nova de Famalicão, que havia sido proposta para suceder à vereação da República, entre os quais se destacavam o conservador do registo predial, Dr. Francisco Alves Correia de Araújo, o médico José Gomes da Costa Carneiro, o farmacêutico, Abílio Ferreira de Carvalho, e ainda Manuel Ferreira Barbosa e Remígio da Fonseca Costa, industrial e comerciante, respetivamente<sup>1696</sup>.

Destes nomes, o escolhido para liderar os destinos famalicenses foi Francisco Alves, conservador do registo predial, um homem afável, *distinto, de elevada educação (...) que se impunha pela simpatia e pela simplicidade das suas atitudes e palavras*<sup>1697</sup>. Católico convicto, educado no colégio do Espírito Santo, em Braga, da congregação do Espírito Santo, era um homem fiel às suas convicções monárquicas e conservadoras, e *sem nunca apoiar programas partidários que conduzissem à desnacionalização e descrença*<sup>1698</sup>, foi dos primeiros a *apoiar e a marcar a sua atitude de em face da situação criada pelo*

---

<sup>1694</sup> Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 39.

<sup>1695</sup> Oliveira, César, "O Estado Novo e os municípios corporativos", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local...*, p. 286.

<sup>1696</sup> *Jornal Estrela do Minho*, 11 de julho de 1926, p. 2.

<sup>1697</sup> Costa, Alexandrino, *Figuras do Passado e do Presente*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1942, pp. 115- 117.

<sup>1698</sup> Costa, Alexandrino, *Figuras do Passado e do Presente...*, p. 116.

*levantamento militar numa hora em que nem toda a gente ainda se aventurava sequer a tomar posições*<sup>1699</sup>.

Desconhecemos, no entanto, os meandros que levaram à sua nomeação, aos quais não seriam certamente alheios o seu carácter de homem íntegro e honrado, e o facto de pertencer a uma família católica, que denunciava o demasiado laicismo republicano, vindo com expectativa acrescida e até com algum entusiasmo o advento de um tempo novo, que moralizaria as questões sociais e religiosas, que a República tinha deitado por terra<sup>1700</sup>.

O fervor religioso era evidente na família a que pertencia. O seu irmão mais velho, que fora seu tutor, Manuel Alves Correia de Araújo era profundamente católico, aliás, era visita frequente da casa da Ribeira, em Requião, o cônego da Sé bracarense, Dr. Gonçalo Joaquim Fernandes Vaz, também antigo reitor do liceu de Braga. Durante quase toda a primeira década de Novecentos, os jornais famalicenses, nomeadamente o *Estrela do Minho*, dão conta da estadia em Requião do cônego Vaz, onde passava uns dias, que era em simultâneo um importante e influente político do distrito<sup>1701</sup>. Mostrando as evidentes relações de amizade e de relação política entre ambos, explicando até, a orientação sacerdotal do filho mais velho de Manuel Alves, Ernesto, que seguiu o sacerdócio. Também o cunhado de Francisco Alves, o monsenhor Manuel Torres Carneiro, irmão de Carolina Torres Carneiro, sua mulher, era um fervoroso conservador, que, por ter desafiado e combatido os republicanos, foi afastado da paróquia famalicense durante quase dezasseis meses<sup>1702</sup>. Por tudo isto não era de estranhar a envolvimento religiosa e católica que o cercava e que pautava a sua existência também política.

Aliás, o seu discurso de tomada de posse é revelador da sua postura e do comprometimento com o programa da Ditadura Militar. Nele, proclamava a necessidade de ordem, moralização e eficácia da administração pública, reiterando publicamente, perante os muito presentes, a vontade da Revolução, que também é sua, em *moralizar os costumes e prestigiar a República*. Nesse sentido, advertiu, desde logo, o seu repúdio à fórmula adotada até então de que os favores só aos amigos tinha acabado<sup>1703</sup>. Estas palavras tiveram eco numa das suas primeiras decisões, informando o então governador civil do distrito de que era frequente ouvir-se em público referências à pouca legalidade e mesmo favoritismo político de certos atos e deliberações da anterior vereação, entretanto dissolvida. Comunicando, igualmente ao

---

<sup>1699</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 12 de agosto de 1944, p. 1.

<sup>1700</sup> Sobre o papel das elites católicas nos tempos iniciais do salazarismo consulte-se Cruz, Manuel Braga da, "As elites católicas nos primórdios do salazarismo", in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, 1992, pp. 547-574.

<sup>1701</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 18 de maio de 1902, p. 2; 24 de maio de 1905, p. 2; 28 de janeiro de 1906, p. 1; 4 de junho de 1911, p. 1.

<sup>1702</sup> Costa, Artur Sá da, "O golpe militar do 28 de maio de 1926 e as autarquias locais", in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I..., p. 172.

<sup>1703</sup> AMAS, *Livro de atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 1926-06-06 - 1926-10-30, fls. 6v.-9.

mesmo ser de seu conhecimento a parcialidade e faltas da secretaria camarária. Por isso mesmo, e consciente que estes atos, ainda que respeitantes ao passado, não dignificavam a imagem isenta do município e dos serviços que prestava aos cidadãos, solicitou uma sindicância, logo em outubro de 1926, ao governador do distrito<sup>1704</sup>.

Este será o primeiro mandato de Francisco Alves à frente dos destinos famalicenses, que abandonará em 1929, por um curto período de três anos, para voltar ao poder municipal e à liderança do município em 1932, onde se manteve, ininterruptamente, até 1939.

O segundo mandato fez-se em plena vigência do Estado Novo, já com António Oliveira Salazar no poder, de quem era amigo pessoal. Este, tal como o cardeal Cerejeira frequentavam a casa de Compostela, onde Francisco Alves vivia com a mulher Carolina Torres Carneiro e o filho Virgílio<sup>1705</sup>.

Esta amizade será determinante para o Dr. Francisco Alves colher apoios junto do poder central, conseguindo várias ajudas financeiras para o concelho, a partir deste segundo mandato. De facto, durante o Estado Novo as obras públicas locais, como a rede viária, a eletrificação, o abastecimento de água, a rede de esgotos ou mesmo os estabelecimentos escolares, sempre dependentes das participações do estado, nomeadamente do *Fundo de Melhoramentos Rurais*, eram, muitas vezes, resultado das pressões exercidas pelas personalidades locais, frequentemente designados por *caciques*. Este epíteto era fruto da grande capacidade de influência que exerciam sobre os organismos da administração central, ou mesmo sobre alguns governantes, ou ainda sobre membros proeminentes da União Nacional<sup>1706</sup>. No dizer de Rui Ramos, toda a máquina estatal do Estado Novo parecia atravessada por relações pessoais, apadrinhamento e combinações secretas, que ficavam fora das vias hierárquicas e do expediente normal<sup>1707</sup>. Todos sabiam o quanto importante e determinante eram as relações de prestígio e poder entre os influentes locais e a autoridade central na resolução dos problemas.

Frequentemente, os jornais locais referem, a influência do Dr. Francisco Alves e a sua ação, verdadeiramente *incansável*, em conseguir participações do governo para as ligações viárias nas freguesias. No caso concreto de Requião, que nos interessa, sabemos ter conseguido junto do Estado Novo alguns financiamentos durante os anos trinta. Nomeadamente na ligação de Requião/S. Paio de

---

<sup>1704</sup> AMAS, *Livro de atas da Câmara Municipal*, 1926-06-06 - 1926-10-30, fls. 6v.-9.

<sup>1705</sup> Costa, Artur Sá da, "O golpe militar do 28 de maio de 1926 e as autarquias locais", in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I ..., p. 172.

<sup>1706</sup> Sobre o papel dos caciques e do caciquismo consulte-se Lopes, Fernando Farello, "Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspetiva sobre a Monarquia e a I República", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º9, 1991, pp.127-137; Ramos, Rui, "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)", in *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135.

<sup>1707</sup> Ramos, Rui, "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)...", p. 119.



Seide<sup>1708</sup>, na dos lugares de Sobrado a Moço Morto, na dos lugares de Rato a Carapito, ou ainda na ligação da Portela, em Requião, a S. Miguel de Seide, permitindo deste modo, ligar o populoso lugar de Ninães a Seide, até então servido por um caminho verdadeiramente intransitável. A adjudicação da obra, a cargo do *Senhor Osório*, de Esmeriz, fez-se por carta fechada e teve início em abril de 1938, estando em meados de agosto quase concluídos os trabalhos de ligação do primeiro ao segundo lanço de calcetaria do caminho desde o lugar do Mosteiro até à Portela<sup>1709</sup>. No arquivo familiar dos Alves encontramos fotografias, apenas datadas, mas sem qualquer referência ao ato em si. Todavia, identificámo-lo como sendo a inauguração da abertura viária de Moço Morto a Sobrado em Requião, em 1932.

Fotografia 54 - Inauguração do troço viário entre os lugares de Moço Morto e Sobrado. 1932



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

Nela verifica-se a presença do Dr. Francisco Alves Correia de Araújo a inaugurar o novo troço, no início do caminho viário, junto ao pilar da extremidade do cemitério municipal, cortando a fita da praxe. Ao ato solene seguiu-se certamente, e à semelhança do que hoje e passados oitenta anos fazem os autarcas, uma caminhada a pé pela nova estrada, como comprovam as fotografias que existem no

---

<sup>1708</sup> Sabemos que a junta de freguesia de Requião pediu ao governo um subsídio de acordo com o decreto-lei n.º 19502 para a ligação das freguesias de Requião a S. Paio de Seide para alargamento do caminho que liga os lugares do Forno/ Ribeira - Xisto/Pousada votada pelas verbas dos *Melhoramentos Rurais*. Carlos Alves, secretário da Junta foi encarregado de fiscalizar as obras que iniciaram em Fevereiro de 1932 pois estariam de estar concluídas em fins julho. Em reunião da junta de 3 de julho foi dito que os trabalhos de terraplanagem estavam terminados e que a Câmara havia dado quatro mil escudos para a comparticipação das obras. A obra foi inaugurada no dia dezassete desse mês com presença da Câmara, e das juntas de freguesia de Requião e S. Paio de Seide, o administrador do concelho e vários convidados da vila. Houve depois um *verde de honra* que foi servido na ligação das duas freguesias.

<sup>1709</sup> AJFR, *Livro das Atas da Junta de Freguesia de Requião*, 1934-1961, fl. 16.

arquivo da família Alves. É perfeitamente reconhecível esta estrada, hoje de alcatrão e mais larga, rasgada por entre pinheiros e eucaliptos que abundavam nesse local, ainda nada urbanizado e que iria permitir uma ligação direta da estrada nacional à freguesia de Requião.

Fotografia 55 - Caminhada a pé pela nova estrada. 1932



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

### 3.3. A União Nacional

Durante o ano de 1930, o novo governo da ditadura militar, desde 21 de janeiro presidido pelo general Domingos de Oliveira, com António Oliveira Salazar ocupando as pastas ministeriais das Finanças e interinamente a das Colónias, estabelecerá as bases de um novo regime que romperia definitivamente com a República democrática.

A constituição da União Nacional, em julho de 1930, seis meses depois de o governo tomar posse, foi parte integrante desse processo, que visava a criação de uma *força civil de apoio*<sup>710</sup>. Tratava-se de um projeto da ditadura militar, subjacente ao qual estava a construção de uma nova ordem política, social, económica e cultural, em cujo topo se oficializava naquilo que alguns autores designaram por *presidencialismo bicéfalo*, intensamente marcado pela figura carismática de Salazar<sup>711</sup>. Um carisma pessoal construído de timidez, recolhimento, devoção pelo bem público, de vida simples e frugal, sem

<sup>710</sup> Leia-se a propósito Cordeiro, Carlos, "O processo de implantação da União Nacional nos Açores", in *Arquipélago. História*, 2ª série, IX, 2005, pp. 533-560.

<sup>711</sup> Oliveira, César, "Da ditadura militar à implantação do salazarismo", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 13-15.

excessos e sem vaidades, e até, de despreendimento pelos bens materiais, bem diferente de outros líderes fascistas como Hitler ou Mussolini, como o pai, neste caso de uma nação, preocupado com o bem-estar dos seus filhos<sup>1712</sup>.

Formalmente concebida como partido único, a União Nacional foi constituída para apoiar a criação e a manutenção do novo regime, designado de Estado Novo. Ainda que, e de acordo com os seus estatutos este agrupamento não tivesse o nome de partido, já que, segundo o seu mentor, Salazar, os partidos que regeram a República até o 28 de Maio de 1926, só tinham dividido a sociedade portuguesa, a União Nacional, até pelo seu nome, iria unir e não partir/dividir, em torno de um projeto comum<sup>1713</sup>. Tratar-se-ia de uma *associação cívica* de unidade nacional.

Segundo o seu *Manifesto à Nação*, apresentado oficialmente a 30 de julho de 1930, esta é considerada como uma *liga patriótica*, com organização e vida independentes do Estado. No entanto, é uma independência fictícia, pois ao mesmo tempo o dito documento atribui ao governo a incumbência de promover a constituições se comissões distritais e concelhias da associação, cuja composição competia diretamente ao ministro do Interior<sup>1714</sup>. Comissões essas, que eram instaladas pelos governadores civis e administradores do concelho, no caso de serem distritais ou municipais, respetivamente. As distritais ficavam na dependência direta do ministério do Interior e as municipais, da comissão distrital respetiva. Por isso, tal como afirma Manuel Braga da Cruz, a União Nacional, criada por decisão governativa da ditadura e lançada ao país pelo ministro do interior, tendo por colaboração as autoridades concelhias e distritais, e estando ao mesmo tempo política, financeira e organizativamente subordinada a este órgão, seria sempre marcada por esta dependência de origem<sup>1715</sup>. De facto, a União Nacional confundia-se com o aparelho de estado e dele dependeu sempre, desde o primeiro ao último dia da sua vida, como refere António Costa Pinto<sup>1716</sup>.

Todos os portugueses podiam integrar a União Nacional desde que, *dispostos pela compreensão dos seus deveres cívicos, quisessem trabalhar para a salvação e engrandecimento do país*, assim referia o dito *Manifesto*<sup>1717</sup>.

---

<sup>1712</sup> Oliveira, César, "Da ditadura militar à implantação do salazarismo", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV..., 1990, p. 15.

<sup>1713</sup> Sobre as relações do partido único com o governo e o aparelho de estado consulte-se Pinto, António Costa, "Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo", in *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, n° 26, 2002, pp. 161-186.

<sup>1714</sup> Caldeira, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)", in *Análise Social*, XXII, n° 94, 1986, pp. 955-956.

<sup>1715</sup> Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e Estado...*, p. 179.

<sup>1716</sup> Pinto, António Costa, "As elites políticas e a consolidação do salazarismo", in *Análise Social*, vol. XXVIII, n° 116-117, 1992, p. 588.

<sup>1717</sup> Cordeiro, Carlos, "O processo de implantação da União Nacional nos Açores...", p. 546.

Rapidamente nos meses seguintes, entre agosto de 1930 e março de 1931, foram formadas as primeiras comissões distritais e concelhias da União Nacional. O distrito de Braga foi um dos seis distritos do país que, logo em abril de 1931, tinha já criadas as comissões concelhias na totalidade dos seus concelhos, até antes da primeira comissão central da União Nacional, que só seria nomeada em 1932<sup>1718</sup>. Eram os governadores civis que, reunindo os notáveis locais, organizavam essas comissões, das quais faziam parte indivíduos que pelo seu prestígio económico e social se identificavam com a ideologia da ditadura. Geralmente, os dirigentes das comissões concelhias eram proprietários, ainda que não seja explícito o teor e a dimensão de propriedade, a verdade é que pertenciam a um segmento social mais abastado. No caso dos dirigentes das comissões distritais, havia um claro predomínio dos profissionais liberais, ligadas à administração pública, imediatamente seguidos dos proprietários<sup>1719</sup>. A base social dos aderentes da União Nacional também era composta por proprietários e patrões<sup>1720</sup>.

Ao contrário de outros partidos fascista, a União Nacional nunca foi, nem pretendeu ser, um partido de massas<sup>1721</sup>. A sua função era venerar o poder governativo e secundá-lo e nunca ser um contra poder ou mesmo uma ameaça a esse mesmo poder. Era acima de tudo um partido do estado, do governo, ao qual estava submetido e que em alguns casos se confundia com a própria máquina administrativa governamental<sup>1722</sup>. O próprio Salazar nunca quis ser um condutor de multidões, pelo carácter elitista da sua pessoa e reservado por essência<sup>1723</sup>. Esta aversão às multidões não significava que descuidasse a importância política das massas, que no seu entendimento deveriam ser esclarecidas, bem formadas e orientadas por um governo forte<sup>1724</sup>. É com esta razão que se justificava a importância da propaganda ideológica na condução do regime.

Criada de cima para baixo, a União Nacional rapidamente se organizou, como dissemos, pelo país, encontrando obviamente diferentes adesões, e até resistências, nos vários distritos<sup>1725</sup>. De um modo geral, a escolha das comissões concelhias era feita pelo governador civil do distrito, que enviava a suas opções para aprovação superior ao Ministério do Interior. No caso de já estar formada uma comissão distrital, as listas com os nomes escolhidos passavam antes por ela, e só depois iam ao Ministério<sup>1726</sup>.

---

<sup>1718</sup> Caldeira, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar...", p. 958.

<sup>1719</sup> Pinto, António Costa, "As elites políticas e a consolidação do salazarismo...", pp. 603-604.

<sup>1720</sup> Pinto, António Costa, "As elites políticas e a consolidação do salazarismo...", pp. 606-607.

<sup>1721</sup> Caldeira, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar...", p. 970.

<sup>1722</sup> Caldeira, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar...", p. 970.

<sup>1723</sup> Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e Estado...*, p. 60.

<sup>1724</sup> Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e Estado...*, p. 60.

<sup>1725</sup> Sobre a distribuição da União Nacional na sociedade portuguesa consulte-se Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e Estado...*, pp. 228-247.

<sup>1726</sup> Pinto, António Costa, "As elites políticas e a consolidação do salazarismo...", p. 599.



É através dos jornais locais que sabemos que os Alves pertenceram às comissões da União Nacional. Em 1958, Armindo Alves Correia de Araújo, na altura presidente do município famalicense, e antigo conservador do Registo Predial (1934-1956), era o presidente da concelhia da União Nacional<sup>1727</sup>. Aliás, é curioso, e mostra a sua total fidelidade ao regime de Salazar, a existência de uma bandeira da União Nacional pintada numa das paredes interiores da adega da sua quinta do Forno, e que ainda existia nos finais dos anos 80.

Outro elemento da família pertencente à União Nacional do qual temos informações foi Francisco Alves Correia de Araújo, também ele conservador do Registo Predial famalicense entre 1906-1934, e o presidente escolhido para chefiar os destinos municipais após o levantamento militar do 28 de Maio. Na falta de fontes primárias restou-nos o registo fotográfico da sua presença no I Congresso da União Nacional, realizado em maio de 1934, na Sociedade de Geografia, em Lisboa.

Fotografia 56 - Congresso da União Nacional. 1934



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

### 3.4. As comemorações dos *Centenários*

Definido constitucionalmente, o novo regime em 1933, já com Salazar à frente do executivo, foi traçando os seus objetivos e projetos. Tendo por base a constituição, que determinava um governo forte

<sup>1727</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 16 de fevereiro de 1958, p. 1.

num estado também forte, o novo regime ia pondo a máquina administrativa em movimento, e afinando-a conforme os seus interesses centralizadores e autoritários. Estes ideais caracterizavam-se por um dirigismo político e económico-social, por uma intensificação de propaganda oficial de teor nacionalista, por um reforço da repressão administrativa e policial, e por um controle político sobre o movimento operário e sobre a oposição<sup>1728</sup>.

O ano de 1940 é oficialmente marcado pelas Comemorações de Centenários. Com grande investimento do regime, celebravam a fundação da nacionalidade e a restauração da independência face aos sessenta anos de domínio espanhol. Eram datas simbólicas para o Estado Novo, na afirmação da nacionalidade. Oito séculos passados sobre a fundação em 1140, e três séculos completados sobre a restauração da independência em 1640, impunham que se comemorasse, com um destaque nunca visto e com uma dimensão extraordinária numa afirmação clara dos seus princípios ideológicos.

O duplo centenário apresentava-se como o momento perfeito para o Estado Novo se afirmar, por um lado como herdeiro de um passado colonial e imperialista constituindo motivo de orgulho da nação e, por outro, aproveitava-se para enaltecer a obra do presente, que era diariamente construída pelo estado nacionalista<sup>1729</sup>. As comemorações foram começadas a preparar em 1938 com a nomeação, por decreto, das individualidades encarregadas de constituir a comissão executiva. Seguidamente, e ainda no mesmo ano, em 28 de outubro, pelo decreto-Lei n.º 29.087, foi constituída a Comissão Nacional dos Centenários e definidas as suas competências, que passavam por fixar o programa definitivo das comemorações<sup>1730</sup>.

Projetadas para serem executadas durante seis meses, de junho a dezembro de 1940, segundo o programa oficial, as celebrações foram divididas em três grandes épocas: medieval, imperial e brigantina, a que corresponderam um conjunto de iniciativas próprias<sup>1731</sup>. As cerimónias solenes iniciaram-se no dia 2 de junho com um *Te-Deum* na Sé de Lisboa, em simultâneo com todas as igrejas matrizes do país e do império, que à sua dimensão, davam também início às comemorações oficiais. Também Famalicão teve um *Te-Deum* na sua igreja matriz às 11.30 da manhã. À qual se seguiu, de tarde, uma sessão solene na câmara municipal, marcando o início das festas centenárias no concelho<sup>1732</sup>.

---

<sup>1728</sup> Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e Estado...*, p. 40.

<sup>1729</sup> Brito, Ricardo de, "A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940", in *Lusitania Sacra*, n.º 24, julho-dezembro 2011, pp. 265-266.

<sup>1730</sup> *Revista dos Centenários*, n.º 1, Lisboa, Edição da Comissão Nacional dos Centenários, 31 de janeiro de 1939, pp. 26-29.

<sup>1731</sup> *Programa Oficial das Comemorações Nacionais. Ano de 1940*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 5.

<sup>1732</sup> *Jornal Estrela do Minho*, 2 de junho de 1940, p. 6.

No dia 4 de junho, feriado nacional, as comemorações oficiais deslocaram-se para Guimarães, na cerimónia comemorativa da fundação que contou com a presença do presidente do conselho, António Oliveira Salazar. Num discurso emotivo no castelo de Guimarães, intitulado *oitos séculos de independência nacional*, Salazar assinalou as comemorações centenárias como um ato de *devoção, exaltação* e de *fé*. Devoção entendida como um ato de veneração e respeito à pátria e aos antepassados, simbolizados no castelo do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques. E materializada pela carga simbólica do cortejo de flores que fez parte das cerimónias desse dia. Vila Nova de Famalicão fez-se presente com uma representação do concelho nesse cortejo com um grupo de raparigas vestidas à lavradeira, carregando açafates com as flores do concelho<sup>1733</sup>, à semelhança de um filho que vai visitar a casa/campa do pai e lhe leva flores. Comemorava-se a exaltação, dos bravos feitos da pátria, *conseguidos na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do génio dos portugueses*<sup>1734</sup>. Finalmente, a comemoração era como um ato de fé, expressa na vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua grandiosa história.

Como seria de esperar, os irmãos Alves, fiéis adeptos do regime de Salazar não poderiam deixar de estar presentes em Guimarães neste dia de exaltação patriótica. Através do registo fotográfico, encontramos no arquivo de família a confirmação da sua presença na cidade berço, acompanhados das respetivas mulheres, Emília e Alice.

Fotografia 57 - Festas dos *Centenários* em Guimarães. 1940



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo.

<sup>1733</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 2 de junho de 1940, p. 6.

<sup>1734</sup> Salazar, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas III, 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, pp. 255-259.

Foi também pelo registo fotográfico que tivemos informações acerca do encerramento das festas centenárias em Requião, a 7 de dezembro de 1940. Uma semana depois da data do encerramento oficial das festividades nacionais, a 2 de dezembro, ocorrida numa cerimónia solene encabeçada pelo chefe de estado na câmara municipal de Lisboa<sup>1735</sup>. À mesma hora, todas as câmaras da metrópole e do império, cumpriam oficialmente e solenemente o mesmo encerramento. Assim aconteceu no salão nobre dos paços do concelho de Vila Nova de Famalicão, que à semelhança da sessão de abertura das comemorações, teve no ato a presença do então presidente da câmara, Rodolfo Manuel Magalhães de Aguiar, bem como o monsenhor Manuel Torres Carneiro, representando a autoridade máxima religiosa local, e Armindo Alves Correia de Araújo, enquanto juiz de direito da comarca famalicense<sup>1736</sup>. Em Requião, tal aconteceu cinco dias depois, inaugurando-se na altura o cruzeiro da independência, no monte de Santa Cristina. Como podemos apreciar na fotografia tratou-se de um ato solene, que contou com a presença de algumas individualidades da freguesia, como foi o caso do Monsenhor Manuel Torres Carneiro, arcepreste de Famalicão, e do Dr. Armindo Alves Correia de Araújo, ambos filhos da freguesia.

Armindo, que fazia parte da comissão organizadora (juntamente com o irmão Carlos Alves, então presidente da junta da freguesia, e o abade de Requião, Manuel Pereira Alves Carneiro) proferiu um discurso laudatório do regime, como seria de esperar enquanto membro da União Nacional. Fez uma locução dos fatos históricos das três grandes datas: 1140, 1640, e 1940, este último como ano da considerada admirável obra de Salazar, atribuindo-lhe a pacificação da pátria de heróis e santos, que era Portugal<sup>1737</sup>.

Recorremos aos jornais locais para analisarmos estas cerimónias, mas contamos também com as preciosas fontes fotográficas, que praticamente são só por si reveladoras dos acontecimentos. A presença das confrarias, das juventudes católicas, e da população em massa de Requião num dia soalheiro de inverno, como o jornal *Notícias de Famalicão* o descreveu, é bem evidente no registo fotográfico que perpetuou a efeméride e a memória do ato. Após a reunião das instituições religiosas e a população local, previamente reunidos no adro da igreja, fez-se o cortejo que se dirigiu para o monte de Santa Cristina onde se procedeu à inauguração do monumento. Primeiramente, com as cerimónias litúrgicas de bênção do cruzeiro pelo monsenhor Manuel Torres Carneiro, e depois o discurso do Dr. Armindo Alves, após o qual se seguiram cânticos entoadas pelas juventudes católicas, muitas palmas, vivas e constantes estalejar de foguetes, próprios de um dia de festa<sup>1738</sup>.

---

<sup>1735</sup> *Programa Oficial das Comemorações Nacionais. Ano de 1940*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 22.

<sup>1736</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 8 de dezembro de 1940, p. 1.

<sup>1737</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 7 de dezembro de 1940, p. 2.

<sup>1738</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 14 de dezembro de 1940, p. 2.



Fotografia 58 - Cerimónia de encerramento das festas dos *Centenários* em Requião. 1940



Fonte: Arquivo particular de Teresa Araújo

### 3.5. O documentário *Famalicão* de Manoel de Oliveira

Estreado em maio de 1940, o filme *Famalicão*, do cineasta Manoel de Oliveira, *realizado a pedido e para manter o exercício*, segundo as palavras do realizador, foi contratualizado durante a presidência do Dr. Francisco Alves Correia de Araújo. Neste documentário sobre a terra famalicense, narrado pelo popular ator Vasco Santana, apresentava-se a vila, destacando-se a sua evolução de ponto de passagem de caminhantes explorada pela família *Famalião*, até um importante *centro de comunicações entre as principais vilas e cidades do norte do país*<sup>1739</sup>. Trata-se de um pequeno retrato sociocultural do concelho, sem o vanguardismo de *Douro*, *Faina Fluvial*, que, quase em jeito de filme publicitário da época, destaca a afluência diária de gentes, a imprensa, os principais edifícios, a câmara municipal, a casa de Camilo, as indústrias locais, as feiras, as vindimas, as malhadas. Inclui ainda a famosa estação de serviço Íris, no centro da vila, que abastecia os poucos carros da altura e onde se situava o restaurante Íris.

A ligação de Manoel de Oliveira a Vila Nova de Famalicão vem por via de Virgílio Torres Carneiro Alves de Araújo, filho do então presidente da edilidade, Dr. Francisco Alves. Virgílio era amigo de infância de Manoel de Oliveira desde os tempos em que haviam estudado juntos no colégio jesuíta Nun'Álvares, em La Guardia. Tempos difíceis esses da estadia num colégio interno, longe da família, de disciplina rígida, em que se levantavam às seis horas da manhã para ouvir a missa do dia e comungar, bem antes do pequeno-almoço já que se exigia a alma limpa para não cair em pecado mortal<sup>1740</sup>. A amizade que os

<sup>1739</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=ISllneupRHg>. Visualizado a 2 de agosto de 2018.

<sup>1740</sup> Oliveira, Manoel de, *Autobiografia*, s/d, pp. 3-4, policopiada.

unia permaneceu ao longo da vida e não se confinou ao colégio. Por isso, é bem provável que tenha sido Virgílio, segundo os jornais locais, o maior animador deste projeto cinéfilo<sup>1741</sup>, a trazer Manoel de Oliveira a Famalicão, que com um *pequeno concurso da câmara*, realizou o documentário<sup>1742</sup>. Infelizmente, desconhecemos os trâmites processuais associados ao concurso feito pelo município para a realização do filme, pois não dispomos de atas camarárias para este período.

Como de um filme publicitário se tratasse, eventualmente contratualizado entre Manoel de Oliveira e a câmara do Dr. Francisco Alves, Famalicão é apresentado como uma terra moderna e de progresso. Para além de mencionar a situação geográfica privilegiada, ponto de confluência rodoviária e ferroviária com outras localidades importantes, como Braga, Guimarães, ou Barcelos, são apresentadas três grandes fábricas, que faziam já parte do promissor tecido industrial famalicense: a *Fiação e Tecidos Silva Pereira*, em Bairro, a fábrica de botões *Sepol*, na freguesia do Louro, e *A Boa Reguladora*, uma fábrica de relógios e respetiva secção de marcenaria, apelidada de única na península ibérica.

O concelho foi filmado e mostrado na sua dimensão agrícola e rural com belíssimas imagens das vindimas, das malhadas do milho nas eiras, das juntas de bois, associadas ao pitoresco das músicas e cantares das suas gentes, que figuraram quase como atores profissionais. Uma dessas figurantes, uma jovem de rosto redondo que vestida à minhota comia um cacho de uvas era Cármen, mais conhecida por *Cármen da venda*, por ser a dona de um botequim existente em Requião, no lugar do Mosteiro. A imagem reporta-se ao Portugal pequenino, tão em voga na época. A ilusão de harmonia, gente laboriosa e pacífica correspondia ao ideal de Salazar de Deus, Pátria e Família. Numa clara alusão a aquilo que Fernando Rosas considerou um dos mitos ideológicos do regime: o *mito da pobreza honrada*, onde cada um vivia com o seu destino, num país essencialmente rural, e por isso, inevitavelmente pobre, mas onde todos sem *ambições doentias*, como foi dito por António Ferro, ainda que pobres eram felizes e honrados<sup>1743</sup>.

Estando Virgílio Torres Carneiro Alves de Araújo envolvido na realização do filme, como referimos, não estranhámos que Cármen apareça na tela, não só por corresponder ao ideal de beleza em voga mas também por ser de Requião, uma vez que foi uma das freguesias onde foi filmado o documentário.

Na antestreia do filme, em maio de 1940, o clã Alves esteve presente massivamente. A presença integrou não só aqueles que diretamente contribuíram para a concretização do projeto, como foi o caso

---

<sup>1741</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 11 de maio de 1940, p. 2.

<sup>1742</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 29 março 1941, p. 2.

<sup>1743</sup> Rosas, Fernando, "O Salazarismo e o Homem Novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40", in Torgal, Luis Reis; Paulo, Heloisa (coord.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 34.

do Dr. Francisco Alves, já não na qualidade de presidente do município, pois seria entretanto afastado, o seu filho Virgílio, mas igualmente, Armindo, Joaquim e Carlos Alves Correia de Araújo. Fizeram ainda parte da pequena comitiva os diretores dos jornais locais, José Casimiro e Rebelo de Mesquita, e muitas outras pessoas de Famalicão e também do Porto<sup>1744</sup>.

### 3.6. As casas do povo: a casa do povo de Requião

A nova Constituição da República, que impunha obrigatoriamente um outro modelo de governação, previa um Estado unitário, forte, autoritário e corporativo<sup>1745</sup>. Neste sentido, e assumida a natureza corporativa do Estado pelo seu elemento normativo e regulador que o legitimava, passava a ser da sua inteira incumbência *coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais* bem como *zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas*<sup>1746</sup>.

Tendo surgido como um instrumento político e económico dos regimes de tipo fascista, o corporativismo, segundo Fernando Rosas, tinha um triplo propósito: primeiramente como recurso usado pelas ditaduras para acabar com a luta de classes, eliminando, desta forma, a conflitualidade e agitação social daí decorrente, ao mesmo tempo que livraria o Estado das ameaças revolucionárias da classe operária, que disciplinaria de acordo com os padrões estabelecidos, proibindo, por um lado, as greves e acabando com a liberdade de expressão e associação dos movimentos políticos e sindicais ligados ao trabalho, por outro. Em segundo lugar, a organização corporativa funcionava como um instrumento de arbitragem e regulação dos impactos da crise económica, mediando interesses de acordo com o interesse maior que era o do Estado. E finalmente, o terceiro propósito da organização corporativa era de servir de instrumento de controlo da sociedade, numa tentativa clara de inculcação ideológica e de padronização de comportamentos emanados e aceites pelo Estado fascista<sup>1747</sup>.

Ainda segundo este autor, a ordem corporativa, vista como expressão da *ordem natural das coisas*, era um dos mitos ideológicos fundadores do Estado Novo. Tratava-se de um ideal que assentava numa hierarquização social espontânea, e harmoniosamente estabelecida como elemento intemporal duma sociedade orgânica e feliz, sobre a qual assentava a *essencialidade* do povo português<sup>1748</sup>. Visto pela máquina da propaganda como uma nação de *gente conformada, respeitadora, doce, algo*

---

<sup>1744</sup> Jornal *Notícias de Famalicão*, 11 de maio de 1940, p. 2.

<sup>1745</sup> Sobre a ideia corporativa na constitucionalização do regime consulte-se Santos, Paula Borges, “O modelo político do estado autoritário português: a ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)”, in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Historia Contemporanea*, n.º 27, UNED, 2015, pp. 59-84.

<sup>1746</sup> *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1969, pp. 6-7.

<sup>1747</sup> Rosas, Fernando, “O corporativismo enquanto categoria histórica”, in *Revista Estudos do Século XX*, n.º 16, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 23.

<sup>1748</sup> Rosas, Fernando, “O Salazarismo e o Homem Novo...”, pp. 32-35.

*irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas também pouco determinada e empreendedora*, por isso mesmo incapaz de ser titular da soberania ou mesmo fonte de decisão das grandes questões nacionais, entregues, claro está, ao Estado, esse sim com a capacidade atenta e paternal, de o fazer em pleno<sup>1749</sup>. O Estado assumia-se na sua função de regulação e controlo da vida da nação, económica e socialmente, tal como um pai que controlava os filhos, e a casa, entendida como um conjunto coeso e organizado<sup>1750</sup>.

Foi nesta lógica de harmonização social e económica, que privilegiava o interesse geral, controlada pelo próprio Estado, que se estruturou a organização corporativa, ordenada em três planos distintos: os organismos primários, onde estavam os sindicatos, os grémios e as casas do povo e dos pescadores; os organismos intermédios, compostos pelas federações e uniões; e finalmente, as corporações.

Como base que eram da pirâmide corporativa, os organismos primários foram fundados primeiramente. Logo na década de trinta foi lançada a legislação que criou as casas do povo e dos pescadores, por oposição aos restantes organismos da estrutura corporativa, como as federações, uniões e as corporações, que só terão maior preponderância e impacto anos mais tarde, na década de quarenta e cinquenta.

Assim, em setembro de 1933, o decreto-lei nº23051 criou as casas do povo, vocacionadas para integrar no regime corporativo todos aqueles portugueses que residiam nas áreas rurais<sup>1751</sup>. Uma iniciativa bem mais precoce que as congéneres casas dos pescadores, criadas apenas a partir de 1937, talvez decorrente dos fundamentos ruralistas da ideologia dominante e que o regime tanto publicitava<sup>1752</sup>. Era o mito ideológico da ruralidade, como o pelidou Fernando Rosas, que via na terra a primeira e única fonte de riqueza do país, caminho da ordem e da harmonia social, berço das virtudes pátrias<sup>1753</sup>.

Segundo este diploma era autorizada a constituição destes *organismos de cooperação social* em todas as freguesias rurais sob a iniciativa de particulares interessados, de reconhecida idoneidade, das juntas de freguesia ou outra autoridade administrativa cuja jurisdição estivesse submetida a uma

---

<sup>1749</sup> Rosas, Fernando, "O Salazarismo e o Homem Novo...", p. 34.

<sup>1750</sup> Cardoso, José Luís, "Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico", in Rosas, Fernando; Garrido, Álvaro (coord.), *Corporativismos. Fascismos. Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 102.

<sup>1751</sup> Freire, Dulce, "Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo", in Rosas, Fernando; Garrido, Álvaro (coord.), *Corporativismo. Fascismos. Estado Novo...*, p. 273.

<sup>1752</sup> Freire, Dulce, "Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo...", p. 276.

<sup>1753</sup> Rosas, Fernando, "O Salazarismo e o Homem Novo...", p. 34.

freguesia rural. Ou ainda, caso não existisse nenhum dos exemplos mencionados, a iniciativa podia recair no próprio estado, pela ação direta do subsecretário das Corporações e Previdência Social<sup>1754</sup>.

Embora o diploma inaugural tivesse grandes expectativas no que respeita à criação destes *organismos de cooperação social* em todas as freguesias rurais, o certo é que em 1942, nove anos depois da publicação do decreto, só apenas 20% das freguesias do país eram contempladas com estes equipamentos. Isto corresponderia a menos de quatrocentas casas do povo no país inteiro, um número que viria a subir nos anos seguintes, alcançando as seiscentas e vinte e sete, em 1965<sup>1755</sup>.

Existia também uma cobertura geográfica variável, e que encontrava uma maior incidência no distrito de Braga, ao que não é alheio o ambiente social nortenho, católico e conservador, por oposição a um sul, mais *jornaleiro e subversivo*<sup>1756</sup>. Um distrito predominantemente agrícola, onde prevalecia a pequena propriedade e com grandes laços de trabalho entre patrões e jornaleiros, sem grandes conflitos sociais, ao contrário do sul, onde existiam polos de conflitualidade social, que, embora com manifestações de intensidade variável, estavam muito mais presentes nos campos do Alentejo<sup>1757</sup>.

Em 1945, e segundo uma averiguação às casas do povo, por iniciativa da comissão de inquérito parlamentar à organização corporativa, elaborada à semelhança de outros inquéritos que nos inícios dos anos quarenta foram lançados por diversas entidades para avaliar no terreno uma série de situações sobre temáticas diversas, o distrito bracarense contabilizava quase uma centena de casas do povo<sup>1758</sup>. O concelho famalicense, juntamente com os concelhos de Braga, Barcelos, e Fafe era um dos que demonstrava uma maior intensidade no estabelecimento das casas do povo, por oposição, aos concelhos de Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Esposende, com números mais reduzidos<sup>1759</sup>.

No caso famalicense, ainda que não dispondo de muitos dados sobre a totalidade das casas do povo no concelho, sabemos que a primeira a ser criada foi a de Lousado, em 1937, em 1940 Nine, e Requião em 1943. Aliás, o jornal *Estrela do Minho* dá conta, em maio de 1944, de estar em pleno desenvolvimento o plano de organização das casas do povo no concelho, de modo a abranger todas as freguesias<sup>1760</sup>, acrescentando que algumas como Seide e Outiz já estavam em pleno funcionamento.

---

<sup>1754</sup> Diário de Governo, n.º 217/1933, I série, 23 de setembro de 1933, p. 1662.

<sup>1755</sup> Freire, Dulce, "Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo...", p. 278.

<sup>1756</sup> Freire, Dulce, "Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo...", p. 279.

<sup>1757</sup> A propósito deste assunto consulte-se Baptista, Fernando Oliveira, "A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia", in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, 1994, pp. 907-921.

<sup>1758</sup> Pereira, Natália Maria Magalhães, "Nós o Povo: as redes das casas do povo nos alinhamentos corporativos (1933-1974)", in *Oficina do Historiador*, vol. 9, n.º 2, Porto Alegre, EDIPUCRS, jul-dez 2016, p. 104.

<sup>1759</sup> Pereira, Natália Maria Magalhães, "Nós o Povo...", p. 106.

<sup>1760</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 14 de maio de 1944, p. 5.

É através do original dos estatutos, requeridos ao subsecretário das Corporações e Previdência Social, datados de 13 de outubro de 1943 que temos conhecimento da criação da casa do povo de Requião, definindo-se a área de influência geográfica da mesma à freguesia, até como forma de limitar a existência de mais organismos na zona, como era referido pelo decreto inaugural que não *permitia a criação de qualquer outra organização da mesma índole e com fins idênticos* nas freguesias onde já existissem estes equipamentos<sup>1761</sup>.

Não sabemos em concreto de quem partiu a iniciativa da criação da casa do povo de Requião, mas o facto de o original do alvará de aprovação dos estatutos pertencer ao arquivo da família Alves faz-nos crer ter tido influência a ação pessoal de Carlos Alves no processo de criação da mesma. Nesta altura, era ele que estava à frente dos destinos da junta, embora as atas das reuniões sejam totalmente omissas a esse respeito. Curioso, e ao contrário do que poderíamos pensar, as atas das reuniões da junta de freguesia não nos dão informações. De facto, e ainda que as casas do povo não fossem um assunto da alçada da junta, poderia ser no entanto, afluído e registado como um melhoramento que a freguesia se congratularia para o efeito.

Estas instituições tinham três fins: a previdência e a assistência, a instrução e o apoio a progressos locais. No que diz respeito à previdência e à assistência, o objetivo era assegurar aos sócios proteção e auxílio em caso de doença, desemprego e velhice. Muitas casas do povo possuíam dispensários, postos de saúde, lactários e até um corpo médico que assistia as populações<sup>1762</sup>.

Quanto à instrução eram objetivos das casas do povo o fomento do ensino, a promoção de atividades desportivas e de lazer, como diversões e cinema, utilizados como instrumentos de cultura e educação popular, promovendo-se a exibição de filmes adequados a estes fins, e excluindo todos aqueles que podiam constituir elementos de perversão dos bons costumes e da ordem social estabelecida.

E finalmente, o apoio a progressos locais, que corresponderiam à cooperação na realização de obras de interesse comum, especialmente abertura e conservação de caminhos, e outras vias de comunicação, águas, esgotos, melhoramentos e aformoseamento da freguesia.

Para integrar a casa do povo, a legislação exigia o estatuto de sócio, os quais podiam ser de dois tipos: *efetivos*, todos os chefes de família ou quaisquer outros indivíduos do sexo masculino com mais de dezoito anos, que fossem trabalhadores rurais; e os sócios designados por *protetores natos*, isto é, todos os chefes de família que fossem proprietários rurais na freguesia. A cota a pagar variava consoante

---

<sup>1761</sup> Diário de Governo nº 217/1933, série I, 23 de setembro de 1933, p. 1662.

<sup>1762</sup> As casas do povo funcionavam como instituições de previdência que prestavam assistência localmente na doença a que o próprio regime consolidou a sua ação no decorrer dos anos, encarando-as como centros de saúde rurais. Veja-se Almeida, Andreia da Silva, *A saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968). Políticas, sistemas e estruturas...*, pp. 373-378.

a categoria do sócio: um escudo no caso de sócio efetivo e cinco escudos no caso de proprietário rural, e por isso protetor nato. No caso concreto de Carlos Alves, como proprietário rural que era, supomos que pertenceria à condição de sócio protetor. Não conhecemos, infelizmente, o montante da sua cota paga em meados dos anos quarenta, mas sabemos através das anotações das suas agendas, o valor que pagava nos anos sessenta à casa do povo de Requião, como e quando pagava as suas cotizações. Verificámos que tinha o hábito de proceder semestralmente ao pagamento das cotas. Em 1961, pagou noventa e seis escudos, em 1962, cento e cinco escudos, e cento e trinta e dois escudos em 1964, semestralmente. Além das suas cotas, verificámos também pelas agendas que procedia igualmente ao pagamento das cotas do criado Bernardo, que não sendo proprietário pagava substancialmente menos, como seria de esperar, dezoito escudos por semestre.

### 3.7. A presidência de Armindo Alves Correia de Araújo, em 1957

Nos finais da década de cinquenta, a câmara famalicense voltou a ser liderada por um Alves, ainda que por um breve período. Quase vinte anos depois de Francisco Alves Correia de Araújo ser afastado dos destinos famalicenses, sucede-lhe na cadeira da presidência o sobrinho e seu discípulo, Armindo Alves Correia de Araújo.

As circunstâncias que o levam à chefia da edilidade foram excecionais e o desfecho seria também excecional. Com a morte precoce, aos sessenta e quatro anos de Álvaro Folhadela Marques, que desde 1945 liderava os destinos camarários famalicenses, o lugar seria preenchido pelo número dois da autarquia, Armindo Alves. Vereador e presidente da União Nacional concelhia, verdadeiramente conhecedor dos *dossiers* da edilidade, como era o caso do Parque General Carmona e a estrada de acesso ao estádio municipal, foi a escolha do regime para ascender à cadeira municipal<sup>1763</sup>. No entanto, o mandato foi demasiado curto, pois a doença atraçou-o e obrigou-o à demissão, passados nem dez meses da nomeação, ocorrida em outubro de 1957.

Nada fazia prever que a vitalidade demonstrada no dia 26 de outubro, aquando da tomada de posse, no Palácio dos Falcões, em Braga, perante uma multidão de amigos e conhecidos que o acompanharam no ato solene, fosse subitamente interrompida pela doença, levando mesmo à amputação de uma perna, em abril do ano seguinte. A sua tomada de posse foi uma cerimónia cheia de emoção, onde não faltaram os amigos e os irmãos, Joaquim e Carlos. Teve por testemunhas solenes,

---

<sup>1763</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 27 de outubro de 1957, p. 1.

dois grandes amigos e frequentadores da Casa da Ribeira: António Dias Costa, conhecido industrial famalicense, e o comendador Alberto Pimenta Machado, de Guimarães<sup>1764</sup>.

Fotografia 59 - Tomada de posse de Armindo Alves Correia de Araújo como presidente da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão.

1957



Fonte: Arquivo particular de Carlos Monteiro Alves de Araújo.

Ainda que breve<sup>1765</sup>, a presidência do Dr. Armindo Alves, foi pautada por alguns acontecimentos que se refletiram no arquivo fotográfico da família em causa, nomeadamente uma ida a Lisboa com o *staff* camarário em representação do município famalicense, e a inauguração de uma escola concelhia, na freguesia de Cavalões.

A escola de Cavalões pertencente ao *Plano dos Centenários* foi uma das muitas escolas do concelho a ser construída pelo Estado Novo. Aliás, e segundo a visão bairrista do jornal *Estrela do Minho* o número de escolas e salas de aula erguidas no concelho, em toda a sua vasta área por este plano de construção, suplantava os demais concelhos do distrito de Braga, fruto da sua ânsia de mais e melhor<sup>1766</sup>. Desde a presidência anterior, de Álvaro Folhadela Marques, que o município famalicense *aproveitando a folga financeira que dispunha, havia conseguido se candidatar aos projetos lançados anualmente pelo*

<sup>1764</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 3 de novembro de 1957, p. 1, 4.

<sup>1765</sup> A presidência efetiva durou apenas cinco meses, desde a tomada de posse a 24 de outubro de 1957 até ao seu internamento na Casa de Saúde de Santa Catarina, no Porto, em abril de 1958.

<sup>1766</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 2 de fevereiro de 1958, p. 6.



*governo central, entrando com metade do custo da obra*<sup>1767</sup>. Depois das escolas das freguesias de Ribeirão, Bairro, Joane, Vermoim, seguiram-se muitas outras, incluindo a da sede do concelho, de acordo com o desígnio de Álvaro Folhadela Marques que era de construir cem salas de aulas num período de dez anos<sup>1768</sup>.

Nesse mesmo dia, foi também inaugurada para além da escola com o simbólico corte de fita, um lanço da estrada que ligava a freguesia de Cavalões a Barcelos. Na fotografia abaixo podemos verificar o então governador civil de Braga, António Azevedo Abranches, a cortar a fita, dando por inaugurado o referido troço, na presença do presidente da câmara, Dr. Armindo Alves.

Fotografia 60 - Inauguração da estrada entre Cavalões e Barcelos. 1958



Fonte: Arquivo particular de Carlos Monteiro Alves de Araújo.

A ida a Lisboa em fevereiro de 1958 prendeu-se essencialmente com questões de ordem interna camarária, no sentido de associar o regime e os seus protagonistas a Vila Nova de Famalicão, agradecendo-lhes ou reclamando apoios, quando era o caso. É neste sentido que se insere a deslocação a Lisboa, cujo objetivo visava essencialmente a entrega, em mãos, da medalha de ouro de reconhecimento da vila ao então ministro da Educação, Francisco de Paula Leite de Pinto, em sinal de

<sup>1767</sup> Costa, Artur Sá da, "O golpe militar de 28 de maio de 1926 e as autarquias locais", in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I ..., p. 195.

<sup>1768</sup> Foi o caso das freguesias de S. Cosme do Vale e Esmeriz cada uma contemplada com um edifício de uma sala. Novais, Riba de Ave, Cabeçudos, Bairro, Mogege, e S. Martinho do Vale com duas salas de aula em cada escola, e o caso da freguesia de Lousado, cuja escola tinha quatro salas de aula. Cf. *Jornal Estrela do Minho*, 9 de fevereiro de 1947, p. 1.

gratidão dos famalicenses pela criação da Escola Industrial e Comercial de Famalicão<sup>1769</sup>. Esta escola, que desde há muito era uma necessidade sentida e reclamada pela população local, foi conseguida graças ao empenhamento pessoal do ministro, funcionando, muito embora sem as condições necessárias para as exigências do ensino, no rés-do-chão do palacete Folhadela enquanto não se construía de raiz um novo edifício, em terrenos já adquiridos pela câmara para o efeito junto ao parque Marechal Carmona<sup>1770</sup>.

Fotografia 61 - Comitiva da câmara famalicense na deslocação a Lisboa. 1958



Fonte: Arquivo particular de Carlos Monteiro Alves de Araújo.

<sup>1769</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 23 de fevereiro de 1958, p. 1, p. 6; 2 de março de 1958, pp. 1-2.

<sup>1770</sup> Jornal *Estrela do Minho*, 2 de março de 1958, p. 2.

## Conclusão

As origens da família Alves, estabelecida em Requião no lugar da Ribeira, remontam a 1641. Foi neste local, numa pequena habitação aí existente, que a família se ramificou ao longo de quatro séculos, formando dez gerações que chegam aos nossos dias, conforme se pode observar na árvore genealógica que elaboramos a partir dos registos paroquiais, que serviu de base a este estudo, e por onde tudo teve início.

Tendo sempre presente a estrutura geracional e o lado varonil da família, ainda que nem sempre a progenitura, tentamos conhecer o percurso de vida destes homens, que habitaram a casa do lugar da Ribeira, inserindo-os no espaço e no tempo histórico da época em que viveram.

O primeiro antepassado dos Alves terá sido António Álvares que chegou a Requião, vindo de S. Martinho de Sequeiró, uma freguesia a escassos quilómetros de distância, também ela pertencente ao vasto couto de Landim, para casar com Ana Rodrigues, que vivia no lugar da Ribeira. Requião era nesta altura de Seiscentos parte integrante da comenda de Requião, um território pertencente desde 1515 à Ordem de Cristo. Enorme em extensão, as terras da comenda eram aforadas às gentes locais, que as exploravam a troco de um foro que tinham de pagar anualmente ao comendador, reconhecendo-o sempre como senhorio legítimo dessas mesmas terras. Foi o caso de Francisco Álvares e Isabel de Araújo que encontrámos no tomo da comenda como possuidores de umas terras pertencentes a  $\frac{1}{4}$  da quinta do Xisto.

Serão os descendentes destes primeiros Alves, gente que tirava da terra o seu magro sustento, a génese de gerações futuras, que levaram o nome Alves a tornar-se na primeira metade do século XX, sinónimo de uma elite local agrária no concelho famalicense, com peso político e ligações ao poder salazarista. Uma família de notáveis a nível local que participava na vida económica, política, e até social do concelho, que por vários fatores desde finais do século XIX, se distinguia da vivência dos restantes habitantes de Requião. Entre esses critérios que a definia como uma elite, e a distinguia dos restantes, estava a capacidade económica, fundeada na posse da propriedade fundiária, que ia crescendo e era encarada como uma estratégia de poder, também social e simbólico. Aliás, para estes homens a venda da terra era sinónimo de necessidade, de carência económica, por isso mesmo, algo impensável no seu vocabulário onde só existia a palavra comprar. Esta aquisição de terras foi fruto de um enriquecimento da família através da emigração, que à semelhança de tantos homens do Entre-Douro-e-Minho partiram da sua terra natal ainda muito jovens com destino ao Rio de Janeiro. Terra de oportunidades, o Brasil era visto como a hipótese mais viável em progredir-se na pirâmide social. Voltar rico, ou pelo menos

suficientemente abastado para se investir na terra, e em particular na propriedade fundiária, que continuava em Oitocentos a ser o grande símbolo de distinção social.

A compra de terras em Requião era uma estratégia de poder fundiário que desde o terceiro quartel do século XIX a família Alves vinha adotando, tornando-se desde então um dos grandes contribuintes da freguesia em termos de contribuições prediais pagas e chegando mesmo a obter o título de *Maiores Contribuintes (M.C.)* do concelho, reservado apenas a quarenta indivíduos. Aconteceu no ano de 1876 em que João Alves Correia de Araújo foi assinalado como um dos *MC* juntamente com outros dois indivíduos da freguesia. Em 1903, o seu filho Manuel Alves Correia de Araújo, continuou no escalão de um dos maiores contribuintes de Requião, o que significava que tinha no universo dos restantes proprietários da freguesia os mais elevados rendimentos coletáveis de prédios rústicos.

A este critério económico juntou-se um outro de cariz político que igualmente os identificava e os distinguia no espaço social já que, como refere Bourdieu, *a política é o lugar por excelência da eficácia simbólica*<sup>171</sup>. Coincidentemente, ou não, uma vez que a posse de rendimentos, nos quais se incluía a propriedade fundiária, era diretamente proporcional ao acesso a cargos políticos locais: fosse na junta de paróquia ou freguesia, fosse na câmara municipal, ou até nas delegações locais dos organismos do poder central durante o Estado Novo, como era o caso da União Nacional, grémios da lavoura, casas do povo.

De facto, e à semelhança das elites de outras regiões em que a posse da terra foi um fator determinante para o exercício do poder político, desde meados do século XIX que encontramos os elementos da família Alves integrando cargos públicos, quer na freguesia, quer no concelho. Este facto significava, obviamente, uma notoriedade social local, que os distinguia e lhes conferia um estatuto diferenciado. As próprias relações com os restantes grupos sociais eram mais próximas, ou mais afastadas, em virtude desse mesmo *capital simbólico*, referido por Pierre Bourdieu.

Acrescia a esse facto de proximidade ou afastamento, o estatuto *escolarizado* que as gerações mais novas iam conseguindo com a posse de habilitações académicas. A instrução e a escolarização era ainda um critério diferenciador na freguesia, acessível a poucos. A família investia na educação e na formação proporcionando aos seus uma escolarização que não se limitava às primeiras letras do ensino primeiro, mas que alcançava as cadeiras da universidade, e lhes conferia o título de *doutor*. Doutores, de leis ou da arte de curar os enfermos, que lhes proporcionava desde logo serem alvo de um tratamento diferencial e respeitoso. Um capital simbólico acrescentado pelo título académico, que aumentava ainda mais o fosso social com os restantes habitantes.

---

<sup>171</sup> Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico...*, p. 159.

O distanciamento social era também sentido no tratamento para com as crianças da família que eram chamadas por *você* e por diminutivos, não só pelos criados e jornaleiros da casa, como pela restante comunidade local. Os *meninos*, como eram designados os elementos das gerações mais novas, mantinham esse estatuto mesmo já bastante crescidos, que só perderiam com o casamento, ganhando, então, o respeitoso tratamento de senhor/senhora.

As senhoras da família eram sempre *senhoras donas*. Mais que mulheres, tal como os restantes elementos do sexo feminino de Requião, eram senhoras, a quem se cumprimentava tirando o chapéu, baixando ligeiramente a cabeça num sinal de respeito, e distanciamento que marcava a diferenciação social face aos demais da aldeia. Por condição social, as mulheres da família não participavam ativamente nas tarefas domésticas, e muito menos nas da faina dos campos, como o faziam as restantes da freguesia. O seu papel era *apenas* de esposa e mãe, a quem se exigia supervisão: na organização quotidiana dos variados trabalhos domésticos, executados pelas criadas, e na educação dos filhos.

Entre a família, pais e filhos, o tratamento fazia-se com grande afabilidade e carinho, ainda que com o distanciamento formal duma educação que não dava azo a grandes ligeirezas ou facilitismos comportamentais. Os filhos tratavam os pais por *Papá* e *Mamã*, mesmo na idade adulta, e beijavam a sua mão. Esta situação verificava-se ainda nos anos oitenta do século XX. As cartas e postais conservadas no arquivo familiar endereçadas ao *Papá* confirmam isso mesmo, um tratamento carinhoso e de grande proximidade que nem a distância física separava.

Essa afetividade seria recíproca, quer de filhos para pais como de pais para filhos, mas sempre, como era apanágio desta época, pautada por um profundo respeito. Disso nos dá conta o escrito que encontrámos no verso do retrato que Ernesto Alves Correia de Araújo ofereceu aos seus pais, em 1911, aquando da conclusão do seu curso de Teologia:

*Aos meus queridos e inolvidáveis Paes, como prova de fiel amizade e profunda submissão, e em recordação dos cuidados e carinhos havidos jamais esquecidos com a alma a trasbordar de acrisolado amor na conclusão do curso teológico.*

Esta dedicatória, ainda que rebuscada aos olhos do século XXI, é reflexo de um tempo passado que não existe mais, mas que não deixa, no entanto, de se pautar pelos afetos entre a família.

Ao invés, os restantes habitantes da freguesia, grande parte jornaleiros ou criados na Casa da Ribeira, eram tratados por tu pelos elementos da família Alves, e nem o fator idade condicionava a familiaridade do facto. A este facto acrescia, igualmente, o tratamento por alcunhas que substituíam, ou reforçavam, o nome próprio, indicativos do à-vontade com os serviçais: Maria *Gira*, Manuel *Galego*, Domingos *Sineiro*, *Criqueira*, *Galega*.

Esta distinção e diferenciação de tratamento era materializada na própria vivência da família, bem distinta desde finais do século XIX e até mesmo aos anos setenta do século XX, altura em que as clivagens sociais começam a ser mais ténues, até desaparecerem totalmente em finais do século. Começava logo pela casa. A casa dos Alves, a Casa da Ribeira, era já em inícios do século XX, uma grande casa. Como analisámos em capítulo próprio, sofreu acrescentos, que aumentaram a casa Setecentista inicial, e, por isso, não tenha tido a imponência de uma construção de raiz, a Casa da Ribeira era uma grande casa. Quer em termos de área ocupada e divisões mas também em termos de gente que a habitava e gravitava à sua volta, não apenas a família de sangue mas a família alargada, os criados, criadas e jornaleiros que diariamente entravam e saíam desta unidade familiar. De facto, além da casa propriamente dita, havia uma série de dependências que lhe davam dimensão e importância no quadro da vida local: celeiro, palheiro, adega, pocilga, cortes de gado, galinheiro, lagar, dependências dos criados, eira, alambique, moinho, salgadeira. Estas infraestruturas, próprias de uma grande casa agrícola, distinguiam-na das demais da freguesia.

O interior propriamente dito da casa, também se distinguiu pela especificidade das divisões e pelo mobiliário. Sala de visitas com canapé e cadeiras de palhinha, sala de jantar com uma mesa para trinta pessoas sentadas, ou quartos de dormir com mobiliário completo, onde se incluía sempre um lavatório e respetivo jarro com água sobre a cómoda para a higiene íntima diária, eram divisões e artefactos desconhecidos da maioria dos habitantes de Requião, cuja simplicidade das habitações não excedia um ou dois aposentos, onde se incluía uma multiplicidade de funções sem especificidades espaciais, bem mais próprias das elites rurais. O mobiliário da maioria dos habitantes da aldeia até depois da segunda metade do século XX limitava-se a uma mesa, pequena, um banco corrido, uma arca, e quando muito uma cama com um colchão de folhelho. Espelhava-se na sobriedade dos artefactos, que correspondiam igualmente a uma vida dura, onde o conforto e o *joie de vivre* eram inexistentes, e só acessíveis a uma minoria da população, onde os Alves eram incluídos. O conforto e a opulência não era apenas sentida no mobiliário da casa mas também nos próprios artefactos da vida doméstica, que as senhoras da família iam trazendo aquando, e durante, o casamento, para o lar. As louças, os cristais, as pratas, as toalhas de linho que integravam o recheio da Casa da Ribeira eram próprias de um viver de uma família abastada rural que se regia por preceitos de uma etiqueta burguesa, bem distantes da maioria dos fregueses de Requião e à semelhança do restante país rural.

Aliás, bastará analisar o inquérito à habitação rural dos anos quarenta para nos apercebermos do que era a realidade do grosso das populações, e que continuaria ainda nas décadas seguintes<sup>1772</sup>. As

---

<sup>1772</sup> Leal, João, *Arquitetos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitetura Popular no século XX Português ...*, pp. 27-38.

palavras-chave seriam sobrevivência, desconforto, pobreza. O próprio inquérito refere um caso em Cambros, concelho de Lamego, onde existia apenas um prato e duas malgas para uma família inteira comer, fazendo-o, por isso, à vez.

O Portugal nas primeiras décadas do século XX, particularmente as zonas rurais, era um país de gente remediada, ou mesmo pobre, que vivia modestamente e praticamente sem acesso ao progresso material, que ia fazendo-se sentir, ainda que lenta e tenuemente. A iluminação elétrica das habitações domésticas era ainda um luxo acessível a uma minoria, sobretudo nas aldeias. As casas da esmagadora maioria da população continuavam praticamente às escuras, ou toscamente iluminadas por meio de velas e de lampiões a petróleo que permitiam algum funcionamento noturno das mesmas. Como seria de esperar, dado tratarem-se duma elite abastada, os Alves foram os primeiros a ter eletricidade no interior doméstico, tanto mais que foram eles os responsáveis por trazer a luz elétrica a Requião, organizando a sua distribuição pela freguesia.

A luz elétrica chegou à Casa da Ribeira em 1930, logo no ano seguinte à instalação da eletricidade na freguesia. Aos setenta anos, o patriarca dos Alves, Manuel Alves Correia de Araújo, rendeu-se aos benefícios do progresso elétrico com a instalação na sua casa de um contador de cinco amperes, de duzentos e vinte volts de capacidade, permitindo-lhe a operacionalidade de quarenta e uma lâmpadas, e cinco tomadas de corrente, para uso doméstico. Esta instalação mostrava, acima de tudo, uma melhoria significativa nas condições de vida, trazendo uma situação de bem-estar e um maior conforto aluminico nos interiores domésticos pela presença da luz artificial que prolongava a sensação de dia no período noturno.

Igualmente diferenciador e que distinguia esta família no universo dos restantes habitantes da freguesia era não só a vivência numa casa de maior conforto e domesticidade, mas também a alimentação. Esta era rica e abundante, ao contrário da grande maioria da população da primeira metade do século XX, cujo sustento obedecia sobretudo a critérios económicos, e que se limitava ao que a terra dava, e quando dava. Havia cinco refeições por dia: o pequeno-almoço, o almoço, a merenda da tarde, o jantar e às vezes, uma pequena ceia, que na segunda metade do século XX se limitava a um chá ou um copo de leite acompanhado de uma ou duas bolachas-maria. Algo impensável, para muitas famílias mesmo na década de sessenta, onde o Portugal de Marcelo Caetano ia dando mostras de alguma abertura social, quanto mais durante a década de trinta e quarenta, em que a generalidade da população muitas vezes não assegurava uma única refeição.

A carne e o peixe, ainda que o peixe fresco fosse mais difícil de assegurar dada a localização da aldeia sendo substituído pelo bacalhau, que era muito usado e para o qual confirmamos inúmeras

despesas nos anos sessenta, estavam presentes diariamente na mesa dos Alves no século XX. Uma situação de exceção para as restantes famílias de Requião, que nessa altura eram poucas as que consumiam carne às refeições, e se o faziam, acontecia em dias festivos e, por vezes, ao domingo.

Também a família Alves se distinguiu das restantes pelos atos de sociabilidade que exercia dentro e fora das suas portas. Eram frequentes as idas ao teatro, ao cinema, os passeios e piqueniques, ou as idas até à praia durante os meses de verão, particularmente para a Póvoa de Varzim onde passavam o tempo de veraneio, em casas que alugavam para o efeito.

Em casa recebiam os familiares e amigos com almoços e jantares especiais, preparados pelas criadas, e de refeição melhorada, em termos gastronómicos e de etiqueta para o efeito. Nesses dias de festa, por ocasião de uma qualquer celebração, ou mesmo pela visita de alguém amigo, a sala de jantar era o palco de grandes conversas à volta da mesa, onde os assuntos políticos eram também, e geralmente, comentados. Tratava-se de uma família que discutia abertamente os assuntos da política local e nacional entre os seus elementos, aliás, podemos-lo constatar nos registos a que tivemos acesso. A assinatura e leitura dos jornais famalicenses desde as primeiras décadas do século XX mantinha-os a par da realidade política e permitia-lhes a formação de uma opinião informada.

Na cozinha a azáfama era sempre enorme, assim como era grande a vontade em agradar aos comensais da sala que se deliciavam com o bacalhau assado com puré e com o frango estufado criado na casa. Nos dias de festa, havia sempre dois pratos na ementa, um de peixe e outro de carne, precedidos pela indispensável sopa que preparava a refeição.

Estas marcas de distinção, à mesa e pelas sociabilidades, eram igualmente sentidas em outros símbolos de poder, quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é conseguido pela força, seja ela física ou económica, e que se exerce de uma forma natural e é reconhecida também naturalmente sem imposições. Um desses símbolos era o vestuário. A aparência exterior era algo que distinguia os elementos da família Alves dos restantes. Pelo traje mais cuidado, de melhor qualidade, e variedade, homens e mulheres da família, mesmo as crianças da casa, exerciam e marcavam a sua diferença perante a generalidade dos habitantes da freguesia, que tinha apenas uma muda de roupa, geralmente para os dias de preceito do Senhor. O dos homens era composto por umas calças e uma camisa, e das mulheres, por uma saia comprida com uma blusa a que se acrescia um xaile e um lenço que tapava a cabeça.

Mas nem só a roupa funcionava como uma marca inconfundível de pertença a um grupo social distinto, também os adornos, como as joias, peles e relógios eram elementos de cariz *fidalgo*, como apelidavam os habitantes de Requião, ainda em pleno anos oitenta do século XX, aos Alves. No caso das



senhoras, os brincos de ouro amarelo e/ou branco com pedras preciosas geralmente caídos e de pingentes, como se usava em meados do século XX, acompanhados pelo anel respetivo que fazia *pendant*. Uma marca de elegância e distinção no gosto diferente das arrecadas das mulheres do campo, que com muito esforço, e economias de uma vida, transmitiam à hora da morte às filhas. Os homens da família usavam o relógio com a respetiva corrente em ouro, que sobressaía no pequeno bolso do colete ou do casaco. Também os botões de punho, em ouro, das camisas e/ou o alfinete da gravata, igualmente em ouro e eventualmente com alguma pedra preciosa, eram apontamentos distintivos do seu *status* social e económico da generalidade dos habitantes masculinos da freguesia. A bengala como complemento da *toilette* ou simplesmente para apoio no caminhar, também era distinta do cajado que os camponeses mais idosos usavam para o efeito. A bengala tinha uma cabeça em prata, com o monograma do seu proprietário ou uma cabeça de animal, no mesmo material nobre.

Um outro elemento que os distinguia da sociedade local e os afirmava como elites era o facto de a família possuir automóvel. Um luxo, ainda acessível a muito poucos, muito especialmente no campo, nas primeiras décadas do século XX, onde o único carro que as famílias possuíam era o de tração animal, e era nesse que ainda se deslocavam quando tinham um transporte maior ou mais longo. Desde os anos vinte que a família adquiria automóveis para os seus elementos, como tivemos oportunidade de analisar em capítulo próprio.

Era nesses automóveis que se faziam transportar para viagens de recreio e para temporadas na Póvoa de Varzim, onde iam a banhos. Algo que a maioria dos habitantes desconhecia sequer, pois as suas viagens limitavam-se, quando muito, a ir à sede do concelho, a Vila Nova de Famalicão, ao notário ou à câmara municipal para tratar de algum assunto, ou a uma romaria próxima numa freguesia limitrofe.

O conceito de férias era algo inexistente para o grosso da população rural, quanto mais sair de sua casa para usufruir banhos de mar. O mar, muito particularmente o mar da Póvoa, era algo que já tinham ouvido falar, mas que poucos, ainda nas primeiras décadas do século XX em Requião, tinham *visto com os olhos que a terra havia de comer*. Só os *ricos*, como os jornaleiros designavam os patrões, é que podiam ter esse tipo de luxos. Alguns, no entanto, e por fazerem parte da família alargada dos Alves, tinham essa sorte de ver o mar. Era o caso das criadas que partiam com os senhores durante essas temporadas para a Póvoa de Varzim. No entanto, os serviçais estavam longe da realidade da maioria dos habitantes rurais do Portugal do Estado Novo, por desconhecerem a fome e a pobreza que grassavam, nesses tempos anteriores à democracia. A Casa da Ribeira alimentava-os e vestia-os, a troco do seu trabalho pelo qual recebiam um ordenado, como conseguimos verificar pelas agendas de Carlos Alves Correia de Araújo. Havia, no entanto, situações, de alguns rapazes e raparigas, quase crianças,

que eram deixados pelos pais na Casa a troco apenas de uma *pequena malga de sopa*, e cujo trabalho era ajudar os *senhores e meninos*, na medida das suas possibilidade e forças. Assim aconteceu com Teresa, que foi para a Casa da Ribeira aos seis anos, para ajudar no que fosse preciso.

De facto, a vida era dura para a maioria da população portuguesa, sobretudo a rural, antes do regime democrático. A pobreza batia à porta de um grande número de famílias, que tinham tão pouco de seu, não podendo sequer alimentar-se bem, como vestir os seus filhos. A pobreza encarada no passado como inevitável, incluía preguiçosos, bêbados, mas tinha outros rostos, gente que trabalhava, mas não ganhava o suficiente para se sustentar. Eram dependentes e precisavam das elites para sobreviver.

Mas a beneficência, entendida como uma obrigação social, era para os Alves exercida de outra forma, geralmente pelas mulheres da família, mas não somente. Discretas, as mulheres da família exerceram a assistência pública através da *Caixa dos Pobres*, uma associação de beneficência local que tinha por objetivos auxiliar os pobres da freguesia com alimentos e roupa, a que se acrescia o acompanhamento médico, em caso de doença, feito pelo doutor Joaquim Alves Correia de Araújo.

Este interesse em promover, ou mesmo em participar, em obras assistenciais por parte dos grupos economicamente privilegiados constituiu uma forma de se afirmarem socialmente. No século XX, a organização de torneios de tiro ou festas para arrecadar fundos levou as elites locais a juntar-se às organizações beneficentes, atenuando a pobreza das suas terras. Assim aconteceu em Requião com a *Caixa dos Pobres*, impulsionada por Alice Alves, mulher de Joaquim Alves Correia de Araújo.

Não só em vida mas também na morte, os Alves distinguiram-se dos restantes grupos sociais da freguesia. Desde finais do século XVIII que verificámos, através de alguns dos mecanismos de controlo dos fiéis usados pela Igreja, que eram amortalhados em hábitos religiosos, à semelhança de muitos outros mortais, que existiam vários padres nas cerimónias fúnebres, que mandavam celebrar ofícios religiosos *post-mortem*, tudo sinais indicativos de algum poder económico, crescente na família. Esse poder económico foi sobretudo perceptível no decorrer do século XIX fruto da ida para o Brasil de alguns elementos da família. A passagem pelos trópicos, e em particular pelo Rio de Janeiro, conferiu-lhes o *status* social que se materializou no retorno na compra de terras na freguesia, na construção/remodelação de casas, na filantropia, e na participação na vida pública. Sem os *excessos* de outros contemporâneos *brasileiros* que regressaram muito ricos e alcançaram lugares cimeiros no governo da nação, e cujos recentes títulos nobiliárquicos outorgados pelo constitucionalismo monárquico abriram portas, nomeadamente no acesso privilegiado e direto às arrematações de terras da comenda

de Requião, ao Alves regressaram satisfatoriamente ricos, remediados talvez, para a gíria de retorno de então, que os escalonava como detentores de uma vida suficientemente confortável.

Já para o século XX as fontes são de outro tipo mas também indicativas dessa superioridade económica que se transformou em poder social. Pelos jornais locais temos descrições ao pormenor da existência de verdadeiros cortejos fúnebres, sempre bastante concorridos, não só pelas gentes de Requião mas com a presença de muitos notáveis locais e até do distrito, que acompanhavam na hora da morte a família Alves na sua dor, aquando da perda de um ente querido. Igualmente espelho dessa afirmação era o cemitério, onde a família possuía jazigo próprio desde que este havia sido inaugurado, em 1870. A localização da campa no arruamento central, junto ao portão de entrada, era só por si reveladora do *status* social e económico da família marcando também na cidade dos mortos a sua posição cimeira perante os demais.

Esses elementos definidores da sua posição social e de afirmação perante os demais era visível na presença de pobres na morte, mas também na vida. Era frequente darem esmolas aos pobres da freguesia, deixadas em testamento, ou em cartas de últimas vontades, como tivemos ocasião de verificar. A esmola fazia parte de uma conceção religiosa em que além da ajuda servia em simultâneo para reparar os pecados cometidos no mundo terreno, a fim de alcançar a glória eterna. Uma troca e contra troca, mediada por Deus, onde todos ganhavam.

Mas a esmola, como contrapartida não era unicamente dada aos pobres, que orariam com muito maior vigor, porque eram desafortunados da vida, logo considerados mais próximos do Criador. Também era comum as elites locais, e neste caso a família Alves, deixar esmolas à igreja, a pretexto de alguma obra ou de alguma festa religiosa da freguesia.

Os Alves são, pois, o exemplo de uma família de elite fundiária, que cresceu e se impôs na freguesia e em Vila Nova de Famalicão pelo seu poder económico, depois político e social, reconhecido não só no concelho, mas alargando-se mesmo ao distrito de Braga.

A memória desta família está nos objetos, nos registos escritos que foram deixados e que contribuem de forma decisiva para narrativas próprias da sua história. Através das louças, do mobiliário, das pratas, das fotografias, dos retratos, das armas de caça, dos livros da biblioteca, das agendas, das joias, das cartas, rememoram-se pessoas e vivências familiares. A escrevaninha de fole e a cadeira giratória evoca a memória de Carlos Alves Correia de Araújo, sentado ao cair da noite escrevendo na sua agenda pessoal. As roupas de linho da casa, toalhas de mesa e de rosto, com o monograma de E.M., fazem recuar à jovem Emília Monteiro, saída do colégio para casar aos dezoito anos. Enfim, lembranças

e memórias que os objetos evocam, que mesmo adormecidos, e com as marcas do tempo parecem querer fazer falar e trazer de volta os protagonistas, dando-os a conhecer às gerações atuais e futuras.

Também pelo património, imóvel e móvel, se identifica a família. Algo que não acontecia no universo das restantes parentelas de Requião. Não havia esse sentimento de pertença a um nome, a terras agrícolas, a uma casa, a recheios móveis dessa mesma *casa*, a *papéis velhos* que os legitimavam nos seus bens, fosse a posse da terra, fosse a partilha de águas. Ou mesmo, álbuns de fotografias que retratavam e recordavam familiares que já haviam partido, quer pela viagem, quer pela morte. Por isso nesses casos, a memória dessas pessoas é sempre recente e não singulariza a família e os seus elementos como um todo a que pertenciam. Raras vezes conheciam a árvore familiar, e quando muito, apenas o nome dos avós e/ou as suas ocupações. Algo, que o estado democrático veio alterar, no sentido de uma menor clivagem e diferença entre os estratos sociais. Hoje, e graças a um interesse crescente pela genealogia, e pela disponibilização e divulgação *on-line* dos registos paroquiais, há um maior, e mais recuado, conhecimento da família das populações, tal como esta família que estudámos mas que alcançou protagonismo social e político, que contribui, desta forma, para o despertar de narrativas familiares, trazendo-as à luz do dia.

Foi a memória da família Alves que pretendemos rememorar enquanto objeto específico de investigação histórica, tal como o definiu Maurice Halbwachs nos seus estudos. Segundo este autor, as memórias são indissociáveis da identidade de um grupo, mas diferenciadas em função dos agregados sociais a que os indivíduos pertencem.

Neste sentido, a memória da família Alves materializa-se em documentos, escritos ou não escritos, que servem igualmente de apoio à memória oral ainda existente, evocando situações e acontecimentos passados deste grupo familiar cujas origens em Requião remontam a Seiscentos, em tempos da comenda do mesmo nome.

## Glossário

### A

**Abade-** Superior de um mosteiro ou de uma congregação monástica, dotados de autonomia jurídica. O termo deriva da palavra aramaica *Abba*, que significa *Pai*. A sua utilização estendeu-se, também, sobretudo no Norte de Portugal, ao clero secular que preside a uma paróquia, onde o povoamento do território esteve sob a ação intensa das Ordens Monásticas (abadias), cujo Superior tinha este título.

**Agasalho-** dar hospedagem, incluindo refeições.

**Âmbula-** Vaso sagrado utilizado para transportar o viático.

**Ampolas dos Santos óleos-** Pequenos recipientes que contêm os óleos destinados aos sacramentos. Estas ampolas estão guardadas num armário especial, o armário dos Santos óleos.

**Arcebispo-** Bispo que governa uma arquidiocese e que está à frente de uma província eclesiástica e da respetiva metrópole (de onde também o nome de Metropolitana), seja ela residência efetiva ou título *in partibus*. Por outras palavras, é a designação do Bispo Titular de uma diocese metropolitana, que encabeça uma província eclesiástica. Hoje, este termo também é atribuído simplesmente como título honorífico a alguns bispos não-titulares.

**Arcediagado-** Nome dado, desde o século IX, às circunscrições eclesiásticas em que se dividiram as dioceses em vista à facilitação do seu governo, correspondentes, em regra, às extensas paróquias suélicas e às terras medievais. Atualmente, esta divisão deu origem aos arceprestados ou vigararias. Por inerência, o termo Arcediagado foi também aplicado para designar a dignidade de Arcediago ou as rendas inerentes a este cargo.

**Arciprestado-** Circunscrição eclesiástica que agrega diversas paróquias sob a coordenação de um arcepreste. O termo é também aplicado para designar a dignidade de Arcipreste ou as rendas a ela inerentes.

**Alva-** Veste sagrada usada por todos os clérigos durante a celebração da missa, nas funções que precedem ou seguem imediatamente e, eventualmente, na procissão ou na bênção do Santíssimo Sacramento. De cânhamo ou linho branco é uma veste ampla e muito comprida ajustada ao tamanho por um cordão ou faixa

**Aposentadoria-** Direito concedido a determinadas entidades de pernoitar e serem recebidos gratuitamente em igrejas e mosteiros.

## B

**Bula-** Documento pontifício, cujo nome deriva da forma de bola assumida inicialmente pelo selo de chumbo que o autenticava. Com um formulário próprio e com uma solenidade inerente aos próprios atos que procura regulamentar, classifica-se normalmente em sete categorias: encíclicas, constituições, decretos, decretais, bulas consistoriais, bulas maiores e bulas menores. O seu nome é tomado da primeira ou primeiras palavras posteriores à fórmula inicial.

---

## C

**Capítulo-** Órgão colegial que reúne os representantes dos membros de um instituto religioso, a diversos níveis (local, provincial e geral), com competências deliberativas definidas no Direito universal e próprio. Também designado na documentação por Cabido.

**Capítulo geral-** Lugar das reuniões trienais para eleições nas congregações religiosas.

**Caras de bacalhau-** São as cabeças do peixe bacalhau, abertas pela parte inferior e salgadas.

**Comenda-** Benefício concedido a eclesiásticos e cavaleiros de ordens militares concedidos pelos reis ou pelas ordens militares em troca de serviços prestados.

**Comendador-** Em regra, era um freire cavaleiro, a quem se encomendava a administração de um conjunto de bens da respetiva ordem militar. Detentor da comenda,

**Corporal-** Pano sagrado de cânhamo ou linho branco quadrado, o qual se estende sobre o altar para pousar a hóstia ou os vasos eucarísticos que contenham o sacramento.

**Cortelho-** Recinto, geralmente coberto, onde se recolhe o gado. Significa igualmente corte ou curral.

**Cura-** Pároco ou Presbítero auxiliar do Pároco, geralmente residente em lugar remoto, dependente da Paróquia. O que tem a seu cargo a *cura animarum*.

---

## D

**Décima-** Imposto de cariz inicialmente militar, criado em 1641, que, com a reforma de Mouzinho da Silveira (1832), seria substituído por novas modalidades: a décima de prédios, a décima de foros ou de exploração de prédios rústicos.

**Desobriga-** Tratava-se do cumprimento dos preceitos católicos de confissão anual e comunhão pascal.

**Devesa-** Alameda que limita um terreno; lugar cercado por arvoredos e com entrada defesa. Passagem.

**Diácono-** O primeiro grau do Sacramento da Ordem é designado “Diaconado”. O detentor deste título, tal como se depreende da etimologia da palavra, desempenha funções de serviço (Diaconia) e, não ainda, de Sacerdócio. As suas tarefas, em contexto eclesial, são as de direção e administração das atividades sócio caritativas junto da comunidade, coadjuvando o Presbítero ou o Bispo, nas celebrações, assim como a de representar a Igreja em atos de rito sacramental, tais como o batismo, o matrimónio e a unção dos enfermos.

**Dias de preceito-** Dias em que os católicos são obrigados a assistir à missa.

**Dias de guarda-** Dias santos em que os católicos são obrigados aos ofícios divinos.

**Diocese-** Estrutura eclesiástica ou igreja particular governada por um bispo, ou então a porção do Povo de Deus confinada a um determinado território.

**Dízimo-** Imposto de cariz eclesiástico que incidia sobre a décima parte da riqueza, da produção e do rendimento estimado para as atividades profissionais, generalizado a todos os fiéis a partir do século XII.

**Ducados-** Nome dado a moedas de ouro e prata.

---

## E

**Emprazamento-** Contrato enfiteutico de terras por tempo determinado no prazo: *fateosim* ou perpétuo ou em vidas.

**Endoenças-** Ofícios religiosos da quinta-feira Santa.

**Epístola (lado da)-** Olhando para o altar-mor de frente é o lado direito.

**Estação da Missa-** Momento próprio da missa para a pregação aos fiéis.

**Evangelho (lado da)-** Olhando para o altar-mor de frente é o lado esquerdo.

---

## F

**Fateosim-** Contrato de prazo e emprazamento perpétuo.

**Foro-** Contribuição anual por propriedade de administração indireta e quase sempre pago em géneros.

**Freire-** Religioso ou Frade. Termo mais usado para designar os membros das Ordens Militares.

---

## G

**Galheta**- Pequeno recipiente versador geralmente tapado. Apresenta-se num conjunto de duas peças, uma para conter o vinho e outra para a água.

**Grão-Mestre**- Nas Ordens Militares de dimensão internacional, onde havia por vezes mestres Provinciais, designa o superior geral da Ordem.

---

## H

**Hábito**- Veste própria do monge.

---

## I

**Inquirição de *genere, vita e moribus***- Investigação a fazer por pessoas idóneas sobre a família, vida e costumes do candidato à vida religiosa.

---

## L

**Lavadura**- Termo usado para significar a água que serviu para a lavagem da louça e à qual se juntava algum farelo ou couves destinada à alimentação dos porcos.

**Legado (Pio)**- 1. Oferta pia adscrita a determinadas obrigações por sufrágio de alma.

**Libras**- Uma libra equivale a 453,59237 gramas.

**Liturgia**– Sinónimo de serviço de culto devido a Deus.

**Lutuosa**- Quantia fixa ou percentagem em dinheiro, que podia eventualmente ser substituída por um animal, devida por falecimento de cada vida do prazo, destinada a compensar as presumíveis quebras de produção por morte do camponês que trabalhava a terra.

---



## M

**Manustérgios-** Tecido branco, geralmente de linho ou cânhamo, que o padre utiliza para limpar os dedos durante a missa no momento da oração do Lavabo.

**Mercês-** Benesses concedidas.

**Mestrado-** Expressão utilizada, nas Ordens Militares, para designar sobretudo o governo de um mestre à cabeça da respetiva ordem.

**Mestre-** Eleito pelos freires de uma determinada ordem militar em Capítulo Geral, era ele quem dirigia e representava a Milícia. Todos lhe deviam obediência, incluindo o Prior-Mor e os freires clérigos.

**Monge-** Homem que se retira do mundo para viver em ascese e para se consagrar à oração num mosteiro, em comunidade, e que leva uma existência submetida à Regra da sua ordem, após ter pronunciado os votos solenes de pobreza.

**Morabitanos-** Moeda de ouro cunhada no Reino de Portugal que circulou entre os reinados de Dom Sancho I e de Dom Afonso III.

**Mosteiro-** Conjunto de instalações onde vive uma comunidade de monges ou de monjas.

---

## N

**Namoradeiras-** Bancos em granito existentes sob a janela e muito característicos da casa minhota.

---

## O

**Ordem-** Nome clássico dado a um instituto religioso que se desenvolveu institucionalmente no âmbito da emergência do monaquismo cristão no período proto-medieval; Sacramento por antonomásia referido à colação do sacerdócio, mas atinente em rigor aos três ministérios ou *ordens* da hierarquia sagrada (diaconado, presbiterado e episcopado)

**Ordens Maiores-** Trata-se dos graus do clero: diácono, presbítero e episcopo (bispo).

**Ordens Menores-** Recentemente reduzidas aos ministérios de leitor e acólito, designavam os graus inferiores do clero: ostiário, exorcista, leitor, acólito e subdiácono. Acedia-se-lhes pela Prima Tonsura. Os antigos graus inferiores do clero eram funções ministeriais, conferidas por ordenação, conhecidas já no século V, e que foram abolidas pelo Concílio Vaticano II. Atualmente, estas funções são

desempenhadas por leigos investidos especialmente nas funções de acólito, de leitor e de ministro extraordinário da comunhão.

**Ostensório**- Suporte utilizado para a exposição do Santíssimo Sacramento. Geralmente era feito em metal precioso e constituído por uma armação mais ou menos elaborada elevada sobre um pé e encimada por cruz, no centro do qual se insere um elemento envidraçado onde durante aquela cerimónia se apresenta o crescente eucarístico ou a lúnula com a grande hóstia consagrada.

---

## P

**Padroado**- Direito de proteção que os mosteiros tinham sobre certas igrejas ou paróquias.

**Palestras**- Formação ministrada ao clero paroquial.

**Pão meado**- Pão de milho com centeio.

**Parrilha**- Saragoça ordinária.

**Passal**- Propriedade agrícola anexa à igreja ou residência paroquial para rendimento do pároco.

**Pedras andadeiras**- Pedras de face plana nas quais se consegue caminhar destinadas a travessia sobre águas ou enxurros.

**Poial**- Bancos em granito existentes sob a janela e muito característicos da casa minhota.

**Poldras ou pondras**- Pedras altas e de face plana.

**Prazo**- Contrato enfiteutico de terras por tempo determinado através de um emprazamento perpétuo ou *fateosim* ou em vidas, ou, por anos.

**Pregador**- Padre que tinha licença para falar ao povo de Deus em ações litúrgicas de sermões

**Pregão**- Aviso, notícia dada pelo pregoeiro ou porteiro em casos e execução de justiça e outros autos judiciais ou anunciantes de guerra.

**Prima tonsura**- Primeiro grau de ordem no clero pelo qual se atribuía a tonsura para entrar na carreira eclesiástica.

---

## R

**Regra**- Conjunto de princípios gerais que regulamentam a vida dos religiosos para os conduzir à prática da perfeição cristã, tendo em conta o fim particular fixado pelo fundador. A Regra é muitas vezes completada por disposições particulares, as Constituições, que a precisam ou a adaptam às circunstâncias concretas e a novos contextos históricos.

**Reitor**- Aquele que preside a um reitorado. Designa também a função daquele a quem cabe reger um colégio de estudos, um seminário ou uma universidade. Também designa, especificamente, o administrador eclesiástico de um santuário ou de local de peregrinação. Por extensão, também é usada, em certas zonas, para referir o pároco.

**Reitor de igreja**- Sacerdote a quem é confiado o cuidado de alguma igreja, que não seja paroquial nem capitular.

**Rol de confessados**- Rol ou arrolamento dos indivíduos em idade de confessar e comungar existentes nas freguesias que os párocos eram obrigados a fazer por altura da quaresma.

---

## S

**Sacrário**- Lugar sagrado onde se colocam a reserva eucarística, isto é, as hóstias consagradas.

**Sanguinhos**- Pano sagrado de cânhamo ou linho de forma retangular usado para enxugar o cálice bem como os dedos e os lábios do presbítero, após as abluções.

**Saragoça**- Um tecido grosseiro de lã preta.

**Segunda oitava do Natal**- Oitavo dia após a festa do dia 25 de dezembro.

**Sobrepeliz**- Veste litúrgica branca com mangas, que desce até aos joelhos. Também se pode chamar cota. Na Península Ibérica designa também uma veste branca sem mangas, que desce até aos pulsos.

**Soldo**- Moeda de ouro, prata ou bronze. Durou até o reinado de D. João II.

**Supedâneo**- Degrau onde o altar assenta diretamente ou estrado de madeira colocado sobre o último degrau e sob os pés do celebrante.

---

## T

**Tombo**- Livro de registo ou cadastro dos bens imóveis ou propriedades.

**Tribuna**- Parte sobrelevada da igreja destinada sobretudo aos cantores, podendo igualmente integrar o órgão de música com o qual forma uma unidade arquitetural e decorativa.

**Trono eucarístico**- Estrutura expositiva em degraus destinada a receber o Santíssimo Sacramento; esta estrutura podia ocupar todo o vão atrás do altar-mor.

---

## V

**Validos-** Aqueles que tinham a proteção, aquele que tem apoio ou proteção de alguém mais poderoso. Sentido de protegido; favorito de alguém.

**Visita Pastoral-** Visita/inspeção de um ordinário a uma instituição da sua jurisdição.

**Visitador-** Pessoa que efetua uma visita canónica, por mandato do superior, para averiguar o estado de vida de uma instituição e das pessoas que a constituem.

## Anexo Genealógico

### Geração 1

#### **António Álvares**

Nasceu em S. Martinho de Sequeirô, antes de 1617 (data do 1º registo de 1617).

Era filho de António Álvares e Maria Domingues, ambos moradores no lugar da Seara, da freguesia de S. Martinho de Sequeiró em Santo Tirso.

Casou em 8 de maio de 1641 com Ana Rodrigues na igreja de Requião<sup>1773</sup>.

Faleceu a 22 de Junho de 1664 no lugar da Ribeira, em Requião<sup>1774</sup>.

#### **Ana Rodrigues**

Nasceu em Requião, no lugar da Ribeira, antes de 1613 (data do 1º registo batismo em Requião).

Era filha de Pero Gonçalves e Catarina de Sá, ambos moradores no lugar da Ribeira.

Casou a 8 de maio de 1641 com António Álvares na igreja de S. Silvestre de Requião.

Morreu a 21 de Abril de 1690, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1775</sup>.

#### **FILHOS:**

1.1. Maria (09.03.1642<sup>1776</sup>). Casa em 1 março 1666 com João Manuel de Ronfe<sup>1777</sup>.

#### **1.2. Francisco (10.04. 1644)**

1.3. Ana (11.10.1646<sup>1778</sup>). Casa a 10 de dezembro de 1668 com Domingos de S. Payo, da freguesia de Cabeçudos<sup>1779</sup>.

---

<sup>1773</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos* 1641-1671, fl. 68

<sup>1774</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672, fl. 116.

<sup>1775</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1672-1698, fl. 118.

<sup>1776</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 5.

<sup>1777</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 83v.

<sup>1778</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 12v.

<sup>1779</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 88v.

## Geração 2

### 2. Francisco Álvares

Nasceu a 10 de abril de 1644, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1780</sup>.

Filho de António Álvares e Ana Rodrigues, ambos moradores no lugar da Ribeira.

Casou a 26 de setembro de 1668 com Isabel de Araújo na igreja de S. Silvestre de Requião<sup>1781</sup>.

Morreu a 7 de dezembro de 1726, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1782</sup>.

### Isabel de Araújo

Nasceu a 5 de agosto de 1642, no lugar do Xisto, freguesia de Requião<sup>1783</sup>.

Filha de André de Araújo e de Maria Antónia, do lugar do Xisto, freguesia de Requião. Além de Isabel o casal teve mais filhos: Ângela (4 de março de 1632)<sup>1784</sup>, Maria (2 de outubro de 1633)<sup>1785</sup>, Pedro (23 de abril de 1637)<sup>1786</sup>, Maria (26 de abril de 1639)<sup>1787</sup>. Isabel, a quarta e última filha do casal tinha três anos quando o pai morreu. André de Araújo falece a 31 de maio de 1645<sup>1788</sup>.

Casou a 26 de setembro de 1668 com Francisco Álvares, na igreja de S. Silvestre de Requião.

Morreu a 7 de junho de 1722, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1789</sup>.

### FILHOS:

2.1. Santos (04.11.1668)<sup>1790</sup>.

2.2. Maria (02.04.1670)<sup>1791</sup>.

2.3. Jacinto (10.02.1672)<sup>1792</sup>.

2.4. Manuel (16.12.1673)<sup>1793</sup>.

---

<sup>1780</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 8.

<sup>1781</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Casamentos*, 1641-1671, fl. 88.

<sup>1782</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 4v.

<sup>1783</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 5v.

<sup>1784</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1614-1640, fl. 24.

<sup>1785</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1614-1640, fl. 26v.

<sup>1786</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1614-1640, fl. 35.

<sup>1787</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1614-1640, fl. 39.

<sup>1788</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1641-1672, fl. 97v.

<sup>1789</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 221.

<sup>1790</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 55v.

<sup>1791</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 59v.

<sup>1792</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1640-1672, fl. 66v.

<sup>1793</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 6.

2.5. Francisco (02.04.1676)<sup>1794</sup>.

2.6. Ana (11.07.1678)<sup>1795</sup>.

2.7. Madalena (22.07.1680)<sup>1796</sup>.

2.8. Maria Ana (17.12. 1682)<sup>1797</sup> / (16. 07.1712)<sup>1798</sup>.

2.9. Serafina (16.01.1686)<sup>1799</sup> / (16.06.1711)<sup>1800</sup>.

---

<sup>1794</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 13.

<sup>1795</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 18.

<sup>1796</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 28.

<sup>1797</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 31v.

<sup>1798</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 193v.

<sup>1799</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 39v.

<sup>1799</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1698-1725, fl. 190v.

## Geração 3

### 3. Francisco Alves de Araújo

Nasceu a 2 de abril de 1676, no lugar do Xisto, freguesia de Requião<sup>1801</sup>.

Filho de Francisco Álvares e Isabel de Araújo, ambos moradores no lugar do Xisto.

Casou 26 abril 1701 na igreja de S. João de Caldas de Vizela, em Guimarães com Maria João<sup>1802</sup>.

Francisco vivia nessa altura nessa freguesia de S. João das Caldas, na aldeia da Eira, em casa de Martinho da Costa, que seria sua testemunha de casamento.

Morreu 25 de agosto 1760 no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1803</sup>.

### Maria João

Nasceu a 20 de julho de 1674 na freguesia de S. João das Caldas de Vizela, em Guimarães<sup>1804</sup>.

Filha de António Rebelo e Madalena João, moradores em S. João das Caldas de Vizela. O casal além de Maria teve mais 4 filhos: Manuel (8 de setembro de 1672)<sup>1805</sup>, Catarina (2 de maio de 1676)<sup>1806</sup>, Madalena (22 de maio de 1678)<sup>1807</sup>, António (28 de setembro de 1683)<sup>1808</sup>

Casou 26 abril 1701 na igreja de S. João de Caldas de Vizela, em Guimarães com Francisco Alves de Araújo.

Morreu a 9 de junho de 1754, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1809</sup>.

### FILHOS:

3.1. Maria (01.03.1702)<sup>1810</sup> / (15.10.1722)

3.2. Benta (23.03.1703)<sup>1811</sup>

3.3. Catarina (19.04.1706)<sup>1812</sup>

**3.4. Manuel (27.10.1708)<sup>1813</sup> / (26.11.1792)**

---

<sup>1801</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1672-1698, fl. 13.

<sup>1802</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela*, 1657-1739, fls. 16-16v.

<sup>1803</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 163v-164.

<sup>1804</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Batismos*, 1667-1711, fl. 12v.

<sup>1805</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Batismos*, 1667-1711, fl. 10.

<sup>1806</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Batismos*, 1667-1711, fl. 14

<sup>1807</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Batismos*, 1667-1711, fl. 16v.

<sup>1808</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela, *Livro de Registo de Batismos*, 1667-1711, fl. 26.

<sup>1809</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 138-138v.

<sup>1810</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 9v.

<sup>1811</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 11.

<sup>1812</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 19.

<sup>1813</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 32v.



3.5. Tecla (10.04.1711)<sup>1814</sup>

3.6. Úrsula (07.03.1713)<sup>1815</sup> / (28.07.1735)<sup>1816</sup>

3.7. Gabriel (11.09.1715)<sup>1817</sup>

---

<sup>1814</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 48.

<sup>1815</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 58.

<sup>1816</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 33v.

<sup>1817</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 75v.

## Geração 4

### 4. Manuel Alves de Araújo

Nasceu a 25 de outubro de 1708, no lugar do mosteiro, freguesia de Requião<sup>1818</sup>.

Filho de Francisco Álvares e Maria João, ambos moradores no lugar do Mosteiro.

Casou 27 de abril de 1750, na igreja paroquial do mosteiro de S. Silvestre de Requião, com Mariana Luísa Moreira, do lugar de Pidre, em Requião<sup>1819</sup>.

Morreu a 26 de novembro de 1792, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1820</sup>.

### 4. Mariana Luísa Moreira (04.08.1722/06.02.1791)

Nasceu a 4 de agosto 1722, no lugar de Pidre, freguesia de Requião<sup>1821</sup>.

Filha de Luís Francisco, de Sobrado e de Maria Moreira do lugar de Pidre, ambos moradores no lugar de Pidre.

Casou 27 de abril de 1750, na igreja paroquial do mosteiro de S. Silvestre de Requião, com Manuel Alves de Araújo<sup>1822</sup>.

Morreu a 6 de fevereiro de 1791, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1823</sup>.

## FILHOS:

4.1. João (16.02.1751)<sup>1824</sup>/(16.03.1751)<sup>1825</sup>.

4.2. Manuel (20.02.1752)<sup>1826</sup>/(22.03.1759)<sup>1827</sup>.

4.3. Mariana (27.02.1754)<sup>1828</sup>/(21.03.1759)<sup>1829</sup>.

4.4. Eugénia (05.03.1756)<sup>1830</sup>/(21.03.1759)<sup>1831</sup>.

---

<sup>1818</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 32v.

<sup>1819</sup> APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809, fls. 65v.-66.

<sup>1820</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864, fl. 98.

<sup>1821</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1698-1725, fl. 167v.

<sup>1822</sup> APR, *Livro de Casamentos*, 1725-1809, fls. 65v.-66.

<sup>1823</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864, fl. 92.

<sup>1824</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1725-1752, fls. 154-154v.

<sup>1825</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 121.

<sup>1826</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1725-1752, fls. 162v.-163.

<sup>1827</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 160.

<sup>1828</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 16-16v.

<sup>1829</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fl. 159v.

<sup>1830</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fl. 32.

<sup>1831</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1769, fls. 159v.-160.

4.5 Maria (27.04.1758)<sup>1832</sup>/(10.08.1784)<sup>1833</sup>.

4.6 Teresa (27.04.1758)<sup>1834</sup>/(15.03.1759)<sup>1835</sup>.

4.7. Mariana Luísa (05.04.1760)<sup>1836</sup>.

4.8. Manuel José (15.04.1762)<sup>1837</sup>.

**4.9. José (04.06.1764)<sup>1838</sup>.**

---

<sup>1832</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 48v.-49.

<sup>1833</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1769-1864, fl. 69.

<sup>1834</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 48v.-49.

<sup>1835</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1725-1778, fl. 159v.

<sup>1836</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 64-64v.

<sup>1837</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 81v.-82.

<sup>1838</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 94-94v.

## Geração 5

### 5. José António Álvares

Nasceu a 4 de junho de 1764, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1839</sup>.

Filho de Manuel Alves de Araújo e Mariana Luísa Moreira, da Ribeira.

Casou 9 de janeiro de 1786 na igreja paroquial de S. Miguel de Seide, com Mariana Luísa Correia, de S. Miguel de Seide, em S. Miguel de Seide<sup>1840</sup>.

Morreu a 18 de abril de 1837, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1841</sup>.

### Mariana Luísa Correia (24.10.1760/26.09.1836)

Nasceu a 24 de outubro de 1760, no lugar de Além, freguesia de S. Miguel de Seide<sup>1842</sup>.

Filha de Francisco Correia e de Maria Josefa Correia, de S. Miguel de Seide.

Casou 9 de janeiro de 1786 na igreja paroquial de S. Miguel de Seide, com José António Alves de Araújo<sup>1843</sup>.

Morreu a 26 de setembro de 1836, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1844</sup>.

### FILHOS:

5.1. Maria (01.11.1786)<sup>1845</sup>

5.2. Margarida (14.07.1788)<sup>1846</sup>

5.3. Manuel (07.05.1791)<sup>1847</sup> / (24.10.1856)<sup>1848</sup>

5.4. Francisco (06.08.1794)<sup>1849</sup> / (22.10.1863)<sup>1850</sup>

5.5. Domingos (03.05.1799)<sup>1851</sup> / (11.10.1875)<sup>1852</sup>

---

<sup>1839</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1752-1778, fls. 94-94v.

<sup>1840</sup> ADB, Mitra Arquiepiscopal de Braga, *Inquirições de Genere de Francisco António Álvares da freguesia de S. Silvestre de Requião, 1811*, não paginado.

<sup>1841</sup> APR, *Livro de Registo de Óbitos*, 1830-1853, fl. 33.

<sup>1842</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Batismos*, 1759-1862, fl. 2v.

<sup>1843</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Óbitos*, 1823-1867, fl.

<sup>1844</sup> APR, *Livro de Registo de Óbitos*, 1830-1853, fl. 30.

<sup>1845</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 65.

<sup>1846</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fls. 77v.-78.

<sup>1847</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 97v.

<sup>1848</sup> ADB, Fundo paroquial Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Óbitos*, 1823-1867, fl. 185v.

<sup>1849</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 116.

<sup>1850</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Paio de Seide, *Livro de Registo de Óbitos*, 1783-1881, fl. 91v.

<sup>1851</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 145v.

<sup>1852</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 64v.

## Geração 6

### 6. Domingos Alves de Araújo

Nasceu a 3 de maio de 1799, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1853</sup>.

Filho de José António Alves/Álvares de Araújo e de Mariana Luísa Correia.

Casou em Famalicão antes de 1823 com Teresa da Costa Veloso<sup>1854</sup>.

Morreu a 11 de outubro de 1875, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1855</sup>.

### Teresa da Costa Veloso

Nasceu a 17 de novembro de 1800, no lugar de Mões, em Vila Nova de Famalicão<sup>1856</sup>.

Filha de João da Costa Araújo e de Ana Maria da Costa, do lugar de Mões da freguesia de Santo Adrião, de Vila Nova de Famalicão.

Casou em Famalicão antes de 1823 com Domingos Alves de Araújo, do lugar da Ribeira, Requião.

Morreu a 20 de outubro de 1883, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1857</sup>.

### FILHOS:

6.1. Manuel (08.11.1823)<sup>1858</sup>

6.2. João (15.06.1825)<sup>1859</sup>/(07.04.1882)<sup>1860</sup>

6.3. Joaquim (02.02.1827)<sup>1861</sup>

6.4. António (10.02.1829)<sup>1862</sup>

6.5. Joaquina (25.01.1831)<sup>1863</sup>

---

<sup>1853</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1778-1811, fl. 145v.

<sup>1854</sup> Não existe os livros de casamento para estas datas.

<sup>1855</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 64v.

<sup>1856</sup> APVNF, *Livro de Batismos*, 1777-1808, fl. 140.

<sup>1857</sup> APR, documento solto que diz o seguinte: *Faleceu repentinamente no dia 20 de outubro de 1883. Eram 6h da tarde, na Ribeira. Faleceu repentinamente sem sacramentos Teresa da Costa Veloso, de 85 anos, viúva de Domingos Alves de Araújo, natural de Vila Nova de Famalicão, filha legítima de João da Costa Araújo e Maria Josefa Veloso. Não há registos durante dez anos, entre 1877-1887, no livro de óbitos de 1864-1900. São quatro páginas em branco.*

<sup>1858</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1811-1828, fl. 69.

<sup>1859</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1811-1828, fl. 80.

<sup>1860</sup> Embora não existam registos entre 1877 e 1887 uma vez que esses dez anos foram deixados em branco no livro de óbitos de 1864-1900, encontrámos no arquivo paroquial de Requião um pequeno papel com o registo do óbito de João Alves Correia de Araújo. Diz o seguinte: *João Alves Correia de Araújo, idade 57 anos, Ribeira, falecido às 8h da tarde de 7 de abril de 1882, casado com Maria Ribeiro, filho legítimo de Domingos Alves de Araújo e Teresa da Costa.*

<sup>1861</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1811-1828, fl. 91.

<sup>1862</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 5v.

<sup>1863</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 17.

- 6.6. Maria (05.07.1833)<sup>1864</sup>
- 6.7. Francisco do Carmo (19.01.1836)<sup>1865</sup>
- 6.8. José do Carmo (19.01.1836)<sup>1866</sup> / (03.08.1882)<sup>1867</sup>
- 6.9. Luís (02.03.1838)<sup>1868</sup> / (03.04.1838)<sup>1869</sup>
- 6.10. Sebastião (02.03.1838)<sup>1870</sup> / (12.03.1838)<sup>1871</sup>
- 6.11. Custódio (09.04.1839)<sup>1872</sup>
- 6.12 Luís (28.11.1842)<sup>1873</sup>

---

<sup>1864</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 32v.

<sup>1865</sup> APR, *Livro dos Batizados*, 1828-1843, fl. 50v.

<sup>1866</sup> APR, *Livro dos Batizados*, 1828-1843, fl. 50v.

<sup>1867</sup> Embora não existam registos entre 1877 e 1887 uma vez que esses dez anos foram deixados em branco no livro de óbitos de 1864-1900, encontramos no arquivo paroquial de Requião um pequeno papel com o registo do óbito de José Alves Correia de Araújo. Diz o seguinte: *a 3 de agosto (1882) às 5h30 da manhã Ribeira, falecimento com sacramentos, de José Alves de Araújo, 46 anos, solteiro, natural desta (assassinado às facadas por seu irmão Custódio Alves de Araújo, filho legítimo de Domingos Alves de Araújo e Teresa da Costa.*

<sup>1868</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 65v.

<sup>1869</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1830-1853, fl. 36.

<sup>1870</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 65v.

<sup>1871</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1830-1853, fl. 36.

<sup>1872</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 73.

<sup>1873</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 95.

## Geração 7

### 7. João Alves Correia de Araújo

Nasceu a 15 de junho de 1825 no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1874</sup>.

Filho de Domingos Alves de Araújo e de Teresa da Costa Veloso.

Casou a 28 de abril de 1860 com Felicidade Assunção Correia na igreja de S. Miguel de Seide<sup>1875</sup>.

Morreu a 7 de abril de 1882, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1876</sup>.

### Felicidade Assunção Correia

Nasceu a 16 de agosto de 1831 no lugar de Além, freguesia de S. Miguel de Seide<sup>1877</sup>.

Filho de Manuel Alves Correia de Araújo e de Joaquina Maria de Sá.

Casou a 28 de abril de 1860 com João Alves Correia de Araújo na igreja de S. Miguel de Seide.

Morreu a 21 de agosto de 1876, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1878</sup>.

### FILHOS:

7.1. Manuel (15.03.1861)<sup>1879</sup> / (29.11.1943)<sup>1880</sup>.

7.2. Joaquim (02.03.1863)<sup>1881</sup>.

7.3. Emília (10.10.1865)<sup>1882</sup>.

7.4. Francisco (15.10.1867)<sup>1883</sup> / (21.11.1869)<sup>1884</sup>.

7.5. Angelina (28.04.1873)<sup>1885</sup> / (11.04.1874)<sup>1886</sup>.

7.6. Francisco (30.05.1875)<sup>1887</sup> / (05.08.1944)<sup>1888</sup>.

---

<sup>1874</sup> APR, *Livro dos Batizados*, 1811-1828, fl. 80.

<sup>1875</sup> ADB, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Casamentos*, 1816-1866, fls. 162v.-163.

<sup>1876</sup> APR, Papel solto.

<sup>1877</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Batismos*, 1759-1862, fls. 98v.-99.

<sup>1878</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 70v.

<sup>1879</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Batismos*, 1759-1862, fl. 139v.

<sup>1880</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 51v.

<sup>1881</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fl. 35.

<sup>1882</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fl. 57.

<sup>1883</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1858-1870, fls. 75v.-76.

<sup>1884</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 30.

<sup>1885</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fls. 21v.-22.

<sup>1886</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1864-1900, fl. 54v.

<sup>1887</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fls. 37v.-38.

<sup>1888</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fls. 53v.-54.

**Maria Ribeiro (2º casamento de João)**

Nasceu a 6 de novembro de 1837, no lugar da Lage, freguesia de Requião<sup>1889</sup>.

Filha de Joaquim Ribeiro, e de Teresa Maria, do lugar da Lage.

Casou a 3 de fevereiro de 1876 com João Alves Correia de Araújo na igreja de S. Silvestre de Requião<sup>1890</sup>.

Morreu a 29 de agosto de 1917, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1891</sup>.

---

<sup>1889</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1828-1843, fl. 63v.

<sup>1890</sup> APR, *Livro para duplicado dos registos dos casamentos da freguesia de S. Silvestre de Requião deste arceprelado de Vila Nova de famalicão no ano de 1879*, fl. 2.

<sup>1891</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1911-1930, fl. 40.



## Geração 8

### 8. Manuel Alves Correia de Araújo

Nasceu a 15 de março de 1861 no lugar de Além, freguesia de S. Miguel de Seide<sup>1892</sup>.

Filho de João Alves Correia de Araújo e de Felicidade Assunção Correia.

Casou a 23 de maio de 1887 na igreja paroquial de Santa Maria de Landim com Bambina da Costa Machado<sup>1893</sup>.

Morreu a 29 de novembro de 1943, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1894</sup>.

### Bambina da Costa Machado de Araújo

Nasceu a 7 de março de 1862 no lugar do Pregal, freguesia de Santa Maria de Landim<sup>1895</sup>

Filha de Joaquim da Costa Araújo e de Leonor Machado de Araújo.

Casou a 23 de maio de 1887 na igreja paroquial de Santa Maria de Landim com Manuel Alves Correia de Araújo.

Morreu a 14 de outubro de 1935, no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1896</sup>.

### FILHOS:

8.1. Ernesto (21.08.1888)<sup>1897</sup> /

8.2. Joaquim (13.12.1889)<sup>1898</sup> / (07/09/1971)<sup>1899</sup>

8.3. Artur (25.04.1891)<sup>1900</sup> /

8.4. Armindo (27.12.1892)<sup>1901</sup> / (23/07/1962)<sup>1902</sup>

8.5. Ernestina (22.12.1894)<sup>1903</sup> / (23/07/1972)<sup>1904</sup>

---

<sup>1892</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide, *Livro de Registo de Batismos*, 1759-1862, fl. 139v.

<sup>1893</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Casamentos*, 1869-1911, fls. 67-67v.

<sup>1894</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 51v.

<sup>1895</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Landim, *Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863, fls. 166v.-167.

<sup>1896</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 15v.

<sup>1897</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fl. 67v.

<sup>1898</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1870-1891, fl. 82v.

<sup>1899</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 60.

<sup>1900</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 6v.-7.

<sup>1901</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fl. 29v.

<sup>1902</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 10.

<sup>1903</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 64-64v.

<sup>1904</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 63v.

8.6. Virgílio (12.05.1898)<sup>1905</sup> / (01.10.1907)<sup>1906</sup>.

8.7. Júlio (09.08.1900)<sup>1907</sup> / (08.10.1900)<sup>1908</sup> /

8.8. Carlos (22.01.1902)<sup>1909</sup> / (29.09.1976)<sup>1910</sup>.

---

<sup>1905</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fls. 121v.-122.

<sup>1906</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, 1906-1911, fl. 9.

<sup>1907</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1900- 1908, fl. 11.

<sup>1908</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Óbitos*, fl. 5.

<sup>1909</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1900- 1908, fls. 41-41v.

<sup>1910</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 89v.

## Geração 9

### Carlos Alves Correia de Araújo

Nasceu a 22 de janeiro de 1902 no lugar da Ribeira, freguesia de Requião<sup>1911</sup>

Filho de Manuel Alves Correia de Araújo e de Bambina Amélia Machado de Araújo

Casou a 11 de novembro de 1926 com Emília Pinheiro Monteiro, na igreja de S. Tiago da Cruz<sup>1912</sup>.

Morreu a 28 de setembro de 1976, em Vila Nova de Famalicão<sup>1913</sup>.

### Emília Pinheiro Monteiro (08.04.1908/02.01.1989)

Nasceu a 8 de abril de 1908 no lugar de Nomães, freguesia de Ruivães<sup>1914</sup>

Filha de Manuel de Araújo Monteiro e Angelina Pinheiro Alves

Casou a 11 de novembro de 1926 com Carlos Alves Correia de Araújo, na igreja de S. Tiago da

Cruz

Morreu a 2 de janeiro de 1988, em Vila Nova de Famalicão<sup>1915</sup>

### FILHOS:

9.1. Jandira (01.06.1927)<sup>1916</sup> / (07.06.1927)<sup>1917</sup>

9.2. José (27.06.1928)<sup>1918</sup> / (04.10.1948)<sup>1919</sup>

9.3. Fernando (22.10.1929)<sup>1920</sup> / (27.10.1929)<sup>1921</sup>

9.4. Fernando (09.11.1933)<sup>1922</sup> / (12.11.1933)<sup>1923</sup>

9.5. Manuel (30.01.1935)<sup>1924</sup> / (03.02.1935)<sup>1925</sup>

---

<sup>1911</sup> ADB, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1900-1908, fls. 41-41v.

<sup>1912</sup> APSC, *Livro de Casamentos*, 1922-1937, fl. 14v.

<sup>1913</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 89v.

<sup>1914</sup> APRV, *Livro de Batismos*, 1860-1911, fls. 149v-150.

<sup>1915</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1980-2011, fl. 46.

<sup>1916</sup> APTA, *Cédula pessoal de Jandira Alves de Araújo*, 1927, não paginada.

<sup>1917</sup> APTA, *Cédula pessoal de Jandira Alves de Araújo*, 1927, não paginada.

<sup>1918</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1925-1931, fls. 48v.-49.

<sup>1919</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 73.

<sup>1920</sup> APTA, *Cédula pessoal de Fernando Monteiro Alves de Araújo*, 1929, não paginada.

<sup>1921</sup> APTA, *Cédula pessoal de Fernando Monteiro Alves de Araújo*, 1929, não paginada.

<sup>1922</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fl. 29.

<sup>1923</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 12.

<sup>1924</sup> Não há o registo do nascimento. Apenas a indicação no registo do óbito de ter falecido com quatro dias.

<sup>1925</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 17.

- 9.6. Joaquim (25.08.1936)<sup>1926</sup> / (01.09.1943)<sup>1927</sup>  
9.7. Manuel (08.11.1938)<sup>1928</sup> / (27.05.1986)<sup>1929</sup>  
9.8. Silvestre (25.12.1939)<sup>1930</sup> / (20-08.1940)<sup>1931</sup>  
**9.9. Silvestre (15.07.1941)<sup>1932</sup> / (18.04.2010)<sup>1933</sup>**  
9.10. Carlos (27.12. 1942)<sup>1934</sup> / (10.05.1943)<sup>1935</sup>  
9.11. Carlos (01.06.1944)<sup>1936</sup> / (05.10.1944)<sup>1937</sup>  
9.12. Carlos (14.06.1945)<sup>1938</sup> /

---

<sup>1926</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fl. 72v.

<sup>1927</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 50v.

<sup>1928</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fl. 106v.

<sup>1929</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1980-2011, fl. 33v.

<sup>1930</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fls. 124v.-125.

<sup>1931</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 36.

<sup>1932</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fls. 149-149v.

<sup>1933</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1980-2018, fl. 156v.

<sup>1934</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fls. 169-169v.

<sup>1935</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 50.

<sup>1936</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1931-1944, fls. 194v.-195.

<sup>1937</sup> APR, *Livro de Óbitos*, 1931-1960, fl. 54.

<sup>1938</sup> APR, *Livro de Batismos*, 1944-1951, fl. 20.

## Anexo Fotográfico<sup>1939</sup>

Por serem muitas as fotografias, mais de quinhentas, que compõem o arquivo da família em estudo considerámos fundamental apresentá-las, ainda que não na sua totalidade, mas pelo menos grande parte delas, em anexo. Além de ilustrarem e confirmarem o teor da informação dos capítulos da tese, tiveram também o mérito de dar rosto aos protagonistas. Falámos, evidentemente, do século XX, das últimas gerações da família desta história, e, das suas estórias, que graças à imagem, foi possível imortalizar alguns dos momentos e acontecimentos por eles vividos. A que se acrescenta o facto de serem uma importante fonte primária para o estudo do que eram os retratos, bem distantes das atuais *selfies*, próprias não só desta família em particular mas que se reveem num passado comum a tantas outras, e às sociabilidades, desde finais do século XIX até à primeira metade do século XX.

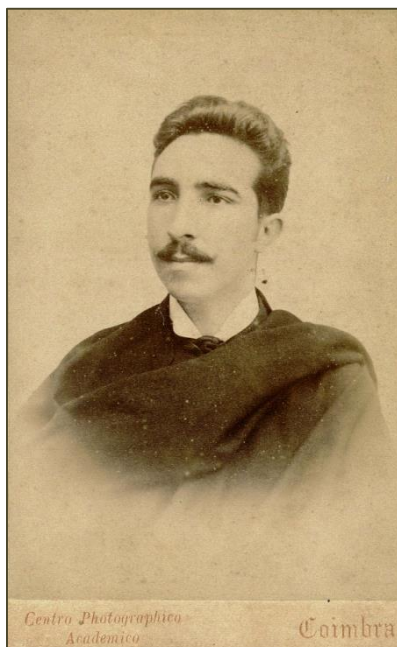
---

<sup>1939</sup> Estas fotografias pertencem ao Arquivo particular de Teresa Araújo.

## Os protagonistas

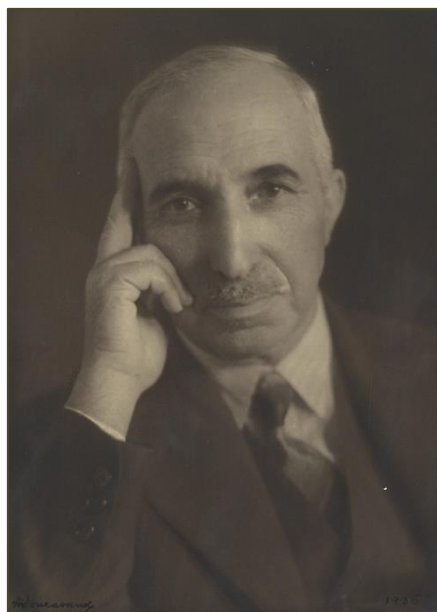
Francisco Alves Correia de Araújo.

Fotografia 62 - Francisco Alves Correia de Araújo. 1897.



Fotógrafo: Centro Photographico Académico. Coimbra.

Fotografia 63 - Francisco Alves Correia de Araújo. 1936.



Fotógrafo: Augusto Soucasaux. Barcelos.

Fotografia 64 - Francisco Alves Correia de Araújo sentado na secretária do gabinete da presidência da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão. Em frente, do seu lado esquerdo, o sobrinho Armindo Alves Correia de Araújo, então vereador. 1939.



Fotógrafo: Augusto Soucasaux. Barcelos.

## Manuel Alves Correia de Araújo

Fotografia 65 - Manuel Alves Correia de Araújo sentado com os três irmãos, Joaquim, Emília e o pequeno Francisco. Ca. 1878.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 66 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1878.



Fotógrafo: A. J. de Barros. Póvoa de Varzim.

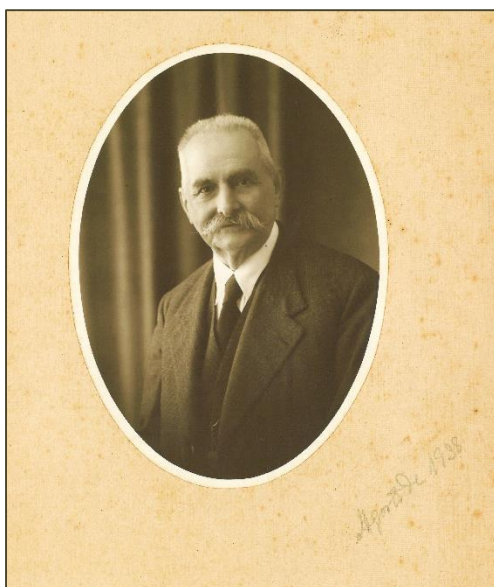
Fotografia 67 - Manuel Alves Correia de Araújo. Ca. 1915





Fotógrafo: Avelino Barros. Póvoa de Varzim.

Fotografia 68 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1938.



Fotógrafo: J. Neta. Póvoa de Varzim.

Carlos Alves Correia de Araújo

Fotografia 69 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1916.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 70 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1920.



Fotógrafo: Foto Beleza. Braga.

Fotografia 71 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 72 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1970



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 73 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília no jardim da Casa da Ribeira, com os quatro filhos. Zeca, ao centro, que já havia cegado. Manuel, ao colo do pai e Emília, com o pequeno Silvestre, o primeiro do nome que faleceria meses dois meses depois, em agosto, aos sete meses. De pé está Quinzinho, de quatro anos. 1940.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 74 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os quatro filhos. Ca. 1947. Zeca, sentado, faleceria em 1948, aos 20 anos. Manuel, ao lado do pai e Silvestre, o segundo do nome, nascido em 1941 e o pequeno, Carlos.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 75 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os dois filhos mais novos: Silvestre e Carlos. Ca. 1950.

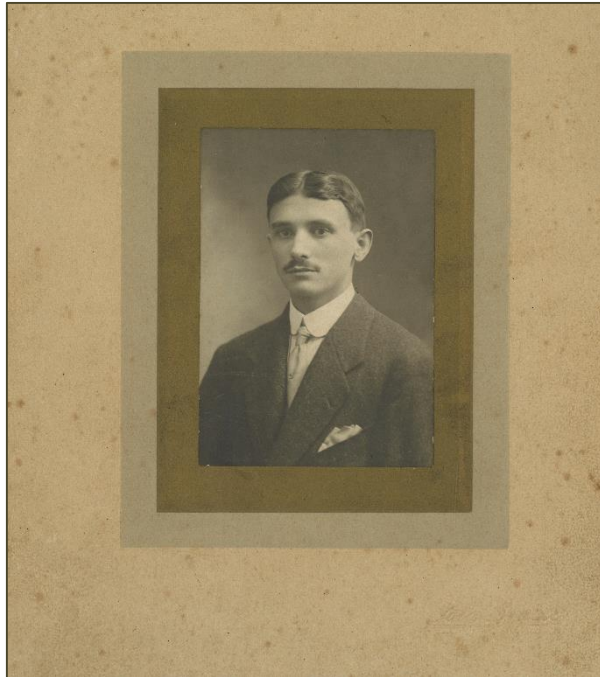


Fotógrafo: sem indicação.



## Artur Alves Correia de Araújo

Fotografia 76 - Artur Alves Correia de Araújo. 1915. Tem dedicatória de oferecimento ao irmão Ernesto.



Fotógrafo: Foto Brasil.

Fotografia 77 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. 1923



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 78 - Artur Alves Correia de Araújo. 1929



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 79 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. Ca. 1921



Fotógrafo: Mata. Rio de Janeiro.

Fotografia 80 - Artur e Jardelina Mendes Alves de Araújo, na casa da Ribeira com os filhos: Eunice, Cenira, Orlando e Jacira. 1929



Fotógrafo: Santos Lima. Braga.

Fotografia 81 - Postal enviado à família. Artur com os filhos por alturas do Carnaval do Rio de Janeiro: Eunice, Cenira, Orlando, Jacira e a bebé Lucila. 1931.



Fotógrafo: Foto Twed. Rio de Janeiro.

Fotografia 82 - Artur no Rio de Janeiro, meses antes de falecer. 1955.





Fotógrafo: sem indicação.

## Joaquim Alves Correia de Araújo

Fotografia 83 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1914



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 84 - Joaquim Alves Correia de Araújo com os colegas do curso de Medicina. Ca. 1915.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 85 - Joaquim Alves Correia de Araújo já mobilizado para Moçambique, onde esteve destacado como alferes-médico. 1917.



Fotógrafo: Foto Universal. Porto.

Fotografia 86 - Joaquim Alves Correia de Araújo na frente moçambicana na Primeira Guerra Mundial. 1917.



Fotógrafo: sem indicação

Fotografia 87 - Joaquim Alves Correia de Araújo e Alice Carneiro dos Santos com os três filhos: Armindo, Artur e Júlia. 1933.



Fotógrafo: J. Neta. Póvoa de Varzim.

Fotografia 88 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1948.



Fotógrafo: sem indicação.



## Ernesto Alves Correia de Araújo

Fotografia 89 - Ernesto Alves Correia de Araújo aquando da sua ordenação. 1911.



Fotógrafo: Photo Aliança. Braga.

Fotografia 90 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1942.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 91 - O padre Ernesto com os seus paroquianos em Santiago da Cruz. Sem data.



Fotógrafo: sem indicação.

## Armindo Alves Correia de Araújo

Fotografia 92 - Armindo Alves Correia de Araújo, quando entrou para a faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 1911.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 93 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1919.



Fotógrafo: J. M. dos Santos. Coimbra.

Fotografia 94 - Armindo Alves Correia de Araújo, no segundo ano do seu curso de Direito com os colegas numa visita ao Bussaco. 1913.



Fotógrafo: J. M. dos Santos. Coimbra.

Fotografia 95 - Armindo Alves Correia de Araújo num dos seus passatempos, a caça. Taveiro, Coimbra. 1921.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 96 - Armindo Alves Correia de Araújo com amigos em Caminha quando esteve destacado nesta comarca como delegado do procurador da República. 1925.





Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 97 - Armindo Alves Correia de Araújo num torneio de tiro em Famalicão. 1930.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 98 - Armindo Alves Correia de Araújo numa caçada, num momento de boa disposição, como era apanágio da sua personalidade brincalhona, vestindo um avental de uma criada e colocando um pano na cabeça simulando um véu. 1931.



Fotógrafo: sem indicação.

**Fotografia 99 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1933.**



Fotógrafo: sem indicação.

**Fotografia 100 - Armindo Alves Correia de Araújo com os seus cães e as criadas da Casa da Ribeira. 1939.**



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 101 - Armindo Alves Correia de Araújo na Póvoa de Varzim com os dois sobrinhos, Armindo e Artur, filhos de seu irmão Joaquim. 1939.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 102 - Armindo Alves Correia de Araújo na Casa da Ribeira com o seu Fiat Topolino. 1944.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 103 - Armindo Alves Correia de Araújo com a sua arma de caça. 1957



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 104 - Armindo Alves Correia de Araújo já com a perna amputada. Ca. 1960. Da esquerda para a direita: Joaquim Alves Correia de Araújo, comendador Pimenta Machado, Mário Clemente, o comendador Correia de Delães, Emília Pinheiro Monteiro, Júlia dos Santos Alves de Araújo (sentada) e o *Senhor Torres*, de Touguinhó.





Fotógrafo: sem indicação.

## Os irmãos Alves - Geração 8

Fotografia 105 - Joaquim, Emília e Manuel, ainda crianças. Ca. de 1870.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 106 - De pé Joaquim, Manuel (sentado), Emília e o pequeno Francisco, com a mão pousada sobre o seu irmão mais velho, Manuel. Ca. de 1880.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 107 - Joaquim, Emília, Manuel e Francisco, na velhice. 1939.



Fotógrafo: Augusto Souscasaux.

## Os irmãos Alves - Geração 9

Fotografia 108 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira em Requião: Ernesto, Armindo, Joaquim, Ernestina (sentada), e Carlos. Ca. 1910.



Fotógrafo: sem indicação.

Fotografia 109 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira com os pais, Bambina Amélia e Manuel. Da esquerda para a direita: Joaquim, Artur, Ernestina, Carlos, Ernesto e Armindo. 1911.



Fotógrafo: Photo Gama.



Fotografia 110 - Os irmãos Alves na Casa de Padre, em Requião. Da esquerda para a direita: Armindo, Ernesto, Ernestina, Joaquim, Carlos. 1952.



Fotógrafo: sem indicação.

## Fontes

### 1. Fontes Impressas

Cardoso, Luís, *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico, (Manuscrito)* tomo 31, 1758.

*Constituições sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir a primeira vez pelo illustrissimo senhor D. João de Sousa, arcebispo e senhor de Braga Primaz das Espanhas em Janeyro de 1697, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.*

Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, vol. I, Lisboa, Na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & à sua custa impresso, 1708.

Silva, Joseph Alvarez da, *Precauções médicas contra algumas remotas consequências que se podem excitar do terramoto de 1755*, Lisboa, Officina de Joseph da Costa, 1756.

### 2. Fontes Manuscritas

#### ACMRJ - Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Paróquia de Santa Rita, *Livro de Batismos*, 1861-1868.

#### ADB - Arquivo Distrital de Braga

Fundo paroquial, Paróquia de Gavião

*Livro de Registo de Batismos*, 1826-1873.

Fundo paroquial, Paróquia de Landim

*Livro de Registo de Batismos*, 1816-1834.

*Livro de Registo de Batismos*, 1834-1863.

*Livro de Registo de Batismos*, 1864-1881.

*Livro de Registo de Casamentos*, 1785-1868.

*Livro de Registo de Casamentos*, 1869-1911.

*Livro de Registo de Óbitos, 1784-1855.*

Fundo paroquial, Paróquia de Requião,

*Livro de Registo de Batismos, 1614-1640.*

*Livro de Registo de Batismos, 1640-1672.*

*Livro de Registo de Batismos, 1672-1698.*

*Livro de Registo de Batismos, 1725-1752.*

*Livro de Registo de Batismos, 1752-1778.*

*Livro de Registo de Batismos, 1858-1870.*

*Livro de Registo de Batismos, 1870-1891.*

*Livro de Registo de Batismos, 1891-1899.*

*Livro de Registo de Batismos, 1900-1908.*

*Livro de Registo de Batismos, 1908-1911.*

*Livro de Registo de Casamentos, 1614-1640.*

*Livro de Registo de Casamentos, 1641-1671.*

*Livro de Registo de Casamentos, 1671-1697.*

*Livro de Registo de Casamentos, 1698-1725.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1613-1641.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1641-1672.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1672-1698.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1698-1725.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1725-1769.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1769-1864.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1864-1900.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1900-1905.*

*Livro de Registo de Óbitos, 1906-1911.*

Fundo paroquial, Paróquia de S. João de Caldas de Vizela

*Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela, 1657-1739.*

*Livro de Registo de Batismos, 1667-1711.*

Fundo paroquial, Paróquia de S. Miguel de Seide

*Livro de Registo de Batismos, 1759-1862.*

*Livro de Registo de Casamentos, 1816-1866.*

Fundo paroquial, Paróquia de S. Paio de Seide

*Livro de Registo de Óbitos, 1783-1881*

Fundo paroquial, Paróquia de Vila Nova de Famalicão

*Livro de Registo de Batismos, 1898-1905*

*Livro de Registo de Casamentos, 1842-1893.*

*Livro de Registo de Batismos, 1858-1870.*

Fundo paroquial, Paróquia de Vilarinho das Cambas

*Livro de Registo de Casamentos, 1735-1789.*

Fundo da Mitra Arquiepiscopal de Braga

*Inquirições de genere, Inquirição de genere de Francisco António Álvares, 1811.*

### **ADLSB - Arquivo Distrital de Lisboa**

Fundo paroquial, Paróquia de Sacramento,

*Livro de Registo de Batismos, 1834-1850.*

Fundo paroquial, Paróquia de Santa Engrácia

*Livro de Registo de Casamentos, 1842-1859.*

### **ADP - Arquivo Distrital do Porto**

Fundo do Governo Civil do Porto

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 2, 1836.*

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 4, 1837-1838.*

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 6, 10 de março 1840 - 18 de novembro de 1840.*

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 10, 1843-1844.*

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 36, 1856-1857.*

*Livro de Passaportes nacionais para fora do reino, nº 41, 1859.*

### **AJFR - Arquivo da Junta de Freguesia de Requião**

*Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887.*

*Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1887-1910.*

*Livro das Atas da Junta de Freguesia de Requião, 1934- 1961.*

#### **AMAS - Arquivo Municipal Alberto Sampaio**

*Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1906-1908.*

*Livro de Atas Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1908-1911.*

*Livro de Atas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1926-06-06 - 1926-10-30.*

*Livro de Registo de Recenseamento Eleitoral, 1866-1882.*

#### **AMB - Arquivo Municipal de Barcelos**

*Livro do lançamento da contribuição extraordinária de defesa aos officios ordenados, lojas e mais casas públicas, 1809.*

#### **ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo**

*Mercês de D. João V, liv. 10.*

*Mercês de D. João V, liv. 19.*

*Mercês de D. Maria I, liv. 4(2).*

*Mercês de D. João VI, liv.18.*

Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, livs. nº 5, 6.

*Tombo da Comenda de São Silvestre de Requião, sendo comendador D. António de Meneses [e Sotomaior], 1676.*

#### **APR - Arquivo Paroquial de Requião**

*Capítulos das Visitações, 1761-1830.*

*Contas do Santíssimo Sacramento de Requião, 1866-1904.*

*[Estatutos da Confraria das Almas], 1682.*

*Estatutos da confraria das Almas da freguesia de São Silvestre de Requião, 1872*

*Estatutos da confraria do Santíssimo Rosário, 1746.*

*Inventário do dinheiro a juro e capital da Confraria do S. Sacramento da freguesia de S. Silvestre de Requião, 1784-1898.*

*Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1836-1860.*

*Livro das Atas da Junta de Paróquia da Freguesia de Requião, 1860-1887.*

*Livro de Atas do Santíssimo, 1855-1933.*

*Livro de Batismos, 1778-1811.*

*Livro de Batismos, 1811-1828.*

*Livro de Batismos, 1828-1843.*

*Livro de Batismos, 1843-1858.*

*Livro de Casamentos, 1725-1809.*

*Livro de contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1904-1915.*

*Livro das Licenças das Benções das Capelas desta Freguesia e outras declaraçoens que importa ao Parocho desta Igreja, 1755-1826.*

*Livro de Óbitos, 1811-1830.*

*Livro de Óbitos, 1830-1853.*

*Livro de Óbitos, 1911-1930.*

*Livro de Óbitos, 1931-1960.*

*Livro de Óbitos, 1961-1980.*

*Livro de Óbitos, 1980-2018.*

*Livro das pastorais e visitas, 1707-1760.*

*Livro para duplicado dos registos dos casamentos da freguesia de S. Silvestre de Requião deste arceprelado de Vila Nova de Famalicão no ano de 1879.*

*Rol de Confessados, 1770.*

*Rol de Confessados, 1777.*

*Livro das visitas da Ordem da Comenda de S. Silvestre de Requião, 1733-1787.*

#### **APRV - Arquivo Paroquial de Ruivães**

*Livro de Batismos, 1860-1911.*

#### **APSC - Arquivo Paroquial de Santiago da Cruz**

*Livro de Casamentos, 1922-1937.*

#### **APVNF - Arquivo Paroquial de Vila Nova de Famalicão**

*Livro de Batismos, 1777-1808.*

*Livro de Óbitos, 1730-1811.*

#### **APCMAA - Arquivo Particular de Carlos Monteiro Alves de Araújo**

Fotografia 60 - Inauguração da estrada entre Cavalões e Barcelos.

Fotografia 59 - Tomada de posse de Armindo Alves Correia de Araújo como presidente da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão, 1957.

Fotografia 61 - Comitiva da câmara famalicense na deslocação a Lisboa, em fevereiro de 1958.

#### **APTA - Arquivo Particular de Teresa Araújo**

Agenda 1961.

Agenda 1962.

Agenda 1963.

Agenda 1964.

Agenda 1965.

Carnet de caça de Armindo Alves Correia de Araújo.

Carta patente de Armindo Alves Correia de Araújo de entrada na confraria das Almas da igreja de S. Silvestre de Requião. 1912.

Cartão de fiscalização da região dos vinhos verdes de Carlos Alves de Araújo.

Cartão-de-visita de Manuel Alves Correia de Araújo

Cédula pessoal de Fernando Monteiro Alves de Araújo, 1929.

Cédula pessoal de Jandira Alves de Araújo, 1927.

Certidão de óbito de Manuel, filho de Carlos e Emília, 1935.

Compra que fazem a Junta de Parochia da freguesia de Requião e João Alves Correa d'Araujo da mesma freguesia ao Ex.mo Commendador Jose Francisco da Cruz Trovisqueira presidente da mesma freguesia, 1863.

Contrato de venda que fazem Augusto Ribeiro Gonçalves Basto e seu filho, ao Dr. Armindo Alves Corrêa d'Araújo em 19 de Julho de 1921.

Disposições que faço e desejo que se cumpram pelos meus filhos, documento avulso, 1940.

Fotografia 1 - Festividade da freguesia. Adro da igreja de Requião. Ca. 1920.

Fotografia 2 - Casamento de Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926

Fotografia 3 - Visita de amigos à Casa da Ribeira. 1944.

Fotografia 4 - Pais e irmãos de Emília Pinheiro Monteiro. Ca. 1918.

Fotografia 5 - Alunas e religiosas do Colégio de Lourdes de Santo Tirso. 1925.

Fotografia 6 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926.

Fotografia 7 - Carlos Alves de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro e os filhos. 1940.

- Fotografia 8 - Bambina Amélia Machado de Araújo e o marido, Manuel Alves Correia de Araújo. 1910.
- Fotografia 9 - O espigueiro da Casa da Ribeira. 1911.
- Fotografia 10 - A eira da Casa da Ribeira. 1944.
- Fotografia 11 - A Casa da Ribeira. Ca. 1940.
- Fotografia 12 - A sala de jantar da Casa da Ribeira. 1928.
- Fotografia 13 - O pequeno Zeca na cama. 1928.
- Fotografia 14 - As criadas da Casa da Ribeira. 1926.
- Fotografia 15 - Alfredo Alves Torres Carneiro. 1928.
- Fotografia 16 - A Casa de Compostela. 1913.
- Fotografia 17 - Os jardins da casa de Compostela. 1923.
- Fotografia 18 - A Casa do Forno. 2017.
- Fotografia 19 - A quinta do Forno. 1943.
- Fotografia 20 - Armindo Alves à porta da adega da quinta do Forno.
- Fotografia 21 - Posto de transformação de Requião pertencente à Iluminadora Elétrica de Requião. 1929.
- Fotografia 22 - Primeira comunhão de Cenira Mendes Alves de Araújo. 1938.
- Fotografia 23 - Primeira comunhão de Silvestre Monteiro Alves de Araújo. 1951.
- Fotografia 24 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1911.
- Fotografia 25 - A Páscoa na Casa da Ribeira. Ca. 1951.
- Fotografia 26 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1926.
- Fotografia 27 - Na praia da Póvoa de Varzim. 1937.
- Fotografia 28 - A família Alves na escadaria do santuário do Sameiro. 1926.
- Fotografia 29 - Chrysler Plymouth. 1928.
- Fotografia 30 - Armindo Alves na Póvoa de Varzim, junto ao seu Fiat Topolino.
- Fotografia 31 - O Citroen arrastadeira de Armindo Alves à porta da Casa da Ribeira. 1946.
- Fotografia 32 - O automóvel de Joaquim Alves Correia de Araújo.
- Fotografia 33 - Caçadores e troféus de caça. 1926.
- Fotografia 34 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1930.
- Fotografia 35 - António Nunes de Almeida. 1913.
- Fotografia 36 - Passeio ao Buçaco. 1914.
- Fotografia 37 - No adro de Requião junto ao antigo cemitério paroquial. 1944.



Fotografia 38 - Na Casa da Ribeira. 1944.

Fotografia 39 - Casa de Mário Clemente no Castelo da Maia. 1952.

Fotografia 40 - Na quinta do Forno. 1943.

Fotografia 41 - Alberto Gomes Ervalho e Armindo Alves Correia de Araújo, na Póvoa de Varzim

Fotografia 42 - Augusto Correia num piquenique ao lado de Joaquim Alves Correia de Araújo.

Fotografia 43 - Alberto Pimenta Machado, nas *Festas de Famalicão*, com os irmãos Armindo Alves e Joaquim Alves Correia de Araújo.

Fotografia 44 - José Lacerda.

Fotografia 45 - D. Emília Cândida Machado Trovisqueira.

Fotografia 46 - Vicente José da Cruz Trovisqueira.

Fotografia 47 - José Francisco da Cruz, Barão da Trovisqueira. 1864.

Fotografia 48 - Joaquim Alves Correia de Araújo e a mulher, Maria Celestina da Costa. Ca. 1865.

Fotografia 49 - João Alves Correia de Araújo.

Fotografia 50 - Francisco (do Carmo) Alves Correia de Araújo.

Fotografia 51 - Artur Alves Correia de Araújo e a mulher, Jardelina Mendes de Araújo.

Fotografia 52 - Artur com Jardelina e os quatro filhos em Requião na Casa da Ribeira. 1929.

Fotografia 53 - Armindo Alves Correia de Araújo visitando o empreendimento imobiliário de seu irmão Artur em Copacabana. 1951.

Fotografia 54 - Inauguração do troço viário entre os lugares de Moço Morto e Sobrado. 1932.

Fotografia 55 - Caminhada a pé pela nova estrada. 1932.

Fotografia 56 - Congresso da União Nacional. 1934.

Fotografia 57 - Festas dos Centenários em Guimarães. 1940.

Fotografia 58 - Cerimónia de encerramento das festas dos Centenários em Requião. 1940.

Fotografia 59 - Tomada de posse de Armindo Alves Correia de Araújo como presidente da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão. 1957.

Fotografia 60 - Inauguração da estrada entre Cavalões e Barcelos. 1958.

Fotografia 61 - Comitiva da câmara famalicense na deslocação a Lisboa. 1958.

Fotografia 62 - Francisco Alves Correia de Araújo em 1897.

Fotografia 63 - Francisco Alves Correia de Araújo. 1936.

Fotografia 64 - Francisco Alves Correia de Araújo sentado na secretária do gabinete da presidência da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão. Em frente, do seu lado esquerdo, o sobrinho Armindo Alves Correia de Araújo, então vereador. 1939.

Fotografia 65 - Manuel Alves Correia de Araújo sentado com os três irmãos, Joaquim, Emília e o pequeno Francisco. Ca. 1878.

Fotografia 66 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1878.

Fotografia 67 - Manuel Alves Correia de Araújo. Ca. 1915.

Fotografia 68 - Manuel Alves Correia de Araújo. 1938.

Fotografia 69 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1916.

Fotografia 70 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1920.

Fotografia 71 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília Pinheiro Monteiro. 1926.

Fotografia 72 - Carlos Alves Correia de Araújo. Ca. 1970.

Fotografia 73 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília no jardim da Casa da Ribeira, com os quatro filhos. 1940.

Fotografia 74 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os quatro filhos. Ca. 1947.

Fotografia 75 - Carlos Alves Correia de Araújo e Emília com os dois filhos mais novos: Silvestre e Carlos. Ca. 1950.

Fotografia 76 - Artur Alves Correia de Araújo. 1915.

Fotografia 77 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. 1923.

Fotografia 78 - Artur Alves Correia de Araújo. 1929.

Fotografia 79 - Artur Alves Correia de Araújo no Rio de Janeiro. Ca. 1921.

Fotografia 80 - Artur e Jardelina Mendes Alves de Araújo, na casa da Ribeira com os filhos: Eunice, Cenira, Orlando e Jacira. 1929.

Fotografia 81 - Postal enviado à família. Artur com os filhos por alturas do Carnaval do Rio de Janeiro: Eunice, Cenira, Orlando, Jacira e a bebé Lucila. 1931.

Fotografia 82 - Artur no Rio de Janeiro, meses antes de falecer. 1955.

Fotografia 83 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1914.

Fotografia 84 - Joaquim Alves Correia de Araújo com os colegas do curso de Medicina. Ca. 1915.

Fotografia 85 - Joaquim Alves Correia de Araújo já mobilizado para Moçambique, onde esteve destacado como alferes-médico. 1917.

Fotografia 86 - Joaquim Alves Correia de Araújo na frente moçambicana na Primeira Guerra Mundial. 1917.

Fotografia 87 - Joaquim Alves Correia de Araújo e Alice Carneiro dos Santos com os três filhos: Armindo, Artur e Júlia. 1933.

Fotografia 88 - Joaquim Alves Correia de Araújo. 1948.

Fotografia 89 - Ernesto Alves Correia de Araújo aquando da sua ordenação. 1911.

Fotografia 90 - Ernesto Alves Correia de Araújo. 1942.

Fotografia 91 - O padre Ernesto com os seus paroquianos em Santiago da Cruz. Sem data. p.

Fotografia 92 - Armindo Alves Correia de Araújo, quando entrou para a faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 1911.

Fotografia 93 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1919.

Fotografia 94 - Armindo Alves Correia de Araújo, no segundo ano do seu curso de Direito com os colegas numa visita ao Bussaco. 1913.

Fotografia 95 - Armindo Alves Correia de Araújo num dos seus passatempos, a caça. Taveiro, Coimbra. 1921.

Fotografia 96 - Armindo Alves Correia de Araújo com amigos em Caminha quando esteve destacado nesta comarca como delegado do procurador da República. 1925.

Fotografia 97 - Armindo Alves Correia de Araújo num torneio de tiro em Famalicão. 1930.

Fotografia 98 - Armindo Alves Correia de Araújo numa caçada. 1931.

Fotografia 99 - Armindo Alves Correia de Araújo. 1933.

Fotografia 100 - Armindo Alves Correia de Araújo com os seus cães e as criadas da Casa da Ribeira. 1939.

Fotografia 101 - Armindo Alves Correia de Araújo na Póvoa de Varzim com os dois sobrinhos, Armindo e Artur, filhos de seu irmão Joaquim. 1939.

Fotografia 102 - Armindo Alves Correia de Araújo na Casa da Ribeira com o seu Fiat Topolino. 1944.

Fotografia 103 - Armindo Alves Correia de Araújo com a sua arma de caça. 1957.

Fotografia 104 - Armindo Alves Correia de Araújo já com a perna amputada. Ca. 1960. Fotografia 105- Joaquim, Emília e Manuel, ainda crianças. Ca de 1870.

Fotografia 106 - De pé Joaquim, Manuel (sentado), Emília e o pequeno Francisco, com a mão pousada sobre o seu irmão mais velho, Manuel. Ca de 1880.

Fotografia 107 - Joaquim, Emília, Manuel e Francisco, na velhice. 1939.

Fotografia 108 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira em Requião: Ernesto, Armindo, Joaquim, Ernestina (sentada), e Carlos. Ca. 1910.

Fotografia 109 - Os irmãos Alves na Casa da Ribeira com os pais, Bambina Amélia e Manuel. Da esquerda para a direita: Joaquim, Artur, Ernestina, Carlos, Ernesto e Armindo. 1911.

Fotografia 110 - Os irmãos Alves na Casa de Pidre, em Requião. Da esquerda para a direita: Armindo, Ernesto, Ernestina, Joaquim, Carlos. 1952.

Instalação da luz elétrica na Casa da Ribeira. 1930.

Manifesto de armas em nome de Manuel Alves Correia de Araújo. 1933

Registo de testamento cerrado que faleceu Domingos Custódio Fernandes Monteiro, da freguesia de Ruivães, em 25 de janeiro de 1926.

Rótulo do vinho produzido por Carlos Alves nos anos 60.

Postal. 1936

Testamento do Padre Francisco António Alvares, 1860.

### 3. Legislação

*Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

*Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

*Coleção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*, 4ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

*Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1969.

Decreto, 21 de setembro de 1835.

Decreto, 18 de julho de 1835.

Decreto, 6 de novembro de 1836.

Diário de Governo nº 63/1911, série I, 18 de março de 1911.

Diário de Governo nº 87/1913, 15 abril de 1913.

Diário de Governo nº 247/1913, 22 de outubro de 1913.

Diário de Governo nº240/1926, série I, 27 de outubro de 1926.

Diário de Governo nº 217/1933, série I, 23 de setembro de 1933.

Diário de Governo nº299/1935, série I, 24 de dezembro de 1935.

Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, série I, 28 de janeiro de 2013.

*Ordenações Filipinas*, Livro IV, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1985

#### 4. Imprensa

*A Actualidade*, 5 de maio de 1860.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1854.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1860.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1861.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1862.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1863.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1876.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* - 1844 a 1885, 1878.

*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ) - 1891 a 1940, 1895.

*A Gazeta de Famalicão*, 1 de agosto de 1914.

*A Gazeta de Famalicão*, 9 de janeiro de 1915.

*A Gazeta de Famalicão*, 20 de novembro de 1915.

*A Paz*, 26 de setembro de 1925.

*A Paz*, 30 de janeiro de 1926.

*A Paz*, 30 de junho de 1928.

*A Paz*, 9 de janeiro de 1929.

*Correio Mercantil*, 1 de março de 1851.

*Correio Mercantil*, 10 de fevereiro de 1853.

*Correio Mercantil*, 5 de março de 1859.

*Correio Mercantil*, 25 de junho de 1859.

*Correio Mercantil*, 24 de fevereiro de 1864.

*Diário do Rio de Janeiro*, 1 de julho de 1842.

*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1850.

*Diário do Rio de Janeiro*, 12 de junho de 1852.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 3 de junho de 1858.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 21 de janeiro de 1864.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 8 de abril de 1864.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 6 de janeiro de 1870.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 17 de agosto de 1870.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1871.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 5 de maio de 1871.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 25 abril de 1872.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 29 de julho de 1873.  
*Diário do Rio de Janeiro*, 30 de outubro de 1874.

*Echo da Nação*, 30 de abril de 1860.  
*Echo da Nação*, 1 de maio de 1860.

*Estrela da Manhã*, 18 de fevereiro de 1962.

*Estrela do Minho*, 12 de fevereiro de 1898.  
*Estrela do Minho*, 18 de agosto de 1901.  
*Estrela do Minho*, 15 de setembro de 1901.  
*Estrela do Minho*, 27 de outubro de 1901.  
*Estrela do Minho*, 18 de maio de 1902.  
*Estrela do Minho*, 14 de junho de 1903.  
*Estrela do Minho*, 21 de junho de 1903.  
*Estrela do Minho*, 10 de abril de 1904.  
*Estrela do Minho*, 14 de agosto de 1904.  
*Estrela do Minho*, 24 de maio de 1905.  
*Estrela do Minho*, 28 de janeiro de 1906.  
*Estrela do Minho*, 16 de dezembro de 1906.  
*Estrela do Minho*, 17 de Julho de 1910.  
*Estrela do Minho*, 25 de dezembro de 1910.  
*Estrela do Minho*, 4 de junho de 1911.

*Estrela do Minho*, 7 de abril de 1912.  
*Estrela do Minho*, 3 de novembro de 1912.  
*Estrela do Minho*, 27 de abril de 1913.  
*Estrela do Minho*, 3 de agosto de 1913.  
*Estrela do Minho*, 10 de agosto de 1913.  
*Estrela do Minho*, 14 de dezembro de 1913.  
*Estrela do Minho*, 1 de fevereiro de 1914.  
*Estrela do Minho*, 15 de outubro de 1916.  
*Estrela do Minho*, 17 de junho de 1917.  
*Estrela do Minho*, 14 de novembro de 1920.  
*Estrela do Minho*, 6 de junho de 1926.  
*Estrela do Minho*, 11 de julho de 1926.  
*Estrela do Minho*, 11 de maio de 1929.  
*Estrela do Minho*, 18 de agosto de 1929.  
*Estrela do Minho*, 16 de março de 1930.  
*Estrela do Minho*, 23 de agosto de 1931.  
*Estrela do Minho*, 13 de outubro de 1935.  
*Estrela do Minho*, 2 de junho de 1940.  
*Estrela do Minho*, 8 de dezembro de 1940.  
*Estrela do Minho*, 14 de maio de 1944.  
*Estrela do Minho*, 26 de janeiro de 1947.  
*Estrela do Minho*, 9 de fevereiro de 1947.  
*Estrela do Minho*, 27 de outubro de 1957.  
*Estrela do Minho*, 3 de novembro de 1957.  
*Estrela do Minho*, 24 de novembro de 1957.  
*Estrela do Minho*, 2 de fevereiro de 1958.  
*Estrela do Minho*, 16 de fevereiro de 1958.  
*Estrela do Minho*, 23 de fevereiro de 1958,  
*Estrela do Minho*, 2 de março de 1958.

*Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1881  
*Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1901.

*Gazeta de Notícias*, 5 de setembro de 1915.

*Gazeta Official do Imperio do Brasil*, 8 outubro de 1846, vol. 1, nº 32.

*Ilustração Portuguesa*, 19 dezembro 1904, nº 59.

*Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1914.

*Jornal do Commercio*, 20 de janeiro de 1849.

*Jornal do Commercio*, 27 de outubro de 1855.

*Jornal do Commercio*, 9 de agosto de 1857.

*Jornal do Commercio*, 2 de maio 1860.

*Jornal do Commercio*, 18 de agosto de 1863.

*Jornal do Commercio*, 23 de setembro de 1868.

*Jornal do Commercio*, 4 de agosto de 1871.

*Jornal do Commercio*, 2 de setembro de 1871.

*Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1871.

*Jornal do Commercio*, 16 de março de 1872.

*Jornal do Commercio*, 23 de novembro de 1872.

*Jornal do Commercio*, 7 de novembro de 1873.

*Jornal do Commercio*, 10 de dezembro 1874.

*Jornal do Commercio*, 28 de janeiro de 1880.

*Jornal do Commercio*, 4 de março de 1882.

*Jornal do Commercio*, 11 de maio de 1882.

*Jornal do Commercio*, 23 de janeiro de 1883.

*Jornal do Commercio*, 29 de julho de 1889.

*Jornal do Commercio*, 14 de março de 1891.

*Jornal do Commercio*, 25 de novembro de 1894.

*Jornal do Commercio*, 7 de agosto de 1896.

*Jornal do Commercio*, 24 de junho de 1930.

*Notícias de Famalicão*, 19 de outubro de 1935.



*Notícias de Famalicão*, 30 de novembro de 1935.

*Notícias de Famalicão*, 14 de março de 1936.

*Notícias de Famalicão*, 28 de março de 1936.

*Notícias de Famalicão*, 11 de abril de 1936.

*Notícias de Famalicão*, 28 de agosto de 1937.

*Notícias de Famalicão*, 12 de fevereiro de 1938.

*Notícias de Famalicão*, 11 de maio de 1940.

*Notícias de Famalicão*, 7 de dezembro de 1940.

*Notícias de Famalicão*, 14 de dezembro de 1940.

*Notícias de Famalicão*, 29 março 1941.

*Notícias de Famalicão*, 25 dezembro 1943.

*Notícias de Famalicão*, 12 de agosto de 1944.

*Novidades de Famalicão*, 13 de outubro de 1910.

*O Jornal*, 4 de maio 1932.

*O Paiz*, 10 de outubro 1896.

*O Paiz*, 22 de junho de 1918.

*O Paiz*, 7 de março de 1921.

*O Porvir*, 1 de abril de 1896.

*O Porvir*, 14 de fevereiro de 1907.

*O Porvir*, 15 de abril de 1912.

*O Porvir*, 4 de Dezembro de 1913.

*O Regenerador*, 10 de março de 1900.

*O Regenerador*, 5 de dezembro de 1908.

*Imparcial: Diário ilustrado do Rio de Janeiro*, 7 de fevereiro de 1916.

*Mocidade Portuguesa Feminina: Boletim mensal*, nº 32, dezembro de 1941.



## Bibliografia

(sem indicação de autor), “Inquérito paroquial de 1842 - S. João Baptista de Penselo”, in *Revista de Guimarães*, vol. 108, 1998, pp. 441-449.

Afonso, Aniceto, “Grande Guerra nas colónias”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Edições Assembleia da República, 2014, pp. 173-177.

Ágoas, Frederico, *Saber e Poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal*, Lisboa, UNL/FCSH, 2011, Tese de Doutoramento policopiada.

Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *As instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estruturação e evolução no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994, Dissertação de Mestrado policopiada.

Alberto, Edite, “Redenção de cativos”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 94-95.

Alberto, Edite, “Trinitários”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 305-307.

Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, Tese de Doutoramento policopiada.

Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, “Dos Açores para o norte de África. Contributo para o estudo dos cativos faialenses nos séculos XVII e XVIII”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 23, 2013. Pp. 475-510.

Alemán Illán, Anastasio, *Actitudes colectivas ante la muerte en Murcia durante el siglo XVIII*, Murcia, Universidad de Murcia, 1992, Tese de Doutoramento policopiada.

Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, “Fêtes du baptême et publicite des réseaux sociaux en europe occidentale. Grandes tendencias de la fin du moyen âge au XXe siècle”, in *Annales de Démographie Historique*, nº 1, 2009, pp. 153-189.

Alfani, Guido; Gourdon, Vicent, “Las familias y la elección de padrinos y madrinas de bautizo en la europa católica en la Edad Moderna. Balance y perspectivas de investigación”, in *Revista de Historia Moderna*, nº 34, Alicante, Universidade de Alicante, 2016, pp. 23-42.

Algranti, Leila Mezan, “Tabernas e botequins. Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)”, in *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, vol. 24, nº 2, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011, pp. 25-42.

Almeida, Andreia da Silva, *Saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968). Políticas, sistemas e estruturas*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, Tese de Doutoramento policopiada.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *A arquitetura do românico do Entre-Douro-e-Minho*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto, 1978, Tese de Doutoramento policopiada.

Almeida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Jornaleiro”, in Martins, Conceição Andrade; Monteiro, Nuno Gonçalo (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do trabalho e das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 204-216.

Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Editora DIFEL, 1991.

Alves, Jorge Fernandes, “Percurso de um brasileiro do Porto- o conde de Ferreira”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX, 1992, pp. 199-213.

Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994.

Alves, Jorge Fernandes, “Fundação Narciso Ferreira - Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha”, in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XV, nº 8, 1996, pp. 242-248.

Alves, Jorge Fernandes, “Cooperativismo e eletrificação rural. A Cooperativa Elétrica do Vale d’Este”, in Sousa, Fernando (dir.), in *Revista População e Sociedade*, nº 5, Porto, CEPESE, 1999, pp. 339-423.

Alves, Jorge Fernandes, *Riba d’Ave na memória da indústria algodoeira*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, pp. 1-28.

Alves, Jorge Fernandes, “Variações sobre o “brasileiro” - Tensões na emigração e no retorno do Brasil”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, vol. I, Universidade de Coimbra, 1999, pp. 191-222.

Alves, Jorge Fernandes, “De relance: o Barão da Trovisqueira”, in *Catálogo da Exposição Barão da Trovisqueira-Reencontro*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, pp. 1-11.

Alves, Jorge Fernandes (prefácio), *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviados do Rio de Janeiro, entre 1863 e 1869*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

Alves, Jorge Fernandes, “A Indústria Têxtil do Vale do Ave”, in Mendes, José Amado, Fernandes, Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, pp. 372-389.

Alves, Jorge Fernandes, “O Trabalho do Linho”, in Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, pp. 292-299.

Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e, *Do Tempo e da Moda. A moda e a beleza feminina através das páginas de um jornal (Modas & Bordados - 1912-1926)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Amaral, Cláudio, “Para uma análise do tema eletricidade na revista da associação dos engenheiros civis portugueses (1870-1945)”, in *Revista Cultura, Espaço & Memória*, n.º 2, Porto, CITCEM, 2011, pp. 193-218.

Amorim, Inês, “Economia terrena e economia da salvação: o financiamento das misericórdias (1498-1834)”, in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Edição das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 163-217.

Amorim, Manuel, “As confrarias do Rosário. Origem e evolução histórica”, in *Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Memórias do Tricentenário*, Póvoa de Varzim, Igreja Matriz, 1987.

Amorim, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987.

Amorim, Norberta, “Registos Paroquiais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 99-101.

Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os seus Produtos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1965.

Andrade, Luís Oliveira; Torgal, Luís Reis, *Feriados em Portugal. Tempos e Memória de Sociabilidade*, Coimbra, Edições Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

Andrade, Vitória Fernanda Schettini; Silva, Beatriz Simão Gontijo, “Terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamentos e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, no século XIX”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Anpuh 50 anos, São Paulo, Universidade de S. Paulo, 2011, pp. 1-13.

André, Paula, “Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do Cemitério dos Prazeres”, in *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte-FCSH/UNL, n° 2, 2006, pp. 67-105.

Anileiro, Ana; Soeiro, Teresa, “As arquiteturas vernaculares do pão no Baixo Tâmega”, in *Colóquio Internacional de Arquitetura Popular*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 383-396.

Antónia, Natália, “A eleição da primeira Câmara Constitucional de Lisboa”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n°4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000, pp. 47-53.

Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

Araújo, Ana Cristina, “Morte”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 265-274.

Araújo, João Machado de, *Breve Estudo sobre Assepsia em Cirurgia*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894.

Araújo, Joaquim Alves Correia de, *O método Carrel e o soluto de Dakin no tratamento das feridas infectadas*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1917.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As traves mestras da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o Compromisso de 1612”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41, n.º 3-4, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2001, pp. 137-150.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave, 2001.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)”, in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, Vol. 8, n° 9, 2006, pp. 29-48.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História: Questões & Debates*, n° 45, Curitiba, Editora UFPR, 2006, pp. 155-176.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “A presença de brasileiros no santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX)”, in Pereira, Conceição Meireles; Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima (coord.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/ Edições Afrontamento, 2007, pp. 467-480.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Casadas com trigo e cevada: os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII”, in *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, n° 20, Lisboa, Edições Colibri/UNL, 2008, pp. 59-71.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna”, in *Revista Comunicação & Cultura*, n° 10, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 101-114.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: A distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Maria, Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga. 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 345-443.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Confrarias, crenças e cultos na terra de Felgueiras (século XVIII). Contributo para o seu estudo”, in Tavares, Pedro Vilas Boas (coord.), *Felgueiras: 500 anos de Concelho (dados e perspetivas)*, Felgueiras, Município de Felgueiras, 2015, pp. 94-107.



Araújo, Maria Marta Lobo de, “Introdução”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As Confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, edições Húmus, 2016, pp. 7-22.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “A morte e a concorrência entre as confrarias de Braga (séculos XVII-XVIII)”, in *Revista M*, vol. 2, nº 3, 2017, pp. 173-191.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo Durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Exercício do Mando. A Misericórdia de Ponte de Lima na Idade Moderna. A Mesa, O Definitório e a Assembleia de Irmãos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2017.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os benfeitores de pobres nas misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII)”, in *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 9, nº17, 2017, pp. 9-26.

Araújo, Teresa, *Moçambique na Primeira Guerra Mundial. Diário de um alferes-médico: Joaquim Alves Correia de Araújo. 1917-1918*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2015.

Areias, Mário, “O café chinês”, in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. III, nº 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1964, pp. 11-18.

Ariès, Phillippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Edições Teorema, 1989.

Arrifes, Marco, “Grande Guerra na África Portuguesa” (1914-1918), ”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, pp. 169-173.

Artières, Philippe, “Arquivar a própria vida”, in *Revista Estudos Históricas*, Vol. 11, nº. 21, Rio de Janeiro, 1998.

Azevedo, Carlos A. Moreira, “Eucaristia”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 388-396.

Baptista, Fernando Oliveira, “A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia”, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, 1994, pp. 907-921.

Barata, Ana Margarida Fernandes, *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2016, Dissertação de Mestrado policopiada.

Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, Tese de Doutoramento policopiada.

Barbosa, Andreia Sofia Ferreira, *Materializar afetos: entre universos e registos da memória familiar burguesa e os seus usos sociais*, Universidade do Minho, 2016, Dissertação de Mestrado policopiada.

Barbosa, Iza Luso, *Os Folhadella*, Lello Editores, 2001.

Barbosa, Maria Herminia Vieira, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho, 2001.

Barbosa, Rosana, “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”, in *Arquipélago- História*, 2ª série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp. 173-196.

Basto, E. A. Lima; Barros, Henrique, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. 1, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943. Citado por Ramos, Rui Jorge Garcia, *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitetura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2004, Tese de Doutoramento policopiada.

Bastos, Carlos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947.

Bastos, Susana Pereira, *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997.

Bell, Victoria, “Medicamentos e vida privada na primeira metade do século XX: o combate às infeções antes e depois da penicilina”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 47, Coimbra, 2016, pp. 359-379.

Bernal, José Manuel, *Para vivir el año litúrgico. Una visión genética de los ciclos y de las fiestas*, Navarra, Editorial Verbo Divino, 1997.

Bernardo, Ana Maria, "O associativismo agrícola no Liberalismo e na 1ª República: os sentidos de um percurso", in *XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Aveiro, 2002.

Berteau, Camille; Gourdon, Vincent; Robin-Romero, Isabelle, “Familles et parrainages: l'exemple d'Aubervilliers entre les XVIe et XVIIe siècles”, in *Dix-septième siècle*, vol. 249, nº 4, 2010, pp. 597-621.

Berteau, Camille; Gourdon, Vincent; Robin-Romero, Isabelle, “Réseaux sociaux et parrainage: les conséquences de l'application du Concile de Trente dans une paroisse française, Aubervilliers (1552-1631)”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 19, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2010, pp. 279-306.

Bessa, Alda Monica Coelho, *Memória e Saudade: Os túmulos de João Henrique Andresen e João Henrique Andresen Júnior, no Cemitério de Agramonte*, vol. 1, 2012, Dissertação de Mestrado policopiada.

Bicalho, Maria Fernanda, “A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)”, in *História (São Paulo)*, vol. 30, nº 1, jan/jun 2011, pp. 37-55.

Boas, Nuno Fernando de Sá Vilas, *A Pastoral do Turismo: Da peregrinação ao Santuário*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2012, Dissertação de Mestrado policopiada.

*Bodas d'Ouro do Club de Caçadores de Famalicão*, Porto, Tipografia Gomes, 1946.

Bonifácio, M. de Fátima, “Um aristocrata no cabralismo”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, n° 165, 2003, pp. 1243-1257.

Borges, Marcelo J., “Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de Portugal (séculos XIX e XX)”, in *Ler História*, n° 56, Lisboa, ISCTE-IUL, 2009, pp. 83-104.

Boucher, François, *História do vestuário no Ocidente*, São Paulo, Cosac Naify, 2010.

Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1994.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir Mal do Sacramento do Matrimónio?* Lisboa, Edições Huguin, 2003.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “O Brasil Setecentista como Cenário de Bigamia”, in *Estudos de Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 299-311.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Culinária no feminino: os primeiros livros de receitas escritos por portuguesas”, in *Caderno Espaço Feminino*, vol. 19, n° 1, Jan/jul. 2008, pp. 117-141.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Ovos, ovos, ovos e mais ovos. Cultura, economia, dietética e gastronomia”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n° 13, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 399-432.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”, in *Revista Tempo*, vol. 20, Niterói, 2014, pp. 1-19.

Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “A culinária portuguesa no tempo da II Guerra Mundial: as receitas, o racionamento e as soluções alternativas”, in *Revista de História Helikon*, vol. 2, n° 3, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, pp. 1-23.

Braga, Isabel Drumond, “As leguminosas no Portugal Moderno: uma presença constante e discreta”, in *Antíteses*, vol. 10, n° 20, Londrina, universidade Estadual de Londrina, 2017, pp. 592-612.

Braga, Isabel Maria Mendes Ribeiro Drumond; Pilla, Maria Cecilia Barreto Amorim, “Rosa Maria para a elite, Rosa Maria para o povo. Culinária brasileira e culinária portuguesa na primeira metade do século XX”, in *Revista História*, n° 177, São Paulo, 2018, pp. 1-28.

Braga, Jorge Salazar, *A Casa do Brasileiro e a paisagem rural do século XIX. Algumas considerações sobre o seu enquadramento social e artístico*, Ponte de Lima, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986.

Braga, Nilza Licia Xavier Silveira, “A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII: o estabelecimento do portuense Elias Antonio Lopes no Rio de Janeiro”, in *Revista Angelus Novus*, n° 6, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 2013, pp. 95-114.

Braudel, Fernand, *Civilização Material, Economia e capitalismo. Séculos XV-XVII*. Vol. 1, Lisboa, Edições Teorema Lda, 1992.

Braz, Márcio Alexandre de Lima, *A logística militar e o serviço de intendência: uma análise do programa excelência gerencial do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2004.

Briz, Maria da Graça, *A arquitetura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, Dissertação de Mestrado policopiada.

Brito, Ricardo de, “A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940”, in *Lusitania Sacra*, nº 24, julho-dezembro 2011, pp. 263-276.

Cabido, José Jacob, *Reflexões sobre o interior doméstico: as mentalidades e os espaços*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1994. Tese de Doutoramento policopiada.

Cabral, João de Pina, “As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho”, in *Análise Social*, vol. XX, nº 80, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, pp. 97-112.

Cabral, João de Pina, “Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural”, in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984, pp. 263-284.

Cabral, João de Pina, “O pagamento do santo. Uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto sócio-cultural do noroeste português”, in *Studium General. Estudos Contemporâneos*, nº 6, 1984, pp. 97-112.

Cabral, João de Pina, “Os cultos da morte no noroeste de Portugal”, in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina, *A morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Editora Quercó, 1985, pp. 65-89.

Cabral, João de Pina; Feijó, Rui G., “Um conflito de atitudes: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo”, in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina (dir.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Editora Quercó, 1985, pp. 175-208.

Caldas, Eugénio de Castro, “A província da Beira Litoral”, in Barros, Henrique de (dir.), *Inquérito à Habitação Rural. A habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, vol. II, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1947.

Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História de Portugal*, Lisboa, Empresa de Publicações Nacionais, 1998.

Caldas, João Castro, “Caseiros do Alto Minho-adaptação e declínio”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº7/8, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1981, pp. 203-216.

Caldeira, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)”, in *Análise Social*, XXII, nº 94, 1986, pp. 943-977.

Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2003.

Capela, José Viriato, “O Julgado de Vermoim no Antigo Regime”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 141-178.

Capela, José Viriato, “V. N. Famalicão Primeiro Município do Liberalismo. As primeiras câmaras e o exercício do poder municipal (1834-1846)”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 255-276.

Cardoso, José Luís, “Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico”, in Rosas, Fernando; Garrido, Álvaro (coord.), *Corporativismos. Fascismos. Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 101-120.

Carneiro, Marinha do Nascimento, “A nova cultura científica na obstetria e seus efeitos profissionais (séc. XIX)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 6, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 69-98.

Carneiro, Marinha, “Em torno de uma profissão feminina: a parteira”, in *Forum Sociológico*, nº 15/16, II série, 2006, pp. 67-82.

Carrère, Joseph-Barthélemy-François, *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

Carrilho, Marcos José, “Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba”, in *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, n° 1, S. Paulo, 2006, pp. 59-80.

Carvalho, Joaquim Ramos de, “A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime”, in *Revista Portuguesa de História*, n° 24, Coimbra, FLUC, 1988, pp. 121-163.

Carvalho, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na época Moderna”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 32-57.

Carvalho, Joaquim Ramos de, Paiva, José Pedro, “Visitações”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 365-370.

Carvalho, Manuel, *A guerra que Portugal quis esquecer*, Porto, Porto Editora, 2015.

Carvalho, Paulo Archer de, “Cemitérios”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, pp. 603-606.

Carvalho, Vasco César de, *Aspetos de Vila Nova. A justiça*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1947.

Carvalho, Vasco de, *Biografias*, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1959.

Carvalho, Vasco de, *Factos e Nomes*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1960.



Cascão, Rui, “Modos de habitar”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 22-55.

Cascão, Rui, “Em casa: o quotidiano familiar”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 222-252.

Castillo Gómez, Antonio, “Esos viejos papeles tan llenos de vida”, in Sierra Blas, Verónica (dir.), *Estos papeles viejos tan llenos de vida. Materiales para el estudio y edición de documentos personales*, Girona, CCG Ediciones, 2009, pp. 9-10.

Castillo Gómez, Antonio, “Tras la huella escrita de la gente común”, in Castillo Gómez, Antonio (coord.), *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*, Oiartzun, Sendoa, 2001, pp. 9-34.

Castro, Armando de, “Celeiros Comuns”, in Serrão, Joel (dir.), in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, pp. 32-35.

Castro, Ferreira de, *Emigrantes*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C<sup>a</sup>, 1946.

Castro, Helena Ribeiro de, “Caridade e filantropia: duas visões de justiça”, in *Semanário Ecclesia*, nº 1447, Lisboa, Agência Ecclesia do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa, 2014, pp. 25-29.

Castro, Maria de Fátima, *Santa Maria de Landim. Os seus espaços e as suas gentes (da segunda metade do século XVI a finais do século XIX)*, Braga, Secção de Artes Gráficas das Oficinas de Trabalho Protegido da APPACDM, 2004.

Catroga, Fernando, “A cremação na época contemporânea e a dessacralização da morte. O caso português”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1986, pp. 223-262.

Catroga, Fernando, “Morte Romântica e Religiosidade Cívica”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 595-607.

Catroga, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos (1756-1911)*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.

Carvalho, Anna Maria Fausto Monteiro de, “A Capela Primitiva da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro”, in Ferreira-Alves, Natália Marinho (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português II, As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*, Porto, Cepese, 2012, pp. 49-66.

Cerro, Fernando Negredo del, “Levantar La Doctrina Hasta Los Cielos. El Sermón Como Instrumento De Doctrinamiento Social”, in Martínez Ruiz, Enrique; Suárez Grimón, Vicente (eds.), *Iglesia y Sociedad En El Antiguo Régimen, III Reunión Científica Asociación Española de Historia Moderna*, vol. I, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1994, pp. 55-64.

Coelho, José Abílio, “António Ferreira Lopes: o legado de um “brasileiro” imbuído de ideais republicanos”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Braga, CITCEM/Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 153-170.

Coelho, José Abílio, *O “brasileiro” João António de Matos (1818-1892): benemérito da freguesia de Brunhais*, Brunhais, Junta de freguesia de Brunhais, 2013.

Coelho, José Abílio, “Saraus, visitas, merendas, passeios e viagens: a vida social dos “brasileiros” nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 359-373.

Collomp, Alain, “Famílias. Habitações e coabitações”, in Ariés, Philippe; Duby, George (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 501-541.

Conde, Manuel Sílvio; Vieira, Marina Afonso, “Habitação e a arquitetura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média”, in Gonçalves, Iria (coord.), *Paisagens rurais e urbanas. Fontes*,

*metodologias, problemática*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, vol. I, 2004, pp. 65-122.

Cordeiro, Carlos, “O processo de implantação da União Nacional nos Açores”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, IX, 2005, pp. 533-560.

Cordeiro, José Manuel Lopes; Teixeira, Mariana Jacob, *FICG, Francisco Inácio da Cunha Guimarães (1864-1947): um Pioneiro da Indústria Têxtil na Bacia do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, 2017.

Cosme, João Cosme, “As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 7, Porto, 2006, pp. 181-195.

Costa, Alexandrino, *Figuras do Passado e do Presente*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1942.

Costa, Artur Sá da, “O golpe militar do 28 de maio de 1926 e as autarquias locais”, in Silva, António Joaquim Pinto da; Pereira, José Agostinho (coord.), *As portas de história. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, vol. I, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2015, pp. 164-207.

Costa, Avelino Jesus da, “A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas desde 1240 a 1954”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 1, 1989, pp. 197-243.

Costa, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. I, Braga, Irmandade de S. Pedro da Porta Aberta, 1997.

Costa, Gley P., *O amor e os seus labirintos*, Porto Alegre, Editora Artmed, 2007.

Costa, João, “Contributo para o estudo dos casais rurais no Entre-Lima-e-Minho nos finais da Idade Média: Rio Frio, Valdevez e Ponte de Lima”, in *Paisagens Rurais e Urbanas*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 183-229.

Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver*, Porto, Edição de autor, 1980.

Couto, Manuel António Pereira, “O pároco e o facultativo. Comparando definições de morte nos registos paroquiais e hospitalares de uma vila transmontana no final do século XVIII e início do século XIX”, in *CEM/ Cultura, Espaço & Memória*, nº 5, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento, 2014, pp. 207-221.

Costa, Martins da, “Confraria do Santíssimo Sacramento da Póvoa de Varzim (esboço histórico)”, in *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, vol. XXIII, nº 1, 1984, pp. 207-269.

Cristóvão, Francisco da Silva, “Catequese e Catecismos”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 302-310.

Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

Cruz, Manuel Braga da, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117, 1992, pp. 547-574.

Cruz, Maria Antonieta, “Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. IV, Porto, Universidade do Porto, 2003, pp. 265-273.

Cruz, Maria Antonieta, “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 459-479.

Cruz, Maria Antonieta, “Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 10, 2009, pp. 161-180.

Cruz, Maria das Dores Girão; Pereira, Ilídio Manuel Barbosa, *Um Pai Nosso e uma Avé Maria a Santo António pelos bichinhos...: o porco na economia doméstica de S. Martinho de Lagares (Penafiel)*, Porto, FLUP, 1999.

Cruz, Maria Cecília Velasco e, “O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces”, in *Revista Tempo - Revista do Departamento de História*, nº 8, Rio de Janeiro, UFF, 1999, pp. 1-18.

Cunha, Licínio, “Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios”, in *Fluxos & Riscos*, nº 1, Lisboa, 2010, pp. 127-149.

Cunha, Maria Teresa Santos, “Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro”, in *Património e Memória*, vol. 3, nº 1, São Paulo, 2007, pp. 45-62.

Cunha, Maria Teresa Santos, “Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido”, in *História: Questões & Debates*, nº 59, Curitiba, Editora UFPR, 2013, pp. 115-142.

Cunha, Norberto Ferreira da, “A I República em Vila Nova de Famalicão. 1910-1926”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 309-406.

Cunha, Sónia Fernanda Marinho da, *A simbólica Cristã da Unidade Letiva 2 “Jesus nasceu”, no 1º ano do 1º ciclo do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia, 2015, Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada do Mestrado em Ciências Religiosas.

Cypriano, Paula Leitão, “Imigração, Negócios e Poder: promoção social e projeção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca, 1850-1870”, in *XIII Encontro de História ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008, pp. 1-10.

Dantas, Vinícius Orlando de Carvalho, *O Conde de Castelo Melhor: Valimento e Razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)*, Niterói, 2009, Dissertação de Mestrado policopiada.

David, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1992, Tese de Doutoramento policopiada.

Delumeau, Jean, *Le Peché et la Peur. La culpabilisation en Occident XIII-XVIII siècles*, Paris, Fayard, 1983.

Demerteco, Solange Menezes da Silva, *Doces lembranças: cadernos de receitas e comensalidade. Curitiba: 1900-1950*, Curitiba, 1998, Dissertação de Mestrado policopiada.

Dias, Jorge; Oliveira, Ernesto Veiga de, *Espigueiros Portugueses*, Lisboa, Edições D. Quixote, 1994.

Dias, Geraldo A. J. Coelho, "Origem Medieval do Compasso-Visita Pascal. A Bênção das Casas", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 4, Lisboa, Universidade Católica, 1992, pp. 83-97.

Dias, Geraldo J. A. Coelho, *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Departamento de História/Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2006.

Durães, Margarida, "Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população", in Feijó, Rui G.; Martins, Herminio; Cabral, João de Pina (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Edições Quercus, 1985, pp. 163-174.

Durães, Margarida, "Porque a morte é certa e a hora incerta...": alguns aspetos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses (sécs. XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia, Sociedade e Cultura*, vol. 13, nº 2, 2000, pp. 295-342.

Durães, Margarida, "Filhos e enteados. Práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, séculos XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Série História*, Vol. XV, N.º 1-2, 2001, pp. 175-218.

Durães, Margarida, “Os testamentos e a História da família”, *Conferência apresentada no âmbito do Mestrado de Demografia*, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, 2004, não paginado.

Durães, Margarida, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)”, in *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP*, Caxambú-MG, 2004, pp. 1-24.

Durães, Margarida, “Uma comenda Nova. O Senhorio de Adaúfe: propriedade e exploração agrícola (séculos. XVI- XIX)”, in *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 229-251.

Durães, Margarida; Lagido, Emília, “A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)”, in Meneses, Avelino de Freitas de; Costa, João Paulo e (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-Mar, 2007, pp. 237-263.

Enes, Fernanda, “Clero Secular. II. Séculos XVI-XVIII (de Trento a Pombal)” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 361-370.

Enes, Maria Fernanda, “As Confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da Cultura Barroca (um caso na diocese de Angra)”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Atas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, pp. 275-298.

Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000.

Esteves, Alexandra, “A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de, Esteves, Alexandra, Coelho, José Abílio, Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Portugal/Brasil, CITCEM/Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 121-142.

Esteves, Alexandra, “Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e inícios de novecentos”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José Abílio (coords.), *Sociabilidade na vida e na morte (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 295-315.

Esteves, Alexandra, “Quando a doença chega por mar. O desenvolvimento do sanitarismo em Portugal no século XIX”, in *Revista CEPIHS*, nº 6, Torre de Moncorvo, 2016, pp. 267-286.

Fabre, Daniel, *Écritures ordinaires*, Paris, Éditions P.O.L /Centre Georges-Pompidou, 1993.

Farinha, Luís, “Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República”, in *Comunicação & Cultura*, nº 8, 2009, pp. 103-124.

Farinha, Luís, “Vinte e oito de maio de 1926”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2014, pp. 1123-1128.

Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992.

Felgueiras, Margarida Louro, “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)”, in Pintassilgo, Joaquim (coord.), *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no século XX*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 299-318.

Fernandes, Aires Gomes, *Os cônegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de Trezentos à congregação de Santa Cruz*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011, Tese de Doutoramento policopiada.

Fernandes, Carla Sofia dos Anjos Maia, *Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes. Uma leitura da sua Arquitetura entre o espaço rural e o interior doméstico*, Porto, FAUP, 2013, p. 28, Dissertação de Mestrado policopiada.



Fernandes, Isabel Maria, “Alimentos e alimentação no Portugal Quinhentista”, in *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2002, pp. 125-215.

Fernandes, Maria de Lurdes Correia, *Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, FLUP, 1995.

Fernandes, Paula Sofia Costa, *O hospital e a botica da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2016.

Fernandes, Paulo Jorge da Silva, “Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo”, in *Análise Social*, vol. XLI, nº 178, 2006, pp. 55-73.

Fernández Cortizo, Camilo J., “Espacios y reproducción social en la Galicia occidental en el siglo XVIII”, in *Revista de Demografía Histórica*, Vol. XXII, nº 1, 2004, pp. 77-118.

Fernández Cortizo, Camilo J., “Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, tomo II, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 387-410.

Ferraz, Amélia Ricon, “Medicina e Cirurgia”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, pp. 799-805.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar”, in *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, vol. 3, Porto, CITCEM, 2012, pp. 163-177.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, Tese de Doutoramento policopiada.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “Os “aniversários” das irmandades: ocasiões de comunhão espiritual entre confrades vivos e defuntos”, in *Interações - cultura e comunidade*, vol. 10, nº 17, Belo Horizonte, 2015, pp. 178-199.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “A viagem para o além na Braga setecentista: a vivência das “últimas horas” no mundo terreno”, in *Diálogos*, vol. 20, nº 1, 2016, pp. 50-59.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “O Purgatório e a salvação da alma na Braga de Setecentos”, in *Revista M*, vol. 1, nº 2, 2016, pp. 295-319.

Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “Vestidos para a sepultura: a escolha da mortalha fúnebre na Braga setecentista”, in *Revista Tempo*, vol. 22, nº 39, 2016, pp. 110-125.

Ferreira, Diana Vanessa, *Paisagem industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia elétrica*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, Dissertação de Mestrado policopiada.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX; politização e “política popular” na Maria da Fonte”, in *História*, III série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 31-49.

Ferreira, Nuno Estêvão, “Pastoral”, in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 385-393.

Filho, Ricardo Moreira Figueiredo, “Análises histórico-sociais dos torna-viagens a partir da literatura portuguesa oitocentista”, in *Cadernos de História*, vol. 11, nº 15, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010, pp. 139-151.

Flamínio, Isabel, “O Espaço da Cozinha na Habitação Plurifamiliar Urbana. Modos de Vida e Apropriação do Espaço”, in *Sociologia: Revista da FLUP*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 16, 2006, pp. 251-277.

Folgado, Deolinda, “O Pensamento Arquitetónico Moderno e a Alteração do Espaço de Habitar Operário. Reflexos na grande Lisboa”, in Monteiro, Bruno; Pereira, Joana Dias (org.), *De Pé Sobre a*

*Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa/Universidade do Porto, 2013, pp. 35-44.

Foucault, Michel, *História da sexualidade. O cuidado de si*, São Paulo, Edições Graal, 2005.

Franco, Carlos José de Almeida, *Casas das Elites de Lisboa: objetos, interiores e vivências: 1750-1830*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Escolas das Artes, 2014, Tese de Doutoramento policopiada.

Franco, Renato, “O privilégio da caridade: comerciantes na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822)”, in Sanglard, Gisele; Ferreira, Luiz Otavio; Freire, Maria Martha de Luna; Barreto, Maria Renilda Nery; Pimenta, Tania Salgado (org.); *Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, pp. 23-38.

Franco Rubio, Gloria, “La Vivienda en el Antiguo Régimen: de espácio habitable a espácio social”, in *Chronica Nova. Revista de Historia Moderna da Universidade de Granada*, Granada, Universidade de Granada, n° 35, 2009, pp. 63-103.

Franco Rubio, Gloria, “El nacimiento de la domesticidad burguesa en el Antiguo Régimen. Notas para su estudio”, in *Revista de Historia Moderna. Anales da Universidad de Alicante*, n° 30, Alicante, Universidade de Alicante, 2012, pp. 17-31.

Freire, Dulce, “As vinhas da ira. Interesses locais e poder central durante o Estado Novo (anos 30 e 40)”, in Godinho, Paula; Bastos, Susana Pereira; Fonseca, Inês (coord.), *Jorge Crespo. Estudos em Homenagem*, Loulé, 100 Luz, 2009, pp. 481-499.

Freire, Dulce, *Produzir e Beber: A questão do vinho no Estado Novo*, Lisboa, Âncora editores, 2010

Freitas, Joana Isabel Ricardo Gaspar de, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, Tese de Doutoramento policopiada.

Freire, Dulce, “Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, in Rosas, Fernando; Garrido, Álvaro (coord.), *Corporativismo. Fascismos. Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 273-301.

Freire, Dulce, “Vitivinicultura”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Edições Assembleia da República, 2014, pp. 1138-1142.

Frutuoso, Maria Suzel Gil, “A presença portuguesa no comércio em Santos”, in Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*, São Paulo, EDUSC, 2008, pp. 141-154.

Fugier, Anne-Martin, “Os ritos da vida privada burguesa”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 193-261.

Gallar Rodríguez, Estrella, “La Navidad a través del tiempo”, in Javier Campos, Francisco; Sevilla, Fernández de (org.), *La Navidad: arte, religiosidad y tradiciones populares*, Madrid, Editores Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2009, pp. 825-846.

Garcia, Cláudio; Mendes, Fernando, *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave. 1913-2013 - Um século de crédito agrícola mútuo em Famalicão*, Leiria, Editora Imagens & Letras, 2013.

García Hinojosa, Pablo, *Simbolismo, religiosidade y ritual barroco. La muerte en Teruel en el siglo XVII*, de Zaragoza, Universidade de Zaragoza, 2010,

García Fernández, Máximo, “Herencias y particiones de bienes en Valladolid durante el siglo XVIII. Testamentos e inventários post-mortem”, in *Investigaciones Históricas: Época Moderna y Contemporánea*, nº 8, 1988, pp. 73-108.

García García, Francisco, “El ritual de la muerte en Zalamea La Real en la segunda mitad del siglo XVIII”, in *Huelva en su Historia*, 2ª época, vol. 11, Huelva, Universidad de Huelva, 2004, pp. 139-174.

García Lorenzana, Francisco, “Conjurar el olvido. Archivos de la Memoria Popular”, in Castillo Gómez, Antonio (dir.), *Cultura Escrita y classes subalternas: una mirada española*, Sendoa, Editores Iloartzun, 2001, pp. 191-206.

Garnel, Maria Rita Lino, “Pneumónica”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2014, pp. 282-286.

Gélis, Jacques, “A individualização da criança”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), in *História da Vida Privada*, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 311-330.

Geraldo, J. A. Coelho Dias, “Religiosidade Popular e Devoção das Gentes do Mar em Esposende”, in *Portugália*, Nova série, vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 245-254.

Ghirardi, M. Mónica, *Matrimonios y familias en Córdoba. Prácticas y representaciones*, Córdoba, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2004.

Ghirardi, Mónica; Irigoyen López, Antonio, “El Matrimonio, el Concilio de Trento e Hispanoamerica”, in *Revista de Indias*, vol. LXIX, nº 246, 2009, pp. 241-271.

Godinho, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.

Gomes, Eduardo Miguel Macedo, *A Administração Local na Monarquia Constitucional. O Papel da Freguesia e do Pároco (1834-1910)*, Braga, Universidade do Minho, 2012, Dissertação de Mestrado policopiada.

Gomes, Gisele Ambrósio, “História, Mulher e Gênero”, in *Virtú*, Juiz de Fora, vol. 10, 2010, pp. 1-10.

Gomes, Maria João Bastos da Cunha, *Praia da Granja 1860-1950. Génese, apogeu e declínio de uma estância recreativo-balnear*, Porto, Universidade Lusíada, 1998, Dissertação de Mestrado policopiada.

Gomes, Saul António, “Notas e documentos sobre as Confrarias Portuguesas entre o fim da idade média e o século XVII: o protagonismo dominicano de S.ta Maria da Vitória”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo 7, 1995, pp. 89-150.

Gonçalves, Amadeu; Costa, Artur Sá da, “Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira-correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira”, in *Boletim Cultural. Vila Nova de Famalicão*, III série, nº 3/4, 2007/08, pp. 271-314.

González Lopo, Domingo Luis, “El ritual de la muerte barroca: la hagiografía como paradigma del buen morir cristiano”, in *Semata, Ciências Sociais e Humanidades*, vol. 17, 2005, pp. 299-320.

Gouveia, António Camões, “A Sacramentalização dos Ritos de Passagem”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 529-557.

Gouveia, António Camões, “Procissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 67-72.

Grenha, Paula Andreia Magalhães, *Transformações do consumo alimentar na época contemporânea*, FLUC, Coimbra, 2011, Dissertação de Mestrado policopiada.

Grilo, Manuel Teles, *Das Matanças do Porco à Feira do Fumeiro de Vinhais. Patrimonialização e transformações sociais de um produto alimentar artesanal*, FCSH/UNL, 2011, Dissertação de Mestrado policopiada.

Guerrand, Roger-Henri, “Espaços Privados”, in Ariès, Philipp; Duby, George, *História da Vida Privada*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 325-411.

Henriques, Orlando José Guerra, Matrimónio. *A sacramentalidade de um sacramento diferente*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2014, Dissertação de Mestrado policopiada.

Herculano, Alexandre, *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, Inquisitiones*, Vol. I, fasc. IX, Lisboa, Academia das Ciências, 1977.

Heredia Gálian, Maria José, “Los testamentos. Un tipo textual com tradición: dela Edad Media a la actualidad”, in *Revista de investigación lingüística*, nº 1, vol. V, 2002, pp. 155-178.

Hespanha, António Manuel, “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 123-124, 1999, pp. 951-973.

Hobsbawm, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

Jean, Le Pechéet la Peur. *La culpabilisation en Occident XIII-XVIII siècles*, Paris, Fayard, 1983.

Jerónimo, Rita, “Banhistas e banheiros: reconfiguração identitária na praia da Ericeira”, in *Etnográfica* 7, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Social, 2003, pp. 159-169.

Jorge, Ana Maria C. M., “As instituições monásticas e a fuga do mundo”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 203-237.

Júnior, João Carlos Nara, “Inserção da Matriz de Santa Rita de Cássia na Espacialidade do Rio de Janeiro Colonial”, in *Anais do XVI Encontro Regional de História da APUD: Saberes e Práticas Científicas*, Rio de Janeiro, APUD, 2014, pp. 1-8.

Klein, Herbert S., “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 121, 1993, pp. 235-265.

Lages, José Manuel, “Os Emigrantes de V.N. Famalicão. O seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo”, in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os brasileiros da emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, pp. 47-77.

Landolt, Candido, “Movimento social da Póvoa. O comboio da Póvoa”, in *A Póvoa de Varzim*, 1º ano, nº 18, Póvoa de Varzim, Edição João Agostinho Landolt, 1912, p. 1.

Lara Ródenas, Manuel José de, *Muerte barroca: Ceremonia y sociabilidad funeral en Huelva durante el siglo XVII*, Huelva, Universidad de Huelva, 1999.

Lauxen, Bárbara Juliana, *Representações do intangível: uma análise das fotografias post-mortem, na cidade de Ijuí, início do século XX*, Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, 2016, Dissertação de Mestrado policopiada.

Leandro, Maria Engrácia, “Portugueses na região parisiense. Reinvenção dos laços sociais”, in Silva, Nizza da; Baganha, Ioannis; Maranhão, Maria José; Pereira, Miriam Halpern (Org.), *Emigração/Imigração em Portugal. Atas do Colóquio sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 348-361.

Leandro, Maria Engrácia, “A emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo”, in Eiras Roel, Antonio, González Lopo, Domingo L. (coord.), *Movilidad Interna y Migraciones Intraeuropeas en la Península Ibérica, Actas do Colóquio Europeu*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, pp. 129-146.

Leandro, Maria Engrácia, “Transformações da família na história do Ocidente”, in *Theologica*, 2ª Série, nº 41, 2006, pp. 51-74.

Le Goff, Jacques, *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, editorial Estampa, 1993.

Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariés, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 71-111.



Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vols. 7, 8, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C<sup>a</sup>, 1873-1890, pp. 618-637; 143-145.

Leal, João, *Arquitetos, Engenheiros, antropólogos: Estudos sobre a arquitetura popular no século XX*, Porto, Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva, 2009.

Leite, Joaquim da Costa, “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”, in *Análise Social*, vol. XXVI, (112-113), 1991, pp. 741-752.

Leite, Joaquim da Costa, “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”, in Fausto, Boris (org.), *Fazer a América: A imigração em massa para a América latina*, São Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo, 1999, pp. 177-200.

Leite, Joaquim da Costa, “A Viagem”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Lopes, Ana Mafalda Pereira, *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVII)*, Braga, Universidade do Minho, 2016, Dissertação de Mestrado policopiada.

Lopes, Célia Cristina Rodrigues, *As mil caras de uma doença-sífilis na sociedade coimbrã de inícios do século XX. Evidências históricas e paleopatologias nas coleções identificadas de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, Tese de Doutoramento policopiada.

Lopes, Fernando Farelo, “Caciquismo e Política em Portugal. Uma perspetiva sobre a Monarquia e a I República”, in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n<sup>o</sup>9, 199, pp. 127-137.

Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e os mecanismos de proteção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX”, in D’Encarnação, José (coord.), *A História tal qual se faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 89-102.

Lopes, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 152-193.

Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Lopes, Maria Antónia, “Os alimentos nos rituais familiares portugueses (1850-1950)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra (coord.), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 167-180.

Lopes, Maria Antónia, “Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)”, in *Revista Estudos do Século XX*, nº 13, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 257-280.

Lousada, Maria Alexandra, “Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime”, in *Atas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-558.

Lousada, Maria Alexandra, “Sobre a alimentação popular urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas”, in Serrão, José Vicente; Pinheiro, Magda Avelar; Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (orgs), *Portugal nos Últimos dois Séculos - Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, ICS, 2009, pp. 227-248.

Luis, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII*, Lisboa, FLUL, 2009, Dissertação de Mestrado policopiada.

Macedo, Sidiana da Consolação Ferreira de, “Os sabores da cidade: práticas alimentares, hierarquias sociais e seus lugares em Belém do Pará, segunda metade do século XIX”, in *XIX Encontro Regional de História ANPUH: Poder, exclusão e violência*, São Paulo, ANPUH, 2008, pp. 1-12.

Macedo, Sidiana da Consolação Ferreira de, *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900)*, Belém, Universidade Federal do Pará, 2009, Dissertação de Mestrado policopiada.

Machado, Alberto Pimenta, *Memória Comemorativa das Bodas de Prata da Casa Alberto Pimenta Machado, Guimarães*, Oficinas Gráficas da Tipografia Ideal, 1944.

Machado, Maria do Rosário, “Bento Carqueja e o movimento de beneficência e filantropia de finais do século XIX”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima; Esteves, Alexandra (org.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Porto, CITCEM, 2010, pp. 223-236.

Maduro, António Eduardo Veyrier Valério, *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (séculos XVIII-XX)*, vol. I, Coimbra, 2007. Tese de Doutoramento policopiada.

Maia, Fernanda Paula Sousa, “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima; Pereira, Conceição (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, pp. 51-68.

Maia, Fernanda Paula Sousa; Monteiro, Isilda Braga da Costa, “Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal-finais do século XIX e inícios do século XX”, in *Navegar: Revista de Estudos de E/Imigração*, vol. 1, nº 1, 2015, pp. 122-149.

Magalhães, Joaquim Romero, “As estruturas da produção agrícola e pastoril”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 243-281.

Magalhães, Joaquim Romero, “ A sociedade”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3 Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 469-509.

Magueta, Rita de Cássia Matos de, *Salve o Dia entre todos o mais belo! Educação religiosa e fotografias de primeira comunhão na década de 1940 (Porto Alegre/RS)*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, Dissertação de Mestrado policopiada.

Manique, António Pedro, "Liberalismo e Instituições Municipais. 1822-1910", in *Atas do 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1988, pp. 75-100.

Manique, António Pedro, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

Marques, A. H., "História genealógica do homem comum: micro-história ou macro-história?", in *História. Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 4, Porto, FLUP, 2003, pp. 173-186.

Marques, Guida, "Por ser cabeça do Estado do Brasil. As representações da cidade da Bahia no século XVII", in Souza, Evergton Sales; Marques, Guida; Silva, Hugo R. (Org.), *Salvador da Bahia retratos de uma cidade atlântica*, Salvador/Lisboa, EDUFBA/CHAM, 2016, pp. 17-46.

Marques, Helder, "Região demarcada dos vinhos verdes", in *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I série, vol. III, Porto, FLUP, 1987, pp. 135-242.

Marques, João Francisco, "O culto vespertino", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 525-529.

Marques, João Francisco, "A Celebração do Sacrifício da Missa", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 522-525.

Marques, João Francisco, "Preceito dominical. Importância e gravidade do preceito", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 517-521.

Marques, João Francisco, "A palavra e o livro", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 377-447.

Marques, João Francisco, "Pregação. A pregação das missões", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 414-417.

Marques, João Francisco, “A Renovação das Práticas Devocionais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 558-601.

Marques, João Francisco, “Pregação”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 393-417.

Marques, João Francisco, “Oratórios e capelas particulares”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 605-611.

Marques, João Francisco, “Confissão”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 445-459.

Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

Marques, José, “A igreja no mundo do Infante D. Henrique”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 12, 1995, pp. 183-230.

Marques, José, “Sínodos bracarenses e renovação pastoral”, in *Separata de Theologica*, 2ª série, Braga, 1995, pp. 275-314.

Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, in *Separata das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória-Ciclo de Conferências*, Porto, 1997, pp. 173-207.

Marques, José, “Braga, Arquidiocese de”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 221-253.

Marques, José, “A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspetos”, in *Via Spiritus*, nº 9, 2002, pp. 317-347.

Marques, José, “A Terra de Vermoim na Idade Média. Identificação do território, instituições, vida e declínio. Alguns aspetos”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Pinto da (coord), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 63-108.

Marques, Maria Alegria F., “Saber e saberes na legislação sinodal medieval portuguesa”, in *História Revista. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, UFG, vol. 18, n° 1, 2013, pp. 91-120.

Martinho, António Manuel Matoso, “Concelho de Tondela - Dos finais do século XVI aos inícios do século XX - aspetos demográficos e económicos”, in *Máthesis*, n° 14, Viseu, Centro Regional de Viseu/ Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 41-66.

Martin-Fugier, Anne, “Os ritos da vida privada burguesa”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges, *História da Vida Privada*, vol. 4, Lisboa, edições Afrontamento, 1990, pp. 193-262.

Martinez Gil, Fernando, *Actitudes ante la muerte en el Toledo de los Austrias*, Madrid, Edições Siglo XXI, 1993.

Martins, Ana Paula Vosne, “Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais”, in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.18, supl. 1, Rio de Janeiro, 2011, pp. 15-34.

Martins, Ana Paula Vosne, “A feminilização da filantropia”, in *Gênero*, vol. 15, n° 2, Niterói, 2015, pp. 13-28.

Martins, Conceição Andrade, “A filoxera na viticultura nacional”, in *Análise Social*, vol. XXVI, n° 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, pp. 653-688.

Martins, Conceição Andrade, “A “era de progresso” da viticultura nacional”, in Cabral, Manuel Villaverde; Wall, Karine; Aboim, Sofia; Silva, Filipe Carreira (org.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, ICS, 2008, pp. 70-87.

Martins, Luís Paulo Saldanha, “Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época”, in *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, I Série, Vol. V, Porto, FLUP, 1989, pp. 45-49.

Martins, Pedro Alexandre Guerreiro, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, Dissertação de Mestrado policopiada.

Martins, William de Souza, *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*, S. Paulo, EDUSP, 2009.

Mártires, Frei Bartolomeu, *Stymulus pastorum*, II pars, I, in Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1770)*, Braga, 1997, pp. 139-140.

Matos, Albano Mendes de, “As doenças na Gardunha: Crendices, Benzeduras e Curativos”, in Marques, António Lourenço (dir.), *Medicina na Beira interior da pré-história ao século XX, Cadernos de Cultura*, nº 20, 2006, pp. 82-85.

Matos, Ana Cardoso, “Eletricidade. Produção, distribuição e consumo”, Rollo, Maria Fernanda (coord.), in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Edições Assembleia da República, 2014, pp. 1104-1111.

Matos, Ana Cardoso de, “Turismo, guias e roteiros”, in Rollo, Maria Fernanda, (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Edições Assembleia da República, 2014, pp. 1017-1022.

Matos, Ana Cardoso de; Ribeiro, Elói Figueiredo; Bernardo, Maria Ana, “Caminhos-de-ferro e turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)”, in *V Congresso de Historia Ferroviaria*, Palma de Maiorca, 2009, pp. 1-16.

Matos, Maria Izilda Santos de, “Âncora de emoções: a imigração portuguesa”, in *Cadernos CERU*, vol. 19, nº 1, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 2008, pp. 99-113.

Mattoso, José, “O culto dos mortos na Península Ibérica (séculos VII a XI),” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 4, 1992, pp. 13-38.

Mattoso, José, *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Mattoso, José, “Forma de Vida Canónica. Nota Histórica”, in Sousa, Bernardo Vasconcelos (dir.); Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 169-171.

Mattoso, José, “Forma de Vida Monástica. Nota Histórica”, in Sousa, Bernardo Vasconcelos (dir.); Pina, Isabel Castro; Andrade, Maria Filomena; Santos, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 37-39.

Mauad, Ana Maria, “Imagens de Passagem: Fotografia e os Ritos da Vida Católica na Boa Sociedade Brasileira (1850-1950)”, in Lima, Lana Lages da Gama; Ciribelli, Marina; Honorato, Cezar Teixeira; Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.), *História & Religião*, Rio de Janeiro, Maud Editora/FAPERG, 2002, pp. 193-206.

Menezes, D. Luís de, *História de Portugal Restaurado: Offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*, Tomo I, Lisboa, Oficina de João Galvão, 1679.

Medeiros, João Luís, “O morgadio dos pobres. As doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de Setecentos)”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, VII, 2003, pp. 11-59.



Medina, João, “Ecos de la tercera guerra Carlista en Portugal (1872-1876)”, in Serrão, Joaquim Veríssimo; Bullón de Mendoza, Alfonso (org.), *La contrarrevolución legitimista (1688-1876)*, Madrid, Editorial Complutense, 1995, pp. 189-218.

Mendes, Francisco Azevedo, “Ordens Sacras”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 345-348.

Mendoza, José Zamora, “Unas misiones del Padre Calatayud en Logroño”, in *Berceo: Revista Riojana de Ciências Sociales y Humanas*, Instituto de Estatutos de Estudios Riojanos, Logroño, nº 21, 1951, pp. 559-580.

Menezes, Lená Medeiros de, A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida, in Martins, Isménia Lima; Sousa, Fernando (orgs.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Edições Afrontamento, 2007, pp. 103-119.

Menezes, Lená Medeiros de, “O pequeno comércio português no Rio de Janeiro: histórias e gênero”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011, pp. 1-8.

Menezes, Lená Medeiros de; Cypriano, Paula Leitão, “Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do tribunal do comércio da capital do império (1851-1870)”, in Matos, Maria Izilda S. de; Sousa, Fernando de; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*, São Paulo, EDUSC, 2008, pp. 103-118.

Mogarro, Maria João; Pintassilgo, Joaquim, “Educação da mulher”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, pp. 1083-1087.

Monteiro, Eduardo Filipe Pinto, *O património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, Dissertação de Mestrado policopiada.

Monteiro, Isilda Braga da Costa, “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar - uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia de Lima; Pereira, Conceição Meireles (coord.), *A emigração para o Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, pp. 99-114.

Monteiro, Isilda, “Os passaportes - do enquadramento legal à prática (1855-1926)”, in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia; Menezes, Lená Medeiros de; Matos, Maria Izilda; Sarges, Maria de Nazaré; Silva, Susana Serpa, *Um passaporte para a terra prometida*, Porto, Fronteira do Caos Editores, Lda/CEPESE, 2011, pp. 117-136.

Monteiro, Isilda Braga da Costa, “Cândido da Cunha Sotto Mayor, emigrante, empresário e banqueiro - um ator nas relações luso-brasileiras (1900-1935)”, in *População e Sociedade: Relações Externas de Portugal*, nº 21, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2013, pp. 29-41.

Monteiro, Miguel, “Representações Materiais do ‘brasileiro’ e Construção Simbólica do Retorno”, in Marcondes, Neide; Bellotto, Manoel (org.), *Turbulência Cultural em Cenários de Transição. O século XIX Ibero-americano*, São Paulo, Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005, pp. 100-119.

Monteiro, Nuno G., “Sistemas familiares”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 280-285.

Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, 2009, Braga, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento policopiada.

Moraes, Juliana de Mello, “As práticas assistenciais entre os irmãos seculares franciscanos nas duas margens do atlântico (século XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 185-196.

Moraes, Juliana de Mello, “Os irmãos das Ordens Terceiras de São Francisco e as relações familiares no Império português, século XVIII”, in Santos, Carlota (org.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 235-247.

Moreira, Fernanda Margarida, “Atividades Desportivas no Porto em Finais do Século XIX (1893-1894)”, in Machado, Ana; Cardoso, Diogo; Mouta, Fernando; Oliveira, Liliana; Guerra, Maria; Gonçalves, Marta Pereira; Monteiro, Pedro Monteiro (Org.), *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2017, pp. 413-444.

Moreira, Maria João Guardado, “O século XVIII”, in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento Lda, 2008, pp. 247-287.

Morel D'Arleux, Antonia, “Los tratados de preparación a la muerte: aproximación metodológica”, in Garcia Martín, Manuel (coord.), *Estado actual de los estudios sobre el Siglo de Oro: actas del II Congreso Internacional de Hispanistas del Siglo de Oro*, vol. 2, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1993, pp. 719-734.

Mota, Guilhermina, “A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII”, in Marques, Maria Alegria Fernandes (coord), *Mulher. Espírito e Norma: Atas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009, pp. 103-118.

Mota, Guilhermina, “Longos e penosos meses de noivado. Um processo de esponsais na Coimbra do século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 44, 2013, pp. 359-388.

Mota, Nelson, “At Home com a Burguesia do Porto. Fronteiras entre o Público e o Privado”, in Santos, Carlota (coord), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 519-545.

Nazareth, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade*, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1908.

Neto, Alda, “As “casas de brasileiros” - dois exemplos no vale do Sousa”, in Sousa, Fernando; Martins, Ismênia; Menezes, Lená Medeiros de; Matos, Maria Izilda; Sarges, Maria de Nazaré; Silva, Susana Serpa (org.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos Editores Lda., 2011, pp. 589-610.

Neto, M. Margarida Sobral, “Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs XVII-XIX)”, in *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994, pp. 55-83.

Neto, Vitor, “A emergência do estado liberal e as contradições político-eclésiásticas (1832-1848)”, in *Revista de História*, vol. 8, Porto, 1988, pp. 281-299.

Neto, Vitor, “Legislação Republicana em matéria religiosa”, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2014, pp. 628-630.

Nunes, João Rocha, *A reforma católica na diocese de Viseu (1552- 1639)*, Coimbra, FLUC, 2010, Tese doutoramento policopiada.

O’Neill, Brian Juan, “Trabalho cooperativo numa aldeia no norte de Portugal”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp. 7-34.

O’Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.

O’Neill, Brian Juan, “Repensando trabalhos coletivos lúdicos: A matança do porco em Alto Trás-os-Montes”, in Baptista, Fernando O.; Pais de Brito, Joaquim; Braga, Maria L.; & Pereira, Benjamim (orgs.), *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos de Etnologia, 1989, pp. 471-520.

Olival, Fernanda, “A Ordem de Cristo e a sociedade portuguesa dos séculos XVI-XVIII”, in *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure - V Centenário da subida ao trono de D. Manuel I*, Soure, Câmara Municipal de Soure, 1997, pp. 11-18.

Olival, Fernanda, *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra. Mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Editora Estar Lda, 2001.

Olival, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-275.

Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, 2003, pp. 1213-1239.

Oliveira, António de, “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1, nº 1, 1995, pp. 259-307.

Oliveira, Aurélio, *A abadia de Tibães e o seu domínio, (1680-1813). Estudo Social e Económico*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1974, Tese de Doutoramento policopiada.

Oliveira, César, “Da ditadura militar à implantação do salazarismo”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 13-32.

Oliveira, César, “Os municípios no liberalismo monárquico constitucional”, Oliveira, César (dir.), in *História dos Municípios e do Poder Local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 179-241.

Oliveira, César, “O Estado Novo e os municípios corporativos”, in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 286-341.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000.

Oliveira, Luísa Tiago de, *A saúde pública no vintismo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992.

Oliveira, Manoel de, *Autobiografia*, s/d, policopiada.

Oliveira, Maria Gabriela, “A Confraria de Santo Isidoro e seus Clamores. Alto Minho- Sécs. XVI-XX”, in *Via Spiritus*, nº14, 2001, pp. 109-124.

Oliveira, Ricardo Pessa de, “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime”, in *Lusitania Sacra*, nº 33, 2016, pp. 255-268.

Orlando, Evelyn de Almeida, “Os Manuais de Catecismo e a Circulação de Idéias: Tradição e Modernidade na Pedagogia Católica”, in *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 2008, pp. 159-176.

Ortigão, Ramalho, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz editores, 1876.

Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942.

Osswald, Helena, “Sistemas de parentesco no Período Moderno: Definições religiosas e liberdades individuais em Portugal”, in *Revista CEM: Cultura, Espaço & Memória*, vol. 3, 2012, pp. 29-43.

Pais, José Machado, “A evolução do gosto, da moda e da beleza”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 337-342.

Paiva, José Pedro, “A Administração Diocesana e a Presença da Igreja”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 3, Lisboa, 1991, pp. 71-110.

Paiva, José Pedro, “As Visitas Pastorais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 250-255.

Paiva, José Pedro, “Os mentores”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 201-237.

Paiva, José Pedro, “Pastoral e evangelização. As missões internas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 239-313.

Paiva, José Pedro, “Episcopado e Pregação no Portugal Moderno. Formas de Atuação e de Vigilância”, in *Revista Via Spiritus*, nº16, Porto, CITCEM, 2009, pp. 9-44.

Paiva, José Pedro, “La reforma católica en el período de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)”, in *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, nº 20, 2010, pp. 1-37.

Paiva, Odete, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960. Crescer e progredir*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016.

Palomo, Federico, “La Autoridad de los Prelados Postridentinos y la Sociedad Moderna. El Gobierno de Don Teotónio de Braganza en el Arcebispado de Évora (1578-1602)”, in *Hispania Sacra*, vol. 47, 1995, pp. 587-624.

Palomo, Federico, “Disciplina christiana. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 18, Madrid, Universidad Complutense, 1997, pp. 119-136.

Palomo, Federico, “Estudio de la Historia Religiosa de la Época Moderna”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 15, 2003, pp. 239-275.

Palomo, Federico, *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Pedreira, Jorge M., “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)”, in *Anais da Universidade de Évora*, nº 8-9, 1988-1989, pp. 47-72.

Peixoto, Paula Torres, “A casa do “brasileiro””, in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os brasileiros da emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, pp. 118-123.

Peixoto, Rocha, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.

Penteado, Pedro, “Confrarias Portuguesas da época Moderna: Problemas, Resultados e Tendências de Investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 7, 1995, pp. 15-52.

Penteado, Pedro, “Peregrinações e Santuários”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 346-359.

Pereira, B. da Costa, *A Póvoa de Varzim como estação balnear marítima (apontamentos subsidiários)*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense Editora, 1906.

Pereira, Gaspar Martins; Olazabal, Maria Luísa Nicolau de Almeida, *Dona Antónia*, Porto, Edições Asa, 1996.

Pereira, Hugo Silveira, “As viagens ferroviárias em Portugal (1845-1896)”, in *Cultura, Espaço & Memória*, nº 1, Porto, CITCEM, 2010, pp. 25-40.

Pereira, Hugo Silveira, “A construção da rede ferroviária do Minho (1845-1892)”, in *Cultura, Espaço & Memória*, nº 2, Porto, CITCEM, 2011, pp. 11-31.



Pereira, Isaiás da Rosa, “A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses”, in *Lusitania Sacra*, vol. 10, Lisboa, 1978, pp. 37-74..

Pereira, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992.

Pereira, José Carlos, *O Poder Simbólico da religião. A Dialética da Exclusão e Inclusão nos Espaços Sagrados da Igreja Católica na Região Metropolitana de São Paulo*, São Paulo, Universidade Católica de S. Paulo, 2008, Tese de Doutoramento policopiada.

Pereira, José Carlos, *Os Ritos de Passagem no Catolicismo: cerimônias de inclusão e sociabilidade*, Rio de Janeiro, Maud editora, 2012.

Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Os esponsais: forma e significado no contexto da sociedade portuguesa de Setecentos”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. V, Porto, FLUP, 1988, pp. 189-210.

Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Caridade versus filantropia - Sentimento e Ideologia. A propósito dos terremotos de Andaluzia (1855)”, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da universidade do Porto, 2004, pp. 831-841.

Pereira, Maria da Conceição Meireles, “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”, in Matos, Maria Izilda S. de; Sousa, Fernando; Hecker, Alexandre (org.), *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*, São Paulo, EDUSC, 2008, pp. 35-48.

Pereira, Maria João Lourenço, “Vestuário”, in Serrão, Joel; Marques, Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 627-633.

Pereira, Miriam Halpern, “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”, in *Análise Social*, vol. VII, nº 25-26, 1969, pp. 85-117.

Pereira, Natália Maria Magalhães, “Nós o Povo: as redes das casas do povo nos alinhamentos corporativos (1933-1974)”, in *Oficina do Historiador*, vol. 9, nº 2, Porto Alegre, EDIPUCRS, jul-dez 2016, pp. 99-118.

Pereira, Sônia Gomes, “O Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a estruturação urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX”, in Ferreira-Alves, Natália Marinho, (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português III. O legado franciscano*, Porto, CEPESE, 2013, pp. 947-970.

Pereira, Virgílio Borges, “Café com quê?!: uma análise sobre práticas semi-públicas de sociabilidade em espaços/tempos "intermediários" da Baixa portuense”, in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 1ª série, vol. V, 1995, pp. 151-176.

Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, “Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes”, in *História (São Paulo)*, vol. 31, nº 2, jul/dez. 2012, pp. 212-246.

Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, “Credores e devedores bancários em Campos dos Goytacazes (1863-1888)”, in *Locus, Revista de História*, vol. 20, nº 2, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014, pp. 177-206.

Pereira, Walter Luiz Carneiro de Mattos, “Espaço, Economia e História Regional no Brasil”, in *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, Ano IV, nº 8, 2016, pp. 1-6.

Pérez Samper, María de los Ángeles, “Entre la intimidad y la sociabilidade: la alimentación según fray Antonio de Guevara”, in *Revista de Historia Moderna*, nº 30, Alicante, Universidad de Alicante, 2012, pp. 101-122.

Pérez Samper, María de los Ángeles; Franco Rubio, Gloria, “Mirar la historia con otros ojos”, in *Revista de Historia Moderna*, nº 30, Alicante, Universidad de Alicante, 2012, pp. 11-16.

Perrot, Michelle, “Práticas da memória feminina”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, nº 18, 1989, pp.9-18.

Perrot, Michelle, “Personagens e papéis”, in Ariès, Philippe; Duby, George (dir.), *História da Vida Privada*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 121-185.

Perrot, Michelle, “Maneiras de habitar”, in Ariès, Philipp; Duby, George, *História da Vida Privada*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 307-323.

Perrot, Michelle, *As mulheres ou os silêncios da História*, Bauru, EDUSC, 2005.

Perrot, Michelle, *Minha História das Mulheres*, São Paulo, Editora Contexto, 2007.

Pilão, Célia; Tação, Sandra, “A profilaxia da sífilis em Portugal (1900-1940): suportes de propaganda”, in Bastos, Cristiana (org.), *Clínica, Arte e sociedade: a sífilis no Hospital do Desterro e na saúde pública*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2011, pp. 175-196.

Pimenta, Maria Cristina; Barreiro, Poliana Monteiro, “As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso”, in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, Comendas das Ordens Militares da Idade Média. Atas do Seminário Internacional*, nº 11, Porto, CEPESE, 2009, pp. 89-104.

Pimentel, Helen Ulhôa, “A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões”, in *Univ. FACE*, vol. 4, nº 1/2, 2007, pp. 29-63.

Pimentel, Irene Flunser, “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40,” in *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999, pp. 477-508.

Português, Ernesto, *Cadernos de contas de um barbeiro. Memórias de Monção*, Monção, Câmara Municipal de Monção, 2010.

Pina, Isabel Castro, “Ritos e Imaginários da Morte em Testamentos dos séculos XIV e XV”, in Mattoso, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda, 1996, pp. 125-164.

Pintassilgo, Joaquim; Hansen, Patricia, “A laicização da sociedade e da escola em Portugal: um olhar sobre o século XX”, in Pintassilgo, Joaquim (coord.), *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no século XX*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 13-36.

Pintassilgo, Joaquim; Rodrigues, Maria Manuela, “Centros Escolares Republicanos” mudei para aspas, in Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Texto Editora/Assembleia da República, 2013, pp. 624-628.

Pinto, António Costa, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 116-117, 1992, pp. 575-613.

Pinto, António Costa, “Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, in *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, nº 26, 2002, pp. 161-186.

Pinto, Ricardo Fernando, “Intimidade, transgressão e privança na dinâmica dos “afetos” do Antigo Regime: o caso de António Conti, o príncipe dos favoritos de D. Afonso VI (1656-1662)”, in *História. Revista da FLUP*, IV série, vol. 2, Porto, FLUP, 2012, pp. 129-146.

Pinto, Sérgio Ribeiro, “O clero paroquial e a I República. Nova abordagem à querela das pensões (1910-1917)”, in *Lusitania Sacra*, nº 30, julho-dezembro 2014, pp. 91-134.

Pinto, Orlando da Rocha, “Breves aspetos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintões da Freguesia de Requião (V. N. Famalicão) e do seu fundador”, in *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III série, nº 2, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2006, pp. 49-54.

Polanco Melero, Carlos, “Muerte y mentalidad en la Castilla del siglo XVI: continuidad y cambio, el caso de Burgos”, in *Boletín de la Institución Fernán González*, Burgos, Universidad de Burgos, nº 218, 1999, pp. 111-154.

Quaresma, Vitor Sérgio, “Constantes e mutações na mentalidade portuguesa”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 315-338.

Ramalho, Margarida de Magalhães, *Uma corte à beira-mar, 1870-1910*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003.

Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2013, Tese de Doutoramento policopiada.

Ramos, Rui, “O fim da República”, in *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº 153, 2000, pp. 1059-1082.

Ramos, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, in *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135.

Ramos, Rui Jorge Garcia, *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitetura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2004, Tese de Doutoramento policopiada.

Rasteiro, Natércia Maria Carvalho, *Sociabilidades Gastronómicas no Portugal Contemporâneo: práticas, modelos e espaços: sociabilidades burguesas encenadas no espaço privado*, Coimbra, FLUC, 2010, Dissertação de Mestrado policopiada.

Rattazzi, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997.

Reder Gadow, Marion, “Vivencia de la muerte en el Antiguo Regimen”, in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e História*, nº 9, 1986, pp. 347-356.

Reder Gadow, Marion, “Actitudes ante la muerte en Melilla, en la transición del XVIII (2ª parte)”, in *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, nº 21, 1999, pp. 367-394.

Reder Gadow, Marion, “La escritura testamentaria como fuente de información multidisciplinar”, in Javier Campos, Francisco; Sevilla, Fernández (coord.), *El mundo de los defuntos: culto, cofradías y tradiciones*, vol. 2, San Lorenzo de El Escorial, Ediciones Escorialenses, 2014, pp. 925-940.

Ribeiro, Ana Sofia Ferreira, *Património Vernacular Construído - O beiral, o espigueiro e a eira: formas, usos e contextos*, Porto, FLUP, 2016. Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa.

Ribeiro, Carla, “Turismo ferroviário em Portugal nos anos de 1930”, in *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, nº 30, ESGHT-University of the Algarve, 2017, pp. 18-30.

Rijo, Delminda, “Os escravos na Lisboa Joanina”, in Cunha, Maria Cristina (dir.), *CEM Cultura, Espaço e Memória*, nº3, Porto, CITCEM /Edições Afrontamento, 2012, pp. 111-129.

Rocha, Maria Manuela, “Crédito privado em Lisboa numa perspetiva comparada (séculos XVII-XIX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 145, 1998, pp. 91-115.

Rodrigues, Ana Maria; Durães, Margarida; “Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes”, in *Arqueologia do Estado. Atas do Colóquio*, Lisboa, 1988, pp. 817-836.

Rodrigues, Ana Maria S. A., “Patrimónios, Direitos e Rendimentos eclesiásticos”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 261-301.

Rodrigues, Henrique, “Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte”, in Martins, Ismênia; Sousa, Fernando de (org.), *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, Rio de Janeiro, Edições Muiraquita, 2006, pp. 189-230.

Rodrigues, Henrique, “Emigração - de jovens - e correspondências. Cartas do Brasil para Portugal no século XIX”, in *Navegar*, vol. 3, nº 5, jul.-dez. 2017, pp. 145-178.

Rodrigues, José Damião, “Família e Clero em Portugal”, in Cunha, Mafalda Soares da; Franco, Juan Hernández (coords.) *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS, 2010, pp. 103-127.

Rodrigues, Teresa, et al, *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento Lda, 2008.

Rodrigues, Maria Manuela, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções. Alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)”, in I *Congresso Internacional do Barroco. Atas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, pp. 323-349.

Rodrigues, Sónia Valente, “Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Porto, FLUP, 2005, pp. 849-865.

Rodrigues, Teresa Maria Ferreira, “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, 1996, pp. 391-401.

Rodrigues, Teresa Ferreira, “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII”, in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento Lda, 2008, pp. 159-246.

Rodrigues, Teresa Ferreira, “O século XIX”, in Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento Lda, 2008, pp. 327-416.

Romero Mensaque, Carlos José, “Génesis e hitos históricos de un acontecimento de la religiosidade popular europea moderna: el fenómeno rosariano desde la iniciativa clerical a la recreación popular”, in *Revista de Humanidades*, nº 16, 2009, pp. 35-58.

Rosas, Fernando, O Salazarismo e o Homem Novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”, in Torgal, Luís Reis; Paulo, Heloísa (coord.), *Estados autoritários e*

*totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 31-48.

Rosas, Fernando, “O corporativismo enquanto categoria histórica”, in *Revista Estudos do Século XX*, nº 16, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 20-24.

Rüdiger, Francisco, “O amor no século XX. Romantismo democrático versus intimismo terapêutico”, in *Tempo Social*, vol. 24, nº 2, São Paulo, Universidade de S. Paulo, 2009, pp. 149-168.

Ruiz Astiz, Javier, “Corrigir y Disciplinar Conductas: Actitud de la Iglesia Católica Contra la Violencia popular (Siglos XVI-XVIII)”, in *Hispania Sacra*, LXVI, 134, 2014, pp. 481-528.

Ruiz Sastre, Marta; Macías Domínguez, Alonso Manuel, “Cuando el Amor Desaparece. Ruptura de Noviazgo y Separación Matrimonial en el Antiguo Régimen. El Caso del Arzobispado de Sevilla”, in Serrano Martín, Eliseo (coord.), *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Diputación de Zaragoza, Zaragoza, 2013, pp. 997-1014.

Rybczynsky, Witold, *La casa. Historia de una idea*, Argentina, Emecé Editores, 1991.

Sá, Isabel dos Guimarães, “As Confrarias e as Misericórdias”, in Oliveira, César, (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 55-60.

Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 200-203.

Sá, Victor de, “A Reforma Administrativa Liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 02, Porto, 1985, pp. 201-216.

Salazar, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas III, 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959.



Sampaio, Alberto, *O presente e o futuro da viticultura no Minho*, Guimarães, edição Sociedade Martins Sarmiento, 1991.

Sanches, António Nunes Ribeiro, *Tratado da conservação da saúde dos povos*, Paris, Maison de Bonardel e Du Beux, 1756.

Sánchez Diego, Héctor Fernando, “De la clientela a la familia, ¿un camino de ida y vuelta? el fenómeno del padrinazgo en el Valle de Iguña (siglos XVII-XIX)”, in Henarejos López, Juan Francisco; Irigoyen López (editores), *Escenarios de familia: trayectorias, estrategias y pautas culturales, siglos XVI-XX*, Murcia, Universidad Murcia, 2017, pp. 145-158.

Sánchez Pérez, María, “La Muerte por entregas”, in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 15, 2008, pp. 75-110.

Sanglard, Gisele; Lopes, Maria Antónia, “Pobreza e assistência: debates historiográficos”, in *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 24, nº 2, 2018, pp. 280-284.

Santana, Maria Helena, “Estética e aparência”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 428-452.

Santos, Carlos Roberto Antunes, “A Alimentação e Seu Lugar Na História: Os Tempos da Memória Gustativa”, in *História: Questões e Debates*, nº 42, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005, pp. 11-31.

Santos, Carlota; Mesquita, Maria Hermínia, “Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e património (estudo de casos)”, in Santos, Carlota (coord), *Família, Espaço e Património*, CITCEM, Porto, 2011, pp. 25-45.

Santos, Dina Maria Serrano, *Do Mutualismo ao Mercado. A banca mutualista em Portugal. Estudo de Caso: O Crédito Agrícola Mútuo*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2012, Dissertação de Mestrado policopiada.

Santos, Dina, “Mutualismo, Cooperativismo e Crédito Agrícola em Portugal-Origens e Evolução”, in *XXXIV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES): Saber. Produzir. Abastecer Da Idade Média ao Século XXI*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/IHC, 2014, pp. 1-15.

Santos, Eugénio dos, “O homem português perante a doença no século XVIII: Atitudes e receituário”, in *Separata da Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 1, 1984, pp. 187-200.

Santos, Eugénio, “Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”, in *Os brasileiros de Torna-Viagem*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 15-25.

Santos, José Manuel Alves dos, *A administração na Guerra Peninsular*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010.

Santos, José António, *As freguesias. História e atualidade*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

Santos, Mário Augusto da Silva, *Casa e Balcão: Os caixeiros de Salvador (1890- 1930)*, EDFBA, Salvador, 2009.

Santos, Maria José Moutinho; Santos, Maria Fernanda; Leite, Isabel Pereira, *Exposição As pequenas coisas: recordações de mulheres. 1910-1950*; Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

Santos, Paula Borges, “O modelo político do estado autoritário português: a ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V. Historia Contemporanea, nº 27, UNED, 2015, pp.59-84.

Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Schmitt, Juliana, *Mortes Vitorianas: cores, lutos e vestuário*, São Paulo, Alameda, 2010.

Scott, Ana Sílvia Volpi, “A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspetiva microanalítica”, in *História Unisinos*, nº 11, 1, 2007, pp. 117-122.

Senos, Sofia Marina Grilo Marques, *Vista Alegre. Um espaço urbano industrial*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008, Prova final de licenciatura em arquitetura.

Serafim, João Carlos G., “A ideia da Quotidiorum nas Artes Moriendi jesuítas na Idade Moderna: a Satisfação de Agravos do Padre João da Fonseca, S. J.”, in *Via Spiritus*, vol. 15, 2008, pp. 35-52.

*História de Portugal, A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

Serrão, Joel, “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, in *Análise Social*, vol. 8, nº32, Lisboa, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1970, pp. 597-617.

Silva, António Joaquim Pinto da, “A consolidação do município. 1850-1910”, in Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (coord.) *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp. 277-308.

Silva, António Joaquim Pinto, *Vereações de Vila Nova de Famalicão (1835-2005)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2005.

Silva, António Joaquim Pinto da, “As primeiras décadas do Município”, in Pereira, José Agostinho e Silva, António Joaquim Pinto da e (coord.), *As Portas da História. Vila Nova de Famalicão. 1835-2015*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2015, pp. 34-103.

Silva, António Martins da, “Extinção das ordens religiosas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 232-236.

Silva, Áurea Pereira da, “Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)”, in *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, n° 1, São Paulo, jan-jun. 2006, pp. 81-119.

Silva, César Augusto Tovar, “A pintura do forro da igreja de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro: contribuições para sua análise iconográfica”, in Ferreira-Alves, Natália Marinho (coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*, Porto, Cepese, 2012, pp. 67-84.

Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa, “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)”, in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n°1, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 5-126.

Silva, Isabel L. Morgado de Sousa e, “A Ordem de Cristo (1417-1521)”, in Fonseca, Luís Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n° 6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, pp. 1-508.

Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 545-558.

Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina”, in Fonseca, Luis Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, Comendas das Ordens Militares da Idade Média, Atas do Seminário Internacional*, n° 11, Porto, CEPESE, 2009, pp. 105-118.

Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Século XVI”, in Fonseca, Luis Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n° 13, Porto, CEPESE, 2012, pp. 1-342.

Silva, Ivo Manuel Canário Lopes da, *O Impacto Económico da II Guerra Mundial no Sector Vitivinícola Português - O caso dos Vinhos Comuns*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

Silva, Joseph Alvarez da, *Precauções médicas contra algumas remotas consequências que se podem excitar do terramoto de 1755*, Lisboa, Oficina de Joseph da Costa, 1756.

Silva, Lisbeth Marilin Santos da, *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800). Os comportamentos desviantes censurados*, vol. I, Porto, 2007, Tese de Mestrado policopiada.

Silva, Manuel Carlos, “Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo patrimonial e socio-político de mulheres?”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (3-4), 2002, pp. 125-144.

Silva, Ricardo, “Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Franco (coord.), *Os Brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Braga, CITCEM/Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 143-152.

Silva, Susana Serpa, “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 382-427.

Silva, Tiago Antero de Sousa e, *Porto: [Re]Habitar a Cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea*, Coimbra, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra, 2013, Dissertação de Mestrado policopiada.

Smith, Robert C., “Os banhos de mar na Póvoa de Varzim, no século XVIII”, in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. IV, nº 2, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1965, pp. 239-244.

Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1770)*, Braga, ICS, 1997.

Soares, Franquelim Neiva, “A Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Miguel das Marinhas”, in *Cadernos do Noroeste, Serie História 3*, Vol. 20, Nº 1-2, 2003., pp. 219-274.

Sobrado Correa, Hortensio, “El mercado matrimonial en tierras de mejora. Estrategias nupciales en la Galicia rural de Antiguo Règimen”, in *Revista Semanata: Ciências Sociais e Humanas*, nº 9, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1997, pp. 195-222.

Solé, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2001.

Sousa, Avanete Pereira, “Trânsitos mercantis de uma cidade capital (Salvador, séc. XVIII)”, in *Revista Mosaico*, vol. 7, nº 2, 2014, pp. 173-182.

Sousa, Avanete Pereira, “A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII”, in Souza, Evergton Sales; Marques, Guida; Silva, Hugo R. (Org.), *Salvador da Bahia retratos de uma cidade atlântica, Salvador/Lisboa*, EDUFBA/CHAM, 2016, pp. 99-126.

Sousa, Cristiano Oliveira de, *Os membros da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (século XVIII)*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

Sousa, Daniela Manuel Férias de, *Celeiro Comum de Grândola: da História Administrativa à produção de um instrumento de descrição documental*, Évora, Universidade de Évora, Dissertação de Mestrado policopiada.

Sousa, Fernando de, “O clero na diocese do Porto ao tempo das cortes constituintes”, in *Revista de História*, vol. II, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1979, pp. 245-263.

Sousa, Fernando, “As franciscanas missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894)”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 8, Porto, 1991, pp. 107-150.

Sousa, Fernando, “Um instituto religioso na República. As franciscanas missionárias de Nossa Senhora (1910-1926)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. IX, 1992, pp. 295-318.

Sousa, Gonçalo Vasconcelos e, “Ser e Estar Perante a Morte no Porto dos Séculos XIX e XX: Reflexos no Património Cemiterial”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, nº 6, 1994, pp. 309-325.

Sousa, Rafaela Adriana Marques de, *A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão (1962-1989)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, Dissertação de Mestrado policopiada.

Taborda, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes, estudo geográfico*, Lisboa, Livros horizonte, 1987, citado por Fernandes, Carla Sofia dos Anjos Maia, *Casa Agrícola em Vila Chã e Fajozes. Uma leitura da sua Arquitetura entre o espaço rural e o interior doméstico*, Porto, FAUP, 2013. Dissertação de Mestrado policopiada.

Teleginski, Neli Maria, *Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012, pp. 40-69, Dissertação de Mestrado policopiada.

Telles, Vicente Coelho de Seabra Silva, *Memoria sobre os prejuisos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos e methodo de os prevenir, offerecida a sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor e publicada por Frei José Mariano Velloso*, Lisboa, Oficina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

Thies, Vania Grim, “A escrita no cotidiano da zona rural: os diários de dois agricultores”, in *Roteiro*, vol. 33, nº 1, Joaçaba, 2008, pp. 101-126.

Thies, Vania Grim; Peres, Eliane, “Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor-uma prática de escrita “masculina”, in *Revista Brasileira de Educação*, vol. 14, nº 41, 2009, pp. 216-390.

Trindade, Maria Beatriz Rocha, “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”, in *Análise Social*, vol. XXII, nº 90, 1986, pp. 139-156.

Truzzi, Oswaldo; Scott, Ana Sílvia Volpi, “Redes de conterrâneos: a imigração de lousanenses ao Brasil imperial”, in *Portuguese Studies Review*, vol. 14, nº2, Canadá, Trent University, 2006/07 (publi. 2009), pp. 39-61.

Tutikian, Jane, “A identidade pelo avesso”, in *Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*, Vol. 2, nº 2, Porto Alegre, EdiPUCRS, 2009, pp. 136-140.

Thompson, E. P., *A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*, Lisboa, Antígona, 2008.

Valentim, Margarida Gomes, *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes, 2013. Dissertação de Mestrado policopiada.

Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de, “As ordens de Cristo e de Santiago no Início da Época Moderna: a Normativa”, in Fonseca, Luis Adão da (dir.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, nº 2, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998, pp. 1-332.

Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV-XVI)*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2008, p. 129, Tese de Doutoramento policopiada.

Vasconcelos, António Pestana de, “Ser Freire, Ser Comendador: As consequências Sociais da ascensão institucional”, in Fernandes, Isabel Cristina (coord.), *As ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Atas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2012, pp. 599-615.

Vaquinhas, Irene, “As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O caso da “Quermesse da Tapada da Ajuda” em 1884”, in *BIBLOS*, Vol. LXXII, 1996, pp. 273-291.



Vaquinhas, Irene, “Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”, in *Terras Veteras II. Atas de História Contemporânea*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano, 2000, pp. 93-101.

Vaquinhas, Irene, “Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI”, in *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, vol. 6, nº 1, 2009, pp. 241-253.

Vaquinhas, Irene, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850-1900)”, in Vieira, Benedicta Maria Duque (org.), *Grupos Sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa-ISCTE, 2004, pp. 149-164.

Vaquinhas, Irene, “Paixões funestas e prazeres proibidos”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 322-350.

Vaquinhas, Irene, “A Época Contemporânea. Introdução”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 6-20.

Vaquinhas, Irene; Guimarães, Maria Alice Pinto, “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 194-221.

Veiga, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX*, Porto, Cepese/Edições Afrontamento, 2004.

Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura Material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012, Tese de Doutoramento policopiada.

Vilaça, Olanda, “A casa rural do Baixo Minho (1750-1810)”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, 2016, pp. 235-262.

Vilar, Hermínia Vasconcelos, “Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in Mattoso, José (dir.), *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 165-176.

Villares, Artur, “As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século XX”, in *Revista de História*, nº 13, Porto, 1995, pp. 195-213.

Vogel, Charles, *Le Portugal et ses Colonies*, Paris, Guillaumin et C<sup>a</sup>, Libraires-Éditeurs, 1860.

Valentim, Margarida Gomes, *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes, 2013, Dissertação de Mestrado policopiada.

Vovelle, Michel, *Les âmes du purgatoire ou le travail du deuil*, Paris, Gallimard, 1996.

Wall, Karin, *Famílias no Campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1998.

## Webgrafia

<https://www.youtube.com/watch?v=ISllneupRHg>. Visualizado a 2 de agosto de 2018.

<https://www.clourdes.pt/apresentacao/historia/>

<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/19223/?>. Consultado em 27 de setembro de 2017.

Alberto, Edite, “Corsários argelinos na costa atlântica - o resgate de cativos de 1618”, in Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 2005. Biblioteca Digital Camões - <http://cvc.instituto-camoes.pt>.

Almeida, Maria José S. S. P., “A heredosifilis no Brasil do século XIX: estigmas, valores e comportamentos”, in Anais do *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, não paginado.

[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438714373\\_ARQUIVO\\_anpuhfinal!.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438714373_ARQUIVO_anpuhfinal!.pdf)

Cerqueira, Cristina, “Matança do porco, festa da matança e mudanças sociais na Serra do Barroso”, 2000, Comunicação no IV Congresso Português de Sociologia. Consultado a 13-04-2017. Em [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dee3224a14\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dee3224a14_1.PDF).

Direcção-Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013: Continente. Consultado em 20 de novembro de 2017.

([http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop\\_download/caop\\_2013\\_0/caop2013cont\\_zip\\_2](http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop_download/caop_2013_0/caop2013cont_zip_2))

Ferreira, Marie-jo, *Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX- início do século XX*, Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007. Consultado em 30 dezembro 2017.

[http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas\\_no\\_arquivo/2007/palestra\\_MarieJoFerreira.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf).

Paiva, José Pedro, “La reforma católica en el período de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)”, in *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, nº 20, 2010.

<http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/viewFile/220/27519-20>

Sobral, José Manuel Sobral; Rodrigues, Patrícia, “O “fiel amigo”: o bacalhau e a identidade Portuguesa”, in *Etnográfica*, vol. 17 (3), 2013. Consultado em 25 de janeiro de 2018.

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9531/1/ICS\\_JMSobral\\_Fiel\\_ARN.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9531/1/ICS_JMSobral_Fiel_ARN.pdf)